



# **ANAI DO XIII** **ENAPIC**

**Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica**

Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E56a Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica (2022: Balsas-MA)

Anais do Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS [Recurso eletrônico], 02, 03 e 04 de dezembro de 2022. vol.13 / Comitê organizador: Fábio Roberto Pillat, Camila Sousa Silva e Líbera R. B. Pillatt – Balsas, Maranhão.

Anuais

ISSN: 2317-1464

Disponível em: <https://www.unibalsas.edu.br/enapic-2020/anais-do-evento-e-trabalhos-destaque-2/>

1. Iniciação Científica. 2. Pesquisas Científicas - Maranhão. I. Faculdade de Balsas - UNIBALSAS. II. Pillat, Fábio Roberto. III. Ferreira, Emília. IV. Título.

CDU 37(042)(0.034)

**Bibliotecária Responsável: Marina Carvalho de Souza CRB 13/823**

# Apresentação

O Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica da Faculdade de Balsas tem como finalidade possibilitar a integração e a socialização das atividades de iniciação científica realizadas por professores e acadêmicos da Faculdade de Balsas, bem como por pesquisadores da região, a partir da divulgação dos resultados dos seus trabalhos de pesquisa, estimulando a produção científica e construção de novos conhecimentos.

O XII ENAPIC ocorreu nos dias 29 de novembro a 01 de dezembro de 2022, na Faculdade de Balsas – Unibalsas, e foi constituído por 03 eixos: **Eixo 1 – Seminário de Iniciação Científica; Eixo 2 – Mostra de Trabalhos de Iniciação Científica; Eixo 3 – Mostra de Trabalhos de Iniciação Científica.** O evento promoveu discussões no âmbito acadêmico, impulsionando o crescimento crítico e profissional dos participantes.

Neste periódico de Anais estão disponíveis os resumos dos Eixos 1 , 2 e 3, submetidos por acadêmicos de graduação, professores e pesquisadores da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS e de outras Instituições de Educação Superior e apresentados durante o XII ENAPIC.

Boa leitura e pesquisa!

# Comitê Científico

- Aislan Jose de Oliveira – Professor da Unibalsas
- Adriano Ferreira da Silva Neto - Professor da Unibalsas
- Antonio Santana Batista de Oliveira Filho – Professor da Unibalsas
- Alzira Maria Barros Coelho - Professora da Unibalsas
- Bruno Alves Moreira - Professor da Unibalsas
- Diego Nestor Soardi Andrada - Professor da Unibalsas
- Fábio Roberto Pillatt – Professor da Unibalsas
- Fernando Cesar Moreira - Professor da Unibalsas
- Filipe Igor Leal de Souza - Professor da Unibalsas
- Isabel Cristina Alves Moreira - Professora da Unibalsas
- Katia Teresinha Lopes Della Flora - Professora da Unibalsas
- Rosemara Unser - Professora da Unibalsas

# Comissão Organizadora

- Fábio Roberto Pillatt - Coordenador do NPPGE
- Maria Emília Ferreira Barros - Secretária do NPPGE
- Líbera Raquel Bazzan Pillatt - Professora da Unibalsas
- Cesar Augusto Danelli Jr. - Professor da Unibalsas

## SUMÁRIO

<b>EIXO 1 - SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....</b>	<b>11</b>
ANÁLISE DE ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DAS CULTURAS (MANDIOCA, FEIJÃO, MILHO E SOJA) PRODUZIDAS NO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA.....	12
GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE BALSAS-MA: ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA FORNECIDA PARA CONSUMO HUMANO EM BAIROS DA CIDADE.....	22
AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS DA REGIÃO DE BALSAS-MA ATRAVÉS DO BALANÇO HÍDRICO.....	33
ALIMENTOS AVOENGOS E SUAS IMPLICAÇÕES DIANTE DA COVID-19.....	45
POSICIONAMENTOS DO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO SOBRE PROJETO DE LEI DO ESTATUTO DO NASCITURO: FRENTE À AUTONOMIA DA IDENTIDADE E DIFERENÇA.....	57
SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO PROJETO ATLAS TOPONÍMICO DO ESTADO DO MARANHÃO - ATEMA.....	73
PERCEPÇÃO E PRINCIPAIS DEMANDAS TECNOLOGIAS DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS DE BALSAS (MA) QUANTO AOS USOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS QUE FAVOREÇAM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM UM CENÁRIO (PÓS) PANDÊMICO.....	87
A FORMAÇÃO DOCENTE E OS SABERES EMANCIPATÓRIOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	100
AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO EM COMUNIDADE RURAL, UMA ANÁLISE DO CONHECIMENTO DOS MORADORES SOBRE SAÚDE BUCAL.....	111
PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS DE BEBIDAS INDUSTRIALIZADAS DO TIPO ACHOCOLATADOS COMERCIALIZADAS EM BALSAS-MA.....	121
ACIDENTE DE TRABALHO: O DEVER DE INDENIZAR E A LEGITIMIDADE ATIVA PARA AÇÃO.....	129
MESORREGIÃO LESTE MARANHENSE: PRESENÇA DOS ZOOTOPONÍMOS NA MICRORREGIÃO DE CODÓ.....	142
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE UM SOFTWARE PARA GESTÃO DE PARTICIPANTES DO ENCONTRO ANUAL DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA – ENAPIC.....	155
AMONG EDU: UM JOGO SÉRIO PARA APOIAR O ENSINO-APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM.....	179
SOFRIMENTO PSICOLÓGICO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NO CONTEXTO (PÓS) PANDÊMICO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA.....	192
AVALIAÇÃO DE FATORES PREDITIVOS DE EVASÃO ACADÊMICA NO NÍVEL SUPERIOR.....	207
<b>EIXO 2 – MOSTRA DE TRABALHOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....</b>	<b>216</b>
A SENSOPERCEPÇÃO, SUAS ALTERAÇÕES E PRINCIPAIS FORMAS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.....	217
KNOWLEDGE OF GAME: O USO DA GAMIFICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA.....	219
A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DE COLABORADORES PARA O SUCESSO DE UMA EMPRESA.....	221
REESTRUTURAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA DA APAE E DO CENTRO DE ENSINO DOM DANIEL COMBONI.....	222
REESTRUTURAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA DE ALGUMAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE BALSAS – MA.....	223
O PRAZER DE LER FREUD.....	225
COMO OS SOFTWARES PODEM SER IMPORTANTES PARA O RECRUTAMENTO INTERNO.....	226
RECRUTAMENTO E SELEÇÃO COMO ESTRATÉGIAS DE GESTÃO.....	228
AS SETE FERRAMENTAS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO.....	230
É PRECISO MOTIVAR PARA ALCANÇAR PRODUTIVIDADE.....	231
TERAPIA COM ARGILA NA COSMETOLOGIA E EM TRATAMENTOS CAPILARES.....	233
OS FATORES QUE INFLUENCIAM NO PROCESSO ATENCIONAL.....	235
DESDOBRAMENTOS DO CONTEXTO SOCIOCULTURAL SOBRE A PRÁTICA DO FEMINICÍDIO NO SUL DO ESTADO DO MARANHÃO.....	237
PRÁTICAS ABUSIVAS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: A PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR ACERCA DAS ENTREGAS POR <i>DELIVERY</i> DE ALIMENTOS ATRAVÉS DO APLICATIVO VOKERÊ NO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA.....	239
CINEJUS: O CINEMA COMO UM INSTRUMENTO PARA O ENSINO DOS FENÔMENOS JURÍDICOS EM SUA EXTENSÃO E COMPLEXIDADE.....	241
O DILEMA DO PAPEL EM BRANCO: PROVOCATIVO OU PARALISANTE?.....	242

PSICOLOGIA ESCOLAR E ABORDAGENS TEÓRICAS: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DE MANUAIS TÉCNICOS DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA .....	244
SISTEMAS DE TOMADA DE DECISÃO E RECRUTAMENTO DE PESSOAS .....	246
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ABORDAGEM SOBRE O RECRUTAMENTO INTELIGENTE E TESTE DE PERFIL COMPORTAMENTAL NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE PESSOAS .....	247
A CULTURA DO ENDIVIDAMENTO NO BRASIL .....	249
EDUCAÇÃO E ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS: A PRODUÇÃO DE SUJEITOS POR MEIO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES DO MARANHÃO.....	251
MACHINE LEARNING E O IMPACTO NAS ORGANIZAÇÕES: UMA ESTRATÉGIA DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS .....	253
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O PLANEJAMENTO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA.....	254
JULGAMENTO E TOMADA DE DECISÃO: CONCEITO .....	256
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À SELEÇÃO DE PERFIS PROFISSIONAIS.....	258
AS VANTAGENS DO RECRUTAMENTO EXTERNO PARA O RH. ....	260
DOCUMENTO CURRICULAR DO TERRITÓRIO MARANHENSE- ENSINO FUNDAMENTAL: PERCEPÇÕES ACERCA DO CURRÍCULO DE LÍNGUA PORTUGUESA .....	261
MECANISMO DE ENSINO PARA ELEVAR A APRENDIZAGEM: NA PERSPECTIVA DOS INDICADORES (IDEB).....	262
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA PARA MELHORAR OS PROCESSOS DE RH.....	264
EDUCAÇÃO DO CAMPO: MATERIAIS DIDÁTICOS E FORMAÇÃO INICIAL QUE ABRANGEM ESSA MODALIDADE. ....	266
CADERNO DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS DO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DO CURRÍCULO DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	267
COMPARAÇÕES DA GESTÃO DE PESSOAS CENTRALIZADA E DESCENTRALIZADA.....	268
O IMPACTO DO CONTEXTO (PÓS)PANDÊMICO NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS: REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE BALSAS - MA .....	270
FITOTOPÔNIMOS DO MUNICÍPIO DE AFONSO CUNHA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR .....	271
ACESSO A INFORMAÇÃO TÉCNICA PRESENTE NA AGRICULTURA FAMILIAR EM BALSAS - MA .....	272
FITOTOPÔNIMOS INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA .....	274
A ESCOLA E SUA FUNÇÃO SOCIAL: INQUIETAÇÕES DOCENTES.....	276
INOVAÇÃO NOS PROCESSOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAS PARA OBTENÇÃO DE ESCOLHAS ASSERTIVAS.....	277
O MOVIMENTO FEMINISTA E A LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES .....	278
A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA: A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DO PROTAGONISMO NEGRO NO CURRÍCULO ESCOLAR.....	279
O TRATAMENTO DA ORALIDADE EM SALA DE AULA .....	281
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: PROMOENDO HABILIDADES E COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NO AMBIENTE ESCOLAR .....	283
A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM DESFAVOR DAS MULHERES: REFLEXÕES À LUZ DOS ENSINAMENTOS DO SOCIÓLOGO FRANCÊS PIERRE BOURDIEU.....	284
MÉTODOS DE SELEÇÃO MAIS EFICAZES EM CARGOS OPERACIONAIS.....	286
ANÁLISE DO DESGASTE DE ESCOVAS DENTAIS APÓS 3 MESES DE USO EM ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA DA FACULDADE DE BALSAS.....	287
CONSULTORIA DE PASTAGEM AGRÍCOLA .....	288
AVALIAÇÃO TOMOGRÁFICA DAS ALTERAÇÕES DENTÁRIAS INDUZIDAS PELO APARELHO ORTODÔNTICO FIXO UTILIZANDO A TECNOLOGIA CAD/CAM .....	290
O PAPEL DAS EMOÇÕES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM .....	291
ALTERAÇÕES ATENCIONAIS E OS POSSÍVEIS REFLEXOS NA APRENDIZAGEM, COM ÊNFASE EM TDAH .....	293
ALTERAÇÃO DA CONSCIÊNCIA ASSOCIADA AO SONO .....	295
ESTUDO FITOQUÍMICO DE GOIABA (PSIDIUM GUAJAVA L.) COM POTENCIAL ANTIOXIDANTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE FORMULAÇÃO FITOCOSMÉTICA .....	297
A COMPLEXIDADE DOS INDICADORES VERSUS A REALIDADE DE UMA ESCOLA MUNICIPAL URBANA DE BALSAS MARANHÃO .....	298
PROCAMPO–PROJETO DE EXTENSÃO NO AGRONEGÓCIO.....	300
A EXTENSÃO DA ARTE, CULTURA E HUMANIDADE BASEADO EM RELATOS DE EXPERIÊNCIAS NO ENSINO SUPERIOR .....	301
O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO E LINGUAGEM NA PERSPECTIVA DE VYGOTSKY .....	303
MEMÓRIA: MEMÓRIA E ARMAZENAMENTO .....	305

O USO DE ÓLEO ESSENCIAL ALECRIM NO TRATAMENTO DE QUEDA CAPILAR .....	307
<b>EIXO 3 – MOSTRA DE TRABALHOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....</b>	<b>310</b>
MORTE DO EMPREGADOR PESSOA FÍSICA: UMA ANÁLISE SUCESSÓRIA E SEUS EFEITOS NO DIREITO DO TRABALHO .....	311
OS EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO POR INDIGNIDADE E DESERDAÇÃO.....	315
RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PAIS: DANOS E POSSIBILIDADE DE REPARAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO ..	319



## **EIXO 1 - Seminário de Iniciação Científica.**

Trabalhos produzidos a partir de pesquisas de estudantes, professores e/ou pesquisadores, que submeteram resumo expandido e/ou trabalho completo e realizaram apresentação oral sendo presencial e virtual. Este Eixo é composto por 16 artigos.

## ANÁLISE DE ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DAS CULTURAS (MANDIOCA, FEIJÃO, MILHO E SOJA) PRODUZIDAS NO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA.

Valéria Oliveira da Silva – UNIBALSAS <sup>1</sup>

Pedro Lucas da Silva Mota – UEMA <sup>2</sup>

Antonio Santana Batista de Oliveira Filho – UNIBALSAS <sup>3</sup>

Jefferson Carvalho Barros – UNIBALSAS <sup>4</sup>

Adriana Araujo Diniz – UEMA <sup>5</sup>

**Resumo:** A agricultura familiar tem ganhado destaque no cenário de produção agrícola, com destaque para o aumento de oferta de produtos da agricultura familiar como mandioca e feijão e grandes culturas como milho e soja, gerando um expressivo resultado em termos de fixação no campo, na agroindústria e ao longo de toda a cadeia produtiva. A cidade de Balsas apresenta um grande potencial para o setor das culturas citadas. Diante disso, tem-se com esse projeto o objetivo de analisar o comportamento da produção de mandioca, feijão, milho e soja na cidade de Balsas nos últimos 10 anos e sua importância para o agronegócio do Estado. Para isso, realizou-se uma pesquisa exploratória e bibliográfica, com análise qualitativa e quantitativa dos dados, através de material já existente, constituído principalmente de livros, periódicos, notícias, entre outros. No qual, grande parte desses dados foram obtidos junto às publicações do IBGE através dos Censos Agropecuários e da Produção Agrícola Municipal (PAM). A cultura do feijão e da mandioca vem ganhando espaço principalmente na agricultura familiar, havendo assim uma expansão das áreas de cultivo, mas que devido a rusticidade e pouco desenvolvimento tecnológico ainda não conseguem alcançar altos níveis de produtividade, ao contrário das culturas de milho e soja, cujas áreas estão cada vez maiores e o investimento em tecnologia proporciona altos índices de rendimento.

**Palavras-chave:** Agricultura. Produção. Sul Maranhense.

**Abstract:** Family farming has gained prominence in the agricultural production scenario, with emphasis on the increase in the supply of family farming products such as cassava and beans and large crops such as corn and soybeans, generating an expressive result in terms of fixation in the field, in the agroindustry and throughout the entire production chain. The city of Balsas has great potential for the mentioned crops sector. In view of this, this project has the objective of analyzing the behavior of cassava, beans, corn and soybean production in the city of Balsas in the last 10 years and its importance for the agribusiness of the State. For this, exploratory and bibliographical research was carried out, with qualitative and quantitative analysis of the data, through existing material, consisting mainly of books, periodicals, news, among others. In which, most of these data were obtained from IBGE publications through Censuses. Agriculture and Municipal Agricultural Production (PAM). The culture of beans and cassava has been gaining ground mainly in family farming, thus there is an expansion of cultivation areas, but due to rusticity and little technological development they still cannot reach high levels of productivity, unlike corn and soybean crops, whose areas are increasing and the investment in technology provides high rates of income.

**Keywords:** Scientific Article. Reading. Model.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Agronegócio. E-mail: valeria.oliveira@alu.unibalsas.edu.br

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Agronomia. E-mail: pedromota@aluno.uema.br

<sup>3</sup> Professor do Curso Agronegócio. E-mail: antonio.santana@prof.unibalsas.edu.br

<sup>4</sup> Professor do Curso Agronegócio. E-mail: coord.agronegocio@unibalsas.edu.br

<sup>5</sup> Professora do Curso Agronomia. E-mail: adrisolos2016@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro representa uma fonte de extrema importância para a economia do país, fazendo parte de uma porcentagem significativa do PIB nacional, mas o setor agropecuário familiar também possui grande relevância tanto na geração de empregos, quanto na produção de boa parte dos alimentos que chegam na casa de toda a população. Além disso, a agricultura familiar é um segmento de valor social e o apoio que a mesma recebe pode propiciar o desenvolvimento econômico de pequenos produtores, fazendo-os aumentar a produção, que é o que vem ocorrendo nos últimos anos, principalmente com as culturas de feijão e mandioca.

A cultura do feijoeiro é de extrema importância para a agricultura familiar, pois o feijão é um dos alimentos mais consumidos pela população brasileira, sendo cultivado em boa parte do país, podendo ser submetido a várias condições edafoclimáticas, além de várias épocas e sistemas de cultivo, colocando o Brasil como terceiro maior produtor mundial no ano de 2019 (VIEIRA et al., 2020). Já a mandioca, é um tubérculo que é base da alimentação de boa parte da população de várias regiões do país, é de origem brasileira mas os maiores produtores são países africanos e asiáticos, porém é uma cultura de extrema importância para a agricultura familiar, podendo ser cultivada em solos pouco férteis, sem muitos insumos e ainda sim apresentar grandes produtividades (SOUZA; KALID, 2022).

Nos últimos anos, o agronegócio brasileiro tem sido o grande propulsor da economia nacional, sendo um dos setores que mais gera emprego no país. O destaque que esse setor vem adquirindo é graças a busca incessante pelo melhoramento, desde áreas de pesquisa até a implementação de novas tecnologias nos cultivos. Boa parte da grande produtividade do agronegócio é graças às chamadas grandes culturas, com grande destaque para o carro chefe que é a soja, seguido do milho, ambas apresentam índices cada vez maiores.

A cultura da soja é uma das mais importantes para o Brasil, a mesma vem sendo produzida em larga escala em várias regiões do país, sua capacidade genética é bastante significativa, mas sua produtividade está totalmente atrelada às condições climáticas a qual é submetida, o que no Brasil propicia altos valores, colocando o país como segundo maior produtor mundial (CAVALCANTE et al., 2020). O milho é um dos cereais mais produzidos do mundo, no Brasil vem alcançando grandes índices mesmo sendo cultivado em várias condições ambientais, desde regiões com altas temperaturas, até regiões com baixas temperaturas, é bastante utilizado na produção de rações e na alimentação humana, o que explica o aumento na sua produção (ARTUZO et al., 2019).

Dentre as cidades do Maranhão que são destaque no setor agrícola, Balsas é uma das que mais crescem, fazendo parte das seis cidades que possuem a metade do PIB do estado, estando na terceira posição. Esse crescimento é em decorrência das condições edafoclimáticas favoráveis para a produção de grãos aliados ao conhecimento científico que propiciam o melhor desenvolvimento das culturas produzidas.

Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo realizar uma análise do comportamento de produção de quatro culturas, sendo elas mandioca, feijão, milho e soja na cidade de Balsas, no período que corresponde aos últimos 10 anos, além de analisar a sua importância para a economia do Estado.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida na cidade de Balsas/MA, no período de agosto a novembro de 2022. O presente estudo utilizou uma metodologia de abordagem indutiva com procedimento comparativo.

As coordenadas geográficas da cidade de Balsas-MA são 7° 31' de latitude sul, 46° 2' de longitude oeste e 243 m de altitude média. O município de Balsas localiza-se na parte sul do Maranhão, integrando a microrregião dos Gerais de Balsas, sendo Balsas a cidade principal. Limita-se com os municípios Riachão, São Raimundo das Mangabeiras, Fortaleza dos Nogueiras, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba, Nova Colinas e Sambaíba. Possui uma área de 13.141,733 km<sup>2</sup>, uma população estimada de aproximadamente 93,511 habitantes e uma densidade demográfica de 6,36 habitantes km<sup>2</sup> (IBGE, 2016). O clima, segundo a classificação de Köppen, é do tipo tropical quente e úmido (Aw), com estação seca (MARANHÃO, 2002).

**Figura 01:** Localização geográfica do Município de Balsas, Maranhão.



Fonte: <https://pt.wikipedia.org>

Esta é uma pesquisa exploratória e bibliográfica, com análise qualitativa e quantitativa dos dados. Segundo Andrade (2001), esse modelo de pesquisa apresenta-se como um dos primeiros passos de todo trabalho científico, no qual as finalidades são: proporcionar mais informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é realizada através de material já existente, constituído principalmente de livros, periódicos, entre outros. Envolve toda a bibliografia já tornada pública com relação ao tema de estudo, desde publicações de um modo geral, como, por exemplo, jornais, revistas, livros, etc., até os meios de comunicação orais: rádios, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão, como sugerido por Marconi e Lakatos (2010).

Com relação à atividade agrícola, os dados foram obtidos junto às publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através dos Censo Agropecuários da Produção Agrícola Municipal (PAM).

Para análise dos dados foram consideradas 3 variáveis descritas a seguir: área colhida (hectare), quantidade produzida (toneladas) 1 e rendimento médio (kg/hectare)

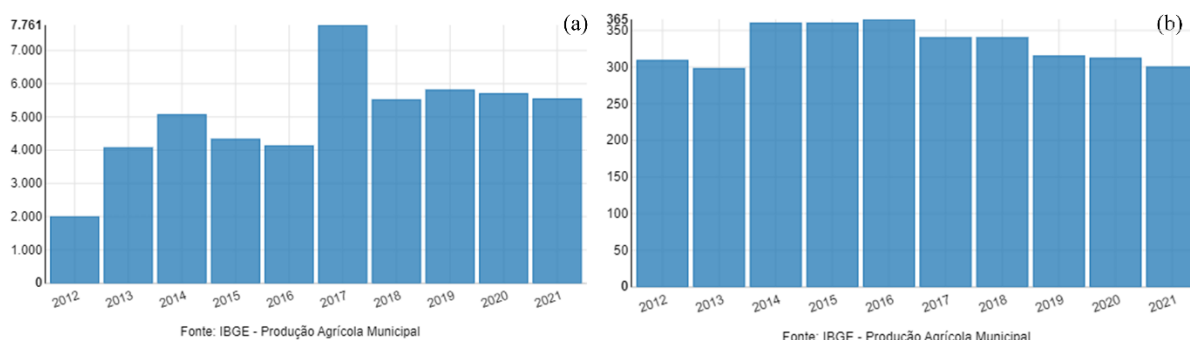
Também buscou-se informações sobre a comercialização das culturas e tecnologias empregadas na produção dessas frutas. Todas as figuras que envolveram a representação em mapas foram elaboradas através de programas específicos.

Após a coleta e tabulação dos dados, foi realizada a análise descritiva através do Programa Excel (Microsoft Office Excel). Os resultados foram apresentados em taxas percentuais, tabelas e gráficos com o objetivo de simplificar e tornar os dados mais facilmente perceptíveis.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação a área colhida das culturas de feijão e mandioca (Figura 01), pode-se notar que houve uma grande expansão de áreas de cultivo na cultura do feijão a partir de 2012, onde a mesma vem se estabilizando desde o ano de 2018 enquanto que a cultura de mandioca possui uma variação estável de área colhida em todo o período de estudo. Esses índices podem ser explicados por essas culturas estarem presentes na base da alimentação da maioria das pessoas, o crescimento exponencial do feijão se dá em decorrência do interesse dos agricultores familiares por essa cultura e o crescimento constante da mandioca se dá principalmente para a fabricação de farinha (CASTRO; FIDELIS; WANDERIOR, 2019.; VIEIRA et al., 2020)

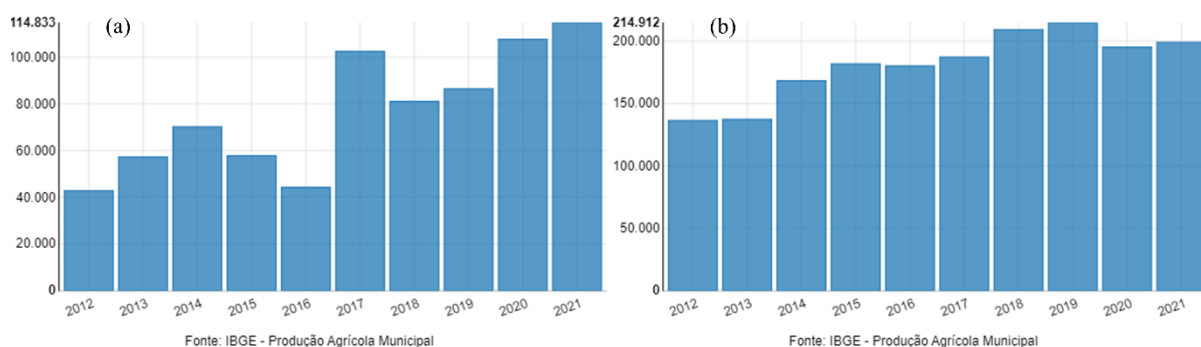
**Figura 01.** Área colhida (hectare) das culturas feijão (a) e mandioca (b) entre os anos de 2012 a 2021 na cidade de Balsas, MA.



O milho é uma cultura que vem ganhando destaque nos últimos anos, o que pode ser comprovado pela expansão dessa cultura, se comparar os anos de 2012 e 2021, a área colhida dessa cultura quase triplicou, atingindo a incrível marca de 114.833 mil hectares (Figura 02). Esse aumento significativo se dá principalmente em decorrência da implementação de novas tecnologias associadas à qualidade de sementes, permitindo a sua expansão e consolidação em novas áreas (SOUZA et al., 2018).

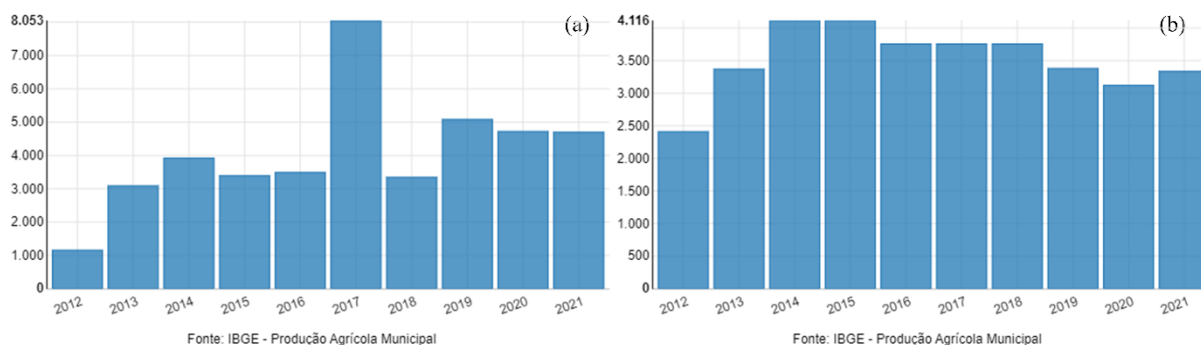
A expansão da cultura da soja mostra-se mais constante no período de 2012 a 2021, mantendo um aumento mais equilibrado durante esses anos (Figura 02). Esses altos índices de área colhida da cultura da soja podem ser explicados principalmente pelo aumento da demanda de exportações, principalmente pela China, para a utilização na produção de rações devido seu alto valor protéico (SCHMIDT et al., 2020)

**Figura 02.** Área colhida (hectare) das culturas milho (a) e soja (b) entre os anos de 2012 a 2021 na cidade de Balsas, MA.



A quantidade de feijão produzida não tem altos índices visto que é uma cultura que vem se inserindo aos poucos na região, com exceção do ano de 2017 que teve um salto na produção, já a mandioca possui uma grande produtividade desde o ano de 2012 (Figura 03). Esses valores de produtividade da cultura do feijão são em decorrência da preferência por grandes culturas de grãos (soja e milho por exemplo), enquanto que a produção de mandioca já está mais consolidada devido sua utilização e valor cultural (CAMARA et al., 2018.; DE LIMA e al., 2018)

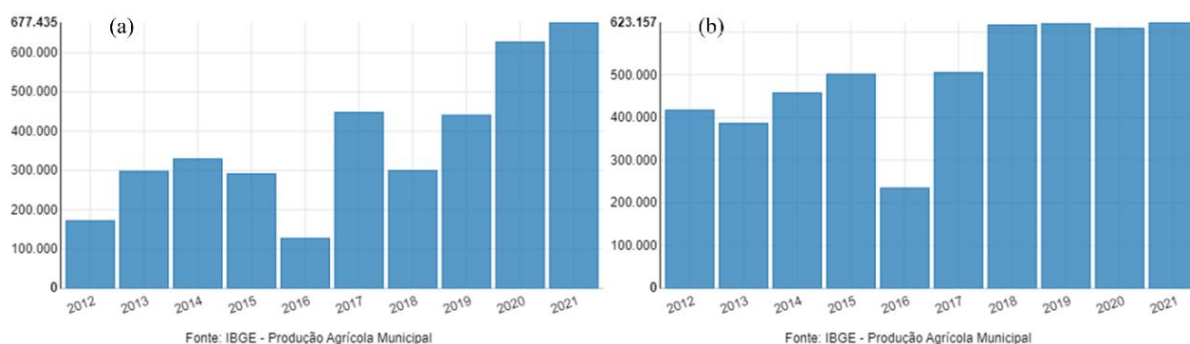
**Figura 03.** Quantidade produzida (toneladas) das culturas feijão (a) e mandioca (b) entre os anos de 2012 a 2021 na cidade de Balsas, MA.



A quantidade de milho apresenta um crescimento exponencial caracterizado pelo aumento da produtividade, enquanto que a soja obtém esses valores desde 2012, mas um fenômeno atípico pode ser notado no ano de 2016, onde ambas as culturas obtiveram resultados inferiores aos que estavam tendo em anos anteriores (Figura 04). O que explica a drástica queda de rendimento das culturas de soja e milho no ano de 2016 foram as condições climáticas atípicas, que prejudicaram o desenvolvimento dos cultivos e o aparecimento de pragas como o percevejo (CORRÊA-FERREIRA, 2018)

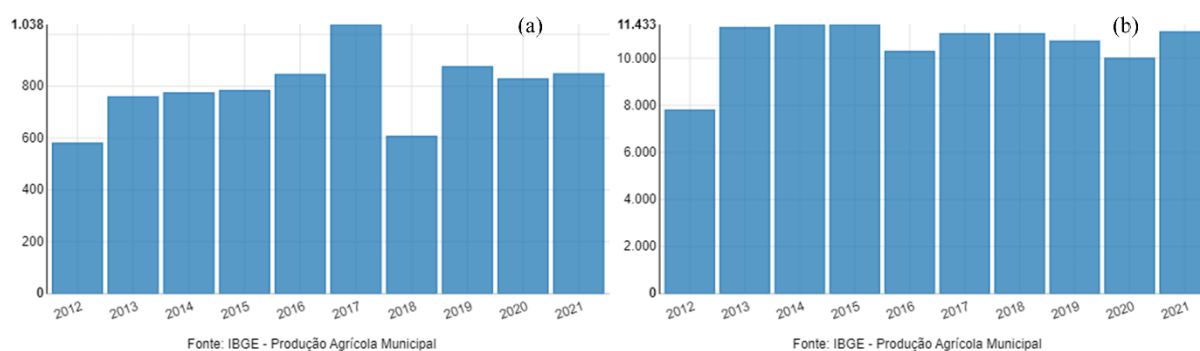


**Figura 04.** Quantidade produzida (toneladas) das culturas milho (a) e soja (b) entre os anos de 2012 a 2021 na cidade de Balsas, MA.



A cultura do feijão apresenta uma oscilação considerável quanto ao rendimento médio durante o período analisado pelo estudo, enquanto que a mandioca apresenta rendimento médio mais estável (Figura 05). O rendimento médio esperado para a cultura do feijão é de  $1.000 \text{ kg ha}^{-1}$ , valor esse que só foi alcançado no ano de 2017, o que pode explicar os valores inferiores é o baixo nível de tecnologia empregado e o manejo incorreto (PEREIRA et al., 2020). O rendimento estável da mandioca pode ser explicado pelo baixo investimento tecnológico nessa cultura, não há tanto investimento em novas técnicas, impossibilitando assim o aumento do seu rendimento (OLIVEIRA et al., 2020).

**Figura 05.** rendimento médio (kg/hectare) das culturas feijão (a) e mandioca (b) entre os anos de 2012 a 2021 na cidade de Balsas, MA.

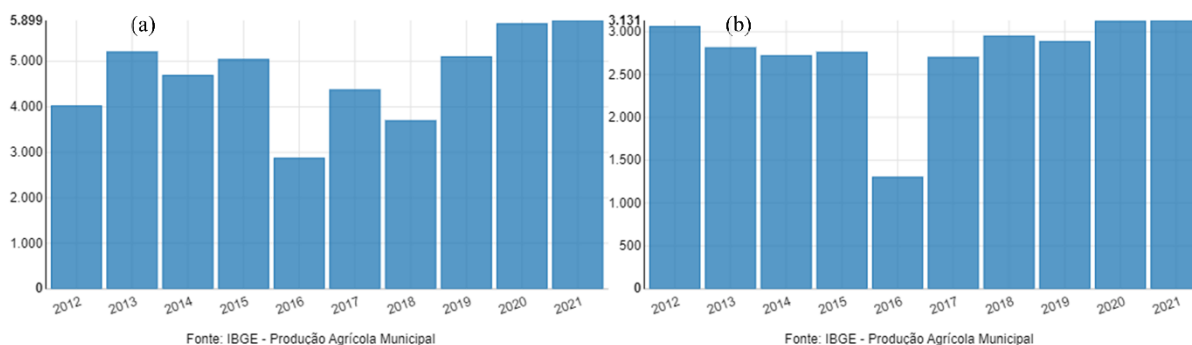


As grandes culturas produzidas na cidade de Balsas, apresentam rendimentos médios satisfatórios, visto que há um grande investimento nessa área. Com exceção do ano de 2016 (período onde as condições climáticas proporcionaram uma redução de produtividade), as médias de produtividade se mantêm em um nível estável, mas que devido a demanda e o avanço tecnológico deveriam estar em crescimento (Figura 06). A produção de Balsas é basicamente voltada para as commodities, sendo uma importante produtora de grãos,



principalmente soja e milho, o que explica os altos rendimentos que a mesma obtém com essas culturas (MALTEZ et al., 2021).

**Figura 06.** Rendimento médio (kg/hectare) das culturas milho (a) e soja (b) entre os anos de 2012 a 2021 na cidade de Balsas, MA.



#### 4. CONCLUSÕES

A cultura do feijão e da mandioca são bases da alimentação de grande parte da população não só de Balsas, mas como de todo o país. O aumento da demanda por alimentos faz com que a agricultura familiar assuma papel fundamental nessa produção, aumentando assim as áreas de cultivo dessas culturas. Entretanto, a rusticidade e a falta de investimento governamental fazem com que a produtividade seja reduzida e o rendimento médio estável.

Ao contrário das culturas anteriores, a soja e o milho são peças fundamentais do agronegócio brasileiro, isso porque a demanda por exportações dessas culturas faz com que haja um grande investimento, tanto de empresas privadas, quanto do governo. As áreas que recebem esses cultivos apresentam grande crescimento e as tecnologias que são empregadas nessas culturas fazem com que a produtividade e o rendimento sejam elevados, quando comparados com outras produções. Mas ainda há o que melhorar, pois o investimento em pesquisa e tecnologia pode aumentar ainda mais o rendimento dessas culturas.

#### 5. REFERÊNCIAS

CAMARA, F. T.; MOTA, A. M. D.; NICOLAU, F. E. A.; PINTO, A. A.; SILVA, J. M. F. Produtividade de feijão caupi crioulo em função do espaçamento entre linhas e número de

plantas por cova. **Revista de Agricultura Neotropical**, Cassilândia/MS, v. 5, n. 2, p. 19-24, 2018. Disponível em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/agrineo/article/view/2282/2140>. Acesso em: 12 out. 2022.

CASTRO, E. C.; FIDELIS, A. C.; WALDERIOR, A. E. Mercado de cultivares de feijão-comum (*Phaseolus vulgaris*) no Brasil. **Igepec**, Toledo, v. 23, n. 1, p. 181-198, 2019. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22538/14359>. Acesso em: 12 out. 2022.

CAVALCANTE, W. S. S.; DA SILVA, N. F.; TEIXEIRA, M. B.; CABRAL FILHO, F. R.; NASCIMENTO, P. E. R.; CORRÊA, F. R. Eficiência dos bioestimulantes no manejo do déficit hídrico na cultura da soja. **Irriga, Inovagri, Notas técnicas**, Botucatu, v. 25, n. 4, p. 754-763, 2020. Disponível em: <https://actaarborea.fca.unesp.br/index.php/irriga/article/view/4186/2750>. Acesso em: 29 set. 2022.

DE LIMA, A. G.; DE CARVALHO, L. R.; MOTA, M. C.; DE LIMA JÚNIOR, A. F.; MOREIRA, J. M.; DA SILVA, A. P.; ROSA, J. Q. S. Produtividade de mandioca avaliada sobre adubação fosfatada e a adubação de cobertura. **Pubvet**, v. 12, p. 133, 2018. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20190428003949id\\_/http://www.pubvet.com.br/uploads/f2f4cd19f8061e5335e2a5819d3f5f47.pdf](https://web.archive.org/web/20190428003949id_/http://www.pubvet.com.br/uploads/f2f4cd19f8061e5335e2a5819d3f5f47.pdf). Acesso em: 12 out. 2022.

MALTEZ, M. A. P. F.; SILVA, L. F.; MELO, M. L.; COLLARES, M. F. A.; SOUZA, M. A.; OLIVEIRA, V. C.; MACIEL, F. F.; VICENTE, B. M.; REZENDE, B. N. Recursos naturais e agricultura: um estudo no município de Balsas a partir dos dados do cadastro ambiental rural. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Fabiane-Maciel/publication/351825054\\_Vista\\_do\\_Recursos\\_naturais\\_e\\_agricultura\\_Um\\_estudo\\_no\\_municipio\\_de\\_Balsas\\_a\\_partir\\_dos\\_dados\\_do\\_cadastro\\_ambiental\\_rural/links/60ac40c8299bf1031fc852a4/Vista-do-Recursos-naturais-e-agricultura-Um-estudo-no-municipio-de-Balsas-a-partir-dos-dados-do-cadastro-ambiental-rural.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Fabiane-Maciel/publication/351825054_Vista_do_Recursos_naturais_e_agricultura_Um_estudo_no_municipio_de_Balsas_a_partir_dos_dados_do_cadastro_ambiental_rural/links/60ac40c8299bf1031fc852a4/Vista-do-Recursos-naturais-e-agricultura-Um-estudo-no-municipio-de-Balsas-a-partir-dos-dados-do-cadastro-ambiental-rural.pdf). Acesso em: 12 out. 2022.

OLIVEIRA, I. R.; CARVALHO, H. W. L.; CARVALHO, L. M.; PIMENTEL, M. A. G. Boas práticas de cultivo para elevação da produtividade de Mandioca BRS Kiriris. 2020. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/212548/1/Circ-Tec-261.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

PEREIRA, L. S.; OLIVEIRA, G. S.; COSTA, E. M.; SOUSA, G. D.; SILVA, J. N.; SILVA, H. F.; JAKELAITIS, A. Manejo de plantas daninhas e rendimento de feijão-caupi utilizando plantas de cobertura do solo. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 5, p. 23044-23059, 2020. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/9491/8734>. Acesso em: 12 out. 2022.

SCHMIDT, C. A. P.; TAYANO, P. D.; SANTOS, J. A. A.; MARUJO, L.; PROENÇA, G. G. Previsões estatísticas com base em séries temporais da cultura da soja no Brasil. **Revista**

**Técnico Científica do CREA-PR**, Ed. 24, 2020. Disponível em: <https://revistatecie.crea-pr.org.br/index.php/revista/article/view/698/449>. Acesso em: 12 out. 2022.

SOUZA, A. E.; REIS, J. G. M.; RAYMUNDO, J. C.; PINTO, R. S. Estudo da produção do milho no Brasil: regiões produtoras, exportações e perspectivas. **South American Development Society Journal**, v. 4, n. 11, p. 182-194, 2018. Disponível em: <http://www.sadsj.org/index.php/revista/article/view/150/121>. Acesso em: 12 out. 2022.

SOUZA, E.; KALID, R. Transferência de tecnologia no cultivo de mandioca – o caso do Projeto Reniva. **Interações**, Campo Grande, v. 23, n. 2, p. 423-439, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/b6KRhZKdTY6Zqj8Wkk4CqwF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

VIEIRA, E. A.; FIALHO, J. F.; OLIVEIRA, C. M.; RINALDI, M. M.; FERNANDES, F. D.; Novas cultivares de mandioca para produção de farinha e fécula nas condições de Cerrado do Brasil Central, 2020. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1131205/1/EDUARDO-ALANO-Comec-187.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

VIEIRA, M. O. C. S.; DOS REIS, A. A.; FARIA, L. R.; RIBEIRO, K. D. Utilização de adubo fosfatado e inoculante à base de fungo micorrízico no cultivo do feijão. **Revista de Ciências Agroambientais**, v. 19, n. 1, p. 16-24, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/rcaa/article/view/5025/4456>. Acesso em: 10 out. 2022.

## GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE BALSAS-MA: ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA FORNECIDA PARA CONSUMO HUMANO EM BAIROS DA CIDADE.

Karollyne Sousa Lima – UNIBALSAS <sup>1</sup>

Janaílla Ribeiro Moura – UNIBALSAS <sup>2</sup>

Maria Eduarda Santos – UNIBALSAS <sup>3</sup>

Antonio Santana Batista de Oliveira Filho – UNIBALSAS <sup>4</sup>

Fernando César Moreira – UNIBALSAS <sup>5</sup>

Jefferson Carvalho Barros – UNIBALSAS <sup>6</sup>

**Resumo:** A água para ser considerada potável deve seguir parâmetros físico-químicos que atendam ao padrão de potabilidade da legislação vigente, para assim evitar os casos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA's). Desta forma, o presente estudo objetivou analisar a qualidade da água destinada ao consumo humano de bairros da cidade de Balsas/MA. A pesquisa exploratória constou de coletas na rede de distribuição de diferentes bairros da cidade, com posterior análises laboratoriais dos parâmetros: potencial hidrogeniônico (pH), condutividade elétrica (CE) e sólidos dissolvidos totais (TDS) de amostras de água. A coleta da água para análise foi feita com garrafas higienizadas de Poli (tereftalato de etileno) (PET) de 500 mL. Os dados obtidos no estudo foram analisados descritivamente e apresentados por meio de tabelas. Os dados também foram submetidos à análise de variância e quando significativas submetidas a teste de Tukey. Recomenda-se para os bairros São Francisco, Potosí, Malidere e Joaquim Coelho que o consumo de água seja realizado por água mineral. A água advinda de bairros cujo abastecimento ocorre por meio de poço artesiano possui maiores valores de CE, STD e pH. Os parâmetros avaliados acima dão indicativos da qualidade da água, no entanto não são determinantes para definição desta, havendo a necessidade de maiores análises para definição.

**Palavras-chave:** Doenças Transmitidas por Alimentos. Físico-químicos. Potabilidade.

**Abstract:** Water to be considered potable must follow physical-chemical parameters that meet the potability standard of current legislation, in order to avoid cases of Foodborne Diseases (DTA's). Thus, this research project aimed to analyze the quality of water intended for human consumption in neighborhoods in the city of Balsas/MA. The exploratory research consisted of collections in the distribution network of different districts of the city, with subsequent laboratory analysis of the parameters: hydrogenic potential (pH), electrical conductivity (EC) and total dissolved solids (TDS) of water samples. The collection of water for analysis was performed with sanitized 500 mL Poly (ethylene terephthalate) (PET) bottles. The data obtained in the study were analyzed descriptively and presented in tables. Data were also submitted to analysis of variance and, when significant, submitted to Tukey's test. It is recommended for the neighborhoods of São Francisco, Potosí, Malidere and Joaquim Coelho that the consumption of water is carried out with mineral water. Water from neighborhoods whose supply occurs through an artesian well has higher EC, STD and pH values. The parameters evaluated above give indications of water quality, however they are not decisive for its definition, with the need for further analysis to define it.

**Keywords:** Foodborne Diseases. Physicochemicals. Potability.

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Odontologia. E-mail: karollyne.lima@alu.unibalsas.edu.br

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Odontologia. E-mail: janaila.moura@alu.unibalsas.edu.br

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Odontologia. E-mail: maria.e.santos@alu.unibalsas.edu.br

<sup>4</sup> Professor do Curso de Agronegócio. E-mail: antonio.santana@prof.unibalsas.edu.br

<sup>5</sup> Professor do Curso de Odontologia. E-mail: coord.odontologia@unibalsas.edu.br

<sup>6</sup> Professor do Curso de Agronegócio. E-mail: coord.agronegocio@unibalsas.edu.br

## 1. INTRODUÇÃO

Os recursos hídricos são conjuntos de águas superficiais e subterrâneas que estão acessíveis para utilização. A água é um recurso que tem fim, é natural e de bem econômico, mas ela apresenta certa fragilidade devido às ações antrópicas que acabam por afetar na qualidade e quantidade, e desse modo afetando também os seres vivos e o ecossistema direta e indiretamente (BORGES, 2021).

A cidade de Balsas no estado do Maranhão pertence à bacia hidrográfica do rio Parnaíba e o seu rio das Balsas drena o município. A bacia hidrográfica está na área transicional entre a Amazônia e a região Nordeste Ocidental (CORREIA FILHO, 2011). No Maranhão, a bacia está presente em 19,5 % do seu território abastecendo uma população de 717.723 habitantes (aproximadamente 11% da população do estado, em especial a região centro-sul) (MARANHÃO 2011, pg. 23).

Devido a ação antrópica o meio ambiente vem sofrendo de maneira significativa muitos impactos, sendo eles atividades de construção de barragens e represas, desvio do curso natural de rios, lançamento de efluentes doméstico e industrial diretamente em rios (GOULART; CALLISTO, 2003) além de prejudicar o meio ambiente afeta diretamente o consumo humano da qual precisa-se para a sobrevivência da população.

É uma realidade para várias regiões a escassez hídrica, e existem estimativas de mais de um bilhão de pessoas sem acesso à água potável (PIMENTEL et al., 2004). São Paulo, por ser uma cidade Brasileira mais populosa, desde 2014 tem enfrentado uma grande crise hídrica, motivos relacionados ao uso irracional da água pela população e perdas de água pela distribuição (DE SOUZA, 2013).

O consumo de águas com qualidade inadequada pode ocasionar problemas de saúde pública, uma vez que a ingestão de águas de fontes naturais potenciais para consumo, sem tratamento prévio, constituem risco potencial principalmente para populações suscetíveis, este fato corrobora para maior ocorrência de DTA's (Doenças Transmitidas por Alimentos). Consumir água que não foi devidamente tratada é o principal meio de transmissão de doenças e contaminação, apresenta risco à saúde coletiva da população que poderá ingerir determinada água (DA SILVA, 2018).

Os resíduos sólidos dispostos de forma inadequada podem acarretar doenças de veiculação hídrica que ocorrem por ingestão de água contaminada, como amebíase, febre tifoide, gastroenterite, hepatite, salmonelose, cólera ou, também, por contato, como nas verminoses e esquistossomose (Santos; Mohr, 2013, p.48)

A preocupação em ofertar fontes seguras de abastecimento é cada vez mais comum, e algumas variáveis tornam-se viáveis para avaliar a qualidade das águas por meio de características físicas, químicas e microbiológicas (BORTOLOTTI et al., 2018)

É de extrema importância avaliar a qualidade das águas destinadas ao consumo humano da cidade de Balsas/MA, visto que o consumo de água inadequada pode gerar DTA's, e este conhecimento da qualidade poderá subsidiar intervenção, por parte de órgãos municipais e estaduais, para a melhoria da qualidade da água da zona urbana de Balsas/MA.

As formas de abastecimento de água podem apresentar características bastante variadas, como por exemplo, pode ser distribuída por rede ou por meio de veículos transportadores; seu fornecimento pode ser restrito a um único domicílio ou ser para vários bairros ou municípios; os mananciais de captação da água podem ser superficiais ou subterrâneos; o tratamento da água pode ser completo ou simplificado, com apenas desinfecção. Neste sentido, é importante reconhecer o monitoramento da qualidade da água como o instrumento de verificação da sua potabilidade para consumo humano, conforme padrão estabelecido na legislação (Medeiros; Lima; Guimarães, 2015, p.696)

O presente estudo visa diagnosticar a condição do abastecimento de água, avaliar e gerenciar os riscos à saúde, a partir das informações geradas e da avaliação do cumprimento da norma de potabilidade vigente para que assim se possa traçar alternativas para minimizar os riscos à saúde relacionados ao consumo de água não segura, por meio de práticas de educação em saúde, como as orientações sobre boas práticas domiciliares relacionadas à água para consumo humano.

Portanto, objetivou-se analisar a qualidade da água distribuída para o consumo humano em bairros da cidade de Balsas-MA quanto a parâmetros físico-químicos, indicando a condição da água nos diferentes bairros da cidade.

## **2. METODOLOGIA**

A pesquisa de caráter exploratório foi realizada na zona urbana da cidade de Balsas/MA em 11 bairros da cidade, sendo realizada nos meses de março de 2022 a junho de 2022 (Tabela 01).

**Tabela 01.** Relação dos bairros da cidade de Balsas-MA avaliados.

<b>Bairros</b>
Açucena Velha
Cajueiro
Catumbi
Centro
Jardim Primavera
Joaquim Coelho
Malidere
Nazaré
Potosí
São Francisco
Setor Industrial

Fonte: (Autores, 2022)

A coleta da água para análise foi feita com garrafas PET (Polietileno tereftalato) higienizadas de 500 mL, seguindo o plano de amostragem da Portaria nº 2914, de 12 de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde, onde se pede a representatividade dos pontos de coleta no sistema de distribuição com pontos estratégicos. (BRASIL, 2011). A coleta das amostras foi realizada na rede distribuição, sendo as análises, realizadas no laboratório multifuncional II da Faculdade de Balsas - Unibalsas. Após a obtenção dos dados das análises de cada parâmetro, estes foram comparados a partir dos Valores Máximos Permitidos (VMP's) para consumo humano da Portaria nº 2914, de 12 de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde.

As amostras de água foram analisadas imediatamente após a chegada no laboratório, sendo executadas as seguintes avaliações:

1) Medição do pH: A aferição do pH foi efetuada mediante o uso de pHgâmetro digital. Antes da análise, o aparelho foi calibrado com soluções padrão de pH = 4 e pH = 7 e pH= 10 recomendadas pelo fabricante. Em seguida, utilizou-se 50 mL de cada produto testado em um béquer volumétrico de 100 mL. Foram executadas quatro medições para cada um dos componentes líquidos, sendo o pH final obtido pelo cálculo da média destas aferições. Após cada aferição, o eletrodo do aparelho foi lavado com água destilada e seco com papel toalha, com o intuito de não levar resquícios de uma amostra para a outra.

2) Condutividade elétrica: A condutividade elétrica foi determinada por um condutivímetro portátil, com faixa de leitura de 0 a 2000 mS.cm<sup>-1</sup>. Assim como descrito para



o pH, foi calculada a média após quatro aferições, sendo executadas também a lavagem e a secagem do eletrodo. A unidade de leitura de condutividade utilizada foi em  $\text{mS.cm}^{-1}$ .

3) Sólidos dissolvidos totais (TDS): A quantidade de sólidos dissolvidos totais foi determinada por um condutivímetro portátil. Assim como descrito para o pH e condutividade, foi calculada a média após quatro aferições, sendo executadas também a lavagem e a secagem do eletrodo. A unidade de leitura de condutividade utilizada foi em  $\text{mg/L}$ .

O delineamento experimental adotado foi o delineamento inteiramente casualizado, com quatro repetições para cada amostra.

Os dados obtidos no estudo foram analisados descritivamente e apresentados por meio de tabelas. Os dados também foram submetidos à análise de variância (F 5%) e quando significativas submetidas a teste de Tukey, utilizando o programa estatístico Agroestat (BARBOSA, MALDONADO JUNIOR, 2015).

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Souza, Pinto e Mendes (2012), a condutividade elétrica (CE) se caracteriza com a capacidade de condução de corrente elétrica de sais dissolvidos e ionizados que estão presentes na água, podendo ser utilizada como parâmetro de avaliação de qualidade.

A condutividade elétrica (CE) não oferece riscos à saúde humana mas através do seu valor pode-se calcular a quantidade de Sólidos Totais Dissolvidos (STD) ( $\text{Na}^+$ ,  $\text{K}^+$ ,  $\text{Ca}^{2+}$ ,  $\text{Mg}^{2+}$ ,  $\text{NH}_4^+$ ,  $\text{Cl}^-$ ,  $\text{SO}_4^{2-}$ ,  $\text{NO}_3^-$ ,  $\text{NO}_2^-$ ,  $\text{HCO}_3^-$ ) e esta sim pode causar alguns riscos pois quando estão em uma parcela maior podem acumular sais na corrente sanguínea possibilitando a formação de cálculos renais, corrosões nas tubulações e também podem deixar a água com um gosto desagradável (SANTOS; MOHR, 2013)).

De acordo com a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.914/2011 o valor máximo recomendado para os STD, é  $1.000 \text{ mg/L}$ , e não estabelece limites para a condutividade elétrica em água destinada para consumo humano (BRASIL, 2011). A medida que a concentração de sais aumenta a condutividade elétrica também aumenta, elas são diretamente proporcionais.



De acordo com a Tabela 2, o bairro que possui uma maior condutividade elétrica de água é o bairro São Francisco (1.335,25  $\mu\text{S}/\text{cm}$ ), em seguida o bairro Joaquim Coelho apresentou um valor bem menor que este anterior, reduzindo quase a metade apresentando o valor de 659  $\mu\text{S}/\text{cm}$ , o Malidere (512,5  $\mu\text{S}/\text{cm}$ ) também apresentou um valor abaixo, o bairro Potosí e Jardim Primavera com valores similares ( 500,5  $\mu\text{S}/\text{cm}$ ) e (483  $\mu\text{S}/\text{cm}$ ) respectivamente possuem uma Condutividade Elétrica (CE) com diferenças mínimas, posteriormente o bairro Cajueiro com um total de 428,5  $\mu\text{S}/\text{cm}$ , e mais a baixo os bairros Catumbi (63,25  $\mu\text{S}/\text{cm}$ ), Nazaré (54,5  $\mu\text{S}/\text{cm}$ ), Setor Industrial (53,5  $\mu\text{S}/\text{cm}$ ) e Açucena Velha (38,75  $\mu\text{S}/\text{cm}$ ) com valores equivalentes e mais inferiores da tabela.

**Tabela 02.** Condutividade elétrica (CE) de amostras de água coletadas em diferentes bairros da cidade de Balsas-MA.

<b>Bairros</b>	<b>Condutividade elétrica (<math>\mu\text{S}/\text{cm}</math>)</b>
São Francisco	1335,25 a
Joaquim Coelho	659,00 b
Malidere	512,50 c
Potosí	500,50 cd
Jardim Primavera	483,00 cd
Cajueiro	428,5 d
Catumbi	63,25 e
Nazaré	54,50 e
Setor Industrial	53,50 e
Açucena Velha	38,75 e
Centro	22,25 e

Esse resultado pode-se observar que quanto maiores os valores da condutividade (CE) maior é a quantidade dos sólidos totais dissolvidos (STD) estimado, ou seja, são diretamente proporcionais. Isso pode ser explicado pela estreita relação dos sólidos totais dissolvidos (STD) com a Condutividade Elétrica (CE) (BRAGA, 2021).

Becker (2010) observou que 40% das águas que foram feitas análises, foram classificadas como águas salobras ( $500,0 < \text{STD mg.L}^{-1} < 1.500,0$ ), que foram as amostras de águas dos poços coletadas nos municípios de Jaguaruana, Itapagé, Tamboril e Ipaporanga. O que se pode observar uma semelhança quanto aos bairros São Francisco, Joaquim Coelho e Malidere que estão com valores entre 1500 e 500 na condutividade elétrica tendo então uma maior quantidade de STD, sendo estes bairros uma água mais salobra que pode ocasionar problemas de saúde dos moradores destes bairros.

Para Sena (2015) na água existe muitos eletrólitos como Cl e H<sup>+</sup> e estão dissolvidos e, portanto, quanto maior seu valor, maior é a quantidade de partículas dissolvidas na água e quanto mais pura a água, menor o valor de condutividade elétrica. Essa relação pode ser feita com os bairros citados que possuem uma menor condutividade elétrica, sendo águas mais puras e melhores para consumo humano.

De acordo com Yaron (1973) o teor de sais em águas subterrâneas ocorre de sua origem, do curso sobre o qual ela flui e da composição e facilidade de dissolução do substrato em que se encontra em contato, ou seja, da geologia da região. No bairro São Francisco a água coletada era subterrânea, então isso pode estar relacionado ao solo da região que foi feito o poço para obtenção de água para abastecimento dessa população da região, podendo conter um teor maior de sais e ocasionando em uma condutividade elétrica maior.

De acordo com a Tabela 3, o bairro que possui uma maior Sólidos Totais Dissolvidos (STD) é o bairro São Francisco (385 mg L), em seguida o bairro Joaquim Coelho apresentou um valor bem menor que este anterior, reduzindo quase a metade apresentando o valor de 215 mg L, os bairros Potosí, Jardim Primavera e Cajueiro com valores similares possuem uma STD com diferenças mínimas, os bairros Catumbi, Nazaré, Setor Industrial, Centro e Açucena Velha possuem os menores valores de STD.

Esse resultado pode-se observar que é da importância da qualidade da água que refere a todas as substâncias filtráveis orgânicas e inorgânicas encontradas na água. O fato dos Sólidos Totais Dissolvidos (STD), está em um estado alto pode-se perceber pela cor, cheiro e sabor da água. Os bairros com altos valores de STD são atrelados a rede de distribuição ser realizada por poço artesiano, o que aumenta o teor de sais da água e conseqüentemente o STD.

Segundo Moura et al (2011) quando os valores são considerados baixos, estes não oferecem risco de danos aos sistemas de irrigação. A quantidade mínima de Sódios Totais Dissolvidos (STD), nesse sentido a (OMS) recomenda, no caso da água mineral o limite é de 60mg por 100ml da bebida, ou seja, bem menos do que a classificação de alimentos ricos em sódios.

Souza e Gastaldini, (2014) alertam que bacias que apresenta contribuição de esgoto doméstico lançado indevidamente, resíduos sólidos ao longo do curso d'água e contribuição da agricultura pode comprometer a qualidade do corpo hídrico, os altos níveis de Sódios Totais Dissolvidos (STD) podem estar ligadas a intensa ocupação da sua margem como áreas residenciais.

Santos (2000) relata que a qualidade das águas subterrâneas visa principalmente a proteção da saúde pública e controle de substâncias nocivas à saúde do ser humano, como microrganismos patogênicos, substâncias tóxicas e compostos radioativos, a água consumida pelo ser humano deve seguir os parâmetros rigorosos da qualidade, e para isso, não deve obter elementos nocivos à saúde como substâncias tóxicas e organismos patogênicos, não possuir sabor, odor ou aparência.

**Tabela 03.** Sólidos Totais Dissolvidos (STD) de amostras de água coletadas em diferentes bairros da cidade de Balsas-MA.

Bairros	Sólidos Totais Dissolvidos (mg L)
São Francisco	385,50 a
Joaquim Coelho	215,00 b
Malidere	158,75 c
Potosí	147,75 c
Jardim Primavera	142,00 c
Cajueiro	128,25 c
Catumbi	19,75 d
Nazaré	17,50 d
Setor Industrial	17,25 d
Centro	11,00 d
Açucena Velha	10,00 d

O potencial hidrogeniônico (pH) é um logaritmo que expressa a concentração de íons de hidrogênio ( $H^+$ ). Esse parâmetro físico-químico é analisado nas águas disponíveis para consumo e é fortemente influenciado pela presença de sais e de bicarbonato nas mesmas. Dessa forma é perceptível a relações que quanto maior a quantidade de SDT (Sólidos Totais Dissolvidos) na água, maior é o seu pH (Tabela 04).

Para Petrucci; Sacco; Lucio (2011, p.3) apud Esteves (1998), “as medidas do pH podem ser influenciadas por diversos fatores, dentre eles, concentração de íons  $H^+$  originados da ionização de ácido carbônico, que gera valores baixos de pH e das relações de íons de carbonato com a molécula de água, que eleva os valores de pH para a faixa mais alcalina”. Ainda para este autor, a grande maioria dos corpos d’água continentais tem pH variante entre 6 e 8. A partir disso é possível observar que se medido com esses parâmetros a maioria dos bairros que foram visitados para essa pesquisa, usufruem de uma água com o potencial hidrogeniônico maior que 8.

Uma das alegações sobre o pH da água, e a sua relação com o plasma sanguíneo, segundo Almeida; Ribas Filho (2018) o pH tem uma relação direta com o aparecimento e

progressão de doenças crônicas e também com o acionamento dos mecanismos complementares responsáveis por regular o pH, o deixando nos parâmetros compatíveis com a vida. Visto isso, o resultado dos parâmetros de potencial hidrogeniônico dos bairros: Potosí, Malidere, Joaquim Coelho, Jardim Primavera, Cajueiro e São Francisco está alto, podendo gerar consequências significativas a curto e longo prazo, nos moradores que consomem a água desses locais.

**Tabela 03.** Potencial Hidrogeniônico (pH) de amostras de água coletadas em diferentes bairros da cidade de Balsas-MA.

<b>Bairros</b>	<b>Potencial Hidrogeniônico (pH)</b>
Potosí	8,4 a
Malidere	8,3 a
Joaquim Coelho	8,3 a
Jardim Primavera	8,2 a
Cajueiro	8,1 a
São Francisco	8,1 a
Açucena Velha	6,3 b
Centro	5,0 c
Catumbi	4,5 d
Setor Industrial	4,4 d
Nazaré	4,4 d

#### 4. CONCLUSÕES

Recomenda-se para os bairros São Francisco, Potosí, Malidere e Joaquim Coelho que o consumo de água seja realizado por água mineral.

A água advinda de bairros cujo abastecimento ocorre por meio de poço artesiano possui maiores valores de CE, STD e pH.

Os parâmetros avaliados acima dão indicativos da qualidade da água, no entanto não são determinantes para definição desta, havendo a necessidade de maiores análises para definição.

## 5. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carlos Alberto Nogueira de; RIBAS FILHO, Durval. Potencial hidrogeniônico da água e sua influência no organismo humano: um artigo de revisão. **International Journal of Nutrology**, v. 11, n. S 01, p. S16-S23, 2018.
- BARBOSA, J.C., MALDONADO JÚNIOR, W., 2010. **AgroEstat: sistema para análises estatísticas de ensaios agronômicos**.
- BECKER, HELENA. **Controle analítico de águas**. Versão 4. Universidade Federal do Ceará. 2010.
- BORGES, Adriana Sanches. Abordagem sócio hidrogeologica para avaliação dos usos das águas subterrâneas em comunidades rurais. 2021.
- BORTOLOTI, K. D. C. S., MELLONI, R., MARQUES, P. S., CARVALHO, B. M. F. D., ANDRADE, M. C. (2018). Qualidade microbiológica de águas naturais quanto ao perfil de resistência de bactérias heterotróficas a antimicrobianos. **Engenharia Sanitaria e Ambiental**, 23, 717-725.
- BRAGA, Erika de Almeida Sampaio et al. Classificação da água subterrânea com base nos sólidos totais dissolvidos estimado. **Águas Subterrâneas**, v. 35, n. 2, 2021.
- BRASIL. PORTARIA Nº 2.914, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. 2011.
- CONAMA das limitações de uso da água superficial da lagoa Maior, Três Lagoas/MS. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3(4), pp.771-780.
- CORREIA FILHO, F. L. (2011). Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: estado do Maranhão: relatório diagnóstico do município de Balsas. CPRM.
- D. G.; MACHADO, L. F. Qualidade da água para uso em irrigação na microbacia do córrego do Cinturão Verde, município de Ilha Solteira. **Revista Brasileira de Agricultura Irrigada**, Fortaleza-CE, v. 5, n. 1, p. 68-74, 2011.
- DA SILVA, Brendon Barbosa et al. Análise da qualidade da água do Ribeirão Tranqueira. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 9, n. 8, p. 11-25, 2018.

DE SOUZA, A. S. Avaliação do potencial para reuso de águas cinzas e aproveitamento de águas pluviais em uma edificação comercial de grande porte. Monografia de TCC. Universidade Federal de Sergipe. 2013.

GOULART, M. D.; CALLISTO, Marcos. Bioindicadores de qualidade de água como ferramenta em estudos de impacto ambiental. **Revista da FAPAM**, v. 2, n. 1, p. 156-164, 2003.

MARANHÃO. Decreto nº 27.845, de 18 de novembro de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.149, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos, com relação às águas superficiais, e dá outras providências. Maranhão, 2011.

MEDEIROS, Adaelson Campelo; LIMA, Marcelo de Oliveira; GUIMARÃES, Raphael Mendonça. Avaliação da qualidade da água de consumo por comunidades ribeirinhas em áreas de exposição a poluentes urbanos e industriais nos municípios de Abaetetuba e Barcarena no estado do Pará, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 695-708, 2016.

MOURA, R.S.; HERNANDEZ, F. B. T.; LEITE, M. A.; FRANCO, R. A. M.; FEITOSA,

PETRUF, Luís Ambrosio; SACCO, Vania Aparecida; LUCIO, Léia Carolina. **Oxigênio dissolvido (OD), potencial hidrogeniônico (pH), temperatura e condutividade elétrica como parâmetros físico-químicos da água do ribeirão Morangueira**, Maringá/PR. 2011.

PIMENTEL, Carlos. A relação da planta com a água. Seropédica: Edur, 2004.

SANTOS, Almany Costa. **Noções de Hidroquímica**. In: FEITOSA, Fernando A.c.; FILHO, João Manoel (Org.). Hidrogeologia: Conceitos e Aplicações. 2. ed. Fortaleza: Cprm, 2000. Cap. 15. p. 3-390.

SANTOS, R. S.; MOHR, T. Saúde e qualidade da água: análises microbiológicas e físico-químicas em águas subterrâneas. **Revista Contexto & Saúde**, Ijuí, v. 13, n. 24, p. 46-53, jan./dez. 2013.

SENA, M. G. T. et al. Variabilidade da condutividade elétrica e do pH nas águas superficiais da região semiárida. In: III INOVAGRI International Meeting, Fortaleza, Ceará. 2015.

SOUZA, D.F.; PINTO, A.L.; MENDES, A.M.S.; OLIVEIRA, G.H. (2012). Classificação

SOUZA, M. M. D., & GASTALDINI, M. D. C. C. (2014). Avaliação da qualidade da água em bacias hidrográficas com diferentes impactos antrópicos. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, 19, 263-274.

YARON, B. **Water suitability for irrigation**. In: YARON, B.; DANFORS, E.; VAADIA, Y. (ed.) Arid zone irrigations. Berlin: Springer-Verlag. 1973. Cap. 4, p.71-85. Ecological Studies.

## AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS DA REGIÃO DE BALSAS-MA ATRAVÉS DO BALANÇO HÍDRICO

Valéria Oliveira da Silva – UNIBALSAS <sup>1</sup>

Pedro Lucas da Silva Mota – UEMA <sup>2</sup>

Antonio Santana Batista de Oliveira Filho – UNIBALSAS <sup>3</sup>

Jefferson Carvalho Barros – UNIBALSAS <sup>4</sup>

Maria Emilia Ferreira Barros – UNIBALSAS <sup>5</sup>

Adriana Araujo Diniz – UEMA <sup>6</sup>

**Resumo:** As mudanças climáticas, afetam anualmente o desenvolvimento da agricultura, nesse sentido conhecer as condições climáticas que atuam sobre determinada região é de extrema importância para o planejamento das atividades do homem sobre o local. O balanço hídrico climatológico (BHC) é uma das formas de monitorar o armazenamento de água no solo, sendo desse modo de extrema importância para o planejamento das atividades ligadas ao agronegócio. Objetivou-se com este estudo desenvolver o BHC de acordo com a metodologia proposta por Thornthwaite e Mather (1955), para o município de Balsas- MA nos últimos 5 anos. Nesse estudo foi utilizada uma série de dados históricos entre os anos de 2017 e 2021, contendo a precipitação pluvial média mensal e temperatura. Para o cálculo do BHC foi adotado o valor de 100mm para a capacidade de água disponível (CAD). No ano de 2017 pode-se observar índices negativos em relação ao balanço hídrico sempre nos mesmos períodos de Abril a Novembro, em 2019 percebe-se que a retirada é maior no mês de abril e a reposição hídrica é maior nos meses de janeiro a março, em 2020 a deficiência hídrica no mês de maio se mantém estável chegando uma queda máxima em setembro nos índices de volume aproximadamente de -300 mm, enquanto que no ano de 2021 nos meses de março a junho percebe-se uma queda brusca do armazenamento mensal nos índices de 0 mm e se mantendo até outubro onde observa-se um aumento da capacidade do armazenamento significativa nos meses de novembro a dezembro.

**Palavras-chave:** Mudanças climáticas. Precipitação. Regime hídrico.

**Abstract:** Climate change annually affects the development of agriculture, in this sense knowing the climatic conditions that act on a certain region is extremely important for the planning of human activities on the site. The climatological water balance (BHC) is one of the ways to monitor the storage of water in the soil, being therefore extremely important for the planning of activities related to agribusiness. The objective of this study was to develop the BHC according to the methodology proposed by Thornthwaite and Mather (1955), for the municipality of Balsas-MA in the last 5 years. In this study, a series of historical data between the years 2017 and 2021 was used, containing the average monthly rainfall and temperature. To calculate the BHC, the value of 100mm was adopted for the available water capacity (CAD). In the year 2017, negative indices can be observed in relation to the water balance always in the same periods from April to November, in 2019 it is noticed that the withdrawal is greater in the month of April and the water replacement is greater in the months of January to March, in 2020 the water deficit in the month of May remains stable, reaching a maximum drop in September in the volume indices of approximately -300 mm, while in the year 2021, in the months of March to June, there is a sudden drop

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Agronegócio. E-mail: valeria.oliveira@alu.unibalsas.edu.br

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Agronomia. E-mail: pedromota@aluno.uema.br

<sup>3</sup> Professor do Curso Agronegócio. E-mail: antonio.santana@prof.unibalsas.edu.br

<sup>4</sup> Professor do Curso Agronegócio. E-mail: coord.agronegocio@unibalsas.edu.br

<sup>5</sup> Licenciada em Ciências Habilitação em Biologia, membra do NPPGE. E-mail: nppge@unibalsas.edu.br

<sup>6</sup> Professora do Curso Agronomia. E-mail: adrisolos2016@gmail.com



in monthly storage in indices of 0 mm and remaining until October, where there is a significant increase in storage capacity in the months from November to December.

**Keywords:** Climate change. Precipitation. Water regime.

## 1. INTRODUÇÃO

A água é essencial à sustentação e concepção de todos os organismos vivos do planeta e possui uma série de utilidades que vão muito além do consumo humano, sendo usada em vários setores tanto da economia como de ambientes sociais, como empresas, casas, escolas e principalmente nas atividades agrícolas. Vários estudos revelaram que a escassez de água já é uma realidade em diversas regiões do Brasil, o que tende a ser recorrente em todo o mundo (DE OLIVEIRA, J. A. M.; DE OLIVEIRA, C. M. M., 2018).

As mudanças climáticas que vem ocorrendo nos últimos anos, em especial a ocorrência de secas extremas em diferentes regiões de cultivo tem incrementado a presença de variações no ambiente nas últimas décadas, que causam mudanças significativas no desenvolvimento e na produção das culturas. Existem estudos com base na ideia de que o aumento da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera terão um grande papel na geração de distorções tanto no padrão de temperatura quanto no padrão de precipitações, o que pode ser um fator de alto risco para perdas no setor agrícola (SOUZA, 2018).

Segundo Del Aguila et al., (2020) o clima representa um dos principais fatores de desenvolvimento de uma cultura, podendo influenciar tanto em oscilações de altas produtividades, como também no fracasso da colheita. A falta de umidade suficiente para suprir à demanda da planta para o seu satisfatório desenvolvimento tem se tornado mais frequente, nesse sentido é necessário que se busque conhecer como as variações do clima influenciam no desenvolvimento das plantas para que assim se possa traçar estratégias para mitigar os efeitos dessas variações.

O monitoramento da dinâmica agroclimática é crucial para a otimização da produção agrícola, pois anomalias climáticas são as principais causadoras de baixas na produtividade agrícola mundial e uma das principais etapas do planejamento agrícola para a obtenção de altas produtividades é o monitoramento climático, pois ele determina as condições mais propícias para o desenvolvimento de uma cultura. Portanto, o estudo dos períodos de maior ou menor incidência das precipitações, das temperaturas adequadas para cada cultura, da



disponibilidade de radiação (fotoperíodo) e do balanço hídrico são uma importante ferramenta para haver um retorno produtivo (VILLA, et al., 2022)

O conhecimento das variáveis estimadas no BHC favorece o planejamento agropecuário e as práticas de controle de produção, porque são informações que permitem aos produtores identificar as condições climáticas que fragilizam o sistema produtivo (Santos et al., 2010). No geral, esse balanço é uma contagem da quantidade de água que entra e sai em um volume de solo durante um tempo determinado e as principais variáveis utilizadas são: ETR (evapotranspiração real), EXC (excedente hídrico), DEF (déficit hídrico) e ER/ETP (disponibilidade hídrica) (ARAÚJO, et al., 2019).

Existem diversos tipos de sistemas de classificação climática, denominados de SCC, dentre eles o de Thornthwaite de 1948, esse sistema utiliza índices que são definidos com base no BHC (Balanço Hídrico Climático). Esse sistema é o mais adequado e utilizado no ramo agrícola, pois ele se baseia na idéia de que a planta é um meio físico capaz de conduzir água do solo para a atmosfera (PASSOS; ZAMBRZYCKI; PEREIRA, 2017).

Diante do exposto, é de extrema importância o conhecimento do balanço hídrico climático para saber se determinada área possui as características adequadas para a implementação de uma cultura ou se será necessário o dimensionamento de um sistema de irrigação. Assim, é uma ferramenta fundamental para o sucesso de um empreendimento agrícola, possibilitando a tomada de decisão no tocante à prática de irrigação para suprir a deficiência hídrica no solo.

A irrigação é uma importante alternativa para a otimização da produção mundial agrícola, mas o aumento da demanda dos produtos resultantes dessa produção está diretamente ligada com o aumento da demanda hídrica (MAROTTO; FRAGA; DA SILVA MARTINS, 2022). A agricultura é responsável por cerca de 70% do uso de toda água doce que é consumida no mundo e isso se deve principalmente ao mal uso da água por erros na hora do dimensionamento do sistema de irrigação (DE ATHAYDE, 2021).

Por isso, o presente trabalho teve como objetivo avaliar as condições climáticas da região de Balsas por meio do balanço hídrico da cidade realizado nos últimos 5 anos.

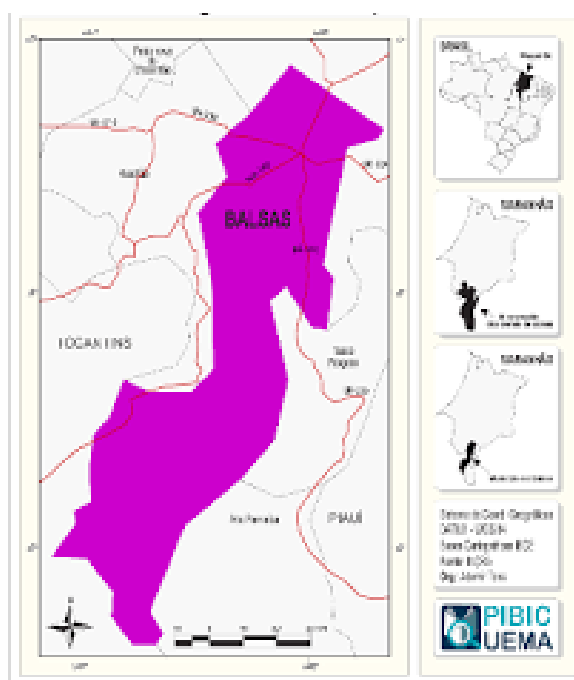
## 2. METODOLOGIA

### 2.1 Caracterização da área de estudo

A pesquisa foi conduzida na cidade de Balsas/MA, no período de março a junho de 2022. Na figura 1 é possível visualizar um mapa com a localização geográfica do município.

As coordenadas geográficas da cidade de Balsas-MA são 7° 31' de latitude sul, 46° 2' de longitude oeste e 243 m de altitude média. O município de Balsas localiza-se na parte sul do Maranhão, integrando a microrregião dos Gerais de Balsas, sendo Balsas a cidade principal. Limita-se com os municípios Riachão, São Raimundo das Mangabeiras, Fortaleza dos Nogueiras, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba, Nova Colinas e Sambaíba. Possui uma área de 13.141,733 km<sup>2</sup>, uma população estimada de aproximadamente 93,511 habitantes e uma densidade demográfica de 6,36 habitantes km<sup>-2</sup> (IBGE, 2016). O clima, segundo a classificação de Köppen, é do tipo tropical quente e úmido (Aw), com estação seca (MARANHÃO, 2002).

**Figura 01.** Localização geográfica do município de Balsas-MA.



**Fonte:** Rodrigues e Terra (2017).

### 2.2 Balanço hídrico climático

O presente estudo utilizou uma metodologia de abordagem indutiva com procedimento comparativo.

O cálculo do BHC foi efetuado adotando-se o valor de 100 mm para a capacidade de água disponível no solo (CAD); os valores médios mensais de temperatura e precipitação pluvial foram calculados no período de 2017 a 2021.

Os dados foram obtidos a partir da estação meteorológica convencional do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), cujo código da Organização Mundial de Meteorologia (OMM) é 82768. A estação localiza-se nas coordenadas 7° 31' de latitude sul, 46° 1' de longitude oeste e altitude de 259,38 m.

A evapotranspiração potencial (ETP) foi estimada pelo método de Thornthwaite (1948). Utilizando-se os valores de precipitação pluvial e ETP foi possível estimar a evapotranspiração real (ETR), o armazenamento de água do solo (ARM), a deficiência hídrica (DEF) e o excedente hídrico (EXC).

A partir dos dados de BHC foi realizada a classificação climática com base nos valores do índice hídrico (Ih), índice de aridez (Ia) e do índice de umidade (Iu), obtidos a partir das seguintes equações:

$$Ih = \frac{EXC}{ETP} 100$$

$$Ia = \frac{DEF}{ETP} 100$$

$$Iu = Ih - 0,6Ia$$

Em que:

EXC = excedente hídrico, em mm;

ETP = evapotranspiração potencial, em mm;

DEF = deficiência hídrica, em mm;

Ih = índice hídrico;

Ia = índice de aridez;

Iu = índice de umidade.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na figura 1A percebe-se que os meses de Janeiro e Fevereiro tiveram uma excelente quantidade de chuva, alcançando uma média de 70 mm, diferente dos meses seguintes, onde a partir do mês de Março nota-se um decréscimo no nível pluviométrico. O mês que se destaca com o pior índice de chuva é Outubro, com uma média de -320 mm de água, afetando diretamente no balanço hídrico. O volume de chuvas começa a estabilizar novamente no mês de Dezembro.

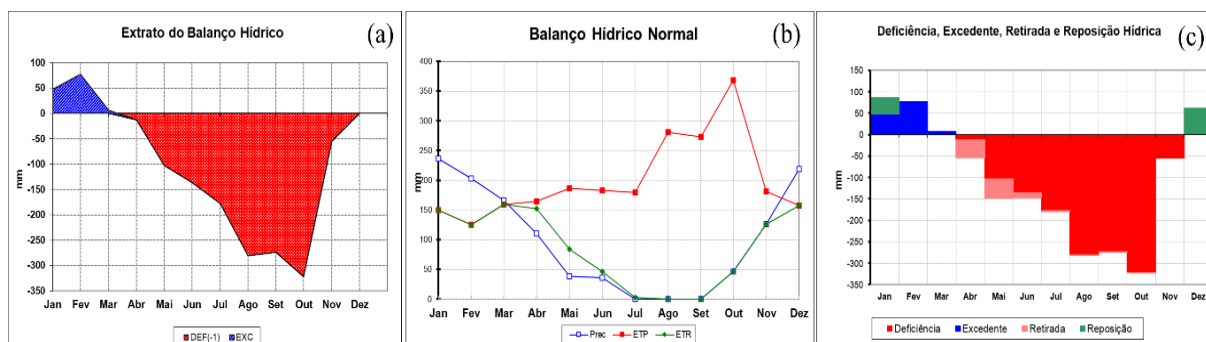
Na figura 1B o mês de Janeiro destaca-se com o melhor índice de precipitação pluviométrica alcançando 250 mm, já os meses de julho, agosto e setembro apresentam os piores índices pluviométricos. Quanto aos índices de ETR e ETP, tanto a perda de água quanto a evapotranspiração permanecem iguais entre os meses de Janeiro e Março, enquanto que os meses de Julho, Agosto e Setembro apresentam as piores médias de ETR, visto que as mesmas não podem ser maiores que as médias de ETP (A ETR sempre será maior ou igual a ETP). Quanto a evapotranspiração, seu maior pico foi no mês de Outubro.

Na figura 1C verifica-se uma deficiência hídrica no mês de Abril, destaca-se também o mês de Outubro com o pior índice, seguido da retirada. Quanto ao volume hídrico excessivo, janeiro e fevereiro possuem as melhores taxas em relação ao mês de Março. Os meses que apresentam os melhores índices de reposição hídrica alcançando uma média de 100mm são os mesmos meses referentes aos índices de excedentes de chuva.

Os dados de precipitação média de cada mês são de extrema importância para analisar a disponibilidade hídrica local (ARAÚJO, 2019). Durante o período avaliado notou-se um índice pluviométrico bastante irregular de um mês para o outro, o que pode ser explicado por altas temperaturas e baixa disponibilidade de água o que é resultado de uma maior necessidade hídrica exigida pela atmosfera (PASSOS; ZAMBRZYCKI; PEREIRA, 2017).

Nas avaliações feitas por Pires e Nascimento (2018), em Planaltina/DF no ano de 2017, ocorreu um período de estiagem e consequente aumento da deficiência hídrica a partir do mês de Abril, havendo uma reposição com o retorno das chuvas nos meses de Novembro e Dezembro. Na figura 1A, B e C percebe-se índices negativos em relação ao balanço hídrico sempre nos mesmos períodos de Abril a Novembro.

**Figura 01.** Balanço hídrico pelo método de Thornthwaite e Mather (1955) (a), deficiência hídrica e excedente (b) e extrato do balanço hídrico normal (c) para o ano de 2017 da cidade de Balsas-MA.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Na Figura 2A percebe-se que nos meses de fevereiro está excedente, chegando aproximadamente uns 40 mm em março. Logo em seguida percebe-se que o volume hídrico tem uma decadência atingindo nos demais meses e chegando ao pior índice de deficiência hídrica no mês de setembro. Voltando ao equilíbrio no mês de dezembro.

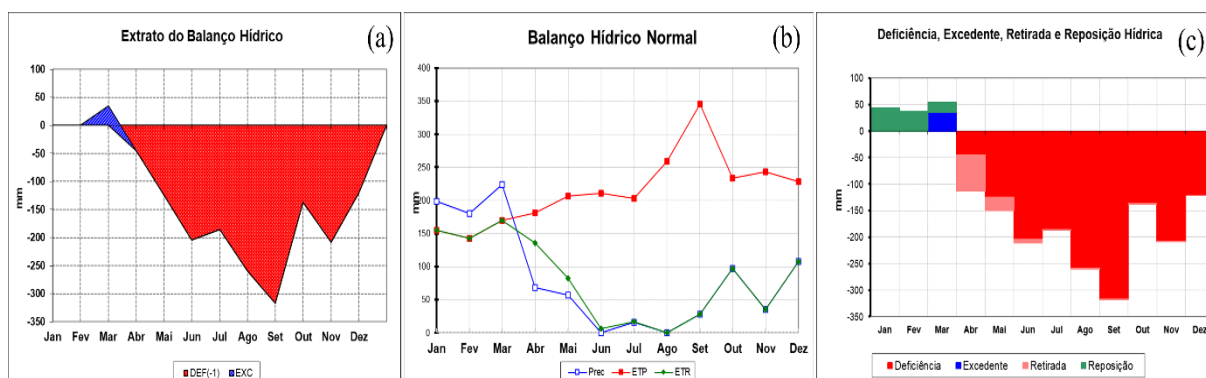
Na figura 2B os dados do balanço hídrico normal mostram que em janeiro o índice de precipitação inicia com uma média de 200 mm chegando ao maior ponto de volume no mês de março e logo em seguida há uma queda entre os meses de junho e setembro, aumentando novamente entre os meses de outubro e dezembro. Quanto a ETP e a ETR, inicia-se com uma média em janeiro no volume de 150 mm, a evapotranspiração é maior no mês de setembro onde o volume do balanço hídrico normal chega aproximadamente a 350 mm e a ETR a partir de março tem uma queda brusca, os meses de junho a agosto apresentam um volume de 0 mm, logo em seguida percebe-se um aumento até o mês de dezembro.

De acordo com Pereira et al., (2019) o mês de Agosto foi o mês mais crítico, não havendo precipitação no município de Rio Verde em Goiás, na mesma pesquisa, os meses com maiores índices de precipitação foram Novembro, Fevereiro e Março. Os resultados são semelhantes para a região de estudo do presente trabalho.

Na figura 2C percebe-se que a deficiência hídrica inicia-se estável no mês de abril chegando ao seu pior índice no mês de setembro e voltando ao um equilíbrio no mês de dezembro. Quanto ao excedente hídrico é notório apenas no mês de março. Percebe-se que a retirada é maior no mês de abril porém no mês de junho é menor na média de -200 mm e a reposição hídrica é maior nos meses de janeiro a março no volume de aproximadamente de 50 mm.

Já na região do município de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, pode-se observar que as estações são bem definidas, onde a estação chuvosa ocorre entre os meses de Outubro a Março e a estação seca entre os meses de Abril a Setembro (OLIVEIRA, 2019).

**Figura 02.** Balanço hídrico pelo método de Thornthwaite e Mather (1955) (a), deficiência hídrica e excedente (b) e extrato do balanço hídrico normal (c) para o ano de 2019 da cidade de Balsas-MA.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Na figura 3A percebe-se que a excedência hídrica no mês de janeiro começa nos índices de volume aproximadamente 50 mm chegando a um pico maior no mês de março e um índice menor no mês de maio. Quanto à deficiência hídrica seus menores índices são no mês de maio e o seu maior no mês de setembro.

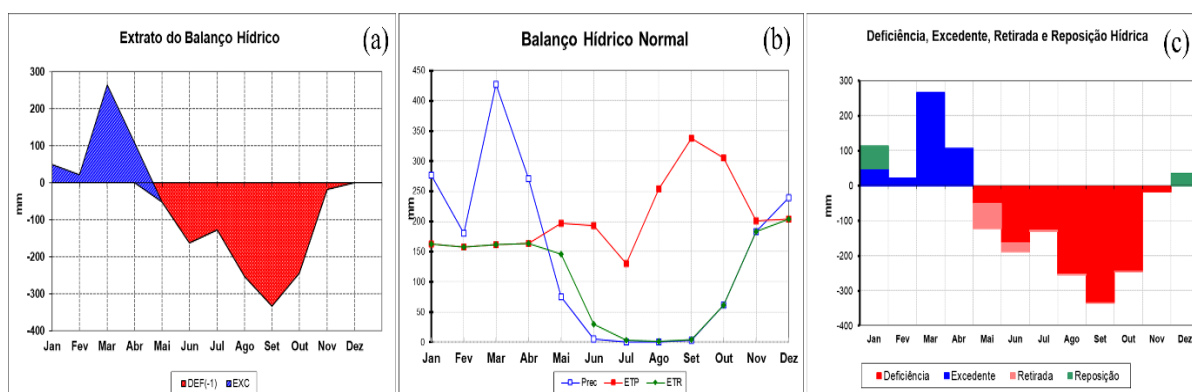
Na figura 3B quanto ao balanço hídrico normal a precipitação no mês de janeiro chega aproximadamente 280 mm tendo uma queda no mês de fevereiro e logo em seguida no mês de março chega ao seu pico máximo atingido aproximadamente 450 mm e seu índice mínimo nos meses de junho a setembro e logo em seguida um aumento chegando a 250 mm o mês de dezembro. A ETP e a ETR seguem em uma mesma média de janeiro a abril, a partir daí a ETP chega num índice maior no mês de setembro e a ETR uma queda chegando ao índice mínimo de junho a setembro e logo em seguida um aumento no mês de dezembro nos volumes de aproximadamente 22 mm.

Na figura 3C a reposição hídrica é maior no mês de janeiro e menor no mês de dezembro. O excedente hídrico é menor no mês de janeiro e maior no mês de março. A retirada no mês de maio é frequente no volume de -100 mm e de aproximadamente -200 no mês de junho. Quanto à deficiência hídrica no mês de maio se mantém estável chegando uma queda máxima em setembro nos índices de volume aproximadamente de -300 mm.

No município de Rio Verde, em Goiás, Fevereiro e Março foram os meses com as maiores ocorrências de chuvas, com valores médios de 251,7 e 302,6 mm respectivamente, já os meses com menores incidências foram Julho e Agosto com 9,3 e 9,9 mm

respectivamente (LOPES SOBRINHO, et al., 2020). Esses valores foram divergentes de acordo com os resultados obtidos com o presente trabalho para a região em estudo.

**Figura 03.** Balanço hídrico pelo método de Thornthwaite e Mather (1955) (a), deficiência hídrica e excedente (b) e extrato do balanço hídrico normal (c) para o ano de 2020 da cidade de Balsas-MA.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Na figura 4A percebe-se que o excedente hídrico se mantém na margem de 0 mm nos meses de janeiro a abril, onde se vê que a deficiência hídrica inicia-se tendo os índices mais agravantes entre os meses de agosto a setembro. Nos meses de outubro a dezembro o excedente hídrico chega à margem de 2.000 mm no mês de novembro.

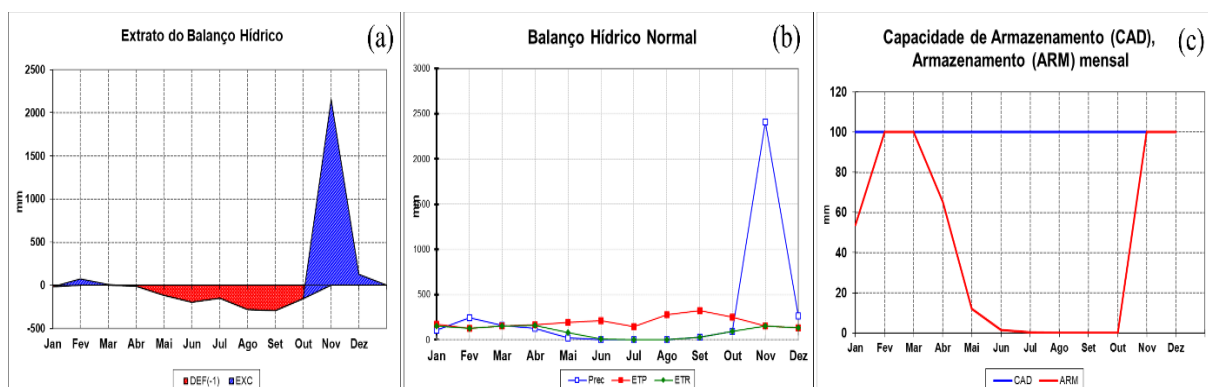
Figura 4B o gráfico representa que a precipitação possui índice baixo de janeiro a setembro, onde nos meses de outubro a novembro é notório uma elevação nos índices de precipitação atingindo 2500 mm no mês de novembro. Quanto à ETP e a ETR ambas possuem índices baixos durante todo ano.

Figura 4C percebe-se que neste gráfico a capacidade de armazenamento (CAD) se mantém num índice durante todo ano, numa faixa de 100 mm. Já o armazenamento mensal (ARM) apresenta oscilações no decorrer do ano, onde no mês de janeiro começam na margem de aproximadamente 60 mm e em fevereiro e março já se vê uma capacidade maior no índice de 100 mm. Nos meses de março a junho percebe-se uma queda brusca do armazenamento mensal nos índices de 0 mm e se mantém até outubro onde se vê um aumento da capacidade do armazenamento significativa nos meses de novembro a dezembro.

Resultados esses que são diferentes dos encontrados no município de Paranavaí, no estado do Paraná, onde a precipitação pluviométrica foi bastante irregular, com a mínima no mês de Agosto (58,4 mm) e a máxima no mês de Janeiro (189,1 mm) (LOPES, et al., 2021).



**Figura 04.** Balanço hídrico pelo método de Thornthwaite e Mather (1955) (a), deficiência hídrica e excedente (b) e extrato do balanço hídrico normal (c) para o ano de 2021 da cidade de Balsas-MA.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças climáticas, em especial a ocorrência de secas extremas em diferentes regiões de cultivo, têm incrementado a presença de variações no ambiente nas últimas décadas, que causam mudanças significativas no desenvolvimento e na produção das culturas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, D. B.; MARTINS, J. V. S.; SILVA, P. D.; RODRIGUES, E. N. S.; DO NASCIMENTO, I. R.; BORGES, P. F. Balanço hídrico climatológico para o município de Cruz das Almas-BA. *In: SEMANA DA AGRONOMIA: empreendedorismo e perspectivas nas ciências agrárias*, 15, Paraíba, 2019. **Anais** [...], Universidade Federal da Paraíba, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/era/article/view/9193/6597>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ARAÚJO, D. R. D. **A captação da água de chuva para regularizar a vazão de irrigação da agricultura familiar**. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) – Universidade Federal de Campina Grande, 2019. Disponível em:



<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/11447/DANIEL%20RAMALHO%20DANTAS%20ARA%20c3%9aJO%20-%20DISSERTACAO%20PPGSA%20PROFISSIONAL%202019.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 01 ago. 2022.

DEL AGUILA, L. S.; DA COSTA, V. S.; VASQUES, S. R.; DA SILVA, S. M.; VIEIRA, P. A.; SINNEMANN, C.; DE CAMPOS, A. D. S.; ÁVILA, A. F.; LEITE, T. M.; SOARES, V. A.; ALVES, A. C. O.; ALVES, B. R. S. Efeito do sistema de cultivo e arranjo de plantas de soja sobre a produtividade de cultivar adaptada ao ambiente de Terras Baixas de clima temperado. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 3, n. 3, p. 2571-2584, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJAER/article/view/16953/13799>. Acesso em: 30 jul. 2022.

DE OLIVEIRA, J. A. M.; DE OLIVEIRA, C. M. M. Balanço hídrico climatológico e classificação climática para o município de Arinos-MG. **Revista Brasileira de Agricultura irrigada**, v. 12, n. 6, p. 3021-3027, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Oliveira-30/publication/330527315\\_BALANCO\\_HIDRICO\\_CLIMATOLOGICO\\_E\\_CLASSIFICACAO\\_CLIMATICA\\_PARA\\_O\\_MUNICIPIO\\_DE\\_ARINOS\\_-\\_MG/links/5c9281fb45851506d71f5e03/BALANCO-HIDRICO-CLIMATOLOGICO-E-CLASSIFICACAO-CLIMATICA-PARA-O-MUNICIPIO-DE-ARINOS-MG.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Oliveira-30/publication/330527315_BALANCO_HIDRICO_CLIMATOLOGICO_E_CLASSIFICACAO_CLIMATICA_PARA_O_MUNICIPIO_DE_ARINOS_-_MG/links/5c9281fb45851506d71f5e03/BALANCO-HIDRICO-CLIMATOLOGICO-E-CLASSIFICACAO-CLIMATICA-PARA-O-MUNICIPIO-DE-ARINOS-MG.pdf). Acesso em: 30 jul. 2022.

DE ATHAYDE, C. M. L. **Análise do cultivo da soja com ênfase na utilização da irrigação por sistema pivô central no estado do Rio Grande do Sul**, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/1982>. Acesso em: 11 jul. 2022.

LOPES, A. R.; DOTTO, M.; XAVIER, E.; GIAROLA, C. M.; PIROLA, K. Balanço hídrico climatológico e classificação climática para o município de Paranavaí, Paraná. **Revista Brasileira de Engenharia de Biosistemas**, v. 15, n. 3, p. 367-380, 2021. Disponível em: <https://seer.tupa.unesp.br/index.php/BIOENG/article/view/1044/524>. Acesso em: 04 ago. 2022.

LOPES SOBRINHO, O. P.; SANTOS, L. N. S.; SANTOS, G. O.; CUNHA, F. N.; SOARES, F. A. L.; TEIXEIRA, M. B. Balanço hídrico climatológico mensal e classificação climática de Köppen e Thornthwaite para o município de Rio Verde, Goiás. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 27, n. 16, p. 19-33, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/rbclima/article/view/14303/7545>. Acesso em: 04 ago. 2022.

MAROTTO, G. L.; FRAGA, R. C. A.; DA SILVA MARTINS, C. A. Desempenho de sistemas de irrigação por aspersão convencional em cultivos de hortaliças. **Editor Chefe**, p. 112-121, 2022. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20220517025052id\\_/https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/04/Livro-Engenharia-Agrarias-Exatas.pdf#page=11](https://web.archive.org/web/20220517025052id_/https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/04/Livro-Engenharia-Agrarias-Exatas.pdf#page=11). Acesso em: 11 jul. 2022.

OLIVEIRA, J. A. M. Balanço hídrico climatológico e classificação climática de Thornthwaite e Mather para o município de Conceição do Mato Dentro – MG. **Revista Brasileira de**

**Agricultura Irrigada**, v. 13, n. 1, p. 3203-3211, 2019. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/aca3bef475c74eb70e42d57a8f4c1c62/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2033446>. Acesso em: 04 ago. 2022.

PASSOS, M. L. V.; ZAMBRZYCKI, G. C.; PEREIRA, R. S. Balanço hídrico e classificação climática para uma determinada região de Chapadinha-MA. **Revista Brasileira de Agricultura Irrigada**, v. 10, n. 4, p. 758-766, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Reginaldo-Pereira/publication/308389244\\_BALANCO\\_HIDRICO\\_E\\_CLASSIFICACAO\\_CLIMATICA\\_PARA\\_UMA\\_DETERMINADA\\_REGIAO\\_DE\\_CHAPADINHA\\_MA/links/59d40660aca2721f436ce6f3/BALANCO-HIDRICO-E-CLASSIFICACAO-CLIMATICA-PARA-UMA-DETERMINADA-REGIAO-DE-CHAPADINHA-MA.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Reginaldo-Pereira/publication/308389244_BALANCO_HIDRICO_E_CLASSIFICACAO_CLIMATICA_PARA_UMA_DETERMINADA_REGIAO_DE_CHAPADINHA_MA/links/59d40660aca2721f436ce6f3/BALANCO-HIDRICO-E-CLASSIFICACAO-CLIMATICA-PARA-UMA-DETERMINADA-REGIAO-DE-CHAPADINHA-MA.pdf). Acesso em: 02 ago. 2022.

PERREIRA, A. G. B.; MARASCA, I.; SOLINO, A. J. S.; SANTOS, G. O. Balanço hídrico climatológico para o município de Rio Verde, Goiás. **Cientific@ Multidisciplinar Journal**, v. 6, n. 1, p. 26-33, 2019. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/cientifica/article/view/3653/2566>. Acesso em: 03 ago. 2022.

PIRES, L. C.; NASCIMENTO, C. T. C. Balanço hídrico na região de Planaltina Distrito Federal no ano de 2017. *In: Reunião Anual da SBPC*, 70, Maceió, 2018. **Anais [...]**, UFAL, 2018. Disponível em: [http://www.sbpcnet.org.br/livro/70ra/trabalhos/resumos/2202\\_17f6de1fce9345770d0be00944e837b7a.pdf](http://www.sbpcnet.org.br/livro/70ra/trabalhos/resumos/2202_17f6de1fce9345770d0be00944e837b7a.pdf). Acesso em: 03 ago. 2022.

ROSAL, M. C. F.; LACERDA, F. F. Avaliação do balanço hídrico climatológico para dois cenários de mudanças climáticas no semiárido nordestino e no Alto Vale do Paraíba. Disponível em: <https://iwra.org/member/congress/resource/PAP00-5569.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SOUZA, B. S. Mudanças climáticas no Brasil: efeitos sistêmicos sobre a economia brasileira provenientes de alterações na produtividade agrícola. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-15102018-113337/publico/CorrigidoBruno.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

VILLA, B.; PETRY, M. T.; MARTINS, J. D.; TONETTO, F.; TOKURA, L. K.; MOURA, M. B.; DA SILVA, C. M.; GONÇALVES, A. F.; CERVEIRA, M. P.; SLIM, J. E.; DOS SANTOS, M. S.; BELLÉ, M. G.; JIMENEZ, D. H. Balanço hídrico climatológico: uma revisão. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26669/25447>. Acesso em: 30 jul. 2022.

WERLANG, M. K.; WERLANG, E. P. Balanço hídrico e classificação climática de Thornthwaite do Bairro Camobi, Santa Maria, RS. **Geografia, Ensino e Pesquisa**, v. 25, n. 7, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/40437/html>. Acesso em: 30 jul. 2022.

## ALIMENTOS AVOENGOS E SUAS IMPLICAÇÕES DIANTE DA COVID-19

Ana Letícia Barros Teixeira- UNIBALSAS<sup>1</sup>  
Letícia Pereira Oliveira- UNIBALSAS<sup>2</sup>  
Rosemara Unser- UNIBALSAS<sup>3</sup>

**Resumo:** Considerando que os alimentos constituem direito social indisponível, protegidos constitucionalmente, além de ter seu procedimento resguardado no Código Civil, o presente resumo buscará analisar a obrigação alimentar a partir da perspectiva dos avós, a medida que estes, de modo subsidiário e temporário, poderão ser chamados para compor o polo passivo de uma ação de alimentos, na hipótese do devedor principal provar a impossibilidade de efetuar o pagamento. Para desenvolver tal temática, utilizou-se dos métodos de pesquisa bibliográfica, com destaque para a análise de jurisprudências que versam sobre o assunto. Desta forma, percebeu-se que embora sejam considerados devedores subsidiários, a legislação civil não dispõe de previsão contrária aquela comum ao devedor principal, nos casos em que a inadimplência da prestação alimentícia acarrete a decretação da prisão civil. Não obstante, a análise de caso a caso, com especial atenção para o uso de princípios, a exemplo da dignidade humana, necessidade de alimentos e da proteção do idoso, flexibilizam a aplicação de medidas tão gravosas. No mesmo sentido, a eclosão da pandemia do COVID-19, foi situação atípica que justificou a adoção de medidas diversas daquelas previstas no art.528 do CPC, uma vez que o Estado priorizou a incolumidade pública, demonstrando a adaptação do direito de família frente às mudanças da sociedade.

**Palavras-chave:** Alimentos Avoengos; Prisão Civil; Pandemia do COVID-19.

**Abstract:** Considering that food is an unavailable social right, constitutionally protected, in addition to having its procedure protected in the Civil Code, this summary will seek to analyze the maintenance obligation from the perspective of grandparents, as these, in a subsidiary and temporary way, may be called to compose the defendant in a maintenance action, in the event that the main debtor proves the impossibility of making the payment. To develop this theme, bibliographic research methods were used, with emphasis on the analysis of jurisprudence that deal with the subject. In this way, it was noticed that although they are considered subsidiary debtors, the civil legislation does not have a provision contrary to that common to the main debtor, in cases where the default of alimony entails the decree of civil imprisonment. Nevertheless, the case-by-case analysis, with special attention to the use of principles, such as human dignity, the need for food and the protection of the elderly, make the application of such burdensome measures more flexible. In the same sense, the outbreak of the COVID-19 pandemic was an atypical situation that justified the adoption of measures different from those provided for in article 528 of the CPC, since the State prioritized public safety, demonstrating the adaptation of family law against to societal changes.

**Keywords:** Grandfather Foods; Civil Prison; COVID-19 pandemic.

### 1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 assegura em seu art. 6º, os direitos sociais inerentes a todo cidadão. De modo resumido, estes direitos de segunda dimensão constituem-se como prestações positivas, ou seja, uma obrigação do Estado, que deve prover condições mínimas aos seus cidadãos, no que se refere a saúde, alimentação, educação, saneamento básico, transporte, lazer, segurança etc. Não obstante, é notório que em uma sociedade ao qual há divergências entre o texto e a realidade constitucional, caracterizando os traços essencialmente simbólicos da Magna Carta de 1988, que as autoridades públicas não conseguiram efetivar todos os direitos fundamentais na prática, dando margem para que os cidadãos, em caráter secundário, busquem prover o mínimo, a dignidade humana.

Limitando o objeto de pesquisa, a mesma se desenvolverá em torno do direito a alimentos. Os alimentos compreendem tudo o que é necessário para assegurar a vida digna do indivíduo, abarcando gastos com alimentação, educação, saúde, lazer, transporte etc. Ademais, como já mencionado, a obrigação alimentar incube primeiramente ao Estado, que deve garantir um mínimo existencial a seus cidadãos, à medida que desenvolve políticas públicas assistenciais, a exemplo da concessão de auxílios (auxílio emergencial, auxílio Brasil, bolsa escola etc). Continuando, a impossibilidade de atender as necessidades de toda a sua população, faz com que os próprios indivíduos busquem assegurá-los por outros meios.

De modo geral, a obrigação alimentar é de responsabilidade dos pais, consoante previsto no art.229 da Constituição Federal. Assim, os genitores têm a obrigação de atender as necessidades básicas de seus filhos, enquanto estas perdurarem, compromisso este, recíproco a ambos os responsáveis, mesmo após a ruptura do vínculo de afinidade entre as partes. Neste contexto, o art.1.695 do Código Civil, disciplina as hipóteses em que é cabível o pedido de alimentos, independentemente de critérios sanguíneos e etários. Não obstante, nem sempre o polo passivo da lide terá condições de atender as necessidades do requerente, hipótese em que outras pessoas poderão ser chamadas ao processo, a exemplo dos avós, em caráter subsidiário.

Dito isto, o presente artigo buscará analisar a responsabilidade dos avós frente ao pagamento de alimentos aos seus netos, diante da falta de condições (temporária ou permanente) do devedor principal, bem como a (in)possibilidade de prisão civil do devedor subsidiário de alimentos e suas implicações durante a pandemia do COVID-19. Nestes termos, para responder estas perguntas, utilizou-se do método de estudo bibliográfico.

## **2. ALIMENTOS AVOENGOS**

Em seu art.1.695, o Código Civil dispõe acerca das hipóteses em que é possível pedir alimentos, qual seja, quando quem o pretende não possuir bens suficientes para se manter,

em desfavor daquele que pode pagar os alimentos sem desfalque do necessário para o seu sustento. Neste sentido, a obrigação de pagar alimentos caracteriza-se como um direito imprescritível e irrenunciável, sendo necessário demonstrar o binômio necessidade (do alimentado) e possibilidade (do alimentante), em desfavor daquele que guarde vínculo sanguíneo ou matrimonial. Não obstante, embora essa ação possa envolver com mais frequência os pais e filhos, o art.1.694 do mesmo diploma legal, prevê a possibilidade de que os parentes, cônjuges ou companheiros, podem pedir uns aos outros os alimentos de que necessitam para viver.

De modo resumido, cabe destacar que isto decorre da natureza recíproca (art.1.696 do CC) que envolve tal obrigação, à medida que aquele que tem legitimidade para pedir, também pode ser responsável por pagar. Somados a isso, a imprescritibilidade evidencia que não há prazo para requerer alimentos, desde que demonstrado que a necessidade e a possibilidade perduram. Desta forma, a maioria por si só, não seria capaz de extinguir o encargo do alimentante, que deve cumprir o determinado por lei até que decisão diversa se efetue.

Como já pontuado, os alimentos compreendem não só a alimentação pura e simples (alimentos civis), mas também gastos com educação, saúde, lazer, transporte, etc (alimentos naturais). Sendo assim, o quantum necessário para garantir a subsistência do alimentado será fixado de acordo com o salário do alimentante na época em que a sentença foi proferida, conforme previsto na Súmula Nº490 do Supremo Tribunal Federal (STF). Consequentemente, o pagamento de alimentos pode ser fixado em quantia certa ou variável, bem como com o fornecimento in natura (ex.: comprar os alimentos, as roupas, pagar a escola).

Ademais, por motivos diversos, alguns pais podem não dispor de condições suficientes para arcar com as despesas dos filhos, fator que interfere na vida do menor, em especial no que tange a disponibilidade dos seus direitos fundamentais básicos, quais sejam, os direitos sociais (art.6º da CF/88). Assim, em um sistema que preza pela dignidade humana, não é possível que o menor fique desamparado, situação atípica que violaria o princípio da dignidade humana e da solidariedade familiar, uma vez que todos têm direito de ter uma vida digna, bem como, de que seus direitos sejam respeitados e cumpridos.

Não obstante, quando o genitor provar sua incapacidade ou a reduzida possibilidade de cumprir sua obrigação em relação a prole, podem os avós paternos/maternos, de forma ascendente, complementar e subsidiária, assumir a responsabilidade de prestar alimentos aqueles que necessitam (nos limites de suas condições). Ademais, vale ressaltar que

qualquer motivo não isenta o devedor principal de prestar alimentos, situação que requer a produção de todas as provas possíveis, para só então responsabilizar terceiros pelo encargo. Outrossim, o pagamento de alimentos avoengos não tem caráter permanente, caracterizando-se como obrigação transitória e excepcional, pois, assim que o pai/ mãe (devedor principal) dispor de condições para pagar, a responsabilidade dos avós pode se extinguir. Não obstante, tal condição deve ser comunicada ao juízo competente, vez que o pagamento não pode cessar de forma iminente e sem determinação legal.

Consolidando esta ideia, Maria Berenice Dias (2021, p.434) “deixa claro que a obrigação alimentar, primeiramente, é dos pais, e na ausência de condições destes, transmite-se aos descendentes, isto é aos avós, que são os parentes em grau imediato mais próximos”.

Ademais, conforme lecionado no art.1.698 do Código Civil, quando a obrigação é transferida aos a avós, a responsabilidade será solidária para ambas as partes, ou seja, os avós maternos e paternos ficarão incubidos de prestar alimentos, o que possibilita que caso o juízo estenda o encargo a um deles, a outra parte também seja chamada, formando um litisconsórcio necessário. Esse foi o entendimento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Acórdão nº 1133350, reconheceu em recurso de apelação:

APELAÇÃO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. ALIMENTOS AVOENGOS. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. **RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA, COMPLEMENTAR, SOLIDÁRIA E CONCORRENTE DOS AVÓS PATERNOS E MATERNOS.** AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DOS AVÓS MATERNOS. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NULIDADE EX OFFICIO. ART. 115, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. SENTENÇA CASSADA.

1. A obrigação alimentícia é subsidiária e complementar, sendo extensiva a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns na falta dos outros, se demonstrada a incapacidade do parente que deve prestar alimentos em primeiro lugar, segundo os arts. 1.696 e 1.698, do CPC.
2. Em se tratando de alimentos avoengos, há litisconsórcio necessário entre os avós paternos e maternos, diante da responsabilidade solidária e concorrente pela manutenção e provimento da obrigação alimentícia por força do dever de ascendência, descendência e consanguinidade. Precedentes do colendo STJ.
3. A ausência de citação dos avós maternos para compor o polo passivo da demanda configura nulidade processual, que, por se tratar de matéria de ordem pública, pode ser declarada ex officio.
4. Nulidade processual declarada ex officio por ausência de chamamento de litisconsorte necessário. Sentença cassada. Determinado o retorno dos autos ao juízo de origem para os fins do art. 115, parágrafo único, do CPC.(Acórdão 1133350, 20170110143686APC, Relator: ARNOLDO CAMANHO, 4ª TURMA CÍVEL, data de julgamento: 10/10/2018, publicado no DJE: 6/11/2018. Pág.: 325/330). (grifos nossos).



No mesmo sentido, a inadimplência das prestações alimentícias, pode submeter o devedor(a) ora ao rito da penhora, descrito no art. 824 do Código de Processo Civil (CPC), ora ao rito da prisão, elencadas no art. 528 do CPC . O segundo, será melhor analisado no tópico subsequente, quando estudado a possibilidade de aplicar a mesma penalidade aos devedores subsidiários. Por fim, segue o entendimento dos tribunais a respeito do pagamento de alimentos avoengos:

ALIMENTOS AVOENGOS. Ação proposta pelos netos, menores de idade, contra a avó paterna. Sentença de parcial procedência, condenando a avó paterna a pagar alimentos aos netos no importe de seis salários-mínimos. Inconformismo da ré/avó paterna. Genitor que não contribui com as despesas dos filhos desde 2016. Avó paterna que possui renda e patrimônio elevado, possuindo condições para contribuir para o sustento dos netos. Penhoras obtidas na ação de execução de alimentos que não afastam a obrigação da ré. Genitora que está com a guarda dos filhos e, a priori, contribui mais intensamente com o sustento dos menores. Arbitramento adequado e que atende ao binômio legal (necessidade/possibilidade). Sentença que deve ser mantida. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJSP; Apelação Cível 1078812-06.2018.8.26.0100; Relator (a): Ana Maria Baldy; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 7ª Vara da Família e Sucessões; Data do Julgamento: 15/08/2022; Data de Registro: 15/08/2022)

Portanto, para demonstrar a necessidade do alimentado, seu representante legal poderá proceder com a exposição dos gastos do menor, que por suposto, serão repartidos entre os genitores. Assim, o juiz deverá fixar porcentagem sob os ganhos do alimentante, de modo a não permitir que este tenha sua subsistência afetada, observando-se o padrão de vida mantido. De igual maneira, os mesmos requisitos serão analisados na fixação de alimentos avoengos, lembrando o que leciona Pablo Stolze, ao reiterar que a obrigação pode ser transmissível aos ascendentes como um todo, ou seja, avô/avó (1º grau), bisavô/bisavó (2º grau) e assim por diante (STOLZE, 2019).

### 3. DA PENHORA DE BENS PELA INADIMPLÊNCIA DO DEVEDOR DE ALIMENTOS

A cobrança de alimentos pode ser realizada a partir de dois procedimentos. A priori, vale ressaltar que o estudo se desenvolverá a partir do rito do art.528 do CPC, sendo importante mencionar que a Constituição Federal de 1988, em art. 5º, LXVII, bem como o art.7º do Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário, preveem ser a dívida de alimentos a única modalidade de prisão cível admissível no ordenamento jurídico nacional.

Observando-se o disposto no artigo mencionado, a prisão do devedor de alimentos deve ser decretada pelo juiz, caso o devedor, após ser intimado, não efetue o pagamento ou indique a impossibilidade de o fazê-lo dentro de 03 (três) dias. Em tese a cobrança é feita sobre as últimas 3 prestações vincendas, sendo que tão logo constatado o não pagamento, o executado é submetido a prisão de 1 a 3 meses em regime fechado, preferencialmente em local diverso dos outros presos por crime comum.

O ato da prisão, expressa medida coercitiva estatal no qual o indivíduo tem sua liberdade restringida devido ao não cumprimento do estabelecido em lei, o que não impede entretanto, que ele possa dispor de outros direitos fundamentais básicos. Continuando, como já mencionado, pelo exposto no art.1.698 do Código Civil, tem-se que em casos de impossibilidade temporária ou permanente do devedor principal em pagar os alimentos ao alimentado, os ascendentes do réu podem ser chamados ao processo em caráter subsidiário. Diante desta possibilidade, surge a dúvida quanto a aplicabilidade das mesmas medidas coercitivas ao devedor secundário, quais sejam, os avós.

Em tese, a lei não discrimina qualquer exceção quanto a aplicação da prisão civil ao devedor de alimentos, seja ele principal ou subsidiário. Entretanto, julgados e entendimentos doutrinários compreendem ser necessário analisar caso a caso, com especial atenção aos princípios que regem não só o direito de família, como também a constituição federal, bem como analisar os direitos estabelecidos no estatuto do idoso. Assim, quando contraposto o princípio da necessidade de alimentos, da dignidade humana e da proteção ao idoso, há de se observar que embora o menor necessite de alimentos, o idoso, considerado aquele com idade igual ou superior a 60 anos (art.1 da lei 10.741 de 2003) não pode ser negligenciado pelo Estado, de modo que a restrição de sua liberdade e do direito de ir e vir viola a prioridade prevista no art. 3º do supracitado estatuto:

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Sob outra perspectiva, a penhora de bens pela inadimplência da obrigação alimentar também é possível, situação que observará a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC. A exemplo, decisões dos tribunais superiores consolidam tal entendimento:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL POR ALIMENTOS. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR AVOENGA. CARÁTER COMPLEMENTAR E SUBSIDIÁRIO DA PRESTAÇÃO. EXISTÊNCIA DE MEIOS EXECUTIVOS E TÉCNICAS COERCITIVAS MAIS ADEQUADAS. INDICAÇÃO DE BEM IMÓVEL À PENHORA. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA MENOR ONEROSIDADE E DA MÁXIMA UTILIDADE DA EXECUÇÃO. DESNECESSIDADE DA MEDIDA COATIVA EXTREMA NA HIPÓTESE. [...] 4- Havendo meios executivos mais adequados e igualmente eficazes para a satisfação da dívida alimentar dos avós, é admissível a conversão da execução para o rito da penhora e da expropriação, que, a um só tempo, respeita os princípios da menor onerosidade e da máxima utilidade da execução, sobretudo diante dos riscos causados pelo encarceramento de pessoas idosas que, além disso, previamente indicaram bem imóvel à penhora para a satisfação da dívida. 5- Ordem concedida, confirmando-se a liminar anteriormente deferida.(STJ, HC 416.886/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017);



HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS – PRISÃO CIVIL. Alimentos avoengos. Cuidando-se de responsabilidade subsidiária e complementar, há outros meios mais adequados à satisfação da dívida alimentar do avô. Vulnerabilidade e peculiaridades que permeiam a vida dos idosos que, ademais, exigem a busca de outros mecanismos para a satisfação da dívida alimentar, priorizando medidas de cunho patrimonial – prisão civil que apresenta uma restrição da liberdade que pode, muitas vezes, ser incompatível e desproporcional diante da idade do alimentante. Precedente do STJ. Ordem concedida.(TJSP; Habeas Corpus Cível 2158372-52.2019.8.26.0000; Relator (a): Piva Rodrigues; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Privado; Foro de Presidente Prudente - 2ª Vara de Família e Sucessões; Data do Julgamento: 10/12/2019; Data de Registro: 10/12/2019)

No caso em tela, visando a menor onerosidade, bem como reconhecendo a vulnerabilidade da pessoa idosa, a colenda câmara decidiu que converter o rito da prisão em rito da penhora fosse mais benéfico, uma vez que busca-se garantir o direito do alimentado, sem onerar excessivamente os avós. No mesmo sentido, e considerando o contexto global da pandemia do COVID-19, uma decisão da 4ª Turma do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), dispôs a possibilidade de aplicar a constrição de bens do devedor, ao invés de declarar a prisão civil, embora a ação tenha se desenvolvido a partir deste segundo procedimento:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. RECONSIDERAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALIMENTOS. SUSPENSÃO DE TODA PRISÃO DE DEVEDOR DE ALIMENTOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL LOCAL, TANTO EM REGIME FECHADO COMO EM REGIME DOMICILIAR, ENQUANTO DURAR A PANDEMIA. ADOÇÃO DE MEDIDAS EXCEPCIONAIS VOLTADAS À LOCALIZAÇÃO E PENHORA DE BENS E VALORES DO DEVEDOR. POSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. 1. Agravo interno contra decisão da Presidência que não conheceu do agravo em recurso especial, em razão da falta de impugnação específica de fundamento decisório. Reconsideração. 2. "Tratando-se de direitos da criança e do adolescente, como no caso, não se pode olvidar que o nosso ordenamento jurídico adota a doutrina da proteção integral e do princípio da prioridade absoluta, nos termos do art. 227 da Constituição Federal. Dessa forma, considerando que os alimentos são indispensáveis à subsistência do alimentando, possuindo caráter imediato, deve-se permitir, ao menos enquanto perdurar a suspensão de todas as ordens de prisão civil em decorrência da pandemia da Covid-19, a adoção de atos de constrição no patrimônio do devedor, sem que haja a conversão do rito" (REsp 1.914.052/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/06/2021, DJe de 28/06/2021). 3. Agravo interno provido para conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial. (AgInt no AREsp n. 1.999.415/DF, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 2/5/2022, DJe de 8/6/2022.)

#### **4. DA (IM) POSSIBILIDADE DA PRISÃO CIVIL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19**

A pandemia do COVID-19 foi situação atípica que evidenciou a necessidade de adotar uma série de medidas aptas a garantir o controle das taxas de contaminação, de modo a evitar um surto do Sistema Único de Saúde (SUS). Neste esteio e visando proteger a incolumidade pública, o Estado flexibilizou alguns procedimentos jurídicos, a exemplo controle de detentos no sistema penitenciário.

Neste sentido, os tribunais passaram a flexibilizar a aplicação da prisão civil do devedor de alimentos, a luz do disposto no art.528 do CPC, uma vez que a restrição da liberdade em regime fechado, ofereceria maiores riscos aqueles que haviam violado alguma regra de direito material, expondo-os a contaminação de uma doença até então pouco conhecida, enquanto boa parte da população era submetida a períodos de quarentena e *lockdown*. Neste sentido, o Conselho Nacional de Justiça editou a recomendação nº 62, de 17 de maio de 2020, que discrimina em seu art.6º:

Art. 6º Recomendar aos magistrados com competência cível que considerem a colocação em prisão domiciliar das pessoas presas por dívida alimentícia, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus.

Sendo assim, diante do caso concreto, o magistrado deveria reconhecer que a força maior é plausível para adotar medida diversa daquela tipificada no código legal, conforme observado em julgado do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, em sede de habeas corpus:

HABEAS CORPUS. PENSÃO ALIMENTÍCIA. INADIMPLÊNCIA. PRISÃO CIVIL. REGIME DE CUMPRIMENTO DA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19). SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO EM REGIME FECHADO PELO REGIME DOMICILIAR. LEGALIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. Incide, na hipótese, a Súmula 691/STF: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de 'habeas corpus' impetrado contra decisão do relator que, em 'habeas corpus' requerido a tribunal superior, indefere a liminar." 2. No caso, a impetração não impugnou a inadimplência do devedor de alimentos em relação às parcelas ensejadoras da decretação de sua prisão civil, sendo, portanto, incontroverso o não pagamento das prestações descritas nos cálculos dos autos de origem. Assim, não há que se falar em constrangimento ilegal do seu direito à liberdade de locomoção pela decretação de sua prisão civil, a ser cumprida na modalidade domiciliar ao longo do período da atual pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19). 3. O Superior Tribunal de Justiça não reconhece a ilegalidade da prisão civil do devedor de alimentos na modalidade domiciliar, durante o período de pandemia, apenas pondera que, a depender das peculiaridades do caso concreto, a medida pode não apresentar coercibilidade suficiente, de forma que surge como possibilidade a suspensão temporária da execução como medida mais apropriada, sobretudo para evitar a recalcitrância do devedor e preservar os interesses do credor de alimentos. 4. Ordem denegada. (HC n. 634.185/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 15/6/2021, DJe de 18/6/2021.)

Similarmente, a defensoria pública estadual de alguns entes da federação, a exemplo do estado Ceará e do Rio Grande do Sul, utilizando-se do mesmo remédio constitucional, requereram a conversão para prisão domiciliar de todos os devedores de alimentos então apenados, uma vez que a permanência em tais localidades evidenciariam uma discriminação entre cidadãos que gozam dos mesmos direitos, a medida que uns estariam em liberdade, subordinados as medidas de controle de contaminação, e outros estariam reclusos, submetidos a condições de superlotação, falta de saneamento básico etc. Nestes casos, o

reconhecimento da precariedade dos sistemas penitenciários reiterou a necessidade de flexibilizar estas ações.

Nestes termos, cabe ressaltar que a medida não funcionou como uma substituição pura e simples, mas como uma faculdade ao réu, que poderia escolher cumprir sua pena em regime domiciliar, ou postergar seu cumprimento para data futura.

Outra medida frequentemente adotada, frente a situação excepcional ao qual todos estavam submetidos, refere-se às ações de revisão de alimentos, visto que para evitar o desemprego em massa, os trabalhadores tiveram seu contrato de trabalho alterado, de modo a manter o vínculo e evitar o fechamento das empresas. Assim, alguns alimentantes demonstraram que não poderiam arcar com a despesa tal como era, sem que sua própria subsistência fosse afetada, devido a redução salarial durante a pandemia. Isto pode ser visto em um agravo de instrumento julgado pelo Tribunal de Justiça do estado de São Paulo:

AÇÃO DE REVISIONAL DE ALIMENTOS. REDUÇÃO PROVISÓRIA. ADMISSIBILIDADE. GENITOR CONDENADO A PAGAR ALIMENTOS À FILHA MENOR NO VALOR DE R \$700,00. HIPÓTESE EM QUE O GENITOR, QUE TRABALHA COMO GERENTE COMERCIAL, TEVE SUA RENDA REDUZIDA, MEDIANTE ACORDO INDIVIDUAL DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO, NO PERCENTUAL DE 70%, EM VIRTUDE DA ATUAL PANDEMIA DE CORONAVÍRUS. PROBABILIDADE DO DIREITO BEM DEMONSTRADA. PERIGO DE DANO QUE DECORRE DA IRREPETIBILIDADE DA VERBA ALIMENTAR. ALIMENTOS REDUZIDOS PARA 20% DOS RENDIMENTOS LÍQUIDOS DO AUTOR, ASSEGURADO O VALOR MÍNIMO DE R \$350,00. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO. (TJSP; Agravo de Instrumento 2120360-32.2020.8.26.0000; Relator (a): Vito Guglielmi; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Privado; Foro de São José do Rio Preto - 2ª Vara de Família e Sucessões; Data do Julgamento: 06/07/2020; Data de Registro: 06/07/2020).

Ademais, aquele que prescinde de alimentos não teve suas necessidades diminuídas durante este período, uma vez que os gastos necessários para sua subsistência não cessaram. Em contrapartida, foi necessário observar a situação do devedor, de modo a não permitir que sua vida financeira fosse prejudicada, observando-se o binômio necessidade do alimentado e possibilidade do alimentante, na proporção de seus ganhos. Por fim, vale ressaltar que as medidas adotadas durante a pandemia, não se aplicam aqueles que detinham condições de arcar com a dívida, mas não o fizeram pela então impossibilidade de prisão em regime fechado.

## 5. CONCLUSÃO

É evidente, portanto, que os pais são responsáveis por garantir condições mínimas de saúde, alimentação, educação, transporte, lazer e segurança aos seus filhos. Por conta disso,

quando incube a um dos genitores realizar o pagamento de alimentos ao menor, e este não o faz, perdurando 3 parcelas vincendas, o Código de Processo Civil, prevê em seu art. 528, a possibilidade de que o juiz decrete a prisão civil do devedor de alimentos, caso este, após ser intimado, não efetue o pagamento ou indique a impossibilidade de o fazê-lo dentro de 03 (três) dias.

Este procedimento, funciona como uma proteção à dignidade do menor, que não tem suas necessidades básicas cessadas pela inadimplência do alimentante. Assim, a própria obrigação decorrente do poder familiar e do princípio da paternidade responsável não podem ser negligenciadas, caso em que os ascendentes, especialmente os avós de 1º grau, podem ser chamados para integrarem o polo passivo da lide, após demonstrado que o devedor principal não tem condições e meios para satisfazer aquela necessidade imediata, ou seja, a obrigação dos avós é subsidiária e transitória, podendo ser extinta assim que cessar a situação que lhe deu cabo. Ademais, vale ressaltar que as regras para fixação e definição dos alimentos são as mesmas, ou seja, é imprescindível observar o binômio necessidade e possibilidade, bem como ponderar eventuais aplicações de medidas mais drásticas, como o caso da prisão civil para o devedor de alimentos, mesmo que subsidiário, à medida que o Códex não disciplinou expressamente este assunto.

Como foi possível observar, a ausência de norma específica para regular esta possibilidade/impossibilidade, cede oportunidade para que caso a caso, os princípios sejam utilizados para dirimir o impasse. Sendo assim, a própria legislação destinada a pessoa idosa, garante uma proteção do Estado que poderia ser violada com a aplicação da medida coercitiva oriunda da prisão civil, podendo em contrapartida, aplicar outros métodos menos ofensivos, a exemplo da penhora de bens.

Destarte, com o contexto da pandemia do COVID-19, o poder judiciário flexibilizou alguns dos seus procedimentos, com o fim de evitar um colapso no sistema de saúde pública. Dentre eles, pode-se observar a recomendação nº 62, de 17 de maio de 2020, emitida pelo CNJ, no intuito de converter as prisões oriundas da dívida de alimentos, que em regra acontecem em regime fechado (art.528 do CPC), para prisões domiciliares (temporariamente).

Esta mudança como um todo, evidenciou a flexibilidade do direito frente às transformações sociais, de modo a adaptar seus procedimentos e suas leis, por meio de decretos, regulamentos e recomendações, a fim de evitar prejuízos consideráveis à sociedade em um momento de força maior, no qual a solidariedade é essencial.

## REFERÊNCIAS

A obrigação alimentar dos avós e a possibilidade de prisão civil do devedor. **JUSBRASIL**. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/artigos/1624/Execu%C3%A7%C3%A3o+de+alimentos+avoengos%3A+pris%C3%A3o+e+penhora> />. Acesso em: 22 de out. de 2022.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: Acesso em 07 de set. de 2022.

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei Nº 13.115, de março de 2015. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm)>. Acesso em 07 de set. de 2022.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 07 de set. de 2022.

BRASIL. **Estatuto do idoso**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm)>. Acesso em 07 de set. de 2022.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Habeas Corpus nº 416.886. Relator: Ministra Nancy Andrighi, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017. Disponível em:<[http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2017/2017-12-19\\_08-57\\_Concedido-HC-para-evitar-prisao-civil-de-avos-que-nao-pagaram-pensao-aos-netos.aspx](http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2017/2017-12-19_08-57_Concedido-HC-para-evitar-prisao-civil-de-avos-que-nao-pagaram-pensao-aos-netos.aspx)>. Acesso em 22 de out. de 2022.

CUNHA, Ramon. Pensão alimentícia na pandemia: medidas atípicas. **Conteúdo Jurídico**. Disponível em: <<https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/57680/penso-alimenticia-na-pandemia-medidas-atpicas/>> Acesso em: 07 de set. de 2022.

DIAS, Maria Berenice. **“Manual de Direito das famílias”**. São Paulo: Editora Juspodivm, 2021.

KRAMER, Vandré. Menos roupa e tevê, mais luz e gasolina: como o brasileiro mudou seus gastos após a pandemia. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/brasileiro-perfil-gastos-pandemia-covid/>>. Acesso em: 09 de set. de 2022.

OLIVEIRA, Caroline; SANTORO, Clara. Execução de alimentos avoengos: prisão e penhora. **Instituto Brasileiro de Direito de Família**, 2021. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/artigos/1624/Execu%C3%A7%C3%A3o+de+alimentos+avoengos%3A+pris%C3%A3o+e+penhora#:~:text=Em%20caso%20da%20justificativa%20n%C3%A3o,pre>>

judicada%20a%20exist%C3%Aancia%20do%20alimentando./>. Acesso em: 22 de out. de 2022.

Os avós devem responder solidariamente com os genitores pelos alimentos? Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/jurisprudencia-em-perguntas/direito-civil-e-processual-civil/alimentos/os-avos-devem-responder-solidariamente-com-os-genitores-pelos-alimentos-avoengos#:~:text=%2222.,Precedentes%20do%20colendo%20STJ.%22/>>. Acesso em: 21 de out. de 2022.

PANDEMIA: Devedor de alimentos poderá ficar em prisão domiciliar. **Migalhas**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/357427/pandemia-devedor-de-alimentos-podera-ficar-em-prisao-domiciliar> />. Acesso em: 09 de set. de 2022.

STOLZE, Pablo G; FILHO, Rodolfo P. **"Novo Curso de Direito Civil: Direito de família "** .9º edição. São Paulo: Saraiva educação, 2019.

## POSICIONAMENTOS DO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO SOBRE PROJETO DE LEI DO ESTATUTO DO NASCITURO: FRENTE À AUTONOMIA DA IDENTIDADE E DIFERENÇA

ROSEMARA UNSER - UNIBALSAS<sup>1</sup>

**Resumo:** A cultura patriarcal tem ditado regras de convivência social que extrapolam até mesmo os ditames do Estado Democrático de Direito e cerceado Direitos Humanos para as mulheres. A partir do método dedutivo, de análises históricas, arqueológicas, sociológicas e antropológicas, bem como da interpretação de narrativas de documentação direta, optou-se por analisar os posicionamentos de Deputados do Congresso Nacional em relação ao Projeto de Lei que cria o Estatuto do Nascituro, de modo a vislumbrar se existem manifestações da cultura patriarcal. Assim, a partir da análise dos depoimentos, percebe-se que o patriarcado perpassa o tempo e ainda se manifesta fortemente nas decisões estatais, a exemplo do Projeto de lei mencionado, o qual interfere diretamente nos direitos reprodutivos das mulheres, ao impedi-las de decidirem sobre seus próprios corpos e a aceitarem a cultura patriarcal. Nessa senda, ao Estado Democrático de Direito cabe o papel de regulamentar liberdades e se afastar de moralismos religiosos, a fim de garantir que a autonomia seja exercida em prol dos Direitos Humanos.

**Palavras-chave:** Patriarcado. Congresso Nacional. Estatuto do Nascituro.

**Abstract:** The patriarchal culture has been dictating social companionship rules that extrapolate even the Democratic Law State rules putting limits on Women's human rights on the deductive method, historical analysis, archeological, sociological, anthropological and also the narrative interpretation of the direct documentation. rights to analyze the Congressmen positions before Law Project that creates the Nascituro Statute, to glimmer if it exists Patriarchal culture manifestations. As from the analysis of the testimonies, it is possible to realize that the patriarchy spans the time and it manifests in the state decisions. As the project has mentioned, the Law project that interferes directly in the women's reproductive rights, whereas they are obligated to accept the patriarchal culture and they are not able to decide about their bodies. The Democratic State of Law is supposed to regulate the liberty and stray from religious moralism in order to guarantee the autonomy exercise for the Human Rights.

**Keywords:** Patriarchate. National Congress. Nascituro Statute.

---

<sup>1</sup> Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, campus Santo Ângelo/ RS (2017). Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, campus Santa Rosa/RS (2012). Advogada OAB/MA 25.369. Docente em Direito Civil e Processo Civil na Faculdade de Balsas - Unibalsas. E-mail: [rosemara.unser@prof.unibalsas.edu.br](mailto:rosemara.unser@prof.unibalsas.edu.br)



## 1. INTRODUÇÃO

As mulheres desde um longo período lutam por reconhecimento como seres humanos e, por conseguinte, por Direitos Humanos básicos. Muito já se tem conquistado pela organização efetiva e insistente das mulheres, mas a luta ainda não terminou. As desigualdades entre homens e mulheres foram construídas a partir das diferenças e tem se estendido pelo tempo. Tais diferenças criaram estereótipos que tomaram conta da simbologia do convívio social e que, muitas vezes, definiram e, mesmo nos dias atuais, inúmeras vezes ainda definem os comportamentos dos sexos, baseados em uma cultura patriarcal que tem oprimido, invisibilizado e menosprezado as mulheres nos espaços privados e, principalmente, nos espaços públicos.

Nesse viés, o presente artigo busca focar os posicionamentos de Deputados do Congresso Nacional brasileiro referentes ao Projeto de Lei do Estatuto do Nascituro, o qual se encontra tramitando na Câmara dos Deputados, mais especificamente os pareceres dos relatores das Comissões (Comissão de Seguridade Social e Família e Comissão de Finanças e Tributação).

## 2. PROJETO DE LEI DO ESTATUTO DO NASCITURO: FRENTE À AUTONOMIA DA IDENTIDADE E DIFERENÇA DAS MULHERES

O controle da sexualidade e dos corpos das mulheres é refletido não somente nos espaços públicos, como também nos espaços privados. Até a promulgação do Código Civil, em 2003, existia normativa para definir “mulher honesta”, bem como para proteger o cônjuge masculino, no caso de casar com uma mulher que já tivesse sido “deflorada”. Em tal caso, ela poderia ser devolvida à família (BRASIL. Código Civil, 1916). Também, o Código Penal brasileiro, até 2005 previa que nos crimes sexuais, a punibilidade era extinta se o agressor contraísse matrimônio com a vítima ou se a vítima se casasse com terceiros (BRASIL. Código Penal, 1940).

Isso evidencia que também o ordenamento jurídico está sob a influência do patriarcado e o reproduz em forma de leis, como é o caso mais recente do Projeto de Lei do Estatuto do Nascituro, o qual tramita no Congresso Nacional brasileiro e que interfere, diretamente, nos direitos reprodutivos das mulheres, no que concerne à possibilidade de decisão de interrupção voluntária da gravidez.



Referente à interrupção voluntária da gravidez, também conhecida como “aborto”, o Brasil prevê tal possibilidade mediante dois casos: risco de morte da mãe e em caso de estupro, ambas previstas no artigo 128 do Código Penal (BRASIL. Código Penal, 1940). Além disso, atualmente existe a permissão da interrupção voluntária da gravidez de fetos anencéfalos, a partir de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, por meio da Arguição de Descumprimento Fundamental (ADPF) nº 54, tendo o Poder Judiciário que posicionar-se frente à omissão do Parlamento brasileiro em legislar sobre o tema (BRASIL. ADPF nº 54), de modo que

[...] isso tem criado um efeito da *judicialização da política*, ou seja, quando as assim consideradas minorias sociais não têm respaldo na legislação ou nos seus representantes junto ao Poder Legislativo, é preciso recorrer ao Poder Judiciário como forma de acesso aos seus direitos que estão sendo violados ou não garantidos. [...] Nesse contexto, os Magistrados não estão *criando novas normas*, mas apenas aplicando os preceitos inerentes ao constitucionalismo de um Estado Democrático de Direito a prática jurídica fática (ANGELIN; MAGALHÃES *in* GIMENEZ; LYRA, 2016, p. 103).

Como visto, o Congresso Nacional brasileiro tem deixado de legislar sobre temas polêmicos que afetam diretamente a vida e os corpos das mulheres. No Congresso existem Frentes Parlamentares Religiosas que têm contribuído para a manutenção da cultura patriarcal: “Na 55ª Legislatura, a Frente Parlamentar Evangélica possui 203 membros, enquanto que a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana possui 219 [...]”, abrangendo um número elevado de parlamentares que irão decidir sobre a vida das mulheres baseados, na sua maioria em “[...] teologias fundamentalistas pautadas em racionalidades centradas que apregoam uma invasão de valores deturpados de textos religiosos nas ações estatais do que deveria ser um Estado Laico” (ANGELIN; MAGALHÃES *in* GIMENEZ; LYRA, 2016, p. 104).

Tais Frentes Parlamentares têm preeminências em sua composição de duas Igrejas que possuem um número elevado de fiéis e que contém grande peso no campo político e religioso: a Assembleia de Deus, com mais de 12 milhões de fiéis e a Igreja Universal do Reino de Deus, que ganhou grande visibilidade pelas polêmicas envolvendo seu fundador e seus empreendimentos religiosos. Conscientes desses fatos, os Deputados escolhem alguns temas exemplares para demonstrar que “[...] vêm atuando unidos em prol da promoção de uma sociedade moralizada e civilizada a partir de seus termos” (PEREIRA, 2012, p. 203), influenciando decisivamente em debates como a interrupção voluntária da gravidez, direitos das mulheres, pautas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), entre outros.

A título exemplificativo do comportamento do Congresso Nacional, tem-se o caso que envolveu o material didático para escolas elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura, no final de 2010 e início de 2011, denominado de “Escola Sem Homofobia”, que fazia parte do Programa “Brasil sem Homofobia”, tendo o Congresso vetado o desenvolvimento do mesmo, exigindo o recolhimento do material das escolas.<sup>1</sup>

O tema envolvendo a interrupção voluntária da gravidez vem sendo debatido de longa data no âmbito dos poderes constituídos (Legislativo, Executivo e Judiciário), se intensificando no período do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010). No primeiro ano de mandato do então Presidente Lula iniciou-se o debate da Lei de Biossegurança, que versava sobre a autorização da pesquisa de células-tronco embrionárias. Em 2004, o governo do Poder Executivo ampliou a norma técnica já assinada pelo governo anterior<sup>2</sup> sobre a realização da interrupção voluntária da gravidez legal na rede pública de saúde, fazendo com que não houve mais a necessidade de realizar o boletim de ocorrência (BO) para a realização destes procedimentos, nos casos de estupros (LUNA, 2014, p. 93).

Em dezembro de 2004, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que previa “[...] revisar a legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez” (G1, 2010). Ainda, no âmbito da primeira legislatura deste governo (2003-2006), houve 58 proposições legislativas na Câmara dos Deputados, contendo palavras-chave na perspectiva de antiaborto.<sup>3</sup> Já no segundo mandato (2007-2010)

---

<sup>1</sup> O propósito era elaborar políticas públicas de combate à violência contra a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). As Frentes Parlamentares Religiosas, como forma de manifesto, vulgarizaram por meio da mídia tal iniciativa governamental, denominando-o de “Kit-gay”. Também ficou conhecido como “kit anti-homofobia”. O intuito deste material era que fosse aplicado inicialmente aos professores e professoras da rede pública de ensino (PEREIRA, 2012, p. 201). Ainda nesse contexto de repúdio a iniciativa do material didático, o Deputado Federal Jair Bolsonaro, afirma ser “[...] ‘um absurdo’ o modo como o governo estaria produzindo um material de ‘propaganda do homossexualismo’, que seria direcionado indistintamente para as crianças pequenas, para os ‘nossos filhos’” (PEREIRA, 2012, p. 201). Outros projetos envolvendo o público LGBT tramitam na Câmara dos Deputados e/ou encontram-se arquivados, tais como o Projeto de Lei nº 1151/1995, que dispõem sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo. O presente projeto de lei teve que tramitar inicialmente por várias Comissões Parlamentares na Câmara, inclusive sendo avaliada por uma comissão especial, que substituiria as demais comissões. O então relator Roberto Jeferson apresentou outro Projeto de Lei nº 5.252/2001, intitulado como “Pacto de Solidariedade”, que também não foi votado em nenhuma comissão e atualmente encontram-se arquivados (BRASIL. Projeto de Lei nº 1151/1995).

<sup>2</sup> Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2002).

<sup>3</sup> “Em sua maioria, os projetos tinham perspectiva antiaborto de variados modos: estabelecendo direitos para o nascituro ou sua proteção (5), definindo o aborto como crime hediondo (2), aplicando pena para aborto eugênico (um), criando uma central de atendimento para denúncias contra o aborto (um), estabelecendo o registro público da gravidez (um), propondo orientação à gestante em decorrência de estupro (um), proibindo a comercialização da pílula do dia seguinte (um), punindo aborto em caso de estupro (um). Um projeto disciplina o funcionamento das clínicas de reprodução humana, e limita a fecundação de óvulos a fim de impedir a redução embrionária (aborto seletivo de embriões). Cinco projetos de lei suprimiam pena ou descriminalizavam o aborto. Os projetos de lei antiaborto têm as seguintes estratégias: aumentar a penalidade ou criar tipo penal (caso do crime hediondo e do aborto eugênico), aumentar o controle social para evitar aborto ou uso de práticas e substâncias consideradas abortivas (central de atendimento para denúncias, registro da gravidez, orientação da gestante em serviço de

deste governo, foram 57 proposições<sup>1</sup> com palavras-chave constando o termo aborto. Em todos os projetos apresentados envolvendo a interrupção voluntária da gravidez, houve manifestações de movimentos da sociedade civil denominados “pró-vida” e “pró-escolha”.

As manifestações “pró-vida” são contra qualquer forma de interrupção da gravidez e, tentam persuadir a gestante a prosseguir com a gestação; já o movimento “pró-escolha” ampara as mulheres que praticaram a interrupção voluntária da gravidez legal, ou seja, nos casos de estupro, fetos anencéfalos e risco à vida da gestante (artigo. 128, incisos I e II do Código Penal brasileiro e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 54 do Supremo Tribunal Federal), e se manifestam a favor das demais mulheres poderem ter o direito, em todos os casos, de decidir sobre a manutenção ou não de uma gravidez (LUNA, 2014, p. 91). As Frentes Parlamentares Religiosas assumem a posição “pró-vida” e pela manutenção dos padrões de família conservadora.

Por conseguinte, predomina no âmbito do Congresso Nacional um discurso moralista, embasado em discursos religiosos patriarcais e conservadores (CARTACAPITAL, 2015).<sup>2</sup> Quem acaba sendo as maiores vítimas dessa onda conservadora são as mulheres, embora já se tenha avançado bastante, por meio da pressão dos Movimentos Feministas, em matéria legislativa. Mesmo assim, constantemente os direitos conquistados estão à mercê de mudanças em prejuízo à liberdade, à autonomia e ao reconhecimento das mulheres.

Muitos são os Projetos de Lei que tramitam ou tramitaram no Congresso Nacional brasileiro com o tema “aborto”, e que atualmente se encontram esquecidos em Comissões

---

aborto legal para que leve a gravidez a termo, proibição da pílula do dia seguinte, regulação de clínicas de reprodução humana) e estabelecer direitos ou proteção para o nascituro” (LUNA, 2014, p. 91).

<sup>1</sup> “A proporção dos projetos de lei aumentou em relação ao quadriênio anterior, com total de 34 em 57 dos projetos versando sobre a questão do aborto (antes eram 22 em 58). Apenas dois projetos de lei não se referiam ao problema do aborto, ou a questões associadas a gravidez e direitos do nascituro. Foram localizados sete projetos de auxílio para gestante. Entre eles estão o auxílio à mulher que tiver filho resultante de estupro e outro de orientação sobre métodos e consequências do aborto para gestante autorizada à interrupção legal de gravidez, de modo que ambos os projetos visam desestimular o aborto legal em caso de gestação resultante de violência sexual. Um projeto de alteração na CLT garante à mulher, em caso de morte do filho ou de aborto não criminoso, que não seja interrompido o direito de manter a estabilidade provisória no emprego até cinco meses após o parto. Um projeto garante uma bolsa auxílio de três meses para a gestante que fizer aborto legal em caso de estupro ou que sofrer aborto espontâneo” (LUNA, 2014, p. 97).

<sup>2</sup> O conservadorismo político-social está ligado diretamente à obsessão dogmática religiosa, ou seja, a disputa entre as Igrejas evangélicas por público. “O movimento protestante se dá, muito, em um contexto neoliberal, e assim as Igrejas estão por conta, o pastor está por conta e isso impõe sobre ele uma necessidade muito grande de ser inovador, carismático, porque ele precisa sobreviver, pagar suas contas. Ao mesmo tempo [o pastor] precisa preservar um nicho que o mantenha dentro do contexto dos evangélicos” (CARTACAPITAL, 2015).

Parlamentares ou foram arquivados<sup>1</sup>, denotando a polêmica que gira ao entorno deste tema e, ao mesmo tempo, a simbologia de ações como estas, na tentativa de invisibilizar a problemática. Um exemplo a ser comentado é o Projeto de Lei nº 1.135/1991, que trata da descriminalização do aborto no Brasil, proposto em 1991 pelos Deputados Federais Eduardo Jorge (PT/SP) e Sandra Starling (PT/MG).

O referido Projeto previa a extinção do artigo 124 do Código Penal, que criminaliza o aborto praticado com consentimento da gestante. O Projeto foi votado somente em 2008 e rejeitado por unanimidade na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados e, também rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), encontrando-se arquivado na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (BRASIL. Projeto de Lei nº 1.135/1991).

Outro Projeto de Lei que merece destaque é o Projeto de Lei nº 20/1991 também de autoria de Eduardo Jorge (PT-SP) e Sandra Starling (PT/ MG), que obrigava o Sistema Único de Saúde (SUS) a atender os casos de aborto previstos no Código Penal de 1940 (CFEMEA, 1997). O Projeto foi aprovado em 1995 pela Comissão de Seguridade Social e Família e, em 1997, entrou na pauta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, obtendo voto favorável da Relatoria. Segundo o Regimento Interno da casa legislativa, o próximo trâmite seria o encaminhamento do Projeto para o Senado Federal, porém, tal procedimento foi interrompido por recurso de “[...] parlamentares contrários à Lei, que solicitaram votação no Plenário da Câmara. Houve duas tentativas de promover esta votação, mas a decisão foi jogada para adiante e o Projeto de Lei nº 20/1991 ficou arquivado desde então” (CFEMEA, 1997).<sup>2</sup>

A partir dos breves exemplos apresentados sobre as dicotomias envolvendo o Poder Legislativo brasileiro no que se refere à temática das mulheres, mesmo após uma longa

<sup>1</sup> “Projeto de Lei nº 20, de 1991; Projeto de Lei nº 2.423, de 1989 (com o Projeto de Lei nº 1.035, de 1991, apensado); Projeto de Lei nº 1.135, de 1991 (com o Projeto de Lei nº 176, de 1995, apensado); Projeto de Lei nº 1.174, de 1991 (com o Projeto de Lei nº 3.280, de 1992, Projeto de Lei nº 1.956, de 1996, Projeto de Lei nº 2.929, de 1997, Projeto de Lei nº 3.744, de 2004, Projeto de Lei nº 4.304, de 2004, Projeto de Lei nº 4.834, de 2005 e Projeto de Lei nº 660, de 2007, apensados); Projeto de Lei nº 4.703, de 1998 (com o Projeto de Lei nº 4.917, de 2001, apensado); Projeto de Lei 343, de 1999; Projeto de Lei nº 60, de 1999; Projeto de Lei nº 7.235, de 2002 (com o PL nº 5.364, de 2005, apensado); Projeto de Lei nº 1.459, de 2003 (com o Projeto de Lei nº 5.166, de 2005, apensado); Projeto de Lei nº 7.443, de 2006; Projeto de Lei nº 478, de 2007 (com o Projeto de Lei nº 489, de 2007, apensado); e Projeto de Lei nº 831, de 2007” (BRASIL. Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa. 2007).

<sup>2</sup> No mesmo ano (1997) o Brasil teve a visita do Papa João Paulo II, e em suas declarações cno qualnou o aborto, o divórcio e os métodos contraceptivos, provocando assim um grande debate nacional. Aproveitando o ensejo, Movimentos Feministas e organizações de mulheres como a Rede Feminista de Saúde, juntamente com Associação Médica Brasileira (AMB), Católica pelo Direito de Decidir, União Nacional dos Estudantes (UNE), Central Única os Trabalhadores (CUT) e Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) realizaram campanha nacional em apoio ao Projeto de Lei nº 20/1991.

trajetória de lutas e conquistas que culminaram na igualdade formal entre homens e mulheres, na Constituição Federal de 1988, os direitos reprodutivos e os direitos sexuais das mulheres são mantidos sob controle do Estado, e temas como a interrupção voluntária da gravidez ainda provocam debates acalorados na sociedade, principalmente diante da posição conservadora de Igrejas que possuem assento no Congresso Nacional.<sup>1</sup>

Até mesmo as garantias legais da interrupção voluntária da gravidez em casos de estupro, de risco de morte para a gestante e de gravidezes de fetos anencéfalos estão sendo ameaçadas deste 2007, quando foi apresentado no plenário da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 478/2007, denominado de Estatuto do Nascituro, representando um retrocesso aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres,

Para contextualizar a abrangência desta pesquisa e da análise dos pronunciamentos do Projeto de Lei acima mencionado, faz-se importante descrever os caminhos metodológicos utilizados. Por meio do método dedutivo, que parte do pressuposto da existência de uma significativa cultura patriarcal nos espaços políticos e de poder da sociedade, será analisada a influência da cultura patriarcal nas manifestações e posicionamentos do Congresso Nacional brasileiro, mais especificamente, das Comissões Parlamentares onde tramita o Projeto de Lei do Estatuto do Nascituro.

Por meio do método de procedimento sócio-histórico-analítico e a técnica de análise de documentação direta, busca-se dar tratamento localizado no tempo à matéria objeto do estudo, bem como as normativas deste e sua justificativa apresentada no momento da proposição, as atas dos votos das/os Relatoras/es das e das/os membros que fazem parte das Comissões de “Seguridade Social e Família” de “Finanças e Tributação” locais estes no qual tramitam o referido projeto. Para localizar os documentos acima citados, os quais fazem parte desta investigação, foi utilizado o Portal Câmara dos Deputados, por meio do site <[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)>, uma vez que o Projeto Lei do Estatuto do Nascituro encontra-se tramitando na Casa Legislativa do Parlamento brasileiro.

Destaca-se que serão utilizadas as manifestações parciais de discursos proferidos, que foram gravadas em áudios, uma vez que estes não se encontram descritos na íntegra nas referidas atas. A averiguação destes documentos e pronunciamentos tem o objetivo de desvelar a presença, ou não, da cultura patriarcal no espaço legislativo nacional que, por consequência, interfere na autonomia das mulheres brasileiras.

---

<sup>1</sup> “[...] o movimento antiaborto é liderado por grupos religiosos, utiliza uma linguagem religiosa, invoca Deus o tempo todo e frequentemente atribui uma grande importância a oração. Congrega membros de muitas religiões, como sugerem as estatísticas que apresentei, incluindo não apenas fundamentalistas, mas também judeus ortodoxos, mórmons e muçulmanos negros” (DWORKIN, 2009, p. 49).

Referente ao Projeto de Lei nº 478/2007, a autoria do mesmo foi dos Deputados Luiz Bassuma (PT/BA) e Miguel Martini (PHS/MG) e, no geral, o projeto visa garantir a proteção integral ao nascituro e o direito da inviolabilidade à vida desde a concepção, incluindo a proibição do uso de tecnologias de inseminação artificial e pesquisa de células-tronco<sup>1</sup>, além de tornar o aborto um crime hediondo<sup>2</sup>. À proposição principal deste Projeto de Lei foram apensados os Projetos de Leis 489/2007<sup>3</sup>, 1.763/2007<sup>4</sup> e 3.748/2008<sup>5</sup>.

Mais especificamente, o Projeto de Lei em discussão objetiva instituir no direito civil brasileiro, proteção total ao nascituro, como se já fosse ser humano concebido, mas ainda não nascido. Assim, no Projeto de Lei são elencados todos os direitos inerentes a ele, na qualidade de criança por nascer, mencionando expectativas de direitos, assegurados por todos os meios legais e morais, tipificando o crime de prática de aborto<sup>6</sup> (BRASIL. Projeto de Lei nº 478/2007). Este Projeto de Lei visa inovar o ordenamento jurídico, garantindo o

<sup>1</sup> “Art. 25 Congelar, manipular ou utilizar nascituro como material de experimentação:

Pena – Detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa” (BRASIL. Projeto de Lei nº 478/2007).

<sup>2</sup> “Art. 28 Fazer publicamente apologia do aborto ou de quem o praticou, ou incitar publicamente a sua prática: Pena – Detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 29 Induzir mulher grávida a praticar aborto ou oferecer-lhe ocasião para que o pratique:

Pena – Detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos e multa” (BRASIL. Projeto de Lei nº 478/2007).

<sup>3</sup> Projeto de Lei nº 489/2007, de autoria do deputado Odair Cunha, “dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências”. A justificativa possui o teor idêntico ao Projeto de Lei nº 478/07, que dispõe a proteção do Nascituro (BRASIL. Projeto de Lei nº 489/2007).

<sup>4</sup> Projeto de Lei nº 1.763/2007 de autoria da deputada Jusmari Oliveira e deputado Henrique Afonso, que “dispõe sobre a assistência à mãe e ao filho gerado em decorrência de estupro, a alegação exposta pelos deputados é que a criança não deve ser punida com a morte por causa do estupro de seu pai e, que a mulher após ser vítima de estupro ela encontra-se em estado psicológico abalado e terá dificuldade de resistir à sugestão dos aborteiros”. Nesse sentido, os deputados afirmam que “[...] a morte da criança não justifica o ato violento do estupro. Assim, requerem que o Estado zele, com ardor redobrado, pelas crianças concebidas em tal situação, ao invés de matá-las, propõe assisti-las durante a gestação, parto e puerpério, providenciar adoção se este for o desejo da mãe e, conceder um benefício mensal, oriundo do Fundo Nacional de Amparo à Criança e ao Adolescente, a ser pago até que complete dezoito anos” (BRASIL. Projeto de Lei nº 1.763/2007).

<sup>5</sup> Projeto de Lei nº 3.748/2008, de autoria da deputada Sueli Vidigal, “versa sobre a autorização do Poder Executivo a conceder pensão à mãe que mantenha a criança nascida de gravidez decorrente de estupro”. A justificava da deputada para a implantação do referido projeto é “[...] que as mulheres vítimas do crime de estupro engravidam e praticam o crime de aborto, previsto no art. 128<sup>5</sup> do Código Penal brasileiro, embora não seja aplicada pena ao médico que o pratica nas condições ali previstas, e sobre mulheres que, após uma gravidez indesejada, abandonam seus filhos, sem prestar-lhes qualquer assistência”. Nesta seara, a deputada refere que o “[...] ser humano tem direito à proteção à vida e à saúde. Mediante a efetivação de políticas sócias públicas que permitem o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, com condições dignas de existência” (BRASIL. Projeto de Lei nº 3.748/2007).

<sup>6</sup> O presente Projeto de Lei nº 478/2007, traz no seu teor os artigos 22 a 29 que trata dos crimes em espécie, assim pretendem tipificar como crime atos como dar “[...] causa de forma culposa a morte de nascituro; [...] anunciar processo substância ou objeto destinado a provocar o aborto; [...] congelar, manipular ou utilizar nascituro como material de experimentação; [...] referir-se ao nascituro com palavras ou expressões manifestamente depreciativas; [...] fazer publicamente apologia do aborto ou de quem o praticou, ou incitar publicamente sua prática” (BRASIL. Projeto de Lei nº 478/2007).



reconhecimento integral ao nascituro como pessoa e a garantia de direitos fundamentais inerentes.

Quanto à tramitação do referido Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, o mesmo foi aprovado em duas comissões: Comissão de Seguridade Social e Família e Comissão de Finanças e Tributação e, atualmente, encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sendo que o relatório poderá ser apresentado a qualquer momento. Se o projeto for aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, vai para apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados, e depois segue para o Senado Federal.

Diante das polêmicas que envolvem este projeto, buscou-se analisar as justificativas pertinentes para a proposição. Assim, os autores do referido Projeto de Lei afirmam que este está baseado no modelo de Projeto de Lei dos Estados Unidos, chamado de *Unborn Victims of Violence Act* (Lei dos Nascituros Vítimas de Violência<sup>1</sup>). A partir da aprovação da lei nos Estados Unidos, pelo direito norte-americano, se alguém causar morte ou lesão a uma criança no ventre de sua mãe, responderá criminalmente pela morte ou lesão ao bebê, além da morte ou lesão à gestante (BRASIL. Projeto de Lei nº 478/2007). Outro argumento alegado pelos Deputados, é que na Itália, em março de 2004, entrou em vigor uma lei que dá ao embrião humano os mesmos direitos de um cidadão.

Portanto, afirmam que o Brasil deveria seguir os bons exemplos destes países, promulgando uma lei que dispusesse exclusivamente sobre a proteção integral ao nascituro, conforme determinou o Pacto de São José de Costa Rica, assinado pelo Brasil.<sup>2</sup> Pode-se perceber que os argumentos giraram em torno de copiar ideia de outros países, sem visibilizar os direitos das mulheres, até então adquiridos no Brasil. O referido Projeto de Lei impõe limites a uma série de direitos já adquiridos, como a interrupção voluntária de gravidez de fetos anencéfalos. Os Deputados, autores do tal projeto, querem que o Brasil siga o exemplo

---

<sup>1</sup> As Vítimas por nascer de Violência Act de 2004 (Lei Pública 108-212) é uma Lei [dos Estados Unidos](#) que “reconhece um feto no útero como uma vítima legal, se eles são feridos ou mortos durante a prática de qualquer dos mais de 60 crimes federais enumerados de violência. A lei define ‘criança no útero’ como ‘um membro da espécie *Homo sapiens*, em qualquer fase do desenvolvimento, que é realizada no útero” (LUNA, 2014).

<sup>2</sup> Para os defensores do grupo “Pro-Vida”, o “Pacto de São José de Costa Rica ou Convenção Americana sobre Direitos Humanos, subscrito em 22 de novembro de 1969, é o único tratado internacional em que aparece com clareza o direito à vida “desde o momento da Concepção” e o direito “ao reconhecimento da personalidade jurídica”. Não há, nos tratados universais ou regionais sobre direitos humanos, nada que se iguale ao Pacto de São José de Costa Rica. O artigo 4º da Convenção Americana de Direitos Humanos (ou Pacto de São José da Costa Rica) determina que o direito à vida deve ser protegido pela legislação em geral, desde a concepção. Assim, em razão desta previsão expressa, era de se esperar que os acordãos não concessivos da autorização para a interrupção da gestação levantassem como fundamento este dispositivo” (PRÓ-VIDA, 2009).

dos Estados Unidos e Itália, mas, não refere dos mais de 56 países que já regulamentaram o aborto sem nenhuma restrição (PRÓ-VIDA, 2009).

Como não é objetivo analisar todos os artigos deste Projeto de Lei, e sim os que mais denotam aspectos voltados para um olhar patriarcal com relação aos corpos das mulheres, serão analisados os principais artigos do Projeto em questão, que se configuram como alicerces da ideia geral do Estatuto do Nascituro.

Em termos gerais, faz-se necessário constar, embora já dito anteriormente, que o projeto de Lei do Estatuto do Nascituro despertou polêmica, por conta de diversos opositores. Para os grupos e movimentos “pró-escolha”, que defendem a liberdade da mulher em escolher em prosseguir ou não uma gravidez, o projeto não visa os direitos da gestante, focando-se apenas ao nascituro. Estes movimentos defendem a descriminalização e supressão de pena para a interrupção voluntária da gravidez em todos os casos, defendendo que “[...] a concessão de um auxílio, caso da “bolsa estupro” (no apodo feminista), ou da inclusão dos direitos de auxílio à maternidade e do nascituro no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), implica o controle da mulher” (LUNA, 2014, p. 94).

O artigo 3º do Projeto de Lei 478/2007 assim versa:

Art. 3º O nascituro adquire personalidade jurídica ao nascer com vida, mas sua natureza humana é reconhecida desde a concepção, conferindo-lhe proteção jurídica por meio deste estatuto e da lei civil e penal.  
Paragrafo único: O nascituro goza da expectativa do direito à vida, à integridade física, à honra, à imagem e de todos os demais direitos da personalidade (BRASIL. Projeto de Lei nº 478/2007).

Já num primeiro momento, o artigo vem apresentar um tema que não é unanimidade no ordenamento jurídico brasileiro: quando inicia a vida. As opiniões divergem sobre o exato momento em que começa a vida humana, mas há cinco hipóteses mais aceitas pelos cientistas. A primeira é a abordagem genética, que defende que já há vida no momento da fecundação. A segunda é o início da vida com a gastrulação, processo de divisão que dá origem aos diferentes órgãos. O terceiro entendimento é que a vida inicia com a atividade neuronal. O quarto entendimento e, o mais considerado pelos cientistas, é que o início da vida se inicia após o primeiro trimestre de gravidez. E, por fim, a última hipótese é que o feto só existe como vida quando se torna biologicamente independente da mãe (CIÊNCIA, 2010).

Apesar das controvérsias, inclusive no âmbito do direito brasileiro, este aponta para o início da vida com a aquisição da personalidade jurídica, conforme segue:



O nascimento com vida foi o marco adotado pelo legislador brasileiro para a aquisição da personalidade jurídica. A partir de então, o ordenamento jurídico reconhece os direitos da personalidade que são o direito à vida, à liberdade, à integridade física, à honra, ao nome, o direito ao próprio corpo, no todo ou as partes dele. Estes são tidos como direitos [...] extra patrimoniais, intransmissíveis, imprescritíveis, impenhoráveis, vitalícios, necessários e oponíveis (ANGELIN; CERVI, 2014, p. 3).

De acordo com o artigo do Projeto de Lei, a legislação ficaria mais clara e, a vida e sua proteção integral iniciariam desde a concepção, atribuindo ao nascituro direitos de personalidade e outros descritos, deixando claro que qualquer tipo de interrupção de gravidez é um atentado à vida.<sup>1</sup>

O movimento “pró-vida”, que é contra toda forma de interrupção da gravidez e têm muitos representantes nas Frentes Parlamentares do Congresso Nacional brasileiro, junta uma aliança entre católicos, evangélicos e espíritas. Por outro lado, verificam-se diferenças de posições entre os Deputados e Deputadas evangélicos ligados à “[...] Igreja Universal do Reino de Deus de se posicionarem a favor do aborto em caso de anencefalia [...] ou justificaram sua posição favorável à pesquisa com células-tronco embrionárias humanas argumentando em termos de um Estado laico” (LUNA, 2014, p. 98).<sup>2</sup>

Este grupo envolvendo defensores e defensoras de Igrejas e de alguns setores científicos acredita que início da vida se dá no momento da concepção, baseados no argumento de que estes já possuem “[...] DNA próprio e uma individualidade responsável pelas características desse novo ser, e que o acompanhará desde o nascimento até sua morte” (CASAPROVIDA, 2016).

Já os movimentos “pró-escolha” afirmam que o que está em discussão não é o início da vida, até porque não concordam que a vida inicia desde a concepção. Quem é deste grupo que defende a possibilidade das mulheres escolheres e decidirem sobre seus corpos, afirmam que não pode um “projeto de vida” ter mais valor do que uma vida de uma mãe que

<sup>1</sup> O artigo 4º deste Projeto corrobora com o terceiro quando se refere a proteção integral do nascituro: “Art. 4º É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar ao nascituro, com absoluta prioridade, a expectativa do direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL. Projeto de Lei nº 478/2007).

<sup>2</sup> A posição desses deputados não foi tão liberal e pró-escolha como a exposta pelo líder da Igreja Universal do Reino de Deus, bispo Edir Macedo, que admite a interrupção da gravidez em diversas circunstâncias (GOMES, 2009, p. 97). Denota-se assim, a influência da religião sobre este tema, destacando-se o fato de que a Igreja Católica, no Brasil, estabeleceu o dia 08 de outubro como o dia do nascituro, ou seja, o dia da criança em desenvolvimento no ventre materno. Essa data foi escolhida durante a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pois, na primeira semana de outubro é celebrada a Semana Nacional da Vida (CASAPROVIDA, 2016).

já é um ser humano completo em suas funções intelectuais. Os defensores do movimento “pro-vida” procuram desconstruir o argumento do início da vida afirmando o que segue:

Percebam que esse argumento está relacionado a uma mera questão de estágio de desenvolvimento do corpo humano, o que nos leva a conclusões absurdas como: um bebê recém-nascido teria uma dignidade menor, afinal ele não tem autoconhecimento nos primeiros meses de vida, o mesmo aconteceria com uma pessoa que tenha deficiência ou Alzheimer; ou que uma criança teria menos direitos do que uma pessoa adulta, afinal os estágios de desenvolvimento dos seus corpos são diferentes (CASAPROVIDA, 2016).

Denota-se que há um conservadorismo nos discursos dos movimentos “pró-vida”, desconsiderando a vontade, as condições materiais e a autonomia das mulheres. Isso é perceptível no relatório da Deputada Solange Almeida, da Comissão de Seguridade Social e Família, em voto pela aprovação do Projeto do Estatuto do Nascituro, no qual ela analisa cada dispositivo proposto pelos autores do referido projeto, ressaltando que um dos aspectos que merece maior significância é aquele que “[...] pertine à distinção entre direito e expectativa de direito no que concerne ao nascituro”. Para ela, o nascituro é efetivo titular de direito, tendo em vista o seu “[...] patrimônio genético plenamente definido desde o início da sua existência com a concepção”.

Entre os direitos ressaltados pela Deputada, destacam-se os direitos “[...] mais fundamentais, quais sejam, os concernentes à vida, ao desenvolvimento da existência, à saúde, etc”., previstos nos artigos 11 a 21 do Código Civil de 2002. Por concordar que o nascituro é titular de direito, a relatora propôs em diversos dispositivos, “[...] a substituição da expressão ‘expectativa de direito’ por ‘direito’, com base na doutrina mais moderna acerca assunto”, inclusive citando vários autores que defendem sua posição (BRASIL).

Referente à pensão alimentícia, em caso de estupro, a Relatora menciona que “[...] seria mais adequado restringi-la ao genitor que viesse a ser identificado, o que em termos de patrimônio genético não oferece maiores dificuldades por meio de teste de DNA”.

Nesse ínterim, a responsabilização se daria sem que houvesse prejuízo do Estado “[...] por resguardar os direitos fundamentais da criança caso a mãe não disponha de recursos financeiros para tal, até que venha a ser identificado e responsabilizado o genitor ou até que ocorra a adoção, caso esta seja a vontade da mãe”. Desse modo, estarão também contemplados os interesses nos Projetos de Leis 1.763/2007 e 3.748/2008 (BRASIL. Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. *Parecer da Relatora Deputada Solange Almeida*. 2010).

Nesse contexto, Angelin e Unser referem que o Projeto de Lei impõe sobre a mulher uma dupla humilhação: a de ser estuprada e a de ter que levar a termo a gestação tendo que conviver com o agressor:

Então, além de suprimidas todas as possibilidades de interrupção da gravidez, o projeto prevê uma ajuda financeira para mulheres vítimas de estupro, popularmente conhecida como *Bolsa Estupro*, ou seja, a mulher estuprada é obrigada a levar a termo a gestação e a manter contato com o estuproador para o resto da vida, uma vez que o mesmo, desde que identificado, fica obrigado a pagar pensão alimentícia, sem mencionar o fato de que com a aprovação do referido Estatuto, passa a ser portador dos direitos de paternidade. No caso de não localização do estuproador, a obrigação de pagamento do recurso recai ao Estado (ANGELIN *apud* ANGELIN; UNSER *in* ANGELIN; SCHAPER; GROSS, 2016, p. 114).

Por fim, a Relatora votou pela aprovação do Projeto de Lei nº 489/2007 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 478/2007 e os apensos Projetos de Leis nº 489/2007, nº 1.763/2007 e nº 3.748/2008, nos termos do substitutivo apresentado por ela. Diante do posicionamento da Deputada, que priorizou o nascituro em detrimento da mulher, fica reforçada a ideia de que este deve ser portador de direitos desde sua concepção e que, todas as formas de interrupção voluntária da gravidez devem ser criminalizadas. Isso denota que o fato de a Deputada ser mulher não a afasta da cultura patriarcal, influenciada pela questão religiosa, que vê a mulher como um receptáculo de seres humanos, remetendo à ideia de que esse é seu destino.

Após a aprovação do relatório na Comissão de Seguridade Social e Família, o Projeto de Lei nº 478/2007 foi encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação para análise do Relator Deputado Eduardo Cunha, com o objetivo de que se pronunciasse quanto à compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da matéria. Assim, a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI CFT), ao dispor sobre o assunto, define que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade das proposições como o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e a normas pertinentes a eles e à receita e despesa públicas. Entende-se por normas pertinentes especialmente a Constituição Federal de 1988, a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a própria NI CFT.

O relator Eduardo Cunha (membro da Assembléia de Deus Madureira), ao apresentar seu relatório à Comissão de Finanças e Tributação, acrescenta no relatório o Projeto de Lei nº 1.085/2011, que dispõe sobre a assistência à mulher vítima de estupro que vier a optar por realizar aborto legal (BRASIL. Projeto de Lei nº 1.085/2011).

Esse valor pago vai até a criança completar idade fixada nas proposições, como “[...] é o caso do parágrafo único do art. 13 do Projeto de Lei nº 478/2007; do inciso II do art. 13 do Projeto de Lei nº 489/2007; do inciso III do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.763/2007; do art. 1º do Projeto de Lei nº 3.748/2008”. No que confere ao quinto Projeto de Lei, o Projeto de Lei nº 1.085/2011, prevê a concessão de “[...] bolsa-auxílio por um período de três meses, no valor de um salário-mínimo, à mulher que engravida em decorrência de estupro e que opta por realizar aborto legal, como também àquela que, em situação semelhante, engravida e sofre aborto espontâneo”.

Após a análise de todos os critérios jurídicos para as despesas envolvendo os Projetos de Lei em torno das questões, em especial, do pagamento de bolsa auxílio às mães vítimas de estupro, o Deputado Eduardo Cunha apresentou parecer pela adequação orçamentária e financeira destes Projetos, atendendo ao substitutivo aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família; nos termos da emenda de adequação que concerne os votos dos Deputados, na Comissão de Seguridade Social e Família (BRASIL. Comissão de Finanças e Tributação. *Parecer do Relator Deputado Eduardo Cunha, 2013*).

Nesse diapasão, o que se percebe tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo é que a ideologia patriarcal, de desvalorização e menosprezo das mulheres permanece e se encontra institucionalizada, como é o caso do Brasil, quando a Câmara de Deputados apresenta um Projeto de Lei e profere seus pronunciamentos contra a autonomia das mulheres decidirem sobre seus corpos, perdurando argumentos religiosos e metafísicos. Nesse pano de fundo de desigualdade, as maiores vítimas têm sido as mulheres, independentemente de seu credo, etnia ou situação econômica.

Diante do panorama apresentado, depreende-se que as mulheres já adquiriram diversos direitos no âmbito reprodutivo e sexual e que há muitos outros ainda a serem conquistados, fazendo-se necessário que haja uma efetiva reforma voltada à estabilidade e segurança, ou seja, é preciso que sejam respeitados os direitos das mulheres em dispor sobre a escolha de interromper ou não voluntariamente uma gravidez, sem ser criminalizada por isso. Esta é uma das funções dos direitos: mudar a cultura patriarcal que permanece tão arraigada na sociedade, criando a possibilidade das mulheres decidirem sobre seus corpos e suas vidas.

## REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela. UNSER, Rosemara. Ideologias religiosas cristãs frente à violência contra as mulheres: um desafio para a democracia In: ANGELIN, Rosângela, SCHAPER,

Valério Guilherme, GROSS, Eduardo [Orgs.]. **Religião, política e democracia na América Latina**. São Leopoldo: EST; Santo Ângelo: FuRI, 2016, p. 97-120.

ANGELIN, Rosângela; SENNA, Tassiara da Silva. A influência das políticas públicas na emancipação das mulheres: o caso do Programa Bolsa Família. In: **Revista Direito e sociedade: reflexões contemporâneas**. Faculdades Integradas Machado de Assis – Santa Rosa: Kunde, 2011. N° 02 V. 1.

ANGELIN, Rosângela. CERVI, Taciana Marconatto. **A complexidade do direito à vida e à dignidade da pessoa humana diante do abortamento e da antecipação do parto em decorrência de anencefalia**. XIV Mostra Regional de Trabalhos jurídicos. 2014. Santo Ângelo. URI.

**Bancada Evangélica simboliza conservadorismo no País, dizem analistas**. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/dialogos-capitais/bancada-evangelica-simboliza-conservadorismo-no-pais-dizem-analistas-8356.html>>. Acesso em: 15 out.2022.

BRASIL. **Comissão de Finanças e Tributação**. Parecer do Relator Deputado Eduardo Cunha. Projeto de Lei 478/2007. Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. 2010. Câmara dos Deputados. Congresso Nacional. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=34C1A1934CCDFC0D74F5E04FD715FBB4.proposicoesWebExterno1?codteor=995091&filename=Tramitacao-PL+478/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=34C1A1934CCDFC0D74F5E04FD715FBB4.proposicoesWebExterno1?codteor=995091&filename=Tramitacao-PL+478/2007)>. Acesso em: 04 out.2022.

BRASIL. **Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados**. Voto em Separado do Deputado Darcisio Perondi. Projeto de Lei 478/2007. Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. 2010. Relatora Deputada Solange Almeida. Câmara dos Deputados. Congresso Nacional. 2010. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=34C1A1934CCDFC0D74F5E04FD715FBB4.proposicoesWebExterno1?codteor=770752&filename=Tramitacao-PL+478/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=34C1A1934CCDFC0D74F5E04FD715FBB4.proposicoesWebExterno1?codteor=770752&filename=Tramitacao-PL+478/2007)>. Acesso em: 10 out.2022.

BRASIL. **Comissão de Seguridade Social e Família**. Parecer da Relatora Deputada Solange Almeida. Projeto de Lei 478/2007. Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Congresso Nacional. 2010. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/747985.pdf>>. Acesso em: 04 out.2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**: Anotada. 3. Ed. revista e atualizada 2001.

BRASIL. **Decreto Lei nº 2.848/1940**. Código Penal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-normaatualizada-pe.html>. Acesso em: 10 out.2022.

BRASIL. **Lei nº 3.071/1916**. Revogado pela Lei 10.406/2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm). Acesso em: 15 out.2022.

BRASIL. **Lei nº 4.121/1962**. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm)>. Acesso em: 15 out.2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 20/1991**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento dos casos de aborto previstos no Código Penal, pelo Sistema Único de Saúde. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14943>>. Acesso em: 05 out.2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 478/2007**. Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/-fichadetramitacao?idProposicao=345103>>. Acesso em: 19 out.2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 489/2007**. Dispõe sobre o estatuto do nascituro e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345301>>. Acesso em: 05 out.2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1.135/1991**. Revoga o artigo 124 do Código Penal, que prevê detenção de um a três anos para a gestante que provocar aborto em si mesma ou consentir que outro o faça. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/524097.pdf>>. Acesso em: 08 out.2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1.763/2007**. Dispõe sobre a assistência à mãe e ao filho gerado em decorrência de estupro. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=362577>>. Acesso em: 05 out.2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3.748/2008**. Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão à mãe que mantenha a criança nascida de gravidez decorrente de estupro. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=405056>>. Acesso em: 05 out.2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental n. 54**. Petição inicial. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADPF&s1=54&processo=54>>



## SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO PROJETO ATLAS TOPONÍMICO DO ESTADO DO MARANHÃO - ATEMA

Alberto Vinicius Martins Rocha - UNIBALSAS<sup>1</sup>

Livia Oliveira Silva - UNIBALSAS<sup>2</sup>

Jakson Ferreira de Sousa - UNIBALSAS<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo propõe a automação dos processos do cotidiano do projeto Atlas Toponímico do Maranhão (ATEMA), situado no Centro de Estudos Superiores de Balsas (CESBA), que é polo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Para implementar a automação necessária, foi proposto como objetivo, desenvolver um sistema *web*, responsável por armazenar, expor e gerar relatórios das principais tarefas do ATEMA. Para o desenvolvimento do sistema *web*, foi realizada a coleta das informações, que se deu por meio de entrevistas e pesquisa de campo, além de um estudo bibliográfico sobre o ATEMA e as tecnologias utilizadas na implementação do projeto. Quanto aos requisitos, foram definidos através de reuniões com os envolvidos no projeto e em seguida foram construídos diagramas de caso de uso, para orientação geral das principais ações do sistema. As entrevistas, para a coleta de dados, ocorreram por meio de encontros síncronos e remotos, através da ferramenta Google Meet. O Atlas Toponímico do Maranhão (ATEMA), é um projeto que reúne professores e estudantes da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), com o objetivo de pesquisar, coletar e registrar os topônimos, isto é, a origem de nomes geográficos abrangendo mesorregiões, microrregiões e municípios do estado do Maranhão. Como resultado, é possível constatar que o sistema *web* desenvolvido, contemplou todos os requisitos levantados inicialmente na fase de coleta de dados, além de adotar tecnologias com capacidade de prover uma melhor experiência para o usuário.

**Palavras-chave:** ATEMA; Gestão de processos; Requisitos de sistema; Sistema *web*.

**ABSTRACT:** This article proposes the automation of everyday processes of the Toponymic Atlas of Maranhão (ATEMA) project, located at the Centro de Estudos Superiores de Balsas (CESBA), which is a hub of the State University of Maranhão (UEMA). To implement the necessary automation, it was proposed as an objective, to develop a web system, responsible for storing, exposing and generating reports of the main tasks of ATEMA. For the development of the web system, information was collected through interviews and field research, in addition to a bibliographic study on ATEMA and the technologies used in the implementation of the project. As for the requirements, they were defined through meetings with those involved in the project and then use case diagrams were built, for general guidance of the main actions of the system. The interviews for data collection took place through synchronous and remote meetings, through the Google Meet tool. The Toponymic Atlas of Maranhão (ATEMA) is a project that brings together professors and students from the State University of Maranhão (UEMA), with the aim of researching, collecting and recording toponyms, that is, the origin of geographic names covering mesoregions, microregions and municipalities in the state of Maranhão. As a result, it is possible to verify that the developed web system contemplated all the requirements initially raised in the data collection phase, in addition to adopting technologies capable of providing a better experience for the user.

**Keywords:** ATEMA; Processes management; System requirements; web system.

<sup>1</sup> Graduado em Sistemas de Informação pela Faculdade de Balsas. E-mail: [vinicius.cross07@gmail.com](mailto:vinicius.cross07@gmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Sistemas de Informação da Faculdade de Balsas. E-mail: [livia0liveirasilva55@gmail.com](mailto:livia0liveirasilva55@gmail.com)

<sup>3</sup> Professor Orientador do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade de Balsas. E-mail: [jakson.ferreira@prof.unibalsas.edu.br](mailto:jakson.ferreira@prof.unibalsas.edu.br)

## 1. INTRODUÇÃO

A tecnologia da informação encontra-se mais do que nunca em evidência e com uma perspectiva de crescimento cada vez maior. Segundo pesquisa realizada pela ABES (Associação Brasileira das Empresas de Software), em 2022, há uma perspectiva de crescimento de 14,3% em investimentos no setor de tecnologia da informação no Brasil, o que evidencia uma tendência cada vez maior do uso de soluções tecnológicas na vida das pessoas.

Os sistemas de informação são responsáveis pela coleta e mineração do novo petróleo, a informação (SOMMERVILLE, 2018). É indispensável fazer a gestão deste bem tão valioso, e é seguindo essa linha de raciocínio que fora proposto a realização do desenvolvimento de um sistema para registrar, expor e gerar relatórios a partir das pesquisas realizadas pelo Atlas Toponímico do Maranhão (ATEMA), projeto pertencente ao Centro de Estudos Superiores de Balsas (CESBA), que por sua vez é polo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Este trabalho se propôs a documentar as pesquisas, atividades e a metodologia que possibilitaram o desenvolvimento de um sistema web, para a gestão do projeto ATEMA.

### 2.2 Modelagem de dados

Os bancos de dados são usados como diferencial dentro das empresas, posicionando-as de forma mais estratégica no mercado, com decisões apoiadas na análise sistemática dos dados. Nos estágios iniciais da criação de um banco de dados é feita a modelagem de dados, que para ser realizada se faz necessário um entendimento sobre o contexto do negócio, pois são definidos para a aplicação, além de receber uma representação visual e descritiva (PUGA; FRANÇA; GOYA, 2018).

Para Navathe (2018) esta fase é uma forma de retratar os modelos de dados que foram especificados para determinado projeto. Podem ser usados como base para assegurar que os requisitos de dados atendam às necessidades dos usuários e sejam evitadas incompatibilidades. São mais simples e próximos da linguagem natural, facilitando a compreensão.

No sistema desenvolvido para o projeto ATEMA, foram especificados dois diagramas de caso de uso. Esse tipo de modelagem, segundo Sommerville (2018), trata-se da esquematização de um cenário no qual se retrata de forma compreensível uma ação esperada pelo sistema.

### 2.3 FRONT-END com JAVASCRIPT, REACT E MATERIAL UI.



No portal w3schools<sup>1</sup> é definido o termo *Front-end* como tudo que o usuário pode ver, ou seja, a interface do usuário. Dentre as habilidades básicas para a programação do tipo *front-end*, envolvem: HTML (Linguagem de Marcação de HiperTexto), CSS (Cascading Style Sheets ou, em português, Folhas de Estilo em Cascata) e JavaScript.

Segundo o portal do GitHub<sup>2</sup>, JavaScript foi a linguagem de programação que mais cresceu no Brasil e no mundo em 2021. Isso prova sua influência e importância no contexto atual de desenvolvimento de sistemas. Os recursos disponíveis nesta linguagem proporcionam uma diversidade de funcionalidades, em especial, para a criação de sistemas *web*.

JavaScript é uma linguagem de programação bastante difundida no desenvolvimento *web*, considerando que grande parte dos *sites* modernos a utilizam e é interpretada por todos os navegadores modernos. Ela está entre os quesitos mais importantes que um programador *web* deve ter de conhecimento. (FLANAGAN, 2013).

Segundo o portal oficial do JavaScript<sup>3</sup>, trata-se de uma linguagem de alto nível, interpretada e não tipada. A documentação ainda atenta para um equívoco comum que pessoas cometem ao confundir o JavaScript com Java<sup>4</sup>, sendo ambas completamente diferentes, sua semelhança é uma questão de nomenclatura, apenas.

Quanto aos recursos React<sup>5</sup>, no portal oficial a define como uma biblioteca JavaScript para a criação de tipos variados de interfaces. A característica mais evidente é a existência de componentes, os quais tratam de cápsulas de código que são reutilizadas durante a construção da aplicação. Outra característica importante é a renderização eficiente, que acontece quando os componentes possuem uma mudança de estado.

Material UI (Interface do usuário), trata-se de uma biblioteca de componentes, que serve para acelerar a criação das interfaces em projetos React. Além disso, proporciona uma melhor experiência aos usuários das aplicações com ferramentas de *designer*, com foco em acessibilidade por exemplo. Segundo dados do portal oficial da biblioteca<sup>6</sup>, houve um rápido crescimento da ferramenta, com 3.2 milhões de *downloads* semanais.

---

<sup>1</sup> <https://www.w3schools.com/>

<sup>2</sup> Github é uma plataforma de hospedagem de código fonte na nuvem.

<sup>3</sup> Site oficial JavaScript: <https://developer.mozilla.org/pt-BR/docs/Web/JavaScript>

<sup>4</sup> Java é uma linguagem de programação criada na década de 90 e sua característica mais evidente é ser orientada a objetos.

<sup>5</sup> Site oficial React: <https://pt-br.reactjs.org/docs/getting-started.html>

<sup>6</sup> Site oficial Material Ui: <https://mui.com/pt/>

As tecnologias citadas foram utilizadas para a codificação do sistema do projeto ATEMA, com o objetivo de entregar um produto de qualidade e com ótimo desempenho, a partir das soluções tecnológicas implementadas.

## 2 METODOLOGIA

Inicialmente foi realizada uma pesquisa de campo, que ocorreu no projeto ATEMA, localizado no Centro de Estudos Superiores de Balsas (CESBA), com o intuito de coletar as informações necessárias para a parametrização do software em questão, com base nas necessidades relatadas pelos envolvidos no projeto.

O Atlas Toponímico do Maranhão (ATEMA), é um projeto que reúne professores e estudantes da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), com o objetivo de pesquisar, coletar e registrar os topônimos, isto é, a origem de nomes geográficos abrangendo mesorregiões, microrregiões e municípios do estado do Maranhão.

As entrevistas para a coleta de dados ocorreram por meio de encontros síncronos e remotos, através da ferramenta Google Meet. Os encontros foram de extrema importância para a definição dos requisitos, ou seja, as funcionalidades que deveriam compor o sistema.

Com os requisitos já determinados, houve a decisão pelas tecnologias que foram utilizadas ao longo do projeto, com o objetivo de prover uma melhor experiência ao usuário e a continuidade do projeto.

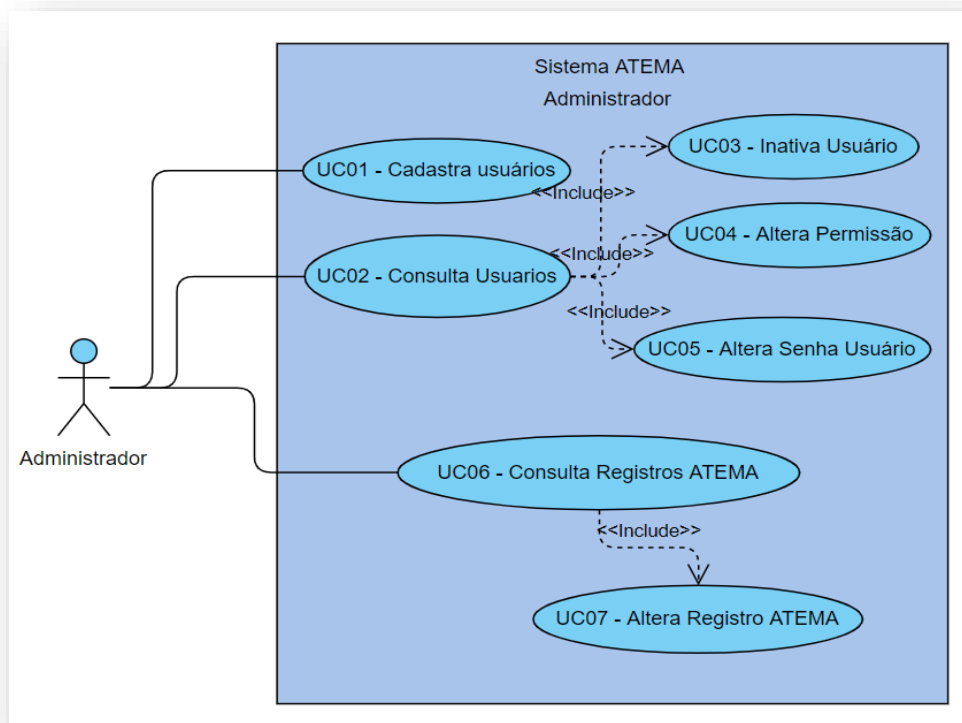
## 3. DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA WEB

Segundo os parâmetros definidos pela engenharia de *software* para a produção profissional de *software*, a fase inicial trata-se da coleta de requisitos, posteriormente são criados diagramas baseados nas necessidades de cada cenário, com o intuito de definir as funcionalidades do sistema para a codificação (SOMMERVILLE, 2018).

No sistema do projeto ATEMA, os requisitos foram definidos através de reuniões com os envolvidos no projeto e em seguida foram construídos dois diagramas de caso de uso, os quais

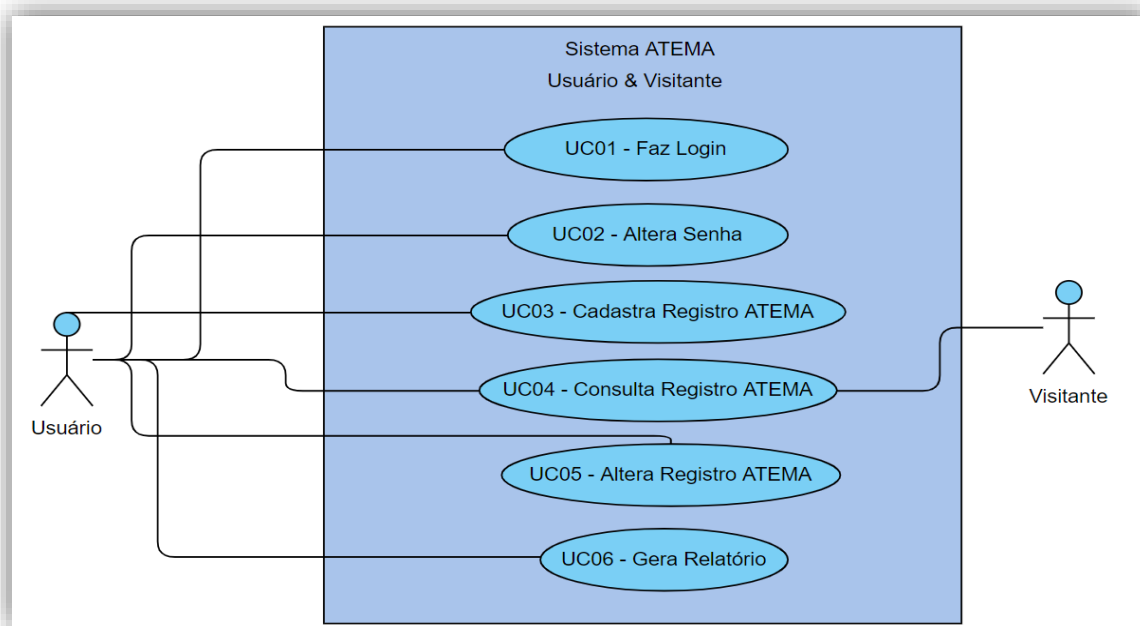
esquematisam a interação dos agentes que envolvem o sistema, sendo eles, o administrador, o visitante e o usuário. Conforme as figuras 1 e 2.

**Figura 1:** Caso de uso: Administrador.



Fonte: Autores, 2022.

Na figura 1 há a esquematização do cenário de um administrador, no qual possui permissão para cadastrar usuários, consultar, alterar o poder de acesso dos usuários, alterar senhas, além de ter acesso aos dados no sistema, no que diz respeito ao registro e alteração das informações.

**Figura 2:** Caso de Uso: Usuário e Visitante.

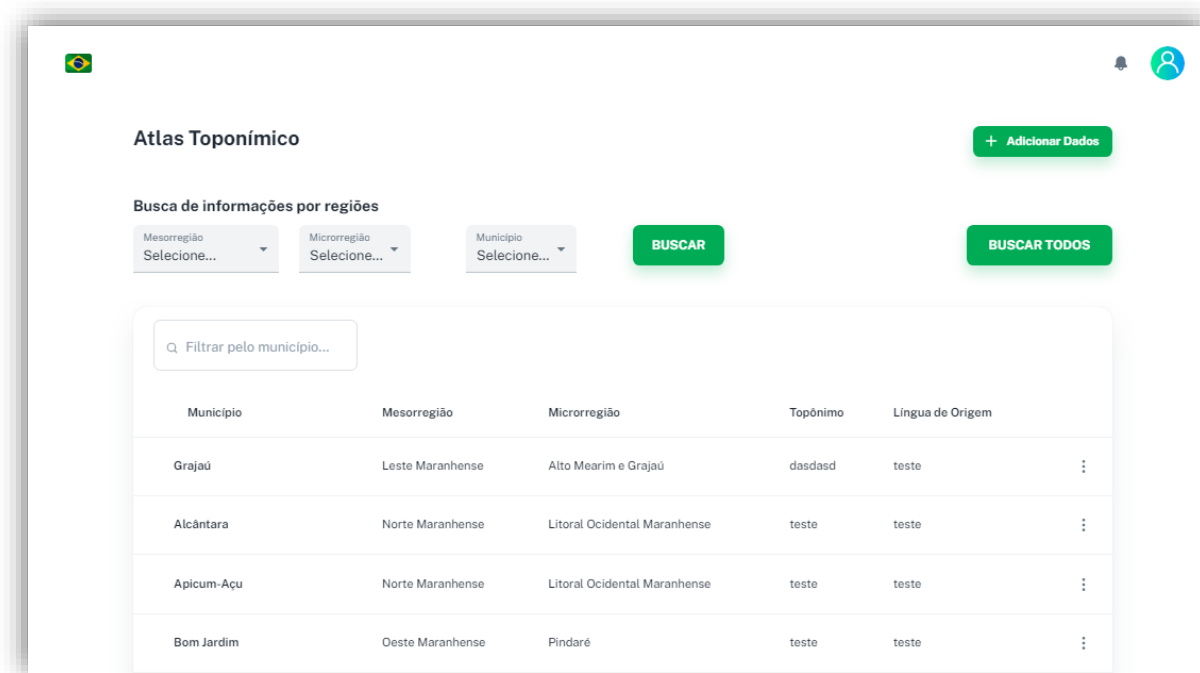
**Fonte:** Autores, 2022

A figura 2 apresenta o cenário de dois agentes importantes e com permissões diferentes. Iniciando pelo usuário que necessita realizar a autenticação com e-mail e senha, para ter acesso ao sistema. Este usuário possui a permissão de alterar senhas, cadastrar registros, consultar, alterar e por fim, gerar relatórios. Já o usuário visitante, possui a permissão para visualização dos dados cadastrados.

É importante destacar que os diagramas não são imutáveis, ou seja, podem haver mudanças a partir da codificação, já que podem não funcionar em um ambiente de produção exatamente como o planejado. Quando há inconsistências ou equívocos diante da percepção do cliente, há a necessidade de definir novos requisitos, para atender a necessidade de quem se destina o produto. Após os diagramas, a pesquisa voltou-se à codificação, onde foram implementadas as interfaces do sistema *web*, com o intuito de oferecer uma melhor experiência ao usuário e aperfeiçoar o *front-end*.

A página do projeto ATEMA reúne informações inseridas no sistema *web*, além de permitir adicionar novas informações que formam o mapeamento realizado nas pesquisas, conforme demonstrado nas figuras a seguir.

**Figura 3:** Interface do Atlas Toponímico.

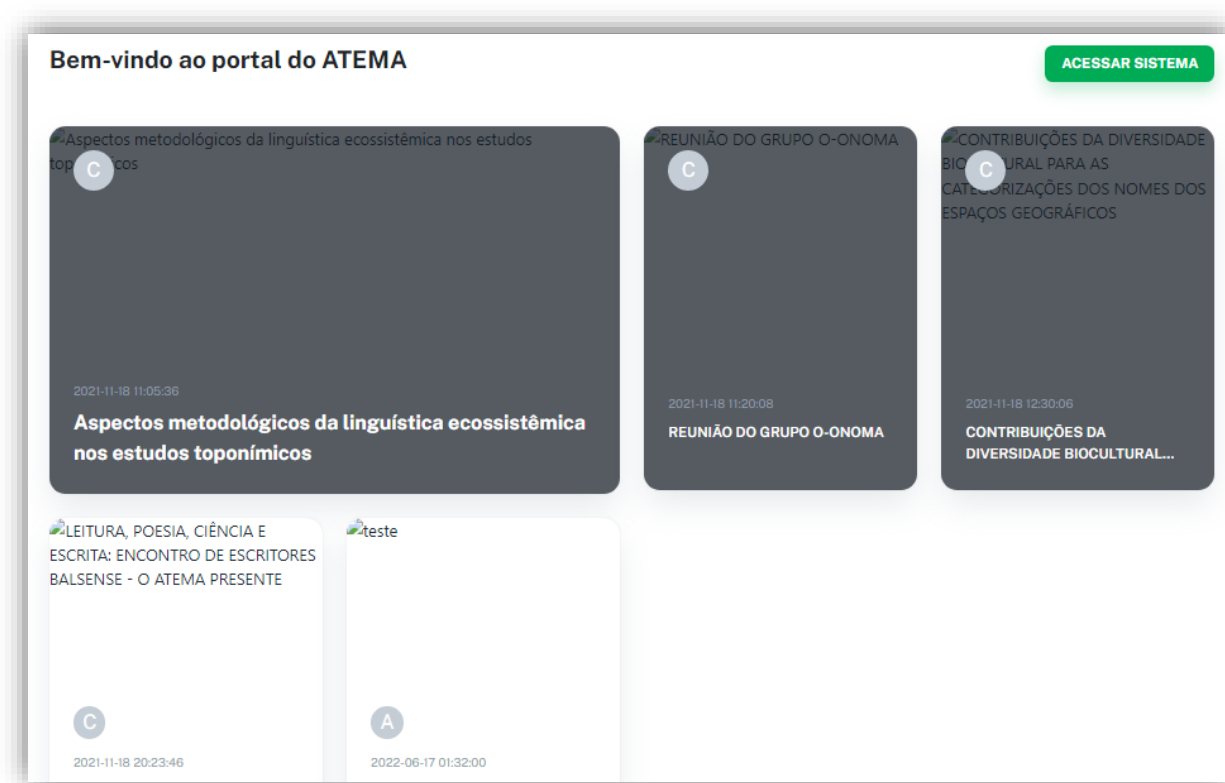


**Fonte:** Autores, 2022.

A figura 3 diz respeito a página do sistema responsável pela apresentação dos dados por meio de filtros de seleção. Na parte superior encontra-se o título da página e do lado direito o botão de adicionar dados. Ainda na parte superior estão presentes os mecanismos de seleção das informações para a pesquisa, através das características especificadas. No outro extremo encontra-se o botão para a listagem de todos os dados cadastrados, que são apresentados em uma lista presente na parte inferior da página.

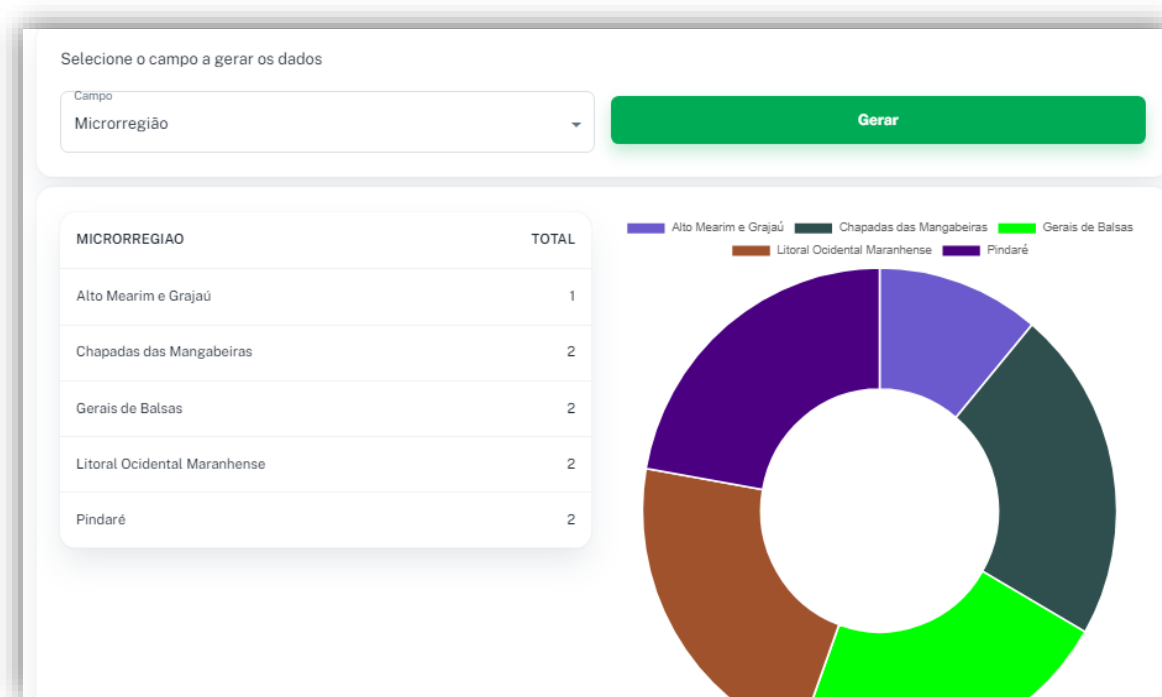
Para a geração de gráficos com o cruzamento das informações que estão presentes no banco de dados, há a página de relacionar dados. Nesta, é possível selecionar múltiplas características para a construção dos esquemas, conforme demonstrado na figura 4, a seguir.

**Figura 4:** Interface da página de relacionar dados.



**Fonte:** Autores, 2022.

A figura 4 apresenta a página responsável pela geração de gráficos, por meio das informações inseridas no sistema. Na parte superior da interface há um campo onde é possível selecionar os dados presentes no banco de dados e em seguida ao clicar no botão “gerar”, surge um gráfico de acordo com as características especificadas. O sistema também conta com um *blog*, que também foi especificado no projeto, para realizar postagens sobre as principais notícias do projeto ATEMA.

**Figura 5:** Interface da página de relacionar dados.

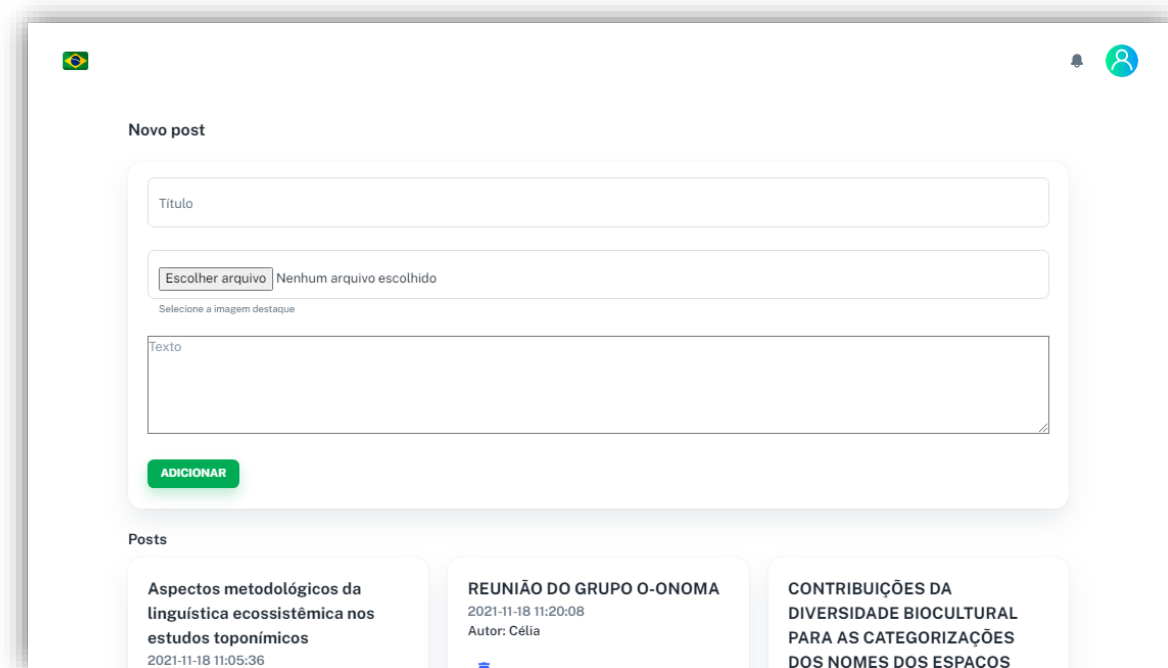
**Fonte:** Autores, 2022.

A figura 5 corresponde a página do *blog*, no qual as postagens são realizadas na forma de blocos. Cada bloco possui um título, imagem, autor, além da data e hora da postagem. Ao clicar nos blocos é exibido o texto por inteiro e a imagem em um tamanho maior, além das informações já especificadas nos *cards*.

Além da interface do visitante, também foi implementada a do administrador do *blog*, que é o responsável por manter a página ativa, fazendo atualizações de novas postagens ou editando as postagens já existentes.



**Figura 6:** Interface da página de administrador do blog.



**Fonte:** Autores, 2022.

A imagem da figura 6, corresponde a página do administrador do sistema, que contempla três campos obrigatórios para a realização das postagens. O primeiro é o título, o segundo o anexo de uma imagem e por último o conteúdo. O envio é feito através do clique no botão de adicionar e há a confirmação na tela com uma mensagem.

Para obter o controle de acesso dos usuários ao sistema foi desenvolvido uma página de usuários com suas devidas permissões. Conforme é demonstrado na figura 7.

**Figura 7:** Interface da página de controle de usuários.

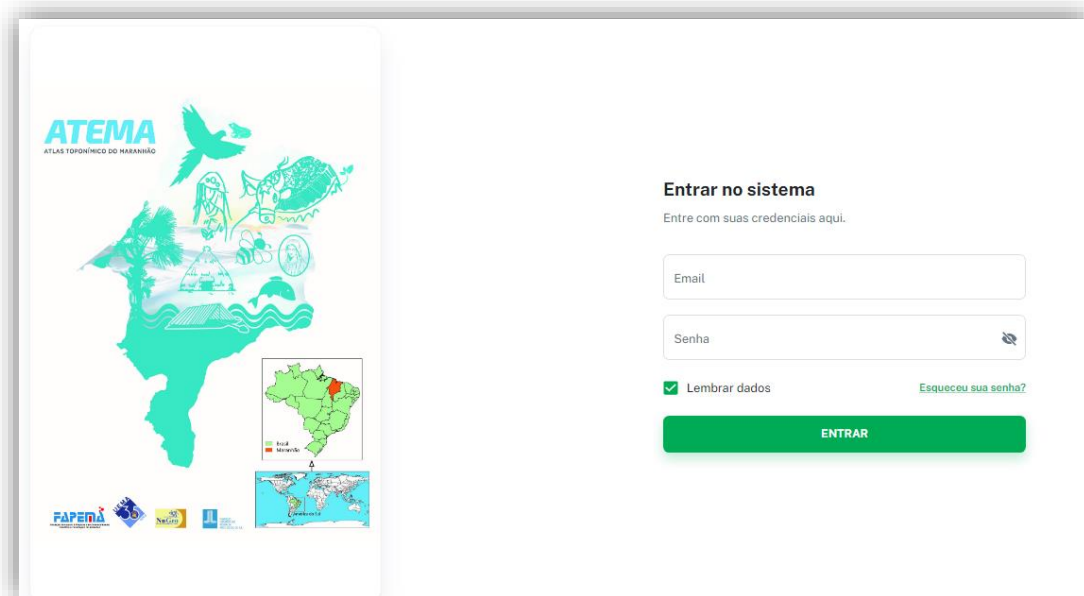
Nome	Email	Administrador	Criar	Alterar	Blog	Ações
anamartins9@aluno.uema.br	anamartins9@aluno.uema.br	SIM	SIM	SIM	SIM	
ATEMA	atemasistema@gmail.com	SIM	SIM	SIM	SIM	
celialeitecastro@hotmail.com	celialeitecastro@hotmail.com	SIM	SIM	SIM	SIM	
alictavares94@outlook.com	alictavares94@outlook.com	SIM	SIM	SIM	SIM	

**Fonte:** Autores, 2022.

Na figura 7 é apresentado o controle de acesso dos usuários ao sistema. Na parte superior encontra-se os campos de nome, senha e e-mail, que serão utilizados na autenticação de cada usuário e na parte inferior trata da lista com as informações de cada usuário, acrescido de um botão de exclusão na última coluna.

Para ter acesso ao sistema é necessário realizar a autenticação através das informações que foram inseridas na página de usuários.

**Figura 8:** Interface de credenciamento dos usuários do sistema.

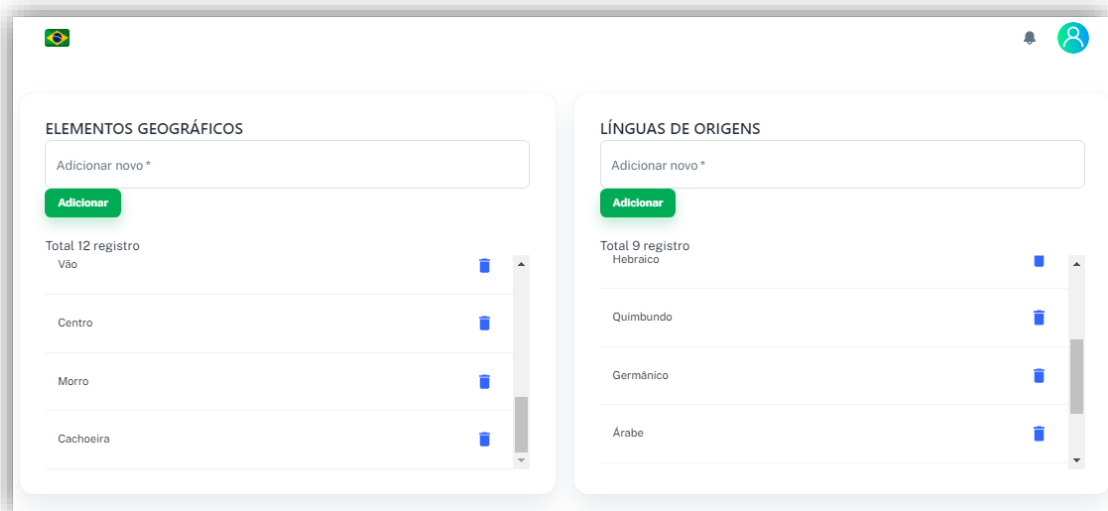


Fonte: Autores, 2022.

Na figura 8 é possível observar a tela de *login* do sistema, ou seja, a página de credenciamento dos usuários. Para ter acesso ao sistema é preciso digitar o e-mail e a senha, previamente cadastrados por um usuário com permissão de administrador.

A seção de dados corresponde a inserção dos registros que constarão no banco de dados, envolvendo elementos geográficos, línguas de origem, etimologias e taxonomias.

**Figura 9:** Interface de inserção de dados.



Fonte: Autores, 2022.

A figura 9, trata da tela destinada a adicionar os novos registros ao sistema. Em cada *card* há o título, um campo para digitação e um botão. As informações existentes são listadas na parte inferior, com a opção de exclusão em cada linha.

As funcionalidades apresentadas neste capítulo compõem o sistema desenvolvido para o registro e exposição dos objetos de pesquisa do projeto ATEMA. As páginas foram parametrizadas com base nas necessidades dos usuários e de acordo com os requisitos mapeados.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados ao longo deste trabalho é possível considerar que sistema *web* em questão, contemplou todos os requisitos levantados inicialmente na fase de coleta de dados, além de adotar tecnologias com capacidade de prover uma melhor experiência do usuário.

O sistema permite o registro das informações, geração de relatórios e conta com um *blog* para a exposição e compartilhamento das informações pesquisadas, com o público em geral. Para o armazenamento, houve a criação de um banco de dados na nuvem. Através da inserção de novos usuários, alunos e professores podem manusear o sistema *web*, para mantê-lo ativo, porém um pré-requisito para o funcionamento do mesmo é o acesso à internet.

Por fim, a conservação de elementos que fazem parte da cultura de um estado de tamanha importância como a língua de um povo, mais que isso o compartilhamento com a sociedade deste

conhecimento é de valor inestimável. Os sistemas de informação mostram-se fundamentais, como forma de tornar possível processos de automação, dinamizando as rotinas e garantindo uma melhor gestão dos ativos coletados.

## REFERÊNCIAS

BUSCHMANN, F. et al. *Pattern-Oriented Software Architecture: A System of Patterns*. Inglaterra: Wiley, 1996.

Documentação. JavaScript, 2022. Disponível em: < <https://www.javascript.com/>>. Acesso em: 26 de abril de 2022.

GitHub revela as linguagens de programação mais usadas no Brasil e no mundo. Defesa em foco, 2022. Disponível em: < <https://www.defesaemfoco.com.br/github-revela-as-linguagens-de-programacao-mais-usadas-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acesso em: 26 de abril de 2022.

MELO, A.; SILVA, F. **Princípios em linguagens de programação**. São Paulo: Edigard Blucher Ltda, 2014.

MORAIS, Izabelly. **Engenharia de software**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

NAVATHE, Elmasri. **Engenharia de software**. 7ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

PINTO, S. C. C. S. *Composição em Web Frameworks*. [Tese]. Departamento de Informática. PUC: Rio, 2000.

PREE, W. *Design Patterns for Object-Oriented Software Development*. Boston: Addison Wesley, 1995.

PUGA, S.; FRANÇA, E. ;GOYA, M. **Banco de dados: Implementação em SQL, PL/SQL e Oracle 11g**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

Setor de TI no Brasil deve crescer 14% em 2022, diz associação. Poder 360, 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/setor-de-ti-no-brasil-deve-crescer-14-em-2022-diz-associacao/>>. Acesso em: 26 de abril de 2022.

SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de software**. 10ª ed. São Paulo: Pearson, 2018.

What is a Front-End Developer?. w3schools, 2022. Disponível em: < <https://www.defesaemfoco.com.br/github-revela-as-linguagens-de-programacao-mais-usadas-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acesso em: 28 de Maio de 2022.

## PERCEPÇÃO E PRINCIPAIS DEMANDAS TECNOLOGIAS DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS DE BALSAS (MA) QUANTO AOS USOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS QUE FAVOREÇAM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM UM CENÁRIO (PÓS) PANDÊMICO

Bruno Robson Pereira De Assis<sup>1</sup> - UNIBALSAS  
Marcos David Souza Ramos<sup>2</sup> - UNIBALSAS

**Resumo:** É inquestionável que nas últimas décadas as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDICs vêm transformando a maneira como nos relacionamos, comunicamos, estudamos, compramos, vendemos e trabalhamos. Principalmente, nos dois últimos anos, em um cenário pandêmico, que de certa forma possibilitou notar uma efervescência tecnológica em muitas áreas sociais. Diante disso, o presente trabalho objetiva analisar as percepções e principais demandas tecnológicas dos micro e pequenos empresários de Balsas (MA) quanto aos usos das tecnologias digitais que favoreçam a prestação de serviços em um cenário (pós) pandêmico. Os procedimentos metodológicos foram adotados os pressupostos da pesquisa qualitativa, com objetivos exploratórios e explicativos, procedimentos bibliográficos. Como instrumentos para geração de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e formulário de pesquisa on-line destinado aos micro e pequenos empresários participantes da investigação. A análise e discussão dos resultados foi realizada sob o viés da Engenharia de Softwares no que diz respeito ao levantamento de requisitos. Concluiu-se que as tecnologias digitais têm favorecido a prestação de serviços no contexto pandêmico em Balsas (MA) de diversas formas.

**Palavras-chave:** Engenharia de Software. Tecnologias Digitais. Contexto Pandêmico.

It is unquestionable that in the last decades Digital Information and Communication Technologies - TDICs have been transforming the way we relate, communicate, study, buy, sell, work. Especially in the last two years in a pandemic scenario, in which, in a way, it made possible even more technological effervescence in many social areas. Therefore, the present work aimed to analyze the perceptions and main technological demands of micro and small entrepreneurs from Balsas - MA regarding the uses of digital technologies that favor the provision of services in a (post) pandemic scenario. The methodological procedures, the assumptions of qualitative research were adopted, with exploratory and explanatory objectives, bibliographic procedures. As instruments for data generation, semi-structured interviews and an online survey form were used for micro and small entrepreneurs participating in the investigation. The analysis and discussion of the results was carried out under the bias of Software Engineering with regard to requirements gathering. It was concluded that digital technologies have favored the provision of services in the pandemic context in Balsas - MA in several ways.

**Keywords:** Software Engineering. Digital Technologies. Pandemic Context.

## 1. INTRODUÇÃO

É inquestionável que nos últimos anos as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDICs - tenham transformado a maneira como nos relacionamos, nos comunicamos, estudamos, compramos, vendemos e trabalhamos. Principalmente, nos últimos dois anos em um cenário de pandemia, o qual, de certa forma, tornou ainda mais possível uma efervescência tecnológica em muitas áreas sociais.

A presente pesquisa, realizada com apoio do Projeto de Iniciação Científica (PIC) da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS, partiu da seguinte problemática: como as tecnologias digitais podem favorecer a prestação de serviços dos micro e pequenos empresários de Balsas - MA em um cenário (pós) pandêmico?

Em consequência, o objetivo geral é analisar as percepções e principais demandas tecnológicas dos micro e pequenos empresários de Balsas - MA quanto aos usos das tecnologias digitais que favoreçam a prestação de serviços em um cenário (pós) pandêmico. Para alcançar esse objetivo, outros específicos foram traçados: investigar a literatura acadêmica sobre os usos das tecnologias digitais em um contexto pandêmico; identificar as percepções principais demandas tecnológicas dos micro e pequenos empresários de Balsas - MA; apresentar os artefatos digitais com os resultados obtidos neste processo de investigação.

Pois, acredita-se que pesquisas como essa são de fundamental importância para fomentar o surgimento de novas soluções tecnológicas na região, bem como é extremamente relevante contribuir com a comunidade acadêmica divulgando informações como as apresentadas neste trabalho.

Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se os pressupostos da pesquisa qualitativa, com objetivos exploratórios e explicativos, e procedimentos bibliográficos. Como instrumentos para geração de dados, utilizar-se-á entrevistas semiestruturadas e formulário de pesquisa on-line destinado aos micro e pequenos empresários participantes da investigação. Dessa forma, análise e discussão dos resultados foi realizada sob viés do conceito da Engenharia de Software no que diz respeito ao levantamento de requisitos. Assim, os resultados foram analisados e catalogados para a produção deste trabalho e outros de artefatos digitais, para a divulgação dos resultados obtidos.

### Revisão Bibliográfica

Primeiramente, este tópico evidencia conceitos relevantes sobre as entrevistas e coletas de dados de acordo com a Engenharia de Software e Levantamento de Requisitos.



Entre as várias técnicas que podem ser aplicadas à coleta de informações para o desenvolvimento de um software, destaca-se o uso da entrevista. Nela há seleção de uma amostra conforme critérios pré-definidos e as questões são aplicadas com o objetivo de obter-se informações necessárias para a construção do software. A entrevista é bastante utilizada por ser simples e ter certa capacidade de esclarecer questões por meio da repetição de perguntas pelo entrevistador e seu feedback imediato (PERIN, 2017).

Além disso, de acordo com Rocha (2018) as técnicas para levantamento de dados podem ser aplicadas de modo isolado ou em conjunto, usando entrevistas, revisão de documentação, questionários, seminários e análise de observação. As perguntas podem ser feitas diretamente aos usuários alocados em postos de trabalhos relacionados à área de análise.

Servindo de base para todas as técnicas de levantamento de requisitos, entre elas investigação, entrevistas e observação, estão as decisões cruciais dizendo respeito a o que examinar e quem questionar ou observar. Estas decisões podem ser apoiadas por uma abordagem estruturada chamada amostragem. (CARVALHO, 2009, p. 01).

Outrossim, a entrevista é a modalidade de levantamento de dados destinada a identificar realidades estruturadas com uma clientela. A informação obtida com os usuários deverá ser tratada para criar modelos de pontos de vista. Esses modelos são agrupados entre si, seguindo uma hierarquia que identifica, especialmente, o que todos os clientes de diversas opiniões têm em comum. Os dados e informações são obtidos com perguntas, feitas diretamente aos usuários alocados nos postos de trabalho envolvidos na execução do processo em análise (PINA, 2009; VINCO, 2019).

Desse modo, conforme Fabri (2012), as etapas para o levantamento de requisitos usando entrevistas são: escolher os usuários-chaves; agendar entrevistas com todos os usuários escolhidos; definir o assunto da entrevista o entrevistado é quem deve expor suas ideias; a entrevista deve ser focada e assuntos dispersivos devem ser evitados; planejar a entrevista focando sempre o assunto delineado; explicar o relacionamento entre o que está em discussão e as demais áreas dos sistemas; utilizar ferramentas para automatizar a entrevista e a coleta de dados; documentar as respostas dos usuários; validar a documentação, apresentá-la aos entrevistados e colher sugestões de melhoria; evitar termos técnicos da área de informática.

Em suma, as entrevistas são os principais métodos utilizados para a coleta de dados, usando as técnicas de levantamento de requisitos, revisões de documentação, questionários e seminários para coleta das informações necessárias.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada adotou os seguintes pressupostos da pesquisa qualitativa, com

objetivos exploratórios e explicativos, usando métodos bibliográficos voltados a área de engenharia de software para a coleta de dados, e métodos de levantamento de requisitos.

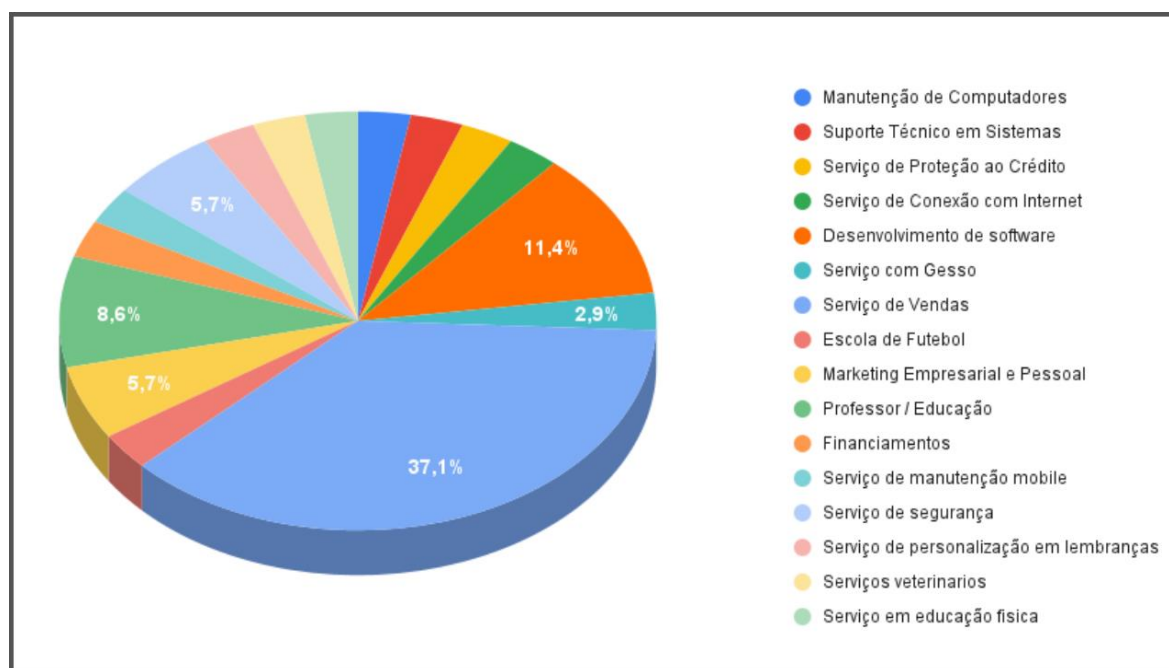
Como instrumentos para geração de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e formulário de pesquisa on-line destinado aos micro e pequenos empresários participantes da investigação. A análise e discussão dos resultados foi realizada sob o viés da Engenharia de Softwares e Levantamento de Requisitos.

Assim, como colaboradores da pesquisa, foram entrevistados 35 (trinta e cinco) prestadores de serviços na cidade de Balsas, estado do Maranhão, Brasil, separados por diferentes áreas de atuação e tempo de serviço.

### Análise dos resultados

Este tópico apresenta os resultados das análises e discussão dos dados coletados através das entrevistas realizadas com os colaboradores da pesquisa, para elucidar as percepções e as principais demandas tecnológicas que favorecem a prestação de serviços em um cenário (pós) pandêmico em Balsas - MA.

**Figura 1 - Área de Atuação.**



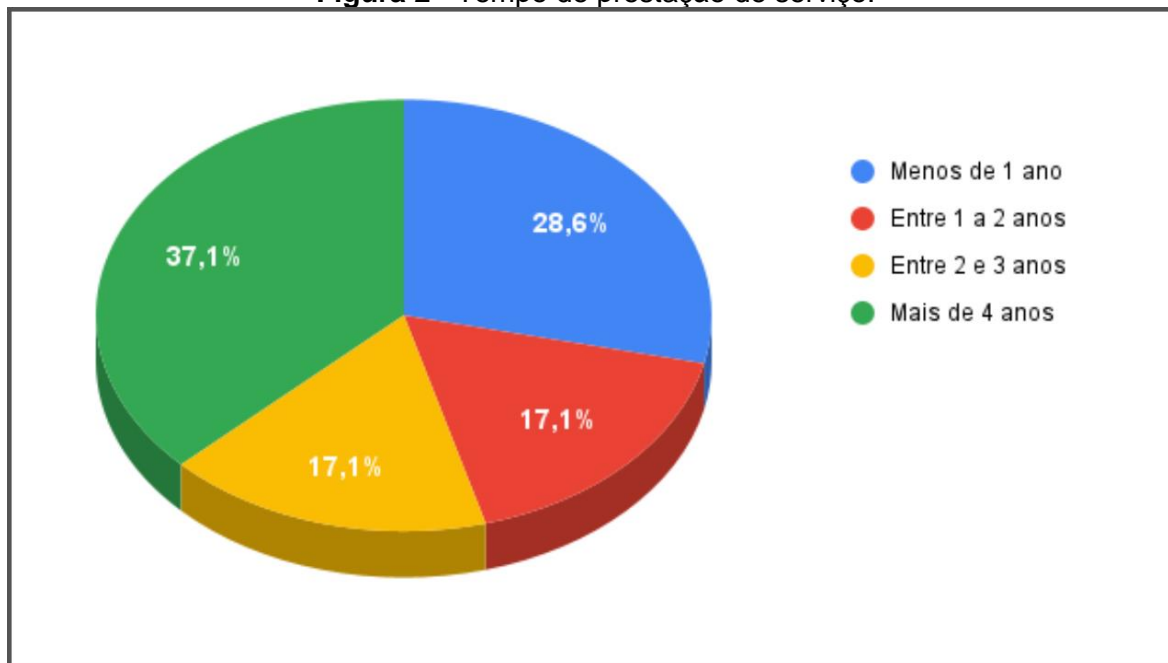
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2022).

Dessa forma, a **Figura 1** apresenta as áreas de atuação em que foram coletadas informações para a análise dos dados, dentre elas os serviços voltados a vendas foi a área com mais dados obtidos pelo entrevistador. Algumas áreas como suporte técnico em sistemas, desenvolvimento em sistemas e manutenção de computadores são áreas bem presentes no ramo da tecnologia. Áreas

como serviço com gesso e de Educação física que são áreas bastante presenciais, tiveram uma grande importância nos levantamentos e análise dos dados.

Sobre o tempo de prestação de serviço, pode-se verificar na **Figura 2** os seguintes dados: 26,6% (vinte e seis vírgula seis por cento) serviços prestados a menos de 1 ano, 17,1% (dezesete vírgula um por cento) entre 1 a 2 anos. 17,1% (dezesete vírgula um por cento) entre 2 e 3 anos, e 37,1% (trinta e sete vírgula um por cento).

**Figura 2** - Tempo de prestação de serviço.

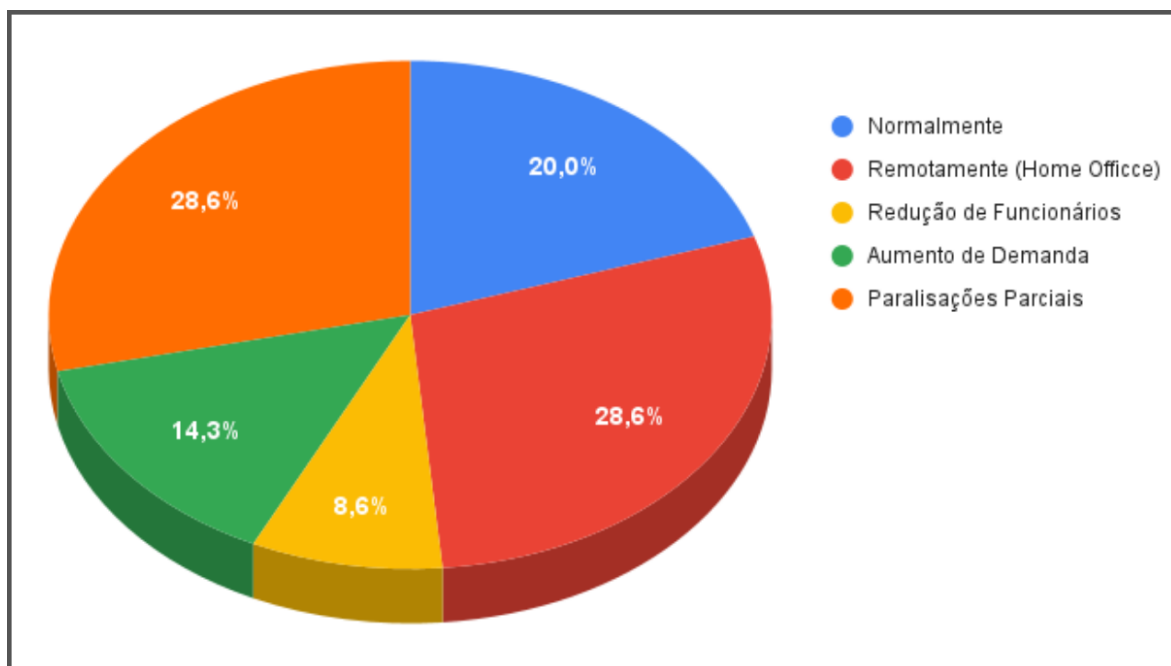


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No que diz respeito ao tempo de serviço, apresentado na **Figura 2**, os dados obtidos relatam há quanto tempo os prestadores de serviços exercem as suas atividades, esses dados apontam que a maior parte dos entrevistados trabalharam por mais de 4 anos, demonstrando que esses prestadores estão vivenciando a pandemia desde o início. Em contrapartida, outros casos, como os que trabalham na sua área de atuação por menos de um ano, vivenciam uma realidade diferente dos demais, uma vez que iniciaram suas atividades no final da pandemia, uma realidade diferente dos prestadores que trabalharam entre 1 a 3 anos que começaram as suas atividades durante a pandemia.

Os seguintes dados que representam o funcionamento durante o período de lockdown, podem ser analisados na **Figura 3**: 28,6% (vinte e oito vírgula seis por cento) optaram por escolher as paralisações parciais, 28,6% (vinte e oito vírgula seis por cento) trabalharam de forma remota durante a pandemia, 20% (vinte por cento) continuaram trabalhando normalmente, 14,3% (quatorze vírgula três por cento) tiveram um aumento de demanda e 8,6% (oito vírgula seis por cento) tiveram que diminuir a quantidade de funcionários.

**Figura 3** – Formas de prestação de serviços durante período de lockdown.

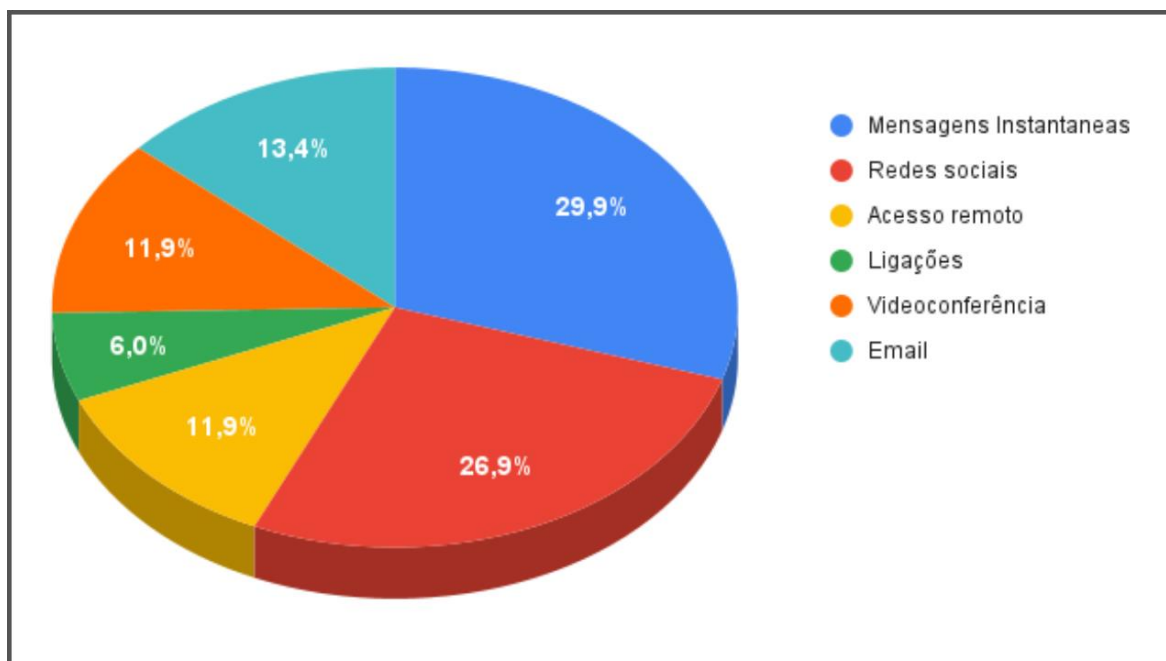


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Analisando o as formas de prestações de serviços durante o período de *lockdown*, os prestadores de serviço que necessitaram realizar paralisações parciais e os que trabalharam de forma remota (*Home Office*) dividiram a mesma quantidade com uma porcentagem de 28,6 (vinte e oito vírgula seis por cento) cada, houve também uma porcentagem de 14,3% (quatorze vírgula três por cento) de entrevistados que relataram um grande aumento na quantidade na demanda, a menor quantidade foram as empresas que tiveram que reduzir o número de funcionários. As empresas e prestadores que trabalharam normalmente seguindo todas as recomendações sanitárias das autoridades competentes tiveram uma quantidade de 20% (vinte por cento) entre todos os participantes.

Os resultados segundo a **Figura 4** representando os recursos tecnológicos usados são: 29,9% (vinte e nove vírgula nove por cento) usaram mensagens instantâneas como recurso tecnológico, 26,9% (vinte e seis vírgula nove por cento) usaram redes sociais, 11,9% (onze vírgula seis por cento) usaram acesso remoto, 13,4% (treze vírgula quatro por cento) usaram e-mails, 11,9% (onze vírgula seis por cento) usaram videoconferência e 6% (seis por cento) usaram ligações.

**Figura 4** - Recursos tecnológicos usados

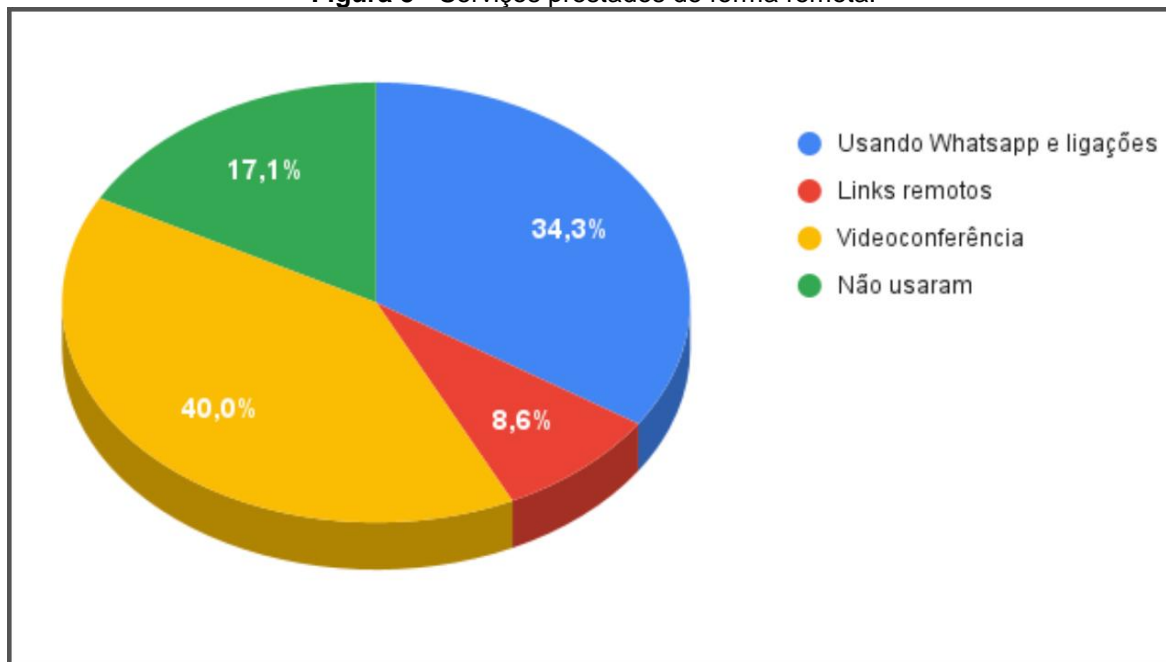


**Fonte:** Elaborado pelo autor (2022).

Na **Figura 4**, apresentam-se as ferramentas fundamentais para os prestadores de serviço durante o tempo que passaram pela pandemia, os recursos tecnológicos foram de grande importância para manter o contato com os clientes, ação publicitária, aplicação de estratégias de marketing digital, entre outras funcionalidades durante a pandemia. As mensagens instantâneas em redes sociais e de conexão, como o WhatsApp, representam o recurso tecnológico mais utilizado pelos entrevistados, em função da popularidade e facilidade de uso do recurso. Outras redes sociais como Instagram e Facebook são recursos tecnológicos bastante usados pelos entrevistados.

Além disso, outros recursos tecnológicos foram utilizados para manter a comunicação entre a empresa e o cliente, os e-mails assumem percentual de 13,4% (treze vírgula quatro por cento) entre os recursos tecnológicos apresentados. Os acessos remotos e videoconferência foram recursos bastante usados pelas áreas de atuação voltadas à tecnologia.

A **Figura 5** representa os resultados de serviços prestados de forma remota, que representam os seguintes resultados: 40% (quarenta por cento) representam videoconferência, 34,3% (trinta e quatro vírgula três por cento) representam os serviços prestados através de WhatsApp e ligações, 17,1% (dezessete vírgula um por cento) fazem parte dos prestadores de serviços que não usaram nenhuma forma remota, 8,6% (oito vírgula seis por cento) usaram links remotos como forma de trabalho remoto.

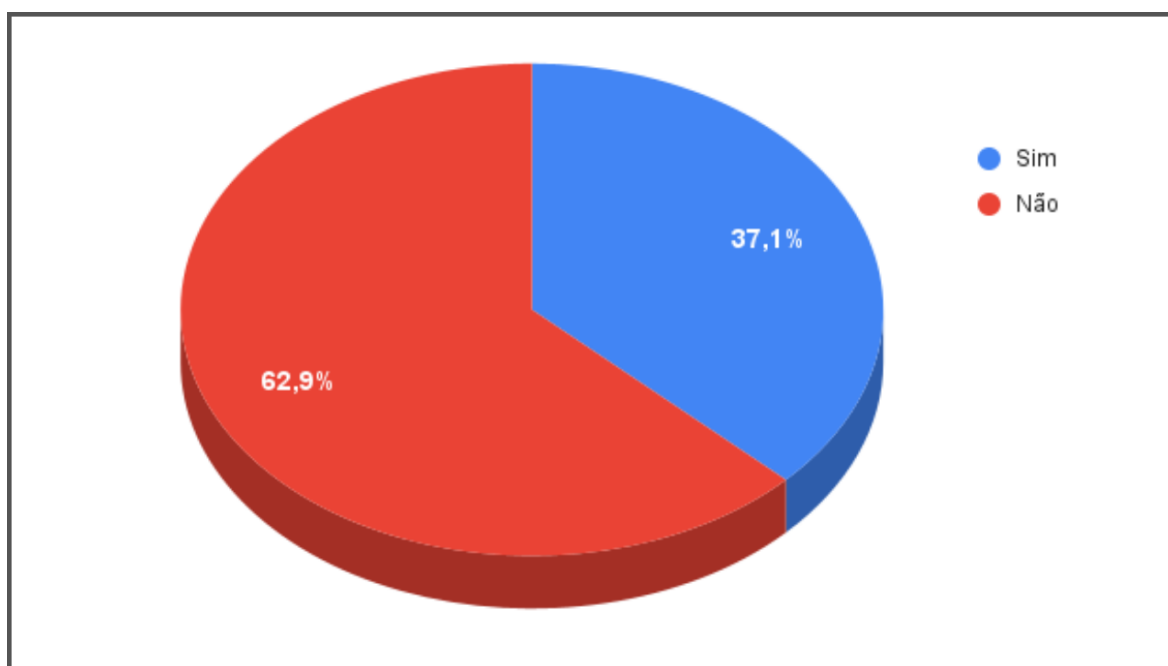
**Figura 5** - Serviços prestados de forma remota.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Percebe-se que, a **Figura 5** trata dos recursos usados nos serviços prestados de forma remota e como já apresentado o WhatsApp com uma porcentagem tiveram 34,3% como um grande aliado dos prestadores de serviços. As videoconferências foram o recurso tecnológico mais usado nos serviços online.

Mediante o grande crescimento dos recursos tecnológicos usados durante a pandemia, 17,1% (dezesete vírgula um por cento) não usaram nenhum tipo de recurso para prestar serviço de forma remota.

Dentre os entrevistados foram levantados os dados se possuem sites ou sistemas próprios a representação dos dados apresentados na **Figura 6** são: 37,1% (trinta e sete vírgula um) possuem um site próprio e que 62,9% (sessenta e dois vírgula nove) não possuem.

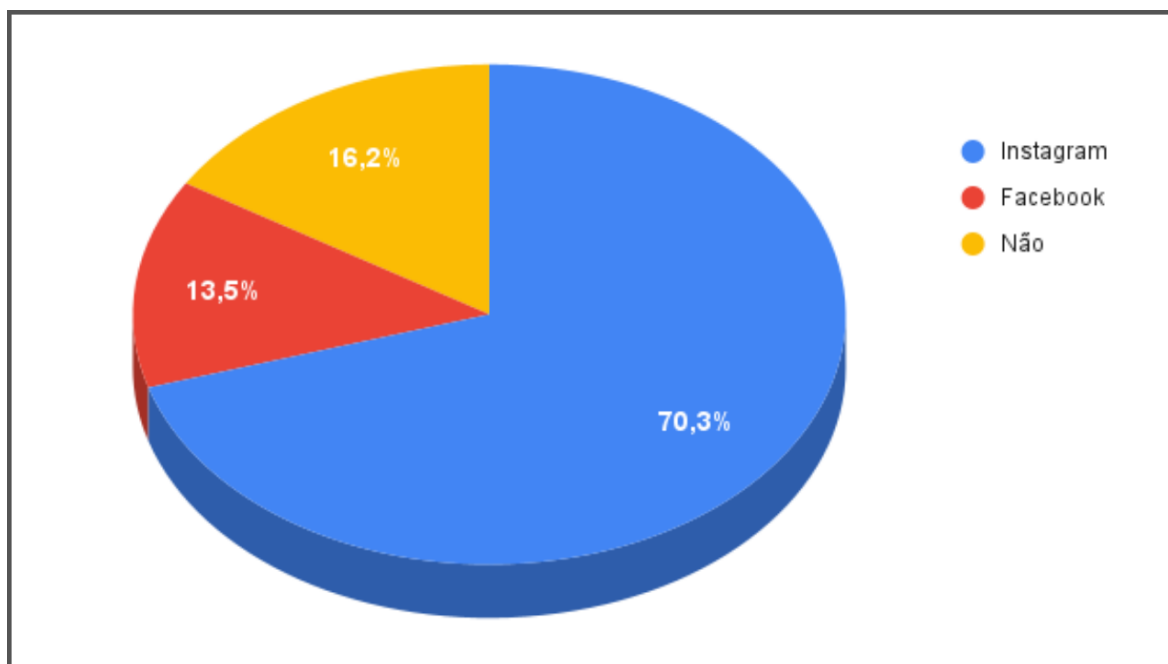
**Figura 6** - Possuem site ou aplicativo próprio.

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2022).

A **Figura 6**, apresenta os resultados os resultados de acordo com os prestadores de serviços que possuem algum site ou sistema próprio, quando questionados sobre possuírem esses recursos, 62,9% (sessenta e dois vírgula nove por cento) não possuem nenhum tipo de site ou sistema próprio, apenas 37,1% (trinta e sete vírgula um por cento) afirmaram possuir algum desses recursos. Os perfis ativos nas redes sociais apresentados na **Figura 7** são representados pelos seguintes dados: 70,3% (setenta vírgula três por cento) usam ativamente o Instagram, 13,5% (treze vírgula cinco por cento) usam o Facebook e 16,2% (dezesesseis vírgula dois por cento) não têm nenhuma rede social ativa.

**Figura 7** - Perfil ativo nas redes sociais.



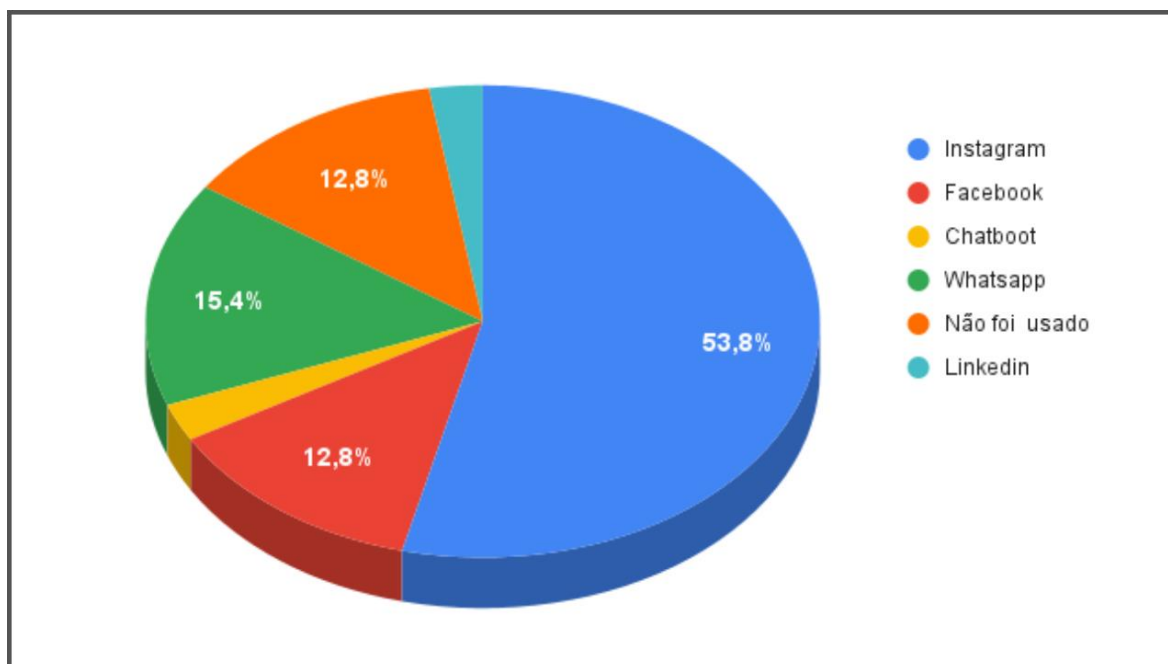


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No que diz respeito aos prestadores de serviço possuírem um perfil ativo nas redes sociais, percebe-se que o Instagram é a rede social mais utilizada para divulgação orgânica de serviços. Não obstante à grande quantidade de prestadores de serviços que usam alguma rede social ativamente, ainda 16,2% (dezesseis vírgula dois por cento) não possuem nenhum perfil ativo em redes.

A **Figura 8** apresenta os usos de estratégias de marketing digital usadas pelos entrevistados, que são: 53,8% (cinquenta e três vírgula oito por cento) usam tráfego orgânico por meio do Instagram, 12,8% (doze vírgula oito por cento) usaram o Facebook, 12,8% (doze vírgula oito por cento) não usaram nenhum tipo de estratégia, 15,4% (quinze vírgula quatro por cento) usaram WhatsApp, 2,6% (dois vírgula seis por cento) usam Chatboot e 2,6% (dois vírgula seis) usam o LinkedIn.

**Figura 8** - Uso de estratégia de marketing digital



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Considerando as estratégias de marketing digitais apresentados na **Figura 8**, todas as estratégias apresentadas, foram usadas de forma orgânica, sendo o Instagram o recurso preferido usado pelos prestadores de serviços. Apesar do grande número de estratégias e recursos digitais para o marketing digital das micro e pequenas empresas, de forma surpreendente 12,8% (doze vírgula oito por cento) não usaram nenhum tipo de recurso ou estratégia para o marketing digital das suas empresas.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou analisar a realidade vivenciada pelos micros e pequenos empresários e principais demandas tecnológicas dos micro e pequenos empresários de Balsas (MA) quanto aos usos das tecnologias digitais que favoreçam a prestação de serviços em um cenário (pós) pandêmico. Além disso, também permitiu a realização de uma prática bem importante dentro da Engenharia de Softwares que é o levantamento de requisitos por meio de entrevistas, neste caso foram entrevistados vários prestadores de serviços de diferentes áreas de atuação.

Neste trabalho contextualizou-se, que existem várias formas de coleta de dados usada para levantamento de requisitos, entre elas a entrevista, o uso das entrevistas segundo a engenharia de software e levantamento de requisitos tem uma grande importância, na apresentação, análise dos dados levantados, e não somente isso a entrevista é a modalidade destinada a levantar realidades estruturada de todo um ambiente de trabalho.

Considera-se que, de acordo com a análise e discussão produzida neste trabalho, as tecnologias digitais têm favorecido a prestação de serviços no contexto pandêmico em Balsas - MA da seguinte forma: com a coleta dos dados possibilitou-se a interação entre os prestadores de serviços e seus clientes por meio de aplicativo de mensagem instantânea ou chamadas de voz, permitindo a realização de reuniões remotas por meio de videoconferências, proporcionando o envio de mensagens, documentos e informativos por meio de correio eletrônico, propiciando o uso de tráfego orgânico para divulgação de serviços nas redes sociais.

Assim, aponta-se como sugestão para a continuação dessa pesquisa, a análise e desenvolvimento de um software voltado a algumas demandas relatadas neste trabalho ou verificar o motivo da não utilização de tráfego pago nas redes sociais, uma vez que o tráfego orgânico requer mais trabalho e chegar a um objetivo pode ser mais demorado comparado ao tráfego pago.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Pedro. **Técnicas de Levantamento de Requisitos**. Disponível em: [http://pedrofcarvalho.com.br/PDF/ENGENHARIA\\_ANALISE\\_LEVANTAMENTO\\_REQUISITOS\\_2.pdf](http://pedrofcarvalho.com.br/PDF/ENGENHARIA_ANALISE_LEVANTAMENTO_REQUISITOS_2.pdf) p. 01, 2009.

DOCSITY. **Pandemia COVID-19 e Lockdown: estratégias e impactos do trabalho remoto para as pessoas: Gestão e Planejamento Hídrico Faculdade Anhanguera.**

EDELMAN; **PACTO GLOBAL - 2º EDIÇÃO**. ABRIL 2020. Disponível em: [https://www.edelman.com.br/sites/g/files/aatuss291/files/2020-04/Pesquisa%20Pacto%20Global%20%2B%20Edelman%20Brasil\\_Final.pdf](https://www.edelman.com.br/sites/g/files/aatuss291/files/2020-04/Pesquisa%20Pacto%20Global%20%2B%20Edelman%20Brasil_Final.pdf) Acessado em: 18 mai. 2022.

FABRI, José Augusto. **Engenharia de software - Estruturando uma entrevista para o levantamento de requisitos de software**. 05 dez. 2012 pag. 01 Disponível em: <https://engenhariasoftware.wordpress.com/2012/12/05/estruturando-uma-entrevista-para-o-levantamento-de-requisitos-de-software>. Acessado em : 2 jul. 2022.

FREITAS; Napimoga; DONALISIO, 2020: BRASIL. SEBRAE, 2020. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14356/11054> pag 3. acessado em: 18 mai. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf) ed. SP: Atlas, 1991.

LAKATOS, Eva e Marconi, Marina. **Metodologia do Trabalho Científico**. Disponível em: <https://www.grupogen.com.br/amostras/9788597026535/index.html> SP : Atlas, 1992.

PERIN, Luiza. **Estratégias de gameficação aplicadas à técnica de entrevista para levantamento de requisitos de software**, pág 12, Santa Maria - 2017.

PINA, Bernardo. **Técnicas de levantamento de dados – Parte 1: Entrevistas**. Disponível em: <http://www.produzindo.net/tecnicas-de-levantamento-de-dadosparte-1-entrevistas/>. Acessado em: 20 mai. 2022.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. São Paulo: Stiliano, 1998.

RBIE, **Revista Brasileira de Informática na Educação – RBIE, COVID-19, Mudanças em Práticas Educacionais e a Percepção de Estresse por Docentes do Ensino Superior no Brasil**, pag. 865, out. 2020

ROCHA, Givanaldo. **Introdução à Engenharia de Software**, 2018 pág. 04. Disponível em: <https://docplayer.com.br/17284110-Introducao-a-engenharia-de-software-givanaldo-rocha-de-souza-givanaldo-rocha-ifrn-edu-br-http-docente-ifrn-edu.html>. Acessado em: 18 mai. 2022.

## A FORMAÇÃO DOCENTE E OS SABERES EMANCIPATÓRIOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA.

Maria de Jesus Lopes de Sousa-UEMA

Neusélia Pereira da Silva-UEMA

Vanessa Nunes-UEMA

**Resumo:** Este trabalho objetiva discutir a formação continuada na profissão docente na perspectiva educacional, numa gama de práticas de ensino inovadoras e libertadoras voltadas para a resolução de problemas e as realidades dos envolvidos (educadores e alunos), especialmente as práticas de ensino. Para tanto, traz a discussão as práticas de ensino inovadoras e libertadoras voltadas para a resolução de problemas dos sujeitos envolvidos, partindo da perspectiva das políticas públicas implementadas no Brasil para a formação de professores. O texto realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica visa compreender que a formação, capacita a atuação do professor para o bom exercício de suas atividades, entendidas neste trabalho como atividade da essência profissional dos docentes e contribui para a sua valorização. Dito de outro modo, a temática aponta para a necessidade da formação de professores. Nesse sentido, este trabalho enfatiza a necessidade do saber pedagógico, a prática do professor, cuja finalidade é priorizar a identidade profissional docente por meio da formação. Desse modo propicia ao leitor uma visão mais ampla do tema abordado.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Formação continuada. Praxis docente.

**Abstract:** This work aims to discuss continuing education in the teaching profession from an educational perspective, in a range of innovative and liberating teaching practices aimed at solving problems and the realities of those involved (educators and students), especially teaching practices. To do so, it discusses innovative and liberating teaching practices aimed at solving problems for the subjects involved, from the perspective of public policies implemented in Brazil for teacher training. The text carried out through bibliographic research aims to understand that training, enables the teacher's performance for the proper exercise of their activities, understood in this work as an activity of the professional essence of teachers and contributes to their appreciation. In other words, the theme points to the need for teacher training. In this sense, this work emphasizes the need for pedagogical knowledge, the teacher's practice, whose purpose is to prioritize the teaching professional identity through training. In this way, it provides the reader with a broader view of the topic addressed.

**Keywords:** Public Policies. Continuing training. Teaching praxis.

### 1. INTRODUÇÃO

Em contraste com o mundo do trabalho extremamente competitivo, a formação contínua dos docentes torna-se condição necessária para o exercício do ensino mais humano e equitativo, mesmo tratando os alunos como sujeitos do processo ensino-aprendizagem, pois, quanto mais nos aproximamos da rotina escolar, mais uma firme convicção de que as escolas ainda giram em torno dos professores, seu ofício, suas qualificações e profissionalismo. A partir disso, têm-se como norte, o seguinte questionamento: Oportunidade de formação contínua ou utopia no âmbito da política

social? Esse texto discute a formação contínua docente na perspectiva da prática pedagógica e visa questionar as realidades das disciplinas envolvidas (educadores e alunos), especialmente o cumprimento das políticas públicas.

O artigo propõe a discussão da formação contínua como um exercício concernentes à profissão docente. Vale ressaltar que as reflexões e discussões realizadas neste texto decorrem das referências textuais e teóricas em contextos amplos sobre educar.

## 2. A FORMAÇÃO DOCENTE SOB A ÓTICA DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) nº 9394/96, título IV, é totalmente dedicado ao nível do ensino da Educação Superior. O artigo 43 define a educação superior com algumas atribuições como a ideia de distribuição cultural, pesquisa científica, desenvolvimento cognitivo dentro da perspectiva de formação de professores, aborda ainda neste capítulo no inciso VIII (inserido por Lei nº. 13.174, de 21 de outubro de 2015), diretamente a responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES) na formação docente. Sendo assim, a LDB infere o Ensino Superior como responsável pela formação docente que atuará na educação básica. A primeira citação ao termo “Formação Continuada” está no artigo 62-A (inserido na Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013), na LDB:

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação.

Sendo assim, a LDB infere que é responsabilidade da União fornecer formação contínua do profissional da educação em seus locais de trabalho, especialmente nas universidades. A criação de políticas públicas e a implementação na formação inicial e continuada do profissional da educação são fatores críticos no desenvolvimento das ciências sociais e da tecnologia e no desenvolvimento do Brasil, criando conhecimentos através das novas tecnologias, ligadas à educação pública de qualidade.

No entanto, destaca-se a relevância de criar e expandir as universidades públicas para que elas possam oferecer cursos de formação inicial e continuada de docentes, de preferência na

modalidade presencial, garantindo que a formação esteja vinculada ao ensino, pesquisa e extensão que possam contribuir para o crescimento do docente. Confirmando essa visão, Silva, (2015b) diz:

Trata-se, portanto, de uma importante política nacional de formação de professores, principalmente por possibilitar que o ensino superior chegue a lugares distantes por meio dos polos de apoio presencial, favorecendo, dessa forma, a descentralização das oportunidades educacionais e contribuindo para a democratização do acesso. (SILVA, 2015b, p. 54).

Nesse sentido, a formação contínua é vista como um processo longo e contínuo, uma forma dos professores se prepararem para o futuro e alcançarem melhores condições de carreira. Seja na área da educação, em cursos de pós-graduação ou cursos livres, o foco está no desenvolvimento de métodos de ensino.

Segundo Pereira (2010, p.1) “[...] infelizmente, a “formação continuada” ou “contínua” que conhecemos configura-se, na maioria das vezes, em ações isoladas, pontuais e de caráter eventual.” Portanto, trata-se de uma formação muito mais “descontínua” do que propriamente “contínua”.

Assim sendo formação dos docentes é processual e implementa a aprendizagem profissional relacionada ao ensino, no sentido mais amplo. O docente não deve limitar-se apenas aos cursos de aperfeiçoamento e sim alcançar algumas dimensões ideológicas, sociais, teóricas, culturais, filosóficas e epistemológicas, bem como aqueles relacionados a uma determinada área em formação.

Na visão de Gatti e Barretto (2009), “a Universidade é um espaço indispensável na formação docente”. Isso inclui a formação inicial docente, nível de graduação e educação superior, proporcionando crescimento pessoal e tecnológico do professor ao longo da profissão. A formação contínua contribui para manter, criar e transformar relacionamentos do desenvolvimento profissional docente.

Nessa perspectiva, afirma Scocuglia (2019, p. 100) “a formação dos educadores e educadoras, além da competência técnica, compreende o aprendizado político inerente a todas as escolhas e decisões – que vão desde o livro didático até a mobilização por melhores salários.” Desta forma, os professores se comprometem a ensinar técnicas de busca emancipatória para incentivar os alunos a lutar por um mundo mais justo e menos racista num contexto que inclui ações específicas de professores e alunos para explicar a direção da aprendizagem.



Afonso Scocuglia (2019, p.102) defende os seguintes argumentos: “a prática de Paulo Freire, seu legado e suas múltiplas conexões, as ideias de educação política podem cooperar grandemente para com a escola pública como um espaço de crescimento, de valores cotidianos, da cultura e atender as necessidades de todas as camadas sociais”.

A formação docente na visão de Paulo Freire (2011, p.86), “é, portanto, libertadora, onde pode-se desenvolver a capacidade de buscar de fato a mudança”. Através da experiência educacional, os professores são capazes de compreender as várias dimensões que refletem a natureza da prática e restabelecer abordagens históricas para combater a desigualdade na sociedade moderna.

[...] não há o diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro. Pensar crítico. Pensar que, não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade. Este é um pensar que percebe a realidade como processo, que a capta em constante devenir e não como algo estático. (FREIRE, 2011, p. 114).

Segundo ele, o professor precisa estar em uma situação crítica, pois o principal objetivo de seu ensino é estimular os alunos a lutarem por sua liberdade. Um dos requisitos para a formação do docente é enfrentar os problemas do ambiente educacional com atitude crítica.

Paulo Freire (2009), em relação à formação docente, defende que ela deverá ser permanente e completa, abrangendo todos os aspectos da vida humana: mental, emocional, social etc. A educação permanente é entendida como um processo de meditação constante, não só no sentido técnico, mas também no sentido político, ou seja, reflexão aprofundada sobre a prática docente. Portanto, esse processo de meditação deve estar sempre presente na vida dos docentes e discentes. A consciência de "o quê", "por que" e "quem está interessado em uma determinada situação" é sempre quando confrontada com uma realidade auto reveladora.

Na formação docente existem vários termos que são associados a esse ato. Com significados diferentes, foram alvo de críticas desde a antiguidade. O termo reciclagem já foi utilizado, sendo associado a processos de treinar ou aprimorar, geralmente associados a tarefas repetitivas, como preparar para uso um dispositivo ou artefato semelhante, muito próximo da mera ação mecânica. Segundo a autora Anna Helena Altenfelder, outro termo utilizado é o aperfeiçoar, que é “entende-se como um conjunto de ações capazes de completar e aperfeiçoar alguém, leva ao contrário da própria educação, a ideia de educar um ser humano.” (ALTENFELDER, 2005, p.13). Nos dias atuais o termo mais usado é capacitação.

[...] Pode ser congruente com a ideia de formação continuada, se considerarmos a ação de capacitar no sentido de tornar capaz, habilitar, uma vez que, para exercer sua função de educadora, a pessoa necessita adquirir as condições de desempenho próprias à profissão, ou seja, se tornar capaz. No entanto, a adoção da concepção de capacitação como convencimento e persuasão se mostra inadequada para ações de formação continuada, uma vez que os profissionais da Educação não podem e não devem ser persuadidos ou convencidos sobre ideias, mas sim conhecê-las, analisá-las, criticá-las ou até mesmo aceitá-las (ALTENFELDER, 2005, p.15).

Destaca-se a importância de compreender a formação contínua docente como parte integrante da atividade educativa. Essa atividade está tomando dimensões significativas devido à presença cada vez mais disseminada das tecnologias digitais em toda a sociedade, inclusive por estarem disponíveis de diferentes formas para diferentes classes sociais.

Pensar nas tecnologias de informação e comunicação, em especial as tecnologias digitais, nos remete a compreender que:

[...] Toda a tecnologia gerada pela ciência constituiu-se em automação das atividades humanas envolvendo os sentidos do homem; assim, aumentamos nossa capacidade de nos deslocarmos, de nos comunicarmos, de produzirmos artefatos que se constituíram em bens materiais para uma melhor qualidade de vida, ou seja, culturalizamos a natureza e maquinizamos as ações humanas. É nesse contexto que surgem os teoremas de Godel, os algoritmos proposicionais de Turing e Post, e, assim, a possibilidade de maquinizarmos a própria razão humana no que ela tem de computável. O desenvolvimento da Física Quântica possibilitou a miniaturização dos artefatos eletrônicos, o que permitiu tornar realidade a maquinização da razão humana no que ela tem de computável e, ao mesmo tempo, na dobra homem-máquina, pudemos humanizar a máquina. (SERPA, 2004, p. 120).

Ainda segundo Serpa (2004, p. 120), “[...] a ciência adquire um novo caráter; se antes, através da razão operatória, produzíamos tecnologia, agora a produção da ciência tem em seu interior a própria tecnologia proposicional”. As tecnologias que articulam esses processos e que tentam imitar o pensamento humano estão criando pensamentos e conhecimento sob outro ponto de vista que considera os processos de comunicação como elementos transformadores de realidades.

Sobre a compreensão das tecnologias digitais na contemporaneidade, ressalta Arnaud Lima Junior (2004):

[...] É em consequência da compreensão do caráter proposicional do computador que podemos pensar a sua relação com a Educação, no que diz respeito à questão da práxis curricular, não no sentido convencional de mera utilização do suporte material para o aprimoramento e eficácia do modelo formal que serve de base à concepção e ao fazer pedagógico da Educação e do currículo escolares; mas, no sentido de estender sua base lógico-operacional à práxis curricular e educacional, identificando-a e instituindo-a ao modo proposicional, ao mesmo tempo em que, fruto dessa compreensão, explorar/experimentar/vivenciar o suporte material para o desenvolvimento e aprofundamento de competências, estratégias, dinâmicas e performances que rompam, na prática, com a matriz racional moderna subjacente aos modelos curriculares vigentes na educação escolar brasileira. (LIMA JUNIOR, 2004, p. 12).

Nesse contexto, a prática profissional de um professor representa uma possibilidade importante no processo educativo e, assim, contribui para que estabeleça as redes de comunicação e aprendizagem.

Gadotti (2003, p. 312) afirma que “o conhecimento novo é resultado de um longo processo em construção do indivíduo”. A educação é parte relevante na formação do indivíduo, ou seja, a educação é um importante processo contínuo fundamental para a humanização e socialização do homem, pelas quais a cultura se renova e o homem faz história, propiciando a construção do indivíduo. Consequentemente, é preciso investir na formação docente, nos diversos níveis de ensino, para que suas metodologias integrem as tecnologias, tornando o aprendizado do aluno interessante, propiciando a interação, experiência, investigação e construindo o conhecimento de maneira efetiva.

Segundo Nóvoa (2002), a formação contínua está baseada na integração dos projetos de pesquisa da escola, redes de trabalho coletiva e compartilhada entre diferentes atores educacionais, usando as escolas como investimentos locais de treinamento. Por isso, é preciso investir na formação docente em diferentes níveis educacionais, a fim de integrar a tecnologia em sua didática, usando as ferramentas digitais que tornam o aprendizado divertido para os alunos, proporcionando interatividade, experimentação, investigação, construindo o conhecimento de forma eficaz.

Deste modo, o professor vivencia em sua formação alternativas através do uso ativo e crítico, pode tornar a compreensão de como lida com a mediação entre docentes e discentes, professores e tecnologia e alunos e tecnologia.

Os estudantes de hoje fazem parte de uma geração nascida na "era da internet", com grandes habilidades em lidar com toda essa tecnologia. Segundo Silva e Neto (2008, p.18), “é preciso articular o contexto social da geração ao que nela está presente e pelo que ela se interessa”.

No ambiente educacional atual, entende-se que é impossível pensar a formação docente sem o uso da tecnologia digital, somado ao ensino aprendizagem (FRIZON et al., 2015), pois os jovens fazem parte de uma geração que nasce conectado à internet. A tecnologia digital tornou-se cultura atual e se infiltra no campo educacional, portanto, os professores, embora não sejam vivenciadas com frequência em sala de aula. Jogos de vídeo, Web 2.0, preferencialmente redes sociais e dispositivos móveis (representados por celulares e laptops), geralmente são as ferramentas mais utilizadas pelos usuários (ALMEIDA; SILVA, 2011). É fundamental que os docentes, além de conhecerem essa tecnologia, saibam como utilizá-la, compreendam a importância de utilizá-la e integrem uma abordagem interdisciplinar. É apropriado aplicar as tecnologias digitais de forma sistemática e planejada.

Nesse contexto, cabe destacar que o uso da tecnologia digital nas escolas é tão importante quanto a vivência profissional dos alunos, pois o contato diário dos professores com esses recursos aproximará a comunicação com alunos com certas dificuldades de aprendizagem por meio de aplicativos e grupos.

Sendo assim, em um ambiente de tecnologia, os alunos têm acesso a teoria, e professores e orientadores pedagógicos auxiliam e apoiam a realização das atividades propostas. O foco está na cooperação e vínculo entre os participantes que enriquecem a experiência de cada pessoa. A colaboração incentiva os alunos a aprender, pesquisar e apresentar suas ideias bem como trocar conhecimentos.

Os professores também precisam orientar os alunos a refletirem sobre seus resultados de aprendizagem, garantindo assim a qualidade do aprendizado. O papel do professor pode ser incentivar a ação ponderada, respeitar a curiosidade e o tempo do aluno e colocar-se no lugar do aluno. Cabe a ele, “cultivar o espírito de curiosidade, preservá-lo de desaparecer pelo abuso, de livrá-lo da fossilização da rotina, e de que o ensino dogmático e a aplicação constante a coisas mesquinhas não a dissipem” (DEWEY, 1953, p.36).

Nesse sentido, Lima Junior (2005) diz que os docentes precisam reformular suas atitudes quanto ao uso adequado das tecnologias digitais em suas práticas pedagógicas, enfatizando o protagonismo do estudante quanto ao processo de ensino e aprendizagem. Coll (2009) afirma que essa mudança depende do contexto em que esse tipo de tecnologia é usado, ao proporcionar atividades que fogem da norma, apoiando os programas de ensino e aprendizagem de docentes e discentes.

Diferentes métodos envolvem tecnologia e no processo dinâmico e interativo o conhecimento é adquirido, mas é importante que o uso das tecnologias digitais seja articulado

juntamente com as práticas pedagógicas para não perder o foco e a finalidade pretendida. É importante que o profissional de ensino perceba que o computador não é apenas uma máquina de entretenimento e uso contínuo, mas de utilização dessa ferramenta de trabalho para promover uma educação dinâmica e de qualidade para os alunos (MONTE; MONTE, 2015).

Percebe-se que a tecnologia digital tem relevância no setor educacional, entretanto, a formação docente sobre uso da mesma precisa efetivar-se. Portanto, é necessário discutir o uso da tecnologia e estabelecer os objetivos de seu uso. Também é importante desenvolver processos de formação que contribuam efetivamente para o compartilhamento de conhecimento e autonomia docente. A crescente utilização das TDIC e das redes interativas de comunicação estão acompanhando e acelerando uma profunda mudança nas relações e no conhecimento (LÉVY, 1999, p. 172).

Neste sentido, os alunos estão imersos em um mundo cheio de tecnologia e são habilidosos com máquinas e dispositivos digitais. Aliando tecnologia digital e ensino, os professores são os facilitadores da sua aprendizagem, sendo mediadores, atentos à aprendizagem dos alunos e proporcionando um ambiente ideal para debate e discussão.

Bonilla (2005) destaca que a compreensão da tecnologia é tão importante na formação docente quanto línguas maternas, psicologia, sociologia e as demais áreas da educação, pós-graduação em qualquer área ou curso de especialização. Portanto, a educação continuada é importante, pois a tecnologia digital está evoluindo rapidamente.

Tardif (2012) assegura o professor ideal pode ser aquele que entende bem sua disciplina e, além de possuir um conhecimento de educação e ensino que lhe permita desenvolver seu conhecimento partindo de suas experiências cotidianas com os alunos. No entanto, os professores reais repensam sua formação docente, que traga um novo diálogo entre saberes teóricos e saberes práticos, utilizando certos preceitos, para proporcionar experiências técnicas que os alunos poderão desenvolver.

### **3. METODOLOGIA**

Dadas as contribuições dos autores para a formação contínua de professores, este artigo objetiva apresentar uma pesquisa bibliográfica, esse tipo de pesquisa segundo Fonseca (2002) se compreende como:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Para a realização da pesquisa bibliográfica, utilizou-se artigos científicos e livros que abordam a formação contínua de docentes, bem como seus métodos de ensino e suas expectativas em relação ao uso das tecnologias digitais na prática docente. A formação docente deve estar baseada numa formação sólida e fundamental que proporcione os fundamentos científicos e sociais dos seus conhecimentos profissionais; na ligação entre a teoria e a prática, e na formação em atividades e na utilização da formação em sala de aula.

O artigo foi estruturado em três partes. Na primeira e na segunda, partindo da análise bibliográfica, traça-se o contexto e os métodos da pesquisa, com uma visão da formação contínua de docentes como um momento de mudança fundamental no ensino, na docência e na avaliação crítica da prática docente. No terceiro momento, apresenta-se as perspectivas sobre a formação docente com a evolução da prática pedagógica com a utilização das TDIC (Tecnologias digitais de informação e comunicação).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na situação mundial atual, é necessário um trabalho de ensino e renovação contínua para atender às necessidades da sociedade moderna. Isso significa que uma estrutura profissional forte ajuda a entrada do professor na luta da valorização do profissional do magistério que levará a uma mudança em sua história e à criação de uma imagem positiva diante da sociedade brasileira. Portanto, é necessário que o professor esteja constantemente em formação contínua.

Ressalta-se que a educação contínua nesse contexto não é considerada responsabilidade exclusiva do professor, existem outros elementos que podem ser agregados ao saber e ao comportamento profissional docente. É preciso dar condições aos professores. Nesse sentido, a formação docente não é fator isolado, pois existem vários fatores por exemplo, condições de trabalho, valorização salarial, jornada de trabalho, o status profissional e seu valor social são questionados, inclusive tornar a ênfase na profissão de professor um desafio contínuo. De fato, para

exercer bem a profissão docente esses elementos devem ser considerados, pois não existe formação adequada para resistir às contingências impostas diariamente pelos docentes.

A presença da tecnologia digital aumentou na sala de aula, oportunizando docentes e discentes para relação inovadora com a aprendizagem e novos conhecimentos. Nesse sentido, os docentes podem utilizá-las para orientar as atividades, e para que os alunos possam melhorar a compreensão, o pensamento crítico, a análise e a síntese de determinadas informações. Nesse contexto, os professores devem criar e direcionar informações abrangentes e eficazes. Entretanto, ainda temos um longo caminho a percorrer.

## REFERÊNCIAS

ALTENFELDER, Anna Helena. **Desafios e tendências em formação continuada**. Constr. psicopedag. v. 13, n. 10, 2005. ISSN 1415-6954.

ALMEIDA, M. E. B. de; SILVA, M. da G. M. da. **Currículo, tecnologia e cultura digital: espaços e tempos de web currículo**. Revista e-curriculum, São Paulo, v.7, n.1, abril, 2011.

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Escola aprendente: para além da sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

COLL, C. **Aprender y enseñar con las TIC: expectativas, realidad y potencialidades**. In: CARNEIRO, R., TOSCANO, J. C., DÍAZ, T. 2009. **Los desafíos de las TIC para el cambio educativo**. Madrid, España: Fundación Santillan. 2009

DEWEY, John. **Como pensamos**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 40. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIZON, Vanessa et al. **A formação de professores e as tecnologias digitais**. In: Educere Congresso Nacional de Educação, 12, Curitiba, 2015. Anais... Curitiba, 2015.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S. (coord.) **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: Unesco, 2009.



GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo, SP. Ed. Ática, 2003.

LÈVI, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. Disponível em: <  
<https://mundonativodigital.files.wordpress.com/2016/03/cibercultura-pierrelevy.pdf>>

LIMA JUNIOR, A. **Tecnologias inteligentes e Educação: currículo hipertextual**. Rio de Janeiro: Quarter; Juazeiro, BA: FUNDESF, 2005.

MONTE, Hildevânia da Silva, MONTE, Maria Aucilene Leite. **O Uso Dos Recursos Tecnológicos E A Mediação Do Ensino Aprendizagem No Contexto Escolar**. In: Congresso Nacional de Educação, 2, 2015, Campina Grande. Anais... Campina Grande.

NÓVOA, Antonio (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa-Portugal: Dom Quixote, 2002.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. **Formação Continuada de Professores**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

SERPA, Felipe. **Rascunho Digital: Diálogos com Felipe Serpa**. Salvador: Edufba, 2004.

SCOCUGLIA, A. C. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 7. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.

SILVA, Jussara Borges da. **A Política Nacional de Formação de Professores no Território de Identidade de Vitória da Conquista/BA: O processo de regulamentação da educação a distância**. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista/BA, 2015b.

## AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO EM COMUNIDADE RURAL, UMA ANÁLISE DO CONHECIMENTO DOS MORADORES SOBRE SAÚDE BUCAL

Ana Cléia Duarte Barros – UNIBALSAS <sup>1</sup>

Katehellen dos Santos Arruda – UEMA <sup>2</sup>

Rebeca Pires de Castro – UNIBALSAS <sup>3</sup>

Antonio Santana Batista de Oliveira Filho – UNIBALSAS <sup>4</sup>

Jefferson Carvalho Barros – UNIBALSAS <sup>5</sup>

**Resumo:** A saúde bucal é de extrema importância para o bom desenvolvimento da pessoa humana, no entanto nas pequenas propriedades rurais, as condições de trabalho e de vida sempre foram muito precárias, o processo de mudanças e avanços tecnológicos na agricultura cresceu de forma desigual em relação ao trabalho rústico desempenhado por esses trabalhadores rurais, isso está ligado ao baixo nível de escolaridade, falta de sistemas de saúde local, ausência de infraestrutura, por apresentar baixas condições socioeconômicas, deficiência de informação e instrução dos pequenos produtores ligados ao meio rural. Nesse sentido, objetivou-se com o presente estudo avaliar o atendimento odontológico em comunidade rural, fazendo uma análise do conhecimento dos moradores sobre saúde bucal. O trabalho de natureza mista foi desenvolvido em nível de pesquisa descritiva, através do método de delineamento por levantamento, que tem como objetivo a obtenção de informações qualitativas e quantitativas sobre os moradores da comunidade rural. Ao final da aplicação as respostas do questionário foram tabuladas e discutidas a fim de traçar estratégias de um melhor atendimento. Os resultados indicam baixo conhecimento da população rural sobre saúde bucal e demonstra a necessidade de ações voltadas para a ampliação da saúde bucal no campo, principalmente por meio de políticas públicas que façam com que os dentistas consigam atingir esse público.

**Palavras-chave:** Agricultura. Escolaridade. Saúde.

**Abstract:** Oral health is extremely important for the good development of the human person, however in small rural properties, working and living conditions have always been very precarious, the process of changes and technological advances in agriculture has grown unevenly in Regarding the rustic work performed by these rural workers, this is linked to the low level of education, lack of local health systems, lack of infrastructure, due to low socioeconomic conditions, lack of information and education of small producers linked to rural areas. In this sense, the objective of the present study was to evaluate dental care in a rural community, analyzing the residents' knowledge about oral health. The mixed nature work was developed at the level of descriptive research, through the survey design method, which aims to obtain qualitative and quantitative information about the residents of the rural community. At the end of the application, the answers to the questionnaire were tabulated and discussed in order to outline strategies for better care. The results indicate low knowledge of the rural population about oral health and demonstrate the need for actions aimed at expanding oral health in the countryside, mainly through public policies that make dentists manage to reach this public.

**Keywords:** Agriculture. Education. Health.

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Odontologia. E-mail: ana.pereira@alu.unibalsas.edu.br

<sup>2</sup> Engenheira Agrônoma. E-mail: katy-1059@hotmail.com

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Odontologia. E-mail: rebeca.castro@alu.unibalsas.edu.br

<sup>4</sup> Professor do Curso de Agronegócio. E-mail: antonio.santana@prof.unibalsas.edu.br

<sup>5</sup> Professor do Curso de Agronegócio. E-mail: coord.agronegocio@unibalsas.edu.br

## 1. INTRODUÇÃO

Conforme apontado pela Organização Mundial da Saúde, o conceito de saúde não se limita à ausência de doença ou enfermidade, mas também deve ser entendido como um conjunto de elementos que proporcionam bem-estar físico, mental e social (OMS, 2021).

A incorporação de conceitos amplos de saúde para a promoção da saúde bucal vai além dos aspectos técnicos da prática odontológica, onde a saúde bucal é integrada às demais práticas de saúde coletiva (Lima et al., 2019). As ações de promoção e proteção da saúde visam reduzir os fatores de risco, que ameaçam a saúde das pessoas, podendo levar a incapacidades e doenças (Chaves et al., 2017).

Além de ser a maior cavidade do corpo que está em contato direto com o meio ambiente e porta de entrada para microrganismos e bactérias, a boca também desempenha importantes funções que afetam a saúde de todo o organismo (Silva et al., 2018). Uma boa higiene reduz o risco de problemas orais e dentários (Camerini et al., 2020).

A promoção da saúde bucal vai além dos aspectos técnicos da prática odontológica para integrar a prática de saúde coletiva. É um recurso importante para a prevenção da cárie dentária (Lima et al., 2019).

Enquanto a educação em saúde bucal está sendo introduzida na vida dos brasileiros, muitos ainda desconhecem a importância da saúde bucal (Gama et al., 2018).

A taxa de cárie dentária no Brasil supera as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), comprovando que a odontologia precisa atuar educando as comunidades sobre higiene bucal adequada, algumas das quais também apresentam baixos índices de higiene bucal (Chaves et al., 2017).

Considerando-se a saúde dentária como um conjunto integrante da saúde de todo o corpo, é nos primeiros anos de vida que pode ser considerado o mais importante para o futuro da saúde bucal de uma pessoa (Pereira et al., 2017).

Denota-se que o maior empecilho dos profissionais da odontologia é atuar educativamente em conjunto com a população infantil promovendo as informações necessárias para desenvolver hábitos que mantenham a saúde e previnam as doenças bucais (Rodrigues et al., 2020).

É importante educar as pessoas sobre as causas e consequências das doenças para que possam preveni-la, pois a prevenção primária, sem dúvida, tem grande potencial para controlar e reduzir doenças (Silva et al., 2018).

Dessa forma, objetivou-se nesse trabalho avaliar o atendimento odontológico em comunidade rural, fazendo uma análise do conhecimento dos moradores sobre saúde bucal.

## 2 METODOLOGIA

O trabalho de natureza mista foi desenvolvido em nível de pesquisa descritiva, através do método de delineamento por levantamento, que tem como objetivo a obtenção de informações qualitativas. Segundo Herman (2016), os dados obtidos neste tipo de pesquisa, resultam em uma compreensão da sociedade de forma mais assertiva. Yin (2015), explica que estudos de caso, aliados com conhecimentos já acumulados sobre determinado assunto, contribuem positivamente para aguçar a percepção a respeito de fenômenos individuais e coletivos.

O objeto a ser analisado foram 10 moradores de comunidade rural, cujo foram avaliados quanto à saúde bucal.

Inicialmente foi feito um levantamento do número de moradores da comunidade escolhida, para que posteriormente se fizessem as visitas e convite para participação na pesquisa. O nome das pessoas participantes, bem como os dados individuais, não são expostos, a fim de evitar constrangimentos para as pessoas, os dados divulgados retratam a situação geral de todos os participantes e os dados individuais foram disponibilizados somente para a própria pessoa para que ela faça uma autoavaliação. Todos os participantes fizeram a leitura e aceite do termo de livre consentimento e esclarecimento de participação na pesquisa.

O instrumento utilizado foi um questionário (em anexo). O questionário possui 12 questões relativas aos processos de atendimento odontológico e de cuidado pessoal com a higiene bucal.

<b>Questionário</b>
<b>Gênero</b>
Feminino
Masculino

<b>Idade</b> Entre 18 e 24 Entre 25 e 35 Entre 36 e 50 A partir de 51
<b>Tem filhos</b> 1 filho 2 filhos 3 filhos 4 ou mais Não
<b>Nível de escolaridade</b> Não alfabetizado Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental completo Ensino médio incompleto Ensino médio completo Ensino Superior incompleto Ensino superior completo
<b>Renda mensal familiar salário-mínimo (R\$1.200)</b> Nenhuma renda Auxílio Brasil (Bolsa família) Menos que um salário-mínimo 1 salário-mínimo 2 salários-mínimos 3 salários-mínimos Mais de 3 salários-mínimos

<p><b>Quantas vezes você escova dos dentes ao dia</b></p> <p>Uma vez</p> <p>Duas vezes</p> <p>Três vezes ou mais</p>
<p><b>Você usa fio dental</b></p> <p>Não</p> <p>Uma vez ao dia</p> <p>Sim, todas as vezes que vou escovar os dentes</p> <p>Nem sempre lembro</p>
<p><b>Qual frequência de visitas ao dentista</b></p> <p>Nunca foi ao dentista</p> <p>Quando precisa</p> <p>De 3 em 3 meses</p> <p>De 6 em 6 meses</p> <p>Uma vez no ano</p>
<p><b>Qual o motivo da última visita ao dentista</b></p> <p>Visita regular</p> <p>Algo estava doendo</p> <p>Entrou para um acompanhamento</p> <p>Outros</p>
<p><b>Quando foi a primeira vez que levou seu filho ao dentista?</b></p> <p>Nos primeiros meses (antes de nascer os primeiros dentes)</p> <p>Com alguns meses (quando começaram a aparecer os primeiros dentes)</p> <p>No primeiro ano de vida</p> <p>Quando a arcada dentária estava completa</p> <p>Meu filho nunca visitou o dentista</p>

<p><b>Quais os critérios para a escovação?</b></p> <p>Não tenho critério para escovar</p> <p>Busco escovar todos os dentes de maneira igual</p>
<p><b>Como classifica seus cuidados com a saúde bucal?</b></p> <p>Não me preocupo</p> <p>Cuido bem</p> <p>Acho importante, mas tenho preguiça</p> <p>Sou extremamente preocupado</p>

Os dados necessários objetivos, foi feita a análise deles e a interpretação para que se pudesse traçar um diagnóstico situacional da condição de saúde bucal da comunidade.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao gênero, 60% dos entrevistados eram masculinos e 40% eram do gênero feminino, a idade dos entrevistados foi de acima de 45 anos, o nível de escolaridade, exceto uma participante com ensino médio completo, é de nível fundamental incompleto, a renda mensal é de cerca de 1 salário-mínimo para todos os entrevistados.

As populações rurais constituem cerca de 36% dos habitantes do Brasil, porém os dados sobre a saúde bucal dessas populações ainda são insuficientes devido aos poucos levantamentos realizados nessas áreas, sendo os estudos mais concentrados nas áreas urbanas.

Diante das dificuldades no acompanhamento da saúde das populações rurais, relacionadas à baixa renda, habitação e saneamento básico, há a necessidade de ampliar as políticas e ações de saúde, pois esses fatores prejudicam a qualidade de vida dos indivíduos e os tornam mais vulneráveis devido a todo o desenvolvimento de patologia e doença como resultado das condições socioambientais vivenciadas (Arruda et al., 2018).

Ao serem questionados qual a frequência de escovação dos dentes, 70% dos entrevistados disseram que escovam duas vezes ao dia (manhã e noite), outros 30% responderam que somente uma vez (noite). Em relação ao uso do fio dental 80% disseram não usar fio dental, outros 20% responderam que usam fio dental uma vez ao dia.



Para Pereira e colaboradores (2017) garantir o acesso à saúde bucal envolve mais do que apenas garantir que se tenha um sistema médico funcional. O acesso também envolve a aceitação cultural de serviços importantes, como exames regulares sem obstáculos financeiros, físicos ou outros (Cavalcante et al., 2012).

No Brasil, o acesso à saúde tem se expandido gradativamente para melhorar a qualidade de vida das pessoas (OMS, 2021). No entanto, persistem desigualdades geográficas na distribuição dos serviços prestados, que tendem a ser mais abrangentes nas áreas urbanas. Esta situação dificulta bastante o monitoramento da saúde nas áreas rurais (Arruda et al., 2018).

Mesmo após um processo de descentralização, os sistemas de saúde podem enfrentar barreiras significativas (Ferreira et al., 2020). Estes incluem a falta de transporte e a distância entre as unidades de saúde. Além disso, esses sistemas podem ser prejudicados pela baixa renda. Consequentemente, as pessoas com essas desvantagens econômicas podem não ter acesso aos cuidados de saúde (Pereira et al., 2017).

Em relação a frequência de visita ao dentista, 80% dos entrevistados responderam que vão ao dentista quando precisam, em especial para retirada de dentes e outros 20% afirmaram que nunca foram ao dentista. Em relação à última visita, todos os que já foram ao dentista afirmaram que foram pois algo estava doendo. Em relação a saúde bucal dos filhos, todos afirmaram que os filhos só foram ao dentista quando apresentaram problemas como por exemplo cáries.

Em relação ao critério de escovação, todos afirmaram que não possuem critérios de escovação e em relação aos cuidados com a saúde bucal, todos afirmaram não ser uma preocupação.

O setor de saúde subfinanciado enfrenta consistentemente problemas estruturais e operacionais devido à escassez de materiais e profissionais treinados. Isso inclui a falta de recursos para atender às demandas do público em tempo hábil (Lima et al., 2019).

Esses fatores confirmam, assim, a baixa adesão aos serviços e, portanto, um continuum de padrões de tratamento, em que os indivíduos procuram os serviços em momentos de emergência para tratar problemas pré-existent (Marques et al., 2018).

Os investimentos no setor de saúde rural ainda são insuficientes para melhorar e beneficiar significativamente a população. Além do baixo investimento, os problemas que dificultam a qualidade da saúde incluem a grande expansão do território e a dispersão da população. Essa

situação tem resultado em um baixo número de profissionais nessas regiões, se tornando insuficiente para atender as necessidades dos cidadãos (Shimizu et al., 2018).

O principal serviço de saúde utilizado pelos habitantes da zona rural é a Unidade de Saúde da Família (USF) (Teixeira et al., 2018). No entanto, seus suprimentos são limitados, com isso, muitas dessas unidades não conseguem atender às demandas da população. Consequentemente, a acessibilidade será definida como a prestação de serviços às necessidades dos usuários. Por outro lado, a satisfação será medida pela forma como os usuários respondem aos serviços prestados (Shimizu et al., 2018).

Essa situação torna-se preocupante quando se considera o risco aumentado de encontrar casos de doenças evitáveis ou tratáveis durante exames de rotina (Ferreira et al., 2020).

O modelo de atenção à saúde bucal que se desenvolveu no país ainda é centrado nos procedimentos de tratamento e não conseguiu reduzir as necessidades cumulativas de saúde da população, pois se caracteriza por práticas individuais de atenção à saúde de alto custo e baixo impacto (Moura e Coutinho, 2022). Portanto, as doenças como cárie, periodontal e câncer bucal continuam sendo as doenças que mais afetam a saúde bucal da população, principalmente os socialmente desprotegidos, que são mais vulneráveis devido a mais fatores de risco (Turrioni et al., 2011).

No entanto, os avanços no conhecimento científico na compreensão dos diversos eventos associados à dinâmica do binômio saúde-doença possibilitaram o controle desse processo por meio de ações de promoção da saúde e prevenção de doenças (Arruda et al., 2018).

#### **4. CONCLUSÕES**

Os resultados indicam que a saúde bucal no meio rural ainda apresenta graves problemas, principalmente ao acesso à informação e busca dessas pessoas à saúde bucal.

É necessário que estratégias sejam tomadas pelos órgãos públicos para que se possa oferecer de forma adequada a saúde bucal no meio rural.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, N. M., MAIA, A. G., & ALVES, L. C. Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais do Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 a 2008. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 6, 2018.
- CAMERINI, A. V., SILVA, A. E. R., PRIETSCH, S. O. M., MEUCCI, R. D., SOARES, M. P., BELARMINO, V., & FERNANDES, F. S. Atendimento odontológico regular em pré-escolares da área rural do Sul do Brasil. **Revista Saúde Pública**, v. 54, n. 37, 2020.
- CAVALCANTI, R. P., GASPAR, G. S., & GÓES, P. S. A. Utilização e Acesso aos Serviços de Saúde Bucal do SUS - Uma Comparação entre Populações Rurais e Urbanas. **Pesquisa Brasileira Odontopediatria Clínica Integrada**. v. 12, n. 1, p. 121-26, 2012.
- CHAVES, S. C. L., ALMEIDA, A. M. F. DE L., ROSSI, T. R. A., SANTANA, S. F. DE, BARROS, S. G. DE, & SANTOS, C. M. L. Política de Saúde Bucal no Brasil 2003-2014: cenário, propostas, ações e resultados. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 6, p. 1791, 2017.
- FERREIRA, L. S., MOREIRA, L. R., PALUDO, S. S., & MEUCCI, D. Acesso à Atenção Primária à Saúde por idosos residentes em zona rural no Sul do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, n. 149, p. 1-11, 2020.
- GAMA, A. S. M., FERNANDES, T. G., PARENTE, R. C. P., & SECOLI, S. R. Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil. **Caderno Saúde Pública**, n. 34, 2018.
- HERMANN, N. **Pesquisa educacional e filosofia da educação: busca de permeabilidade**. Reunião científica regional da ANPED- UFPR, Curitiba, 2016.
- LIMA, A. R. A., DIAS, N. S., LOPES, L. B., & HECK, R. M. Necessidades de saúde da população rural: como os profissionais de saúde podem contribuir. **Revista Saúde Debate**, v. 43, n. 122, p. 755-764, 2019.
- MARQUES, J. F., ÁFIO, A. C. E., CARVALHO, L. V., LEITE, S. S., ALMEIDA, P. C., & PAGLIUCA, L. M. F. Acessibilidade física na atenção primária à saúde: um passo para o acolhimento. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 39, n. 1, p. 1-6, 2018.

MOURA, J. A., & COUTINHO, M. P. A. Práticas Educativas em Saúde Bucal para adolescentes escolares: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**. v. 11, n. 3, 2022.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Resolução da Assembleia Mundial da Saúde sobre saúde bucal**, adotada pela Conferência Internacional de Saúde, realizada na França, 2021.

PEREIRA, G. S., CARNEIRO, S. V., MARTINS L.F. B., BENTO A. K. M., SILVA, C. H. F. DA, & LEITE, A. C. R. M. A promoção da saúde bucal no contexto escolar: uma revisão integrativa. **Revista Expressão Católica Saúde** v. 2, n. 2, 2017.

RODRIGUES, C. A. L., SÁ-SILVA, J. R., & ROCHA, A. H. S. G. Conhecimentos e práticas em saúde bucal na escola: relato de experiências. **Revista REAMEC**. v. 8, n. 1, 2020.

SILVA, D. R., FERREIRA, S. A. M., OLIVEIRA, P. A. P., & SILVA, A. C. B. Experiência de cárie e fatores associados entre escolares das zonas urbana e rural: um estudo piloto. **Arch Health Invest**, v. 7, n. 9, p. 364-368, 2018.

TEIXEIRA, M. G., COSTA, M. C. N., CARMO, E. H., OLIVEIRA, W. K., & PENNA, G. O. Vigilância em Saúde no SUS - construção, efeitos e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 23, n. 6, 2018.

TURRIONI, A.P.S., SALOMÃO, F.G.D, MONTI, J. F.C., VAZQUEZ, F.L., CORTELLAZZI, K. L., & PEREIRA A.C. Avaliação das ações de educação na saúde bucal de adolescentes dentro da Estratégia de Saúde da Família. **Ciência Saúde Coletiva**. v. 17, n. 7, 2011.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5.ed. São Paulo: **Bookman**, 2015.

## PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS DE BEBIDAS INDUSTRIALIZADAS DO TIPO ACHOCOLATADOS COMERCIALIZADAS EM BALSAS-MA

Karollyne Sousa Lima – UNIBALSAS <sup>1</sup>

Katehellen dos Santos Arruda – UEMA <sup>2</sup>

Antonio Santana Batista de Oliveira Filho – UNIBALSAS <sup>3</sup>

Jefferson Carvalho Barros – UNIBALSAS <sup>4</sup>

Maria Emilia Ferreira Barros – UNIBALSAS <sup>5</sup>

**Resumo:** A mudança no hábito alimentar da população brasileira, com substituição de alimentos in natura por alimentos processados é cada vez maior. Dentre esses hábitos alimentares, os achocolatados industrializados têm ganhado destaque, principalmente pela tendência de consumo destes durante os momentos de lazer, em especial por crianças. O crescente consumo dessas bebidas tem sido considerado um fator de risco para o desenvolvimento de problemas à saúde humana. Dessa forma, objetiva-se com o presente estudo avaliar as propriedades físico-químicas de bebidas industrializadas do tipo achocolatados comercializadas na cidade de Balsas-MA. As amostras de achocolatados foram coletadas em supermercados da cidade de Balsas-MA, sendo adotado três marcas distintas e dois tipos (pó e líquido), a coleta ocorreu por uniformidade da embalagem dos achocolatados. As análises físico-químicas foram: potencial hidrogeniônico (pH), condutividade elétrica (CE) e teor de Sólidos Solúveis Totais (°Brix). Os achocolatados em pó apresentam menores valores de pH. Os achocolatados em pó apresentam maior teor de açúcar. Os achocolatados líquidos apresentam maior condutividade elétrica.

**Palavras-chave:** Consumo. Hábitos alimentares. Produtos agropecuários.

**Abstract:** The change in the eating habits of the Brazilian population, with the replacement of in natura foods with processed foods, is increasing. Among these eating habits, industrialized chocolate products have gained prominence, mainly due to the tendency to consume these during leisure time, especially by children. The increasing consumption of these beverages has been considered a risk factor for the development of human health problems. Thus, the objective of the present study is to evaluate the physicochemical properties of industrialized chocolate-type beverages sold in the city of Balsas-MA. The chocolate milk samples were collected in supermarkets in the city of Balsas-MA, using three different brands and two types (powder and liquid). The physicochemical analyzes were: hydrogenion potential (pH), electrical conductivity (EC) and Total Soluble Solids content (°Brix). Powdered chocolate drinks have lower pH values. Powdered chocolate drinks have a higher sugar content. Liquid chocolate drinks have higher electrical conductivity.

**Keywords:** Consumption. Eating habits. Agricultural products.

### 1. INTRODUÇÃO

O comportamento alimentar mudou completamente desde a Revolução Industrial, pois os alimentos que costumavam ser de curta duração agora podem durar anos (LEMES et al., 2015).

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Odontologia. E-mail: karollyne.lima@alu.unibalsas.edu.br

<sup>2</sup> Engenheira Agrônoma. E-mail: katy-1059@hotmail.com

<sup>3</sup> Professor do Curso de Agronegócio. E-mail: antonio.santana@prof.unibalsas.edu.br

<sup>4</sup> Professor do Curso de Agronegócio. E-mail: coord.agronegocio@unibalsas.edu.br

<sup>5</sup> Licenciada em Ciências Habilitação em Biologia, membra do NPPGE. E-mail: nppge@unibalsas.edu.br

Mudanças nos hábitos alimentares da população brasileira têm ocorrido ao longo das últimas décadas e têm despertado a atenção de toda a comunidade científica (CONTE, 2016). A substituição de alimentos naturais por alimentos ultraprocessados empobreceu muito a dieta (BIELEMANN, 2015). Assim, esse fato também contribui para o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis (BRASIL, 2014).

O processamento de alimentos remove principalmente nutrientes essenciais dos alimentos do dia a dia e os substitui por nutrientes hipotéticos feitos em laboratório que dão uma falsa sensação de saciedade e de que, não importa quem o ingira, está substituindo os ingredientes que faltam em seus corpos. Portanto, como esses ingredientes não ocorrem naturalmente, eles não são absorvidos ou usados pelo corpo (BRASIL, 2011).

Além de modificar as dietas, a indústria alimentícia também aplica tecnologia para prolongar a vida útil dos produtos no mercado, adicionando aditivos alimentares em diversas etapas da produção que podem e causam sérios problemas de saúde na sociedade atualmente (CABRINI; MAGALHÃES, 2019).

Apesar de algumas recomendações voltadas para o desenvolvimento de hábitos saudáveis, a ampla disponibilidade de alimentos ricos em açúcar e baixo pH para crianças no mercado é uma preocupação, pois refletem não apenas um risco aumentado de cárie e erosão dentária, mas também outros problemas de saúde pública, problemas como obesidade e diabetes (POBLACION; TADDEI, 2015). No Brasil, observa-se crescimento, principalmente na produção e consumo de líquidos, como sucos em caixa, refrigerantes e bebidas lácteas, sendo o principal alvo as crianças. (DOICHINOVA; BAKARDJIEV; PENEVA, 2015). O consumidor brasileiro tem demonstrado interesse crescente em adquirir produtos prontos para o consumo, o que impulsionou, a partir da década de 90, o surgimento de diversas marcas comerciais de bebidas industrializadas no mercado nacional.

A industrialização mudou o estilo de vida e os hábitos alimentares da sociedade, o que provocou maior busca por alimentos industrializados, sendo eles em sua maioria mais calóricos e pouco saudáveis.

Nesse sentido, avaliar os diferentes atributos físico-químicos de bebidas industrializadas do tipo achocolatados comercializadas na região de Balsas- MA e de extrema importância para determinar os riscos desse tipo de bebida para a saúde da população e assim traçar medidas de melhoria para a região.

O estudo aqui proposto pode ser base para a busca de estratégias de intervenção alimentar e nutricional que podem ser implementadas com o objetivo de diminuir o consumo de bebidas açucaradas, uma vez que estes alimentos apresentam baixo teor nutricional e alto valor calórico.

Objetivou-se com o presente estudo, avaliar as propriedades físico-químicas de bebidas industrializadas do tipo achocolatados comercializadas na cidade de Balsas- MA.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida na cidade de Balsas/MA, no período de agosto a novembro de 2022. O presente estudo utilizou uma metodologia de abordagem indutiva com procedimento comparativo, levando-se em consideração as características físico-químicas dos constituintes da dieta líquida de achocolatados industrializados.

As amostras foram compostas por três marcas de bebidas de dois tipos (pó e líquido), comercializadas na cidade de Balsas-MA (Tabela 1).

**Tabela 01.** Distribuição das amostras.

Amostras	
Testemunha (leite)	Testemunha (leite)
Marca 01- líquido	Marca 01- pó
Marca 02- líquido	Marca 02- pó
Marca 03- líquido	Marca 03- pó

**Fonte:** Autores (2022).

As bebidas serão analisadas no laboratório Multifuncional II imediatamente após sua abertura e as bebidas em pó serão diluídas conforme a indicação do fabricante, sendo executadas as seguintes avaliações:

1) Medição do pH: A aferição do pH foi efetuada mediante o uso de pHmetro digital. Antes da análise, o aparelho foi calibrado com soluções padrão de pH = 4 e pH = 7 e pH= 10 recomendadas pelo fabricante. Em seguida, utilizou-se 50 mL de cada produto testado em um béquer volumétrico de 100 mL. Foram executadas quatro medições para cada um dos componentes líquidos, sendo o pH final obtido pelo cálculo da média destas aferições. Após cada aferição, o eletrodo do aparelho foi lavado com água destilada e seco com papel toalha, com o intuito de não levar resquícios de uma amostra para a outra.

2) Condutividade elétrica: A condutividade elétrica foi determinada por um condutímetro portátil, com faixa de leitura de 0 a 2000 mS.cm<sup>-1</sup>. Assim como descrito para o pH, foi calculada a média após quatro aferições, sendo executadas também a lavagem e a secagem do eletrodo. A unidade de leitura de condutividade utilizada foi em mS.cm<sup>-1</sup>.

3) Sólidos dissolvidos totais (TDS): A quantidade de sólidos dissolvidos totais foi determinada por um condutivímetro portátil. Assim como descrito para o pH e condutividade, foi calculada a média após quatro aferições, sendo executadas também a lavagem e a secagem do eletrodo. A unidade de leitura de condutividade utilizada foi em mg/L.

O delineamento experimental adotado foi o delineamento inteiramente casualizado, com quatro repetições para cada amostra.

Os dados obtidos no estudo foram analisados descritivamente e apresentados por meio de tabelas. Os dados também foram submetidos à análise de variância (F 5%) e quando significativas submetidas a teste de Tukey, utilizando o programa estatístico Agroestat (BARBOSA, MALDONADO JUNIOR, 2015).

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os tratamentos apresentaram diferença significativa ( $p \leq 0,01$ ) para as variáveis Potencial Hidrogeniônico (pH), Condutividade elétrica (CE) e Grau Brix ( $^{\circ}\text{Bx}$ ) (Tabela 01).

**Tabela 01.** Análise de variância para Potencial Hidrogeniônico (pH), Grau Brix ( $^{\circ}\text{Bx}$ ) e Condutividade elétrica (CE) de amostras de achocolatados industrializados de diferentes tipos e marcas comerciais.

Causas da Variação	Valores de F		
	pH	CE	Brix
Tipo (A)	487,88**	24,80**	50,63**
Marca (C)	63,23**	79,42**	21,58**
A x C	57,50**	6,07**	26,56**
CV (%)	0,41	8,02	4,61

\*\*  $p \leq 0,01$ ; CV: coeficiente de variação.

Os valores de pH, apresentados na tabela 02, indicam que em relação ao tipo de achocolatados, os em pó apresentam pH relativamente mais baixo, possivelmente influenciados pelo pH do leite utilizado para diluição das amostras. Em relação as marcas comerciais, a Marca 02, apresenta maiores valores de pH, tanto para achocolatados líquidos, quanto para achocolatados em pó (Tabela 02).



O maior pH, das amostras líquidas pode ser devido ao processo de industrialização e embalagem das amostras líquidas, preservando um meio menos ácido.

Bebidas lácteas são produtos à base de leite ou seus derivados, com adição de outros elementos, onde o componente lácteo seja pelo menos 51% da massa dos ingredientes totais do produto. Esta bebida também pode ser fermentada e tratada termicamente (BRASIL, 2005).

Sem dúvida, a mais consumida é a bebida achocolatada, que pode conter até 70% de sacarose ou outros açúcares e cerca de 30% de cacau em pó (POBLACION; TADDEI, 2015).

Segundo Eduardo e Lannes (2004), produtos achocolatados são produtos em pó ou líquidos formulados com cacau, açúcar, aromatizantes e outros ingredientes, principalmente para consumo em formulações de bebidas, designados como um produto de conveniência que pode ser reconstituído sem muito esforço antes do consumo.

**Tabela 02.** Potencial Hidrogeniônico (pH) de amostras de achocolatados industrializados de diferentes tipos e marcas comerciais.

	Líquido	Pó
Leite	6,23 aC	6,21 aAB
Marca 01	6,62 aA	6,25 bA
Marca 02	6,50 aB	6,20 bAB
Marca 03	6,45 aB	6,17 bB

Letras minúsculas comparam os tipos de achocolatados, letras maiúsculas comparam as marcas.

O teor de Brix foi maior para achocolatados do tipo pó da marca 01 e 03, exceto para a marca 2 os dados se assemelharam, o maior teor de açúcar para achocolatados em pó, pode ser devido a maior adição de açúcares para preenchimento de volume de produto comercial (Tabela 03).

Segundo Conte (2016), o achocolatado é um produto popular no mercado consumidor, descoberto e consumido por todos. O achocolatado é produzido em muitas indústrias devido ao amplo consumo, resultando em uma grande variedade deste produto no mercado, tanto no seu processamento, quanto na variedade e concentração de ingredientes (BRASIL, 2014).

As bebidas achocolatadas são classificadas como alimentos ultraprocessados, e o processo de produção e as substâncias utilizadas são muitas vezes projetados para torná-los mais saborosos e prolongar sua vida útil (CABRINI; MAGALHÃES, 2019). No entanto, sua ingestão não deve ser rotineira, conforme explica o Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde.

**Tabela 03.** Grau Brix (°Bx) de amostras de achocolatados industrializados de diferentes tipos e marcas comerciais.

	Líquido	Pó
Leite	9,00 aC	9,10 aC
Marca 01	11,33 bC	16,33 aB
Marca 02	18,59 aA	19,33 aA
Marca 03	14,66 bB	18,33 aAB

Letras minúsculas comparam os tipos de achocolatados, letras maiúsculas comparam as marcas.

Para a variável condutividade elétrica, em relação ao tipo, as marcas 02 e 03 apresentaram maior condutividade para os achocolatados líquidos, em relação as marcas, nos achocolatados líquido a marca 03 foi a que apresentou maiores valores de CE (Tabela 04).

A ingestão diária de bebidas achocolatadas líquidas está se tornando cada vez mais estável na alimentação infantil devido à sua praticidade, disponibilidade e sabor agradável (MARINHO et al., 2016). Vários autores têm sugerido que o alto consumo dessas bebidas pode levar a manifestações de cárie e erosão dentária (SILVA, 2012).

Além da regulamentação brasileira não estabelecer limites mínimos e máximos para suas propriedades físico-químicas, há poucas informações sobre essas bebidas na literatura (LEMES et al., 2015).

**Tabela 04.** Condutividade elétrica (CE) de amostras de achocolatados industrializados de diferentes tipos e marcas comerciais.

	Líquido	Pó
Leite	3507,00 aB	3544,00 aA
Marca 01	2754,00 aC	2966,00 aB
Marca 02	3902,00 aA	2932,00 bB
Marca 03	3778,00 aAB	2782,00 bB

Letras minúsculas comparam os tipos de achocolatados, letras maiúsculas comparam as marcas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achocolatados em pó apresentam menores valores de pH.

Os achocolatados em pó apresentam maior teor de açúcar.

Os achocolatados líquidos apresentam maior condutividade elétrica.

#### REFERÊNCIAS

BARBOSA, J.C., MALDONADO JÚNIOR, W., 2010. **AgroEstat: sistema para análises estatísticas de ensaios agronômicos.**

BIELEMANN, R.M. Consumo de alimentos ultraprocessados e impacto na dieta de adultos jovens. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, n. 28, p. 1-10, 2015.

BRASIL. Regulamento da Agricultura e do Abastecimento. Regulamento técnico de identidade e qualidade de bebidas lácteas. DAS/SIPOA. **Diário Oficial da União**, 2014.

CABRINI, C.C.; MAGALHÃES, C. A realidade dos aditivos químicos contidos nos alimentos. **Revista Pensar Saúde**, v.1, n.1, p. 15-28, 2019.

CONTE, F.A. Efeitos do consumo de aditivos químicos alimentares na saúde humana. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 1, p. 69-81, 2016.

DOICHINOVA, L. BAKARDJIEV, P.; PENEVA, M. Assessment of food habits in children aged years and the risk of caries. **Biotechnol Equip**. v.29, n.1, p.200-204. 2015.

EDUARDO, M.F.; LANNES, S.C.S. Achocolatados: análise química. **Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences**. v.40, n.3, p. 405-412, 2004.

LEMES, M. G. C; PEIXOTO, M. R. G; MENESES, I. H. C.F; FREIRE, M. C.M. Dor dentária e fatores associados em crianças de 2 a 4 anos de idade de Goiânia. **Revista Brasileira Epidemiologia**. v. 18, n. 3, p. 41, 2015.

MARINHO, L.M.F; CAPELLI, J.C.S; ROCHA, C.M.M; BOUSKELA, A; CARMO, C.N; FREITAS, S.E.A. Situação da alimentação complementar de crianças entre 6 e 24 meses assistidas na rede de atenção Básica de saúde de Macaé, RJ. **Ciência Saúde Coletiva**. v. 21, n. 3, p. 977-86, 2016.

POBLACION, A.; TADDEI, J. Fatores associados ao consumo de bebidas açucaradas entre pré-escolares brasileiros. **Revista, Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.20, n.8, p.2371-2380, 2015.

## ACIDENTE DE TRABALHO: O DEVER DE INDENIZAR E A LEGITIMIDADE ATIVA PARA AÇÃO

Ana Letícia Barros Teixeira- UNIBALSAS<sup>1</sup>  
Larissa Valéria Lima Silva- UNIBALSAS<sup>2</sup>  
Letícia Pereira Oliveira- UNIBALSAS<sup>3</sup>  
Maécila Brito de Sousa Moura- UNIBALSAS<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar a responsabilidade do empregador em acidentes de trabalho com os seus funcionários, bem como quem detém a legitimidade ativa para buscar a reparação em casos de incapacidade transitória ou permanente, ou nos casos em que a gravidade da lesão resulta em morte. Esta pesquisa foi desenvolvida no bojo da disciplina "Direito Individual e Coletivo do Trabalho", momento em que houve a necessidade de aprofundar os conhecimentos durante a confecção de um 'Guia' para empresas de Balsas-Ma, sobre Saúde e Segurança no Trabalho. A fim de esclarecer as consequências jurídicas e sociais oriundas de um acidente de trabalho com ou sem resultado morte, indaga-se sobre a possibilidade ou impossibilidade de responsabilizar a empresa pelo dano causado. Ademais, considerando que hodiernamente muitas pessoas são contratadas para prestar um serviço em específico, surge a dúvida quanto à possibilidade de indenizar os herdeiros do de cujus, caso o acidente de trabalho resulte em morte e a vítima não possua vínculo empregatício com a contratante. Para elucidar tais questões, utilizou-se dos métodos de pesquisa bibliográfico, com especial destaque para a análise de jurisprudências e dos textos legais, bem como do método dedutivo.

**Palavras-chave:** Acidente de trabalho; responsabilidade; indenização; direito.

**Abstract:** This article aims to analyze the responsibility of the employer in accidents at work with its employees, as well as who has the active legitimacy to seek compensation in cases of transient or permanent disability, or in cases where the severity of the injury results in death. This research was developed within the scope of the discipline "Individual and Collective Labor Law", when there was a need to deepen knowledge during the preparation of a 'Guide' for companies in Ferries-Ma, on Health and Safety at Work. In order to clarify the legal and social consequences arising from a work accident with or without death, it is asked about the possibility or impossibility of holding the company responsible for the damage caused. Furthermore, considering that nowadays many people are hired to provide a specific service, the question arises as to the possibility of indemnifying the heirs of the deceased, if the work accident results in death and the victim does not have an employment relationship with the contracting party. To elucidate such questions, bibliographic research methods were used, with special emphasis on the analysis of jurisprudence and legal texts, as well as the deductive method.

**Keywords:** Work accident; responsibility; indemnity; right.

---

<sup>1</sup>Acadêmica do 3º ano do curso de Direito na Faculdade de Balsas/UNIBALSAS, e-mail analeticiab271@gmail.com;

<sup>2</sup>Acadêmica do 3º ano do curso de Direito na Faculdade de Balsas/UNIBALSAS, e-mail larissavalerials@hotmail.com;

<sup>3</sup>Acadêmica do 3º ano do curso de Direito na Faculdade de Balsas/UNIBALSAS; e-mail oliveiraleticiaa890@gmail.com;

<sup>4</sup>Professora Orientadora de Direito Individual e Coletivo do Trabalho na Faculdade de Balsas/UNIBALSAS; e-mail: maecila.brito@prof.unibalsas.edu.br.

## 1. INTRODUÇÃO

O princípio do acesso à justiça, é legitimado explicitamente no art. 5º da Constituição Federal, no sentido de garantir que a lesão ou ameaça a direito não deixe de ser apreciada pelo poder judiciário. Assim, o poder público tem o dever de atender as necessidades dos seus cidadãos, a fim de dizer o direito no caso concreto. Embora esta questão tenha sido positivada apenas em 1988, o direito fora evocado a muito tempo, exemplificando, quando o desenvolvimento da revolução industrial se expandiu mundo afora, as condições aos quais os trabalhadores eram submetidos nas fábricas deram margem para que se exigisse a criação de normas de proteção individual e coletiva do trabalho, no intuito de reduzir os índices de mortes e acidentes de trabalho.

Restringindo o campo de estudos do presente artigo, tem-se que embora a consolidação das leis trabalhistas, bem como algumas normas regulamentadoras, propostas para proteger o trabalhador, tenha surgido para assegurar a proteção do ambiente de trabalho, isto não foi suficiente para evitar a ocorrência de milhares de acidentes de trabalho no Brasil.

Dito isto, e considerando as consequências que estes eventos podem trazer não só para a saúde do empregado, bem como para o desenvolvimento da empresa, o presente trabalho buscará analisar qual a responsabilidade da corporação face os acidentes de trabalho com os seus funcionários, assim como quem tem a legitimidade ativa para propor a ação. No mesmo sentido, será abordado quais as implicações jurídicas de um acidente de trabalho com resultado morte, para quem possui vínculo empregatício e para aqueles que estão apenas prestando um serviço.

Com o objetivo de elucidar estas questões, utilizou-se dos métodos de pesquisa bibliográfico, com enfoque especial para a análise de jurisprudências, bem como o método dedutivo, a medida que se partiu de uma ideia geral para se alcançar premissas específicas.

## 2. ACIDENTE DE TRABALHO

Consoante disposto no art. 19 da Lei nº 8213/91 (Lei da Previdência Social), acidente de trabalho é “aquele que ocorre no exercício da função e provoca lesão corporal, perturbação funcional que cause morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”. Assim, a primeira parte no dispositivo evidencia que este incidente pode acontecer quando o funcionário está no exercício das suas funções ou em decorrência desta.

Por conseguinte, o entendimento doutrinário e jurisprudencial compreende que o acidente pode ser típico e atípico. No primeiro, o problema ocorre dentro das instalações da empresa, relacionando-se ao próprio risco da atividade, enquanto no segundo caso, o acidente decorre de doenças ocupacionais relacionadas à função, englobando não só as doenças de trabalho, como também as profissionais, a exemplo de uma funcionária que desenvolve síndrome do pânico devido à intensidade do trabalho realizado. Nestes casos, há necessidade de comprovar o nexo de causalidade<sup>1</sup> entre a conduta<sup>2</sup> e o resultado<sup>3</sup>, para fins de concessão de auxílio doença ou auxílio acidente.

Complementando a aplicabilidade do art.19 da supracitada Lei, o art.21, IV, "d", equipara o acidente de trabalho ao acidente de trajeto, compreendendo aquele que:

Art.21, IV - [...]sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:

- a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;
- b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;

Assim, caso comprovado que o empregado foi vítima de um acidente de trajeto, do qual não incorreu para o resultado, bem como a conduta do ofensor, seja ela comissiva ou omissiva; a existência do dano; nexo causal; e culpa, quando não se tratar de uma hipótese de responsabilidade objetiva<sup>84</sup>, equipara-se-a o acidente de trajeto, ao acidente típico. Não obstante, considerando que o ônus de comprovar todos estes requisitos é do reclamante, em poucos casos as jurisprudências dos egrégios tribunais reconhecem sua incidência:

**ACIDENTE DE TRAJETO. NÃO CONFIGURAÇÃO.** Com apoio no conjunto probatório dos autos, viu-se de fato que o reclamante fora vítima de acidente, porém, não se pode precisar se ocorreu em serviço. Ademais, o alegado acidente ocorreu sob a vigência da MP 905/2019, que revogou expressamente a alínea d do inciso IV do artigo 21 da Lei 8.213/91, não estando vigente o dispositivo que equiparava o acidente de trabalho àquele ocorrido "no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado"(TRT-MA, 1º Turma, ROT 0017346-55.2015.5.16.0005; Relatora: desembargadora Solange Cristina Passos de Castro; publicado em: 27 de abril de 2022).

Conforme dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, afirmam que no ano de 2019, foram comunicados mais de 587,857 mil acidentes de trabalho no Brasil. Este

<sup>1</sup>Nexo de Causalidade: ligação entre a conduta do agente e o resultado danoso;

<sup>2</sup>Conduta: em sentido amplo é a ação (fazer algo) ou omissão relevante (deixar de fazer);

<sup>3</sup>Resultado: o que resulta da ação ou omissão, a consequência;

<sup>4</sup>Responsabilidade objetiva: aquela em que a lei dispensa a produção de provas a respeito da culpa.

número evidencia um empecilho que reflete consequências em toda a sociedade, gerando gastos de grandes proporções ao Instituto de Seguridade Social (INSS), que estima que naquele mesmo ano, um montante superior a 17,7 bilhões de reais tenha sido destinado para este fim.

Ademais, a constatação deste acidente é feita pelo INSS, que realiza uma perícia técnica para verificar as condições do empregado e sua capacidade para voltar às atividades rotineiras. Assim, a depender do resultado, o enfermo passa a receber um auxílio para sua subsistência durante o período que não conseguir trabalhar.

### 3. RESPONSABILIDADE E O DEVER DE INDENIZAR

Ato contínuo e reconhecendo a realidade trabalhista brasileira, a Constituição Federal, em seu art.7º, XXVIII, assegura que ficará a cargo do empregador o pagamento do seguro contra acidentes de trabalho, não excluindo a indenização ao qual estará obrigado caso incorra em dolo ou culpa. O mencionado dispositivo, traz à tona a necessidade de discutir qual a responsabilidade do empregador face os acidentes de trabalho ocorridos com os seus funcionários.

Considerando que o empregador é aquele que assume o risco da atividade econômica, conforme disposto no art.3º da CLT, bem como o que defende os adeptos da "teoria do risco social", pressupõe-se que os acidentes são inerentes ao risco da atividade realizada, motivo que obriga o empregador a indenizar seu funcionário independentemente de dolo ou culpa (art.927, p. único do CC), caracterizando a responsabilidade objetiva. Sob outra perspectiva, a teoria subjetiva, prevista no art.186 do CC, evidencia que a reparação prescinde da demonstração do nexo causal.

Nestes termos, o Recurso Extraordinário nº 828.040, de repercussão geral, consolidou a aplicação da responsabilidade objetiva diante de previsão legal, ou pelo reconhecimento do risco inerente à atividade desenvolvida:

“O artigo 927, parágrafo único, do Código Civil é compatível com artigo 7º, inciso XXVIII da Constituição Federal, sendo constitucional a responsabilização objetiva do empregador por danos decorrentes de acidentes de trabalho nos casos especificados em lei ou quando a atividade normalmente desenvolvida por sua natureza apresenta exposição habitual a risco especial, com potencialidade lesiva e implicar ao trabalhador ônus maior do que aos demais membros da coletividade (RE 828.040) ”.

Continuando, a interrupção da prestação de serviços daquele que oferece sua mão de obra a título oneroso, não causará prejuízos contratuais ao acidentado, que receberá seu salário integral, pago nos primeiros 15 dias pelo empregador, conforme previsto no art.60, §3º da Lei 8.213/91. Ademais, caso a incapacidade perdure por mais de 15 dias, o art.59 da mesma legislação, assegura



que o acidentado passe a receber auxílio doença, pago pelo INSS, além de gozar de estabilidade, ou seja, não poderá ser dispensado durante este período, salvo por justa causa (art. 482 da CLT) ou força maior.

Portanto, diante das incontroversas discussões apresentadas, percebe-se a necessidade de analisar caso a caso, para constatar a possibilidade ou não de responsabilizar o empregador em acidentes de trabalho. Assim, caso o empregado desenvolva atividade de risco habitual, a própria carta magna assegura a responsabilidade objetiva da empresa, o que não exige a investigação feita pelo INSS, para fins de apurar a relação entre a ação ou omissão desta última, face aos danos/prejuízos causados. Para legitimar a ideia, o Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, em processos distintos, interpretou que:

ACIDENTE DO TRABALHO: BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO - **Montador de equipamentos eletrônicos - Lesão na coluna - Prévio requerimento administrativo - Incapacidade laboral não comprovada - Nexa causal não configurado** - Laudo conclusivo - Sentença de improcedência - RECURSO DO AUTOR objetivando a inversão do julgado, por compreender presentes os requisitos para concessão de benesse acidentária, destacando não estar o julgador adstrito ao teor do laudo - Ademais, afirmou a necessidade de realização de nova perícia acompanhada de vistoria ambiental - Indenização infortunistica indevida - Improcedência mantida - NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. (TJSP; Apelação Cível 1012840-95.2021.8.26.0161; Relator (a): Marco Pelegrini; Órgão Julgador: 17ª Câmara de Direito Público; Foro de Diadema - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 09/11/2022; Data de Registro: 09/11/2022) (grifos nossos).

ACIDENTE DO TRABALHO – SOLDADOR – LESÃO NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO – QUADRO DE DOR, EDEMA, LIMITAÇÃO DE MOVIMENTO E IMPOTÊNCIA FUNCIONAL DO MEMBRO - **INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE CONSTATADA - NEXO CAUSAL RECONHECIDO – BENEFÍCIO DEVIDO**. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – SÚMULA 111, STJ – CABIMENTO, ressalvado o que vier a ser decidido no Tema 1.105 do STJ. CUSTAS PROCESSUAIS - INSS – ISENÇÃO. IMPOSIÇÃO DE MULTA NO CASO DE NÃO IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO – INADMISSIBILIDADE Reexame necessário parcialmente provido. (TJSP; Remessa Necessária Cível 1005663-74.2021.8.26.0066; Relator (a): João Negrini Filho; Órgão Julgador: 16ª Câmara de Direito Público; Foro de Barretos - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 09/11/2022; Data de Registro: 09/11/2022) (grifos nossos).

#### 4. LEGITIMIDADE PARA AJUIZAR AÇÃO

A legitimidade ativa para propor a ação de reparação por acidente de trabalho é do empregado, conforme expressa o artigo 791 da CLT, uma vez que é do seu interesse ser ressarcido pelos danos causados quando o empregador concorrer com dolo ou culpa, ou ainda quando a atividade desenvolvida por si só apresentar um alto grau de risco. Ademais, a competência para julgar este tipo de matéria é da Justiça do Trabalho, conforme entendimento consolidado na Súmula Vinculante nº22, no Supremo Tribunal Federal (STF):

“Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidentes de trabalho propostas por empregado contra

empregador, inclusive as propostas pelos sucessores do trabalhador falecido, salvo quando a sentença de mérito for anterior à promulgação da EC nº hipótese em que, até o trânsito em julgado e a sua execução, a competência continuará a ser da Justiça Comum”.

Reiterando o que preleciona a Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XXVIII, incube ao empregador contribuir com o Seguro contra Acidente de Trabalho (SAT) para cada funcionário registrado, importância que servirá para que a Previdência Social possa custear os benefícios dos acidentários. Todavia, quando comprovado que houve negligência do empregador quanto às normas padrão de saúde e segurança do trabalho, seja para a proteção individual ou coletiva, a Previdência Social passa a ter legitimidade para ajuizar uma ação regressiva contra o empregador (responsável), conforme previsão do artigo 120 da Lei 8.213/91. Nesse sentido:

**DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REGRESSIVA PROPOSTA PELO INSS. ACIDENTE DE TRABALHO. LEGITIMIDADE ATIVA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. ARTIGO 120 DA LEI 8.213/91. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO (SAT). CONTRIBUIÇÃO QUE NÃO AFASTA A RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR. NEGLIGÊNCIA DA EMPREGADORA. DEVER DE RESSARCIR OS COFRES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA.**

1. A pretensão de ressarcimento repousa no princípio clássico da responsabilidade civil segundo o qual todo aquele que causar prejuízo a outrem -neste caso a Previdência Social - fica obrigado a repará-lo, uma vez presentes as circunstâncias fático-jurídicas que a autorizem (culpa ou dolo), tal como previsto nos artigos 186 e 927, caput, do Código Civil de 2002. Assim, quem tem legitimidade para propor a ação regressiva em ação acidentária é o INSS, cujo interesse de agir fundamenta-se na finalidade da ação, que é o ressarcimento dos recursos que foram gastos pela Previdência Social com o acidente de trabalho que poderia ter sido evitado se o causador do acidente (e, portanto, do dano) não tivesse agido com culpa.
2. Desnecessária a oitiva de testemunhas quando a solução da controvérsia tem caráter predominantemente técnico, de modo que não se pode falar em cerceamento de defesa caso o julgador dispense a produção da prova oral em favor da pericial.
3. O artigo 120 da Lei 8.213/91 prevê que, "nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis".
4. O fato de a empresa contribuir para o Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) não exclui sua responsabilidade em caso de acidente decorrente de negligência no cumprimento das normas de segurança e higiene do trabalho.
5. Comprovada a culpa da empresa, que deixou de cumprir normas regulamentadoras referentes à segurança dos trabalhadores, deve ela ressarcir os valores despendidos pelo INSS a título de benefício acidentário. (TRF 4º Região – AC n. 5020540-07.2016.4.04.7200. Relatora: Vânia Hack de Almeida. Publicado em: 26 de jul. de 2022.

Como já mencionado, a ausência de precaução não só do empregador como também do empregado, a fim de assegurar a manutenção de um ambiente de trabalho seguro, pode ocasionar acidentes. Em casos mais graves, o colaborador pode vir a óbito durante o exercício da atividade

laboral ou em sua decorrência, situação em que deve-se pensar como ocorrerá a extinção do contrato de trabalho para fins indenizatórios.

Ademais, o alto índice de mortes decorrentes de acidentes de trabalho no Brasil, traz à tona a análise da responsabilidade civil do empregador, assunto de suma importância para compreender como se dará a extinção do vínculo empregatício, seja quando o incidente está diretamente relacionado ao ambiente de trabalho e a atividade desenvolvida, seja quando decorre desta. Para esmiuçar tal questão, considerar-se-á duas situações, na primeira o empregado possui vínculo empregatício com a empresa, e acaba vindo a óbito após um acidente de trabalho; na segunda, o trabalhador está apenas prestando um serviço na corporação, sem dispor de qualquer contrato que vincule as partes.

Conforme previsto no art. 13 e art. 29 da CLT, é obrigação do empregador proceder com a anotação da CTPS do empregado, em até 5 dias após sua admissão. Esta garantia é importante para delimitar os termos do contrato, determinando qual serviço será prestado, carga horária, salário a ser pago, benefícios adicionais etc. Tudo isto servirá de base de cálculo no instante em que por qualquer motivo, houver rescisão do contrato de trabalho, inclusive aquele que decorre da morte do funcionário em um acidente de trabalho.

Neste caso, o vínculo empregatício é encerrado nos moldes do art.477 da CLT, sendo que caberá aos herdeiros do de cujus, ingressar com uma ação na justiça do trabalho, para requerer que o empregador efetue o pagamento de indenização a título de danos materiais e morais em nome do falecido. O primeiro, a medida que é exigível o pagamento uma pensão mensal aos familiares da vítima, a título de lucros cessantes, nos termos do art.402 do Código Civil, considerando o tempo médio de vida estimado para o trabalhador. Ato contínuo, a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), vem admitindo a condenação da empregadora por danos morais, nos moldes do art.186 do CC, sem a necessidade de demonstrar o prejuízo suportado, ou seja, não é preciso apresentar provas que comprovem o abalo emocional sofrido, mas tão somente o nexo causal entre o ato ilícito (ação/omissão) e o resultado morte. Complementando, é igualmente devido o pagamento de todas as verbas rescisórias oriundas do encerramento do contrato, a exemplo de décimo terceiro e férias proporcionais, bem como o saque do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), em até 10 dias (art.477, §6 da CLT).

Exemplificando, o Tribunal Regional do Trabalho do estado do Maranhão (TRT-MA), não deu provimento a um recurso interposto pelas rés, que contestaram a ação ajuizada pelos herdeiros do de cujus. A priori, os desembargadores do egrégio tribunal reconheceram que o acidente de trabalho deu causa à morte do empregado, que foi vítima de uma descarga elétrica enquanto executava uma ordem, não cabendo alegar culpa exclusiva ou de terceiros. Neste caso, condenou

as reclamadas, solidariamente, ao pagamento de pensão por morte, correspondente a 2/3 do salário percebido pelo de cujus, além do pagamento de uma indenização por danos morais no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para cada herdeiro:

**EMENTA: RECURSO DAS RECLAMANTES: HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO AJUIZADA POR HERDEIROS** - De acordo com jurisprudência do C. TST, quando a ação for ajuizada pelo espólio do empregado falecido, são devidos honorários advocatícios independentemente do preenchimento dos requisitos previstos na Lei 5.584/70 e na Súmula 219, I, do TST, porquanto não filiados ao sindicato da categoria profissional do empregado. **Recurso conhecido e provido. RECURSO DA 2ª RECLAMADA: ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA OU DE TERCEIRO. ÔNUS DA PROVA** - Ao alegar a existência de culpa exclusiva da vítima ou de terceiros para eximir-se da responsabilidade pelo acidente sofrido pelo reclamante no ambiente de trabalho, cabia à reclamada o ônus da prova da prova quanto a tal alegação, encargo do qual não se desvencilhou. **DANOS MORAIS** - De acordo com a jurisprudência do TST, o dano decorrente de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional ocorre *in re ipsa*, ou seja, prescinde de comprovação do prejuízo suportado, não havendo necessidade de produção de prova do abalo moral sofrido pelo reclamante, bastando a demonstração do ato ilícito e do nexos causal, conforme ocorreu nos autos. **INDENIZAÇÃO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE DO VALOR ARBITRADO** - Deve ser mantida a decisão recorrida no tocante ao *quantum* da indenização por dano moral, pois observa os princípios da proporcionalidade e razoabilidade na fixação do valor. **PENSÃO MENSAL. BASE DE CÁLCULO** - De acordo com o princípio da restituição integral, previsto nos arts. 402 e 950 do CC, a indenização por danos materiais deve corresponder, necessariamente, ao valor da perda patrimonial sofrida pelo obreiro, razão pela qual toda e qualquer parcela habitualmente percebida no curso da contratualidade deve ser considerada na base de cálculo da pensão, tais como, no presente caso, o adicional de periculosidade recebido de forma habitual e o 13º terceiro salário. **Recurso conhecido e não provido. RECURSO DA 1ª RECLAMADA: OBSCURIDADE E OMISSÃO DA SENTENÇA DE 1º GRAU. NÃO CONFIGURAÇÃO.** - A sentença de 1º grau deixou clara a inexistência de responsabilidade residual da 1ª reclamada quanto ao pagamento da indenização por danos morais, não se vislumbrando, assim, qualquer obscuridade ou omissão na decisão primária. **Recurso conhecido e não provido** (TRT 16 -ROS nº0016074-62.2016.5.16.004. Relatora: desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo. Publicado em 20 de set.2022) (GRIFO NOSSO).

Outrossim, como parcialmente mencionado, cabe aos herdeiros do de cujus a propositura da ação de reparação por dano material e moral decorrente do acidente de trabalho com resultado morte, uma vez que o Código Civil, em seu art. 943, assegura que há transmissibilidade do direito de exigir reparação junto à herança. Para reiterar esta ideia, as jurisprudências abaixo determinam:

**INDENIZAÇÃO - DANO MORTE - VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRABALHO FATAL - LEGITIMIDADE ATIVA DOS SUCESSORES.** Considerando que o direito à reparação surge com a morte do trabalhador e é transmitido com a herança, detém **legitimidade ativa** os **sucessores** que ajuizaram ação, postulando indenização por **dano-morte** e existencial decorrente de acidente de trabalho de que foi vítima fatal marido e pai dos autores, nos termos do art. 943 do Código Civil e Súmula 642 do col. STJ. (TRT 3ª Região – ROT nº nº 0010539-28.2021.5.03.0051. Relator: Desembargador André Schmidt de Brito. Publicado em 02 de Maio de 2022.)

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRABALHO. FALECIMENTO DO AUTOR NO CURSO DA LIDE. LEGITIMIDADE ATIVA DOS HERDEIROS DA VÍTIMA. CULPA PRESUMIDA DO EMPREGADOR. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.**

1. O direito à indenização por danos decorrentes de acidente do trabalho transmite-se com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima legitimidade ativa ad causam para prosseguirem na ação indenizatória.

2. A responsabilidade do empregador, decorrente de acidente do trabalho, é fundada em presunção relativa de culpa, cabendo a este o ônus da prova quanto à existência de alguma causa excludente de responsabilidade, como comprovar que tomou todas as medidas necessárias à preservação da incolumidade física e psicológica do empregado em seu ambiente de trabalho, respeitando as normas de segurança e medicina do trabalho.

3. Segundo o acórdão recorrido, a prova oral demonstrou que os prepostos da ré responsáveis pela obra sabiam do risco de desmoronamento e que o escoramento da vala poderia ter evitado o acidente, mas não tomaram nenhuma providência, de modo que não há como afastar a culpa da requerida.

4. Agravo interno desprovido. (STJ-Quarta Turma – AgInt no AREsp 85987. Relator: Ministro Raul Araújo. Publicado em 12 de fev. de 2019.) (GRIFOS NOSSOS)

## 5. ACIDENTE DE TRABALHO SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Sob outra perspectiva, caso a vítima seja autônomo, ou seja, trabalhador que presta um serviço determinado sem dispor de vínculo empregatício, a medida que não desenvolve sua atividade com subordinação (um dos requisitos para configurar a relação de emprego), não há que se falar em direitos trabalhistas, caso ocorra um acidente de trabalho com ou sem resultado morte, no desenrolar da prestação do serviço. Neste caso, os legitimados devem apenas receber o valor referente ao que foi acordado entre as partes para a execução da atividade, sem considerar todas as verbas que seriam devidas a um empregado com a CTPS assinada.

Todavia, é possível buscar a responsabilização da empresa no âmbito civil, mesmo que o indivíduo seja vítima de um acidente de trabalho, sem dispor de vínculo empregatício, a proporção que a responsabilidade desta deverá ser analisada, observando se o evento se deu por culpa exclusiva da vítima, ou se a empresa contribuiu de alguma forma para o ocorrido. Nesta última hipótese, a responsabilidade poderá ser tanto por danos morais, quanto por danos materiais.

Ademais, a demanda dependerá da análise do nexo causal e do dano gerado, sendo possível responsabilizar a tomadora de serviços pelo resultado causado. É importante destacar que a jurisprudência ainda não dispõe de um entendimento pacífico para estas situações, devendo ser analisado caso a caso. Dessa forma, observamos que:

**RECURSO DE REVISTA. TRABALHADOR AUTÔNOMO/PEQUENO EMPREITEIRO. ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA CONTRATANTE.**

1. A condição de trabalhador autônomo não afasta a incidência dos princípios fundamentais da dignidade humana e do valor social do trabalho consagrados na Constituição da República (art. 1º, III e IV). Por sua vez, **a natureza autônoma da relação de trabalho não se mostra**

**incompatível com a responsabilidade civil da empresa contratante pelo acidente de trabalho ocorrido na execução do serviço contratado.**

2. Na hipótese vertente, a Corte de origem, valorando o conjunto fático-probatório, firmou convicção acerca da caracterização da responsabilidade objetiva da demandada em reparar o dano sofrido pelo trabalhador.

3. Os fatos delineados no acórdão recorrido, quais sejam o dano (morte do trabalhador autônomo, marido e pai dos autores) e o nexa causal (acidente de trabalho ocorrido no desempenho da atividade contratada - pintura do estabelecimento), autorizam o enquadramento jurídico nas disposições contidas no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, não havendo margem para a alegação de afronta aos art. 186 e 927, -caput-, do Código Civil, dispositivos que tratam da responsabilidade civil subjetiva. (Tribunal Superior do Trabalho TST - RECURSO DE REVISTA: RR -466400-59.2009.5.12.0032. Relator: Ministro Waldir Oliveira da Costa.) (GRIFOS NOSSOS)

Dito isto e considerando que o entendimento jurisprudencial não está totalmente pacificado, variando suas decisões caso a caso, pela análise das provas apresentadas, caso seja comprovado que não há nexa de causalidade entre a conduta e o resultado, bem como que os riscos são inerentes a atividade desenvolvida, mas que decorreram tão somente pela falta de equipamentos de proteção, a empresa poderá ficar isenta da responsabilidade, como pode-se observar na decisão abaixo apresentada:

RESPONSABILIDADE CIVIL DO TOMADOR DE SERVIÇOS - TRABALHADOR AUTÔNOMO - ELETRICISTA - ACIDENTE COM MORTE - NÃO RECONHECIMENTO. Estando comprovado que quem assumiu o risco da ocorrência do acidente **foi o próprio trabalhador autônomo**, o qual dirige a sua atividade e deve utilizar os meios e equipamentos adequados ao exercício da função, **não se reconhece a responsabilidade civil do tomador de serviços**, a teor do disposto nos artigos 186 e 927 do Código Civil. (Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região TRT-24: -000082-99.2201.1.52.40004. Relator: Ministro André Luís Moraes de Oliveira. Publicado em 14 de jun. de 2012.) (GRIFOS NOSSOS)

### 3.CONCLUSÃO

Restringindo o campo de estudos do presente artigo, foi possível constatar que embora o ordenamento jurídico pátrio disponha de diversas leis, regulamentos e normas aptas a garantir a proteção do empregado, isto não é suficiente para controlar o alto índice de acidentes de trabalho no Brasil. Similarmente, demonstrou-se que o direito foi flexibilizado para analisar caso a caso, reconhecendo a aplicabilidade da responsabilidade civil objetiva ou subjetiva do empregador, quando incidentes como este acontecem, embora a vítima possua ou não vínculo empregatício. Para isto, a própria legislação estabelece quais providências devem ser tomadas, assim como, o modo com que o vínculo será extinto.



Assim, verificou-se que diante da ocorrência de um acidente de trabalho que não resulte em morte, existindo vínculo empregatício entre as partes, o INSS procederá com a realização de uma perícia, apta a constatar a impossibilidade transitória ou permanente do funcionário em retomar às suas atividades rotineiras, hipótese em que receberá um auxílio doença ou um auxílio acidente pelo tempo em que a necessidade perdurar. Outrossim, caso o afastamento perdure por mais de 15 dias, gozará de estabilidade, não podendo ser dispensado durante este período, salvo por justa causa (art.482 da CLT) ou força maior. Não obstante, é importante que sua configuração prescindida da demonstração de nexa causal, ou da demonstração de que a natureza da atividade desenvolvida é de risco.

Sob outro ponto de vista, mas tratando da mesma possibilidade, observou-se que caso o indivíduo venha a óbito após um acidente de trabalho, para o qual prestava apenas um serviço, sem guardar qualquer vínculo empregatício com a empresa, a exemplo dos trabalhadores autônomos, os tribunais ainda não firmaram um entendimento apto a analisar a responsabilidade do tomador de serviços, sendo necessário analisar cada uma das circunstâncias que deram causa ao acidente.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 7 de nov. de 2022.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

BRASIL. **Tribunal Superior do Trabalho**. Recurso Revista nº 466400-59.2009.5.12.0032. Relator: Ministro Walmir Oliveira da Costa, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14 de maio de 2014. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tst/120964676>>. Acesso em 12 de nov. de 2022.

BRASIL. **Tribunal Superior do Trabalho**. Recurso Ordinário nº 000082-99.2201.1.52.40004. Relator: Ministro André Luís Moraes de Oliveira, PRIMEIRA TURMA, publicado em 14 de jun. de 2012. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tst/120964676>>. Acesso em 12 de nov. de 2022.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça** (Quarta turma). Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial n. 85987. Ação de indenização por acidente de trabalho, legitimidade dos herdeiros. Construtora Melhor LTDA versus Teresa Bastos Camolesi e outro. Relator: Ministra Raul Araújo. Brasil, 12 de fev. de 2019. **Jurisprudências do STJ**. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>>. Acesso em: 04 de nov. de 2022.

BRASIL. **Tribunal Regional Federal** (4º Região). Apelação Civil n. 5020540-07.2016.4.04.7200. Ação regressiva proposta pelo INSS, dever de ressarcir cofres da previdência social. Relatora: Vânia Hack de Almeida. Brasil, 26 de jul. de 2022. **Jurisprudência TRF4**. Disponível em: <[https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/resultado\\_pesquisa.php](https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/resultado_pesquisa.php)>. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

BRASIL. **Tribunal Regional do Trabalho** (16º Região). Recurso ordinário no 0016074-62.2016.5.16.0014. Recurso das reclamantes; honorários advocatícios; ação ajuizada por herdeiros. Relatora: desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo. Brasil, 20 de set. 2022. **Jurisprudência TRT 16**. Disponível em: [Jurisprudência PJe - TRT da 16ª Região \(trt16.jus.br\)](https://jurisprudencia.pje.trt16.jus.br); Acesso em: 07 de nov. 2022.

CORRÊA, Rosa Maria. " **O Brasil está no topo do ranking mundial de acidentes de trabalho**". SINDIPETRO RJ, 27 de abril de 2022. Disponível em: [Brasil está no topo do ranking mundial de acidentes de trabalho - \(sindipetro.org.br\)](https://sindipetro.org.br). Acesso em: 03 de nov. 2022.

**Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943**. Consolidação das Leis do trabalho, Brasília, DF, Out. 2017. BRASIL.

LEITE, Carlos H. Bezerra. "**Curso de Direito do Trabalho**". 140ª edição. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho (3º Região). Recurso Ordinário Trabalhista n. 0010539-28.2021.5.03.0051. Indenização para vítima de acidente de trabalho fatal. Amanda Duarte Moreira e outro versus Frigorífico Franbom LTDA. Relator: André Schmidt de Brito, 02 de Maio de 2022. **Jurisprudências TRT3**. Disponível em: <<https://portal.trt3.jus.br/internet>>. Acesso em: 04 de nov. de 2022.



STF define **súmula de repercussão geral** sobre responsabilidade objetiva em acidentes de trabalho em atividades de risco. **Conexão Trabalho**, 2020. Disponível em: <<https://conexaotrabalho.portaldaindustria.com.br/noticias/detalhe/trabalhista/-geral/stf-define-sumula-de-repercussao-geral-sobre-responsabilidade-objetiva-em-acidentes-de-trabalho-em-atividades-de-risco/#:~:text=Assim%2C%20o%20Tribunal%2C%20em%20setembro,par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico%20do%20C%C3%B3digo%20Civil.>>. Acesso em: 02 de nov. de 2022.

“O que é acidente de trabalho”. **Tribunal Superior do Trabalho**. Disponível em: [O que é acidente de trabalho - Trabalho Seguro - TST](#). Acesso em: 08 de nov.2022.

## Mesorregião Leste Maranhense: presença dos zootopônimos na Microrregião de Codó.

Idelfonso de Sousa Jorge Júnior<sup>1</sup> - UEMA

Maria Célia Dias de Castro<sup>2</sup> - UEMA

**Resumo:** A toponímia é a ciência que está voltada para o estudo dos nomes próprios de lugares, os topônimos. Estes são utilizados pelo ser humano para situar-se espacialmente e guardam em sua substância aspectos linguísticos e culturais que motivaram a escolha de determinado nome para representar o acidente geográfico físico ou humano. Esta pesquisa fundamenta-se principalmente em Dick (1990a; 1990b); Biderman (1998) e Castro (2012; 2015; 2017) e tem-se a intenção de analisar a presença dos zootopônimos no léxico-toponímico dos municípios da Microrregião de Codó, a partir dos dados extraídos das cartas geográficas do IBGE (2010), escala 1: 100.000 e organizados em planilha Excel, conforme o proposto por Dick (1990a; 1990b), com adaptações feitas pela equipe do projeto de pesquisa Atlas Toponímico do Mato Grosso do Sul – ATEMS (2011). Os resultados evidenciaram a inter-relação ser humano, língua e meio ambiente na recorrência dos nomes, o que revela a riqueza da fauna maranhense. Além do mais, os resultados reforçam o caráter interdisciplinar da toponímia revelando forte presença indígena na constituição desses nomes, com maior ocorrência da língua de origem tupi.

**Palavras-chave:** Toponímia. Microrregião de Codó. Zootopônimos.

**Abstract:** Toponymy is the science that is focused on the study of the proper names of places, the toponyms. These are used by humans to spatially situate themselves and keep in their substance linguistic and cultural aspects that motivated the choice of a given name to represent the physical or human geographical accident. This research is mainly based on Dick (1990a; 1990b); Biderman (1998) and Castro (2012; 2015; 2017). It is intended to analyze the presence of zootoponyms in the lexicon-toponymic of the municipalities of the microregion of Codó, based on data taken from IBGE geographical charts (2010), scale 1: 100,000 and organized in excel spreadsheet as proposed by Dick (1990a; 1990b), with adaptations made by the research project team, coordinated by Aparecida Negri Isquierdo, Toponiic Atlas of Mato Grosso do Sul - ATEMS (2011). The results showed the interrelationship between human beings, language and environment in the recurrence of the names that reveal the richness of the Maranhão fauna. Moreover, the results reinforce the interdisciplinary character of toponymy, revealing a strong indigenous presence in the constitution of these names, with a higher occurrence of the language of Tupi origin.

**Keywords:** Toponymy. Codó Microregion. Zootoponyes.

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Respectivas Literaturas na Universidade Estadual do Maranhão – Campus Balsas. E-mail: idelfonsojorge18@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Letras e Linguística (UFG). Professora do Departamento de Letras da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA/CAMPUS de Balsas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – PPGLe – UEMASUL. Professora colaboradora PPGECMINTER/DINTER UNIJUÍ e UNIBALSAS. Coordenadora do projeto ATEMA, apoio FAPEMA. E-mail: celialeitecastro@hotmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte do projeto de iniciação científica PIBIC-FAPEMA intitulado *ATLAS TOPONÍMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ATEMA - MESORREGIÃO LESTE MARANHENSE: Microrregião de Codó*, vinculado ao projeto *Atlas Toponímico do Estado do Maranhão - ATEMA*, coordenado pela professora Maria Célia Dias de Castro, com o objetivo de analisar o inventário léxico-toponímico dos topônimos da Mesorregião Leste Maranhense, especificamente dos municípios que fazem parte da Microrregião de Codó. O projeto ATEMA busca realizar o levantamento de todos os topônimos do Estado do Maranhão, analisando as particularidades desses nomes, identificando e revelando características linguísticas, históricas e culturais do território maranhense.

Esta pesquisa se insere nos estudos onomásticos, ciência vinculada à linguística, que está voltada para os estudos dos nomes próprios e subdivide-se em vários ramos com destaque, neste trabalho, para a Toponímia - estudo dos nomes próprios de lugares (os topônimos). Nestes nomes, o denominador deixa registrada sua cosmovisão da realidade. Castro (2017, p. 114-115) afirma ser o objetivo da toponímia “discutir e explicar os processos de nomeação dos lugares, a motivação das escolhas, os aspectos de natureza cultural e linguística desses nomes”. Para o presente artigo foi selecionada uma categoria dos topônimos de natureza física presente no modelo taxionômico proposto por Dick (1990). Esta categoria refere-se aos zootopônimos, nomes de índole animal. Os dados foram retirados das cartas geográficas do IBGE (2010), escala 1: 100.000 e organizados em planilha Excel.

O objetivo deste trabalho é analisar a presença dos zootopônimos no léxico-toponímico dos municípios da Microrregião de Codó: Alto Alegre do Maranhão, Capinzal do Norte, Codó, Peritoró, Coroatá e Timbiras, buscando, nesses nomes de lugares motivados por nomes de animais, uma contribuição para os estudos linguístico-toponímicos maranhenses.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa é realizada com base em estudo quali-quantitativo e buscou-se primeiramente embasamento teórico principalmente em Dick (1990a; 1990b), para a compreensão dos conceitos-chave e do modelo taxionômico utilizado para a classificação dos topônimos. Em seguida, foi

realizada a busca dos mapas municipais estatísticos disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010), escala 1: 100.000, organizados em quadrantes de 1 a 4, dependendo da extensão territorial dos municípios, e disponíveis em formato pdf. Em seguida, realizou-se a listagem em documento word de todos os topônimos localizados nos seis mapas municipais que formam a Microrregião de Codó.

Na sequência, iniciou-se a confecção das fichas lexicográfico-toponímicas em planilhas do Excel, conforme o proposto por Dick (1990a; 1990b), com adaptações feitas pela equipe do projeto de pesquisa, coordenado por Aparecida Negri Isquierdo, Atlas Toponímico do Mato Grosso do Sul – ATEMS (2011). A ficha lexicográfico-toponímica contém os seguintes dados: Mesorregião e Geocódigo, Microrregião e Geocódigo, localização/município (localização do elemento geográfico) e Geocódigo, topônimo (nome do lugar) e variante do topônimo se houver, elemento geográfico: elemento genérico do sintagma toponímico: lagoa, morro, riacho, ribeirão, rio, serra, entre outros (acidentes físicos); chácara, fazenda, sítio (acidentes humanos); tipo (humano ou físico, dependendo do elemento genérico), área, língua de origem, etimologia (registro do étimo que deu origem ao item lexical elevado à categoria de topônimo); descrição etimológica (descrição da etimologia com base no étimo); taxonomias; estrutura morfológica (estrutura do elemento específico/topônimo: simples, composta, simples híbrida, composta híbrida); informações enciclopédicas (dados complementares sobre o topônimo); fonte (dados do mapa-fonte do topônimo); pesquisador (nome do responsável pela coleta e registro dos dados); revisor (nome do responsável pela revisão final da ficha), data de coleta (mês/ano da coleta). Para confecção das fichas lexicográfico-toponímica e descrição etimológica dos topônimos, foram utilizados como base os dicionários onomástico-etimológicos. Como última etapa, calculou-se as porcentagens para confecção dos mapas utilizando o programa CorelDRAW.

### 3. TOPONÍMIA, SER HUMANO E NOMEAÇÃO

Conforme Dick (1990b), a toponímia surgiu como disciplina na França, por volta de 1878, quando Auguste Longnon introduziu seus estudos de forma regular na École Pratique des Hautes-Études e no Colégio de França. Devido à morte desse autor, seus alunos organizaram e publicaram uma obra póstuma denominada *Les noms de lieu de la France*, obra clássica e fundamental para a compreensão dos nomes de lugares. Em 1922, Aubert Dauzat retoma os estudos toponímicos na mesma École Pratique e publicou *Chronique de Toponymie*, um levantamento de todos os trabalhos europeus já publicados, que incluíam os nomes antigos de lugares. No ano seguinte, o mesmo autor organizou o I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, com a participação de vinte e um países. Os congressos foram muito importantes para os avanços dos estudos onomásticos,

contribuindo para que ganhassem novos horizontes e fundamentação teórica para a Toponímia. “Enfim, coube aos franceses Longnon e Dauzat o mérito de despertar o interesse pelas pesquisas toponímicas no âmbito dos estudos linguísticos” (SILVA; ISQUERDO, 2020, p. 172). Inicialmente, houve no Brasil um interesse maior, o estudo das línguas indígenas, e tem como obras clássicas importantes: *Toponímia brasileira* (1961), de Levy Cardoso, *O tupi na geografia nacional* (1901), de Theodoro Sampaio e *Contribuição do bororo à toponímia brasileira* (1965), de Carlos Drummond, segundo Dick (1990b). Além desses, Maria Vicentina de Paulo Amaral Dick foi responsável por dar novos impulsos para a Toponímia no Brasil com sua tese de doutorado intitulada *A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxonômicos*. Como ciência, a Toponímia transcende os fatores linguísticos e, conforme Dick (1990a, p. 35-36), “Antes de tudo, a toponímia é um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”.

Dessa forma, a prática de identificação dos lugares acompanha o ser humano desde a formação dos primeiros agrupamentos como uma forma de dominar, expressar suas intenções e interagir socialmente (SOUSA; MARTINS, 2017). Ao atribuir nome a determinado acidente, seja humano ou físico, o ser humano deixa refletir, no léxico toponímico de sua comunidade, informações importantes do grupo e região de que participa. Assim, os topônimos registram acontecimentos históricos, sociais e linguísticos de um povo, funcionando como repositórios. Castro (2016, p. 20) afirma que “pela linguagem o homem se situa no mundo físico, social e mental”. Conforme os seus utentes interagem e demonstram interesse pelos elementos do meio de que participa, estes começam a fazer parte da língua do denominador. Sapir (1969, p. 43), que compreende o ambiente como algo que engloba tanto os fatores físicos quanto os sociais, afirma: “a rigor, é claro, porém, que o ambiente físico só se reflete na língua na medida em que atuaram sobre ele as forças sociais”. Por sua vez, Biderman caracteriza a atividade de nomear da seguinte maneira:

A atividade de nomear, isto é, a utilização de palavras para designar os referentes extralinguísticos, é específica da espécie humana. A nomeação resulta do processo de categorização. Entende-se por categorização a classificação de objetos feita por um sujeito humano, resultando numa única resposta a uma determinada categoria de estímulos do meio ambiente. A categorização supõe também a capacidade de discriminação de traços distintivos entre os referentes percebidos ou apreendidos pelo aparato sensitivo e cognitivo do indivíduo (BIDERMAN, 1998, p. 88).

Desse modo, “As palavras não só nomeiam, mas também traduzem e registram o conhecimento de mundo dos indivíduos de uma dada comunidade, uma vez que, ao nomear os seres e os objetos, o homem também realiza uma classificação deles” (FREITAS, 2018, p. 27).

Assim sendo, conforme o denominador vai desbravando o território e conhecendo seus elementos, os nomes, ao receberem função identificadora, estabelecem uma relação direta com o referente e passam a incorporar características do espaço e, nesse sentido, “São vários os motivos que podem acionar o ato de nomear, são eles: fatores biológicos, sociológicos, psíquicos, sobrenaturais e o próprio autorracionalismo humano (DICK, 1990a, p. 47). No que se refere ao signo toponímico, este é sempre apresentado de função motivadora, sendo uma de suas principais características, que o marca duplamente: primeiro, pela intencionalidade do denominador e, segundo, pelo próprio conteúdo semântico dos topônimos. O que era arbitrário passa a ser essencialmente motivado (DICK, 1990a).

O topônimo, em sua estrutura, divide-se em elemento genérico e específico. Estes, respectivamente, referem-se aos acidentes de natureza física e/ou antropocultural e o topônimo propriamente dito. No estudo toponímico, os elementos específicos, em seus aspectos linguísticos, constituem-se morfologicamente em simples, compostos ou híbridos, considerando-se que

Assim, segundo a sua formação o topônimo ou elemento específico simples é aquele que se faz definir por um só formante (seja substantivo ou adjetivo, de preferência) podendo, contudo, se apresentar também acompanhado de sufixações (diminutivas, aumentativas ou de outras procedências linguísticas [...]) Topônimo composto ou elemento específico composto é aquele que se apresenta com mais de um elemento formador, de origens diversas entre si, do ponto de vista do conteúdo, gerando, por isso, às vezes, formações inusitadas que, talvez, apenas a história local poderá elucidar, convenientemente [...]) Topônimo híbrido ou elemento específico híbrido, como o entendemos, é aquele designativo que recebe em sua configuração elementos linguísticos de diferentes procedências ; a formação que se generalizou no país é a portuguesa + indígena ou indígena + portuguesa [...](DICK, 1990b, p. 13-14, grifos do autor).

Atualmente, no Brasil, as classificações toponímicas utilizadas para justificar as causas da denominação foram propostas por Dick (1990). Ao total, são 27 taxionomias classificatórias: 11 de natureza física, que classifica elementos da paisagem ou do ambiente, como morro, rio, lago, serra, montanha, riacho, córrego etc.; e 16 de natureza antropocultural, cuja classificação considera fatores sociais, religiosos, históricos e culturais: vila, povoado, rodovia, ponte e outros. Este trabalho tem enfoque principal na categoria de natureza física denominada zootopônimos: “topônimos de

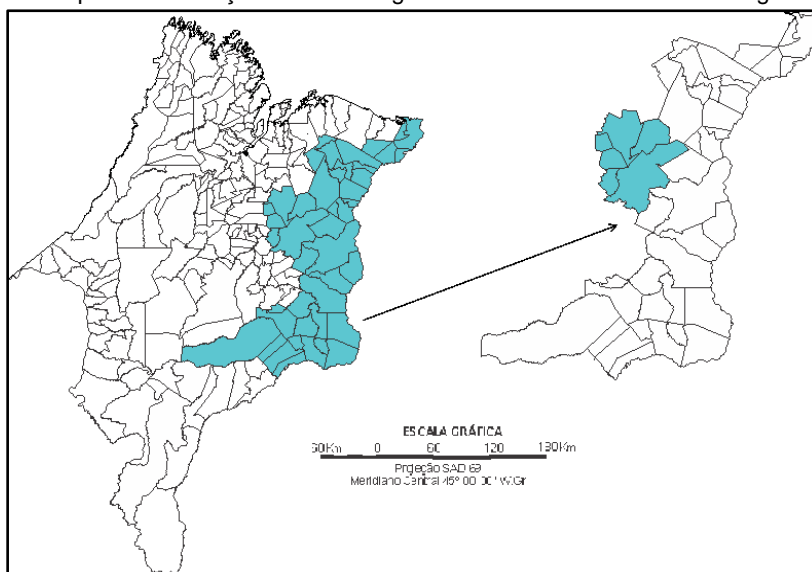
índole animal, representados por indivíduos domésticos: boi; e não domésticos: onça; e da mesma espécie em grupos: boiada. Ex.: Lagoa da Onça (RJ)” (DICK, 1990b, p. 32).

### 3.1 Microrregião de Codó

Situada na bacia do Rio Itapecuru, a Microrregião de Codó é destaque nas lavouras de arroz e cana-de-açúcar e na criação do gado bovino graças à implementação de projetos agroindustriais e agropastoris. Em relação ao extrativismo vegetal, ganha destaque com a coleta do babaçu, seguida da extração de madeira e lenha. Dentre seus municípios, o que se destaca como o segundo maior núcleo urbano do vale do Itapecuru é Codó devido à forte atividade comercial e por ser o ponto de ligação primário entre o vale Itapecuru e Mearim, com setor industrial fortalecido principalmente com fabricação de cimento. Através de rodovias e da ferrovia São Luís-Teresina, a microrregião mantém contato com a capital do Maranhão segundo a *Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas* (1992).

Veja-se na Figura 1 um mapa da Mesorregião Leste Maranhense, com destaque da Microrregião de Codó. Esta microrregião é constituída por seis municípios: Codó, Coroatá, Timbiras, Peritoró, Capinzal do Norte e Alto Alegre do Maranhão.

**Figura 1** - Mapa de localização da Mesorregião Leste Maranhense e Microrregião de Codó



Fonte: Banco de dados do ATEMA

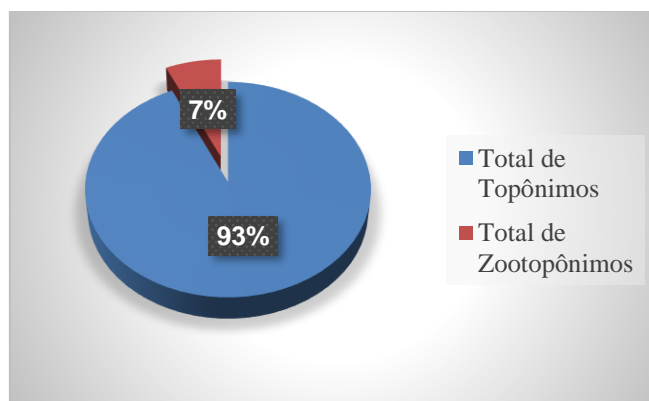
## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os zootopônimos são uma categoria que tem como motivação os animais, sejam selvagens ou domésticos. Dessa forma, buscamos analisar a presença dessa categoria na



Microrregião de Codó. O levantamento toponímico nos mapas municipais do IBGE (2010) de toda a extensão territorial da microrregião informa-nos um total de 1.850 topônimos e, dentre os dados catalogados, constatou-se a ocorrência de 136 zootopônimos, como se verifica no gráfico a seguir.

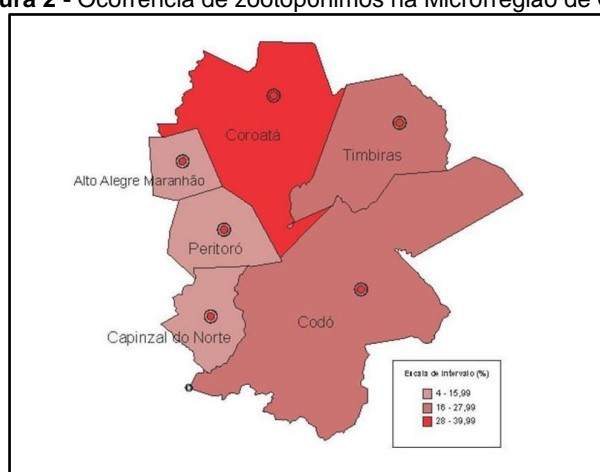
**Gráfico 1:** Total de topônimos x total de zootopônimos



**Fonte:** Elaboração dos Autores

É importante destacar que, em relação às taxionomias de natureza física, os zootopônimos constituem a segunda categoria mais produtiva na Microrregião de Codó, ficando depois apenas dos fitotopônimos (topônimos de índole vegetal). As ocorrências revelam a grande presença de animais selvagens e domésticos de várias espécies como fonte de referência para nomear os lugares, pela importância que esses animais representam para o denominador. O mapa (Figura 2) demonstra as ocorrências de zootopônimos por município.

**Figura 2 -** Ocorrência de zootopônimos na Microrregião de Codó

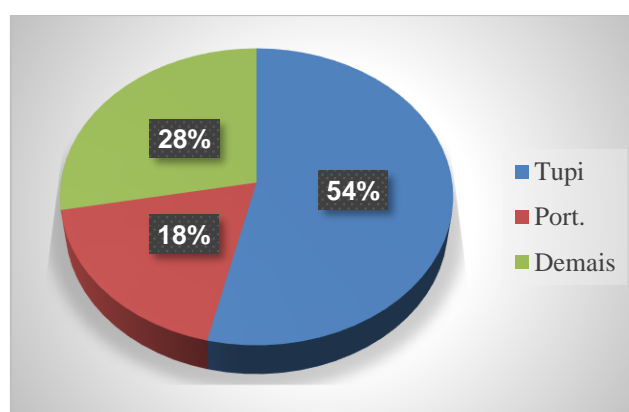


**Fonte:** Banco de dados do ATEMA

Os zootopônimos, na Microrregião de Codó, em relação aos dados gerais, correspondem a 7,35% (136 nomes) dos designativos. Em relação aos municípios, Coroatá apresentou maior produtividade da categoria em sua região, sendo 39,57% (55 nomes) dos topônimos; Timbiras e

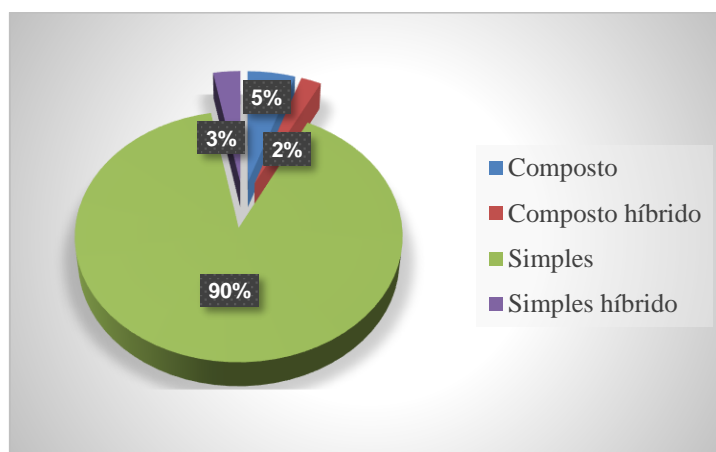
Codó apresentaram ocorrências medianas em relação à categoria dos zootopônimos, respectivamente, 25,18% (35 nomes) e 22,79% (31 nomes) dos topônimos. Ao referenciar essas localidades, na inter-relação ser humano, ambiente e língua, o denominador incorpora aos topônimos elementos da fauna conforme vão atribuindo importância a sua vida, eterniza-os, através do léxico, nos nomes de lugares. Conforme pontua Melo (2013, p. 11-12) “o homem se apodera de referentes de seu habitat, especialmente da fauna e flora, ao estabelecer o ato de nomeação de espaços geográficos. É através do processo de interação proporcionado pela linguagem que ele exterioriza sua relação com o meio”. Esse dado é ressaltado quando analisamos a língua de origem desses topônimos, conforme o gráfico a seguir.

**Gráfico 2-** língua de origem dos zootopônimos



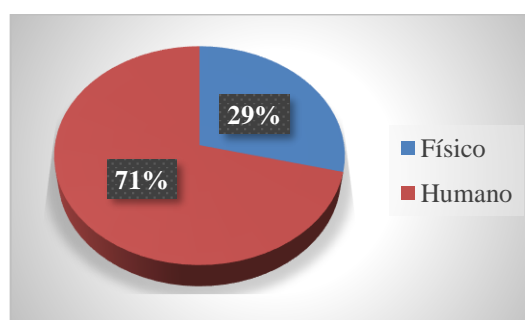
**Fonte:** Elaboração dos Autores

A língua é um importante fator de comunicação entre as pessoas de uma comunidade e, para Castro (2016, p. 9), é “um sistema de signos utilizado principalmente na interação entre sujeitos falantes”. Em relação à língua de origem desses topônimos, o tupi apresentou maior produtividade (54%), seguido da língua de origem português (18%). Esses dados revelam uma grande herança indígena no léxico zootoponímico da Microrregião de Codó, bem como o caráter interdisciplinar dos topônimos por serem verdadeiros repositórios de aspectos culturais e linguísticos. No território brasileiro, os indígenas ocupavam de norte a sul a região litorânea, deixando, para a toponímia brasileira, importantes contribuições de sua cultura material, espiritual e, principalmente, sua relação com o habitat (DICK, 1990a). A grande ocorrência de topônimos de origem indígena, especificamente do tronco linguístico tupi, justifica-se, conforme Freitas (2017, p. 248), devido ao “fato de o indígena ser o primeiro conhecedor da fauna brasileira, cabendo-lhe apresentá-la ao colonizador”. A herança linguística de outras línguas, como a africana, foram percebidas de forma discreta entre as ocorrências. O Gráfico 3 refere-se à distribuição dos zootopônimos quanto à estrutura morfológica.

**Gráfico 3 - Estrutura Morfológica dos zootopônimos**

Fonte: Elaboração dos Autores

No que se refere às estruturas morfológicas desses nomes, as estruturas simples (90%) e compostas (5%) apresentaram maior predominância. Como mencionado no tópico anterior, a estrutura simples apresenta apenas um elemento específico: *Povoado Jacu*, *Localidade Curimatá*, *Localidade Surubim*; e a estrutura composta apresenta mais de um elemento específico: *Povoado Vaca Preta*, *Localidade Vaca Velha*, *Localidade Cavalo Assado*. Entre os topônimos com essa estrutura, observou-se uma tendência de estarem sempre acompanhados de um termo qualificador, como nos exemplos supracitados. Além destes, as formas híbridas - topônimos formados por palavras de diferentes procedências linguísticas - apresentaram menor ocorrência, apenas 6 dos 136 topônimos. Por exemplo: *Localidade Tatu Cavou* (Tatu, tupi + Cavou, latim) *Localidade Sabiazal* (Sabiá, tupi + sufixo al, português). A seguir, é apresentada a distribuição dos zootopônimos quanto ao tipo (físico ou humano).

**Gráfico 4 - Zootopônimos quanto ao tipo**

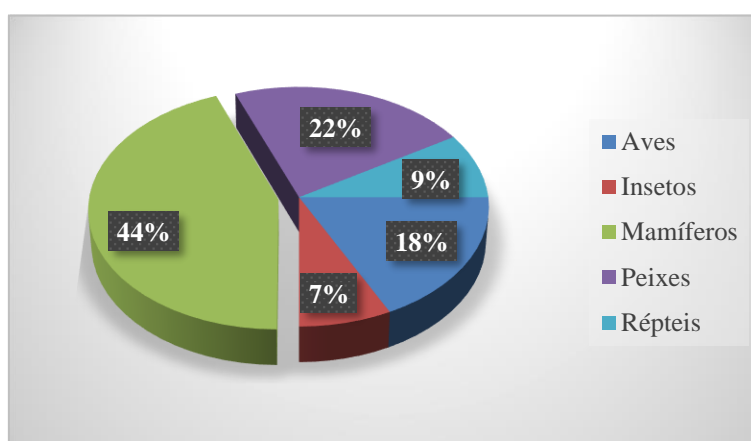
Fonte: Elaboração dos Autores

Os topônimos possuem um referente real que nos estudo toponímicos denominamos de termo/elemento genérico, os quais podem ser físicos (igarapés, lagos, morros etc.) ou humanos (fazendas, localidades, povoados etc.). A partir do Gráfico 4, observou-se que os acidentes

humanos se destacam em relação aos acidentes de natureza física e evidenciam uma forte interação denominador e meio na ocupação dessas regiões, utilizando como referência para nomear os acidentes humanos os nomes de animais, principalmente não domésticos, a exemplo de *Povoado Preá*, *Povoado Porcos*, *Povoado Raposa*, *Localidade Mutum*, *Localidade Peixe*. Castro (2015, p. 48), ao descrever esse processo de interação do indivíduo com o meio, através da linguagem, afirma: “O homem interage com o meio ambiente pela necessidade de situar-se, ação que prevê uma tríade relacional do sujeito denominador ou designador com o nome para acionar o mundo extralinguístico, como exemplo, o lugar denominado ou designado”.

O Gráfico 5 evidencia a divisão em classe dos zootopônimos em: aves, insetos, mamíferos, peixes e répteis.

**Gráfico 5 - Zootopônimos segundo a classe**



**Fonte:** Elaboração dos Autores.

Observou-se que os animais da classe dos mamíferos sobressaíram-se em relação aos demais, representando 40% das ocorrências; seguidos da classe de peixes, representando 22% das ocorrências; e aves, 18% das ocorrências. Insetos e répteis não foram tão influentes na microrregião, apresentando as menores incidências.

Castro (2012) destaca que esses povos indígenas apresentaram a maior contribuição com designativos que acionam nomes de animais e destacou que esses elementos “compõem o repertório que faz parte da rede experiencial de vida que dá substância e estrutura ao pensamento desses povos” (CASTRO, 2012, p. 113). Em relação aos zootopônimos de origem indígena, a classe dos peixes sobressaiu-se com 32% (24 nomes) das ocorrências: *Localidade Piranha*; seguida dos mamíferos com 29,33% (22 nomes) das ocorrências: *Igarapé Pacas*; e aves com 21,33% (16 nomes) das ocorrências: *Fazenda Juçanã*. Entre as ocorrências, constatou-se que os animais não domésticos que compõem a fauna da região influenciaram mais fortemente o denominador no

batismo desses lugares, apresentando 116 referências. A seguir, são apresentados exemplos de zootopônimos presentes nos municípios que fazem parte da Microrregião de Codó.

- **Alto Alegre do Maranhão:** *Localidade Capivara (AH)<sup>1</sup>, Povoado Jacu (AH), Povoado Aninga (AH), Localidade Jacaré (AH), Localidade Jandiá (AH), Localidade Nambu (AH).*
- **Capinzal do Norte:** *Localidade Guariba (AH), Povoado Inhuma (AH).*
- **Codó:** *Localidade Puraqué (AH), Localidade Peixe (AH), Localidade Munduri (AH), Localidade Sabiá (AH), Lagoa do Boi (AF)<sup>2</sup>, Povoado Patos (AH), Rio Pirapemas (AF), Povoado Macacos (AH), Poço do Boi (AF), Localidade Jacu (AH), Riacho Curimatá (AF), Riacho dos Porcos (AF).*
- **Coroatá:** *Localidade Maracajá (AH), Igarapé Pacas (AF), Localidade Piranha (AH), Localidade Surubim (AH), Rio Pirapemas (AF), Localidade Vaca Velha (AH), Localidade Gambá (AH), Fazenda Marruás (AH), Localidade Borboleta (AH), Centro dos Piaus (AH), Olho-d'água dos Bois (AF), Localidade Lontra (AH).*
- **Peritoró:** *Localidade Mucura (AH), Localidade Piraninha (AH), Igarapé da Aninga (AF), Igarapé da Onça (AF), Igarapé do Tatu (AF), Localidade Cangambá (AH), Fazenda Potó (AH)*
- **Timbiras:** *Povoado Vaca Preta (AH), Localidade Curimatá (AH), Localidade Zurubu (AH), Localidade Jacaré (AH), Localidade Sororoca (AH), Localidade Jabuti (AH), Riacho Trapéia (AF), Localidade Sucuruju (AH), Localidade Jitinga (AH), Localidade Macaquinho (AH), Localidade Corujas (AH).*

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os zootopônimos, mesmo não sendo a categoria mais recorrente, apresentaram presença significativa na toponímia da Microrregião de Codó (7,35%), principalmente com designativos indígenas – devido a uma íntima relação que estabelecida com a natureza pelos denominadores, desde os primórdios, como algo que transcende a necessidade de sobrevivência e torna-se espiritual - sendo 54% pertencentes à língua de origem Tupi, principalmente entre a classe dos mamíferos e peixes, e 25% do português. Dentre os municípios que compõem essa microrregião, Coroatá apresentou a maior ocorrência de nomes de índole animal. Em relação aos referentes reais dos nomes em estudo, referenciaram principalmente os acidentes humanos como

---

<sup>1</sup> Acidente Humano

<sup>2</sup> Acidente Físico

fazendas e localidades. Os dados revelam a forte tendência dos seres humanos em nomearem conforme conhecem e necessitam desses elementos, principalmente referentes à fauna. Pôde-se constatar, nestes municípios, a forte interação do ser humano com o meio ambiente, transformando-o e organizando-o para a formação de seus grupos e refletindo na língua fatores internos e externos, vinculando-se à história de formação desses espaços.

## REFERÊNCIAS

BIDERMAN, M. T. C: **Dimensões da palavra**. Filologia e Linguística Portuguesa, nº 2. P. 81- 119, 1998.

CASTRO, M. C. D. **A Microtoponímia da região de Balsas (Maranhão): um estudo ecolinguístico preliminar**. Revista de Linguística e teoria Literária, Anápolis, GO, vol. 7, n. 1, p. 47-60, jan./jun. 2015. Disponível em: <  
<https://www.praxia.ueg.br/index.php/vialitterae/article/view/4449/2993>> Acesso em: 15 fev. 2022.

CASTRO, M. C. D. **Atlas Toponímico do Estado do Maranhão: uma proposta de análise da Macrotoponímia**. Caderno Seminal Digital, ano 23, nº 28, v. 1 (JUL-DEZ/2017) – e-ISSN 1806-9142. Disponível em: <  
<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/cadernoseminal/article/view/28381>> Acesso em: 15 fev. 2022.

CASTRO, Maria Célia Dias de. **Maranhão: sua toponímia, sua história**. 474 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO, 2012.

CASTRO, M. D. C. **TOPONIMIA MARANHENSE: Referência e protocidade**. In: CASTRO, Maria Célia Dias de; SANTOS, Gisélia Brito; CARVALHO, Ana Cristina Teixeira de Brito (orgs). Estudos Linguísticos-Literários: Reflexões Teóricas e Práticas. São Luís: Editora Uema, 2016).

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2ed. – São Paulo, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

FREITAS, Cassiane Josefina de. **A zootoponímia em Minas Gerais**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais - Minas Gerais, 2018.

FREITAS, C. J. de. A toponímia no estado de Minas Gerais: estudo dos zootopônimos. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 240–251, 2017. DOI: 10.21165/el.v46i1.1691. Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/estudos-linguisticos/article/view/1691>. Acesso em: 14 nov. 2022.

MELO, Pedro Antônio Gomes de. A relação entre léxico e ambiente: um estudo dos zootopônimos e fitotopônimos de origem indígena designativos dos municípios alagoanos. **Revista Ambientale**, UNEAL, v. 1, ed. 4, 2013. ISSN 1984-9915. Disponível em: [periodicosuneal.emnuvens.com.br/ambientale/article/view/32/31](http://periodicosuneal.emnuvens.com.br/ambientale/article/view/32/31). Acesso em: 15 fev. 2022.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente (1969). *Linguística como ciência. Ensaio*. Livraria Acadêmica, 1969[1911], p. 43-62.

SILVA, C. A. N.; ISQUERDO, A. N. **Toponímia e línguas indígenas: um estudo de caso com base na toponímia sul-mato-grossense**. Revista Moara, n. 55. Jan-jul 2020, ISSN: 0104-0944.

SOUSA, A. M.; MARTINS, R. M. **A motivação Toponímica na Escolha dos Nomes Geográficos de Origem Indígena da Zona Rural da Regional do Baixo Acre**. Revista Tropos, ISSN: 2358-212X, volume 6, número 3, edição de dezembro de 2017.

## ANEXOS

### ANEXO A – LISTA DE FIGURAS

#### LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - - Mapa de localização da Mesorregião Leste Maranhense e Microrregião de Codó	
Figura 2 - Ocorrência de Zootopônimos na Microrregião de Codó	8

### ANEXO B – LISTA DE GRÁFICOS

#### LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: total de topônimos x total de zootopônimos	8
Gráfico 2- língua de origem dos zootopônimos	9
Gráfico 3 - Estrutura Morfológica dos Zootopônimos	10
Gráfico 4 - zootopônimos quanto ao tipo	11
Gráfico 5 - Zootopônimos segundo a classe	12



## ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE UM SOFTWARE PARA GESTÃO DE PARTICIPANTES DO ENCONTRO ANUAL DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA – ENAPIC

Laura Oliveira Carvalho<sup>1</sup> - UNIBALSAS  
Bruno Robson Pereira De Assis<sup>1</sup> - UNIBALSAS  
Marcos David Souza Ramos<sup>2</sup> - UNIBALSAS

**Resumo:** É indiscutível que a área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas é responsável por proporcionar soluções informatizadas a diversos problemas dentro das organizações. Desta maneira, o curso de Sistemas de Informação da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS visa formar profissionais que possam atuar como analista de softwares capazes de analisar problemas reais e desenvolver soluções adequadas para resolvê-los, certamente, uma ótima maneira de se conseguir isso é por meio da junção de teoria e prática aplicados em casos reais, como é o caso deste projeto de iniciação científica. Portanto, este trabalho tem como objetivo geral realizar o levantamento de requisitos e o desenvolvimento de um software para gestão de participantes do Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica - ENAPIC proporcionado pela UNIBALSAS. Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se os pressupostos da pesquisa qualitativa, com objetivos exploratórios e explicativos, procedimentos bibliográficos. Como instrumentos para geração de dados, utilizou-se entrevistas semiestruturadas com integrantes do Comitê de Organização do ENAPIC conforme os pressupostos da Engenharia de Softwares no que diz respeito às técnicas de entrevistas com clientes, além disso, criou-se um documento de requisitos para o sistema proposto. Conclui-se que, a participação em projetos de desenvolvimento de software desta natureza que faz a junção de teoria e prática contribui significativamente para o currículo dos acadêmicos envolvidos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento de Software. Análise de Requisitos. ENAPIC

**Abstract:** It is indisputable that an area of Systems Analysis and Development is responsible for providing computerized solutions to various problems within organizations. In this way, the Information Systems course at Faculdade de Balsas - UNIBALSAS aims to train professionals who can act as software professionals capable of solving real problems and developing solutions to solve, certainly, a way to obtain solutions to solve the case of initiative real, and practical the project case is as it is real Therefore, this work has the general objective to carry out the requirements survey and the development of a software for the management of participants of the Annual Meeting of Research and Scientific Initiation - ENAPIC provided by UNIBALSAS. As for the methodological procedures, simplified the research objectives, with exploratory and explanatory procedures, bibliographic procedures. As instruments for data generation, semi-structured interviews were used with members of the ENAPIC Organization according to the Software Engineering Committee with regard to interview techniques with customers, in addition, a requirements document was created for the proposed system . Participation in a software development project of this nature that develops theory and practice contributes significantly to the development of project projects.

**Keywords:** Software Development. Requirements Analysis. ENAPIC

### 1. INTRODUÇÃO

Antes de tudo, é indiscutível que a área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas é responsável por proporcionar soluções informatizadas a diversos problemas dentro das organizações. Devido sua relevância, a demanda por profissionais proficientes nessa área vem crescendo nos últimos anos. Desta maneira, um dos objetivos do curso de Sistemas de Informação da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS é formar profissionais que possam atuar como analista de softwares capazes de analisar problemas reais e desenvolver soluções adequadas para resolvê-los, certamente, uma ótima maneira de se conseguir isso é por meio da junção de teoria e prática aplicados em casos reais, como é o caso deste projeto de iniciação científica.

A UNIBALSAS promove o Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica - ENAPIC que é um evento no qual o pesquisador(a), pode submeter e apresentar trabalhos científicos, mostrando o resultado das pesquisas desenvolvidas. Além disso, são oferecidas diversas palestras que aumentam ainda mais o conhecimento dos participantes. No entanto, para promover eventos de iniciação científica, como o ENAPIC, de forma eficiente é necessário gerenciar uma variedade de dados e processá-los rapidamente, tais como: inscrições de participantes, status de pagamentos, submissões de trabalhos, notas da equipe de avaliação, relatórios e muito outros dados. Assim, devido à complexidade da organização de eventos dessa natureza, que possuem prazos pré-determinados, a agilidade na execução das tarefas é extremamente importante para o sucesso do evento.

Dessa forma, por mais gratificante que seja a gestão de um evento acadêmico, também pode ser exaustivo. Pois, os organizadores ficam responsáveis por certificar que tudo está no seu devido lugar, como: se os participantes estão devidamente registrados; se os documentos projetos foram submetidos com sucesso; se faltou alguém submeter o projeto até a data limite; etc.

Na construção desse projeto foi possível notar que, utilizando os conhecimentos do curso de Sistemas de Informação, a Engenharia de Software neste projeto foi desenvolvida, com a finalidade de desenvolver um sistema para a gestão de participantes do ENAPIC, personalizado para a Unibalsas. Assim, esse sistema deve automatizar parte das tarefas da equipe do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE, buscando otimizar processos que são feitos em sistemas web desatualizado, pouco intuitivo e lento, e agora trouxemos uma solução intuitiva, atualizada e rápida.

Portanto, este trabalho tem como objetivo geral realizar o levantamento de requisitos

e o desenvolvimento de um software para gestão de participantes do Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica - ENAPIC proporcionado pela UNIBALSAS. Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se os pressupostos da pesquisa qualitativa, com objetivos exploratórios e explicativos, procedimentos bibliográficos. Como instrumentos para geração de dados, utilizou-se entrevistas semiestruturadas com integrantes do Comitê de Organização do ENAPIC conforme os pressupostos da Engenharia de Softwares no que diz respeito às técnicas de entrevistas com clientes. Além disso, criou-se um documento de requisitos do sistema proposto que está disponível no **Apêndice A** deste trabalho.

## 2. EMBASAMENTO TEÓRICO

### 2.1 Análise de requisitos

Segundo Sommerville (2011, p.93), "os requisitos para um sistema de software estabelecem o que o sistema deve fazer e define as restrições sobre seu funcionamento e implementação.". Deste modo, a análise de requisitos é uma etapa do desenvolvimento de um software, na qual a equipe responsável faz observações sobre o perfil do usuário e suas requisições, o contexto em que o software estará inserido, além das funcionalidades que serão automatizadas, gerando como produto final a modelagem do software.

Compreender os requisitos do usuário é parte essencial da informação do projeto de sistemas, e é fundamental para o sucesso de sistemas interativos. É importante entender que sistemas de software e produtos de sucesso começam com a compreensão das necessidades e exigências dos usuários. Conforme especificado no padrão ISO 13407 (ISO, 1999), o design centrado no usuário começa com um domínio das necessidades e exigências dos usuários. Os benefícios podem incluir aumento de produtividade, melhor qualidade de trabalho, redução decustos de suporte e treinamento e maior satisfação do usuário. Análise de requisitos não é um processo simples. Os problemas particulares enfrentados pelo analista são: abordar situações organizacionais complexas com muitas partes interessadas; usuários e designers pensando em linhas tradicionais, refletindo o atual sistema e processos, ao invés de ser inovador; osusuários não sabem de antemão o que querem do futuro sistema; ciclos de desenvolvimento rápidos, reduzindo o tempo disponível para as necessidades do usuário; representar os requisitos do usuário de forma apropriada. (MONITORA, 2021).

O primeiro passo na análise de requisitos é reunir informações sobre os usuários, das partes interessadas e os processos que atualmente tomam lugar. Os seguintes métodos podem ser adotados: A análise das partes interessadas identifica todos os usuários e interessados que podem influenciar ou ser impactado pelo sistema. Isso ajuda a garantir que as necessidades de todos os envolvidos sejam levadas em consideração. Se necessário, o sistema é testado por eles (usuários/interessados).

## 2.2 Requisitos funcionais e não funcionais

Os Requisitos Funcionais (RFs) definem o que se espera que um software faça. Requisitos não funcionais (RNFs) definem como o software opera ou como a funcionalidade é exibida (Lawrence Chung, p. 30). Os RFs normalmente têm efeitos localizados, ou seja, eles afetam apenas a parte do software que aborda a funcionalidade definida pelo requisito. Por outro lado, os RNFs normalmente especificam restrições globais que devem ser satisfeitas pelo software, por exemplo, desempenho, tolerância a falhas, disponibilidade, segurança e assim por diante. Durante o processo de desenvolvimento de software, os requisitos funcionais geralmente são incorporados aos artefatos de software passo a passo. Ao final do processo, todos os requisitos funcionais devem ter sido implementados de forma que o software satisfaça completamente os requisitos definidos nos estágios iniciais.

Os RNFs, entretanto, não são implementados da mesma forma que os funcionais. Segundo Lawrence Chung, geralmente são satisfeitos em certo grau, ou satisfeitos (Requisitos não funcionais em Engenharia de Software, p. 483), como consequência das decisões de projeto tomadas para implementar a funcionalidade do software. Os requisitos não funcionais (RNFs) raramente são levados em consideração na maioria dos processos de desenvolvimento de software. Existem algumas razões que podem ajudar a entender por que esses requisitos não são tratados explicitamente: sua complexidade, as RNFs geralmente são declaradas apenas informalmente, seu alto nível de abstração e o raro suporte de linguagens, metodologias e ferramentas.

## 2.3. Diagramas de classe

Gilleanes T. A. Guedes (2009, p. 31), observou e reforçou que definir o diagrama de classes é importante na hora de fazer um software, definindo a o diagrama, serve de apoiopara as demais classes utilizadas durante o desenvolvimento do sistema.

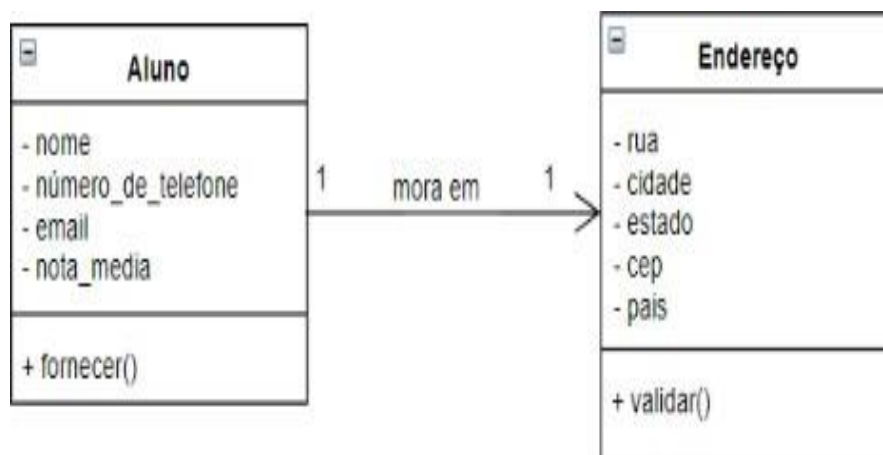
Os diagramas de classes estão entre as peças centrais da UML (Unified Modeling Language), que é uma linguagem de modelagem visual padrão da indústria, e significativamente usada para o sistema de software moderno. Ele oculta a complexidade do sistema e fornece um nívelapropriado de abstração. É usado na indústria de software para especificação, análise, projetoe documentação. Hoje em dia, também é usado para geração de código.

Os diagramas de classe são o pilar da análise e design orientados a objetos. Os diagramas de classe mostram as classes do sistema, suas inter-relações (incluindo herança, agregação e associação), e as operações e atributos das classes.

Os diagramas de classe são usados para uma grande variedade de propósitos, incluindo modelagem conceitual/domínio e modelagem detalhada do design.

As classes são tipicamente modeladas como retângulos com três seções: a seção superior para o nome da classe, a seção média para os atributos da classe e a seção inferior para os métodos da classe. As classes iniciais do seu modelo podem ser identificadas da mesma forma que são quando é modelo de CRC (Cartão de Responsabilidade de Classe), assim como as responsabilidades iniciais (seus atributos e métodos). Atributos são as informações armazenadas sobre um objeto (ou pelo menos informações temporariamente mantidas sobre um objeto), enquanto métodos são as coisas que um objeto ou classe faz. Por exemplo, o atributo “aluno” tem números de alunos, nomes, endereços e números de telefone. Esses são todos exemplos dos atributos de um aluno. Os alunos também se matriculam em cursos, trancam cursos e solicitam transferências. Esses são todos exemplos do que um aluno faz, que são implementados (codificados) como métodos. Deve-se pensar nos métodos comoo equivalente orientado a objetos de funções e procedimentos.

Figura 1 - Exemplo de Diagrama de Classe



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

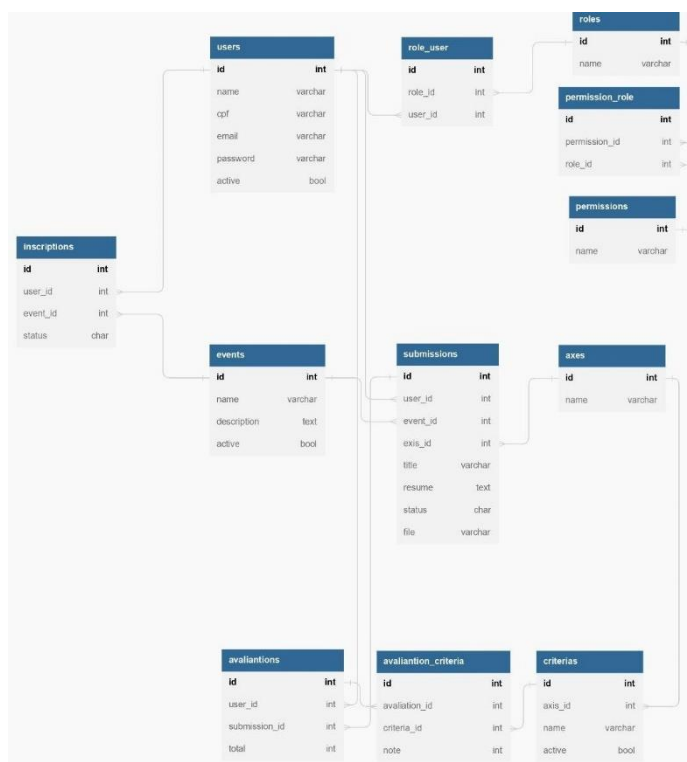
#### 2.4 Diagrama de Entidade e Relacionamento (DER)

Segundo Peter Chen, “O Diagrama de Entidade Relacionamento (DER): é uma visão unificada de dados”, ou seja, é uma representação gráfica de dados que mostra os relacionamentos entre entidades em um banco de dados. Os DERs podem ser usados para modelar bancos de dados de qualquer tamanho, de pequeno a grande.

Os diagramas de relacionamento de entidade mostram os relacionamentos entre entidades em um banco de dados. Essas relações podem ser de um para um, de um para muitos ou de muitos para muitos. Relacionamentos um-para-um são quando uma entidade está relacionada a outra entidade, e apenas uma de cada entidade pode estar relacionada à outra. Por exemplo, uma pessoa pode ter apenas um número de identidade.

Relacionamentos um-para-muitos são quando uma entidade está relacionada a várias entidades. Por exemplo, uma pessoa pode ter vários endereços. Os relacionamentos muitos-para-muitos ocorrem quando várias entidades estão relacionadas a várias entidades. Por exemplo, uma pessoa pode ter vários amigos.

**Figura 2 - Diagrama de Entidade e Relacionamento**



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2022).

## 2.5 Levantamento de requisitos através de entrevista

De acordo com Adriane Rizzoni & Thelma Santos (2001), entrevistas individuais são a técnica mais comum para coletar requisitos, bem como uma das principais fontes de requisitos. Para ajudar a tirar o máximo proveito de uma entrevista, as perguntas devem ser bem pensadas e preparadas antes de se sentar com o entrevistado. O analista deve identificar as partes interessadas a serem entrevistadas. Estes podem ser usuários que interagem com o sistema atual ou novo, gerenciamento, financiadores de projetos ou qualquer outra pessoa envolvida no sistema. Ao preparar uma entrevista é importante fazer perguntas abertas, bem como perguntas fechadas. As perguntas abertas geralmente ajudam na obtenção de informações valiosas, com base em vários indivíduos e na maneira diferente como eles interagem ou visualizam o sistema.



Esses tipos de perguntas exigem que o entrevistado explique ou descreva seus pensamentos e não podem ser respondidas simplesmente com um “sim” ou “não”. Perguntar ao entrevistado o que ele gosta no sistema atual ou como ele o usa seria exemplos de perguntas abertas. Esses tipos de perguntas podem fornecer ao consultor uma investigação mais detalhada com perguntas de acompanhamento, a fim de obter mais detalhes. Um exemplo de pergunta aberta seria “Quais são alguns dos problemas que você enfrenta diariamente?” As perguntas fechadas também podem ser úteis, quando o entrevistador está procurando uma resposta específica. Um exemplo de pergunta fechada seria “Quantos pedidos por telefone são recebidos por dia?” Uma vez que as perguntas tenham sido estabelecidas, é uma boa prática fornecer as perguntas ao entrevistado antes da entrevista, caso o entrevistado precise se preparar.

### **3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

#### **3.1. Entrevista com o gestor da comissão do ENAPIC**

Houve uma conversa com o Fábio Pillatt, representante do Comitê de Organização do ENAPIC. Foi realizada via Meet Google, juntamente com o orientador Marcos David, Laura Oliveira, autora do artigo, e o voluntário Bruno Robson. Foram 25 minutos de conversas, tentando entender como ele e a equipe fazem o encontro do PIC acontecer. A entrevista foi

bastante produtiva, foi possível identificar como o sistema web ajudaria a instituição na horade inscrever os ouvintes e submissões dos trabalhos.

### 3.2. Escopo de requisitos

O representante Fábio gostaria de um sistema no qual ela possa adicionar os eventos ao decorrer do período do ENAPIC, consiga ver pelo software as pessoas inscritas, trabalhos submetidos, relatórios por eixos, relatórios dos top's 5 dos eixos, relatórios de ensalamento, relatórios de projetos aprovados, geração de senhas para confirmação no evento. Sugeriu que a banca pudesse visualizar os critérios de avaliação e lançar as notas avaliativas referente a cada trabalho submetido, alusivo aos 3 eixos, que são Seminário de Iniciação Científica (Eixo 1), Mostrar de Trabalhos de Iniciação (Eixo 2) e Mostra de Projetos Integradores de Graduação (Eixo 3).

### 3.3 Descrição dos usuários.

Um perfil ou *roles* é um conjunto de permissões que podem ser atribuídas a um ou mais usuários. Um perfil é uma coleção de configurações que define como um aplicativo ou serviço se comporta.

- Suporte terá total autonomia para acessar todas as informações do recebidas no sistema web, relatórios, submissões de trabalhos e etc. Esse usuário vai criar acessos secundários e delegar atribuições para os demais perfis. Será responsável pela manutenção de todo o sistema web.
- Administrador vai realizar alterações que poderão afetar os demais usuários que estão abaixo da sua classificação de superioridade. Poderá fazer edições em credenciais, excluir e incluir informações, ter acesso a todos os relatórios disponíveis no sistema web.
- Avaliador irá lançar as notas das avaliações dos artigos/resumos expandidos submetidos no sistema/apresentados no ENAPIC.
- Pesquisador irá inscrever em qual eixo vai submeter o artigo/resumo expandido.
- Ouvinte vai se conectar ao sistema web e se inscrever para o ENAPIC como audiente.

### 3.4. Descrição das permissões de usuários

As permissões de usuário ou *permissions* são o conjunto de privilégios que um usuário tem para acessar arquivos, diretórios e outros recursos de sistemas de software. Assim, elas podem ser definidas por usuário ou podem ser definidas para grupos de usuários. As permissões

de usuário comumente usadas incluem a capacidade de ler, gravar e executar aplicações; a capacidade de acessar e usar determinadas funcionalidades; e a capacidade de visualizar e alterar as configurações do sistema.

### 3.5. Requisitos Funcionais

Foi desenvolvido a documentação de Requisitos Funcionais, ao total são 10 requisitos funcionais que ajudaram na produção do desenvolvimento das aplicações do sistema web. Documento de requisitos do sistema e algumas telas do sistema podem ser observadas respectivamente no Apêndice A e no Apêndice B.

## 4. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou analisar e desenvolver uma solução capaz de facilitar a gestão de participantes do ENAPIC por meio de cadastros de usuários e submissões de trabalhos de maneira simples. Além disso, também permitiu a realização de uma prática bem importante dentro da Engenharia de Softwares que é o levantamento de requisitos por meio de entrevistas, neste caso, com um representante do Comitê de Organização do Evento.

Considera-se que, existem várias maneiras para a coleta de dados usadas para levantamento de requisitos, entre elas a entrevista, o uso das entrevistas segundo a engenharia de software e levantamento de requisitos tem fundamental importância na apresentação das análise dos dados levantados, e não somente isso a entrevista é a modalidade destinada a levantar realidades estruturada de todo um ambiente de trabalho.

Ademais, devido a complexidade do projeto e tempo limitado não foi possível desenvolver todos os requisitos levantados. Dessa forma, aponta-se como sugestão de trabalhos futuros a implementação dos requisitos faltantes: Gerar Senha de Confirmação de Presença; Emitir relatório de ensalamento; Lançar notas dos projetos; Gerar Relatórios.

Conclui-se que, a participação em projetos de desenvolvimento de software desta natureza que faz a junção de teoria e prática contribui significativamente para o currículo dos acadêmicos envolvidos.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ PRETTI. **Perfil de Usuário: Gestão e segurança para a TI.** Disponível em:

<<https://fj.com.br/perfil-de-usuario/#:~:text=O%20Perfil%20de%20Usu%C3%A1rio%20%C%A9>>. Acesso em: 29 outubro. 2022.

CARVALHO, Adriane M. B. Rizzoni; CHIOSSI, Thelma C. dos Santos. **Introdução à engenharia de software.** Campinas, SP. Ed UNICAMP, 2001

CARVALHO, Laura O. **SISTEMA WEB PARA GERENCIAMENTO DE EVENTOS.**

Balsas, Maranhão. Ed UNIBALSAS, 2022.

CHEN, P. **Modelagem de dados: a abordagem entidade-relacionamento para projeto lógico.** São Paulo: Mcgraw Hill, 1990

CHUNG, Lawrence. **Representação e Utilização de Requisitos Não Funcionais para Projeto de Sistemas de Informação.** Em 3º Conferência Internacional em Engenharia Avançada de Sistemas de Informação (CAiSE'91), páginas 5-30, Trondheim, Noruega, maio de 1991.

ENAPIC. Disponível em: <<https://www.unibalsas.edu.br/enapic-apresentacao/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

ISO 13407 (ISO 13407) 2021 - **Artigos.wiki.** Disponível em:

<[https://artigos.wiki/blog/de/ISO\\_13407](https://artigos.wiki/blog/de/ISO_13407)>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MER e DER: **Modelagem de Bancos de Dados.** Disponível em:

<<https://www.devmedia.com.br/mer-e-der-modelagem-de-bancos-de-dados/14332>>. Acesso em: 29 outubro. 2022.

MONITORA, E. (Português do Brasil) **Análise de requisitos de software: quais os desafios e como fazer?** Disponível em:

<<https://www.monitoretec.com.br/blog/analise-de-requisitos-de-software-quais-os-desafios-e-como-fazer/>>.

MYLOPOULOS, John; CHUNG, Lawrence; NIXON, Brian. **Representando e Usando Requisitos Não Funcionais: Uma Abordagem Orientada a Processos.** IEEE Transaction of Software Engineering, 18(6):483-497, junho de 1992.

O que é um diagrama entidade relacionamento? Disponível em:

<<https://www.lucidchart.com/pages/pt/o-que-e-diagrama-entidade-relacionamento>>. Acesso em: 29 outubro. 2022.

SOMMERVILLE, Ian. **ENGENHARIA DE SOFTWARE.** 9º. ed, Person, 2011.

## APÊNDICE A – DOCUMENTO DE REQUISITOS DO SISTEMA

### RF001 - Cadastrar usuário

<b>Identificação:</b> RF001
<b>Nome:</b> Cadastrar usuário
<b>Nome:</b> Cadastrar usuário
<b>Descrição:</b> O requisito de cadastro é importante para obter acesso ao sistema nas próximas vezes que for acessado. Será requisitado para o ouvinte o nome completo, CPF, email e registrar uma senha de acesso.
<b>Pré-Condições:</b> 1 - O ouvinte deve estar no sistema web de gestão de participantes do ENAPIC.
<b>Pós-Condições:</b> 1 - O ouvinte estará cadastrado e logado no sistema.
<b>Fluxo de eventos:</b> 1.1 - Ouvinte acessa o sistema web e pressiona o botão “Cadastra-se”. 1.2 - Ouvinte será direcionado para página de cadastro. 1.3 - Ouvinte irá disponibilizar seu nome completo. 1.4 - Ouvinte irá disponibilizar o CPF. 1.5 - Ouvinte irá disponibilizar email. 1.6 - Ouvinte irá digitar uma senha. 1.7 - Ouvinte irá digitar a senha novamente para confirmar similaridade.
<b>Fluxo Alternativos de eventos:</b> 1.1 - Senha incompatível com a apresentada no primeiro quadro O Sistema exibe a mensagem:” Usuário e/ou senha não cadastrados no banco de dados, por favor, verifique os dados informados e colocar o cursor no campo login”

**RF002 - Submeter projeto para ENAPIC como Pesquisador**

<b>Identificação:</b> RF002
<b>Nome:</b> Submeter projeto para ENAPIC como Pesquisador
<b>Perfil de usuário:</b> Ouvinte
<b>Descrição:</b> O requisito de inscrição é para que o ouvinte se torne um pesquisador no ENAPIC e submeta seu artigo.
<b>Pré-Condições:</b> 1 – O futuro pesquisador precisa está pré-inscrito como ouvinte. 2 – O futuro pesquisador precisa preencher um cadastro como ouvinte. 3 – O ouvinte deve estar no sistema web de gestão de participantes da Unibalsas.
<b>Pós-Condições:</b> 1 - Ouvinte inscrito no banco de dados como Pesquisador.
<b>Fluxo de eventos:</b> 2.1 - O ouvinte selecionará a opção “Inscrever-se como Pesquisador”. 2.2 - O ouvinte irá disponibilizar seu nome completo. 2.3 - O ouvinte irá informar o curso de graduação/pós graduação atuante. 2.4 - O ouvinte irá informar o nome do projeto para o ENAPIC. 2.5 - O ouvinte irá fazer UPLOAD do seu trabalho, no arquivo precisa ser nomeado com o nome do projeto e com o nome do pesquisador. 2.6 - O ouvinte irá informar o nome do projeto 2 para o ENAPIC, caso houver um segundo projeto sendo desenvolvido. 2.7 - O ouvinte irá fazer UPLOAD do segundo projeto (caso houver), no arquivo precisa ser nomeado com o nome do projeto e com o nome do pesquisador. 2.8 - O ouvinte irá selecionar em qual dos três eixos o artigo 1 se encaixa. 2.9 - O ouvinte irá selecionar em qual dos três eixos o artigo 2 se encaixa (caso houver). 2.10 - O ouvinte irá preencher a área de atuação do(s) artigo(s). 2.11 - O ouvinte irá novamente informar o email, para que o sistema consiga lhe enviar uma verificação se o e-mail está ativo ou desativo. 2.12 - O ouvinte irá disponibilizar o CPF. 2.13 - O ouvinte irá disponibilizar o número de contato.

**Fluxo Alternativos de eventos:**

2.1 - Campo de graduação/pós graduação vazio.

O Sistema exibe a mensagem: “Curso não informado, por favor informe o curso que está atuando no momento”.

2.2 - O campo nome do projeto está vazio.

O Sistema exibe a mensagem: “Nome de projeto não informado, por favor informe o nome do projeto para o ENAPIC”.

2.3 - Ouvinte não selecionou o Eixo que o projeto pertence.

O Sistema exibe a mensagem: “É obrigatório selecionar o Eixo que melhor se encaixa no seu projeto”.

2.4 - O campo de atuação está vazio.

O Sistema exibe a mensagem: “Área de atuação do projeto não informado, por favor informe o curso que está atuando no momento”.

2.5 - CPF incorreto.

O Sistema exibe a mensagem: “CPF informado está incorreto, por favor revise a informação”.

2.6 - Número obrigatório.

O Sistema exibe a mensagem: “Campo número para contato está incompleto ou vazio, por favor revise as informações”.

**RF003 - Gerar Senha de Confirmação de Presença**

<b>Identificação:</b> RF003
<b>Nome:</b> Gerar Senha de Confirmação de Presença
<b>Perfil de usuário:</b> Suporte, Administrador
<b>Descrição:</b> O requisito de gerar senha de confirmação de presença ao ENAPIC é importante para verificar quantas pessoas podem se esperar para o dia do evento, utilizando-se de base os números de pesquisadores e ouvintes inscritos.
<b>Pré-Condições:</b> 1 - O ouvinte ou pesquisador devem está logado ao sistema.
<b>Pós-Condições:</b> 1 - O ouvinte ou pesquisador irá receber um código único de confirmação ao ENAPIC.



<p><b>Fluxo de eventos:</b>  3.1 - Os usuários selecionarão uma aba para a confirmação de presença, chamada “Confirmação ENAPIC”.  3.2 - Ao clicar-lá vai aparecer o número de presença único de cada pesquisador ou ouvinte.</p>
<p><b>Fluxo Alternativos de eventos:</b>  3.1 - Senha gerada.  O Sistema exibe a mensagem: “Senha gerada com sucesso: (senha do participante)”.</p>

#### RF004 - Realizar Submissão de Trabalhos

<p><b>Identificação:</b> RF004</p>
<p><b>Nome:</b> Realizar Submissão de Trabalhos</p>
<p><b>Perfil de usuário:</b> Pesquisador</p>
<p><b>Descrição:</b> O requisito realizar submissão de trabalhos será onde os pesquisadores irão realizar a submissão dos artigos produzidos para o ENAPIC.</p>
<p><b>Pré-Condições:</b>  1 - Para submeter o artigo precisa ser pesquisador  2 - O Pesquisador deve logar ao sistema.</p>
<p><b>Pós-Condições:</b>  1 - Artigo submetido no sistema.</p>
<p><b>Fluxo de eventos:</b>  4.1 - O pesquisador seleciona o eixo para submeter o artigo.  4.2 - O pesquisador informa o título do seu artigo.  4.3 - O pesquisador informa o nome do orientador.  4.4 - O pesquisador anexa seu artigo em PDF.  4.5 - O pesquisador pressionar em “Submeter Artigo”  4.6 - O pesquisador finaliza a submissão no sistema.</p>

**Fluxo Alternativos de eventos:**

4.1 - Selecione um eixo.

O Sistema exibe a mensagem: "Eixo deve ser preenchido!".

4.2 - Título obrigatório.

O Sistema exibe a mensagem: "Título deve ser preenchido para que possamos identificar o seu trabalho!".

4.3 - Orientador obrigatório.

O Sistema exibe a mensagem: "O nome do orientador deve ser preenchido!".

**RF005 - Cadastrar avaliadores**

**Identificação:** RF005

**Nome:** Cadastrar avaliadores

**Perfil de usuário:** Administrador

**Descrição:** O requisito de cadastrar avaliadores, vai registrar os professores, convidados e alunos que irão avaliar os projetos que farão parte do ENAPIC.

**Pré-Condições:**

1 - O administrador deve logar ao sistema.

2 - O administrador deve estar no sistema web de gestão de participantes da Unibalsas.

**Pós-Condições:**

1 - Avaliadores estarão cadastrados no sistema.

**Fluxo de eventos:**

5.1 - O administrador pressiona em "Cadastrar Avaliador".

5.2 - O administrador informa o nome do avaliador.

5.3 - O administrador seleciona se o avaliador é um Convidado, Professor ou Aluno.

5.4 - Administrador informa CPF do avaliador.

5.5 - O administrador veicula o assessor aos eixos do ENAPIC.

5.6 - O administrador finaliza o cadastro no sistema.

<p><b>Fluxo Alternativos de eventos:</b></p> <p>5.1 - CPF inválido</p> <p>O Sistema exibe a mensagem: “CPF inválido/incompleto por favor verifique-o.”.</p> <p>5.2 - Avaliador cadastrado.</p> <p>O Sistema exibe a mensagem: “Avaliador cadastrado com sucesso.”.</p> <p>O Sistema exibe a mensagem: "O nome do orientador deve ser preenchido!".</p>
--

## RF006- Gerenciar usuários

<p><b>Nome:</b> Gerenciar usuários</p>
<p><b>Perfil de usuário:</b> Suporte</p>
<p><b>Descrição:</b> O sistema deve dar autorização ao ator suporte para acessar informações de outros atores.</p>
<p><b>Pré-Condições:</b></p> <p>1 - O suporte deve está acessando o sistema..</p>
<p><b>Pós-Condições:</b></p> <p>1 - Permissão cadastrada, editado ou removido com sucesso.</p>
<p><b>Fluxo de eventos:</b></p> <p>6.1 - O suporte deve clicar no botão “Gerenciar de Usuários”.</p> <p>6.2 - O sistema exibe um painel de gerência.</p> <p>6.3 - Para cadastrar usuários, o suporte deve clicar em “cadastrar usuário”.</p> <p>6.4 - O sistema exibe a janela de cadastro.</p> <p>6.5 - O sistema solicita nome completo.</p> <p>6.6 - O sistema solicita número de CPF.</p> <p>6.7 - O sistema solicita e-mail.</p> <p>6.8 - O sistema solicita o nível de acesso (Administrador, Suporte);</p> <p>6.9 - O sistema solicita um nome de usuário.</p> <p>6.10 - O sistema solicita uma senha.</p> <p>6.11 - O sistema solicita que seja confirmada a senha.</p>

- 6.12 - Depois de todos os campos preenchidos o suporte deve clicar na opção “Salvar”.
- 6.13 - Para editar informações de um usuário, o suporte deve clicar em “Editar informações de usuários”.
- 6.14 - O sistema exibe uma janela com os nomes dos usuários.
- 6.15 - O suporte procura o outro ator que deseja editar as informações por nome de usuário.
- 6.16 - O suporte clica no nome do usuário.
- 6.17 - O sistema exibe uma janela com as informações.
- 6.18 - O suporte altera as informações solicitadas.
- 17
- 6.19 - O suporte deve clicar no botão “Salvar alterações”
- 6.20 - Para remover um ator, o suporte deve clicar em “Remover usuários”.
- 6.21 - O sistema exibe uma janela com os nomes de usuários, tendo a opção ao lado de remover o ator.
- 6.22 - Administrador clica no usuário que deseja remover e clicar em “Remover usuário”..

**Fluxo Alternativos de eventos:**

6.1 - Campos vazios

O Sistema exibe a mensagem: “Campos obrigatórios não preenchidos, por favor verifique-os! ”.

**RF007 - Emitir relatório de ensalamento.**

<b>Nome:</b> Cadastrar, editar, alterar e emitir relatório de ensalamento
<b>Perfil de usuário:</b> Administrador, ouvinte, pesquisador e avaliador
<b>Descrição:</b> O administrador vai inserir as salas disponíveis para as apresentações por eixo.
<b>Pré-Condições:</b> 1 - O administrador deve está acessando o sistema.
<b>Pós-Condições:</b>

1 - Salas cadastrada com sucesso.
<p><b>Fluxo de eventos:</b></p> <p>7.1 - O administrador deve clicar no botão “Cadastrar Salas/Emitir relatórios”.</p> <p>7.2 - O sistema exibe um painel de ensalamento.</p> <p>7.3 - Para cadastrar sala, o administrador deve clicar em “cadastrar sala”.</p> <p>7.4 - O sistema exibe tela de cadastrar sala.</p> <p>7.5 - O administrador vai clicar no canto superior direito em um “+” indicando que quer adicionar sala por eixo</p> <p>7.6 - Administrador seleciona sala e eixo.</p> <p>7.7 - Administrador tem um campo de descrição opcional, para informar alguma observação.</p> <p>7.8 - O administrador informa data e horário de apresentação, vai ficar como opcional.</p> <p>7.9 - O administrador clica em adicionar sala.</p> <p>7.10 - Para verificar o relatório o administrador, ouvinte, pesquisador e avaliador vão em “Cadastrar Salas/Emitir relatórios”</p> <p>7.11 - O sistema vai mostrar salas cadastradas.</p>
<p><b>Fluxo Alternativos de eventos:</b></p> <p>7.1 - Sala já cadastrada O Sistema exibe a mensagem: “Sala já cadastrada! Verifique outra.”.</p> <p>7.2 - Eixo não selecionado O Sistema exibe a mensagem: “Eixo não selecionado, item obrigatório, por favor responda o item acima.”.</p>

#### RF008 - Emitir relatório de ensalamento.

<b>Nome:</b> Lançar notas dos projetos
<b>Perfil de usuário:</b> Avaliador
<b>Descrição:</b> O sistema vai ter um espaço para lançar as notas dos pesquisadores que participarem do ENAPIC.

<p><b>Pré-Condições:</b></p> <p>1 - O avaliador deve está acessando o sistema.</p>
<p><b>Pós-Condições:</b></p> <p>1 - Notas lançadas com sucesso.</p>
<p>8.1 - O avaliador deve selecionar a aba “Avaliar Projeto Enapic”</p> <p>8.2 - O avaliador vai ter que selecionar o nome do projeto a ser avaliado.</p> <p>8.3 - Vai informar data de avaliação e horário</p> <p>8.4 - O nome do(s) pesquisador(es) irá aparecer automaticamente na avaliação, após selecionar o projeto.</p> <p>8.5 - O avaliador vai selecionar de 0 a 5 em 5 perguntas feitas pelo sistema, sendo de 0 a 1 considerado péssimo/ruim, 2 a 3 sendo regular e 4 a 5 sendo bom/ótimo.</p> <p>8.6 - O sistema vai apresentar a pergunta “Como você avalia a relevância da temática sendo pesquisada?” e o avaliador seleciona de 0 a 5.</p> <p>8.7 - O sistema vai apresentar a pergunta “Como você avalia a clareza textual do banner?” e o avaliador seleciona de 0 a 5.</p> <p>8.8 - O sistema vai apresentar a pergunta “Como você avalia os resultados parciais apresentados na pesquisa?” e o avaliador seleciona de 0 a 5.</p> <p>8.9 - O sistema vai apresentar a pergunta “Como você avalia a apresentação visual do banner?” e o avaliador seleciona de 0 a 5.</p> <p>8.10 - O sistema vai apresentar a pergunta “Como você avalia o domínio dos pesquisadores sobre o tema?” e o avaliador seleciona de 0 a 5.</p> <p>8.11 - O sistema vai calcular e vai apresentar a nota dada pelo avaliador.</p> <p>8.12 - O avaliador vai validar as informações e vai confirmar sua avaliação</p>
<p><b>Fluxo Alternativos de eventos:</b></p> <p>8.1 - Nota não atribuída.</p> <p>O Sistema exibe a mensagem: “Verifique os campos acima e dê uma nota a todos os requisitos.”.</p>

### RF009 - Relatório por Eixo.

<p><b>Nome:</b> Relatório por Eixo</p>
--

<b>Perfil de usuário:</b> Administrador, Avaliador, Ouvinte e Pesquisador
<b>Descrição:</b> O sistema vai receber as notas e vai parametrizar a separação de relatórios por eixo.
<b>Pré-Condições:</b> 1 - Os usuários devem está acessando o sistema.
<b>Pós-Condições:</b> 1 - Relatório exibido.
<b>Fluxo de eventos:</b>  9.1 - O usuário clica em "Exibir relatório" 9.2 - O sistema vai verificar todas as notas lançadas. 9.3 - O sistema gera o relatório ou mostra o último relatório gerado pelos usuários.
<b>Fluxo Alternativos de eventos:</b> 9.1 - Relatório exibido O Sistema exibe a mensagem: "Relatório exibido com sucesso".

#### RF0010 - Relatório de Melhor Avaliações TOP 5/10 de Cada Eixo.

<b>Nome:</b> Relatório de Melhor Avaliações TOP 5/10 de Cada Eixo
<b>Perfil de usuário:</b> Administrador, Avaliador, Ouvinte e Pesquisador.
<b>Descrição:</b> Relatório vai mostrar as top 5 melhores avaliações dos três eixos apresentados no ENAPIC.
<b>Pré-Condições:</b> 1 - Os usuários devem está acessando o sistema.
<b>Pós-Condições:</b>

1 - Relatório exibido.
<p><b>Fluxo de eventos:</b></p> <p>10.1 - O usuário clica em “Exibir relatório top 5 melhores avaliações ”</p> <p>10.2 - O sistema vai verificar todas as notas lançadas.</p> <p>10.3 - O sistema gera o relatório ou mostra o último relatório gerado pelos usuários.</p>
<p><b>Fluxo Alternativos de eventos:</b></p> <p>10.1 - CPF inválido</p> <p>O Sistema exibe a mensagem: “CPF inválido/imcompleto por favor verifique-o.”.</p> <p>10.2 - Avaliador cadastrado.</p> <p>O Sistema exibe a mensagem: “Avaliador cadastrado com sucesso.”.</p>

## APÊNDICE B – ALGUMAS TELAS DO SISTEMA

Figura 4 - Tela inicial do sistema Fonte: Elaborado



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).



Figura 5 - Tela inicial de informações do evento

**ENAPIC 2022**

Nesta edição, você tem 03 opções para participar:

**EIXO 1** – Seminário de Iniciação Científica: Ciclo de apresentações orais (presenciais ou virtuais) de trabalhos produzidos a partir de pesquisas de estudantes, professores e/ou pesquisadores.

**EIXO 2** – Mostra de Trabalhos de Iniciação Científica: Apresentação de trabalhos produzidos a partir de pesquisas em desenvolvimento por professores, pesquisadores e estudantes.

**EIXO 3** – Mostra de Projetos Integradores de Graduação: Apresentação de trabalhos desenvolvidos no âmbito dos Projetos Integradores de graduação dos cursos da Faculdade de Balsas ou de projetos integradores ou de extensão de outras IES, os quais tenham gerado alguma produção acadêmica.

**Programação**

29 de novembro  
**14h às 18h: Eixo 1:**  
 Seminário de Iniciação Científica (apresentação oral), Salas Presenciais e Virtuais  
**19h às 22h: Eixo 2:**  
 Mostra de Trabalhos de Iniciação científica – Sessão de Pôsteres.

30 de novembro  
**14h às 18h: Eixo 1:**  
 Seminário de Iniciação Científica (apresentação oral), Salas Presenciais e Virtuais  
**19h às 22h: Eixo 3:**  
 Mostra de Projetos Integradores de Graduação – Feira de Projetos Integradores.

1 de dezembro  
**14h às 18h: Eixo 1:**  
 Seminário de Iniciação Científica (apresentação oral), Salas Presenciais e Virtuais  
**19h às 22h:**  
 Conferência de Encerramento do XIII ENAPIC e Premiação dos Melhores Trabalhos.

**Inscreva-se**

Período de Inscrição no ENAPIC:  
 até 01 de dezembro de 2022. AQUI!

Período de Submissão de trabalhos para os Eixos 1, 2 e 3:  
 até 14 de novembro de 2022

Divulgação dos trabalhos selecionados:  
 até 23 de novembro de 2022

Publicação dos Anais do evento no site da Unibalsas:  
 a partir de março de 2023

Valor das inscrições:  
 30 reais.

Com direito a:  
 Participar como Ouvinte do Seminário de Iniciação Científica e Mostra de Trabalhos de Iniciação Científica.  
 Submeter artigos/resumos (quantos desejar) nos eixos acima elencados e apresentá-los quando selecionado.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Figura 6 - Tela de formulário de inscrição do evento

**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**  
 Preencha todos os campos obrigatórios. (\*)

Nome:

CPF:   
 Só números

E-mail:

Senha:

Confirme a Senha:

Eu concordo com a [Política de Privacidade](#)

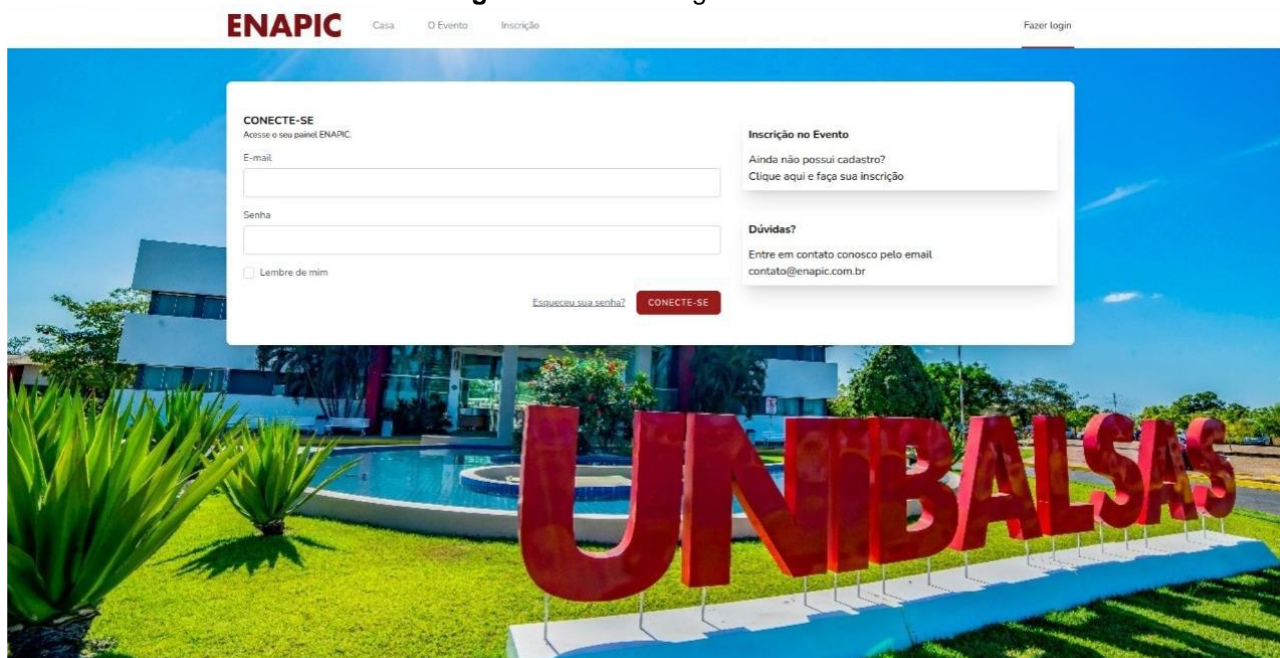
[Já registrado?](#) **REGISTRO**

**Local do evento**  
 UNIBALSAS - Faculdade de Balsas  
 BR 230 - Km 05, Balsas-MA, CEP: 65800-000

**Dúvidas?**  
 Entre em contato conosco pelo email  
[enapic@unibalsas.edu.br](mailto:enapic@unibalsas.edu.br)

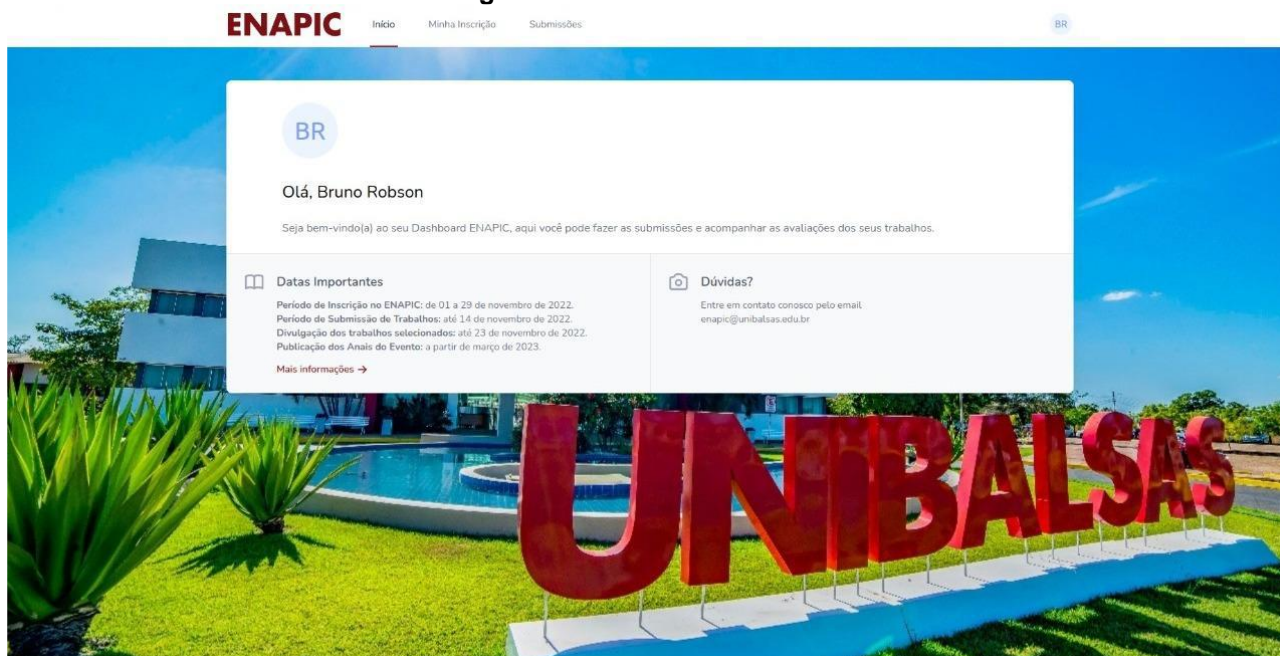
Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Figura 7 - Tela de login do evento



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Figura 8 - Dashboard do usuário



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

## AMONG EDU: UM JOGO SÉRIO PARA APOIAR O ENSINO-APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Thayna Bezerra Silva – UNIBALSAS 1  
 Andrey Oliveira Stahl – UNIBALSAS 2  
 Vinicius Abreu Franco – UNIBALSAS 3  
 Bruno Alves Moreira – UNIBALSAS 4

**Resumo:** Este trabalho apresenta um jogo sério para apoiar o ensino-aprendizagem de matemática para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e dificuldades de aprendizagem. O aplicativo permite ao usuário resolver problemas matemáticos básicos, além de permitir que o profissional identifique o usuário no jogo e defina um vídeo qualquer como recompensa e estímulo para a realização das atividades propostas. A metodologia utilizada foi pesquisa-ação que busca propor solução a uma problemática social específica, o qual requer algum tipo de solução e que afeta a um determinado grupo de pessoas. Os experimentos iniciais foram realizados com 06 participantes que tiveram um bom desempenho na utilização do aplicativo. O jogo foi avaliado por meio de questionário por profissionais da saúde e educação que avaliaram positivamente a usabilidade e as funções disponíveis no aplicativo.

**Palavras-chave:** Autismo. Jogo. Matemática.

**Abstract:** This work presents a serious game to support the teaching and learning of mathematics for children with Autistic Spectrum Disorder (ASD) and learning difficulties. The application allows the user to solve basic mathematical problems, in addition to allowing the professional to identify the user in the game and define any video as a reward and stimulus for carrying out the proposed activities. Initial experiments were carried out with 06 participants who had a good performance using the application. The game was evaluated through a questionnaire by health and education professionals who positively evaluated the usability and functions available in the application.

**Keywords:** Autism. Match. Math.<sup>1</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

O Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID) pode ser definido como um progresso atípico, tendo como características dificuldades relacionadas à pessoas, objetos e eventos. De acordo com Ami Klin et al., (2006) “as normalidades no funcionamento em cada uma dessas áreas

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Sistemas de Informação da Unibalsas e bolsista do Programa de Iniciação Científica. Email: thayna.silva@alu.unibalsas.edu.br

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Sistemas de Informação da Unibalsas. E-mail: andrey.stahl@alu.unibalsas.edu.br

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Sistemas de Informação da Unibalsas. E-mail: vinicius.franco@alu.unibalsas.edu.br

<sup>4</sup> Professor do Curso de Sistemas de Informação da Unibalsas, graduado em Sistemas de Informação e Mestre em Ciência da Computação. E-mail: bruno.moreira@prof.unibalsas.edu.br



devem estar presente em torno dos três anos de idade”, no entanto pessoas com Transtorno Espectro Autista (TEA), geralmente apresentam atrasos nos conhecimentos da linguagem ou até mesmo não adquirem a capacidade de fala.

Segundo (SOUSA, 2015) os jogos digitais têm sido utilizados por crianças autistas como forma de tratamento da síndrome, pois esse tipo de atividade lúdica proporciona o desenvolvimento de capacidades cognitivas, de comunicação e de linguagem, que são cruciais para a melhoria do distúrbio.

O objetivo deste estudo é avaliar as contribuições do Among Edu no ensino-aprendizagem de matemática para crianças com autismo e dificuldades de aprendizagem. Com esse propósito, o Among Edu foi testado com um grupo de pessoas autistas, Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI). Avaliar a usabilidade, interesse dos usuários e percepções dos profissionais em relação ao jogo.

Nesta perspectiva, é proposto no presente artigo um jogo sério para apoiar o ensino-aprendizagem de matemática de crianças com autismo, denominado Among Edu. O Ambiente das atividades presentes no Among Edu foram desenvolvidas levando em consideração pontos importantes para estimular o raciocínio lógico, a concentração e a percepção visual das crianças. Foi implementado também um módulo que permite ao professor/profissional identificar o aluno e inserir um *link* de um vídeo qualquer para que o aluno assista como recompensa e estímulo para a realização das atividades propostas no Among Edu. Um módulo que registra os dados de erros e acertos do usuário, permitindo, assim, um apoio a avaliação e monitoramento do desenvolvimento da criança à medida que ela utiliza o Among Edu.

O presente artigo está organizado em 7 seções. Na Seção 2 é realizado um levantamento bibliográfico sobre Autismo. Na seção 3 é realizado um levantamento sistemático sobre os jogos digitais propostos atualmente para apoiar a educação de crianças com autismo. Na seção 4 é descrita a metodologia utilizada e apresentado o jogo sério Among Edu, sua estrutura e atividades. Na seção 5 é relatado o estudo com os usuários. Na seção 6 é apresentado os resultados e discussões acerca da experiência dos usuários. E, por fim, na seção 7 são apresentadas as considerações finais sobre o presente trabalho.

## 2. AUTISMO

Autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado como uma condição que impossibilita ou dificulta a capacidade de comunicação e linguagem das pessoas que a possuem. Segundo Assumpção e Pimentel (2000), a causa da condição de autismo se dá através da falta de

cognição central, sendo essa perda necessária para os padrões simbólicos e pragmáticos. Santos e Lima (2020) afirmam que o diagnóstico pode ser feito a partir do terceiro ano de vida da criança, onde é essencial que aconteça a identificação e início do tratamento. O Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DMS-V, 2013) determinou que possuem três níveis de TEA, sendo eles leve, moderado e severo, onde cada nível significa o grau de suporte que a pessoa precisa para realizar atividades, que tem por objetivo orientar profissionais e responsáveis.

Pessoas com TEA possuem características e sinais específicos, conforme dizem Almeda e Albuquerque (2017), no seu convívio, demonstram dificuldade em manter contato visual, realizarem expressões faciais e gestos para se comunicarem com outras pessoas. Ainda, segundo Almeda e Albuquerque (2017), transtornos alimentares ajudam a reforçar o comportamento antissocial indesejado, contribuindo para um atraso na linguagem e gestos realizados com a boca, dificultando interações com outras pessoas, principalmente com indivíduos novos. Pessoas com TEA também podem apresentar sensibilidade a cores, sons e locais novos, criando dependência a coisas, pessoas e lugares já conhecidos.

Crianças com autismo necessitam de métodos e estratégias diferentes para se adaptarem e aprenderem melhor no ambiente escolar. Como cita Santos e Lima (2020), crianças com TEA precisam de modificações na aplicação da grade curricular, principalmente as ligadas ao comportamento, onde no modelo tradicional, há a exclusão de crianças que não se alinham aos padrões. Assim, práticas como o estabelecimento de rotinas, aviso antecipado sobre mudanças, apoio visual para executar comandos e instruções, adaptação do ambiente com materiais específicos como apoios visuais e suporte de suportes individualizados, conhecimento sobre os gostos dos alunos favorecem no aprendizado de crianças com condição de autismo.

### **3. JOGOS SÉRIOS APLICADOS AO ENSINO-APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TEA**

Segundo (Ribeiro, 2001) a utilização de computadores por crianças com TEA como ferramenta de apoio educacional pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades como a comunicação e interação, proporcionando a aquisição de vocabulário independentemente do Espectro Autista no qual o indivíduo se encontra. Aplicações computacionais responsavelmente desenvolvidas podem alcançar a atenção e interesse de crianças com TEA, motivá-las e oportunizar a sua aprendizagem.

O uso de computadores e recursos tecnológicos são excelentes ferramentas para apoiar o ensino-aprendizagem de crianças com TEA, estes dispositivos podem apresentar recursos visuais e utilizar métodos que possam ser personalizados para satisfazer os desejos e aumentar o interesse

da criança com TEA para que consiga realizar determinadas atividades e conseqüentemente adquirindo conhecimento e desenvolvendo novas habilidades.

Atualmente existem muitas soluções tecnológicas propostas para apoiar o ensino-aprendizagem, porém ainda são poucas as soluções que buscam alguma personalização para definir uma estratégia ou recurso para atender o usuário de maneira mais específica e de forma individualizada como é a necessidade de algumas crianças com TEA. Algumas soluções os profissionais podem encontrar dificuldades no acompanhamento das crianças, visto que não apresentam dados acerca do desenvolvimento da criança durante a execução da aplicação.

Dentre as soluções encontradas para auxiliar o tratamento de crianças com TEA, destaca-se o ComFiM (Ribeiro et al. 2014), o ECHOES (Bernardini et al. 2014), o ABC Autismo (Farias et al. 2015) e o TEO (Douglas et al. 2016), nas seções a seguir são apresentados em detalhes destas aplicações. O ComFiM tem como objetivo trabalhar habilidades de comunicação de pessoas autistas por meio de uma aplicação colaborativa para *tables*. O ECHOES trabalha habilidades de comunicação social por meio de uma tela *multi-touch* LCD e o rastreamento do olhar fixo e um agente virtual. O ABC Autismo é um jogo para dispositivos móveis que utiliza atividades com base na metodologia TEACCH (*Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children*). O TEO é um aplicativo para dispositivos móveis que possui minijogos para trabalhar o reconhecimento de objetos, letras e números.

Apesar do grande potencial das soluções propostas, apenas o TEO trabalha conteúdos relacionados à matemática, e apenas reconhecimento de números, soluções que trabalhem operações matemáticas para crianças autistas ainda se fazem carentes entre as soluções disponíveis. Nenhuma das soluções encontradas permite uma configuração personalizada e estabelecer algo que sirva de recompensa e estímulo aos usuários.

#### 4. AMONG EDU

O Among Edu é um jogo sério para apoiar o ensino-aprendizagem de crianças autistas e com dificuldade de aprendizagem. Este nome foi escolhido devido o jogo se basear na jogabilidade e gráficos do Among Us, jogo muito conhecido entre crianças e jovens, a ideia seria de desenvolver um jogo baseado em outro que possui alta aceitabilidade levando em consideração o número de downloads nas lojas de aplicativos, com o intuito e possibilidade de um bom nível de interesse e aceitação da aplicação pelos usuários ao perceber a semelhança de algo que eles já gostam, a Figura 01 apresenta a tela inicial do Among Edu.

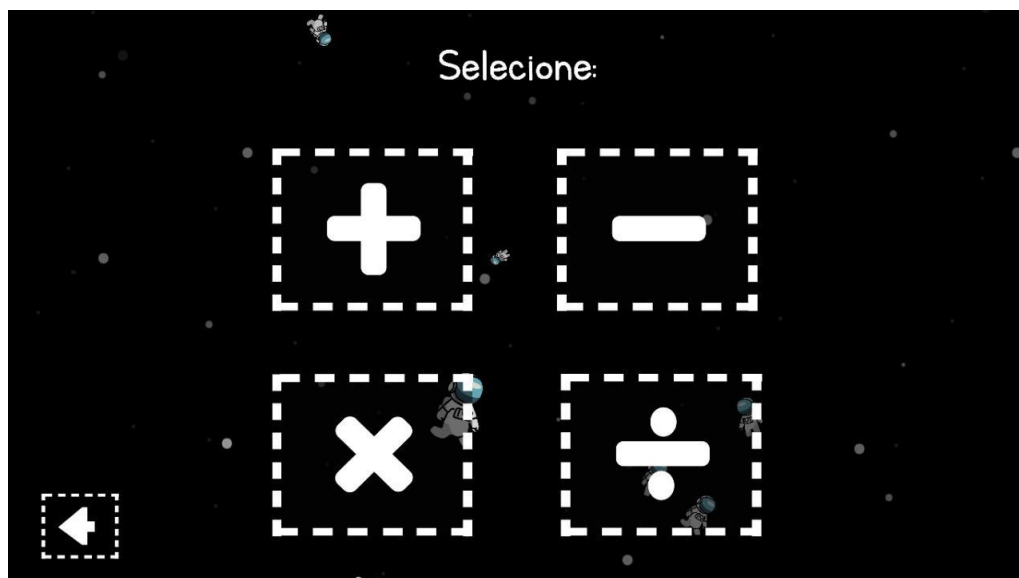
**Figura 01** - Menu Inicial do Among Edu



**Fonte** - Elaborada pelos autores, 2022.

O jogo Among Edu tem como principal foco o ensino-aprendizagem de operações matemáticas, sendo assim, o jogo possui um menu de opções onde o usuário pode escolher qual das operações matemáticas ele pretende praticar, depois de selecionada, é direcionado para uma tela onde deverá controlar o personagem astronauta e recolher o número correspondente à resposta do problema matemático apresentado na parte superior da tela do jogo.

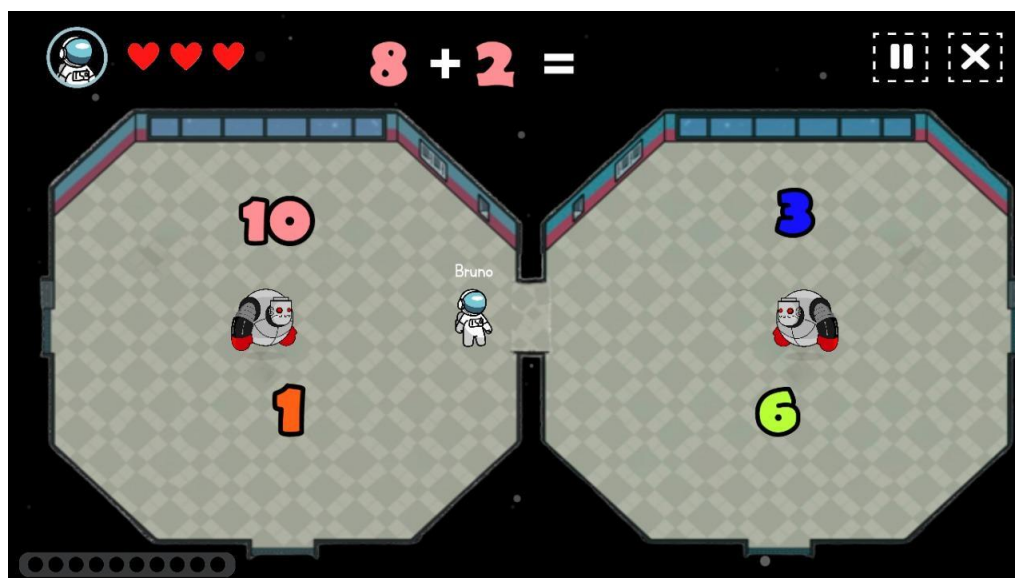
**Figura 02** - Menu opções de operações matemáticas do Among Edu



Fonte - Elaborada pelos autores, 2022.

Na Figura 03 podemos perceber a presença de 02 robôs, estes personagens representam os inimigos do jogo, após alguns segundos, os robôs começam a perseguir o personagem (astronauta), ao tocá-los, o astronauta começa a perder corações, que representam a quantidade de vezes que o usuário pode deixar que os robôs os alcance ou recolha um número errado em relação a operação matemática apresentada na cena.

Figura 03 – Cena atividade de adição do Among Edu



Fonte - Elaborada pelos autores, 2022.

Um dos grandes diferenciais do Among Edu é a possibilidade de definir um vídeo para que o usuário possa assistir caso tenha um bom desempenho nas atividades apresentadas, servindo assim como recompensa e estímulo, na Figura 04 é apresentada a tela de configurações onde o



profissional pode definir o nome da criança, e colocar o endereço do vídeo que ele deseja que seja executado quando o usuário concluir as atividades e obter um bom desempenho. Podendo assim definir um vídeo que a criança tenha maior interesse.

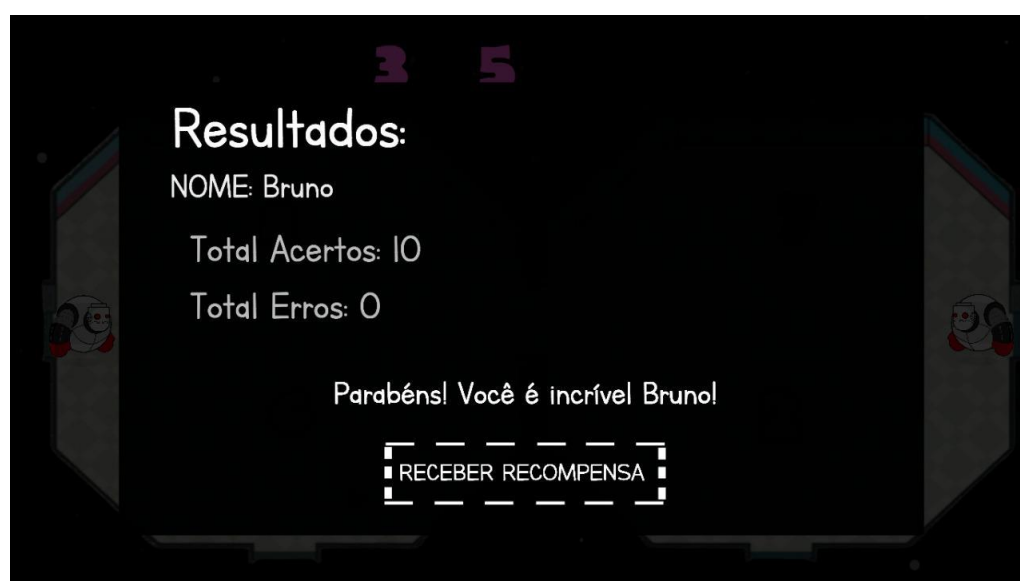
**Figura 04** - Menu Configurações do Among Edu



**Fonte** - Elaborada pelos autores, 2022.

Na Figura 05 é apresentada a tela de resultados, uma tela que apresenta um feedback com os resultados de erros e acertos, com o objetivo de auxiliar a avaliação realizada pelo profissional, nesta tela o usuário pode reconhecer sua recompensa (vídeo), clicando no botão “Receber recompensa” que irá direcionar para uma tela onde o vídeo será exibido.

**Figura 05** – Tela Resultados do Among Edu



**Fonte** - Elaborada pelos autores, 2022.

O Among Edu é um jogo digital 2D, possui sons que podem ser desabilitados e habilitados novamente sempre que desejar, conta com uma interface simples visando uma boa experiência do usuário, durante o jogo são exibidas animações, o jogo foi desenvolvido pensando principalmente no público autista, mas não se limita apenas a usuário com TEA, o jogo foi implementado utilizando a *Game Engine Unity 3D*, a escolha desta plataforma se justifica pelos conhecimentos prévios dos outros com a ferramenta e por se tratar de uma ferramenta híbrida podendo exportar o jogo para diversas plataformas e dispositivos.

#### 4. ESTUDO COM USUÁRIOS.

O estudo com usuários foi realizado com cinco crianças e um adulto, 04 dos participantes possuem TEA, 01 TDAH e 01 possui TDI e Microcefalia, todos os participantes são alunos em um instituto especializado no atendimento de pessoas especiais que colaborou fortemente no desenvolvimento do presente estudo. A Tabela 1 apresenta o perfil dos participantes como usuários deste estudo e, em seguida, é apresentada uma descrição mais detalhada dos participantes durante a interação e realização das atividades propostas no jogo.

Tabela 1 - Características dos participantes

Participante	Idade	Sexo	Transtorno
Participante 01	7	M	TEA
Participante 02	9	M	TDAH
Participante 03	10	F	TEA
Participante 04	10	M	TEA
Participante 05	12	F	TEA
Participante 06	30	F	TDI e Microcefalia

O Participante 01 na primeira tentativa apresentou um pouco de dificuldade perdendo o foco da resolução da atividade, se concentrando mais em fugir dos inimigos, é importante ressaltar que foi o primeiro contato dos participantes com a aplicação. Rapidamente conseguiu identificar as operações matemáticas e deduziu que deveria resolvê-las, demonstrou facilidade em evitar os robôs, informou que poderia aumentar a dificuldade para o jogo se tornar mais desafiador, no final o participante demonstrou bastante empolgado e facilidade em resolver os 10 problemas propostos, suas expressões demonstraram bastante felicidade ao receber a recompensa (vídeo) que antes de iniciar as atividades lhe foi consultado que tipo de vídeo ele gostaria de assistir.

O Participante 02 apresentou dificuldades em passar pelos cenários do jogo, um caminho curto e estreito entre dois espaços na cena dificultou que percorresse entre ambos, o participante exibiu bastante facilidade na mecânica, demonstrando bastante capacidade em resolver os problemas matemáticos de soma e subtração, conseguindo no final receber a recompensa por resolver todos os 10 problemas, apresentando bastante felicidade por conseguir concluir os desafios.

A Participante 03 apresentou a mesma dificuldade do Participante 02, um impasse em mover o personagem pelo mapa por conta de seu tamanho, no decorrer do experimento a participante demonstrou bastante facilidade em resolver os problemas de adição e subtração, informou que as cores das operações e os resultados lhe ajudou a reconhecer qual a resposta correta, ao final a participante conseguiu concluir com êxito os 10 problemas propostos.

O Participante 04 não demonstrou dificuldades, apresentou facilidade com a mecânica do jogo, conseguindo usar muito bem o teclado do computador, demonstrou facilidade em resolver as operações de adição, conseguindo também verbalizar o resultado dos problemas, realizando todas as 10 operações propostas com o máximo de acertos.

A Participante 05 acabou demonstrando dificuldades em relação à mecânica do jogo e com o manuseio do teclado do computador, a participante apresentou dificuldades na assimilação de cores e possui baixo repertório em conhecimentos matemáticos, com os resultados, apresentou interesse no jogo, a dificuldade em relação à utilização do computador foi uma dos maiores desafios para o desenvolvimento da participante no jogo.

A Participante 06 embora não seja criança, possui desenvolvimento cognitivo típico, possui baixo repertório educacional, e por isso sua participação neste estudo, a participante apresentou dificuldade em entender os problemas matemáticos. Demonstrou bastante interesse no jogo, conseguindo controlar o personagem e à medida que permanecia jogando se tornava perceptível que aos poucos começava a entender o objetivo do jogo e melhorar seu desempenho.

## 5. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A avaliação realizada com os participantes demonstrou que a aplicação é capaz contribuir tanto para o ensino de matemática provocando interesse nos usuários a partir de recompensas que podem ser personalizadas para cada usuário tanto para auxiliar os profissionais no processo de avaliação. Todos os participantes demonstraram interesse pela aplicação, e todas as dificuldades apresentadas foram sendo diminuídas à medida que persistem na execução das atividades propostas.

Durante as atividades pode-se perceber que o recurso de cores foi um dos mecanismos que ajudou os participantes no desenvolvimento das atividades. Os resultados parciais deste estudo demonstraram que os participantes puderam aprender algumas operações à medida que verbalizavam os resultados e os acertos a cada atividade realizada. Além disso, demonstraram-se motivadas com o uso do computador.

O Among Edu foi apresentado para 04 profissionais, 03 psicólogos e 01 psicopedagogo para que pudessem conhecer e avaliar sua interface, funções e objetivos. A Tabela 2 apresenta o questionário aplicado aos profissionais com o objetivo de analisar alguns pontos relacionados à usabilidade da aplicação.

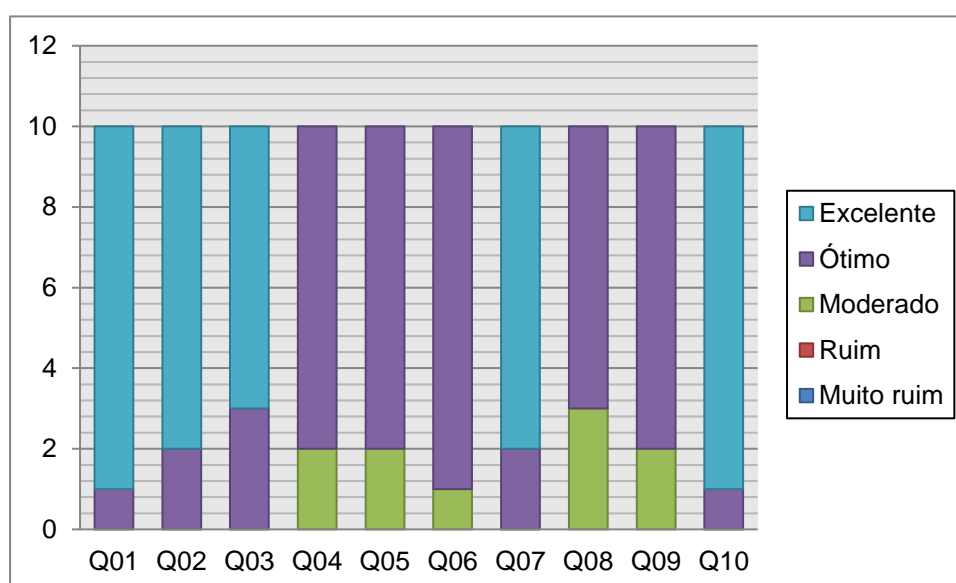
**Tabela 2** - Questionário aplicado aos profissionais

<b>Com relação aos itens abaixo classifique em:</b>	
<b>[ ] Muito Ruim [ ] Ruim [ ] Moderado [ ] Ótimo [ ] Excelente</b>	
<b>Questões:</b>	
Q01	Facilidade de encontrar os itens nas telas?
Q02	Qualidade e tamanho dos objetos?
Q03	Estilo e tamanho das fontes (letras)?
Q04	Ordem das telas?
Q05	Navegabilidade do jogo?
Q06	Confiança do jogo como auxiliar no ensino-aprendizagem?
Q07	Valor do jogo para o ensino-aprendizagem?

Q08	Informações e resultados coletados do usuário pelo jogo?
Q09	Utilidade dessas informações coletadas?
Q10	Relevância de apresentar as informações do usuário ao termino dos desafios?

É importante frisar que a aplicação tem como objetivo servir de apoio ao usuário e ao profissional responsável pela aplicação e avaliação de atividades, colaborando como um instrumento a mais neste processo e não se restringindo ao uso apenas ao usuário. Com base nas respostas colhidas a partir do questionário aplicado a Figura 06 apresenta um gráfico que demonstra os resultados obtidos.

**Figura 06** – Resultado do questionário



Analisando o gráfico da Figura 06 pode perceber que nos resultados as cores referentes às respostas Excelente e Ótimo predominam em todas as questões comprovando assim, que de acordo com os profissionais que responderam o questionário sobre a usabilidade do jogo e a relevância das informações apresentadas nele, obteve uma avaliação positiva.

Uma investigação com um número maior de profissionais pode ajudar a trazer um *feedback* ainda mais assertivo. Com tudo pode se perceber que tanto por parte dos participantes usuários como dos profissionais o Among Edu foi considerado como uma ferramenta com grande potencial para o ensino-aprendizagem de crianças com TEA e dificuldades de aprendizagem.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho apresentou uma aplicação capaz de contribuir para o ensino-aprendizagem de matemática em indivíduos com TEA e dificuldade de aprendizagem. Neste sentido, foi utilizada a combinação de tecnologias computacionais e fundamentos psicológicos para pessoas com TEA e dificuldade de aprendizagem. O Among Edu demonstrou ser capaz de contribuir fortemente tanto como ferramenta de ensino-aprendizagem como de apoio à avaliação para os profissionais responsáveis por acompanhar a aprendizagem do público a qual serão aplicados.

O Among Edu está disponível na versão *desktop (Windows)* e *mobile (Android)*, a versão desktop pode ser baixada no *link*: [https://drive.google.com/file/d/1Ki3l\\_uegze6x3KHOzUZD2xzBRwjbF20H/view?usp=share\\_link](https://drive.google.com/file/d/1Ki3l_uegze6x3KHOzUZD2xzBRwjbF20H/view?usp=share_link). A versão mobile foi submetida na loja de aplicativos da Google, Play Store, para que possa ser baixada gratuitamente, mas até a data de submissão deste estudo não se obteve resposta sobre o aceite da aplicação na loja.

Como trabalhos futuros, pretende-se realizar uma investigação com um público maior de usuários, para extrair mais informações e possíveis contribuições a serem implementadas no jogo. Além disso, investigar a possibilidade de inserir outros idiomas, voz para auxiliar o entendimento dos objetivos do jogo e guiar os usuários.

## REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Disponível em: <http://www.abnt.org.br>, Acesso em: 02 de Novembro de 2022.

ALMEDA, Caroline Martins de; ALBUQUERQUE, Karine. Autismo: Importância da Detecção e Intervenção Precoces. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Vol. 01. pp 488-502, Abril de 2017. ISSN:2448-0959

- AMARAL, Maísa Allana Rabello. Contribuições de jogos digitais na aprendizagem matemática de um aluno autista. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Mídias na Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul Novo Hamburgo, 2018.
- Bernardini, S., Porayska-Pomsta, K., e Smith, T. J. (2014). Echoes: An intelligent serious game for fostering social communication in children with autism. *Information Sciences*, 264:41–60.
- CRUZ, C.; RIBEIRO, U. Metodologia Científica: Teoria e Prática. 2 ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.
- Farias, E., Cunha, M., e Souza, J. W. (2015). ABC Autismo - Uma Aplicação Mobile para Auxiliar no Processo Alfabetizador de Crianças com Autismo. In Anais dos Workshops do IV Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE), page 232.
- Klin, Ami. "Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral." *Brazilian Journal of Psychiatry* 28 (2006): s3-s11.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MOURA, Douglas et al. Teo: Uma suite de jogos interativos para apoio ao tratamento de crianças com autismo. In: Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE). 2016. p. 627.
- PELIN, Leonice. Estratégias para a Inclusão de Alunos com Transtorno do Espectro Autista. 2013. 43 folhas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.
- RIBEIRO, Paula Ceccon et al. ComFiM: Um Jogo Colaborativo para Estimular a Comunicação de Crianças com Autismo. In: Proceedings of the X Brazilian Symposium in Collaborative Systems. 2013. p. 72-79.
- SANTOS, Mirella Cristina Silva; LIMA, Rita de Cássia De Oliveira. Gamificação na Educação Especial: Jogos Digitais e Não Digitais no Ensino-aprendizagem de Estudantes Autistas. Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2020.
- SEVERINO, A. J. S. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SOUZA, Andriele Oliveira; RUSCHIVAL, Claudete Barbosa. Autismo e educação: jogo digital estimulador da comunicação e da linguagem em crianças autistas. *Lat. Am. J. Sci. Educ*, v. 1, n. 12124, 2015.



## SOFRIMENTO PSICOLÓGICO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NO CONTEXTO (PÓS) PANDÊMICO: uma revisão sistemática de literatura

Fábio Roberto Pillatt<sup>1</sup>

Kessia Lorraine da Silva Barros<sup>2</sup>

Lindolfo Ribeiro Dias Terceiro<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho busca explorar e melhor compreender o sofrimento psicológico em estudantes universitários, assim como, verificar a relação de tal sofrimento com atividades cotidianas da vida acadêmica, analisando ainda quanto o contexto pandêmico e pós-pandêmico constituem-se como fator potencializador de tal sofrimento. A pesquisa possui caráter exploratório, de natureza qualitativa, sendo desenvolvida a partir de uma revisão sistemática da literatura e tendo como base de dados a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO). Foi possível constatar o aumento da atenção dada pela comunidade científica em relação ao sofrimento psicológico em estudantes universitários após o período pandêmico do COVID-19, assim como, a necessidade das instituições de educação superior organizarem programas de apoio psicológico para atender seus estudantes.

**Palavras-chave:** Sofrimento Psicológico. Estudante Universitário. COVID-19.

**Abstract:** This work aims to understand psychological distress in university students and to verify the relationship between psychological distress and academic life activities, analyzing the pandemic and post pandemic context as a potentiating factor of this distress. The research is exploratory, with a qualitative approach, having been developed from a systematic review of the literature in the Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), in the Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) and in the Online Scientific Electronic Library (SciELO). It was possible to verify the increase in the attention given by the scientific community in relation to psychological distress in university students after the COVID-19 pandemic period, as well as the need for universities to organize psychological support programs to assist their students.

**Keywords:** Psychological distress. university students. COVID-19.

**Resumen:** Este trabajo busca explorar y comprender mejor el sufrimiento psicológico en estudiantes universitarios, así como, verificar la relación de tal sufrimiento con actividades cotidianas de la vida académica, analizando aún cuánto el contexto pandémico y post pandémico se constituyen como factor potenciador de tal sufrimiento. La investigación presenta carácter exploratorio, de naturaleza cualitativa, siendo desarrollado a partir de una revisión sistemática de la literatura y teniendo como banco de datos la Biblioteca Virtual en Salud (BVS), el Portal de Revistas de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (Capes) y la Biblioteca Electrónica Científica Online (SciELO). Fue posible constatar el aumento de la atención prestada por la comunidad científica en relación con el sufrimiento psicológico de los estudiantes universitarios tras el período pandémico de COVID-19, así como la necesidad de que las instituciones de educación superior organicen programas de apoyo psicológico para servir a sus estudiantes.

**Palabras-clave:** Sufrimiento Psicológico. Estudiante Universitario. COVID-19.

<sup>1</sup>Professor da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS. e-mail: fabio.pillatt@prof.unibalsas.edu.br

<sup>2</sup>Estudante do Curso de Psicologia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. e-mail: kessiab@outlook.com

<sup>3</sup>Estudante do Curso de Psicologia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. e-mail: lindolfoterceiro10@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

A vida acadêmica caracteriza-se como um momento de frutíferas experiências profissionais e pessoais para os estudantes que a vivem, especialmente quando considerada a modalidade presencial de ensino e aprendizagem. No entanto, em várias situações, estas experiências podem também ocasionar o desenvolvimento de transtornos mentais comuns e sofrimento psicológico. Segundo Horta e Horta (2012), o sofrimento psíquico ou psicológico pode ser classificado como um “distúrbio psiquiátrico menor” (DPM), caracterizando um conjunto de manifestações de mal-estar psíquico, de caráter inespecífico, com repercussões fisiológicas e psicológicas que podem gerar limitações. Tais situações parecem ter se intensificado com o período pandêmico de COVID-19 vivido a partir de 2020.

Os anos de 2020 e 2021 podem ser considerados como o período mais incomum e instável vivido até o presente momento do século XXI. A situação de exceção instaurada por conta da pandemia do novo coronavírus, ainda que se trate de uma questão de saúde pública, atravessou o cenário mundial em seus mais diversos campos, trazendo desdobramentos na senda da política, da economia, da sociedade e, por conseguinte, ao campo educacional. A maior parte da população viveu a necessidade de empreender medidas de isolamento, que impactaram sobremaneira nas atividades cotidianas, interferindo nos comportamentos e atitudes de cada pessoa, e logo, também, no seu equilíbrio psicossocial,

A hipótese levantada neste trabalho é de que determinados fatores do cotidiano escolar, mais especificamente, do universitário, possuem relação direta com a vulnerabilidade psicossocial do estudante e, conseqüentemente, com a qualidade da experiência acadêmica por ele vivida durante a realização de seu curso de graduação. Ademais, acredita-se que o cenário presenciado durante o período pandêmico reflete-se sobre os comportamentos pós pandêmicos, potencializando o sofrimento psicológico sentido pelos atuais universitários.

Por conseguinte, este trabalho busca explorar e melhor compreender, por meio de uma revisão sistemática de literatura, o sofrimento psicológico em estudantes universitários, assim como, verificar a relação de tal sofrimento com atividades cotidianas da vida acadêmica, analisando ainda o quanto o contexto pandêmico e pós-pandêmico constituem-se como fator potencializador de tal sofrimento. Acredita-se que uma melhor compreensão dos principais tipos de sofrimento psicológicos vivenciados por estudantes universitários, bem como, suas relações com fatores da rotina acadêmica, poderão servir de importante insumo para a análise da vulnerabilidade psicológica

dos estudantes buscando diagnosticá-la precocemente, aumentando a qualidade da experiência acadêmica vivida e diminuindo os índices de evasão acadêmica.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho científico possui caráter exploratório, de natureza qualitativa, sendo desenvolvido a partir de uma revisão sistemática da literatura sobre o sofrimento psicológico em estudantes universitários nos contextos pré-pandêmico, pandêmico e pós-pandêmico. Para tanto, foi utilizada uma metodologia sistematizada e explícita para a escolha dos artigos científicos, a qual busca identificar, selecionar e avaliar criticamente as produções relevantes relacionadas ao tema, tendo como base de dados portais consolidados de periódicos científicos (GOUGH; OLIVER; THOMAS, 2017).

As diretrizes de elegibilidade e análise das produções contempladas nesta investigação científica foram baseadas no modelo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*). Segundo Page et al (2022), o modelo PRISMA, atualizado em 2020, visa auxiliar autores na elaboração de suas revisões sistemáticas e meta-análises, por meio de um checklist que compreende: as fases de escolha das fontes de dados e descritores; seleção de publicações pautada na análise dos títulos, resumos e na leitura dos textos na íntegra; admissão de critérios de inclusão e exclusão; e avaliação dos artigos selecionados.

A consulta por artigos para compor esta revisão sistemática de literatura foi realizada em setembro de 2022, utilizando-se como base de dados a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO). A opção por estas bases se deu em função das mesmas se tratarem de indexadores importantes da produção científica brasileira e internacional, organizando produções de boa qualificação na avaliação QUALIS.

Como estratégia de busca junto aos portais de periódicos selecionados, foram utilizados os descritores “sofrimento psíquico” e/ou “sofrimento psicológico”, acrescidos das palavras-chaves “estudante universitário”, “pandemia” e “COVID”, no corpo textual dos artigos. Os critérios de inclusão foram: (1) ser artigo científico, (2) estar disponível para leitura na íntegra, (3) estar escrito em língua portuguesa, espanhola ou inglesa, (4) compor periódico revisado por pares, (5) ter sido publicado no período de 2014 a 2022. A partir desta consulta foram encontrados 182 artigos. Como forma de categorização, os artigos selecionados foram divididos em pré-pandêmicos (anteriores à março de 2020) ou pós-pandêmicos (posteriores à março de 2020).

Foram excluídos estudos apresentados em duplicidade nas bases de periódicos utilizadas, restando 21 artigos pré-selecionados, sendo doze oriundos da Biblioteca Virtual em Saúde - BVS,

três oriundos do Portal de Periódicos da CAPES e seis da Biblioteca Virtual Online - Scielo. Os resumos destes artigos foram lidos no sentido de verificar a aderência dos mesmos acerca da temática estudada neste trabalho. A partir desta primeira leitura, foram selecionados 10 artigos que compõem esta revisão sistemática, os quais foram lidos na íntegra por, ao menos, dois pesquisadores com o intuito de identificar, analisar, interpretar e relatar os padrões e principais percepções presentes em cada trabalho.

Abaixo, o Quadro 1 apresenta os artigos selecionados explicitando os anos de publicação, autores, títulos dos artigos, temática central, assim como, a categoria a qual cada artigo pertence (pré-pandêmico ou pós-pandêmico):

Quadro 1. Artigos selecionados para a revisão sistemática de literatura.

Ano	Autores	Título	Base de Dados	Temática	Categoria
2014	Padovani, Ricardo da Costa; Neufeld, Carmem Beatriz; Maltoni, Juliana; Barbosa, Leopoldo Nelson Fernandes; Souza, Wanderson Fernandes de; Cavalcanti, Helton Alexsandro Firmino; Lameu, Joelma do Nascimento.	Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário	Biblioteca Virtual em Saúde	Discute e identifica indicadores de vulnerabilidade e bem-estar psicológicos em estudantes universitários, a partir de relatos de acadêmicos, observação, análise documental e revisão de literatura.	pré-pandêmicos

2016	Antonio dos Santos Andrade Gabriel Arantes Tiraboschi Natália Amaral Antunes Paulo Vinícius Bachette Alves Viana Pedro Alves Zanoto Rafael Trebi Curilla	Vivências Acadêmicas e Sofrimento Psíquico de Estudantes de Psicologia	Biblioteca Virtual em Saúde	Uma pesquisa referente às vivências acadêmicas, trazendo indicadores de sofrimento psíquico e mal estar universitário em estudantes de psicologia	pré-pandêmicos
2019	Rozeira, Carlos Henrique Barbosa; Cruz Netto, Adelino Lopes de Faria, Alice Louvain Coelho, Ewellyn Brum; Vargas, Annabelle de Fátima Modesto.	Vivências na graduação em Psicologia: discutindo a saúde mental dos universitários	Biblioteca Virtual em Saúde	Um levantamento bibliográfico em literatura científica e aplicações de instrumentos de entrevistas para identificar e discutir fatores relacionados à saúde mental de estudantes universitários.	Pré-pandêmico
2019	Karen Mendes Graner Ana Teresa de Abreu Ramos Cerqueira	Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados	Biblioteca Virtual em Saúde	A revisão tem como proposta identificar fatores de risco e proteção para sofrimento psíquico em estudantes universitários.	pré-pandêmico

2020	Marília Guimarães Leal Jardim Tathyane Silva Castro Carla Fernanda Ferreira Rodrigues	Sintomatologia Depressiva, Estresse e Ansiedade em Universitários	Scientific Electronic Library Online	Avalia os níveis de sintomas depressivos, estresse e ansiedade em estudantes universitários dos cursos de saúde em uma universidade federal no interior de Pernambuco.	pré-pandêmica
------	--	--	--	---	---------------

2021	Rosário Martinho Sunde	Impactos da pandemia da COVID- 19 na saúde mental dos estudantes universitários	Coordenaçã o de Aperfeiçoam e nto de Pessoal de Nível Superior	Busca promover uma avaliação dos impactos pandêmicos da COVID-19 à saúde mental de estudantes universitários a partir de revisão de literatura	Pós pandêmicos
2020	Vivian Andrade Gundim Jhonatta Pereira da Encarnação Flávia Costa Santos Josenaide Engracia dos Santos Erika Antunes Vasconcellos Rozemere Cardoso de Souza	SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19	Biblioteca Virtual em Saúde	Identifica as evidências disponíveis sobre formas de apresentação do sofrimento psíquico e ações de proteção e promoção da saúde mental em estudantes	pós pandêmicos

				universitários, durante a pandemia de COVID-19.	
2022	Simone Aparecida de Castro, Leonardo  Aparecido Silva, Julie Anna Barros Smith, Maria de Fátima  Carneiro Dysman  Gomes	Escuta do Sofrimento Mental Estudantil: Relato de Experiência do Atendimento  Psicológico aos  Estudantes da UFRJ	Coordenação de  Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível  Superior	Relato de  experiência  acadêmica de três estagiários de  graduação em  Psicologia da  Universidade  Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no atendimento  psicológico para estudantes da  universidade	pós-pandêmico



2022	Rosário Martinho Sunde	Saúde mental da comunidade universitária na pós-pandemia: desafios e perspectivas	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Objetiva avaliar os impactos psicológicos na comunidade universitária e perspectiva medidas de enfrentamento na pós-pandemia, em forma de revisão integrativa de literatura.	pós-pandêmico
2022	Lisandra Rodrigues de Medeiros Kevin Christian do Carmo Rodrigues Aline Macédo de Queiroz Raissa Millena Silva Florencio Andrey Ferreira da Silva Alvaro Macedo Borges	CARTOGRAFIA DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO AO ACADÊMICO EM SOFRIMENTO PSÍQUICO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS	Biblioteca Virtual em Saúde	Uma coleta de dados e informações em modalidade cartográfica de pesquisa documental, nas universidades públicas brasileiras, acerca dos serviços de acolhimento em saúde mental.	Pós pandêmico <sup>4</sup>

**Fonte:** os próprios autores.

<sup>4</sup>A coleta de dados do último estudo apresentado no quadro ocorreu no período pré-pandêmico (2019) e sua publicação se deu no ano de 2022, considerou-se o artigo, portanto, como pós-pandêmico para a sua categorização neste quadro, sendo o estudo utilizado na seção quatro.

### 3. A ANGÚSTIA PSICOLÓGICA EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Nesta seção são apresentados, a partir de situações vivenciadas em universidades brasileiras, casos de angústia psicológica relatados por estudantes universitários e publicados nos artigos científicos aqui referenciados. Nesta primeira etapa da revisão sistemática de literatura foram analisados somente artigos publicados no período pré-pandêmico, os quais são descritos a seguir.

O trabalho desenvolvido por Andrade et al (2016), faz um alerta inicial acerca da pouca investigação científica existente sobre a vivência estudantil nas universidades, destacando a necessidade de um maior comprometimento por parte das instituições de educação superior em relação ao atendimento de demandas psicoterapêuticas a universitários, como um direito a esse tipo de acompanhamento durante sua formação profissional. Os dados observados na pesquisa demonstram que há uma grande procura por esse atendimento o qual não é correspondido, fazendo assim com que os índices de sofrimento psíquico cresçam cada vez mais. Foi considerado, neste estudo, especificamente os estudantes dos cursos de psicologia.

Por conseguinte, na revisão integrativa realizada por Graner (2019), é possível traçar as razões frequentes do sofrimento psíquico e transtornos mentais em estudantes universitários, focalizando os fatores de risco a eles associados. Foi possível constatar, na pesquisa, que fatores presentes da vida acadêmica estão associados à presença de sofrimento psíquico entre os universitários. Dentre eles, destacam-se a ocorrência de bullying, discriminação social entre universitários, violência escolar, trotes, estruturas pedagógicas e curriculares dos cursos, como fatores potencializadores de transtornos mentais comuns. Com isso é importante salientar a necessidade de intervenções, buscando entender como as situações negativas influenciam na saúde mental desses universitários, compreender a origem desses fatores e de como o sofrimento psicológico se insere no âmbito acadêmico.

Quando analisada a pesquisa desenvolvida por Padovani (2014), a qual buscou identificar indicadores de vulnerabilidade e bem-estar psicológico em estudantes universitários de seis instituições de educação superior brasileiras, foi possível evidenciar que os sinais e sintomas indicadores de estresse, burnout, ansiedade e depressão na população se revelaram comuns, especialmente na população feminina. Segundo a pesquisa, sintomas depressivos podem

atravessar a barreira do sofrimento individual, prejudicando os espaços familiares, as relações interpessoais e também a vida acadêmica. com isso pontua-se a importância da intervenção de profissionais da psicologia no contexto das instituições de educação superior. Entre os diversos resultados encontrados na pesquisa, destacam-se os relacionados ao sofrimento psíquico: 36,9% dos estudantes relataram sofrer alguma dificuldade emocional, 13,5% apresentaram sintomas significativos de ansiedade, 7,26% apresentaram sintomas moderados a graves de depressão e 42,7% relataram apresentar sintomas de estresse.

No trabalho desenvolvido por Jardim (2020) foram avaliados os níveis de sintomas de depressão, estresse e ansiedade em 410 estudantes de uma universidade pública do interior de Pernambuco. O estudo aponta que é cada vez mais nítido e frequente o desenvolvimento de sofrimento psíquico em universitários devido a excessiva autocobrança, pressão imposta pela sociedade e a limitação de momentos de descontração. O tempo completamente dedicado às atividades acadêmicas, em alguns casos, pode fomentar o desenvolvimento de dependência química, como o uso de remédios voltados para o aumento da concentração, calmantes, tranquilizantes, entre outros. Os resultados apresentaram indícios de sofrimento mental (53,9%), prevalência de ansiedade (42%), níveis de estresse moderado (20%) e baixos índices de sintomatologia depressiva (0,6%).

Por fim, Rozeira (2020) destaca que o individualismo e competitividade, as exigências de mercado e as expectativas sociais depositadas sobre o papel do profissional podem funcionar como potentes estressores do estudante universitário. Para amenizar tais sofrimentos psicológicos, muitos estudantes se utilizam de automedicação. A imprudência da automedicação é um fator de risco à saúde, percebe-se certa naturalidade da população universitária em relação a essa prática, mesmo conscientes das consequências negativas. A automedicação é o reflexo do sofrimento em questão, se apresenta como tentativa de escapar desse quadro, mas a falta de acompanhamento profissional e o uso inadequado de medicamentos pode acarretar em graves problemas de saúde com o passar do tempo. Ainda segundo Rozeira (2020), para os universitários que apresentam dificuldades e adoecimento emocional no decorrer de sua trajetória acadêmica se faz importante a existência de programas de apoio psicológico, objetivando diminuir problemas como o estresse, ideação suicida e dificuldades de relacionamento.

É possível constatar, portanto, que a temática envolta à angústia psicológica em estudantes universitários já era percebida, mesmo que de uma forma mais tímida, no período que antecedeu a pandemia mundial do COVID-19. Já havia um esforço no sentido de compreender os principais fatores da vida acadêmica que poderiam configurar-se como potencializadores de uma angústia psíquica discente, bem como, de estabelecer ações para mitigá-los. O período pandêmico, no

entanto, exigiu um olhar mais atento acerca desta temática, como poderá ser vislumbrado na seção seguinte.

#### **4. O IMPACTO DO CONTEXTO PANDÊMICO COMO POTENCIALIZADOR DA ANGÚSTIA PSICOLÓGICA EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS.**

A partir dos principais fatores causadores de angústia psicológica citados na seção anterior e considerando que os mesmos foram organizados por meio de uma revisão sistemática de literatura publicada em um período pré-pandêmico, explora-se, nesta seção, o impacto que a pandemia do novo coronavírus, vivida nos anos de 2020 e 2021, trouxe como fator potencializador da angústia psicológica em estudantes universitários. Para tanto, foram analisados trabalhos científicos que tratam desta temática que foram publicados posteriormente ao início da pandemia.

De acordo com Sunde (2022), durante o período pandêmico e pós-pandêmico, muitos estudantes experienciaram, ou continuam experienciando, eventos de ansiedade e estresse que vão desde o medo de perder o ano acadêmico e o curso, até o medo de contaminação e de perda de pessoas próximas e acompanhar as aulas remotas depois da implementação pelas universidades. Um fator determinante para que este tipo de sofrimento psíquico acontecesse foi o fato de que muitas universidades não possuíam serviços de apoio psicossocial fazendo com que estudantes, professores e toda comunidade acadêmica não encontrassem ajuda em casos de sofrimento psicológico motivados pelas questões acima elencadas.

Sob avaliação dos impactos psicológicos da pandemia da Covid-19 na comunidade universitária a ansiedade e o estresse foram agravados psicológicos vivenciados pela comunidade acadêmica no contexto pandêmico, em decorrência do sentimento de medo em vários segmentos individuais como citados por Sunde (2021), sendo esses alguns fatores de preocupação não somente de eixo pessoal como também institucional, tendo em vista o fato de muitas universidades não possuírem, na fase relatada, serviços de apoio psicossocial, cruciais para a prestação do auxílio devido aos casos de sofrimento psicológico na fase que tanto o demandou.

A importância dos serviços de apoio psicossocial desenvolvidos pelas universidades também foi destacada no trabalho desenvolvido por Rodrigues et al (2022), o qual ocupou-se em mapear os serviços de acolhimento aos acadêmicos em sofrimento mental no Brasil através das presentes 107 universidades públicas de ensino e modalidade presencial, sendo que delas somente 73 instituições oferecem serviços priorizados pelo estudo. Acerca deste mapeamento foi constatada a imprescindibilidade de tais serviços levando em consideração a manutenção da saúde mental e tratamento do sofrimento psíquico vivenciado pelos estudantes ao longo da jornada universitária. Os autores sinalizam para as universidades que ainda não os oferecem a necessidade de tais serviços, reafirmando assim a atenção que deve ser dada para este agrave psicológico no contexto

acadêmico.

A partir de uma revisão integrativa de literatura, Gundim et al (2020) afirmaram que a pandemia e seus aspectos relacionados refletem não somente na saúde mental, ocasionando desregulação no estado emocional e psíquico, mas também corroboram para uma interferência negativa na vida acadêmica de estudantes universitários. Alguns dos fatores observados pelos autores foram listados em: reações emocionais descritas por estresse, ansiedade, luto, raiva e pânico, associadas à preocupação com o atraso das atividades acadêmicas e ao medo de adoecer. Reparam também na necessidade da adoção de medidas e estratégias de prevenção e manejo do sofrimento psíquico nos universitários, tanto por parte das autoridades de saúde quanto pelas universidades e profissionais da educação.

Já Castro et al (2022), em seu recente trabalho publicado, afirmam que dificuldades psicológicas e acadêmicas são variáveis que se inter-relacionam nas queixas apresentadas por acadêmicos, sob relatos de pesquisa qualitativa em psicologia clínica. As principais queixas e sintomas ditos patológicos encontrados foram: crises de ansiedade em 79,16% (19) dos casos - caracterizadas com dificuldade de respiração (falta de ar), baixa concentração, nervosismo, evitação de situações e medo de perder o controle; sintomas de depressão em 75% (18) dos casos – desses 33,33% (8) com ideação suicida e 16,66% (4) com tentativa prévia; problemas referentes ao sono em 12,5% (3) dos casos; prática de autoflagelamento em 8,33% (2); e problemas com álcool e drogas ilícitas (maconha e crack) em 8,33% (2).

A importância do foco deste estudo está em salientar para profissionais, pesquisadores e cidadãos a conscientização individual e institucional sobre a atenção que deve ser dada ao público estudado, tomando como base os riscos e gravidade que estão atreladas à relação entre: o contexto vivenciado na comunidade universitária, tal como os fatores acadêmicos que podem ser listados de maneira genérica como os trabalhos de conclusão de curso (TCC), avaliações e apresentações de trabalhos. A soma contextual com o período pós-pandêmico trouxe consigo cargas emocionais mais agravadas, considerando pessoas enlutadas por entes queridos, vítimas sobreviventes do COVID-19 e indivíduos que embora não tenham sido infectados pelo vírus, desenvolveram condições de sofrimento mental em consequência do isolamento social, rompimento de rotinas e difícil adaptação à nova e inesperada realidade mundial.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar o sofrimento psicológico em estudantes universitários e

sua relação com fatores cotidianos da vida acadêmica. Para tanto, se utilizou de uma revisão sistemática de literatura, tendo como base de dados a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO). A partir das consultas realizadas nas bases de dados, foram encontrados 182 artigos, dos quais dez foram selecionados pelos pesquisadores para leitura e análise. Os artigos selecionados foram categorizados como (1) Pré-Pandêmicos, ou seja, aqueles que foram publicados anteriormente ao início da pandemia mundial do COVID-19; e (2) Pós-Pandêmico, aqueles publicados posteriormente ao início da pandemia.

Uma primeira constatação importante deste trabalho diz respeito ao aumento da atenção dada pela comunidade científica em relação ao sofrimento psicológico. Esta evidência se deu em razão da diferença no números de publicações encontradas nos três anos anteriores ao período pandêmico (2017-2019) em comparação com o período posterior ao início da pandemia mundial do COVID-19 (2020-2022), quando utilizado unicamente o descritor “sofrimento psicológico” e tendo como base de dados para consulta as três bibliotecas acima citadas. Enquanto no primeiro período foram encontrados 1562 artigos, no segundo período foram encontrados 3895 artigos. Evidencia-se, portanto, que apesar do tema já estar sendo discutido em anos anteriores, houve um aumento significativo do interesse pelo mesmo por parte da comunidade científica após o início do período pandêmico ocorrido no ano de 2020.

A partir do olhar na perspectiva pós pandêmica, é sabido que o fenômeno é recente e suas consequências no campo psicológico do ser humano ainda estão em processo de estudo e compreensão, tendo em vista que a fatalidade da pandemia do COVID-19 jamais foi vivenciada no mundo contemporâneo. O resultado negativo no estado de saúde abrange também o meio subjetivo dos indivíduos, o sofrimento psicológico, que atingiu todas as camadas sociais. Com o presente estudo, foi possível contribuir para um melhor entendimento no viés científico de um importante fragmento das parcelas afetadas: o estudante universitário, que hodiernamente soma sua angústia psicológica da dura rotina acadêmica com o fatal contexto pós pandêmico.

Sob a ótica relacional dos aspectos psíquicos e pós-pandêmicos no estudante universitário é perceptível a influência que cada fator mencionado possui sobre os indivíduos estudados. De maneira entrelaçada, observa-se que a fase posterior a pandemia surgida na China, no ano de 2020, trouxe consigo um fenômeno observado em virtude da soma fatorial citada inicialmente e suas características de figurações potencializadoras para o sofrimento psíquico ao acadêmico no contexto avaliado.

Constata-se que ainda são escassos os estudos referentes à temática aqui tratada, desta

forma, priorizar pesquisas que abordem este objeto de estudo no meio científico é imprescindível para o desenvolvimento de possíveis estratégias paliativas e que minimizem o sofrimento psíquico por profissionais da área, para a promoção da saúde do estudante universitário na realidade apresentada. Ademais, foi percebida, a partir dos artigos analisados, a necessidade de uma maior atenção por parte das instituições de educação superior em relação à assistência psicológica de seus estudantes, especialmente no período tido como pós-pandêmico.

Como continuidade desta pesquisa, planeja-se realizar um estudo direcionado acerca do sofrimento psicológico de estudantes em uma instituição de educação superior localizada no sul do estado do Maranhão, levando em consideração o programa de orientação estudantil existente na instituição, seguindo as mesmas diretrizes já utilizadas nos trabalhos citados nesta revisão sistemática de literatura

## 5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Antonio dos Santos et al. **Vivências acadêmicas e sofrimento psíquico de estudantes de psicologia**. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. 2016, v. 36, n. 4 [Acessado 5 Novembro 2022] , pp. 831-846. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703004142015>>. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/1982-3703004142015>.

CASTRO, Simone Aparecida De; SILVA, Leonardo Aparecido; SMITH, Julie Anna Barros; GOMES, Maria De Fátima Carneiro Dysman. **Escuta do sofrimento mental estudantil**: Relato de experiência do atendimento psicológico aos estudantes da UFRJ. *Estudos e Pesquisas Em Psicologia* v. 22, n. 1, 2022.

GOUGH, D.; OLIVER, S.; THOMAS, J. **An introduction to systematic reviews**. 2. ed. London: Sage, 2017.

GRANER, Karen Mendes; CERQUEIRA, Ana Teresa de Abreu Ramos. Revisão integrativa: **Sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 1327-1346, 2019.

GUNDIM, V. A.; ENCARNAÇÃO, J. P. da; SANTOS, F. C.; SANTOS, J. E. dos; VASCONCELLOS,



E. A.; SOUZA, R. C. de. **Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de COVID-19.** Revista Baiana de Enfermagem, [S. l.], v. 35, 2020. DOI: 10.18471/rbe.v35.37293. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/37293>. Acesso em: 5 nov. 2022.

HORTA, R. L., Horta, B. L., & Horta, C. L. (2012). **Uso de drogas e sofrimento psíquico numa universidade do Sul do Brasil.** Psicologia em Revista, 18(2), 264-276. doi:10.5752/P.1678-9563.2012v18n2p264

JARDIM, Marília Guimarães Leal; CASTRO, Tathiane Silva; e FERREIRA-RODRIGUES, Carla Fernanda. **Sintomatologia Depressiva, Estresse e Ansiedade em Universitários.** Psico USF [online]. 2020, v. 25, n. 4. Acessado 5 Novembro 2022 , pp. 645-657. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413/82712020250405>>. Epub 22 Feb 2021. ISSN 2175-3563. <https://doi.org/10.1590/1413/82712020250405>.

MEDEIROS, Lisandra Rodrigues de et al. **Cartografia dos serviços de acolhimento ao acadêmico em sofrimento psíquico nas universidades públicas brasileiras.** Cogitare Enfermagem, [S.l.], v. 27, jan. 2022. ISSN 2176-9133. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/75756>>. Acesso em: 05 nov. 2022. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v27i0.75756>

PADOVANI, Ricardo da Costa et al. **Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário.** Rev. bras. ter. cogn., Rio de Janeiro , v. 10, n. 1, p. 02-10, jun. 2014 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872014000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872014000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 05 nov. 2022.

<http://dx.doi.org/10.5935/1808-5687.20140002>.

PAGE, Matthew J. et al. **A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas.** Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília , v. 31, n. 2, e2022107, jun. 2022 . Disponível em <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742022000201700&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742022000201700&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 24 set. 2022.

ROZEIRA, Carlos Henrique Barbosa. et al. **Vivências na Graduação em Psicologia: discutindo a saúde mental dos universitários.** Saúde em Redes [on line]. 2018, v.4, n.4. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/1690>. DOI: <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2018v4n4p%25p>

SUNDE, R. M. (2021). **Impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos estudantes universitários.** PSI UNISC, 5(2), 33-46. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v5i2.16348>

## Avaliação de Fatores Preditivos de Evasão Acadêmica no Nível Superior

Fernando Hyerro de Lima Ferreira <sup>1</sup>  
 Acácio Oliveira Pimentel <sup>2</sup>  
 Dr. Ailsan José de Oliveira <sup>3</sup>

**Resumo:** A evasão acadêmica é definida como o processo de desistência, abandono, ou exclusão de um curso ou da instituição, podendo ele ser um movimento definitivo, temporário ou espontâneo, sendo um problema que afeta muitas instituições. O presente estudo teve como objetivo identificar os fatores preditivos que influencia na evasão acadêmica. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e de revisão de literatura narrativa. Foram consultadas as seguintes bases de dados: Scielo, BVS e Lilacs com as seguintes palavras chave: Evasão acadêmica, ensino superior, fatores preditivos, faculdade, testes psicológicos. com o operador de busca and. Foram consultados ainda livros, teses e dissertações produzidas nos últimos 20 anos na língua portuguesa. A partir dos resultados do presente estudo foi possível identificar que os instrumentos mais utilizados para avaliar a evasão acadêmica são o Questionário de Vivências Acadêmicas na sua versão reduzida (QVA-r) e o questionário de adaptação acadêmica (QAES). O estudo possibilitou ainda identificar que os principais preditores da evasão acadêmica são aspectos vocacionais, questões financeiras do aluno, relação do aluno com colegas e professores, interação social, relacionamento com os pais e expectativa em cima do curso e instituição. Os resultados da pesquisa possibilitam ampliar o entendimento dos motivos da evasão e desta forma contribui para ações e planejamento por parte das instituições de ensino visando sua prevenção.

**Palavras-chave:** Evasão acadêmica, ensino superior, fatores preditivos, faculdade, testes psicológicos.

**Abstract:** Academic evasion is defined as the process of withdrawal, abandonment, or exclusion of a course or institution, and it can be a definitive, temporary or spontaneous movement, being a problem that affects many institutions. The present study aimed to identify the predictive factors that influence academic evasion. This is a research with a qualitative, descriptive approach and a review of narrative literature. The following databases were consulted: Scielo, VHL and Lilacs with the following keywords: Academic evasion, higher education, predictive factors, college, psychological tests. with the search operator and. Books, theses and dissertations produced in the last 20 years in Portuguese were also consulted. Based on the results of the present study, it was possible to identify that the most used instruments to assess academic evasion are the Questionnaire of Academic Experiences in its reduced version (QVA-r) and the academic adaptation questionnaire (QAES). The study also made it possible to identify that the main predictors of academic eve are vocational aspects, student financial issues, student relationship with colleagues and teachers, social interaction, relationship with parents and expectation on top of the course and institution. The results of the research make it possible to broaden the understanding of the reasons for the evasion and this firm contributes to actions and planning by educational institutions aiming at its prevention.

**Keywords:** Academic evasion, higher education, predictive factors, faculty, psychological tests.

### 1. INTRODUÇÃO

A evasão tem sido um dos problemas que afetam as instituições de ensino em geral. A busca dos motivos que levam a acontecer tem sido objeto de diversos estudos e trabalhos de pesquisa (FILHO, ROBERTO, HIPOLITO & BEATRIZ, 2007). A adaptação na rede de ensino nesse sentido, é um processo que o estudante vivencia diante de novas exigências que vão surgindo no ensino

superior. Questões como desempenho acadêmico, ajustamento á normas da instituição e o convívio social fazem parte da etapa do estudante que busca uma adequação dentro da universidade. (MATTA et al.,2017).

O estudo da evasão no ensino superior brasileiro teve como marco a constituição da Comissão Especial para o Estudo da Evasão pela Secretaria de Educação Superior (SESu) juntamente com o MEC em 1995, encarregado de estudar de forma minuciosa a temática da evasão utilizando para isso um levantamento extenso do assunto, permitindo então o conceito unificado de evasão e o levantamento coerente de dados (BARBOSA, 2013).

Sob a ótica de Diogo et al.,(2016), a evasão acadêmica é um problema que afeta todos os centros. Os índices da evasão são indicadores diretos da eficiência do sistema educacional, de modo que revela a quantidade de concluintes e ingressantes em determinado período de tempo. Sendo assim, um desperdício social, econômico e acadêmico.

Ademais, em se tratando de uma análise quantitativa, os dados são alarmantes: 1670 alunos desistiram de seus cursos em 2008. Com uma leve diminuição do montante em 2011. No entanto de 25 cursos a taxa de evasão em 2011 foi superior 10%. Conseqüentemente com a evasão ocorre a elevação de custos e vagas ociosas. Dados ainda de Diogo (2016).

Existe ainda, fatores envolvendo também o engajamento afetivo dos estudantes sendo elas as dimensões afetiva, cognitiva e comportamental (VITÓRIA, et al, 2018). Fatores esses, atuando de forma mútua e sinérgica, influenciam diretamente a motivação e engajamento dos indivíduos, afetando também a saúde emocional e social dos estudantes.

Sendo assim, o caráter relevante da pesquisa está pautado em reconhecer os fatores preditivos causadores da evasão acadêmica, permitindo então melhor compressão das questões envolvidas no âmbito acadêmico, elencando também fatores relacionados as vivencias acadêmicas individuais que precedem temas importantes para o entendimento de conteúdos pertinentes na área da psicologia como a saúde mental.

Inicialmente é apresentada a definição exata do conceito da evasão acadêmicas seguido das suas eventuais causas e os instrumentos de avaliação psicológica utilizados na pesquisa, de modo a garantir a qualidade das informações que serão relevantes para uma provável avaliação do tema em situações futuras.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e de revisão de literatura narrativa. Foram consultadas as seguintes bases de dados: Scielo, BVS e Lilacs com as as seguintes palavras chave: Evasão acadêmica, ensino superior, fatores preditivos, faculdade, testes psicológicos. com o operador de busca and. Foram consultados ainda livros, teses e dissertações produzidas nos últimos 20 anos na língua portuguesa.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 O QUE É A EVASÃO ACADÊMICA

A evasão acadêmica é um fenômeno que afeta todas as instituições de ensino, conceitualizada como a perda de estudantes nos variados níveis de educação (MOROSINI et al., 2019). Não obstante, os autores Silva e Mariano (2020) apresentaram ainda uma explicação mais abrangente do conceito colocando em pauta o que deve e o que não deve ser chamado de evasão. Tal perspectiva, utilizando como base os critérios do MEC/INEP é apresentada da seguinte forma:

No Brasil existe uma significativa diversidade de concepções de evasão. Para efeitos didáticos, e com o intuito de simplificar a análise das várias acepções existentes de evasão, é possível agrupar os vários conceitos como derivados de três grandes matrizes, que podem ser assim resumidas: a) as que derivam do conceito de evasão elaborado pela Comissão Especial constituída pelo MEC, que analisa a evasão a partir de três dimensões (evasão do curso, da instituição e do sistema); b) as que derivam da teoria e do conceito estabelecidos por Tinto (1975), que partem da análise da trajetória do discente para verificar a evasão; c) as que vislumbram a evasão, enquanto problema público, apenas quando existirem fatores excludentes que independam da vontade do discente, e que impliquem em total saída do discente do ensino superior, desconsiderando a mobilidade, por exemplo, como evasão (2020, p-6).

Além disso, de modo mais simplista a evasão é definida como processo de desistência, abandono, ou exclusão de um curso ou da instituição, podendo ele ser um movimento definitivo, temporário ou espontâneo (PERETTA et al., 2019). Sendo assim, a saída desses estudantes do mundo acadêmico.

Analisando mais fundo a temática em questão, Junior e Real (2017) buscaram interligar a realidade brasileira com a evasão acadêmica usando para isso, uma investigação sobre a ampliação do acesso à educação superior tendo como base a década de 1990. Segundo eles, nessa época a educação era restrita para boa parte da população até meados dos anos 2000, sendo o sistema considerado como elitista.

No entanto, embora a massificação das universidades tenha surgido nesse período, foi concluído a partir de uma análise quantitativa que a evasão teve seu aumento acrescido especificamente nos setores privados no ano de 2010, fato esse correlacionado com fatores econômicos, já nos setores públicos a falta de políticas de alimentação, moradia e transporte aos estudantes consequentemente também favoreceu a evasão acadêmica (COVERO & JOVINO, 2014).

Torna-se necessário expor a influência dos fatores sociais, não só econômicos e políticos preditivos na realidade estudantil. Tendo isso em mente, em 2015 Peretta et.al (2019) propuseram uma roda de conversa com estudantes da Universidade Federal de Uberlândia, colocando em

evidencia de maneira esclarecedora o que realmente motivava os alunos no âmbito profissional e acadêmico.

Para tal, foi utilizado a liberdade dos estudantes para que escrevessem três palavras ou frases para os requisitos exigidos. Desse modo, a conversa incentivou os indivíduos a exprimir de maneira dialógica suas experiências e opiniões no ambiente estudantil, tendo ainda a oportunidade de compartilhar suas respostas entre si. Concluiu-se, portanto, a solidão, a falta de expectativas idealizadas e inadaptação como fatores chave no desempenho dos alunos e conseqüentemente na sua desmotivação diária.

### **3.2 OS PRINCIPAIS FATORES PREDITIDOS DA EVASÃO ACADÊMICA**

O sucesso acadêmico é o resultado de um montante de fatores, um deles são os fatores emocionais ou habilidades emocionais. Muitos estudantes entram nas universidades sem ainda ter habilidades emocionais e estudantis que são necessárias para um sucesso desejado (SANTOS, ZANON & ILHA, 2019).

Diversos estudantes iniciam uma carreira sem conhecer ao certo o que os esperam sem analisar primeiramente as dificuldades que serão enfrentadas, as responsabilidades que serão necessárias e as tarefas que serão exigidas. Ao decorrer do curso esses alunos vão se frustrando por identificarem que a ideia da faculdade não é exatamente como pensavam (TEIXEIRA, CASTRO & ZOLTOWSKI, 2012).

Um fator que pode contribuir tanto para a permanência do acadêmico na instituição quanto para a sua saída são suas relações com os colegas e amigos da instituição. De acordo com a pesquisa de Teixeira, Castro e Piccolo (2007) muitos alunos têm que sair do convívio com os amigos habituais e familiares para se dedicarem ao curso, as vezes mudando de cidade, isso faz com que o elo com seus colegas de turma tenha um papel fundamental para o seu crescimento acadêmico.

Segundo o estudo de Teixeira, Castro e Piccolo (2007) os pais têm um papel relevante para o crescimento acadêmico do filho, pois essa relação mútua mesmo que não morando nas mesmas cidades auxilia na motivação dos jovens ajudando na prevenção da depressão.

Entende-se que o fato de o estudante não conseguir conciliar a vida acadêmica com a vida pessoal faz com que ele decida abrir mão de uma para se dedicar mais a outra. Muitos alunos almejam que o seu curso possa proporcionar também diversão pessoal. Peretta et.al (2019) com o objetivo de apresentar uma estratégia de intervenção psicologia para estudantes universitários que cogitam evadir o curso nos traz uma roda de conversa com alunos de uma universidade. Neste estudo os participantes falaram das dificuldades para conciliar a vida acadêmica e pessoal. Um desses alunos relata que encontra essa dificuldade e que ele acaba dando mais importância a uma do que a outra. Outra aluna diz que seria interessante se o curso também fizesse parte da sua diversão e que não fosse um contraste.

Além disso, existe outro fator que influencia na saída da academia, segundo Veloso e Almeida (2001), a maioria dos acadêmicos que evadem das universidades são homens e uma grande parte são alunos que trabalham. Desse modo o trabalho além da faculdade que muitos alunos principalmente de faculdades particulares têm que realizar influenciam na descarga emocional fazendo com que os alunos desistam do curso.

Segundo nessa linha, pode-se analisar que problemas financeiros também é um fator ao falarmos de evasão acadêmica conforme citado por Bardagi e Hutz (2005) em seu artigo que nos traz uma breve revisão da literatura brasileira quanto a evasão acadêmica.

O descontentamento com a instituição também pode levar o aluno a desistir da sua formação, conforme também citado por Bardagi e Hutz (2005). As instituições podem não atingir a expectativa dos alunos fazendo com que os mesmos se sintam prejudicados e desamparados por conta de alguma falha ou desatenção da universidade.

Continuando com esse ponto de vista, o estudo de Peretta et.al (2019) nos passa que “a universidade é descrita como um espaço que não acolhe as necessidades dos discentes, propaga práticas esvaziadas de sentido e contribui para o desinteresse pelo meio acadêmico” (p.3). Segundo Bardagi e Hutz (2005) no Brasil o aspecto vocacional exerce grande influência na permanência ou saída do acadêmico, lembrando que a vocação profissional é sempre tomada antes da entrada na faculdade.

### **3.3 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA QUE PODEM IDENTIFICAR FATORES PREDITIVOS PARA A EVASÃO ACADÊMICA**

A literatura aponta que alguns instrumentos podem ser utilizados como dispositivos analíticos que, em síntese, ressaltam os fatores preditivos para evasão acadêmica. Tal como a Escala de Satisfação com a Experiência Acadêmica onde os autores Santos, Zanon e Ilha (2019) usaram essa ferramenta para avaliar o nível de contentamento dos estudantes usando como critérios:

(1) Satisfação com o curso, referente ao relacionamento com professores e colegas do curso, relevância de conteúdos e disciplinas; (2) Oportunidade de desenvolvimento, que abrange os eventos sociais oferecidos pela instituição, o currículo do curso e o envolvimento pessoal nas atividades do curso; e (3) Satisfação com a instituição, que diz respeito ao acervo disponível na biblioteca, recursos e equipamentos audiovisuais disponíveis e infraestrutura física da instituição (p-5, 2019)

Segundo o estudo de autoeficácia realizado em 372 estudantes de idades entre 17 e 50 anos em uma Instituição paulista de diferentes cursos da área das ciências exatas e sociais indicou quer a relação de autoeficácia e satisfação como fatores imprescindíveis na permanência dos sujeitos na instituição superior (COSTA, et al., 2014). A pesquisa trouxe como resultado o baixo nível



das relações sociais entre colegas e professores, além da falta de proatividade nas atividades acadêmicas como fatores preditivos de insatisfação e isolamento entre os estudantes.

Anjos e Silva (2017) apontam o uso do Questionário de Vivências Acadêmicas na sua versão reduzida (QVA-r) em um estudo onde foram avaliados 90 estudantes de medicina, 48 do sexo masculino, 32 do feminino na Faculdade de Medicina de Marília (Famema). Tal questionário buscou avaliar os sentimentos e interesses dos alunos a respeito da faculdade.

O instrumento em formato Linkert, foi aplicado aos estudantes de forma presencial avaliando 5 dimensões: Interpessoal, pessoal, carreira, estudo e institucional. A pesquisa constatou a satisfação com o curso, competência e perspectiva de carreira como fatores chave no processo decisório de permanência ou evasão dos acadêmicos.

O questionário de adaptação acadêmica (QAES) foi utilizado por Dalbolsco, (2018) em sua tese sobre a adaptação acadêmica no ensino superior com um estudo voltado para os ingressantes. A amostra foi composta por 404 alunos de diferentes cursos de uma instituição, cuja a média de idade deles é de 19 anos e 58% eram do sexo feminino.

A partir do instrumento utilizado Dalbolsco (2018) analisou a estrutura interna dos 40 itens do QAES e recorreu-se à Análise Fatorial Confirmatória (AFC). O resultado que mostrou uma estrutura fatorial de cinco dimensões. O instrumento utilizado apresentou adequação psicométrica. Dessa forma os resultados do mesmo poderão fornecer ajuda que favoreçam a adaptação de alunos de diferentes instituições e a sua evasão (Idem,2018).

Em um estudo sobre a validação do QAES, Araújo et.al. (2014) realizou a sua pesquisa sobre a evasão acadêmica. Em seus resultados que progrediu de uma análise fatorial exploratória as respostas dos 68 itens do instrumento utilizado analisou que os estudantes representam, efetivamente, em seis dimensões de adaptação: Compromisso com o curso, desenvolvimento de carreira, adaptação acadêmica, interpessoal, pessoal- emocional e da instituição de ensino.

Em uma análise sobre os motivos da evasão acadêmica Ambiel, Santos e Dalbosco (2016) utilizam a Escala de Adaptabilidade de Carreira (CAAS) para avaliar as competências para lidar com tarefas de desenvolvimento de carreira. Os participantes tiveram que responder 22 itens empregados a uma escala likert de 1 a 5 considerando quanto desenvolveram as competências descritas ao longo da vida.

Pela análise colhida, idem (2016) identificou-se uma estrutura de quatro fatores que são: consideração, controle, curiosidade e confiança. Ao discutirem os resultados gerais da pesquisa, foi observado que o CAAS se mostrou como preditor negativo das motivações para a saída das universidades relacionados a carreira.

Tal resultado segundo os autores são explicados pelo fato da pesquisa se referir às ações de planejar e refletir sobre a profissão escolhida, conseqüentemente favorecendo o processo de



reflexão do aluno, uma vez que o aumento dessa habilidade pode conseqüentemente acarretar nos motivos para deixar o curso e se desapontar com a profissão.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o que foi apresentado, compreendeu-se a necessidade do entendimento dos fatores causadores da evasão, bem como sua relevância para os profissionais da área educacional no âmbito acadêmico. O estudo viabilizou a identificação de instrumentos validados que podem vir auxiliar equipes multidisciplinares nas universidades e até escolas.

Foi analisado que para o aluno realizar a tomada de decisão da evasão acadêmica é avaliado diversos fatores. Não apenas fatores relacionados a aprendizagem e educação. Existem também fatores preditivos que acarretam a desistência do curso, como, questões financeiras, relações com colegas e professores, interação social, relacionamento com os pais, aspectos vocacionais e expectativa em cima do curso e da instituição escolhida.

Esses fatores preditivos precisam ser avaliados pela instituição como também por todo o quadro de funcionários para que o problema da evasão acadêmica possa diminuir. Foi possível ainda identificar que esses fatores como financeiro, aspectos vocacionais e interação social podem ser mais significativos para a saída do aluno da instituição do que os aspectos de aprendizagem. No entanto é relevante a necessidade de mais pesquisas no campo acadêmico afim de abranger os estudos desse fenômeno nas instituições públicas e privadas e conseqüentemente tornar viável o uso de estratégias de intervenção.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leandro S.; SOARES, Ana Paula C.; FERREIRA, Joaquim Armando. Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA-r): avaliação do ajustamento dos estudantes universitários. **Aval. psicol.**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 81-93, nov. 2002. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712002000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712002000200002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 10 nov. 2022.

AMBIEL, R.; FERRAZ, A.; PEREIRA, E.; SIMÕES, N.; SILVA, J. Previsão da definição da escolha vocacional a partir de variáveis familiares. **Avanços na Psicologia Latino-Americana**, [S. l.], v. 37, não. 1 p. 89-101, 2019.

AMBIEL, Rodolfo Augusto Matteo; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos; DALBOSCO, Simone Nenê Portela. **Motivos para evasão, vivências acadêmicas e adaptabilidade de carreira em universitários**. Psico (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 47, n. 4, p. 288-297, 2016.

ANDIFES, A.; ABRUEM, A.; SESU/MEC, S. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas: resumo do relatório apresentado a ANDIFES, ABRUEM e SESu/MEC pela Comissão Especial. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 1, n. 2, 1996. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/739>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ANJOS, D. R. L. dos; AGUILAR-DA-SILVA, R. H. A.- da-S. Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA-R):: avaliação de estudantes de medicina em um curso com currículo inovador. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/2968>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ARAUJO, Alexandra. et al. Questionário de Adaptação ao Ensino Superior (QAES): Construção e validação de um novo questionário. *Psicologia, Educação e Cultura*. XVIII. 2014.

BARDAGI, M.; HUTZ, C. S. **Evasão universitária e serviços de apoio ao estudante**: uma breve revisão da literatura brasileira. *Psicologia Revista*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 279–301, 2014.

COLVERO, Bernadino R. JOVINO. Danilo P. **Evasão acadêmica nas IES do Brasil**: uma análise do ano de 2010. RAAES. Rio Grande do Sul. 2014.

DALBOSCO, S. N. P. Adaptação acadêmica no ensino superior: Estudo com ingressantes. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Universidade São Francisco, Campinas. . n 122. 2018

FREITAS, Rafael Scarassatti. A ocorrência da evasão do ensino superior: uma análise das diferentes formas de mensurar. 2016. 1 recurso online (82 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000970585>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

GOMES, MJ; DAMASCENO, AM | **Evasão Acadêmica no Ensino Superior**: Estudo na Área da Saúde. [sl: sn], 2010.

IGUE, Érica Aparecida; BARIANI, Isabel Cristina Dib; MILANESI, Pedro Vitor Barnabé. Vivência acadêmica e expectativas de universitários ingressantes e concluintes. **PsicoUSF**, Itatiba , v. 13, n. 2, p. 155-164, dez. 2008 . Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712008000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712008000200003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 10 nov. 2022.

MOROSINNI, Marília Costa. et al. **A evasão na Educação Superior no Brasil:** uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011. E.U.I.T. de Telecomunicação. 2012.

PERETTA, Anabela A. Costa. OLIVEIRA, Ítalo Weiner Martins de e LIMA, Luana Mundin.

**Roda de conversa sobre evasão:** a psicologia escolar no ensino superior. *Psicologia Escolar e Educacional* [online]. 2019, v. 23 [Acessado 10 Novembro 2022] , e186484. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-35392019016484>>. Epub 9 Dez 2019. ISSN 2175-3539. <https://doi.org/10.1590/2175-35392019016484>.

SANTOS, Acácia Aparecida ZANON, Cristian ILHA, Vanessa Domingues. Autoeficácia na formação superior: seu papel preditivo na satisfação com a experiência acadêmica. *Estud. psicol. (Campinas)*. Vol. 36(0). 2019.

SANTOS, José da Silva. REAL, Giselle Cristina Martins. **A evasão na educação superior:** o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) [online]. 2017, v. 22, n. 2 [Acessado 10 Novembro 2022] , pp. 385-402. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200007>>. ISSN 1982-5765. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200007>.

SANTOS, Sisson de Castro, A. K., & TEIXEIRA, M. A. P. A evasão em um curso de psicologia: Uma análise qualitativa [Dropout at a psychology course: A qualitative analysis]. *Psicologia em Estudo*, 18(2), 199–209. 2013.

SILVA, Leonardo Barbosa e MARIANO, Alexandro Souza. **Definição de evasão e suas implicações (limites) para as políticas de educação superior.** *Educação em Revista* [online]. 2021, v. 37 [Acessado 10 Novembro 2022] , e26524. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-469826524>>. Epub 06 Dez 2021. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-469826524>.

TEIXEIRA, Marco Antonio Pereira; CASTRO, Graciele Dotto; PICCOLO, Luciane da Rosa. Adaptação à universidade em estudantes universitários: um estudo correlacional. **Interação em Psicologia**, Curitiba, dec. 2007. ISSN 1981-8076. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/7466>>. Acesso em: 10 nov. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v11i2.7466>.

## **EIXO 2 – Mostra de Trabalhos de Iniciação Científica.**

Trabalhos produzidos a partir de pesquisas em desenvolvimento por professores, pesquisadores e estudantes que submeteram resumo simples. Este Eixo é composto por 57 resumos.

## A SENSOPERCEÇÃO, SUAS ALTERAÇÕES E PRINCIPAIS FORMAS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Aline Priscila da Silva Iaghy de Sousa<sup>1</sup>

Ana Paula Cardoso Bomfim<sup>2</sup>

Benilde Maria Miranda da Silva<sup>3</sup>

Fábio Roberto Pillatt<sup>4</sup>

Gracilda Moreira Bomfim<sup>5</sup>

**Palavras-chave:** Avaliação Psicológica; Sensopercepção; alteração, MEEM.

**Resumo:** Este trabalho busca analisar as principais formas utilizadas na avaliação de alterações da sensopercepção. É uma pesquisa exploratória, de cunho qualitativo, tendo como procedimento a revisão de literatura narrativa, considerando obras clássicas, e artigos científicos publicados acerca do assunto. A consulta por artigos foi realizada em outubro de 2022, utilizando-se como base de dados a Biblioteca Virtual em Saúde. As palavras-chave utilizadas foram “sensopercepção” e “alteração”, com o operador booleano *AND*. O processo psicológico de sensopercepção, segundo Gazzaniga (2018), refere-se à detecção de estímulos externos e à transmissão da referida informação para o cérebro, seguida do processamento, da organização e da interpretação destes sinais sensoriais. No entanto, em determinadas situações, sejam elas patológicas ou não, existe a possibilidade de alterações deste processo, fazendo com que o ser humano tenha uma compreensão equivocada do sinal sensorial captado. De acordo com Cheniaux (2020), as alterações de sensopercepção podem ser classificadas como quantitativas e qualitativas. Nas quantitativas, citam-se como principais: agnosia, hiperestesia, hipoestesia, anestesia, alucinação negativa, macropsia, micropsia e dismegalopsia. As qualitativas são classificadas como: ilusão, pareidolia, alucinação e, sinestesia. A entrevista, a observação e os testes são fontes de informação fundamentais utilizadas para realizar a avaliação psicológica no processo psicodiagnóstico, conforme estabelece a Resolução CFP nº 09/2018. Segundo Cheniaux (2020), essas técnicas auxiliam o profissional de psicologia a identificar nos pacientes indícios de atividade alucinatoria como: atenção comprometida, falar sozinho, olhar fixo em determinada direção, dentre outros comportamentos. Outra ferramenta apresentada por Barlow (2008) é o exame de estado mental. Segundo Almeida (1998), um dos testes mais utilizados como escala de avaliação cognitiva é o Mini Exame do Estado Mental (MEEM) que é composto por diversas questões agrupadas em sete categorias, com o objetivo de avaliar “funções” cognitivas específicas. Constata-se, portanto, que a entrevista, a observação psicológica e o exame do estado mental, são as ferramentas mais utilizadas para avaliar as alterações senso perceptivas. Para utilizá-las, todavia, se faz necessário o conhecimento das especificidades características do processo senso perceptivo para que então seja possível compreender suas alterações, causas e efeitos.

### Referências:

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. aline.sousa@alu.unibalsas.edu.br

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. ana.bomfim@alu.unibalsas.edu.br

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. benilde.silva@alu.unibalsas.edu.br

<sup>4</sup> Acadêmico do curso de Psicologia e professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. fabio.pillatt@prof.unibalsas.edu.br

<sup>5</sup> Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. gracilda.bomfim@alu.unibalsas.edu.br

AFFONSO, Rosa Maria Lopes; FARIA, Anne Prado de. **Avaliação da psicoterapia breve de adulto**: contribuição do teste de apercepção temática T.A.T. Bol. psicol, São Paulo, v. 65, n. 143, p. 211-228, jul. 2015. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0006-59432015000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432015000200008&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 24 out. 2022.

ALMEIDA, OSVALDO P. **Mini exame do estado mental e o diagnóstico de demência no Brasil**. Arquivos de Neuro-Psiquiatria [online]. 1998, v. 56, n. 3B. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0004-282X1998000400014>>. Acesso em 27 de outubro de 2022.

BARLOW, David H. **Psicopatologia**: uma abordagem integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

CHENIAUX, Elie. **Manual de Psicopatologia**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788527737036. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527737036/>. Acesso em: 16 out. 2022.

ENES, Giovana da Silva Tavares. **Psicologia Clínica e avaliação psicológica** - SÃO Paulo: Platos Soluções Educacionais S.A., 2021.

GAZZANIGA, Michael. **Ciência Psicológica**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

## Knowledge of Game: o uso da gamificação como estratégia pedagógica

Járede Sousa Barros de Oliveira<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Gamificação; aprendizagem ativa; estratégia pedagógica.

**Resumo:** Ao vivenciar a realidade pós-pandêmica, no contexto escolar, percebeu-se uma postura passiva dos alunos, um tanto resistentes em participar das atividades, o que causou uma inquietação pedagógica entre os docentes do Colégio Espaço Criativo, instituição de ensino privada da cidade de Balsas/MA, levando à equipe docente questionar quais estratégias poderiam ser mais efetivas para minimizar a apatia entre o grupo de estudantes dos Anos Finais da referida escola. Para isso, recorreu-se a literatura mais atualizada sobre metodologias ativas e educação inovadora, como Baciche Moran (2018), Camargo e Daro (2018, 2021), considerando também as recentes pesquisas das neurociências e da psicologia cognitiva sobre o processo de aprendizagem. As leituras, assim como as partilhas das ideias advindas dos momentos de trocas de ideias entre os professores possibilitou a compreensão do quanto a experimentação é relevante para a aquisição de saberes, o que torna a apropriação do conhecimento mais ampla e profunda. Estando a experimentação relacionada a situações concretas, em que os alunos sejam desafiados a criar, levantar hipóteses, pesquisar, resolver problemas, elaborar projetos e aprender entre pares, ou seja, a experimentação deve colocar o aprendiz em condição de movimento, criatividade e atividade. Dessa forma, uma das proposições foi o uso da gamificação, visto que a proposta tem como objetivo engajar os alunos em atividades desafiadoras que lhes proporcionem experiências de aprendizagem mais enriquecedoras, trabalhando a liderança, a competitividade sadia, a colaboração, o trabalho em equipe e a autonomia, que são características da educação ativa e inovadora. Após o momento de pesquisa e planejamento, optou-se pelo uso do Google Forms como instrumento para aplicação do game. Cada professor elaborou questões e desafios práticos dos seus respectivos componentes curriculares, em que os alunos, organizados em pequenos grupos, resolvessem as situações propostas e fizessem as entregas via forms. No dia do jogo, Knowledge of Game (Jogo do Conhecimento) os alunos utilizaram celular, tablets e notebooks para acesso ao forms e resolução das propostas. Foi possível acompanhar o engajamento e colaboração entre eles, tornando uma manhã típica de aula em uma experiência ativa e envolvimento direto de todos os envolvidos. Os professores acompanharam a performance dos grupos, relatando o encantamento pela estratégia ter sido efetiva e a aprendizagem ativa e significativa.

### Referências:

BACIH, Lilian e MORAN, José. Metodologias ativas para uma Educação inovadora – Uma abordagem teórico-prática. Editora Penso, 2018.

1 Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [jarede.oliveira@alu.unibalsas.edu.br](mailto:jarede.oliveira@alu.unibalsas.edu.br)  
CAMARGO, Fausto. DAROS, T. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo / Fausto Camargo, Thuinie Daros. Porto Alegre: Penso, 2018.

CAMARGO, F.; DAROS, T. A sala de aula digital: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo, on-line e híbrido. Porto Alegre: Penso, 2021.

SILVA, João Batista da. SALES, Gilvandenys Leite. CASTRO, Juscileide Braga de. Gamificação como estratégia de aprendizagem ativa no ensino de Física. Revista Brasileira de Ensino de

<sup>1</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [jarede.oliveira@alu.unibalsas.edu.br](mailto:jarede.oliveira@alu.unibalsas.edu.br)



Física [online]. 2019, v. 41, n. 4 [Acessado 17 Novembro 2022], e20180309. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9126-RBEF-2018-0309>>. Epub 18 Abr 2019. ISSN 1806-9126. <https://doi.org/10.1590/1806-9126-RBEF-2018-0309>.

## A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DE COLABORADORES PARA O SUCESSO DE UMA EMPRESA.

Samuel Neves Coelho<sup>1</sup>  
Gustavo Rocha Milhomens<sup>2</sup>  
Carla Weber Carvalho<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Investimento. Sucesso.

**Resumo:** Tratando-se da importância do desenvolvimento de colaboradores para o sucesso de uma empresa, é imprescindível citar a situação crítica em que o Brasil se encontra no meio educacional, com uma baixíssima taxa de escolaridade, de acordo com o Instituto Mobilidade e Desenvolvimento (IMDS), 58,3% dos brasileiros não concluem o ensino médio. Situação triste, que leva as empresas a terem dificuldades em agregar membros a sua organização, devido à grande escassez de talentos. Nesse sentido, a necessidade passa a ser o desenvolvimento de colaboradores através de cursos e treinamentos. Entretanto, existem ainda várias empresas que desconhecem a importância da qualificação profissional de cada colaborador, e esperam que os mesmos tragam mais resultados sem investimentos, situação que além de utópica, pode impactar negativamente o crescimento da empresa, visto que o colaborador que não se sente valorizado dentro do ambiente de trabalho tende a perder o seu comprometimento com a empresa, situação que impossibilita a retenção deste colaborador, e conseqüentemente aumenta exacerbadamente a rotatividade de funcionários, causando confusão e desconfiança em toda a equipe. Diante disso, a citada situação pode ser comprovada por uma pesquisa em uma matéria publicada pela Gallup, empresa de pesquisa de opinião nos Estados Unidos da América, em abril de 2015 que demonstra que apenas 13% dos funcionários mundialmente se sentem comprometidos com suas organizações, desse modo, a utilização de atividades com o intuito do desenvolvimento do colaborador no seu cargo é indispensável, para que com isso ele consiga se integrar na empresa e assimilar seus processos adjuntos a tal para a evolução de ambos. Nesse contexto, a figura de um bom gestor tem uma grande responsabilidade, para que a partir dele novos membros tenham uma base do que seguir para assim se adaptarem da melhor forma. Se esse papel da gestão não é transmitido, o colaborador começa a acreditar que possui a liberdade para fazer o que acredita ser melhor baseado em seus valores próprios, valores estes que nem sempre serão compatíveis com os valores da organização, podendo ocasionar assim uma falta de sintonia na equipe, impossibilitando a apresentação dos resultados esperados pela equipe, gerando também uma insatisfação da diretoria com os membros, que não poderão ser culpados visto que os mesmos não passaram por um direcionamento e treinamento adequado por parte da organização.

### Referências:

INSTITUTO MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Desigualdade levam brasileiros a manter baixa escolaridade.** Disponível em: <https://imdsbrasil.org/em-pauta/imds-na-midia/171/desigualdades-levam-brasileiros-a-manter-baixa-escolaridade>. Acesso em: 16 set. 2022.

HARTER, Jim; BECK, Randall. GALLUP BUSINESS JOURNAL. **Managers Account for 70% Variance in Employee Engagement.** Disponível em: <https://news.gallup.com/businessjournal/182792/managers-account-variance-employee-engagement.aspx>. Acesso em: 16 set. 2022

## REESTRUTURAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA DA APAE E DO CENTRO DE ENSINO DOM DANIEL COMBONI

Ilan Eugenio Dalmut<sup>1</sup>  
Jakson Ferreira De Sousa<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Laboratório de informática; Reestruturação; Extensão.

### Resumo:

Este projeto teve como ponto norteador o auxílio na reestruturação da infraestrutura física e lógica dos laboratórios de informática das instituições APAE e Centro de Ensino D. Daniel Comboni, ambas localizadas na zona urbana da cidade de Balsas – MA. Desta forma, intenciona auxiliar alunos e professores no melhor aproveitamento do espaço físico, em especial na utilização dos computadores em atividades educacionais. Esta atividade ficou a cargo de estudantes do curso de Sistemas de Informação da Faculdade de Balsas - Unibalsas. Por meio da parceria entre a Unibalsas e as instituições de ensino APAE e CE D. Daniel Comboni, pertencentes a este projeto, foi possível viabilizar a reestruturação do laboratório de informática, realizando a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática do local. Esta prestação de serviços, realizada pelos estudantes, tornou possível o atendimento a demandas reprimidas nos locais atendidos, considerando que vários equipamentos não eram usados por falta de manutenção. Sendo assim, foi possível atender algumas das demandas apresentadas pelas instituições participantes no projeto, tornando possível e necessário a realização de projetos com o caráter extensionista, aproximando assim a realidade da comunidade local ao contexto vivido no ensino superior. Com a reestruturação do laboratório de informática, tornou-se possível a utilização adequada dos recursos da sala, tanto por parte das crianças, quanto pelos professores, dispoendo assim de melhores condições para o aproveitamento dos computadores e demais recursos do laboratório de informática. Quanto à organização das atividades, foram distribuídas em etapas. Na primeira etapa foram organizadas duas equipes de trabalho, compostas por dois alunos em cada. As equipes foram destinadas às instituições participantes do projeto, onde os alunos realizaram inicialmente levantamento dos recursos pertencentes a cada laboratório. Na etapa seguinte, as equipes precisavam realizar a manutenção corretiva e preventiva nos computadores e melhor disposição dos recursos de cada espaço. Na terceira e última etapa, as equipes elaboraram, para os gestores de cada local, uma lista de melhorias, com apontamentos sobre para laboratório de informática, indicando possíveis investimentos na infraestrutura física e lógica. As visitas ocorreram no período de setembro a novembro de 2022 e foram registradas por meio de fotos e relatórios de acompanhamento, com o objetivo de acompanhar o progresso das atividades realizadas ao longo deste período. Os participantes puderam desenvolver diversas habilidades práticas, a partir dos conhecimentos adquiridos ao longo deste projeto.

### Referências:

- [1] GUIA Técnico de Montagem e Manutenção de Computadores. [S. l.]: Digerati Books, 2009.
- [2] TANENBAUM, Andrew Stuart. Organização Estruturada de Computadores. 5ª. ed. [S. l.]: Pearson, 2013. 452 p. v. 1ª. ISBN 9788576050674.
- [3] CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática. 8ª. ed. [S. l.]: Pearson, 2008. 370 p. v. 1ª. ISBN 9788587918888.

<sup>1</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [ilan.dalmut@alu.unibalsas.edu.br](mailto:ilan.dalmut@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>2</sup> Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [jakson.ferreira@prof.unibalsas.edu.br](mailto:jakson.ferreira@prof.unibalsas.edu.br).

## REESTRUTURAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA DE ALGUMAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE BALSAS – MA

Ilan Eugenio Dalmut<sup>1</sup>  
Jakson Ferreira De Sousa<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Laboratório de informática; Reestruturação; Infraestrutura.

### Resumo:

O projeto em questão intenciona auxiliar na reestruturação da infraestrutura física e lógica dos laboratórios de informática de escolas da rede municipal de ensino de Balsas – MA. Este processo ficou a cargo de estudantes do curso de Sistemas de Informação da Faculdade de Balsas - Unibalsas. Com a reestruturação dos laboratórios de informática, é possível explorar uma variedade de possibilidades de materiais didático-pedagógicos, em especial virtuais, que podem auxiliar no cotidiano das atividades educativas, proporcionando um ambiente com potencial de motivar e, conseqüentemente, gerar reflexões. A partir dos recursos que podem ser acessados por meio do laboratório de informática, é possível expandir as possibilidades de conhecimento, sem precisar sair da escola, possibilitando ao aluno uma diversidade de experiências. Por meio das pesquisas, o aluno pode buscar novas formas de aprender e formular ideias em relação aos assuntos estudados e abordados em sala de aula. Com essa nova inclusão de tecnologia nas escolas, abre-se um leque de outras possibilidades, considerando que cada vez mais o professor poderá usufruir deste espaço educativo, diversificando suas estratégias. No caso do aluno, espera-se que possam usufruir de maneira responsável da sala de informática, utilizando os computadores com foco na complementação aos materiais apresentados pelo professor, o auxiliando na busca por um melhor entendimento sobre as temáticas expostas em sala. Foi possível constatar que as escolas não possuem uma assessoria técnica adequada, quanto à manutenção e conservação dos laboratórios de informática. Quanto à organização das atividades, deu-se em etapas. Na primeira etapa foi realizada a seleção das escolas que seriam contempladas, juntamente com a secretaria de educação, que realizou a indicação das escolas: Marinha Rocha, Prof<sup>a</sup>. Virgínia Cury, Pe. Ângelo de Lassalandra, Elias Alfredo Cury, Eliezilda C. Rocha, Prof<sup>a</sup>. Antônia Cardoso de Moraes, Monsenhor Clovis Vidigal, Agostinho Neves, Joaquim Coelho e Silva, João Botelho Filho, Eurico Bogéa e Prof<sup>a</sup>. Joca Rêgo. Os alunos participantes do projeto foram organizados em duplas, para um melhor aproveitamento das atividades. Em seguida, foram realizadas as visitas nas instituições participantes do projeto e constatado que nos laboratórios havia sérios problemas de infiltração, poucos recursos em condições de uso e, na maioria dos casos, o espaço era utilizado como depósito de materiais diversos. A maior parte dos equipamentos encontrava-se danificada, sem a possibilidade de conserto. As visitas ocorreram no período de abril a maio de 2022 e foram registradas por meio de fotos e relatórios de acompanhamento, com o objetivo de identificar os principais problemas na infraestrutura de cada local. Em seguida, todas as informações foram repassadas à Secretaria Municipal de Educação, para ciência. Todos os participantes do projeto puderam desenvolver diversas habilidades práticas, a partir dos conhecimentos aprendidos no

<sup>1</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [ilan.dalmut@alu.unibalsas.edu.br](mailto:ilan.dalmut@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>2</sup> Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [jakson.ferreira@prof.unibalsas.edu.br](mailto:jakson.ferreira@prof.unibalsas.edu.br).

curso de Sistemas de Informação da Faculdade de Balsas - Unibalsas e também se aproximaram de atividades relacionadas ao cotidiano de um profissional da área.

### Referências:

- [1] GUIA Técnico de Montagem e Manutenção de Computadores. [S. l.]: Digerati Books, 2009.
- [2] TANENBAUM , Andrew Stuart. Organização Estruturada de Computadores. 5ª. ed. [S. l.]: Pearson, 2013. 452 p. v. 1ª. ISBN 9788576050674.
- [3] CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática. 8ª. ed. [S. l.]: Pearson, 2008. 370 p. v. 1ª. ISBN 9788587918888.

## O PRAZER DE LER FREUD

Paulo do Nascimento Sousa<sup>1</sup>  
Ana Paula de Sousa Abreu<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Freud, Psicanálise, Sexualidade, Desejos.

**Resumo:** Este é um projeto que faz parte do PROEX do núcleo de extensão da Unibalsas, é fruto do grupo de estudos “Desvendando a Psicanálise”. Que é um grupo que objetiva tornar a psicanálise mais acessível e compreendida. Neste resumo trabalhamos a obra O prazer de ler Freud. Nossa metodologia foi de cunho bibliográfico buscando analisar o livro que é a nossa base do grupo de estudo deste semestre 2022.2, e essa obra nos apresenta algo muito grande: a teoria do pai da psicanálise, em um esquema que pedagogicamente vai nos guiando passo a passo em um processo de descoberta de como ler a teoria freudiana. No primeiro momento, em “Como ler Freud”, é apresentado o que devemos abstrair de uma leitura psicanalítica e ainda mostra que este livro é uma obra introdutória que vai nos orientar no essencial da teoria que estamos estudando, como por exemplo, quando o livro fala do objetivo da psicanálise sugerindo que ela “ocupa-se do amor e do ódio, do desejo e da lei, dos sofrimentos e do prazer, de nossos atos de fala, nossos sonhos e nossas fantasias”. Já no esquema da lógica do funcionamento psíquico a obra vem nos dar pistas de quais as causas de nossos atos e como funciona nossa vida psíquica, nele é possível uma rápida observação sobre os temas fundamentais que são “o nosso inconsciente, o recalçamento, a sexualidade, o complexo de Édipo, as três instâncias psíquicas que é o eu, o isso e o supereu, o conceito de identificação e a transferência no tratamento analítico”. Nas definições do inconsciente, é possível compreender que ele se revela através de atos, falas e imagens. No sentido sexual de nossos atos, vem contribuir com os conceitos psicanalíticos sexuais e nos apresenta as pulsões sexuais múltiplas que povoam nosso inconsciente e nos mostra que essas pulsões vão desde de nosso estágio embrionário até a nossa morte. Já no conceito psicanalítico de sexualidade, fala das nossas necessidades, de nossos desejos e do amor, organizado cada um deles em sua esfera de importância para uma concepção de nosso inconsciente. Já no conceito de identificação para a psicanálise, seria uma busca no outro por uma qualidade que o atrai e ajuda no processo de transformação da pessoa que se identificou com tal conceito percebido. Para fechar, o autor fala do inconsciente do psicanalista que é vista pelo analisado como ponto de transferência de suas pulsões, porém este projeto ainda não foi concluído.

### Referências:

NASIO, J.-D. **O prazer de ler Freud**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1999.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação nas Ciências (2021) Professor da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS. Email: paulo.sousa@prof.unibalsas.edu.br

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Balsas.

## COMO OS SOFTWARES PODEM SER IMPORTANTES PARA O RECRUTAMENTO INTERNO.

Ilan Eugenio Dalmut<sup>1</sup>  
Gabriel Siqueira Gama<sup>2</sup>  
João Raimundo de Andrade Matos Silva<sup>3</sup>  
Carla Weber Carvalho<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** Seleção de pessoas, Cultura organizacional, Dados do empregado, Setores empresariais e ferramentas de otimização.

**Resumo:** Este estudo da área de Gestão de Pessoas, tem como foco tematizar sobre o recrutamento interno. O recrutamento interno é um processo de seleção de funcionários dentro da própria empresa para o preenchimento de novas vagas de emprego. Esse tipo de processo seletivo apresenta inúmeras vantagens e pode ser utilizado antes do recrutamento externo. Segundo Souza; Santos (2015, p. XX) “A utilização da tecnologia da informação dentro das organizações é crescente, estando presente em todas as áreas. O setor de Recrutamento e Seleção vem sendo beneficiado com este avanço tecnológico.” Assim, destacamos que as vantagens do uso de recrutamento interno é a renovação da moral de funcionários que já trabalham na empresa, pois podemos pegar alguém que está em uma área que não tem tanto interesse, e possui um baixo rendimento e colocá-lo em um setor no qual ele irá se identificar e se esforçar mais, trazendo assim uma melhora no ambiente de trabalho, no desempenho do funcionário e da própria empresa. A tecnologia pode facilitar na hora de recrutar pessoas, tanto externamente quanto internamente, mas devemos ter cuidado em qual *software* devemos escolher, pois, por mais que às vezes os gestores busquem maneiras rápidas de solucionar os problemas, deve-se observar nas escolhas do recrutamento, e selecionar a pessoa correta para aquela função. Então, para uma melhor escolha de pessoas que vão compor os cargos da empresa, o *software* que for escolhido, deve: avaliar os perfis e os cargos para ver se combinam, catalogar documentos importantes entre eles: currículos, contratos de trabalho e faturas, controle em tempo real e agendar as entrevistas. Os *softwares* de R&S (recrutamento e seleção) contribuem com uma dinâmica mais específica da empresa, por exemplo, quando a empresa precisa contratar novos funcionários, ela busca sempre as pessoas mais qualificadas, seguindo os conhecimentos e habilidades que esta pessoa possui. Mas ao invés da empresa contratar novos funcionários, ela pode optar por escolher um recrutamento interno, utilizando *softwares* para o gerenciamento do mesmo, sendo assim, a empresa não precisará arcar com custos elevados de processos de novas contratações, e o desafio de encaixar alguém para aquele setor específico. A empresa pode buscar *softwares* que demonstram por meio gráficos e relatórios os conhecimentos, habilidades e atitudes de cada funcionário, seu fluxo de trabalho na empresa, seu ânimo e entre outros, dados esses coletados, principalmente por avaliação de desempenho, e *feedback* do gestor. Melhores *softwares* de recrutamento atualmente são Gupy e Culture.Rocks.

<sup>1</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [ilan.dalmut@alu.unibalsas.edu.br](mailto:ilan.dalmut@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>2</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [gabriel.gama@alu.unibalsas.edu.br](mailto:gabriel.gama@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>3</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [joao.silva@alu.unibalsas.edu.br](mailto:joao.silva@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>4</sup> Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [carla.weber@prof.unibalsas.edu.br](mailto:carla.weber@prof.unibalsas.edu.br)



**Referências:**

- [1] SOUZA, Dercia; SANTOS, Ingrid. Uso da tecnologia da informação no processo de recrutamento e seleção. SEGeT, [S. l.], p. 01-15, setembro, 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/952469.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.
- [2] GUIMARÃES, Bruna. Recrutamento interno: o que é, vantagens e como fazer?. Gupy, [S. l.], 1 set. 2022. Disponível em: <https://www.gupy.io/blog/recrutamento-interno#:~:text=Recrutamento%20interno%20é%20um%20processo,utilizado%20antes%20do%20recrutamento%20externo.&text=É%20comum%20o%20surgimento%20de%20vagas%20em%20aberto%20dentro%20de%20uma%20empresa>. Acesso em: 15 set. 2022.
- [3] SOFTWARE de recrutamento e seleção: tudo o que você precisa saber. Vagas for business, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://forbusiness.vagas.com.br/blog/software-de-recrutamento-e-selecao/>. Acesso em: 29 set. 2022.

## RECRUTAMENTO E SELEÇÃO COMO ESTRATEGIAS DE GESTÃO

Vanessa Alves Jorge De Castro<sup>1</sup>  
 Rebecca Vitória Garcia Juy<sup>2</sup>  
 Vitória Eduarda Sousa Ferreira<sup>3</sup>  
 Carla Weber Carvalho<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** Recrutamento; seleção; gestão.

**Resumo:** O que se pretende nesta pesquisa é analisar o processo de recrutamento e seleção, bem como a valoração do mesmo como uma importante ferramenta interligada a integração e estratégias de gestão. O método utilizado para realização do trabalho foi analítico e exploratório, pois no primeiro momento foi analisado o material a ser utilizado, e no segundo procurou-se se familiarizar com os processos de recrutamento, buscando maior compreensão e precisão sobre o assunto explanado. Vale enfatizar que os objetivos organizacionais só são possíveis por meio de pessoas, por essa razão é importante ter cautela no manejo do processo de seleção de pessoas, logo, é pretendida a escolha dos candidatos com melhor perfil afim de preencher as expectativas e potencialidades com as perspectivas e necessidades previstas para o cargo ou posição em processo de preenchimento de vaga em aberto, diante disso uma boa gestão se faz pela escolha de colaboradores e como consequência promove maior êxito a empresa e atenuação a rotatividade, além de maiores resultados eficientes de pessoas empenhadas visando o crescimento da organização e seus ideais. O recrutamento e seleção quando bem manejados promove ao gestor uma junção de aspectos profissionais e pessoais dos candidatos, tendo em vista a adequação ao cargo. Diante disso, quando bem executada a seleção resultará em crescimento e aprimoramento desenvolvendo novas estratégias e metas, ou seja, o recrutamento influencia diretamente no resultado e sucesso de uma entidade, mediante isso insta uma descrição de cargo com ideais voltados a necessidade da organização, e com isso garantir que se assertiva a seleção os resultados serão promissores a empresa. O recrutamento tem como vantagem atrair sangue novo para a organização, novas competências e expectativas além do fato de alguns candidatos terem sido treinados por outras empresas ou até mesmo sem experiências o que torna corriqueiro moldar o indivíduo, o que é bom para a organização, pois terá potencial para buscar novas ideias e inovações, uma vez que traz novas experiências, contribuindo com novos conhecimentos, atualizações de tecnologias, métodos e processos de trabalho podendo agregar conhecimento e vantagens a empresa. A seleção bem executada e a garantia de um recrutamento adequado em conjunto direto com as necessidades da empresa e seus ideais resultam em viabilidade e crescimento da organização.

### Referências:

- [1] CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações**. São Paulo: Atlas, 2006.
- [2] ORLOWSKI, Adelcio Roberto. **A IMPORTÂNCIA DO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PARA AS EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE**. 2021. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de

<sup>1</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. vanessa.castro@alu.unibalsas.edu.br

<sup>2</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. rebecca.juy@alu.unibalsas.edu.br

<sup>3</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. vitoria.ferreira@alu.unibalsas.edu.br

<sup>4</sup> Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. carla.weber@prof.unibalsas.edu.br .

Administração, Universidade de Caxias do Sul Campus Universitário de Nova Prata, Nova Prata, 2021.

[3] **RECRUTAMENTO EXTERNO: O QUE É, AS FONTES E AS VANTAGENS E DESVANTAGENS.** São Paulo, 06 dez. 2017. Disponível em: <https://www.kenoby.com/blog/recrutamento-externo>. Acesso em: 12 set. 2022.

[4] **TIPOS DE RECRUTAMENTO E SUA IMPORTÂNCIA PARA UMA GESTÃO ADEQUADA DE PESSOAS APLICADAS A EMPRESAS.** Garça, São Paulo: Editora Faef, 2017. Disponível em:

[http://www.faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/dBGH58nixEbJRER\\_2013-4-30-10-37-37.pdf](http://www.faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/dBGH58nixEbJRER_2013-4-30-10-37-37.pdf). Acesso em: 12 set. 2022.

## AS SETE FERRAMENTAS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Tiago Moreira Rodrigues <sup>1</sup>  
 João Carlos Caxias Fernandes <sup>2</sup>  
 Vagner dos Santos Melo <sup>3</sup>  
 Carla Weber Carvalho <sup>4</sup>

**Palavras-chave:** Gestão de pessoas, recrutamento, ferramentas de seleção.

**Resumo:** Este estudo aborda sobre sete métodos usados para recrutar e selecionar pessoas. Para esta pesquisa utilizaremos como base a metodologia bibliográfica, sendo usados livros de autores que discorrem sobre o assunto. Segundo Chiavenato (2003, p. 02) “Todas as organizações são constituídas por pessoas e por recursos não-humanos (como recursos físicos e materiais, financeiros, tecnológicos, mercadológicos etc.)”. O objetivo desse estudo é mostrar alguns dos métodos de recrutamento e seleção mais usados atualmente, destacado sete em específico que são eles: Redes Sociais, Entrevistas, Software de Análises Comportamentais, Testes de Conhecimentos, Dinâmicas de Grupos, Testes Psicológicos e Exames Médicos. Esse tema foi escolhido como uma forma de auxiliar gestores de Recursos Humanos que podem estar começando nessa área ou aqueles que já trabalham, mas estão buscando novas informações ou se atualizando. Mostrado algumas formas das mais conhecidas e usadas atualmente pelas organizações na hora de buscar colaboradores novos ou até mesmo fazer algum remanejamento de funções ou setores com colaboradores que já fazem parte do quadro de funcionários. Importante destacar que para cada perfil profissional que a empresa deseja contratar, podem ser usados métodos diferentes, desta forma cabe ao setor de recursos humanos juntamente com o gestor, escolherem os métodos que melhor contribuirá para a realização da seleção.

### Referências:

- [1] CHIAVENATO, IDALBERTO. **Introdução à teoria geral da administração**. Rio de Janeiro. Brasil, 2003.
- [2] CHIAVENATO, IDALBERTO. **Gestão de Pessoas; e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro 3<sup>o</sup>ed., 2008.
- [3] CHIAVENATO, IDALBERTO. **Recursos Humanos: edição compacta**. São Paulo: 6.ed. Atlas, 2000.

<sup>1</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – Tiago Moreira. [tiago.rodrigues@alu.unibalsas.edu.br](mailto:tiago.rodrigues@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>2</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – João Fernandes. [joao.fernandes@alu.unibalsas.edu.br](mailto:joao.fernandes@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>3</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – Vagner Melo. [vagner.melo@alu.unibalsas.edu.br](mailto:vagner.melo@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>4</sup> Professor da Faculdade de Balsas – Carla Weber. [carla.weber@prof.unibalsas.edu.br](mailto:carla.weber@prof.unibalsas.edu.br)

## É PRECISO MOTIVAR PARA ALCANÇAR PRODUTIVIDADE

Jessica dos Santos Bezerra<sup>1</sup>  
Leda de Sousa Santos<sup>2</sup>  
Matheus de Sousa Nascimento<sup>3</sup>  
Carla Weber Carvalho<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** Propósito, feedback, autonomia, colaborador e organização.

**Resumo:** Esta pesquisa apresenta a temática sobre como a motivação dos colaboradores afeta a produtividade na empresa. O trabalho de forma automática gera para o colaborador algo repetitivo que acaba o desmotivando e lhe cansando da rotina, o que permite nascer dentro da organização a convivência frustrante com os demais colaboradores. Por ser uma empresa, o trabalho, na maioria das vezes, não é desenvolvido por um membro apenas, mas existem outras pessoas que fazem com que haja resultado final positivo ou negativo. A ausência de clareza e definição dentro da organização leva o atraso na entrega de mercadorias ou prestação de serviço a terceiros, trazendo transtorno para o cliente e a empresa, pois a excelência e produtividade não foi concluída positivamente. Vale lembrar que os colaboradores de uma organização são peças principais para o bom crescimento organizacional. “A motivação é uma das grandes forças impulsionadoras do comportamento humano, sendo a grande responsável pelos níveis de desempenho pessoal e profissional obtidos pelos trabalhadores de uma organização” (GONÇALVES, 2004, p. 46). É notório que a motivação é a base e um dos principais fatores para impulsionar o comportamento de uma pessoa sendo ela colocada em prática de diversas maneiras, tal como reconhecer o trabalho feito, sendo ela um meio para o bom rendimento de um colaborador. Apresentar um trabalho de qualidade dentro da organização, o sucesso e a produtividade da organização dependem do resultado de seus colaboradores. Por isso, é importante que a empresa visualize a progressão dessas situações internas e mal definida para sanar esse problema que vem acompanhado de custos e impactos na lucratividade da organização. Um caminho positivo é quando o setor de Gestão de Pessoas juntamente com o gestor da equipe, entram em ação para com isso planejarem e desenvolverem técnicas e recursos, para conciliarem os objetivos da organização. Após isso, é possível analisar o avanço da produtividade e ver se o planejamento estratégico irá gerar bom empenho. A pesquisa tem como objetivo apresentar para a organização e colaborador um lado mais amplo no que se trata de desenvolvimento e produtividade, visto que atualmente a demanda de entrega de mercadoria e cumprimento de prazos em várias atuações do mercado tem sido grande, e nem sempre a meta é alcançada. Observando o desempenho e as situações abordadas conclui-se que a motivação é a base para uma organização avançar tendo os colaboradores como seus parceiros e desta forma incentivados a oferecerem o melhor no que fazem e cumprirem as metas da organização.

<sup>1</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [jessica.bezerra@alu.unibalsas.edu.br](mailto:jessica.bezerra@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>2</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [leda.santos@alu.unibalsas.edu.br](mailto:leda.santos@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>3</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [matheus.nascimento@alu.unibalsas.edu.br](mailto:matheus.nascimento@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>4</sup> Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [carla.weber@prof.unibalsas.edu.br](mailto:carla.weber@prof.unibalsas.edu.br)

**Referências:**

- [1] ARAUJO, Luis César G; GARCIA, Adriano Amadeu. **Gestão de Pessoas, Estratégias e integração organizacional**. 2.ed. São Paulo. Editora Atlas, 2014
- [2] BERGAMINI, Cecília W. **Motivação nas Organizações**, 7ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788597017670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>
- [3] PINTO, Joana Rita de Almeida Guedes. **Gestão de Recursos Humanos; motivações e incentivos: estudo da orientação personalizada da aptidão física dos colaboradores da ODLO Portugal Têxteis**. 2013. 158 f. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, 2013.
- [4] GONÇALVES, Maria de Fátima Santos. **Satisfação com o trabalho: Continental Mabor, um caso sui generis?**. 2004. 221 f. Dissertação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Edição do Autor. 2004

## TERAPIA COM ARGILA NA COSMETOLOGIA E EM TRATAMENTOS CAPILARES

Isabel Cristina Alves Moreira<sup>1</sup>  
 Amanda Borges Mota<sup>2</sup>  
 Ediana Neila dos Santos Araújo<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Argila. Argiloterapia. Cosmetologia. Tratamentos Capilares.

**Resumo:** A argiloterapia ou geoterapia é uma terapia complementar milenar utilizada pelo homem a um bom tempo para diversos fins. Conforme Truppel, Marafon e Valente (2020), os egípcios a utilizavam para cura e tratamento de algumas enfermidades. A argila é um mineral orientado em grânulos delgados, que ao hidratar obtêm certa maleabilidade, assumindo potencial de remover impurezas, revitalizar tecidos e fazer a ativação circulatória. Possui ação tensora, estimulante, amaciante, suavizante e absorve a oleosidade da pele. Possui minerais na sua composição, como: ferro, potássio, silício, alumínio, magnésio e outros. Tem-se o seu uso na cosmética e outras terapêuticas. Há dois tipos de argilas: primárias (forma de pó) e secundárias (forma de água com argila). Rodrigues (2022) classifica-as de acordo com suas cores: Branca (para pele sensíveis e desidratadas); Verde (para peles oleosas e com acne, tratamentos corporais e capilares); Vermelha (rica em óxido de ferro e cobre); Rosa (indicada para peles sensíveis, delicadas, cansadas e sem viço); Cinza (para peles manchadas e oleosas, contra cravos e espinhas, e esfoliação); Preta (desintoxica a pele, em especial as oleosas); e, Amarela (tonifica a pele, indicada para peles maduras e cansadas). Destacam-se que para tratamentos capilares são usadas argilas verde, branca e rosa. As contraindicações são: peles com lesão ou reações alérgicas aos compostos (TRUPPEL, MARAFON, VALENTE, 2020). Tendo como eixos problematizadores as afecções/problemas relacionados ao couro cabeludo e a pele de um modo geral, o trabalho tem como objetivo analisar o uso da argiloterapia na Cosmetologia e nos tratamentos capilares e a identificação dos principais tipos, classificação, indicação e benefícios do uso das argilas, e justifica-se em virtude de existir diversas utilizações e apresentações de argila na composição de diversos produtos cosméticos e estéticos. O fortalecimento de estudos a respeito da argila, principalmente na terapêutica do couro cabeludo, merece destaque por ser um tratamento natural e que pode ser usado em combinação com outros tratamentos cosméticos. Trata-se de um estudo exploratório realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica baseada em Gil (2008). Foi realizada uma busca literária no Google Acadêmico no período de 07 a 09 novembro de 2022. Foram selecionadas três referências publicadas entre 2017 e 2022 que atendem os critérios de inclusão. Destaca-se a necessidade de investir na produção de conhecimentos sobre esse tema, pesquisa e prática pelas várias propriedades e benefícios que a argila proporciona, tendo sido constatado por meio da pesquisa que a argila na terapia capilar é usada como terapia complementar para tratar o couro cabeludo com seborreia, caspa e dermatites seborreicas. Aplicada no couro cabeludo, a argila proporciona uma espécie de peeling capilar: remove células mortas, libera toxinas, ativa a circulação, remove impurezas e resíduos (LIMAS, DUARTE E MOSER, 2017). Na Geoterapia Facial e na Corporal: o objetivo é a higienização, esfoliação e tonificação (RODRIGUES, 2022).

### Referências:

[1] GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. coord.estetica@unibalsas.edu.br .

<sup>2</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. amanda.borges@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>3</sup> Professor da [NOME da IES] – [SIGLA]. ediana.araujo@alu.unibalsas.edu.br



[2] LIMAS, Jaqueline Rosa de; DUARTE, Rosimeri; MOSER, Denise Krüger. A ARGILOTERAPIA: uma nova alternativa para tratamentos contra seborreia, dermatite seborreica e caspa. **Revista Científica do Centro Universitário de Jales (Unijales)**, ISSN: 1980-8925. REUNI (2017), Edição VIII, 6-18. Disponível em: <https://reuni.unijales.edu.br/edicoes/12/a-argiloterapia-no-tratamento-da-dermatite-seborreia-no-couro-cabeludo.pdf>. Acesso em: 08/11/2022.

[3] RODRIGUES, Ana Paula Herber. **Geoterapia e seus benefícios**. Gama, DF: UNICEPLAC, 2022.

[4] TRUPPEL, Amanda; MARAFON, Hellen Camila; VALENTE, Caroline. ARGILOTERAPIA: uma revisão de literatura sobre os constituintes e utilizações dos diferentes tipos de argila. **FAZ CIÊNCIA**, VOL. 22, N. 36, 2020 – P. 06-08.

## OS FATORES QUE INFLUENCIAM NO PROCESSO ATENCIONAL

Aline Fátima Weber<sup>1</sup>

Dayane Alves Da Silva<sup>2</sup>

Helena Moraes Da Silva<sup>3</sup>

João Miguel Lima Weber<sup>4</sup>

Maria Do Socorro Rocha Lima<sup>5</sup>

Aislan José de Oliveira<sup>6</sup>

**Palavras-chave:** Atenção. Estímulos. Foco

**Resumo:** O processo atencional refere-se a uma quantidade seletiva de estímulos que são percebidos e envolvidos em muitas atividades mentais (DAVIDOFF, 2001; GAZANIGA, 2018). Ainda nesse contexto, pode-se dizer que a atenção é um processo de escolha onde o indivíduo decide focar-se em determinado estímulo desprezando outros, considerados irrelevantes no ambiente em que o cerca (MORENO, 2022). O objetivo desta pesquisa foi de identificar na literatura os fatores que influenciam nos processos atencionais. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e de revisão de literatura narrativa. Foram consultadas as seguintes bases de dados: Scielo, BVS e Lilacs com as seguintes palavras chave: atenção, estímulo e foco com o operador de busca *and*. Foram consultados ainda livros, teses e dissertações produzidas nos últimos 20 anos na língua portuguesa. Após a apresentação do conceito de atenção, apresenta-se alguns tipos desse processo atencional: 1. **Atenção seletiva** é a capacidade de selecionar um ou dois estímulos relevantes em determinados contextos, enquanto se descarta os distratores concorrentes. De acordo com Gazzaniga (2018, p. 134) em 1958, o psicólogo Donald Broadbent através da teoria do filtro, “assumiu que as pessoas têm capacidade limitada para informação sensorial”. 2. **Atenção alternada** refere-se à capacidade de mudar o foco entre atividades que exigem diferentes níveis de compreensão. 3. **Atenção dividida** implica na habilidade do indivíduo em manter o foco atencional em mais de uma tarefa ao mesmo tempo.” 4. **Atenção sustentada** parafraseando Coutinho (2018), envolve a capacidade de manter a atenção em determinada atividade ao longo de um tempo com o mesmo padrão de consistência. A partir dos resultados desta pesquisa percebe-se que alguns fatores influenciam no processo atencional como: preferências, experiências passadas, necessidades e estado emocional. Estímulos ambientais e novos pensamentos podem interferir na manutenção da atenção por um período prolongado. Para melhorar o processo atencional, no campo educacional, por exemplo, Cosenza e Guerra (2011) consideram importante estabelecer

<sup>1</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [aline.weber@alu.unibalsas.edu.br](mailto:aline.weber@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>2</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [dayane.silva@alu.unibalsas.edu.br](mailto:dayane.silva@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>3</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [helena.silva@alu.unibalsas.edu.br](mailto:helena.silva@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>4</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [joao.weber@alu.unibalsas.edu.br](mailto:joao.weber@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>5</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [maria.lima@alu.unibalsas.edu.br](mailto:maria.lima@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>6</sup> Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [aislan.oliveira@prof.unibalsas.edu.br](mailto:aislan.oliveira@prof.unibalsas.edu.br)

pausas para descanso, momentos de humor para promover o relaxamento, divisão do tempo em diferentes estratégias, para que o foco da atenção possa ser dirigido para aspectos específicos do conteúdo apresentado.

## Referências

- [1] COSENZA, Ramon M. GUERRA, Leonor B. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre. Artmed, 2011.
- [2] COUTINHO, Gabriel. Atenção. In: MALLOY-DINIZ, Leandro F (Org.). **Avaliação neuropsicológica**. 2ª edição. Porto Alegre. Artmed, 2018.
- [3] DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia**. Terceira Edição. Trad. Lenke Peres. São Paulo. Pearson Makron Books, 2001.
- [4] GAZZANIGA, Michael; HEATHERTON, Todd; HALPERN, Diane. **Ciência psicológica**. 5ª ed. Trad. de Maiza Ritomy Ide, Sandra Maria Mallmann da Rosa, Soraya Imon de Oliveira. Porto Alegre. Artmed, 2018.
- [5] MORENO, Bruno S. Introduzindo a atenção. In: MORENO, Bruno S.; RODRIGUES, Maria B.; MORAIS, Maria M. N D.; et al. **Processos psicológicos básicos**. Porto Alegre: Grupo A, 2022. E-book. ISBN 9786556903248. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556903248/>. Acesso em: 17 out. 2022

## DESDOBRAMENTOS DO CONTEXTO SOCIOCULTURAL SOBRE A PRÁTICA DO FEMINICÍDIO NO SUL DO ESTADO DO MARANHÃO

Antônio Carlos Fernandes Coelho Júnior<sup>1</sup>  
Camila Sousa da Silva<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Patriarcado – Desigualdade de gênero - Violência - Femicídio - Balsas.

**Resumo:** A reflexão acerca da prática de assassinato contra a mulher por motivo da condição de gênero ou por pleno menosprezo e discriminação contra a condição, seja no âmbito doméstico ou familiar, é de extrema e urgente importância. Este resumo tem o objetivo principal de analisar criticamente a ótica cultural dentro da prática do feminicídio no contexto sul maranhense. Este olhar reflexivo se observa quando o portal O Estadão relata que a confirmação pelo 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 4 da caracterização dos 52% dos assassinatos de mulheres maranhenses, ocorridos durante a pandemia no sul maranhense, como feminicídio. Dentre esses dados, estão incluídos os 7 casos de feminicídios registrados de janeiro a junho de 2022, em Balsas pela Delegacia Especial da Mulher (DEM). Essa estatística é reflexo dos sentimentos de misoginia, repulsa e ódio ao gênero feminino, impulsionados pela cultura patriarcal entre meninos e meninas, desde o nascimento, para uma socialização perversa e desigual. Em virtude disso, o presente estudo buscará resgatar o protagonismo social da população sul-maranhense, na desconstrução da cultura patriarcal que influencia os homens a acharem que são donos do corpo e da vida das mulheres. À vista disso, os óbitos de mulheres por questões de gênero, estão presentes em todas as sociedades e são oriundas de uma cultura de dominação e desequilíbrio de poder entre os gêneros, que, por sua vez, produz a inferiorização da condição feminina, redundando em violência extremada com a qual se ceifa a vida de muitas mulheres (OLIVEIRA; COSTA; SOUSA, 2015). Ao se trazer para a realidade de Balsas, percebe-se que este patriarcalismo se estabelece quando muitos homens oprimem parcela das mulheres, procurando torná-las meros objetos de satisfação sexual e reprodução, bem como de força de trabalho nas relações domésticas dos lares. Essa relação de desigualdade de gênero que sustenta a cultura de feminicídio encontra-se calcada, portanto, no homem enquanto ser antagonico à mulher. Dessa forma, esta proposta de pesquisa será iniciada com o estudo exploratório do referencial teórico, seguida por uma busca de dados nos departamentos que acompanham este cenário, tendo por último, a identificação das medidas de enfrentamento ao feminicídio, de modo a contornar esta realidade presente no município de Balsas.

### Referências:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 02 de novembro de 2022.

<sup>1</sup> Graduando do 4º Semestre do Curso de Direito da Faculdade de Balsas - Unibalsas; Membro do grupo "Escrever é Preciso!". E-mail: [antonio.junior@alu.unibalsas.edu.br](mailto:antonio.junior@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>2</sup> Doutora e mestre em Educação nas Ciências pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí/RS. Diretora Acadêmica e Professora da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS. Condutora do grupo "Escrever é Preciso!". E-mail: [camilasousa@unibalsas.edu.br](mailto:camilasousa@unibalsas.edu.br).

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011.

OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim; COSTA, Mônica Josy Sousa; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. **Feminicídio e violência de gênero**: aspectos sociojurídicos. Revista Tema, v. 16, n. 24/25, janeiro a dezembro de 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 105.

SÁNCHEZ, Maria Acale. **Justicia penal y género**. Revista Eletrônica de Direito Penal, v. 1, n. 1, 2013.

ARAÚJO, Ismael. 52% das mortes de mulheres no Maranhão, na pandemia, são feminicídio. O Estado, São Luís, 18 de julho de 2021. Disponível em: <<https://oestadoma.com/noticias/2021/07/18/52-das-mortes-de-mulheres-no-maranhao-na-pandemia-sao-feminicidio/>>. Acesso em: 1 de nov. de 2022.

## PRÁTICAS ABUSIVAS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: A PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR ACERCA DAS ENTREGAS POR *DELIVERY* DE ALIMENTOS ATRAVÉS DO APLICATIVO VOKERÊ NO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA

Antônio Carlos Fernandes Coelho Júnior<sup>1</sup>  
 Amanda Leite da Cruz<sup>2</sup>  
 Aracy Pires Martins Barros Bisneta<sup>3</sup>  
 Rosemara Unser<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** Consumidor; Tempo de entrega; *Delivery*; Vokerê; Práticas abusivas.

**Resumo:** O atraso na entrega de produtos no prazo estipulado, consoante ao Código de Defesa do Consumidor - CDC (Lei 8.078/1990), caracteriza-se como descumprimento de oferta por parte daquele que realiza a venda, cabendo dessa forma a parte vulnerável da relação de consumo, no caso o consumidor, exigir alternativamente e à sua escolha: o cumprimento forçado da entrega; aceitar outro produto equivalente; desistir da compra e ser restituído integralmente pelo valor pago, incluindo neste o frete, bem como eventuais perdas e danos decorrentes da demora. Para Gaio Júnior e Antônio Pereira (2018, p.387), o descumprimento pode constituir em um ato de desconformidade com os padrões éticos e, de boa prática na relação com o consumidor, acarretando em prática abusiva. Assim, objetivou-se por meio de pesquisa de campo de natureza qualitativa e quantitativa, analisar de forma reflexiva como estão ocorrendo as entregas por *delivery*<sup>5</sup>, solicitados pelo aplicativo Vokerê, no município de Balsas- MA, verificando as percepções dos consumidores frente aos serviços prestados, pelas empresas, no tocante ao recebimento do pedido, do preparo e da entrega do produto. Nesse viés, o instrumento foi composto por 16 questões, combinando-se perguntas abertas e fechadas, que indagavam sobre os serviços prestados pelos fornecedores do aplicativo Vokerê. Nas perguntas abertas, o participante tinha a possibilidade de expressar a sua opinião quanto aos serviços ofertados no aplicativo, em relação a sua eficácia. Quanto às perguntas fechadas, o participante deveria escolher uma entre as opções previamente definidas, que tratavam do consumo, do pedido, do preparo e da entrega, além de questões que buscam identificar o reconhecimento das práticas abusivas. Como resultado da presente pesquisa, pode-se observar que 60% dos entrevistados responderam que o maior problema está na demora da entrega, ocasionando uma prática abusiva aos mesmos, frente aos serviços prestados pelo aplicativo na cidade de Balsas/MA. Por fim, se observa que os serviços prestados pelo Vokerê, é uma relação consumerista e, que a prestação não sendo eficaz, pode gerar uma responsabilidade por parte do fornecedor.

### Referências:

<sup>1</sup> Graduando do 4º Semestre do Curso de Direito da Faculdade de Balsas - Unibalsas. E-mail: [antonio.junior@alu.unibalsas.edu.br](mailto:antonio.junior@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>2</sup> Graduanda do 4º Semestre do Curso de Direito da Faculdade de Balsas - Unibalsas. E-mail: [amanda.cruz@alu.unibalsas.edu.br](mailto:amanda.cruz@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>3</sup> Graduanda do 4º Semestre do Curso de Direito da Faculdade de Balsas - Unibalsas. E-mail: [aracy.bisneta@alu.unibalsas.edu.br](mailto:aracy.bisneta@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>4</sup> Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, campus Santo Ângelo/ RS (2017). Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, campus Santa Rosa/RS (2012). Advogada OAB/RS 111.402. Docente em Direito Civil e Processo Civil na Faculdade de Balsas - Unibalsas. E-mail: [rosemara.unser@prof.unibalsas.edu.br](mailto:rosemara.unser@prof.unibalsas.edu.br).

<sup>5</sup> Delivery, ou entrega em português é a ação de levar algo para alguém. O termo se tornou comum no Brasil pelo uso no setor de alimentação. Porém, como conceito, o delivery pode ser aplicado a entregas ou distribuição de produtos em geral, adquiridos online ou off line.

BRASIL. **Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990.** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm)> . Acesso em: 06 out. de 2022.

JÚNIOR, A. P. G.; MELLO, C.M. **Código de Defesa do Consumidor Comentado.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAIA, A. C. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa:** elaboração, aplicação e análise de conteúdo – Manual Didático. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 52p.



## CINEJUS: O CINEMA COMO UM INSTRUMENTO PARA O ENSINO DOS FENÔMENOS JURÍDICOS EM SUA EXTENSÃO E COMPLEXIDADE

Monique Ferrarese Stedile Baldin<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Direito; Cinema; Arte; Ensino; Interdisciplinaridade.

**Resumo:** O CineJus é um projeto de extensão da Faculdade de Balsas que tem por objetivo instigar a pesquisa e a interpretação jurídica através da análise de filmes e de documentários que possuem relevância para o mundo jurídico. O direito é interdisciplinar e, por isso, sua investigação através dos fenômenos cinematográficos permite aos inquietos um escape das clássicas linhas tecnicistas e dogmáticas do ensino do Direito para permitir uma compreensão dos fenômenos jurídicos em sua extensão e complexidade. A representação de fenômenos jurídicos e sociais como a contaminação do solo por substâncias químicas cancerígenas e suas consequências no campo da responsabilidade ambiental; a discriminação sofrida pelas mulheres no ambiente de trabalho e suas repercussões jurídicas e sociais; a proteção de dados pessoais como direito fundamental e a problemática do uso das redes; e a discriminação racial que exemplifica a máxima de que “a cor condena” foram algumas das temáticas representadas em filmes e analisadas juridicamente pelos alunos e convidados que participantes do projeto. Além de temas jurídicos e sociais, o projeto também permite a compreensão de fatos e fenômenos complexos e que extrapolam a pesquisa do Direito, razão pela qual o projeto também conta com a colaboração de convidados de áreas distintas do direito, como a Psicologia. Dessa forma, o projeto de extensão pode ser analisado como uma investigação de uma metodologia complementar para o ensino jurídico e social, utilizando a experiência da arte audiovisual como instrumento de conexão entre o estudante, o fato social e o Direito. A aprendizagem e a reflexão crítica e empática são, assim, compreendidos pelo projeto como caminhos de construção de saber. Por fim, é possível constatar, como resultado parcial do projeto, que a coordenação entre razão e emoção alimentada pelos filmes traz aos participantes (intérpretes do direito) uma maior empatia quanto aos temas sensíveis à sociedade, produzindo nos estudantes uma mudança de postura quanto à conscientização acerca de seu papel enquanto juristas e cidadãos.

### Referências:

- [1] SCHWARTZ, Germano; MACEDO, Elaine Harzheim. Pode o Direito ser Arte? Respostas a Partir do Direito & Literatura. In: XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI, 2008, Salvador. **Anais do Conpedi**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. p.1013-1031. Disponível em: <  
[http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/germano\\_schwartz.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/germano_schwartz.pdf) > Acesso em 12 nov. 2022.
- [2] SOUSA, Ana Maria Viola de; NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira. Direito e Cinema - uma visão interdisciplinar. **Revista Ética e Filosofia Política**. Nº 14, V.2, Out. 2011.

---

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. monique.baldin@prof.unibalsas.edu.br

## O DILEMA DO PAPEL EM BRANCO: provocativo ou paralisante?

Camila Sousa da Silva<sup>1</sup>  
 Ana Paula Cardoso Bonfim<sup>2</sup>  
 Fernando Hyerro de Lima Ferreira<sup>3</sup>  
 Hedi Maria Luft<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** Escrita; Texto acadêmico; Desmistifica.

**Resumo:** Folha em branco, caneta ou teclado à mão e a necessidade de escrever algo. Esta situação te provoca ou te paralisa? Esta e outras questões foram discutidas em torno do ato de escrever nos encontros do grupo Escrever é preciso<sup>5</sup>. Este resumo tem como objetivo apresentar algumas das ideias compartilhadas neste projeto, que foi fundamentado especialmente por Marques (2011), que compreende a escrita como uma aventura em que se começa sem saber onde vai chegar, mas que é “o começo dos começos” (MARQUES, 2011, p. 30). Ninguém terá um texto escrito se não enfrentar a página em branco. No entanto, este ato inicial é o que paralisa alguns escritores que acabam desistindo pelo receio do erro, da crítica, do olhar do seu leitor. Marques (2011) considera que esta paralisia pode dever-se aos castigos escolares, em que o aluno tinha que copiar páginas e páginas ou ainda pela forma de ensino da escrita, que era realizada para que o aluno fosse julgado e não para comunicar-se com alguém. Isto pode ter tolhido a liberdade e a satisfação do escrever. O que observamos nas discussões, é que o ato de escrever geralmente foi apresentado como um peso, uma obrigação, o que fez com que se perdesse a leveza e o gratificante que há em construir um texto. A escrita ainda precisa ser desmistificada de forma a ser provocante, a despertar desejo e interesse nos possíveis escritores, o que poderá acontecer quando eles sentirem confiança e segurança ao escrever. Este foi um dos objetivos que inspirou a constituição deste grupo de escrita. Apresentar uma visão de escrita em que o escritor possui liberdade de navegar pelas palavras e ter autonomia, coragem para ser de fato autor do seu texto. Compreender que a palavra, assim como ensina Lispector (1999) é nosso domínio sobre o mundo e que é possível assumir o papel de escritor sem tanto sofrimento. Entendê-la como uma arriscada aventura que podemos tornar atrevida e atraente (MARQUES, 2011). Consideramos necessário o diálogo e a reflexão sobre o ato de escrever, pois acreditamos que é possível encontrar a justa medida entre a seriedade do texto acadêmico e a leveza e prazer da autoria. Perceber que trabalhos científicos não são apenas questões técnicas a serem cumpridas para alcançar um grau superior, mas que podem ser a maneira de contribuir com seus conhecimentos, defender suas ideias, construir teses e fazer parte de uma comunidade de diálogo. Construir o entendimento que é escrevendo que se aprende a escrever.

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS; Doutora e Mestre em Educação nas Ciências/ UNIJUÍ; Mediadora do Grupo Escrever é preciso. [camilasousa@unibalsas.edu.br](mailto:camilasousa@unibalsas.edu.br)

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS; Membro do Grupo de Escrever é Preciso. [ana.bonfim@alu.unibalsas.edu.br](mailto:ana.bonfim@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Psicologia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS; Membro do Grupo de Escrever é Preciso. [fernando.ferreira@alu.unibalsas.edu.br](mailto:fernando.ferreira@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>4</sup> Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS; Doutora em Educação pela UNISINOS. [hedi.luft@profe.unibalsas.edu.br](mailto:hedi.luft@profe.unibalsas.edu.br)

<sup>5</sup> Grupo de escrita realizado no semestre 2022.2 na Faculdade de Balsas – UNIBALSAS.

**Referências:**

MARQUES, Mario Osorio. **Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LISPECTOR, Clarice. **A Descoberta do Mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

## PSICOLOGIA ESCOLAR E ABORDAGENS TEÓRICAS: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DE MANUAIS TÉCNICOS DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA

Beatriz De Alencar Nogueira<sup>1</sup>  
Katia T. Lopes Della Flora<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar; Psicologia Educacional; Abordagens teóricas; Conselho Regional de Psicologia.

### Resumo:

Este estudo foi motivado a partir da disciplina ‘Teorias e Abordagens Psicológicas’ (Psicologia/UNIBALSAS), e tem como tema a Psicologia Escolar/Educacional, que é uma das diversas especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) como área de atuação da(o) psicóloga(o) [4]. A pesquisa se propõe a identificar e analisar a presença de teorias psicológicas em Manuais de Psicologia Escolar disponíveis nos sites oficiais dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e contrapor os achados com as teorias estudadas durante a disciplina. O CFP é uma autarquia pública com função de orientar, fiscalizar e regulamentar o exercício profissional das(os) psicólogas(os) e possui 24 CRPs que atendem as 27 unidades da federação brasileira [3]. Assim, os CRPs produzem documentos que orientam/regulam a prática profissional da(o) psicóloga(o): resoluções, normativas, cartilhas, notas técnicas, manuais... dos quais utilizaremos neste estudo, os manuais, que “são todo e qualquer conjunto de normas, procedimentos, funções, atividades, políticas e outras orientações que devem ser obedecidas e cumpridas por todos os agentes de uma organização” [6]. A psicologia é uma ciência diversa e possui múltiplas abordagens, com teorias e técnicas psicológicas que se norteiam em diferentes referenciais e embasam a prática da(o) psicóloga(o) nas mais variadas áreas de atuação (clínica, escolar, trânsito, saúde/hospitalar, jurídica, esporte, avaliação psicológica, psicopedagogia, psicomotricidade, organizacional/trabalho...). Na amplitude de suas diferenças, todas as linhas teóricas convergem na busca pela qualidade de vida, saúde mental, bem estar, autoconhecimento, compreensão e resolução de conflitos do sujeito. Assim, não se pode sinalizar uma técnica/abordagem de trabalho como a mais efetiva em relação as demais, uma vez que a divergência é apenas na forma de conduzir o processo, pois o objetivo final é sempre o mesmo [2]. Como se trata de um estudo ainda em andamento, os dados estão em fase de produção. No entanto, dos 24 sites já analisados, apenas o CRP 08/Paraná dispõe de Manual de Psicologia Escolar [5], o que pode sinalizar fragilidade na atividade de orientar a categoria profissional. O manual localizado será utilizado para realizar esta pesquisa documental, que “tem como fonte e objeto de estudo, a investigação e análise de documentos dos mais variados tipos, e se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise destes documentos”.

### Referências:

[1] ALVES, Laís Hilário *et al.* **Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica.** v. 20; nº 43; Cadernos da Fucamp. Monte Carmelo/MG: Editora Fucamp, 2021. Disponível em:

<sup>1</sup>Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Graduada em Psicologia, Especialista em Psicologia da Educação, Mestre em Educação. E-mail: katiadellaflora@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Graduanda em Psicologia. E-mail: bia.alencar26@gmail.com.

<<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2335>> Acesso em: 23 out. 2022.

[2] BOCK, Ana Mercês Bahia; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T.; FURTADO, Odair. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 13ª ed. Saraiva Educação SA, 2019.

[3] BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Sistema Conselhos**. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/cfp/sistema-conselhos/conselhos-pelo-brasil>> Acesso em: 01 nov. 2022.

[4] \_\_\_\_\_. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP Nº 03/2022**. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-3-de-16-de-marco-de-2022-386760566> Acesso em: 10 out. 2022.

[5] CASSINS *et al.* **Manual de Psicologia Escolar/Educacional**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007. Disponível em: <https://crpbr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/157.pdf> Acesso em: 18 out. 2022.

[6] OLIVEIRA, D.R.P. de. **Sistemas, organização e métodos**. São Paulo Atlas, 1986.

## SISTEMAS DE TOMADA DE DECISÃO E RECRUTAMENTO DE PESSOAS.

Gustavo Costa Silva<sup>1</sup>  
José Rivaldo Andrade de Sá<sup>2</sup>  
Carla Weber<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** recrutamento; recursos humanos; people analytics; qualificação.

**Resumo:** O presente estudo visa discorrer sobre como os sistemas de tomada de decisão, podem contribuir para que empresas quando se trata do processo de recrutamento de pessoas. Conforme os dados dos colaboradores são coletados e analisados por ferramentas de tomada de decisão como: Business Intelligence (BI). Nisso a empresa tem uma escolha de seus colaboradores mais precisa. Ele mapeia os principais perfis dentro de uma empresa. O BI é importante no RH (Recursos Humanos) por que as decisões tomada por ele é analisada através de dados, antes uma boa decisão era tomada por gestor da própria empresa através da intuição do próprio, mais esse sistema de tomada de decisão está ultrapassado porque as empresas está cada vez mais competitiva e a inovação é o diferencial pra elas. Esse sistema no RH denomina-se people analytics e funciona da seguinte forma: coleta de dados; cálculo; análise; modelagem. Portanto os dados são captados pela empresa através de redes sociais ou demais segmentos, a partir desse processo, são feitos cálculos (estruturação e divisão de setores), para que os dados sejam analisados de forma coesa, seguida da modelagem do mesmo. Esse objeto de recrutamento tem sua maior serventia na área de recrutamento, nesse sentido ele será utilizado por gestores de segmentos/ setores com a finalidade proposta acima. Sob esse viés, a utilização dessa ferramenta traria uma maior competitividade e qualidade no recrutamento de pessoas, qualificando ainda mais a mão de obra, gerando mais lucratividade e rendimento à empresa de modo geral, tanto fins lucrativos quanto fins sociais.

### Referências:

- [1] Business intelligence no RH? Uma união que traz muitos benefícios. **Known solution**, 2017. Disponível em: <[Business intelligence no RH? Uma união que traz muitos benefícios - Know Solutions](#)> Acesso em 29 de Setembro de 2022.
- [2] People Analytics: o que é, benefícios e como aplicar no RH. **guppy**, 2022. Disponível em: <[People Analytics: o que é, benefícios e como aplicar no RH \(gupy.io\)](#)>. Acesso em 29 de Setembro de 2022.
- [3] Business Intelligence: a Importância do Uso de Dados no RH. **Tangerino Blog**, 2021. Disponível em: <<https://tangerino.com.br/blog/business-intelligence/>>. Acesso em 29 de Setembro de 2022.

---

<sup>1</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [gustavo.costa@alu.unibalsas.edu.br](mailto:gustavo.costa@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>2</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [jose.sa@alu.unibalsas.edu.br](mailto:jose.sa@alu.unibalsas.edu.br).

## INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ABORDAGEM SOBRE O RECRUTAMENTO INTELIGENTE E TESTE DE PERFIL COMPORTAMENTAL NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE PESSOAS

José Rivaldo Andrade de Sá<sup>1</sup>  
Marcos David Souza Ramos<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Recursos Humanos, Tecnologia, Contratação.

**Resumo:** No contexto atual a oferta por procura de trabalho está cada vez com maior intensidade, complicando ao RH selecionar perfis profissionais qualificados, pois o setor de recrutamento está ficando sobrecarregado pela alta demanda, uma das soluções adotada para esse problema é o uso do recrutamento inteligente e o teste de perfil comportamental, otimizando o processo de seleção de pessoas, proporcionando ao RH o recrutamento de profissionais que se enquadra no perfil da empresa. A pesquisa foi realizada utilizando materiais como livros e pesquisa na internet visando investigar o uso de inteligência artificial e o recrutamento inteligente no processo de seleção de pessoas. Sem dúvida a busca por profissionais qualificados está gradualmente em alta, mas nem todos têm um perfil desejável pelas empresas, sobrecarregando assim o setor de recursos humanos e muitas vezes resultando em uma má admissão. Com o surgimento do recrutamento inteligente as empresas otimizam tempo, mas afinal o que é recrutamento inteligente? O recrutamento inteligente faz o uso de tecnologia para atrair profissionais qualificados para as empresas e que com uso de recurso cada vez mais inovador os próprios profissionais se esforçam para preencher as vagas fazendo parte do time. As tecnologias envolvidas nesse setor são o Guppy, Skeel e Solidez. O guppy é uma ferramenta de seleção de candidatos que faz intermediação entre o candidato e empresa atuando desde a entrevista passando pelo estágio chegando na escolha do profissional. Skeel cria as melhores conexões entre empresas com vagas em aberto para candidatos que procuram vagas otimizando assim o tempo e custos com a contratação de pessoas. Solidez é outra tecnologia que ajuda o setor de recursos humanos na contratação de profissionais, ela possui todos os recursos do RH atuando desde a atração dos candidatos até retenção dos mesmos. Enfim empresas que adotam tecnologia para a contratação de colaboradores se sobressaem sobre as outras que não usam esse recurso pois as que usam se inovam geralmente tendo um melhor índice de contratação porque os profissionais sentem-se atraídos por essas empresas resultando no esforço para preencher a vaga exercendo uma bela carreira profissional. As empresas que adotarem esse método terão a oportunidade de crescer pois só os melhores profissionais serão contratado pois se encaixam dentro do perfil desejado pela companhia.

### Referências:

[1] Sólides: Conheça a plataforma que tem tudo que a PME precisa para gerenciar DP e RH em um só lugar. **Tangerino, 2022.** Disponível em: <<https://tangerino.com.br/blog/sobre-solides/>>. Acesso em 28 de Out de 2022.

[2] Skeel - Recrutamento Inteligente. **Linkedin, 2022.** Disponível em: <<https://www.linkedin.com/company/skeelbr>> Acesso em 28 de Out de 2022.

<sup>1</sup> Aluno da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [jose.sa@alu.unibalsas.edu.br](mailto:jose.sa@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>2</sup> Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [marcos.david@prof.unibalsas.edu.br](mailto:marcos.david@prof.unibalsas.edu.br).



[3] O que é e como funciona a gupy. **tecnoblog**, 2022. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-e-como-funciona-a-gupy/>> Acesso em 28 de Out de 2022.

## A CULTURA DO ENDIVIDAMENTO NO BRASIL

Cleiton Santos de Sousa<sup>1</sup>  
Carla Weber Carvalho<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Finanças, Endividamento, Emoções, Impulsivo.

**Resumo:** Este estudo discorre sobre como a cultura do endividamento tem afetado a vida dos brasileiros. Quando se observa o atual cenário brasileiro percebemos ser muito comum nos depararmos com postagens que trazem uma espécie de exaltação a instabilidade financeira. Esses exemplos de publicações têm influenciado toda a sociedade, a ponto de levar muitas pessoas a acreditarem que uma vida financeira ruim é normal e que uma boa gestão dos recursos monetários só é possível para as pessoas que são extremamente ricas. A cultura do endividamento faz com que a imagem de uma vida financeira estável seja apenas uma utopia. O objetivo deste estudo é trazer explicações sobre como esse tipo de cultura afeta o nosso comportamento de maneira negativa e assim trazer ao conhecimento de todos as ferramentas disponíveis que a educação financeira dispõe para mudar esse comportamento nos indivíduos. Essas informações foram obtidas por meio de pesquisas em livros, documentos e artigos já publicados que mostram formas eficazes de ter um controle e planejamento financeiro correto. Segundo a Folha de São Paulo, um levantamento mostrou que cerca de 78% das famílias brasileiras estão endividadas e 29% estão com as contas atrasadas, tal informação nos leva a pensar o porquê os brasileiros estão tão endividados, isso se dá devido a diversos fatores como: uso inadequado de crédito, consumo excessivo e empréstimos compulsivos, falta de controle de despesas e muitos outros. A maioria desses problemas são provocados por uma única causa que é a falta de conhecimento sobre como administrar as suas próprias finanças. Por isso, esse assunto merece a devida atenção uma vez que isso impacta diretamente na nossa qualidade de vida, portanto, afeta nosso estado emocional também. Tal assunto deve ser observado de perto, pois o número de endividados no Brasil cresce cada vez mais e a cultura do endividamento faz com que isso cresça exponencialmente. Então, o que é a educação financeira e o que ela oferece? O ensino acerca das finanças é um conjunto de lições para quem quer viver melhor com o dinheiro que possui, pois o plano é adequar os gastos ao quanto você ganha. Parte desse aprendizado diz respeito ao uso consciente de seus recursos, comprando apenas aquilo que seja possível pagar sem problemas maiores. Para isso ela nos disponibiliza ferramentas como um controle de receitas e gastos, ela nos ajuda a controlar nossa ambição de querer ter tudo e nos incentiva a poupar para o futuro e para emergências. Na teoria, o conceito é bem simples, porém quando falamos do uso do dinheiro estamos falando também das nossas emoções, elas que nos levam muitas vezes a comprar impulsivamente sem pensar se realmente necessitamos daquilo. Portanto, a educação financeira é um caminho que devemos buscar trilhar e aprender cada vez mais a controlar a nós mesmos.

<sup>1</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. cleiton.sousa@alu.unibalsas.edu.br

<sup>2</sup> Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. carla.weber@prof.unibalsas.edu.br

**Referências:**

SÃO PAULO, folha. “**Endividamento das famílias bate recorde em julho**”, disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/08/endividamento-das-familias-bate-recorde-em-julho.shtml>> Acesso em 18 outubro de 2022.

- [1] NIGRO, Thiago. **Do mil ao milhão**: sem cortar o cafezinho. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2018.
- [2] DANA, Samy. **Faça as pazes com suas finanças**: o passo a passo para organizar seu dinheiro e planejar o futuro sem deixar de aproveitar o presente [Livro Eletrônico]. São Paulo: Saraiva, 2017.
- [3] KIYOSAKI, Robert. **Guia de investimentos**: aprenda a ganhar dinheiro investindo com os ricos. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 2002.
- [4] EMDIA, Marcella Menasce. “Quais as principais causas do endividamento?”. Disponível em: <[blog.euemdia.com.br/endividamento-das-familias](http://blog.euemdia.com.br/endividamento-das-familias)> Acesso em 12 novembro de 2022

## EDUCAÇÃO E ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS: a produção de sujeitos por meio do Plano Estadual de Educação nas Prisões do Maranhão.

Kátia Teresinha Lopes Della Flora <sup>1</sup>  
Camilo Darsie de Souza <sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Educação; Sistema Prisional; Biopolítica; Produção de Sujeitos; Maranhão.

**Resumo:** Este relato refere-se à produção de uma dissertação de mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Esta foi desenvolvida na linha de pesquisa “Educação, Cultura e Produção de Sujeitos”, tendo como objetivo tensionar os modos como se produz sujeitos para a liberdade, a partir de estratégias biopolíticas apresentadas no Plano Estadual de Educação nas Prisões do Maranhão (PEEP-MA, 2015) [3]. Para tanto, contou-se com ferramentas teórico-metodológicas foucaultianas [4], destacando-se como operadores teóricos, as relações de poder, a biopolítica e a produção de sujeitos [5]. Em um primeiro momento, é apresentada a relação da pesquisadora com o tema e as justificativas da pesquisa realizada, destacando-se a legislação educacional vigente em níveis nacional e estadual. Seguidamente tece-se uma rede teórica e metodológica a partir de operadores foucaultianos, destacando-se que a pesquisa foi realizada através de análise documental [1]. Desenvolve-se, partindo disso, uma discussão sobre os panoramas nacional e estadual (MA) do Sistema Prisional [2], através de dados estatísticos e informações relativas ao cárcere, para melhor compreensão da pertinência e relevância do tema pesquisado [6]. Assim, problematiza-se as formas pelas quais o PEEP-MA (2015) produz sujeitos para a liberdade, no contexto do Maranhão. Foi realizado o recorte de alguns excertos do documento, os quais foram tensionados a partir da teoria. Neste sentido, descreve-se as práticas educativas presentes no documento e problematiza-se a utilidade/função da educação no sistema prisional maranhense. Por fim, após a análise documental, em contraponto com as bases teóricas que sustentaram a pesquisa, destaca-se o poder enquanto dispositivo que produz formas de ser, as estratégias biopolíticas que produzem o sistema prisional e o Plano Estadual de Educação nas prisões do Maranhão que produz sujeitos para a liberdade. Por fim, os resultados contribuem no sentido de divulgar e socializar o tema, muitas vezes negligenciado e invisibilizado, produzindo reflexões que ampliem o debate sobre a educação e o sistema prisional. A partir desta perspectiva ao observar o tema em questão, não pretende-se trazer uma verdade absoluta, mas uma possibilidade de ver e sentir a produção das trajetórias das pessoas privadas de liberdade, que são singulares e, ao mesmo tempo, potentes no sentido de vir a produzir outros (diferente e novos) percursos possíveis.

### Referências:

[1] ALVES, Laís Hilário *et al.* **Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica.** v. 20; nº 43; Cadernos da Fucamp. Monte Carmelo/MG: Editora Fucamp, 2021. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2335>> Acesso em: 23 out. 2022.

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Balsas UNIBALSAS, Graduada em Psicologia, Especialista em Psicologia da Educação, Especialista em Docência no Ensino Superior, Mestre em Educação pelo PPGEdU/UNISC. E-mail: katiadellaflora@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professor Permanente do PPGEdU/UNISC, Graduado em Geografia, Mestre em Educação, Doutor em Educação, E-mail: camilodarsie@unisc.br

[2] \_\_\_\_\_. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN**. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>>. Acesso em 23 mai 2019.

[3] \_\_\_\_\_. **Plano Estadual de Educação nas Prisões do Maranhão**. 2015. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-esporte-e-cultura/educacao-esporte-e-cultura>> Acesso em 30 mai 2019.

[4] FERREIRA NETO, J. L. **Pesquisa e Metodologia em Michel Foucault**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 31 n. 3. Minas Gerais: PUC, 2015.

[5] REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

[6] VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 3ª ed.; 3ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

## MACHINE LEARNING E O IMPACTO NAS ORGANIZAÇÕES: UMA ESTRATÉGIA DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

Carlos William dos Reis Xavier<sup>1</sup>  
Marcos David Souza Ramos<sup>2</sup>  
Carla Weber Carvalho<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Desempenho, Gestão de Pessoas, Machine Learning, Impacto.

**Resumo:** Primeiramente, este trabalho apresenta uma pesquisa relacionada ao uso de Machine Learning (ML), que é aplicado a software de avaliação de desempenho de pessoas e o seu impacto nas organizações. A avaliação dos colaboradores feita pelo Recurso Humanos (RH) é essencial para o crescimento de uma empresa e também para o desenvolvimento de seus colaboradores. No entanto, durante esse processo, pode acontecer interferência pessoal na avaliação por parte do RH ou do gestor que está avaliando, por conta disso, a utilização da Inteligência Artificial (IA) nas avaliações de desempenho pode ser uma ferramenta fundamental para esse processo, já que os aspectos pessoais vão ser deixados de lado, tornando o processo mais impessoal e conseqüentemente a isso torna o processo avaliativo mais confiável. O objetivo geral deste trabalho é demonstrar o contraste entre a utilização ou não do ML na área de RH em uma organização. As metodologias adotadas são baseadas em pesquisas bibliográficas na qual vão ser levantadas informações a partir de artigos, livros e outros materiais bibliográficos. Uma das possibilidades apontadas por este estudo é o uso de ferramentas de ML para a avaliação de profissionais e como o uso dessa área de IA pode impactar positivamente em uma organização. Dessa forma, com o intuito de colaborar com o processo de avaliação dos colaboradores, utiliza-se ML e análise por Big Data para avaliar os colaboradores, tomando pelo princípio de que essas tecnologias são capazes de gerenciar um grande número de informações relacionadas aos funcionários das empresas, servindo de base para tomadas de decisão do RH e gestor. Sugere-se que sejam feitos estudos posteriores para um maior aprofundamento nas tecnologias aqui sugeridas no que se refere ao uso da Inteligência Artificial e suas ferramentas, observando sempre à segurança das informações e da organização, buscando o melhor uso possível de tecnologias disponíveis para o gerenciamento de pessoas.

### Referências:

- [1] Tecnologia no RH: quais os benefícios e a importância para o setor?[S. l.], 27 set. 2022. Disponível em: <https://www.gruposelpe.com.br/blog/tecnologia-no-rh/>. Acesso em: 29 set. 2022.
- [2] SANTOS, Jeniffer. O Impacto Das Tecnologias Na Área De Recursos Humanos. The impact of technology in the area of human resource, [s. l.], 2015.
- [3] PEDRA, Bruna. Por que os líderes de RH precisam de Machine Learning?, 2 de Maio. 2022. Disponível em: <https://pinpeople.com.br/blog/por-que-lideres-precisam-de-machine-learning>. Acesso em: 14 nov. 2022.

<sup>1</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. carlos.xavier@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>2</sup> Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. marcos.david@prof.unibalsas.edu.br.

<sup>3</sup> Professora da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS. carla.weber@prof.unibalsas.edu.br

## A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O PLANEJAMENTO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

Hedi Maria Luft<sup>1</sup>  
 Junior Alessandro Freddi<sup>2</sup>  
 Luís Leal Girardon<sup>3</sup>  
 Sonia Regina Schiavo Seide<sup>4</sup>  
 Edjane Nunes Santos<sup>5</sup>

**Palavras-chave:** Trabalho.Currículo.Formação humana.

**Resumo:** A educação para o trabalho é desafiadora, pois “[...] o trabalho é, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2002, p.50). Nesse sentido, se torna necessário pensar as concepções presentes nos currículos escolares da educação básica em relação à educação profissional humana para o trabalho, pois não há educação neutra. Tomamos o currículo como um artefato construído por relações de poder/saber que colocam em funcionamento discursos que significam e atribuem sentidos para aquilo que se faz como ensino na escola. É a partir dessa perspectiva que Lopes e Macedo (2011, p. 41) afirmam que o currículo “constrói a realidade, nos governa, constringe nosso comportamento, projeta nossa identidade”. Assim, em 2022, iniciamos as discussões e a aplicação de um questionário (com pais, alunos dos primeiros anos e com todos os professores da escola), com a finalidade de buscar dados e produzir uma proposta que envolva a elucidação do conceito trabalho na abordagem curricular da educação infantil ao final do ensino médio. Partimos de uma única questão aberta: O que é trabalho para você? Ancorados no objetivo de compreender o processo de construção de uma concepção de trabalho propositiva, partimos da seguinte problematização: Quais as concepções presentes nos sujeitos da comunidade escolar do Instituto Estadual de Educação Visconde de Cairú de Santa Rosa, RS em relação ao conceito trabalho? Arroyo (2000) insiste que a legitimidade social da escola passa pelo alargamento da função humanizadora, dessa forma, a hipótese é de que uma concepção sobre o trabalho atual requer entender que a flexibilização e as interações humanas são fundantes na formação do profissional. Uma questão parece inegável, há dilemas que se fundam na origem do trabalho como um castigo, uma penalidade a ser cumprida. Numa análise inicial as respostas evidenciam que há muita aproximação entre o que pais, professores e alunos pensam sobre o trabalho, ou seja, trabalho é sustento (envolve ganhar dinheiro, pagar as contas, ser remunerado) e sobrevivência. Os resultados, poucas vezes, se referem à compreensão de que envolve uma carreira, sonhos. De modo inerme, aparece o chavão de que trabalho dignifica. Portanto, essa dialética dos malefícios e poucos benefícios é um aspecto visível na concepção dos integrantes da pesquisa.

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS e da Escola Instituto Estadual de Educação Visconde de Cairú – Santa Rosa- RS. hedi.luft@prof.unibalsas.edu.br

<sup>2</sup> Professor da Escola Instituto Estadual de Educação Visconde de Cairú e da Faculdade Santo Ângelo – FASA. [junior-freddi@educar.rs.gov.br](mailto:junior-freddi@educar.rs.gov.br)

<sup>3</sup> Professor da Escola Instituto Estadual de Educação Visconde de Cairú – Santa Rosa- RS. girardon.luiz@hotmail.com

<sup>4</sup> Professora da Escola Instituto Estadual de Educação Visconde de Cairú – Santa Rosa- RS. soniaseide@gmail.com

<sup>5</sup> Acadêmica 2ª Licenciatura Pedagogia – UNIBALSAS. [edjane.santos@alu.unibalsas.edu.br](mailto:edjane.santos@alu.unibalsas.edu.br)



**Referências:**

ARROYO, Miguel **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2000.

LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução Reinaldo Sant'Anna. 19. ed. Rio de Janeiro: Brasileira, 2002.

## JULGAMENTO E TOMADA DE DECISÃO: CONCEITO

Gabriella Lori<sup>1</sup>  
 Kessia Barros, Letícia Soares<sup>2</sup>  
 Patrícia Novaes<sup>3</sup>  
 Paloma Mendes<sup>4</sup>  
 Samara Kaiper, Thaysa Maria<sup>5</sup>  
 Aislan José de Oliveira<sup>6</sup>

Com o avanço da neurociência, das contribuições da socioeconomia comportamental e da psicologia cognitiva há a demonstração da influência das emoções no julgamento em processos de tomadas decisões, destacando o seu papel indispensável nesses processamentos (Verweij, Senior, Dominguez & Turner, 2015). A presente pesquisa teve como objetivo identificar na literatura quais os principais fatores da tomada de decisão e julgamento.

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e de revisão de literatura narrativa. Foram consultadas as seguintes bases de dados: Scielo, BVS e Lilacs com as seguintes palavras chave: julgamento e tomada de decisão, processo decisório e processamento com o operador de busca *and*. Foram consultados ainda livros, teses e dissertações produzidas nos últimos 20 anos na língua portuguesa. As ações executadas por um indivíduo são, de certo modo, uma escolha, de acordo com a proposta de Sonuga-Barke, Cortese, Fairchild e Stringaris (2016). A avaliação, a decisão e acomodação, são fases do processo de tomada de decisão que dependem da memória autobiográfica, de informações sobre as opções de escolha e de uma avaliação sobre como elas influenciarão o futuro. As emoções que um indivíduo vivencia influenciam as opções de escolha. Sabe-se também, que a razão e a emoção, quando equilibrado à situação, contribuem para uma decisão adequada. Segundo Damasio (1995), um indivíduo perde a capacidade de tomar decisões quando há presença de lesões cerebrais nas quais os danos estão relacionados ao nível das emoções. Riscos e incertezas também são dois dos fatores que influenciam o processo de julgamento e tomada de decisão. De acordo com Tobler & Weber (2014), no contexto desse processo, fica claro que a incerteza se trata de um indivíduo que não tem conhecimento sobre a situação ou qual a probabilidade que virá a acontecer os fatos e isso está relacionado a situações de carácter social. O risco é o que decidir sobre alguma estatística ou probabilidade de possíveis resultados. Nossas incertezas, ou certezas, também geram riscos, podendo haver um aperfeiçoamento no processo decisório. Um ponto de conclusão para os autores é que, o assunto abre um grande leque de estudo e estímulo ao estudo, pois trata-se de um objeto fundamental para compreender o comportamento humano com todas as suas variações e destaca várias bases teóricas no campo da Matemática, Economia, Neuropsicologia, Neurociência e a psicologia.

### Referências Bibliográficas:

Malloy-Diniz, L. F. et al. Julgamento e Tomada de Decisão. São Paulo: Pearson, 2018.

<sup>1</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. gabriella.weidle@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>2</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. leticia.sousa@alu.unibalsas.edu.br, kessia.barros@alu.unibalsas.edu.br

<sup>3</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. patricia.marques@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>4</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. paloma.mendes@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>5</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. samara.kaiper@alu.unibalsas.edu.br, thaysa.pereira@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>6</sup> Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. aislan.oliveira@unibalsas.edu.br

Vermeij M.; Sênior T.J.; Domínguez, D. J. F.; Turner, R. (2015) Emoção, racionalidade e tomada de decisão: como vincular a neurociência afetiva e social à teoria social. *Frente. Neurociência*. 9:332. Doi: 10.3389/fnins.2015.00332

Damásio, Antonio R, *O erro de descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano*. Nova York, Avon Books, 1995.

onuga-Barke, EJS, Cortese, S., Fairchild, G. & Stringaris, A. (2016). Revisão anual de pesquisa: neurociência transdiagnóstica de transtornos mentais de crianças e adolescentes - diferenciando a tomada de decisão em transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, transtorno de conduta, depressão e ansiedade. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 57, 321 – 349.

Tobler, Philippe N ; Weber, Elke U (2014). *Avaliação para escolhas arriscadas e incertas*. In: Glimcher, Paul W ; Fehr, Ernst . *Neuroeconomia: Tomada de decisão e o cérebro*. Amsterdã: Elsevier, 149-172.

## INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À SELEÇÃO DE PERFIS PROFISSIONAIS.

Lívia Oliveira Silva<sup>1</sup>  
Laura Oliveira Carvalho<sup>2</sup>  
Marcos David Souza Ramos<sup>3</sup>  
Carla Weber Carvalho<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** Inteligência Artificial. Gestão de Equipes e Pessoas. Recrutamento. Tecnologia. Recursos Humanos.

**Resumo:** A Inteligência Artificial (IA) cresceu exponencialmente nos últimos anos, tornando-se uma ferramenta necessária nas organizações em todo o mundo, buscando pavimentar o caminho para um futuro inteligente. Diante deste cenário, há no setor de recrutamento grandes contribuições dessa tecnologia, desde a busca de candidatos, pesquisas em amplos volumes de dados com base em perfis definidos, além de outros quesitos importantes. Porém, muitas empresas deixam de usufruir dessa tecnologia, seja por falta de conhecimento, ou por não amadurecer essas ideias no ambiente de trabalho. Segundo Lievens (2002), o mundo dos negócios sofre demasiadas mudanças e utilizar de métodos convencionais para recrutamento podem gerar resultados pouco satisfatórios, tendo em vista a instabilidade dos cargos. Adquirir novos funcionários é um processo lento, de acordo com uma pesquisa realizada pela Glassdoor, no Brasil, há uma espera média de 39,6 dias para preencher uma vaga, o que implica em prejuízo para a empresa. O filtro de currículos feito manualmente não é eficaz na busca pelos melhores candidatos, pois são uma quantidade considerável de dados a serem analisados, o que é impossível explorar a todos em um intervalo de tempo aceitável. Outra questão relevante bastante discutida em relação à seleção de candidatos, trata-se, de o quão justas elas são, isso porque mesmo o profissional mais competente e treinado pode levar em consideração estereótipos ou até mesmo agir de forma discriminatória, algo inadmissível. Neste contexto, utilizou-se de pesquisas bibliográficas para dar embasamento à presente pesquisa, a qual tem o objetivo de mostrar os impactos da IA no recrutamento de colaboradores. Os resultados envolveram a importância da imparcialidade no processo de triagem, tendo como foco a competência profissional que de fato é relevante, além de otimizar um dos principais desafios do setor, de filtrar vastas massas de dados que integram os currículos, um estágio demorado e trabalhoso. Levando em consideração as informações discutidas, evidencia-se a relevância da inteligência artificial para contratações de forma automatizada e assertiva, consequentemente gerando um diferencial competitivo.

### Referências:

- [1] Lievens, F. (2002). Trying to understand the different pieces of the construct validity puzzle of assessment centers: An examination of assessor and assessee effects. *Journal of Applied Psychology*, 87(4), 675–686. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.87.4.675>

<sup>1</sup> Lívia Oliveira Silva – UNIBALSAS. [livia.silva@alu.unibalsas.edu.br](mailto:livia.silva@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>2</sup> Laura Oliveira Carvalho – UNIBALSAS. [laura.carvalho@alu.unibalsas.edu.br](mailto:laura.carvalho@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>3</sup> Marcos David Souza Ramos – UNIBALSAS. [marcos.david@prof.unibalsas.edu.br](mailto:marcos.david@prof.unibalsas.edu.br)

<sup>4</sup> Carla Weber Carvalho – UNIBALSAS. [carla.weber@prof.unibalsas.edu.br](mailto:carla.weber@prof.unibalsas.edu.br)

- [2] JOBCONVO. Inteligência artificial na gestão de pessoas: impactos no RH. Disponível em: <https://articles.jobconvo.com/inteligencia-artificial-na-gestao-de-pessoas/#:~:text=A%20Intelig>. Acesso em: 30 out. 2022.
- [3] MARCOS, D. et al. A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAS. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://revistaedufatec.fatecfranca.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/A-INTELIG%C3%84NCIA-ARTIFICIAL-NO-RECRUTAMENTO-E-SELE%C3%87%C3%83O-DE-PESSOAS.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.
- [4] ADMIN. Os 7 principais erros cometidos durante a seleção de pessoas! Disponível em: <https://mindsight.com.br/os-7-principais-erros-na-selecao-de-pessoas/#:~:text=N%C3%A3o%20fazer%20um%20processo%20de>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- [5] Como resolver a demora de admissão nos processos de recrutamento e seleção? Disponível em: <https://blitzrecursoshumanos.com.br/como-resolver-a-demora-de-admissao-nos-processos-de-recrutamento-e-selecao/#:~:text=Sele%C3%A7%C3%A3o%20de%20curr%C3%ADculos%20demorada&text=Um%20estudo%20da%20Glassdoor%20aponta>. Acesso em: 12 nov. 2022.

## As vantagens do recrutamento externo para o RH.

Natally Santos Martins<sup>1</sup>  
 Silmara Feitosa Pereira Tontini<sup>2</sup>  
 Carla Weber Carvalho<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Recrutamento externo, RH, Empresa.

**Resumo:** Este presente resumo, busca compreender as noções fundamentais no que concerne ao recrutamento externo, neste sentido é um método utilizado quando uma organização corporativa não encontra dentro da empresa um cooperador que possa apropriar-se da vaga oferecida, podendo obter um novo colaborador, com ideias novas, conhecimento e experiências comprovadas, assim sendo, a empresa não terá gastos com treinamentos. Portanto, o breve resumo irá discorrer de forma concisa as principais vantagens em desenvolver o recrutamento externo dentro do RH (recursos humanos), destacando os pontos positivos que esta ferramenta oferece a empresa, fazendo com que se torne assertivo e eficiente. O aporte teórico para o embasamento deste trabalho, se deu a partir de artigos e pesquisas bibliográficas analisando minuciosamente no que se diz respeito ao tema vantagens do recrutamento externo dentro do RH. O recrutamento externo busca por concorrentes de fora da empresa, no qual a organização procura por candidatos disponíveis no mercado de trabalho, para que possam operar em sua empresa e ter sua maestria evidenciada. Portanto, o procedimento de seleção quando aberto externamente requer mecanismos diferentes de conduta, onde as ferramentas precisam ser bem apazadas e a área solicitante de determinada vaga deve dispor-se de forma clara para o perfil que o RH irá trabalhar, sem uma direção e conhecimento dessas informações de grande relevância, o recrutamento arrisca-se tornar infrutífero. Para Chiavenato, (2006) “a contratação de colaboradores externos na organização traz o sangue novo, talentos, habilidades e expectativas”. Partindo destes pressupostos, entende-se a primordial relevância que as vantagens do recrutamento externo têm dentro de uma empresa e principalmente no meio do RH, visto que o método utilizado de recrutamento externo exige mecanismos distintos de conduta quando se abre o processo seletivo externamente, onde tais procedimentos devem estar bem estabelecidos e a área requerente da vaga deve estar de forma límpida ao perfil que o RH terá que trabalhar.

### Referências:

- [1] CHIAVENTATO, Idalberto. Gestão de Pessoas Administração de Recursos humanos: o capital das organizações. 8. Ed. São Paulo, Atlas, 2006.
- [2] GRAZIELE, Amanda. Recrutamento interno x recrutamento externo. RH portal, 2 de abril 2019/ 26 de outubro 2021.

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Administração da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS.  
 natally.martins@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Ciências contábeis da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS.  
 silmara.tontini@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>3</sup> Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. carla.weber@prof.unibalsas.edu.br.

## DOCUMENTO CURRICULAR DO TERRITÓRIO MARANHENSE- ENSINO FUNDAMENTAL: percepções acerca do currículo de Língua Portuguesa

Ana Patrícia Sá Martins <sup>1</sup>  
Suzana da Rocha Carvalho <sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Documento curricular. Território Maranhense. Ensino fundamental. Língua portuguesa.

**Resumo:** A pesquisa objetiva analisar o discurso prescrito ao ensino de Língua Portuguesa no Documento Curricular do Território Maranhense - DCTM- Ensino Fundamental (2019), produzido pela Secretaria Estadual de Educação do Maranhão (SEDUC-MA). A investigação em andamento é desenvolvida no contexto da iniciação científica, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Nesse sentido, situamo-nos no campo da Linguística Aplicada, para realizarmos uma pesquisa documental e bibliográfica, de cunho qualitativo, sustentada em diversas áreas do conhecimento, tais como: Formação de Professores, Novos Estudos do Letramento, o Círculo de Bakhtin e a Teoria/Análise dialógica do discurso. As análises parciais do documento concentram-se em informações sobre o seu contexto de produção, processo de implementação e sua organização documental. Ademais, foi possível identificar, até o momento, que, apesar de se apresentar como um documento curricular voltado às realidades socioculturais do estado do Maranhão, o discurso veiculado no DCTMA – Ensino Fundamental é predominantemente influenciado pelas prescrições identificadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), valorando as competências e habilidades dos estudantes sem uma relação mais situada das peculiaridades sociais, étnicas, culturais e econômicas das diferentes microrregiões do Maranhão.

### Referências:

- [1] BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Tradução: Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- [2] BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Documento final. MEC. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/06/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em 25 de outubro de 2022.
- [3] BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunicação. In: BRAIT, Beth (org). *BAKHTIN: CONCEITOS-CHAVE*. São Paulo: Contexto, p. 61-78, 2005.
- [4] MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. *Documento curricular do território maranhense para a educação infantil e ensino fundamental*, v.1, São Luís, 2019.
- [5] MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo, Parábola, 2006.

<sup>1</sup>Doutora em Linguística Aplicada. Professora Adjunta na Universidade Estadual do Maranhão, campus Balsas. E-mail: [apsm121285@gmail.com](mailto:apsm121285@gmail.com)

<sup>2</sup> Bolsista de Iniciação Científica (FAPEMA-UEMA). Graduanda no curso de Letras Licenciatura na Universidade Estadual do Maranhão, campus Balsas – UEMA. [Suzanaro113@gmail.com](mailto:Suzanaro113@gmail.com)



## Mecanismo de ensino para elevar a aprendizagem: na perspectiva dos indicadores (IDEB)

Daniel Barbosa Borges <sup>1</sup>  
 Camila de Sousa Silva<sup>2</sup>  
 Camila Vitória de Sousa Alves <sup>3</sup>  
 Luisa Gabriella Santos do Carmo de Carvalho<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** aprendizagem, educação, ideb, mecanismos, indicadores.

**Resumo:** O presente resumo busca compreender de forma minuciosa as questões acerca da importância do indicador educacional brasileiro para melhorar o ensino escolar, tendo em vista a importância de ser aplicados mecanismos no intuito de elevar o conhecimento dos alunos, sobretudo da educação básica. Neste sentido, com a intencionalidade de proporcionar suporte às escolas, no que se refere a dados e números foi criado como indicador e avaliador o Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), desta forma o ministério da educação afirma que “os indicadores são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos”(BRASIL,2007). Isto significa dizer que através dos dados apontados por meio do Ideb, é possível fazer um diagnóstico e criar mecanismos que promovam uma educação genuína. O principal objetivo neste resumo é entender que existe uma importância nesses dados, visto que, por meio dos indicadores, é possível sancionar políticas públicas que envolvem a qualidade e equidade das escolas. Para mais, os dados apresentados pelo ideb proporcionam desafios e questionamentos referente a educação, isto é, avanços ou regressos na garantia do direito educacional. Portanto, a construção se deu por meio da análise de indicadores disponibilizados no site do QEdU e entrevista concedida pela diretora de uma determinada escola da rede municipal de Balsas MA. Em linhas gerais, percebeu-se a partir dos indicadores uma evolução no que concerne ao aprendizado da referida escola, isso se deu devido a precaução da gestão em diagnosticar possíveis problemas que comprometem o conhecimento dos alunos. Se comparado ao nível municipal, a escola se sobressai no que diz respeito ao nível de aprendizado. Dessa forma, o principal mecanismo desenvolvido para assegurar uma educação de qualidade foi diagnosticar a situação dos discentes através dos dados apontados nos indicadores e conseqüentemente usar estratégias fundamentais por meio da ludicidade e formação continuada. Planejar atividades tendo em vista a sua superação e diagnosticar a dificuldade dos estudantes facilitam no alcance de objetivos almejados (AFONSO, 2005, p.35). Para mais, o que se constata é que o Ideb viabiliza para a escola dados que podem servir de base para um diagnóstico aprofundado e provocativo, no sentido de desenvolver políticas dentro do âmbito escolar que melhorem o desempenho e qualidade dos alunos.

### Referências:

[1] AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional:** regulação e emancipação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

[2] BRASIL, Ministério da Educação. **Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB).** Brasília. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb> . Acesso em: 10 de novembro de 2022.

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Pedagogia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. daniel.borges@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. camila.sousa@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. camila.alves@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>4</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. luisa.carvalho@alu.unibalsas.edu.br.

[3] CHIRINÉA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos Da Fonseca. **O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade**: em busca de significados. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Scielo, 2015. Disponível em; <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/L3FwTBZ79fLPRRwHFfVgmkP/?lang=pt>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.

[4] FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

[5] PORTAL QEDU, Disponível em: <https://qedu.org.br/> .Acesso em 11 de novembro de 2022.

[6] SOUZA, Lincon Moraes de; SOUZA, Andreia da Silva Quintanilha (orgs.).

**Avaliação de políticas públicas e avaliação de educação**. Curitiba: CRV, 2017.

## Inteligência Artificial e a utilização de tecnologia para melhorar os processos de RH

Eduardo Gomes De Sá<sup>1</sup>  
 Joana Beatriz Vieira Da Silva<sup>2</sup>  
 Marcos David Souza Ramos<sup>3</sup>  
 Carla Weber<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** Inteligência Artificial. Recursos Humanos. Melhoramento de Processos

**Resumo:** A Inteligência Artificial (IA) vem ganhando notoriedade e importância no ambiente empresarial nos últimos anos, sendo utilizada em diversos setores do mercado e com variados objetivos. Este estudo objetivou demonstrar o uso da Inteligência Artificial no ambiente de Gestão de Recursos Humanos (RH). A escolha da parte específica de utilização de inteligência artificial para melhorar os processos de RH se deu por ser uma área ainda bastante manual e a utilização de tecnologias ainda ser um “tabu” para muitos gestores e também visando restringir o campo de investigação, tornando-o mais específico. A metodologia utilizada para encontrar o resultado foi investigar a literatura acadêmica sobre inteligência artificial no melhoramento do RH. A hipótese levantada foi de que a utilização de inteligência artificial nos processos de RH aumenta a velocidade em que são realizados e em uma maior taxa de sucesso. Atualmente, os departamentos de RH podem maximizar a eficiência de diversos setores, aproveitando as novas tecnologias onde a utilização da IA para simplificar e reduzir a burocracia dos processos permite um ganho de tempo, produtividade e assertividade maiores do que quando realizado apenas por humanos. A IA otimiza o processo de seleção e recrutamento, ignorando características como raça, gênero e orientação sexual e trabalhando com dados importantes, como experiências anteriores e capacitação para a vaga. O processo de integração também é otimizado, podendo ser criado um assistente virtual que responde às perguntas mais frequentes, tirando a sobrecarga de perguntas repetitivas feitas pelos novos colaboradores às pessoas do RH. A IA dentro do RH não pode ficar inoperante, deve sempre ser alimentada com novos dados e tarefas, para manter-se atualizada e necessita de supervisão humana, para garantir seu bom funcionamento e detecção de possíveis inconsistências. Conclui-se que a IA deve ser uma ferramenta importante no ambiente de RH, sendo utilizada para otimizar os processos e não acabar com a necessidade de humanos, já que ela consegue analisar mais dados em menos tempo que uma pessoa e exclui (pré)conceitos que possam existir durante uma pesquisa manual. Assim, a teoria levantada no início da pesquisa mostrou-se verdadeira, a IA possibilita um melhor desempenho na execução dos processos no ambiente de recursos humanos, visto que ele processa mais dados em menos tempo.

### Referências:

[1] MENDONÇA, RODRIGUES, ARAGÃO, VECCHIO (2018). Inteligência artificial - recursos humanos frente às novas tecnologias, posturas e atribuições, Revista contribuciones a la

<sup>1</sup> Eduardo Gomes De Sá – UNIBALSAS. eduardo.sa@alu.unibalsas.edu.br

<sup>2</sup> Joana Beatriz Vieira Da Silva – UNIBALSAS. joana.silva@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>3</sup> Marcos David Souza Ramos - UNIBALSAS. marcos.david@prof.unibalsas.edu.br

<sup>4</sup> Carla Weber - UNIBALSAS. carla.weber@prof.unibalsas.edu.br

Economía. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/ce/2018/4/inteligencia-artificial.html>. Acesso em: 10 oct. 2022.

[2] JOBCONVO. Inteligência artificial na gestão de pessoas: impactos no RH. Disponível em: <https://articles.jobconvo.com/inteligencia-artificial-na-gestao-de-pessoas/#:~:text=A%20Intelig>. Acesso em: 23 out. 2022.

## EDUCAÇÃO DO CAMPO: materiais didáticos e formação inicial que abrangem essa modalidade.

Daniel Barbosa Borges<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** educação do campo, formação, materiais didáticos.

**Resumo:** No Brasil o sistema educacional apresenta diversas modalidades de ensino, que visa suprir, ou dar suporte pedagógico para as mais diversas comunidades. Portanto, uma dessas modalidades é a educação do campo, que de maneira geral busca ocupar os espaços denominados rurais, isto é, esse modelo de educação, vai atender às comunidades de agricultores, agropecuários e moradores ribeirinhos. O objetivo deste resumo é compreender e refletir em relação à educação do campo e a formação inicial para esta modalidade. Diante deste contexto, para implementação da educação do campo é exigido dois fatores primordiais, são eles: materiais didáticos específicos e a formação dos professores. A educação do campo constitui-se nas lutas sociais das várias comunidades e sindicatos. Tais esforços se deram para a implementação de políticas públicas educacionais voltadas para as comunidades e famílias com relação ao campo. Nesse sentido, é fundamental um olhar em especial para essa modalidade, visto que, para efetivação desse modelo de educação é necessário que ela seja pensada para o lugar e para as pessoas que irão recebe-la (MOLINA,2008). Para embasamento teórico deste resumo, foi feito pesquisas bibliográficas e análise de artigos. Isto posto, os materiais didáticos devem abordar em seus conteúdos elementos que são da realidade do discente, em outras palavras, os assuntos não devem ser sobretudo urbanizados, no contexto geral, os materiais didáticos pensados para esta educação precisam aplicar-se no pomar, na horta, na lavoura etc. Para além disso, a formação dos professores no que diz respeito a educação do campo é de suma importância, em especial a formação inicial, isso significa dizer que não pode ser trivial, para além disso não pode limitar o professor em sua formação a apenas o prédio físico da escola (ARROYO, 2006). É fundamental que a formação abranja para além da escola e que os docentes na sua formação inicial disponham de fundamentos característicos. Diante disso, a formação inicial deve ser a base para que a educação do campo seja executada de maneira eficiente. Pensando nas comunidades rurais que necessitam da educação do campo no seu âmbito, é crucial que os materiais didáticos e a formação inicial dos professores sejam pensados, pesquisados de maneira que, os professores construam juntamente com a comunidade processos pedagógicos pautados no respeito, nos saberes e na produção social humana.

### Referências:

[1] ARROYO, M. G. **A escola do campo e a pesquisa do campo: metas.** In: MOLINA, M. (Org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

[2] BEZERRA NETO, L. **Educação do campo ou educação no campo?** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 150–168, 2012. DOI:

10.20396/rho. v10i38.8639696. Disponível em:  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639696>. Acesso em: 14 nov. 2022.

[3] MOLINA, M. C. **A constitucionalidade e a justiciabilidade do direito à educação dos povos do campo.** In: SANTOS, C. A. dos. Educação do Campo, Políticas Públicas, Educação. Brasília: INCRA/MDA/NEAD, 2008.

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Pedagogia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. daniel.borges@alu.unibalsas.edu.br.

## CADERNO DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS DO MARANHÃO: uma análise documental do currículo de Língua Portuguesa

Ana Patrícia Sá Martins<sup>1</sup>  
Bruno dos Reis Miranda<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Caderno de Orientações Pedagógicas. Maranhão. Currículo. Língua Portuguesa.

**Resumo:** A pesquisa objetiva analisar o discurso prescrito ao ensino de Língua Portuguesa no Caderno de Orientações Pedagógicas (CDOP), produzido pela Secretaria Estadual de Educação do Maranhão (SEDUC-MA) com orientações voltadas à reformulação do ensino médio. A investigação em andamento é desenvolvida no contexto da iniciação científica e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Nesse sentido, situamo-nos no campo da Linguística Aplicada, para realizarmos uma pesquisa documental e bibliográfica, de cunho qualitativo, sustentada em diversas áreas do conhecimento, tais como: Formação de Professores, Novos Estudos do Letramento, o Círculo de Bakhtin e a Teoria/Análise dialógica do discurso. As análises parciais do documento concentram-se em informações sobre o seu contexto de produção, processo de implementação e sua organização documental. Ademais, foi possível identificar, até o momento, que, apesar de se apresentar como um documento curricular voltado às realidades socioculturais do estado do Maranhão, o discurso veiculado no CDOP – é predominantemente influenciado pelas prescrições identificadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), bem como às diretrizes à curricularização do Novo Ensino Médio, valorando as competências e habilidades dos estudantes ao mercado de trabalho, sem uma relação mais situada com as peculiaridades sociais, étnicas, culturais e econômicas das diferentes microrregiões do Maranhão.

### Referências:

- [1] BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Tradução: Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- [2] BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Documento final. MEC. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/06/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em 25 de outubro de 2022.
- [3] BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, Beth (org). *BAKHTIN: CONCEITOS-CHAVE*. São Paulo: Contexto, p. 61-78, 2005.
- [4] MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. *Documento curricular do território maranhense para o Ensino Médio*, v.1, São Luís, 2022.
- [5] MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo, Parábola, 2006.

<sup>1</sup> Doutora em Linguística Aplicada. Professora Adjunta na Universidade Estadual do Maranhão, campus Balsas. E-mail: [apsm121285@gmail.com](mailto:apsm121285@gmail.com).

<sup>2</sup> Bolsista de Iniciação Científica (FAPEMA-UEMA). Graduando no curso de Letras Licenciatura na Universidade Estadual do Maranhão, campus Balsas – UEMA. [reisbruno638@gmail.com](mailto:reisbruno638@gmail.com)

## COMPARAÇÕES DA GESTÃO DE PESSOAS CENTRALIZADA E DESCENTRALIZADA

Kendesson Mateus Pinheiro da Silva<sup>1</sup>  
Vinícius Silva Martins<sup>2</sup>  
Walex Abreu de Sousa<sup>3</sup>  
Carla Weber Carvalho<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** Centralização, Descentralização, Gestão de Pessoas.

**Resumo:** O presente estudo aborda sobre como as empresas com o passar dos anos, vêm administrando a sua forma de liderar pessoas, evidenciando uma comparação entre a centralização e descentralização de gestão de pessoas. O foco é trazer características de ambas a fim de gerar uma amostra de que optar pela gestão descentralizada é o melhor para as organizações. Através de uma metodologia bibliográfica pode ser observado que nos primórdios do ato de gerir pessoas as relações entre gestor e colaborador eram muito engessadas, isso se dava pelo fato de que as atividades desempenhadas eram muito repetitivas e manuais. Com o passar do tempo chegaram novas atividades profissionais e a perspectivas dos trabalhadores também mudaram, porque agora eles sentiam a necessidade de serem entendidos não só como máquinas, mais sim como seres humanos, isso fez com que a relação dos gestores também mudasse. E, então, no início do XX surge um departamento destinado a zelar pela boa relação do gestor e colaborador, onde o funcionário era monitorado desde de sua admissão até desenvolvimento de suas atividades, e esse colaborador podia sempre tratar de seus interesses pessoais e profissionais. Utilizamos a metodologia bibliográfica para que, com base nos textos já apresentados fosse possível entender a diferença entre os dois métodos de gestão de pessoas. No princípio deste órgão departamental as responsabilidades de gerir as pessoas das organizações eram de responsabilidade específica do Recursos Humanos (RH), outros superiores por exemplo, não tinham poderio acerca da tomada de decisões quanto a pessoas, e isso ocasionava um monopólio administrativo e um distanciamento dos gerentes de linha quantos aos assuntos de Gestão de Pessoas (GP) por parte do RH, já que todas as decisões a serem executadas eram em suas premissas vindas do RH. Chiavenato (2014) explica a importância de ter uma equipe com autonomia para tocar os processos, sabendo antes o que precisa fazer, mas sem se prender como deve ser feito, obtendo assim oportunidade de levar racionalização aos seus processos. E no contexto atual, gestão centralizada está caindo em desuso, e as responsabilidades já são delegadas aos gestores departamentais, onde para ocorrer uma alteração no “nível operacional”, não se é feita mais, a necessidade de mudança ser informada no nível de alta gerência, tendo agora a autonomia dos gestores de linha para a tomada de decisões. O que a empresa ganha com a descentralização? Bom, um primeiro fato é o da aproximação que tem entre os gestores de áreas e os colaboradores, porque daí os gestores da área podem ter uma comunicação mais intensa com os colaboradores, não só para falar sobre os projetos que eles vão buscar e sobre a produtividade, mas também para entender às necessidades, dificuldades e objetivos que o colaborador tem. Como evidenciado ao longo do presente estudo, tratar sobre esse tema é pertinente, pois, toda organização busca lucrar mais, e gastar menos, e o tempo que uma ação leva para ser desenvolvida está diretamente atrelado a isso, até porque tempo é dinheiro, e com uma gestão de pessoas descentralizada os processos administrativos tornam-se mais racionalizados e não burocrático.

### Referências:

- [1] RODRIGUES, Edna. Modelos de Gestão, planejamento e a atuação do gestor, ed. KLS. – Londrina: Editora de Distribuidora Educacional S.A., 2016.
- [2] CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Moderna Gestão de Pessoas, 3º ed. Gestão de Pessoas. - São Paulo: Elsevier Editora LTDA., 2009.



[3] CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos Tempos: Os Novos Horizontes em Administração. 3. ed. Barueri, São Paulo: 2014

## O IMPACTO DO CONTEXTO (PÓS)PANDÊMICO NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS: REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE BALSAS - MA

Letícia Aparecida Nunes Moraes<sup>1</sup>  
Tatiana da Silva Pereira<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Alfabetização. Pandemia. Interação. Educação Infantil.

**Resumo:** O analfabetismo ainda é notório dentro do cenário educacional brasileiro, sobretudo quando voltamos-nos para os danos deixados pela pandemia do COVID-19, entendemos que tal conjuntura afetou a educação e dificultou a alfabetização das crianças. Por conseguinte, objetivamos analisar, a partir de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, documental e de estudo de caso, de que maneira o contexto pandêmico impactou a alfabetização das crianças, além de refletir acerca das consequências para a continuidade do processo escolar dos estudantes. Os dados analisados foram coletados a partir de um questionário enviado via *Whatsapp* a professores da rede pública e privada da cidade de Balsas - MA. Em virtude disso, consideramos os resultados parciais, uma vez que a pesquisa se encontra em andamento. Até o momento, todos os docentes colaboradores da pesquisa apontaram dificuldades e desafios quanto à alfabetização das crianças, ressaltando que a interação presencial é indispensável nesse processo, permitindo maior acompanhamento e identificação das necessidades dos estudantes. Ademais, nas respostas também podemos destacar o papel dos pais e responsáveis, os quais devem acompanhar os estudantes, sobretudo em um momento em que as crianças não tinham acesso à sala de aula física, reforçando a necessária inter-relação entre família e escola. Por fim, a partir das pesquisas acerca do tema e dos enunciados colhidos e analisados a partir do questionário, entendemos que a pandemia trouxe inúmeras consequências à educação, as quais ainda serão vivenciadas ao longo dos anos dentro do ambiente escolar. Sendo assim, é necessário um olhar atento para compreender de que forma o referido contexto afetou o ensino e aprendizagem, de modo que estratégias possam ser empreendidas visando minimizar os prejuízos causados pelo ensino remoto.

### Referências:

SILVA, Maria Letícia Da et al.. Alfabetização de crianças em tempo de pandemia e aulas remotas: o que dizem e fazem os(as) professores(as)?. Anais VII CONEDU - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67917>>. Acesso em: 14/11/2022

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

SOARES, Magda. Como fica a alfabetização e o letramento durante a pandemia? Entrevista no canal Futura, 2020. Disponível em <https://www.futura.org.br/como-fica-a-alfabetizacao-e-o-letramento-durante-apandemia/>. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

<sup>1</sup> Professora da Escola Infantil Brincando e Aprendendo – EIBA. [tatispereira91@gmail.com](mailto:tatispereira91@gmail.com).

<sup>2</sup> Acadêmico da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. [leticiamoraes26@gmail.com](mailto:leticiamoraes26@gmail.com).

## FITOTOPÔNIMOS DO MUNICÍPIO DE AFONSO CUNHA: uma análise preliminar

Luciana Carla da Silva de Oliveira<sup>1</sup>  
Profa. Dra. Maria Célia Dias de Castro<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Fitotopônimos. Toponímia. Onomástica.

**Resumo:** A toponímia é um dos principais ramos da ciência onomástica, estuda os nomes próprios de lugares que constituem um espaço geográfico, ou seja, os topônimos. Seu estudo engloba a história, a geografia, a linguística, a antropologia, a psicologia textual, a botânica e a arqueologia. Os fitotopônimos, por sua vez, são nomes de índole vegetal que nomeiam os lugares. Essa classe de nomes é acionada principalmente em razão da influência das plantas na vida das pessoas que habitam no local denominado. Nesse cenário, este trabalho filia-se ao estudo do léxico, que abrange o ramo linguístico da Onomástica, subárea Toponímia, a fim de agregar esses conhecimentos a um projeto denominado Atlas Toponímico do Estado do Maranhão - ATEMA. O objetivo central é analisar os fitotopônimos do município de Afonso Cunha tomando como base as categorias que constam na ficha léxico-toponímica, conforme propôs Dick (1992). Os procedimentos metodológicos partiram da coleta de dados nos mapas do IBGE (2010), em escala de 1:100.000, para posterior sistematização em planilhas Excel. Utilizou-se os dicionários onomástico-etimológicos para a descrição dos topônimos e, como etapa posterior, realizou-se a análise dos dados e a confecção de mapas. Pretende-se, com este trabalho, contribuir com a tessitura do ATEMA, com a análise dos dados que se inserem na Mesorregião Leste Maranhense, mais precisamente da microrregião de Coelho Neto. Esta microrregião possui quatro municípios: Afonso Cunha, Aldeias Altas, Coelho Neto e Duque Bacelar. Até o presente momento, esta pesquisa encontra-se em estágio inicial, sendo assim, o resultado revela dados de um só município, Afonso Cunha. Como resultados preliminares, identificou-se 54 topônimos dos quais 20 são fitotopônimos (37%), o que representa um alto percentual tendo em vista que são 27 taxionomias, 11 de natureza física e 16 de natureza antropocultural. No conjunto dos fitotopônimos, as plantas representativas nesses nomes possuem caracteres de tamanhos variados, algumas de grande porte, como a palmeira de nome *Babaçu*, que resultou no fitotopônimo mais repetido nesse município pesquisado. Essa palmeira possui como língua de origem e etimologia o tupi. Outros exemplos são Localidade *Angelim*, Riacho do *Ingá*, Localidade *Juçaral*. Ao longo desta pesquisa, notou-se, ademais, que a origem e a etimologia mais recorrentes são do tupi, o que revela a importância, que os povos naturais tiveram no processo denominador dos elementos da natureza.

### Referências:

- [1] DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1992.
- [2] IBGE. IBGE/CIDADES. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

<sup>1</sup> Acadêmica da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. [dlucianacarla@gmail.com](mailto:dlucianacarla@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. [celialeitecastro@hotmail.com](mailto:celialeitecastro@hotmail.com)

## ACESSO A INFORMAÇÃO TÉCNICA PRESENTE NA AGRICULTURA FAMILIAR EM BALSAS - MA

Kauan de Alencar Feitosa<sup>1</sup>  
 Eduardo de Moura Silva<sup>2</sup>  
 Antonio Santana Batista de Oliveira Filho<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Sidra, Censo Agropecuário, estabelecimento.

**Resumo:** A agricultura familiar é um ramo do agronegócio importante não só pela sua produção de alimentos, mas também pela geração de emprego, número de estabelecimentos, entre outros. A educação faz-se parte essencial da nossa sociedade e para a agricultura familiar não é diferente. Uma forma de levar conhecimento para o campo é por meio de assistência técnica, que disponibiliza conhecimento e assim o produtor pode repensar a sua forma de produção ou adquirir uma. O objetivo deste trabalho foi analisar de onde os agricultores familiares conseguiram o conhecimento técnico que utilizam. Os dados para a elaboração do presente trabalho foram coletados do site SIDRA (IBGE), referente as informações do Censo Agropecuário 2017 onde as variáveis analisadas foram: a origem da orientação técnica recebida, agricultura familiar e proprietário do estabelecimento. Utilizou-se os dados obtidos para a produção de gráficos visando uma melhor compreensão deles. Nos resultados encontrados verificou-se que dos 4.828 estabelecimento da microrregião de Balsas, 407 tinha recebido orientação técnica. Já em relação aos estabelecimentos de agricultura familiar com proprietário, 2.761 ao todo, apenas 95 tinham orientações técnicas. Percebe-se que é pouco a orientação nos estabelecimentos da região de Balsas, menos que 10% e menor ainda na agricultura familiar. Outro resultado importante foi a origem da orientação, dos produtores donos da terra, 336 tinham recebido orientações, mas desses apenas 61 eram provindas do governo. A maior parte vinha do próprio produtor, 234. Já quando se olha os produtores familiares das 95 orientações, 33 vinham do governo e 43 eram provindas do próprio produtor. A terceira maior forma de orientação foi de empresas integradoras que no montante dos produtores foi responsável por 46 do conhecimento técnico e no familiar apenas por 10 do total recebido. Assim pode-se inferir que no âmbito geral dos produtores donos da própria terra predomina a sua própria orientação técnica, mas nos produtores do sistema familiar as oferecidas pelo estado tem muito peso. Reforçando a importância de investimentos em ensino para a agricultura familiar para o desenvolvimento dela.

1

### Referências:

- [1] CASTRO, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim regional, urbano e ambiental**, [s. n.], ano 12, p. 49-59, 2015.
- [2] IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 294 p.
- [3] SIDRA. **Censo Agropecuário**: Tabela 6759 - Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, por tipologia, cor ou raça do produtor, condição

<sup>1</sup>Acadêmico do Curso de Agrônômica Bacharelado do Campus de Balsas da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Kauanalencar2011@hotmail.com

<sup>2</sup>Acadêmico do Curso de Agrônômica Bacharelado do Campus de Balsas da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. eduardobrmassd@gmail.com

<sup>3</sup> Professor da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. a15santanafilho@gmail.com

do produtor em relação às terras, grupos de atividade econômica, origem da orientação técnica recebida e grupos de área total. [s. l.], [2017?]. Sistema de recuperação automática.

## FITOTOPÔNIMOS INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA

Ana Júlia Nogueira Martins<sup>1</sup>  
 Aline Oliveira da Silva<sup>2</sup>  
 Gustavo Barbosa Guimarães<sup>3</sup>  
 Idelfonso de Sousa Jorge Junior<sup>4</sup>  
 Profa. Dra. Maria Célia Dias de Castro<sup>5</sup>

**Palavras-chave:** Inventário Toponímico Indígena. Município de Balsas. Fitotopônimos.

**Resumo:** O presente trabalho se atém a toponímia indígena, conjunto léxico que expressa grande riqueza, seja pela historicidade de seus troncos linguísticos, pela cultura ou pela forma como os falantes dessa língua expressam o uso desses termos em seu cotidiano, seja ainda pelo fato de como este léxico se faz presente da linguagem social das pessoas. O objetivo é analisar o inventário léxico-toponímico indígena do município de Balsas, em especial os fitotopônimos, categoria que contempla os topônimos de índole vegetal, e compreender como estão presentes na cultura e história da cidade. A pesquisa é de caráter quali-quantitativo, com dados obtidos a partir do Mapas Municipais Estatísticos disponíveis no site do IBGE (2010), escala 1: 100.000 e organizados em fichas lexicográficas-toponímicas em planilha Excel. Quanto às hipóteses, defende-se que a toponímia indígena apresenta relação com elementos de sua própria cultura natural, desse modo, espera-se que suas ocorrências estejam relacionados com plantas, animais ou quaisquer elementos que provêm da natureza. Sapir (1969, p. 44) afirma que “o léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes”, desta forma podemos depreender que muitos elementos da cultura de um povo estão ligados às influências do ambiente, e a cultura vai se instituir a partir dos conhecimentos que são adquiridos socialmente. As línguas indígenas têm um sistema de som, forma e funções próprias bastante diferenciado dos sistemas das línguas conhecidas como indo-europeias (RODRIGUES, 1986). Os resultados do município de Balsas-MA demonstraram expressiva ocorrência de fitotopônimos, com 131 casos, que dentre estes cerca de 53,03% são de origem indígena. Tendo como exemplos: Caju - *Aka'yu*, Pequi - *Pe'ki*, Taboca - *Ta'woka* e Macaúba - *Ma'kaí'ba*. Dessa forma, pode-se entender a grande ocorrência dessa taxonomia como um reflexo da cultura local, pois, conforme Dick (1992) ressalta, o topônimo atua, por diversas vezes, como uma forma de fixar os elementos pertinentes à vida do homem na história daquele lugar. Diante disso, concluímos que, a partir do estudo toponímico, é possível analisar as tendências que levam uma comunidade a escolher determinado nome para os lugares que conhece e, em especial os fitotopônimos, podem ser um indicativo do espaço fitogeográfico no qual o nomeador

<sup>1</sup> Acadêmica da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. [alineaamoriimad7@gmail.com](mailto:alineaamoriimad7@gmail.com).

<sup>2</sup> Acadêmica da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. [anajulianm12@gmail.com](mailto:anajulianm12@gmail.com)

<sup>3</sup> Acadêmico da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. [gustavobarbosa.g80@gmail.com](mailto:gustavobarbosa.g80@gmail.com).

<sup>4</sup> Acadêmico da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. [idelfonsojorge18@gmail.com](mailto:idelfonsojorge18@gmail.com).

<sup>5</sup> Professora da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. [celialeitecastro@hotmail.com](mailto:celialeitecastro@hotmail.com)

está inserido, já que sua relação com os topônimos de índole vegetal é intrínseca (DICK, 1990, p. 161).

#### Referências:

- [1] CASTRO, Maria Célia Dias de. **Maranhão** [manuscrito]: sua Toponímia, sua história. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2012.
- [2] DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 3ed. – São Paulo, 1992.
- [3] DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.
- [4] RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.
- [5] SAPIR, Edward. **Língua e ambiente (1969)**. Lingüística como ciência. Ensaios. Livraria Acadêmica, 1969, p. 43-62.



## A ESCOLA E SUA FUNÇÃO SOCIAL: inquietações docentes

Maria da Conceição Ortegal Ribeiro<sup>1</sup>  
Edjane Nunes Santos<sup>2</sup>  
Camila Sousa da Silva<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Conhecimento; formação humana; cidadania.

**Resumo:** A escola como local de formação do cidadão, são inúmeras questões a serem discutidas, pois envolve a visão, missão, valores de cada instituição e o público envolvido no processo de desenvolvimento intelectual, cultural e social desde a infância. Este resumo tem como objetivo refletir sobre a atuação da escola em suas múltiplas dimensões. Trazer consciência de que é além do aspecto cognitivo, trata-se de uma preparação para a vida e isso envolve demandas sociais, emocionais e psicológicas. A escola é o primeiro ambiente onde a construção do saber acontece de forma socializada e onde a pessoa começa a desenvolver suas habilidades de convivência e a ser protagonista no sistema de aquisição deste saber. Nesse processo as letras, as ciências humanas e exatas são apenas a ponta de um grande iceberg, que proporcionará altas descobertas e conquistas no decorrer da vida escolar. É na escola que o conhecimento é construído de forma sistemática, com objetivos definidos, envolvendo as dimensões políticas, culturais, sociais e pedagógicas, ou seja, preocupa-se com a formação integral do educando. O dinamismo educacional não está comprometido apenas com a capacitação para o mercado de trabalho, mas com a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Morin (2011) ressalta que uma das barbáries que se identifica hoje é a tecnicista, uma vez que enfatiza apenas o técnico, o saber fazer algo, desprivilegiando o “humano do ser humano”, excluindo sua vida e suas questões afetivas. Sabendo que a escola também está focada no desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas do indivíduo, cabe ao professor promover o ensino de forma a capacitar a pessoa a tornar-se um cidadão participativo na sociedade em que vive. A escola tem como função básica garantir a aprendizagem de conhecimento, habilidades e valores que são necessários à socialização do indivíduo e é preciso que no ambiente escolar se obtenha domínio de aspectos importantes da aprendizagem como: conteúdos culturais básicos da leitura, escrita e ciência das artes. Bazzo (2015) destaca que toda educação deve ser tecida com os quesitos humanos e a incumbência da atuação cidadã é responsabilidade de todos aqueles que estão de alguma forma envolvido com a educação. E assim, com essa formação, o aluno poderá exercer de forma ativa e consciente sua cidadania.

### Referências:

MORIN, Edgar. **Rumo do abismo?** Ensaio sobre o destino da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011

BAZZO, Walter. **De técnico e de humano.** Questões contemporâneas. Florianópolis: Ed. UFSC, 2015.

<sup>1</sup> Acadêmica de Pedagogia Segunda Licenciatura da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS; Membro do grupo Escrever é preciso. ceica.ortegal@hotmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmica de Pedagogia Segunda Licenciatura da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS; Membro do grupo Escrever é preciso. Ed\_jane.sousa@hotmail.com.

<sup>3</sup> Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS; Doutora e Mestre em Educação nas Ciências/UNIJUI; Mediadora do grupo Escrever é preciso. camilasousaub@gmail.com.

## INOVAÇÃO NOS PROCESSOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAS PARA OBTENÇÃO DE ESCOLHAS ASSERTIVAS

Cleiton Santos de Sousa<sup>1</sup>  
 Janaina Nascimento Monteiro Araújo<sup>2</sup>  
 Mayra Liandra G. de Almeida<sup>3</sup>  
 Carla Weber Carvalho<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** Inovação, tecnologia, recrutamento e seleção.

**Resumo:** O recrutamento e a seleção de pessoas são realizados principalmente para escolher profissionais que se alinhem ao perfil da vaga oferecida em uma empresa. O objetivo deste estudo é trazer explicações sobre como esses processos são de grande relevância organizacional. Essas informações foram obtidas através de pesquisas em documentos e artigos já publicados, e ressaltam que a escolha do candidato deve ser feita de maneira correta, para que não haja esgotamento dos funcionários enquanto treinadores dos novos colaboradores daquele setor. Diante disso, notou-se a necessidade de ir à procura de novas formas de recrutamentos, uma vez que as antigas se mostraram ineficientes diante do mercado atual, que a cada dia busca pessoas mais qualificadas. A partir disso, as empresas começaram a trabalhar juntamente com a internet, fazendo com que um mundo novo fosse aberto. Nesse aperfeiçoamento tecnológico surgiram ferramentas que podem ser usadas pelos empregadores, as quais são importantes para o desenvolvimento e crescimento das organizações, entre elas, o Banco de Talentos, que é um banco de dados que engloba todas as informações dos candidatos às vagas que a empresa divulga no meio digital. Assim, torna-se possível um processo de recrutamento e seleção ágeis para a empresa. Entende-se, portanto, a urgência para que departamentos de recursos humanos voltem o olhar para a implantação de tecnologias que agregam valor aos processos de como gerenciar pessoas, a começar pela escolha dos candidatos a futuros colaboradores.

### Referências:

- [1] FOURSALLES, “12 tecnologias inovadoras para Recrutamento e Seleção”, disponível em: <<https://blog.foursales.com.br/tecnologias-recrutamento-2021>> Acesso em 1 de outubro de 2022.
- [2] SENIOR, “Recrutamento e seleção de pessoas: o que você precisa saber”, disponível em: <[www.senior.com.br/blog/recrutamento-e-selecao-de-pessoas-o-que-voce-precisa-saber](http://www.senior.com.br/blog/recrutamento-e-selecao-de-pessoas-o-que-voce-precisa-saber)>, Acesso em 1 de outubro de 2022.
- [3] PORTAL, Rh. “Recrutamento e Seleção de pessoas na prática”, disponível em: <[www.rhportal.com.br/artigos-rh/recrutamento-e-selecao-pratica](http://www.rhportal.com.br/artigos-rh/recrutamento-e-selecao-pratica)>, Acesso em 1 de outubro de 2022.

<sup>1</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [mayra.almeida@alu.unibalsas.edu.br](mailto:mayra.almeida@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>2</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [janaina.araujo@alu.unibalsas.edu.br](mailto:janaina.araujo@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>3</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS [cleiton.sousa@alu.unibalsas.edu.br](mailto:cleiton.sousa@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>4</sup> Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [carla.weber@prof.unibalsas.edu.br](mailto:carla.weber@prof.unibalsas.edu.br)

## O MOVIMENTO FEMINISTA E A LUTA PELOS DIREITO DAS MULHERES

Larisse Barroso Dias<sup>1</sup>  
Lisiane Sibeli Lescano de Andrade<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Antifeminismo, mulheres, direitos, beleza.

**Resumo:** O feminismo a cada dia vem conferindo às mulheres maior entendimento de seus direitos e conseqüentemente seu lugar na sociedade, no entanto a cada obstáculo legal e material vencido pelas mulheres surgem novas amarras a impedir a igualdade social. (WOLF, 2021). O movimento feminista surgiu no Brasil, a partir do ano de 1975 pela organização das nações unida, e passou a se chamar de dia internacional da mulher, com os seguintes objetivos: identificar e denunciar as discriminações e a desigualdade, que atingem a situação das mulheres brasileiras, promovendo a conquista do direito civil para todas elas, entre outros direitos que as mesmas vêm lutando para alcançá-los na sociedade em que se vive. Ocorre que para frear esse movimento, que aparecem em ondas de busca por direitos, surge igualmente uma conjuntura política altamente repressiva. Assim, a ideia do movimento como a luta de todas as mulheres contra o poder e a opressão masculina, e do direito à igualdade, onde as mesmas comparecem ganhando espaço na sociedade, dando-as o direito de votar e de exercer cargos políticos, direito ao trabalho, podendo ter o mesmo salário que o homem e exercendo os cargos de líder, gerencias, tendo direito também a licença maternidade, poder ao divórcio, entre outros, concedidos para as mesmas. Portanto a sociedade em si, favorece a ter um antifeminismo, tanto praticado por homens quanto por mulheres, deixando claro que “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos” (BEAUVOIR, 1967). Observa-se que o antifeminismo tem sido um grande entrave para igualdade social, pois mulheres têm suportado vários reflexos negativos como a imposição de um padrão estético e de beleza, uma postura social diferenciada, opressão no ambiente de trabalho, sendo a beleza o atual cativeiro para as mulheres, na medida que a beleza se torna o próprio dinheiro, em um sistema monetário. Contudo uma mudança de paradigmas sociais se faz necessária “já é hora de fechar a porta bem fechada sobre aquela época. E abrir outra porta, pela qual possamos acolher a igualdade” (SOLNIT, 2017).

### Referências:

- [1] BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo Vol 2: A Experiência Viva**, Difusão Europeia do Livro, 1967.
- [2] SILVA, Daniel Neves. "**Feminismo no Brasil**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/feminismo.htm>. Acesso em 15 de novembro de 2022.
- [3] SOLNIT, Rebecca. **Os homens explicam tudo para mim** - 1ª ED, Editora Cultrix, 2017.
- [4] WOLF, Noami. **O mito da beleza** – 3ª ED, Rosa dos tempos, 2019.

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [lisiane.sibeli@prof.unibalsas.edu.br](mailto:lisiane.sibeli@prof.unibalsas.edu.br)

<sup>2</sup>Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [larisse.dias@alu.unibalsas.edu.br](mailto:larisse.dias@alu.unibalsas.edu.br)

## A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA: A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DO PROTAGONISMO NEGRO NO CURRÍCULO ESCOLAR

Acilina Maria Barros Coelho<sup>1</sup>  
 Alzira Maria Barros Coelho<sup>2</sup>  
 Fernanda de Lurdes Moreira Moreira<sup>3</sup>  
 Rayne Stefani Maciel Neves<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** Protagonismo Negro. Racismo. Identidade Negra.

**Resumo:** O presente trabalho intitulado “*A história que a história não conta: a importância da inserção do protagonismo negro no currículo escolar como parte do processo de desconstrução do racismo*”, destaca a importância da construção da identidade positiva negra como forma de desconstruir o racismo, enfatizando o papel da escola como ponto de partida essencial para trazer a curso essa discussão. A escolha do tema se deu, por identificarmos a falta de representatividade racial positiva no ambiente escolar. A Lei nº 10.639/2003, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir a obrigatoriedade do ensino de história africana e afro-brasileira, porém, identificamos com a revisão bibliográfica e com a coleta de dados, que esta Lei ainda não vem sendo implementada em sua efetividade. Se faz necessário compreender a hegemonia utilizada para a manutenção do *status quo*, a violência real e simbólica contra o povo negro e que legitima o racismo estrutural. Os resultados obtidos a partir da aplicação de questionário apontaram problemas na aplicabilidade da Lei nº. 10.639/2003 nas escolas municipais de Balsas. Identificamos ainda, a dificuldade que os professores relataram ao tentar inserir essa temática em sala de aula, pois os currículos obrigatórios não as inserem. Outro ponto que cabe destacar, vem tratar da formação profissional dos professores, que relataram dificuldade durante a sua formação profissional, no que tange a construir ações pedagógicas sob uma perspectiva multicultural. Se faz necessário que os currículos escolares estimulem o conhecimento de si e dos outros, e discuta a importância da diversidade em sala de aula, que saiba lidar com a diferença e a utilize como ação pedagógica sob uma perspectiva multicultural, propagadora de uma educação que seja capaz de colaborar para uma construção positiva da identidade negra. Deve possibilitar um importante diálogo com as novas formas de ver o mundo, libertar ao invés de aprisionar e refletir como a educação formal e as novas formas de se conceber currículo podem ser aliados na luta contra o racismo.

### Referências:

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 1977.

CARNEIRO, Carolina Zolin; RUSSO, Maria José de Oliveira. **A criança negra e a representatividade racial na escola**. Cadernos da Educação, v. 19, n. 38, jan.-jun. 2020. (p. 105 – 126).

<sup>1</sup> Professor da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. [linacsmith@gmail.com](mailto:linacsmith@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [coord.producaopublicitaria@unibalsas.edu.br](mailto:coord.producaopublicitaria@unibalsas.edu.br)

<sup>3</sup> Aluna da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. [lluuurdesmoreira@gmail.com](mailto:lluuurdesmoreira@gmail.com)

<sup>4</sup> Aluna da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. [raynemaciel@hotmail.com](mailto:raynemaciel@hotmail.com)

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad.: Renato Silveira. Salvador, Edufba, 2008.

QUEIROZ, Cláudia; PASSOS, Mailsa Carla. **Quando a emergência de mangas desloca as maçãs: um diálogo com crianças afro-brasileiras e o texto literário**. In: Rita Marisa Ribes Pereira, Núbia de Oliveira Santas, Ana Elisabete Rodrigues de Carvalho Lopes. (Org.). Quando a emergência das mangas desloca as maçãs: um diálogo com crianças afro-brasileiras e o texto literário. 1ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2015. v. 1, p. 11-436.

## O TRATAMENTO DA ORALIDADE EM SALA DE AULA

Acilina Maria Barros Coelho<sup>1</sup>  
Alzira Maria Barros Coelho<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Retórica; Gêneros Textuais; Oralidade.

**Resumo:** A globalização exige a cada dia, muito mais desenvoltura profissional o conhecimento e uso de textos mais coesos e produções textuais mais direcionadas e apropriadas ao contexto profissional das empresas, são importantes ferramentas para o futuro profissional dos alunos de ensino superior que ora necessitam de uma comunicação clara e objetiva. O objetivo deste trabalho é, contudo, mostrar que se faz necessária a vivência ou proximidade acadêmica com a textualidade ou oralidade, a partir da norma culta. Para tal, devemos mostrar o que direciona sobre o assunto, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, onde percebemos a importante valorização da linguagem oral e escrita, devendo estas, serem inseridas de maneira criativa e corriqueira durante o ensino da língua portuguesa nas escolas de ensino público e particular, bem como no ensino superior. O tema deste trabalho foi motivado pela grande dificuldade que muitos acadêmicos têm em usar de maneira corriqueira a linguagem e a oralidade como ferramenta de trabalho. Por isso, a natureza deste resumo mostra que para atingir uma boa oralidade em sala de aula, é necessário investigar as possibilidades pedagógicas, existentes no ambiente escolar. Sabemos que o Ensino Médio é uma das etapas onde a oralidade e a retórica são aplicadas, a partir dos materiais e livros pedagógicos inseridos neste contexto. Ressaltamos aqui, a importância da aplicabilidade de atividades dedicadas a linguagem oral, mesmo que baseada na linguagem escrita. Destacamos entre as atividades, as estratégias usadas pelos professores a partir da postura corporal, dos gestos, mímicas, a voz, incluindo os exercícios de fala e vocalização. Trabalhar estas ferramentas de oralidade para alunos do Ensino Superior, apresenta um grau de dificuldade a mais, tendo em vista, que nem todos os alunos do Ensino Médio vivenciaram a aplicabilidade de aulas que trabalham a oralidade. Com isto, é necessário encontrar propostas de planejamentos pedagógicos que tratem do tem retórica e oralidade no decorrer do curso superior destes acadêmicos. Além disso, a proposta de trabalhar a oralidade nas IES, deve basear-se em uma didática planejada, onde se inclua gêneros textuais oral e escrito, servindo para o aluno como uma referência para as práticas da linguagem, que na maioria das vezes, são enfrentadas com dificuldade de domínio por parte dos alunos do Ensino Superior. E isso, é perfeitamente possível, desde que o professor utilize sua criatividade no planejamento de suas aulas, oferecendo possibilidades de se trabalhar a oralidade na própria sala de aula, ouvindo dos alunos suas dificuldades ou entraves que dificulta a oralidade ou ainda, saber o que conhecem sobre retórica e , em qual oportunidade colocaram a oralidade em prática. É possível fazer estas atividades através de entrevistas, debates, rodada de conversa, leituras em voz alta, júri simulado, dentre outras atividades não menos importantes. Assim, estes acadêmicos, adquirem a experiência de se expressarem através de uma oralidade de fato comunicativa e convincente.

### Referências:

ABAURRE, M.L.; ABAURRE, M.B.; PONTARA, M. Português: contexto, interação e sentido. Vol 1, 2 e 3. São Paulo: Moderna, 2013.

<sup>1</sup> Professora Acilina Maria Barros Coelho – UEMA. acilinacoelho@professor.uema.br

<sup>2</sup> Professora Alzira Maria Barros Coelho – UNIBALSAS. coord.producaopublicitaria@unibalsas.edu.br

ABREU, Antonio Suarez. A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

ALMEIDA, Anita Correia Lima de. A república das letras na corte da América portuguesa: a reforma dos Estudos Menores no Rio de Janeiro setecentista. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771). Coimbra: Ordem da Universidade, 2o. vol. 1981.

ANDRÉ, Marli; LÜDKE, Menga. Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.



## PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: PROMOVEDO HABILIDADES E COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

Jamara Morais de Miranda<sup>1</sup>  
Kátia T. Lopes Della Flora<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Psicologia; Educação; Socioemocional; Inteligência emocional;

**Resumo:** O presente trabalho relata a experiência que teve como objetivo a implantação e implementação do Projeto Socioemocional Educa [3], idealizado pelo psicólogo Rossandro Klinjey, no Colégio Espaço Criativo, em Balsas/Ma, visando o desenvolvimento socioemocional da comunidade escolar. A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa, descritiva e narrativa [4]. O embasamento teórico apoiou-se na consulta aos dados científicos do Google Acadêmico e Scielo, além da proposta pedagógica do projeto Educa, CASEL, Base Nacional Comum Curricular/BNCC, literatura acerca da Psicologia Positiva, Educação Parental e Inteligência Emocional. Inicialmente apresenta-se o conceito de inteligência socioemocional, que é “a capacidade de identificar nossos próprios sentimentos e os dos outros, de motivar a nós mesmos e de gerenciar bem as emoções dentro de nós e em nossos relacionamentos” [2] e o conceito de competências socioemocionais a partir do que orienta a BNCC [1]. Num segundo momento faz-se a problematização e articulação dos conceitos de Psicologia Positiva e Educação Parental com a Proposta Pedagógica do Projeto Educa, apresentando sua estrutura, metodologia e dinâmica. O processo de implantação e implementação do Projeto na escola em questão é narrado, descrito e analisado enquanto possibilidade de desenvolvimento socioemocional da comunidade escolar, produzindo processos de subjetivação. Por fim, é narrada a performance do Projeto Educa já implantado, que acontece através de aulas de educação socioemocional, e o desenvolvimento da inteligência emocional, evidenciando avanços na ampliação das habilidades socioemocionais até aqui já alcançadas, uma vez que o Projeto ainda está em curso. Parcialmente é possível concluir a importância da promoção e desenvolvimento da educação socioemocional, que é o processo no qual crianças e adultos aprendem a gerenciar emoções, definir e alcançar objetivos positivos, sentir e mostrar empatia pelos outros, estabelecer relacionamentos saudáveis e tomar decisões responsáveis. Com as aulas de educação socioemocional, a escola incorpora o aprendizado sobre emoções e habilidades sociais ao seu dia a dia. Por meio da abordagem sistêmica das competências socioemocionais, é possível cultivar um ambiente de aprendizagem afetivo, atencioso, participativo e equitativo. Com aulas baseadas em experiências práticas, o Projeto Educa, envolve ativamente os alunos, impactando e possibilitando o crescimento social, emocional e acadêmico com eficácia.

### Referências:

- [1] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <basenacionalcomum.mec.gov.br> Acesso em 1º nov 2022.
- [2] GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional**. 82ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- [3] KLINJEY, Rossandro: **Projeto Socioemocional Educa**.1. São Paulo: Educa Imprensa, 2021.

<sup>1</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Graduada em Letras; Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa; Especialista em Psicologia da Educação Email: jamara.miranda@alu.unibalsas.edu.br

<sup>2</sup> Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, Graduada em Psicologia, Especialista em Psicologia da Educação, Especialista em Docência no Ensino Superior, Mestre em Educação pelo PPGEdu/UNISC. E-mail: katiadellaflora@yahoo.com.br

[4] PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

**A violência simbólica em desfavor das mulheres: reflexões à luz dos ensinamentos do Sociólogo Francês Pierre Bourdieu**

**Doralice de Assunção Mota**

Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA

**Paulo Macedo e Silva Júnior**

Bacharel em Direito pela Faculdade de Balsas – UNIBALSAS; Especialista em Direito Público pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI e Membro do grupo Escrever é Preciso

**Palavras-chave:** Violência. Mulheres. História. Desconstrução.

**RESUMO:** As mulheres ao longo do tempo têm sido submissas aos homens, e, apesar de mudanças e conquistas, permanecem as opressões, muitas vezes naturalizadas e imperceptíveis. As mulheres, historicamente, são rotineiramente julgadas e subjugadas nas suas capacidades e em seus conhecimentos, são colocadas em situações de inferioridade ao sexo masculino, conceituando-se assim a violência simbólica. O objetivo principal deste artigo é analisar a violência simbólica contra a mulher, enquanto alicerçada em fatores históricos, sociais e culturais, possibilitando reflexões sobre a necessidade de desconstrução das suas bases estruturantes. Levanta-se a hipótese de que apesar da violência simbólica ser inconsciente, invisível e naturalizada ela é intrometida pelas mulheres e torna-se um instrumento que limita as maneiras de pensar e agir das mesmas. Nesta senda, a violência simbólica provoca dores internas que se refletem externamente, provocando diversos prejuízos à saúde mental e física das mulheres, mesmo com um enfrentamento aguerrido por parte delas. Por ser a violência simbólica sedimentada em fatores históricos, sociais e culturais, pode-se refletir sobre as possibilidades de empreender ações no sentido de desconstruir e ressignificar esses pilares, a exemplo da educação em gênero e a real efetivação das leis de proteção às mulheres; o que poderá contribuir para a construção de relações de respeito e parceria entre homens e mulheres. A metodologia utilizada para as análises tem por base, sobretudo, as obras do Sociólogo Pierre Bourdieu. Para ele, os seres humanos são dotados de um poder simbólico, relacionado à honra, ao prestígio e reconhecimento. Assim sendo, este capital simbólico pode fundamentar algumas diferenças de poder, inclusive, entre homens e mulheres. Dessa forma, a violência simbólica, em desfavor das mulheres, se consubstancia exatamente pela desigualdade desse capital simbólico entre homens e mulheres, colocando os primeiros em situação de superioridade e de forma naturalizadas na sociedade brasileira.

**REFERÊNCIAS:**

ARAUJO, Simone Regiane Corrêa. **A (des)construção da violência simbólica contra mulheres**. Disponível em: <http://wwwc2017.eventos.dype.com.br> Acesso em 12/11/2022.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FERNANDES, Katia Regina dos Santos. **Manifestações da violência simbólica contra as mulheres no ambiente escolar.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Fronteira. Erechim, 2020.

NASCIMENTO, Henrique. **Entenda o que é a violência simbólica.** Disponível em: <https://www.uninassau.edu.br/noticias/entenda-o-que-e-violencia-simbolica#:~:text=O%20conceito%20foi%20definido%20por,que%20est%C3%A3o%20sofrendo%20ou%20exercendo>. Acesso em: 13/11/2022.

## MÉTODOS DE SELEÇÃO MAIS EFICAZES EM CARGOS OPERACIONAIS

Danielle Mandes<sup>1</sup>  
 Ingrid Morais<sup>2</sup>  
 Carla Weber Carvalho<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Recrutamento, seleção, empresa.

**Resumo:** Em um mundo onde o que realmente vale é talento, ideias, gente que faça a diferença essa é uma inquietante e crescente ameaça às demais cooperações. Não é uma boa notícia para qualquer negócio que possa parecer grande, lento, burocrático, pouco agressivo. Não importam o que sua empresa produz ou vende. Se quiser prosperar, ela precisará das melhores pessoas, de profissionais empreendedores, inovadores, energéticos, visionários e bem formados. São esses cérebros que ajudarão velhos negócios a entrar e atravessar os obstáculos colocados pela Nova Economia. Nesse novo ambiente econômico, as empresas passaram a buscar por pessoas que venham à resolver seus problemas, pessoas com muito talento, flexíveis e capazes de enfrentar novos desafios. É fundamental para atrair e reter talentos um programa de Gestão de Pessoas moderno e flexível ajustado à nova realidade, pessoas e organizações convivem com um contínuo e interativo processo de atrair uns aos outros, ou seja, os indivíduos atraem e selecionam as organizações, informando-se e formando opiniões à respeito delas. No processo de seleção e recrutamento o objetivo é conseguir achar os melhores colaboradores para uma empresa com as características e experiências que desejam, para isso existe diversas maneiras para filtrar todos os candidatos e apostar nas melhores técnicas. Existe algumas técnicas de seleção dentre elas entrevistas com roteiro estabelecido, testes de conhecimento, psicológico e de personalidade, essas são técnicas antigas e que são mais comuns na maioria das empresas porém com o novo mundo devemos está cada vez mais atentos com as atualizações que surgem e com as técnicas de seleção não é diferente, existem diversas novas técnicas que ajudam nesse processo como o Inbound Recruiting que tem como objetivo atrair candidatos para a vaga oferecida, funciona basicamente como um “produto” que a empresa está a oferecer e fica a critério do candidato escolher, a partir dali ele irá optar por fazer ou não parte do time de funcionários. Para colocar o Inbound em prática precisará alimenta-lo com as informações desejáveis, informações básicas sobre pontos indispensáveis, logo após criar estratégias para atrair pessoas, aqui pode ser colocado a história da empresa e como ela se diferencia das demais, é interessante colocar informações sobre o cargo em que está sendo oferecido, atividades que serão desenvolvidas em troca disso pode ser colocado um espaço para o candidato colocar suas informações pessoais como nome e e-mail, se ele preencher esse espaço consequentemente irá ter interesse na empresa e com isso a empresa deverá manter um relacionamento com seu possível colaborador enviando através do seu e-mail mais informações que não estavam presentes na aba de vagas.

### Referências:

- [1] KOTLER, Philip. Administração de Marketing; análise, planejamento, implementação e controle. 3.ed. Trad. de Aílton Bomfim Brandão. São Paulo. Editora Atlas, 1995.  
 [2] Blog Sólides, novas técnicas de recrutamento;

<sup>1</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [danielle.costa@alu.unibalsas.edu.br](mailto:danielle.costa@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>2</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [ingrid.silva@alu.unibalsas.edu.br](mailto:ingrid.silva@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>3</sup> Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [carla.weber@unibalsas.edu.br](mailto:carla.weber@unibalsas.edu.br).

## ANÁLISE DO DESGASTE DE ESCOVAS DENTAIS APÓS 3 MESES DE USO EM ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA DA FACULDADE DE BALSAS

Fernando César Moreira<sup>1</sup>  
Ellen Barbosa Ferreira<sup>2</sup>  
Janaílla Ribeiro Moura<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Escovas dentais, desgaste de cerdas, tempo de uso.

**Resumo:** As escovas dentais necessitam de trocas constantes para uma boa efetivação na escovação, devido ao desgaste das cerdas gerados por atritos durante a escovação juntamente com componentes abrasivos dos dentífricos. O objetivo deste trabalho foi analisar e avaliar o desgaste e a deformação das cerdas em escovas de cerdas retas e cerdas curvas durante três meses de uso em estudantes de odontologia. O método utilizado foi a mensuração com uso de paquímetro digital considerando-se cinco dimensões das cerdas: comprimento, alturas da ponta externa e interna, largura do centro e da ponta externa. Os voluntários relataram ter uma frequência de escovação de duas a três vezes por dia. A cada 30 dias foi feita a medição das escovas para comparar os valores obtidos a cada mês de uso. Até o momento, observou-se o desgaste já esperado. Busca-se também investigar em que tipo de escova (reta ou curva) há maior deformação com o tempo, além de qual das dimensões utilizadas será mais desgastada.

### Referências:

- [1] American Dental Association. For the dental patient. Toothbrush care, cleaning and replacement. J. Amer. Dental Assoc. 2008; 139(4):415.
- [2] COUTINHO, Prisciane Gisele et al. Avaliação do índice de desgaste de escovas dentais utilizadas por pré-escolares. Revista de Odontologia da UNESP, v. 36, n. 1, p. 97-101, 2013.
- [3] FAGUNDES, Adriane Vienel. Análise do desgaste de escovas dentais após 3 meses de uso em ensaio clínico randomizado. 2021.
- [4] GARBIN, Cléa Adas Saliba et al. Saúde bucal e educação infantil: avaliação do desgaste e do acondicionamento de escovas dentárias utilizadas por pré-escolares. **Revista de Odontologia da UNESP**, p. 81-87, 2012.
- [5] Garcia PPNS, Rodrigues JA, Santos PA, Dinelli W. Avaliação clínica do comportamento de higiene bucal em adultos. Rev Odontol UNESP. 2001;30:161-71.
- [6] Hayasaki H, Saitoh I, Nakakura-Ohshima K, Hanasaki M, Nogami Y, Nakajima T, Inada E, Iwasaki T, Iwase Y, Sawami T et al: Tooth brushing for oral prophylaxis. Japanese Dental Science Review 2014, 50(3):69-77.
- [7] Krfifeldt JG, Hill PH, Calist LJP. A systematic study of the plaque removal efficiency of worn toothbrushes. J Dent Res. 1980;59:2047-55.

<sup>1</sup> Fernando César Moreira – UNIBALSAS. fernando.moreira@prof.unibalsas.edu.br

<sup>2</sup> Ellen Barbosa Ferreira – UNIBALSAS. ellen.ferreira@alu.unibalsas.edu.br

<sup>3</sup> Janaílla Ribeiro Moura. - UNIBALSAS janaiilla.moura@alu.unibalsas.edu.br

[8] QUEIROZ, Faldryene de Sousa et al. Avaliação do perfil de armazenamento e descontaminação das escovas dentais. Revista de Odontologia da UNESP, v. 42, p. 89-93, 2013.

### CONSULTORIA DE PASTAGEM AGRÍCOLA

Aléxia Lorrana de Sousa<sup>1</sup>  
Emannuella Ramos da Silva<sup>2</sup>  
Maria Caroline do Nascimento Ribeiro<sup>3</sup>  
Líbera Raquel Bazzan Pillatt<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** Consultoria, Pastagem, Rotação, Pecuária.

**Resumo:** A proposta de uma consultoria voltada a pequenos e grandes pecuaristas, é um projeto em andamento o qual surge a partir de discussões realizadas na disciplina de Projeto Experimental no Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade de Balsas e busca identificar a viabilidade deste tipo de negócio para a cidade de Balsas e região. A consultoria proposta, visa auxiliar os pecuaristas quanto a rotação de pastagem de forma prática, visando a correção de solo para uma melhor produtividade com vista a uma produção de pastagens de qualidade com o intuito de contribuir para uma boa nutrição dos animais. A consultoria atenderá de forma virtual e presencial conforme o cliente desejar, tendo como intuito dar suporte para o pecuarista conforme a necessidade do seu pasto. Dentre os serviços prestados estarão as coletas de amostras para análise de solo e água, espaço correto para o gado no campo, cálculo de quantidade animal por piquete, dentre outros. Proporcionando conhecimento e controle das pastagens destinadas à produção animal com a finalidade de proporcionar lucro para as empresas agropecuárias por meio de método de gestão de pastagens de forma consistente e prática. Uma pastagem melhorada é aquela que permite uma utilização sustentável e rentável ao produtor, com persistência e uso eficiente dos recursos naturais de solo, água e clima, ao longo de vários anos. Na nossa região ainda há uma necessidade muito grande deste tipo de consultoria, principalmente voltada para pequenos produtores que não tem todos os conhecimentos necessários de como realizar este tipo de manejo, além do que muitos desses pequenos pecuaristas nunca realizaram uma análise de solo e ou de água, e não utilizam o espaçamento de piquetes de forma correta, manejos os quais influenciam de forma significativa nos resultados positivos que a fazenda deseja ter. Estima-se, até o presente momento, que esta consultoria seja viável, até mesmo, pela falta que há na região de uma orientação correta dos manejos e pela falta de investimentos em empresas de consultoria neste ramo. Os dados coletados até aqui com pecuaristas sinalizam que este tipo de consultoria ajudaria muito a sanar as dúvidas destes e aumentaria a lucratividade com investimentos na fazenda e o uso de forma correta da pastagem.

#### Referências:

- 
- <sup>1</sup> Estudante do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade de Balsas - Unibalsas.  
<sup>2</sup> Estudante do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade de Balsas - Unibalsas.  
<sup>3</sup> Estudante do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade de Balsas - Unibalsas.  
<sup>4</sup> Professora orientadora da Faculdade de Balsas – Unibalsas.

SENAR , Manejo de Pastagens / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. – 2. ed. Brasília, 2012.





## AVALIAÇÃO TOMOGRÁFICA DAS ALTERAÇÕES DENTÁRIAS INDUZIDAS PELO APARELHO ORTODÔNTICO FIXO UTILIZANDO A TECNOLOGIA CAD/CAM

Fernando César Moreira<sup>1</sup>  
Stephanny Maria Martins Pontes<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** aparelho, fixo, alteração, dentária, tomografia

**Resumo:** A reabsorção radicular ocorre com alguma frequência ao final do tratamento ortodôntico, principalmente nos casos tratados com aparatologia fixa. Pode estar presente em um ou mais elementos dentários e sua etiologia está relacionada a inúmeros fatores, dentre os quais o tipo de aparelho utilizado (fixo ou removível), o tipo de movimentação dentária e a força utilizada<sup>1</sup>. A tomografia computadorizada de feixe cônico (TCFC) permite a visualização das superfícies radiculares com maior precisão, sendo ferramenta importante para o diagnóstico das reabsorções radiculares<sup>2</sup>. O objetivo deste estudo foi avaliar, por meio de TCFC, as alterações radiculares dos dentes de pacientes após o tratamento ortodôntico utilizando tecnologia CAD/CAM. O comprimento dentário foi mensurado (mm) por meio do software Ondemand 3D versão 1.0 (Cybermed Inc., Seul, Coreia). Foram utilizadas as ferramentas de mensurações próprias do software. Realizou-se a manipulação dos cortes tomográficos nos diferentes planos do espaço (coronal, sagital e axial) e o uso de filtros de imagem (contraste e resolução do software). Até o momento, 4 pacientes foram avaliados de um total de 23 pacientes em dois tempos: antes do tratamento ortodôntico (T0) e ao final, após a remoção do aparelho fixo (T1). Foram mensurados os seguintes dentes: incisivo central superior direito (11) e esquerdo (21), incisivo lateral superior direito (12) e esquerdo (22) e canino superior direito (13) e esquerdo (23), incisivo central inferior esquerdo (31) e direito (41), incisivo lateral inferior esquerdo (32) e direito (42), canino inferior esquerdo (33) e direito (43). As seguintes médias foram obtidas nos tempos T0 e T1, respectivamente: 11 (23,35-23,15), 12 (22,50-22,13), 13 (26,08-25,08), 21 (23,55-23,13), 22 (22,73-21,93), 23 (25,65-25,60), 31 (20,40-20,38), 32 (22,10-21,88), 33 (25,45-25,23), 41 (21,25-20,70), 42 (22,58-22,28), 43(25,33-25,03). Os resultados parciais obtidos sugerem uma leve diminuição do comprimento radicular. A diferença entre as médias nos tempos T0 e T1 variou de 0,20 mm a 0,80 mm, não sendo clinicamente significativa.

### Referências:

- [1] BREZNIAK, Naphtali; WASSERSTEIN, Atalia. Root resorption after orthodontic treatment: Part 1. Literature review. American Journal of Orthodontics and Dentofacial Orthopedics, v. 103, n. 1, p. 62-66, 1993.
- [2] PINTO, R. O.et al. O Uso da Tomografia Computadorizada em Ortodontia. Revista Ciências e Odontologia, v. 2, n. 2, p. 14-21, 2018. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/RCO/article/view/423> Acesso em: 10 nov. 2022

<sup>1</sup> Fernando César Moreira – UNIBALSAS. [fernando.moreira@prof.unibalsas.edu.br](mailto:fernando.moreira@prof.unibalsas.edu.br)

<sup>2</sup> Stephanny Maria Martins Pontes – UNIBALSAS. [stephanny.pontes@alu.unibalsas.edu.br](mailto:stephanny.pontes@alu.unibalsas.edu.br).

## O PAPEL DAS EMOÇÕES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Jamara Morais de Miranda<sup>1</sup>  
 Járede Sousa Barros de Oliveira<sup>2</sup>  
 Maria Júlia de Sousa Pereira<sup>3</sup>  
 Mirian Florinda de Macedo<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** Aprendizagem; emoção; cognição.

**Resumo:** A presente pesquisa propôs-se em desenvolver um estudo teórico sobre a relação entre a aprendizagem e os processos emocionais, identificando a interdependência da emoção e cognição, em uma abordagem neuropsicopedagógica. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e de revisão de literatura do tipo narrativa. Foram consultadas as seguintes bases de dados: LILACS, REalics, Scielo, com as seguintes palavras-chave: aprendizagem, emoção e cognição com operador de busca *and*. com resultados mais expressivos em Fonseca (2016). Para o autor, a emoção guia a cognição, sem a qual não há como compreender a aprendizagem, sendo neurofuncionalmente inseparáveis. Possibilitando assim a identificação do papel da emoção na aprendizagem. De acordo com Díaz (2011) a aprendizagem é um processo psicológico básico que possibilita a adaptação do sujeito ao mundo, comumente relacionada à modificação comportamental, caracteriza-se como um dos fenômenos mais complexo da psique humana, pois além da modificabilidade comportamental, acontecem mudanças e alterações nas estruturas cognitivas e afetivas. Na perspectiva desta pesquisa, aponta-se o sistema límbico (região subcortical mais profunda e central do cérebro), como responsável pelas funções afetivas e sociais (embora o funcionamento emocional ocorra em todo o cérebro), como foi possível compreender sobre as estruturas cerebrais em Allegri e Butman (2001) E, ocorrendo a aprendizagem, há o estabelecimento de circuitos neuronais, gerando o resultado desse processo no indivíduo, ou seja, o que é aprendido torna-se visível e concreto por meio do desempenho. Dessa forma, é possível compreender que as emoções guiam as funções atencionais, que por sua vez guiam as funções cognitivas e executivas responsáveis pelo processamento de informações (Morais, 2020). Fonseca (2016) enfatiza que a cognição é inconcebível sem a emoção, ao considerar a organização integral e sistêmica do cérebro, inclusive, é neste aspecto que há diferenciação entre o processamento dos computadores. Paralelamente a esta relação interdependente, entre emoção e aprendizagem, é necessário que haja um clima de segurança afetiva para que o cérebro funcione e as emoções abram caminhos à cognição (La Taille, Oliveira e Dantas, 1992) Em síntese, infere-se, a partir da análise da base teórica utilizada para validar este estudo, que as emoções são parte integrante total do processo de aprendizagem, além disso a aprendizagem não se configura isoladamente, só pode ocorrer em um contexto intencional e planejado.

### Referências:

Butman, Judith e Allegri, Ricardo F.A Cognição Social e o Córtex Cerebral. Psicologia: Reflexão e Crítica [online]. 2001, v. 14, n. 2 [Acessado 10 Novembro 2022] , pp. 275-279. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000200003>>. Epub 18 Abr 2002. ISSN 1678-7153. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000200003>.

Díaz, Félix. O processo de aprendizagem e seus transtornos / Félix Díaz. - Salvador :

<sup>1</sup>Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [jamara.miranda@alu.unibalsas.edu.br](mailto:jamara.miranda@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>2</sup>Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [jarede.oliveira@alu.unibalsas.edu.br](mailto:jarede.oliveira@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>3</sup>Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [maria.pereira@alu.unibalsas.edu.br](mailto:maria.pereira@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>4</sup>Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS.. [email@email.com.br](mailto:email@email.com.br).

EDUFBA, 2011. 396 p. il.

FONSECA, Vitor. Importância das emoções na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. Revista Psicopedagogia. Oeiras. Portugal. 33(102): 365-384. 2016.

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

MORAIS, Everton Adriano de. Neurociência das emoções. Curitiba – Intersaberes, 2020 (Série Panoramas da Psicopedagogia) - 1º ed.

## ALTERAÇÕES ATENCIONAIS E OS POSSÍVEIS REFLEXOS NA APRENDIZAGEM, COM ÊNFASE EM TDAH

Cecilia Iopi Bastos<sup>1</sup>  
Jayron Oliveira dos Santos<sup>2</sup>  
Lucas Jose Rodrigues Costa<sup>3</sup>  
Sandra Cristina Schuster Baú<sup>4</sup>  
Vitoria Teodoro Gerlach e Silva<sup>5</sup>  
Aislan José de Oliveira<sup>6</sup>

**PALAVRAS-CHAVE:** Atenção, Alterações Atencionais, Aprendizado, TDAH

Este trabalho busca analisar os possíveis reflexos na aprendizagem relacionados a alterações atencionais, dando ênfase em TDAH. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e de revisão de literatura narrativa. Foram consultadas as seguintes bases de dados: Scielo, BVS e Lilacs com as seguintes palavras chave: “atenção”, “alterações atencionais”, “aprendizado” e “TDAH”, com o operador de busca *and*. Foram consultados ainda livros, teses e dissertações produzidas nos últimos 22 anos na língua portuguesa e inglesa. A atenção é um importante aspecto da cognição que possibilita a escolha de um estímulo relevante ordenando e otimizando os processos mentais (HELENE & XAVIER, 2003). É subdividida em Atenção sustentada, seletiva, alternada, dividida e focalizada (BORGES, 2010). Tendo a atenção como processo subsidiário, a aprendizagem apropria-se ativamente do que é experienciado ou observado (DE-NARDIN, 2009). Alterações do funcionamento da atenção podem ser observados em quadros de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDH). O TDAH é um transtorno no desenvolvimento do autocontrole, marcado por déficits referentes aos períodos de atenção, ao manejo dos impulsos e ao nível de atividade (BARKLEY, 2002). A patologia é essencialmente caracterizada pela dificuldade de manter atenção, pela agitação e inquietude (BENCZIK, 2000). Portadores de TDAH podem apresentar déficits de atenção sustentada, onde o tempo de reação pode aumentar com o prolongamento de determinada tarefa, pela agitação e inquietude (MALLOY-DINIZ, 2010), são mais presentes em crianças (BENCZIK, 2000), pois estas apresentam um comportamento mais ativo, desatento e impulsivo em relação aos adultos (BARKLEY, 2002). Os principais sinais e comportamentos característicos de indivíduos com TDAH são: dificuldade em perceber detalhes e seguir instruções, aparente desorganização, evitar tarefas que demandam esforço mental prolongado, distrai-se com facilidade, limiar de atenção para estímulos advindos de comandos verbais alterado (TDAH tipo desatento) inquietação, dificuldade em engajar-se em uma atividade silenciosamente (TDAH tipo hiperativo). Todos esses comportamentos podem estar relacionados a dificuldade de manutenção de um nível ideal de atenção (seja sustentada, seletiva e/ou focalizada) (SENO, 2010). Tais sintomas e comportamentos acabam dificultando a adaptação ao indivíduo no contexto escolar, prejudicando significativamente a aprendizagem (MAIA, 2015).

### REFERÊNCIAS

- 
- <sup>1</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. cecilia.bastos@alu.unibalsas.edu.br.  
<sup>2</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. jayron.santos@alu.unibalsas.edu.br.  
<sup>3</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. lucas.costa@alu.unibalsas.edu.br.  
<sup>4</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. sandra.bau@alu.unibalsas.edu.br.  
<sup>5</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. vitoria.teodoro@alu.unibalsas.edu.br.  
<sup>6</sup> Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. aislan.oliveira@unibalsas.edu.br

BARKLEY, R. A. **Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): guia completo e atualizado para os pais, professores e profissionais da saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BENCZIK, E. B. P. (2000a). **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: atualização diagnóstica e terapêutica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

BENCZIK, E. B. P. **TDAH – Escala de Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade: Versão para Professores**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

BORGES, Ana Julia de Almeida. **Reabilitação Neuropsicológica na Lesão Cerebral Adquirida: Estudo de caso Exploratório do Impacto de um Programa Holístico na Atenção**. Tese (Mestrado em Neuropsicologia Clínica) – Instituto Superior de Ciências da Saúde Norte. Granda, outubro de 2010.

DE-NARDIN, Maria Helena e SORDI, Regina. Aprendizagem da atenção: uma abertura à invenção. **Psicologia Escolar e Educacional [online]**, v. 13, n. 1, pp. 97-106, 2009.

HELENE, André Frazão; XAVIER, Gilberto Fernando. A construção da atenção a partir da memória. **Brazilian Journal of Psychiatry [online]**. 2003, v. 25, suppl 2 [Acessado 23 Outubro 2022] , pp. 12-20. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-44462003000600004>>. Epub 16 Fev 2004.

MAIA, Maria Inete Rocha; CONFORTIN, Helena. **TDAH e aprendizagem: um desafio para a educação**. Rio Grande do Sul, 2015.

MALLOY-DINIZ, Leandro F.; FUENTES, Daniel; MATTOS, Paulo; ABREU, Neander. **Avaliação Neuropsicológica**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SENO, Marília Piazzini. Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): o que os educadores sabem? **Rev. psicopedag.** [online]. 2010.

## Alteração da Consciência Associada ao Sono

Ana Cecilia Soares Silva<sup>1</sup>  
 Beatriz de Alencar Nogueira<sup>2</sup>  
 Carla Karyne Muniz Teixeira<sup>3</sup>  
 Dhamylle Miranda Arrais<sup>4</sup>  
 Itamara Carina de Sousa Paiva<sup>5</sup>  
 Maria Eduarda Barros de Macedo<sup>6</sup>  
 Synara Kananda Lima Silvestre<sup>7</sup>  
 Aislan José de Oliveira<sup>8</sup>

**Palavras-chave:** Consciência; Sono; Alterações da Consciência; Estágios do Sono.

**Resumo:** De acordo com Damásio (2015), a consciência pertence às experiências subjetivas de momento a momento. Estar consciente é vivenciar a experiência do mundo exterior, por meio dos sentidos, e por pensar. O corpo inclui diversos sistemas biológicos ativos, como o sistema imune, que não produz o tipo de consciência que precisa para cada momento, não necessitando de atenção plena da consciência para realizar a função. O presente estudo tem como propósito analisar as alterações da consciência gerada pela privação de sono. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e de revisão de literatura narrativa. Foram consultadas as seguintes bases de dados: BVS, Scielo, além de teses, livros e dissertações produzidas nos últimos 20 anos na literatura portuguesa. Para Walker (2018), durante o sono também existe consciência, pode-se ter como exemplo, acordar antes do horário marcado para viajar. Conforme Vasconcelos (2020), existem cinco tipos de sono, o primeiro estágio é despertado com facilidade, no segundo é onde está realmente dormindo, sendo caracterizado pelo começo da desconexão com o mundo exterior. Os estágios três e quatro são considerados um só, devido sua semelhança nas ondas magnéticas, onde a mente continua avaliando se há perigo iminente. No estágio final, sono REM, do inglês *rapid eye movements*, é identificado com o cérebro ativo e os membros paralisados. Segundo Marquioli (2011), a falta do sono diminui as atividades do sistema nervoso, mantém o corpo com um funcionamento mínimo de respiração e batimentos, aumenta os níveis de estresse. Conforme Gazzaniga (2005), dentre as alterações geradas, há dificuldade para executar tarefas calmas, tornando quase impossíveis tarefas monótonas. Dentro de uma longa privação de sono, os problemas de humor e o desempenho cognitivo aparecem. Em caso de persistência, surgem problemas de lapsos de memória, onde em curto prazo podem ser aparentes. Além de comprometer o sistema imune, também tem o risco de micro sonos durante o dia, que podem acarretar em acidentes. O presente estudo possibilitou identificar que o sono se mostra como um processo essencial dentro do corpo humano, para o bom funcionamento do mesmo, prolongando a vida útil, ajudando na memorização, auxiliando na recuperação da musculatura humana e principalmente na atenuação da atenção. Dessa forma, é essencial uma boa noite de sono e de qualidade para uma relação de saúde com a mente e corpo.

### Referências:

<sup>1</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Graduanda em Psicologia. E-mail:

ana.cecilia@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>2</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Graduanda em Psicologia. E-mail: bia.alencar26@gmail.com.

<sup>3</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Graduanda em Psicologia. E-mail:

carla.teixeira@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>4</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Graduanda em Psicologia. E-mail:

dhamylle.arrais@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>5</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Graduada em Gestão Comercial, Graduanda em Psicologia. E-mail: itamara.paiva@alu.unibalsas.edu.br.

[1] DAMÁSIO, Antônio. **O mistério da consciência**: do corpo e das emoções ao conhecimento de si. Editora Companhia das Letras, 2015. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&lr=lang\\_pt&as\\_sdt=0%2C5&q=o+sistema+imune+n%C3%A3o+produz+o+tipo+de+consci%C3%Aancia+que+precisa+para+cada+momento.&btnG=#d=gs\\_qabs&t=1667415064446&u=%23p%3DHd5Lr2XFN1sJ](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&lr=lang_pt&as_sdt=0%2C5&q=o+sistema+imune+n%C3%A3o+produz+o+tipo+de+consci%C3%Aancia+que+precisa+para+cada+momento.&btnG=#d=gs_qabs&t=1667415064446&u=%23p%3DHd5Lr2XFN1sJ)> Acesso em 02 de novembro de 2022.

[2] GAZZANIGA, Michael; HEATHERTON, Todd; HALPERN, Diane. **Ciência psicológica**. Artmed Editora, 2005. Disponível em <<https://skinnernaveia.files.wordpress.com/2019/08/gazzaniga-michael.-cic3aancia-psicolc3b3gica.pdf>> Acesso em 27 de outubro de 2022.

[3] MARQUIOLI, Vanessa Souza Fassarella. **A influência do sono na memória e emoção**. 2011. Disponível em: <[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-99WF2K/1/a\\_influ\\_ncia\\_do\\_sono\\_na\\_mem\\_ria\\_e\\_emo\\_o.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-99WF2K/1/a_influ_ncia_do_sono_na_mem_ria_e_emo_o.pdf)>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

[4] PESQUISA Qualitativa: Tipos Fundamentais. **A abordagem qualitativa oferece três diferentes possibilidades de se realizar pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.**, São Paulo, v. 35, p. 20-29, 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf>> .Acesso em: 1 nov. 2022.

[5] VASCONCELOS, Janaina Santos. Faculdade de Saúde Pública. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em : <https://repositorio.usp.br/directbitstream/f8e957dae04b-44b5-bbe8-7eef10f658e3/Janaina%20Santos%20Vasconcelos.pdf> . Acesso em 15 nov. 2022.

[6] WALKER, Matthew. **Por que nós dormimos**: A nova ciência do sono e do sonho. 1. ed. atual. Intrínseca Editora, 2018. 371 p. Disponível em:

<[https://livrogratuitosja.com/wp-content/uploads/2021/04/Por-que-nos-dormimos-A-nova-ciencia-do-sono-e-do-sonho-by-Matthew-Walker-z-lib.org\\_.epub\\_.pdf](https://livrogratuitosja.com/wp-content/uploads/2021/04/Por-que-nos-dormimos-A-nova-ciencia-do-sono-e-do-sonho-by-Matthew-Walker-z-lib.org_.epub_.pdf)> .Acesso em: 1 nov. 2022.

<sup>6</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Graduanda em Psicologia. E-mail: maria.macedo@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>7</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Graduanda em Psicologia. E-mail: synara.silvestre@alu.unibalsas.edu.br.

<sup>8</sup> Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Graduado em Psicologia, Doutor em Psicologia da Saúde. E-mail: aislan.oliveira@prof.unibalsas.edu.br.



## Estudo fitoquímico de goiaba (*Psidium guajava* L.) com potencial antioxidante para o desenvolvimento de formulação fitocosmética

Larissa Dourado Guimarães<sup>i</sup>  
Leonardo Ítalo Leal de Souza<sup>ii</sup>

**Palavras-chave:** *Psidium guajava*, goiabeira, atividade antioxidante, fitocosmético, atividade antimicrobiana.

**Resumo:** Escrito pelos autores da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Araraquara, São Paulo. O presente trabalho teve por objetivo o estudo fitoquímico, a avaliação da atividade antimicrobiana e antioxidante, bem como o desenvolvimento de uma nova formulação pela incorporação do extrato de *Psidium guajava* (L.) Iha e col (2008, p.6, ). A goiabeira é uma planta medicinal onde suas propriedades estão sendo estudadas para assegurar selo de qualidade e dá um efeito superior aos cosméticos. Os cientistas se propuseram a trabalhar em cima de uma triagem fitoquímica, avaliação do potencial antioxidante, reuniram técnica utilizada para a análise, identificação, separação dos componentes, e com ensaios biológicos in vitro. Colhidas as amostras da goiabeira (*Psidium guajava* L.), feita à extração princípio ativo e por último usado à técnica de secagem por meio da sublimação. No final da experiência puderam presenciar o de flavonóides e os taninos que serve para inibir a presença de microrganismo, insetos e outros elementos maléficos ao organismo, da mesma forma a existência de substâncias antioxidantes combatendo a produção de radicais livres DPPH. Acompanhado de material antimicrobiano que comprova a eficiência do creme do extrato *P. guajava*, pois impediu a manifestação de doenças causadas por fungos e bactérias como o controle dos mesmos (Iha et al, 2008).

### Referências:

Iha, S.M.; Migliato, K. F.; Velloso, José C. R.; Sacramento, L.S.; Pietro, Rosemeire C. L.; Isaac, Vera L. B.; Brunetti, I. L.; Corrêa, M. A.; Salgado, Hérica R. N.; Estudo fitoquímico de goiaba (*Psidium guajava* L.) com potencial antioxidante para o desenvolvimento de formulação fitocosmética, *Revista Brasileira de Farmacognosia* 18(3): 387-393, Jul./Set. 2008.

<sup>i</sup> Acadêmica do curso de Estética e Cosmética. Email: larissa.guimaraes@alu.unibalsas.edu.br

<sup>ii</sup> Orientador Pós Graduando em Docência do Ensino Superior. Email: leonardo.souza@

## A COMPLEXIDADE DOS INDICADORES VERSUS A REALIDADE DE UMA ESCOLA MUNICIPAL URBANA DE BALSAS MARANHÃO

Celeste da Silva Fialho<sup>1</sup>  
 Elen Cristina Gatinho Rocha<sup>2</sup>  
 Josenir Santos Carvalho<sup>3</sup>  
 Vanderleia dos Santos Silva<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** Indicadores, meta, escola pública, aprendizagem, Qedu.

**Resumo:** O presente resumo aponta para uma pesquisa específica de campo e de dados públicos disponíveis no portal do Qedu em relação aos indicadores das instituições escolares municipais e estaduais brasileiras. O portal tem como funcionalidade informar para a população brasileira sobre a qualidade do aprendizado dos alunos que são matriculados em instituições públicas de ensino do país. Partindo por esse pressuposto informativo dos indicadores das escolas públicas foi possível analisar de maneira empírica sobre uma escola municipal localizada na zona urbana do município de Balsas, no estado do Maranhão. Mediante as observações constatadas e analisadas sobre esses indicadores foi necessário ir a campo para averiguar e registrar as possíveis problemáticas sobre esses dados e certificar sobre as atualizações desse processo e sem esquecer também de avaliar a realidade da escola e a comunidade em que está inserida. É importante lembrar que o Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em duas ciências da aprendizagem que são língua portuguesa e matemática (Prova Brasil) e no fluxo ( taxa de aprovação). Portanto, não é aplicável julgar uma escola pelo baixo rendimento dos indicadores e sim investigar as causas da mesma por parte dos interessados para depois asseverar se condiz com a realidade mensurada pelos indicadores. Interpretar e entender a intencionalidade a esses indicadores aplica na complexidade de forma exposta nos espaços educacionais públicos despertando assim para um paradigma de incertezas mas também em busca de retificar medidas que sejam fortalecidas e usadas como mobilizadoras para reparar uma possível estrutura a fim de consolidar de forma mais adequada aos planejamentos da instituição escolar visando sempre elevar o seu desempenho como instituição na educação e no sistema educacional brasileiro. Como já dizia Andréia Melanda Chirinéa e Carlos da Fonseca Brandão, desenvolver e qualificar a educação está muito além de resultados estatísticos do Ideb. Isto quer dizer que deve levar os contextos em cada “educação” que se faz no país. Diante do exposto, fica evidenciada a necessidade de analisar os dados do Qedu sem deixar de considerar a relevância do momento real vivido pela instituição escolar.

<sup>1</sup> Acadêmica do 7<sup>a</sup> período do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [celeste.fialho@unibalsas.edu.br](mailto:celeste.fialho@unibalsas.edu.br).

<sup>2</sup> Acadêmica do 8<sup>a</sup> período do curso de Licenciatura em Pedagogia e Pós- Graduada em Gestão de Pessoas da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [elen.rocha@alu.unibalsas.edu.br](mailto:elen.rocha@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>3</sup> Acadêmica do 7<sup>a</sup> período do curso de Licenciatura em pedagogia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [josenir.carvalho@unibalsas.edu.br](mailto:josenir.carvalho@unibalsas.edu.br).

<sup>4</sup> Acadêmica do 7<sup>a</sup> período do curso de Licenciatura em pedagogia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [vanderleia.silva@unibalsas.edu.br](mailto:vanderleia.silva@unibalsas.edu.br).

**Referências:**

- [1] CHIRINÉA, Andréia Melanda e BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **O Ideb como políticas de regulamentação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados.**
- [2] ALVES, Maria Teresa Gonzaga. **Contexto escolar e indicadores educacionais:** condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional.
- [3] QEDU. <http://cdn.novo.qedu.org.br>.

## PROCAMPO–PROJETO DE EXTENSÃO NO AGRONEGÓCIO

Geniel Trajano Rocha<sup>1</sup>

Soliani Tomazi Meurer<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Agronegócio, Cadeia produtiva.

**Resumo:** Observando o comportamento da fronteira agrícola MATOPIBA, ao qual abrange os estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, percebemos o desenvolvimento do agronegócio e o movimento de mudança pela modernização das cadeias produtivas. Devido à importância deste mercado para profissionais da área, o projeto PROCAMPO teve como objetivo promover maior contato e conhecimento aos alunos, por meio das aulas de campo em propriedades e empresas agrícolas. Com caráter extensivo qualitativo, se objetivou também, proporcionar experiências com os mais diversos processos que envolvam as principais cadeias produtivas regionais tanto antes, dentro e após a porteira. Dentro das visitas técnicas observou-se atividades como: preparo de solo, calagem, plantio de soja, processo de irrigação, pivôs de trigo e feijão, misturadora de fertilizantes, logística, armazenamento e comercialização de grãos. Nestas colocações os alunos puderam relacionar as informações obtidas ao aprendizado teórico e tiveram a oportunidade de contato com profissionais experientes, agregando um maior conhecimento e realizando network. O agronegócio em nossa região está desenvolvendo uma infraestrutura ampla, tecnológica, atualizada, conectada; o projeto de extensão demonstrou aos alunos a importância de estarmos atualizados e próximos do mercado, com a possibilidade de crescimento pessoal e profissional, já que nossa economia regional tem como base atividades ligadas direta e indiretamente a ele.

### Referências:

Batista, M. L. B., Alves, J. S., Alves, C. L. B., & André, D. M. (2023). Análise fatorial e espacial da modernização agrícola no MATOPIBA. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 61(3), e261413. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.261413>

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Agronegócio da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [geniel.rocha@alu.unibalsas.edu.br](mailto:geniel.rocha@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>2</sup> Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [soliani.thomazi@prof.unibalsas.edu.br](mailto:soliani.thomazi@prof.unibalsas.edu.br)

## A extensão da Arte, Cultura e Humanidade baseado em relatos de experiências no ensino superior

Eduardo da Silva Abreu<sup>1</sup>  
Pamela Maiza Martins da Silva<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Arte, Cultura e Humanidade.

**Resumo:** Arte, Cultura e Humanidade, é um projeto de extensão com a intenção de permitir aos alunos participantes, desde cursos de graduação à tecnólogos da Faculdade de Balsas - Unibalsas, a visão e uso de meios e linguagens artísticas como possibilidade de integrar e valorizar percepções culturais e a humanidade, integrando, especialmente, a arte balsense. Nesse sentido, o projeto justifica-se, para além do seu ato formativo, e ao encontro das ações de extensão de acordo com o art. 3 da Resolução CNE/CES no 7 de 2018, sobre o poder da cultura na arte em influência da humanidade, permitindo aos envolvidos o estudo sobre como esses eixos formativos são identificáveis, em particular, no que diz respeito a história e cultura da cidade de Balsas - MA e suas representações artísticas. Como Oliveira (2017) defende, a arte é desenvolvida a partir da cultura, é um meio educativo e próspero, de modo fundamental na construção do ser humano, na sua área cognitiva, sensibilidade, compreensão, transformação, senso crítico, como também na percepção de mundo. Por isso, potencializar esses debates em cenário acadêmico e formativo, a partir da realidade local, é de suma importância, ainda mais quando integram diferentes áreas de conhecimento. Para tal construção, como metodologia, foram desenvolvidos relatos de experiências por meio dos encontros e debates realizados, como também por meio da participação de artistas e agentes ativos da arte e cultura balsense que, de certa forma, permitiram a construção de saberes, debates e novas ideias ao grupo. A partir disso, o projeto desenvolveu-se com a participação ativa de membros artísticos balsenses, que por meio dos seus relatos de experiências despertaram nos participantes o desenvolvimento e ampliação de formação, seja pessoal, artística e/ou profissional. Como conclusão, percebeu-se que, para acesso às informações da cultura e arte balsense é necessário um registro bibliográfico mais acessível, pois atualmente são encontrados apenas fragmentos de relatos. Além disso, é necessário a continuidade desse tipo de projeto no cenário acadêmico, pois permite aos alunos uma visão mais inclusiva sobre a relevância da arte e a cultura, e como a humanidade está inserida nesse contexto e suas contribuições, permitindo também novos pensamentos para meios de comunicação, preservação e intervenção social no que se refere ao acesso à arte e à cultura de forma geral, mas, especialmente, a local.

### Referências:

- [1] BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018** - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.. Brasília: Casa Civil, 2018. Disponível em:

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [eduardo.abreu@alu.unibalsas.edu.br](mailto:eduardo.abreu@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>2</sup> Professora do curso de Licenciatura da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [pamela.maiza@prof.unibalsas.edu.br](mailto:pamela.maiza@prof.unibalsas.edu.br).

[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECESN72018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf).  
Acesso: 14 de nov. de 2022.

[2] OLIVEIRA, M. O. (org.). Arte, educação e cultura. 2. ed. Editora da UFSM: Santa Maria, 2017.

## O desenvolvimento do pensamento e linguagem na perspectiva de Vygotsky

Vanessa Lopes de Sousa Fialho<sup>1</sup>  
 Siarley Carvalho Da Silva<sup>2</sup>  
 Maria Fernanda Barros Lima<sup>3</sup>  
 Glaubia Dayse Costa Coutinho<sup>4</sup>  
 Jaimisson da Silva Ferreira<sup>5</sup>  
 Aislan José de Oliveira<sup>6</sup>

O estudo da relação entre pensamento e linguagem tem sido ao longo dos anos objeto de estudo pela Psicologia a partir de diferentes linhas teóricas. Na perspectiva do enfoque histórico cultural, “destacam-se as sínteses teóricas e os experimentos clínicos realizados por Vygotsky e colaboradores a respeito desse problema” (BERNARDES, p.67, 2008). O presente estudo teve como objetivo analisar as principais ideias, pensamentos e linguagem de Lev Semenovich Vygotsky. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e de revisão de literatura narrativa. Foram consultadas as seguintes bases de dados: BVS e Scielo com as seguintes palavras-chave: desenvolvimento, pensamento, linguagem, Vygotsky com o operador de busca *and*. Foram consultados ainda livros, teses e dissertações produzidas nos últimos 20 anos na língua portuguesa. Segundo Vygotsky, o fato mais importante revelado pelo estudo genético do pensamento e da fala é que a reação entre ambos passa por várias mudanças. O progresso da fala não é paralelo ao progresso do pensamento. As curvas de crescimento de ambos cruzam-se muitas vezes; podem atingir o mesmo ponto e correr lado a lado, e até mesmo fundir-se por algum tempo, mas acabam se separando novamente. Isso se aplica tanto à filogenia como à ontogenia. Vygotsky dizia que todas as atividades cognitivas básicas do indivíduo ocorrem de acordo com sua história social e vão se constituindo. Consequentemente, a história da sociedade na qual a criança se desenvolve e a história pessoal desta criança são fatores cruciais que vão determinar sua forma de pensar, e essa construção se desenvolve principalmente entre os 2 aos 5 anos (VYGOTSKY, 1989). Dessa forma, a fase pré-linguística do desenvolvimento do pensamento e a fase pré-intelectual do desenvolvimento da fala, que se situam nos primeiros anos de vida da criança, acontecem dentro desse contexto e devem ser compreendidas como o início da apropriação da cultura humana, a primeira parte da construção subjetiva (psíquica) do sujeito. A fase pré-linguística do desenvolvimento do pensamento se caracteriza essencialmente na “independência das reações intelectuais rudimentares em relação à fala” (VYGOTSKY, 1989, p. 52), antes mesmo da fala, a ação se torna conscientemente intencional (mesmo que de forma muito rudimentar). O momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência e abstração, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem (VYGOTSKY, 1989, p. 11-12). Assim o desenvolvimento da linguagem simbólica

<sup>1</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [glaubia.coutinho@alu.unibalsas.edu.br](mailto:glaubia.coutinho@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>2</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [siarley.silva@alu.unibalsas.edu.br](mailto:siarley.silva@alu.unibalsas.edu.br)

<sup>3</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [jaimisson.ferreiral@alu.unibalsas.edu.br](mailto:jaimisson.ferreiral@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>4</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [vanessa.fialho@alu.unibalsas.edu.br](mailto:vanessa.fialho@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>5</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [maria.f.lima@alu.unibalsas.edu.br](mailto:maria.f.lima@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>6</sup> Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [aislan.oliveira@unibalsas.edu.br](mailto:aislan.oliveira@unibalsas.edu.br)



propicia o salto qualitativo e a criança passa a constituir-se no campo das representações mentais. O campo das representações mentais está vinculado às palavras (mesmo que essa represente apenas o nome de objetos).

### Referências:

BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. Transformação do pensamento e da linguagem na aprendizagem de conceitos. **Psicol. educ.**, **São Paulo** , **n. 26**, p. 67-85, jun. 2008 .Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752008000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752008000100005&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 17 nov. 2022.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

## MEMÓRIA: Memória e armazenamento

Anna Gabriella Brandão<sup>1</sup>  
 Elane Batista<sup>2</sup>  
 Laiane Barros<sup>3</sup>  
 Jonaldi Laercio Costa<sup>4</sup>  
 Nathália Carmo<sup>5</sup>  
 Vitória Coelho<sup>6</sup>  
 Silvana Sousa<sup>7</sup>  
 Yara Souza<sup>8</sup>  
 Maria Eduarda Teixeira<sup>9</sup>

**Palavras-Chaves:** Memória, Memória armazenada, Processos psicológicos.

**Resumo:** O presente trabalho faz uma abordagem de como a memória é armazenada. Conforme Malloy (2018), a memória é uma das mais complexas e importantes funções cognitivas, e por isso está entre as funções neuropsicológicas mais investigadas (Abreu, Rivero, Coutinho & Bueno, 2014). A memória envolve processos complexos que é a codificação responsável pelo processamento de uma informação a ser armazenada. No que tange o assunto, Malloy (2018) indica que esse armazenamento pode ser chamado de retenção e conservação, responsáveis pelo processo de fortalecimento e representações enquanto ambas são registradas. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e descritiva e revisão de literatura narrativa. Foram consultadas as seguintes bases de dados BVS e SCIELO, com as seguintes palavras chaves: memória e armazenada. Foram selecionadas matérias como teses, livros, artigos e dissertações, produzidos nos últimos 20 anos e que vão ao encontro dos objetivos desse trabalho, material encontrado na língua portuguesa. A memória depende de diferentes estruturas do sistema nervoso central, com a capacidade de modificar o comportamento, codificando, armazenando e recuperando as informações. De acordo com Izquierdo (2018), “fora da memória de trabalho, as memórias explícitas podem durar alguns minutos ou horas, ou alguns dias ou meses, ou muitas décadas. As memórias implícitas geralmente duram toda a vida. As informações primeiramente são processadas pela memória sensorial, logo depois passando para o sistema de memória de curto prazo, logo depois, para a memória de longo prazo, com uma capacidade limitada. A memória de curto prazo é responsável por manter informações disponíveis para recordação por um período de tempo breve. De acordo com Malloy (2018), funcionalmente, a memória de curto prazo parece depender de

<sup>1</sup> Acadêmica/o da graduação em Psicologia da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS.

<sup>2</sup> Acadêmica/o da graduação em Psicologia da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS.

<sup>3</sup> Acadêmica/o da graduação em Psicologia da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS.

<sup>4</sup> Acadêmica/o da graduação em Psicologia da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS.

<sup>5</sup> Acadêmica/o da graduação em Psicologia da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS.

<sup>6</sup> Acadêmica/o da graduação em Psicologia da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS.

<sup>7</sup> Acadêmica/o da graduação em Psicologia da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS.

<sup>8</sup> Acadêmica/o da graduação em Psicologia da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS.

<sup>9</sup> Acadêmica/o da graduação em Psicologia da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS.

estruturas cerebrais distintas e envolvidas na memória operacional e na memória de longo prazo. Tendo em vista, que a memória operacional é responsável pela habilidade de armazenar e manipular as informações por um período de tempo. Portanto, a memória é armazenada proporcionando com que o indivíduo compreenda o processo de memorização.

## Referências

- BADDELEY, A., ANDERSON, MC, & EYSENCK, MW. **Memória**. 2010. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536325194>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- DIAS, K.G., & ALMEIDA, M.Z.C.M. **Memória para Henri Bergson e Paul Ricoeur: buscando aproximações**. Poíesis Pedagógica, 2018.
- HELENE, A.F., & XAVIER, G.F. **A construção da atenção a partir da memória**. Revista Brasileira de Psiquiatria, 2003.
- IZQUIERDO, I. **Memória**. 3ª ed. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582714928>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- MALLOY, Leandro F. [et al.]. **Avaliação neuropsicológica**. 2ª. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2018.
- SANDER, L., & ZANELLA, A.V. **Memory and experience of training teachers**. 2018.
- SMOLKA, A.L. **A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural**. Educação & Sociedade, 2000.

## O uso de óleo essencial alecrim no tratamento de queda capilar

Anna Vitória Oliveira Brasileiro<sup>1</sup>

Natália Gauer de Miranda<sup>2</sup>

Isabel Cristina Alves Moreira<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Óleo Essencial. Alecrim. Tratamento. Queda capilar.

**Resumo:** O presente estudo teve como objetivo investigar o uso do óleo essencial de alecrim no tratamento de Alopecia (queda capilar). O uso tópico deste óleo apresenta resultados significativos na pele e no couro cabeludo. Já nos cabelos é um excelente aliado para combater a queda capilar, limpa profundamente o couro cabeludo, e é claro estimula o crescimento do cabelo. O tratamento de queda capilar através da ozonioterapia aliada ao uso do óleo essencial de alecrim, é uma excelente opção por se tratar de um ingrediente natural. Estudos apontam que ele é tão eficiente quanto o Minoxidil, que estimula o crescimento capilar, aumentando a circulação sanguínea no local aplicado e prolongando a fase anágena – fase de crescimento dos cabelos. É carregado com antioxidantes que trabalham para acabar com a queda capilar e o envelhecimento prematuro dos cabelos. Promove a circulação sanguínea e estimula os folículos capilares que promovem o crescimento do mesmo. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa, onde a voluntária selecionada se encaixava nos padrões para tratamento de queda capilar por possuir queda diária, acima da quantidade considerada normal para a idade. No dia 04 (quatro) de novembro de 2022, Foi realizada a primeira sessão com tratamento com óleo essencial, inicialmente foi feita a lavagem do cabelo da voluntária, realizado o registro fotográfico de como estava a queda capilar, em seguida foi aplicada uma máscara com três gotas do óleo essencial de Rosemary (Alecrim), após 10 minutos de ação do produto, foi realizado o condicionamento e finalização do cabelo. No dia 09 (nove) de novembro de 2022, foi realizada a segunda sessão do tratamento, ao lavar o cabelo da paciente, foi realizado novamente o registro fotográfico após a lavagem, foi observado uma redução expressiva na queda capilar. A paciente relata que notou diferença também no seu dia a dia, na perda de fios na hora de pentear e pela casa. Foi realizado o tratamento de ozonioterapia com óleo essencial de alecrim como tratamento na segunda sessão. Baseado nas fotos anexadas, pode-se observar que em apenas uma sessão de tratamento tivemos um resultado muito positivo. Para melhores resultados indicamos 3 sessões semanais, pois além do alecrim ser um método natural, produz ótimos resultados no couro cabeludo, não só melhorando queda capilar, crescimento do cabelo, mas também promovendo a saúde do couro cabeludo.

### Referências:

<sup>1</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [annavitoryaobrasileiro@gmail.com](mailto:annavitoryaobrasileiro@gmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [natalialquaer@gmail.com](mailto:natalialquaer@gmail.com)

<sup>3</sup> Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. [coord.estetica@unibalsas.edu.br](mailto:coord.estetica@unibalsas.edu.br) .

[1] HESS, F. **Óleo Essencial de Alecrim**: auxilia no crescimento capilar e elimina a celulite. <https://blog.pajaris.com.br/oleo-essencial-de-alecrim>. 2021. Acesso em 10 de nov 2022.

[2] SANCHES, B. **Os melhores Óleos Essenciais para queda de cabelo e melhora dos fios**. <https://capellux.com.br/os-6-melhores-oleos-essenciais-para-queda-de-cabelo/#:~:text=%C3%93leo%20de%20alecrim&text=%C3%89%20carregado%20com%20antioxidantes%20que,promovem%20o%20crescimento%20do%20cabelo.2020>. Acesso em 10 de nov 2022.

doi:<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v11i2.7466>.



### **EIXO 3 – Mostra de Projetos Integradores de Graduação.**

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito dos Projetos Integradores de graduação dos cursos da Faculdade de Balsas ou de projetos integradores ou de extensão de outras IES, os quais tenham gerado alguma produção (artefato) acadêmica. Este Eixo é composto por 15 resumos.



## MORTE DO EMPREGADOR PESSOA FÍSICA: UMA ANÁLISE SUCESSÓRIA E SEUS EFEITOS NO DIREITO DO TRABALHO

Ana Cássia Marques de Lima - UNIBALSAS <sup>1</sup>  
 Cleiton Costa dos Santos - UNIBALSAS <sup>2</sup>  
 Danilo de Oliveira Silva - UNIBALSAS <sup>3</sup>  
 George Augusto da Silva Braúna Magalhães - UNIBALSAS <sup>4</sup>  
 Maria Eduarda Figueira - UNIBALSAS <sup>5</sup>  
 Maécila Brito – UNIBALSAS <sup>6</sup>  
 Rosemara Unser – UNIBALSAS <sup>7</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

O instituto da sucessão de empregadores no direito do trabalho não é assunto dos mais simples, comportando diversas exceções a depender de cada caso in concreto. Por conseguinte, o tema é tratado de forma um tanto quanto genérica pelos art. 10 e 448 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) comportou acréscimos como advento da Lei nº 13.467/2017, que acrescentou o art. 448-A.

Observando que, a depender do tipo de empregador, pessoa física, empregador doméstico ou rural, existem regras específicas quando se trata da sucessão, o assunto se torna por demais complexo tendo em vista as peculiaridades de cada caso. A abordagem do tema torna-se ainda mais sensível quando levamos em conta tratar-se de alteração na titularidade de obrigações trabalhistas causando impacto direto no meio ambiente de trabalho e nos direitos dos trabalhadores.

Visto isto, buscou-se abordar a temática em um ponto específico, sucessão do empregador pessoa física, a fim de garantir escorreita exposição do tema, limitando-se a análise da sucessão por morte do empregador pessoa física de modo a garantir que o leitor de posse das informações apresentadas possa entender de forma clara os direitos e deveres aplicáveis à espécie.

### 2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, considerando a natureza do assunto, a metodologia utilizada foi o método hipotético-dedutivo, instruído por uma análise bibliográfica.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Bacharel em Direito do 6º período da Faculdade de Balsas- Unibalsas

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Bacharel em Direito do 6º período da Faculdade de Balsas- Unibalsas

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Bacharel em Direito do 6º período da Faculdade de Balsas- Unibalsas

<sup>4</sup> Graduando do Curso de Bacharel em Direito do 6º período da Faculdade de Balsas- Unibalsas

<sup>5</sup> Graduanda do Curso de Bacharel em Direito do 6º período da Faculdade de Balsas- Unibalsas

<sup>6</sup> Docente da Faculdade de Balsas- Unibalsas

<sup>7</sup> Docente da Faculdade de Balsas- Unibalsas

A partir da pesquisa explicativa, há uma preocupação de observar os determinantes que desencadeiam a sucessão e seus efeitos, ao passo em que se explicam os fatores que ocasionam na dinâmica fática.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em linhas gerais, a sucessão trabalhista encontra-se normatizada na CLT pelos arts. 10 e 448.

Vaticina o art. 10 da CLT que “não terá o condão de afetar os direitos adquiridos por seus empregados, qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa”. Na mesma toada, o art.448 nos fala que “mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados”. O minguado rigor de natureza técnica da CLT impõe, de per si, a necessidade de interpretação.

Segundo Delgado (2020), as alterações jurídicas albergadas pelo art. 10 da CLT não se passam na estrutura jurídica da empresa, mas, sim, na estrutura jurídica do titular da empresa, ou seja, a pessoa física ou jurídica que detém o controle da empresa e seus estabelecimentos.

Para o eminente autor acima citado, leciona a CLT no sentido de que ocorrendo alteração nesta estrutura jurídica, ou seja, mudança no tipo empresarial, não se afeta os contratos de trabalho existentes. Exemplo disso seria a transformação do tipo jurídico de uma sociedade individual em uma sociedade por cotas.

De outra banda, quando tratamos da morte do empregador pessoa física, objeto do presente trabalho, observamos que pode ou não ocorrer à extinção do contrato de trabalho. Tal possibilidade dependerá do desejo dos herdeiros do empregador falecido em manter ou não o empreendimento econômico em atividade.

Deste modo, podemos observar que da aplicação das regras referentes à sucessão do empregador pessoa física, podem restar três ocorrências com efeitos diversos no que tange aos Direitos trabalhistas.

#### **3.1. DO ENCERRAMENTO DA ATIVIDADE PELOS HERDEIROS APÓS A MORTE DO EMPREGADOR 3.2. DA CONTINUIDADE DA ATIVIDADE PELOS HERDEIROS APÓS A MORTE DO EMPREGADOR**

Na hipótese de encerramento da atividade econômica pelo advento da morte do empregador, o contrato de trabalho do empregado será automaticamente rescindido conforme art. 485, CLT. Oportuno observar que neste caso serão devidas ao empregado as seguintes verbas rescisórias, sendo estas de responsabilidade dos herdeiros do falecido: saldo de salário; aviso prévio; 13º salário proporcional; férias vencidas, acrescidas de 1/3, se houver; férias proporcionais, acrescidas de 1/3; indenização de 40% dos depósitos do FGTS.

### 3.2. DA CONTINUIDADE DA ATIVIDADE PELOS HERDEIROS APÓS A MORTE DO EMPREGADOR

Optando os herdeiros pela continuidade do empreendimento econômico, nos mostra o art. 483, § 2º, da CLT que terá o empregado a faculdade de continuar ou não com o contrato de trabalho. Salientamos que, neste caso, optando o empregado por dar continuidade ao a contato de trabalho, não se verificará nenhum efeito rescisório e estaremos diante da sucessão de empregadores nos moldes delineados pelos arts. 10 e 448 da CLT.

### 3.3. DA RECISÃO DO CONTATO DE TRABALHO PELO EMPREGADO APÓS A MORTE DO EMPREGADOR

Cautela especial requer o caso do empregado que opte por rescindir o contrato de trabalho ainda que haja a continuidade do empreendimento por meio da sucessão.

O cuidado reside nas consequências que tal escolha pode albergar sem que o trabalhador, desinformado, se atente para os possíveis efeitos quanto as verbas rescisórias.

Segundo Romar (2018) ao optar por pela dissolução do contrato o empregado terá direito: ao saldo de salário; aviso prévio; 13º salário proporcional; férias vencidas, acrescidas de 1/3, se houver; férias proporcionais, acrescidas de 1/3. O imbróglio envolve a indenização de 40% dos depósitos do FGTS, havendo divergência na doutrina sobre ser ou não devida nesse caso.

Sobre a temática, nos ensina Delgado (2020) ocorrendo dissolução contratual por interesse do obreiro, ela far-se-á sem os ônus do pedido de demissão, não obstante, também, sem as vantagens rescisórias da dispensa injusta ou rescisão indireta. Assim, teria o trabalhador o direito de saca o FGTS, mas sem a multa de 40%.

A *contrario sensu*, leciona Romar (2018, p. 595, apud Sussekind, p.347) analisando a previsão do art. 483, § 2º, da CLT, que em caso de morte do empregador constituído em uma firma individual, o § 2º do mesmo artigo faculta ao empregado a rescisão do contrato de trabalho. Nesse caminho, do caput do artigo, resta claro que o empregado terá direito à indenização compensatória que se soma aos depósitos do FGTS, indenização a que não tem direito, em regra, o trabalhador que resolve despedir-se.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que o Direito do Trabalho, por manifesta consonância ao princípio da despersonalização da figura do empregador, demonstra total ausência de personalidade quanto a este.

O contrário observa-se em relação de empregado, aplicando-se a este a personalidade e seus efeitos na esfera jus trabalhista. Com isso, resta claro que a substituição de um empregador

por outro não afeta o contrato de trabalho anteriormente firmado, tampouco é capaz de alterar os direitos adquiridos pelo empregado ao longo do período aquisitivo.

Em suma, é pacífico entendimento de que mesmo com a morte do empregador o contrato de trabalho não será afetado de forma imediata e obrigatória, restando possíveis mudanças a pender da vontade dos herdeiros em relação ao empreendimento.

Por fim, infere-se que, malgrado exista divergência doutrinária quanto à percepção o não da multa de 40% do FGTS na hipótese rescisão do contrato de trabalho pelo empregado após a morte do empregador, mesmo havendo continuação do empreendimento, a jurisprudência tem caminhado no sentido de tornar águas mansas tal entendimento, fixando o entendimento de que é devida tal verba rescisória com albergue no art. 483, § 2º, da CLT.

## REFERÊNCIAS

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores, 18. Ed.— São Paulo: LTr, 2019.

ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito do trabalho / Carla Teresa Martins Romar; coordenador Pedro Lenza. – 5. Ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

## OS EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO POR INDIGNIDADE E DESERDAÇÃO

Andréia Félix dos Santos Araújo Almeida <sup>1</sup>  
Emily Hanna Neves <sup>2</sup>  
Rosemara Unser <sup>3</sup>

Área de conhecimento: Direito das Famílias e Sucessões

Palavras-chave: Sucessão; Indignidade; Deserdação.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo a análise das hipóteses de exclusão da sucessão, no âmbito do Direito de Sucessões, levando em conta a diferença entre as duas formas de exclusão – por sentença judicial de exclusão da sucessão do dito herdeiro, ou, por meio testamentário de declaração de vontade do ascendente aos herdeiros ou legatários – fazendo uma comparação entre elas. O debate a respeito do tema indignidade se fez público no caso Richthofen, que foi de grande repercussão no Brasil e no Mundo, onde Suzane e os irmãos Cravinhos arquitetaram a morte do casal Manfred e Marisia Richthofen, que eram pais de Suzane.

### 2. OBJETIVOS

Esta pesquisa busca analisar as diferentes maneiras que um indivíduo pode ser excluído da sucessão, seja ela por indignidade ou deserdação, traçar uma linha onde fique límpido a maneira em que cada uma ocorre, demonstrar as previsões legais para que as mesmas ocorram e fazer uma exemplificação, usando o caso de grande repercussão em que tornou-se nítido o debate do referido tema, o caso de Suzane Von Richthofen, para que se possa mensurar, a extensão das sanções sofridas pelos deserdados e seus herdeiros.

### 3. METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental, bem como cinematográfica, conforme proposta inicial, no sentido de exemplificar o significado, diferenças e as formas de deserdação, optou-se neste projeto pela análise de caso Richthofen, como também, utilização de ferramentas de pesquisa disponibilizadas na rede mundial de computadores, selecionando conceitos que trouxeram ao texto uma clareza no que diz respeito ao tema abordado.

Posteriormente para o levantamento de dados referentes aos herdeiros dos deserdados ou indignos, foram consultados artigos do nosso ordenamento jurídico, para que assim possamos delimitar a extensão dos efeitos.

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos levantamentos realizados, a exclusão se dá pela Indignidade ou Deserdção, pois nos dois casos há uma prática de atos inequívocos de despreço e menosprezo contra o autor da herança, como nos diz Carlos Roberto Gonçalves:

A sucessão hereditária assenta em uma razão de ordem ética: a afeição real ou presumida do defunto ao herdeiro ou legatário. Tal afeição deve despertar e manter neste o sentimento da gratidão ou, pelo menos, do acatamento e respeito à pessoa do de cujus e às suas vontades e disposições.

A quebra dessa afetividade, mediante a prática de atos inequívocos de despreço e menosprezo para com o autor da herança, e mesmo de atos reprováveis ou delituosos contra a sua pessoa, torna o herdeiro ou legatário indignos de recolher os bens hereditários. (Gonçalves, 2013).

A exclusão por indignidade se dá, “quando o herdeiro praticar atos contra a vida, a honra e contra a liberdade de testar do detentor da herança, seu cônjuge ou companheiro, ascendentes ou descendentes, podendo ele agir como autor, coautor ou partícipe”, como descreve o artigo 1814 do Código Civil. A indignidade é uma sanção civil que acarreta na perda do direito sucessório, senão vejamos:

Art. 1.814. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários:

I - que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;

II - que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro;

III - que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.

No que diz respeito aos atos contra a vida entende-se como o homicídio na sua forma tentada ou consumada, sem que haja necessidade de sentença condenatória para tanto. Conforme disposto no artigo 1.815 do Código Civil, a indignidade deve ser declarada por sentença, ou seja, para isso, deve haver uma ação Declaratória de Indignidade, que deve ser feita no prazo de 4 anos a contar da abertura da sucessão, sendo que a sentença declarando a indignidade exclui o herdeiro da sucessão, porém, pode ele ser reabilitado através de um ato em que o autor da herança perdoa o indigno, de forma expressa, apenas em cédula testamentária, conforme artigo 1.818 do nosso Código Civil:

Art. 1.818. Aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança será admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico.

Parágrafo único. Não havendo reabilitação expressa, o indigno, contemplado em testamento do ofendido, quando o testador, ao testar, já conhecia a causa da indignidade, pode suceder no limite da disposição testamentária.

Os efeitos da exclusão são pessoais. O herdeiro declarado indigno perderá o direito à herança, contudo a punição não se estende além do indigno, ou seja, aos seus descendentes, que herdarão por estirpe ou representação. Neste caso, os filhos do herdeiro indigno, por exemplo, ocuparão seu lugar na herança, não podendo o indigno, posteriormente concorrer como herdeiro para aquela herança, pois o mesmo é considerado como falecido antes da abertura da sucessão após o recebimento da sentença, valendo ressaltar que independe, seja posterior ou antecedente à sua abertura.

Nos últimos anos, o caso mais famoso de perda do direito à herança dos ascendentes trata-se do caso Suzane Von Richthofen, acusada por participação, em outubro de 2002, pelo assassinato dos pais, Manfred e Marisia Von Richthofen, em São Paulo. Suzane, com 18 anos na época, permitiu a entrada dos executores do crime, os irmãos Cristian e Daniel Cravinhos, na casa da família.

Em 2006, Suzane foi condenada a 39 anos de prisão. Em 2011, a 1ª Vara de Família e Sucessões de Santo Amaro decidiu pela exclusão da condenada da relação de herdeiros, a pedido do irmão, Andreas. Caso o irmão viesse a desistir da ação, segundo a legislação atual, Suzane continuaria tendo direito à metade dos bens. Porém, com as mudanças propostas no PLS 118/2010, o Ministério Público poderia intervir em casos como esse para promover a ação.

Já a deserdação ocorre quando o testador por algum motivo priva um herdeiro necessário de seus bens, inclusive de suas legítimas – parte da herança que cabe ao herdeiro – por meio de cláusula testamentária. Conforme artigo 1.963, “os ascendentes podem ser deserdados se ofenderem os filhos fisicamente, praticarem injúria grave contra seus filhos, mantiverem relações ilícitas com cônjuges ou companheiros dos filhos ou netos, desampararem filhos ou netos com alienação mental ou doenças graves”. De acordo com Artigo 1.962, além das causas mencionadas no art. 1.814, “autorizam a deserdação dos descendentes por seus ascendentes em casos de ofensa física, injúria grave, relações ilícitas com a madrasta ou com o padrasto, desamparo do ascendente em alienação mental ou grave enfermidade”.

Com isso, após a abertura do testamento ao qual o herdeiro foi declarado deserdado, ocorrerá no prazo de quatro anos a contar de sua abertura, cabe ao herdeiro instituído, ou, àquele em que se aproveitar da deserdação, provar a veracidade da causa alegada pelo testador, sendo importante lembrar também que a deserdação deve ser expressa, não havendo possibilidade do perdão do deserdado após tal declaração de vontade com base na veracidade das provas apresentadas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Como demonstrado nos tópicos anteriores, torna-se explícito o quão recente é o referido tema, já que o mesmo está continuamente sendo debatido, devido a sua principal base utilizar como critério para a resolução de conflito, de forma constante e inegavelmente relevante, o caso prático, seja nos termos da indignidade ou deserdação do herdeiro. O que faz com que o caso, embora resguardado na Constituição Federal e haja a existência de medidas legais, ainda permaneçam em constante movimentação de acordo com as necessidades abordadas, utilizando como exemplo a intervenção do Ministério Público em face do perdão do herdeiro em relação à casos de natureza semelhante ao de Suzane Von Richthofen e os irmãos Cravinhos, ou mesmo em casos apresentados em face do ascendente tornado indigno.

## 6. REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume 7: direito das sucessões**. 4ª ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

Vade Mecum Acadêmico do Direito de Rideel / Anne Joyce Angher, organização. – 30. Ed. – São Paulo: Rideel. 2020. **Código Civil: Dos Excluídos da Sucessão, art. 1814**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10605760/artigo-1814-da-lei-n-10406-de-01-de-setembro-de-19901990>. Acesso em: 31/10/2022

Vade Mecum Acadêmico do Direito de Rideel / Anne Joyce Angher, organização. – 30. Ed. – São Paulo: Rideel. 2020. **Código Civil: Dos Excluídos da Sucessão, art. 1815**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10605617/artigo-1815-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002>. Acesso em: 31/10/2022

Vade Mecum Acadêmico do Direito de Rideel / Anne Joyce Angher, organização. – 30. Ed. – São Paulo: Rideel. 2020. **Código Civil: Dos Excluídos da Sucessão, art. 1818**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10605397/artigo-1818-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002>. Acesso em: 31/10/2022

Vade Mecum Acadêmico do Direito de Rideel / Anne Joyce Angher, organização. – 30. Ed. – São Paulo: Rideel. 2020. **Código Civil: Da Deserdação, art. 1962**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10596494/artigo-1962-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002>. Acesso em: 31/10/2022

Vade Mecum Acadêmico do Direito de Rideel / Anne Joyce Angher, organização. – 30. Ed. – São Paulo: Rideel. 2020. **Código Civil: Da Deserdação, art. 1963**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10596354/artigo-1963-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002>. Acesso em: 31/10/2022

## RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PAIS: DANOS E POSSIBILIDADE DE REPARAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO

Larissa Valéria Lima Silva  
Rosemara Unser

### 1 INTRODUÇÃO

Considerando que a família é constitucionalmente instituída como base da sociedade, com uma especial proteção do Estado, o presente trabalho é fruto de pesquisas desenvolvidas no decorrer do semestre e em virtude da matéria “Direito de Família e Sucessões”, com o objetivo de identificar os danos que são causados pelo abandono afetivo dos pais em relação aos filhos e a possibilidade de responsabilização civil. É perceptível as mudanças do conceito de família e também em sua estrutura, no decorrer dos anos, passando da mais tradicional à família monoparental, poliafetiva, multiparental, dentre outras. De modo geral, a família deixou de ser um núcleo econômico e de reprodução para ser um ambiente de amor e afeto (PEREIRA, 2021), formado ou não dentro da sociedade conjugal, sendo também reconhecida a União Estável. Sendo assim, os filhos devem receber o auxílio dos pais, independentemente da situação que os envolve, para que tenham uma vida digna e sejam bem instruídos.

O ordenamento jurídico brasileiro, por meio da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado, a garantia de direitos fundamentais para o bom desenvolvimento da criança, do adolescente e do jovem. O Código Civil de 2002 determina um rol de deveres estabelecidos aos pais, independentemente da situação conjugal, qual seja o exercício do poder familiar, como exemplo, dirigir a criação e a educação, dar consentimento para que pratique algo, de modo geral, prestar o cuidado aos seus filhos. De maneira que este cuidado não é apenas material, como prestar alimentos ou consentir algo, mas sim propiciar assistência de todas as maneiras, inclusive afetiva, assegurando que os menores não sejam prejudicados.

### 2 METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado foi o bibliográfico, destacando o ponto de vista de alguns autores sobre o tema, apoiando-se também na pesquisa documental, sobretudo de jurisprudências, na tentativa de compreender a aplicação da responsabilidade civil dos pais em decorrência do abandono afetivo no Brasil.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Maria Berenice Dias (2021, p. 404), é “comprovado que a falta de convívio pode gerar danos, a ponto de comprometer o desenvolvimento pleno e saudável do filho, a omissão do pai gera dano afetivo suscetível de ser indenizado”. Desta maneira, em muitos casos é evidente que os filhos não se desenvolvem como deveriam ou sofrem transtornos devido a

ausência paterna – também há a possibilidade da mãe. Conforme análise de psicólogos, as pessoas que sofrem com a ausência das figuras parentais apresentam dificuldades em estabelecer vínculos afetivos fortes e duradouros. Por este motivo, são mais inseguros por medo da decepção e, de sofrer novamente o abandono; possuem baixa autoestima; são mais propensas a apresentar algum transtorno psicológico, como exemplo, a depressão, a ansiedade e a anorexia. São ainda, mais propensas a viver relações tóxicas, pois a baixa autoestima e a carência afetiva podem levar a problemas para estabelecer relacionamentos saudáveis; como também se entregam mais facilmente aos vícios, vez que buscam nestes a compensação pelo vazio deixado pelas figuras materna e paterna. Há ainda, outras pesquisas, como a da *National Fatherhood Initiative* que apontam não só danos emocionais, mas também danos econômicos, sociais e na saúde física dos indivíduos que não possuem participação dos pais no seu desenvolvimento.

Neste sentido, a responsabilização civil em decorrência o abandono afetivo ainda é matéria incontroversa, ora por algumas teses afirmam ser impossível comprar o amor, dizendo ser uma maneira indevida de monetizar o afeto, enquanto outras afirmam que este sentimento deve ser algo espontâneo, natural e não uma obrigação jurídica, levantando a questão do pagamento dos alimentos estabelecido no âmbito civil, que por vezes pode deixar de ser observado a diferença da prestação alimentícia, que diz respeito ao auxílio material, e o vínculo afetivo, mais ligado ao imaterial e o psicológico do menor.

A busca pela indenização constitui uma tentativa de que seja garantido apoio psicológico, que lhe ajude a enfrentar a indiferença do familiar, pois, por si só não é capaz de suprir todas as feridas deixadas pela ausência de cuidado, proteção, e afeto dos pais, mas sim uma maneira de reparar o dano causado no filho. Alguns autores até levantam a tese de que seria melhor ter um pai prestando assistência por medo de pagar uma indenização, ou seja, como uma obrigação jurídica, do que um filho com dano psicológico sem a devida assistência. Assim sendo, pode-se compreender que:

[...] o relacionamento mantido sob pena de prejuízo financeiro não é a forma mais satisfatória de estabelecer um vínculo afetivo. Ainda assim, mesmo que o pai só visite o filho por medo de ser condenado a pagar uma indenização, isso é melhor do que ele estar com o sentimento de abandono (DIAS, 2021, p. 406 e 407).

Ainda a respeito da indenização aduz Gagliano:

Logicamente, dinheiro nenhum efetivamente compensará a ausência, a frieza, o desprezo de um pai ou de uma mãe por seu filho, ao longo da vida. Mas é preciso se compreender que a fixação dessa indenização tem um acentuado e necessário caráter punitivo e pedagógico, na perspectiva da função social da responsabilidade civil, para que não se consagre o paradoxo de se impor ao pai ou a mãe responsável por esse grave comportamento danoso (jurídico e espiritual), simplesmente, a “perda do poder familiar”, pois, se assim o for, para o genitor que o realiza, essa suposta sanção repercutiria como um verdadeiro favor (2019, p. 782 e 783).

Como mencionado acima, a possibilidade de perda do poder familiar, estabelecida no Código Civil, art 1638, inciso II, como medida para quem abandona o filho, é na verdade, assim

como expressou Stolze, e como menciona Maria Berenice Dias (2021, p.404): “uma bonificação ao genitor que não honra com suas responsabilidades, e o que deveria ser uma sanção acaba sendo uma dádiva para o genitor. ”

O primeiro Recurso Especial que tratou sobre o tema da responsabilidade civil pelo abandono afetivo e que chegou ao conhecimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) adveio de Minas Gerais (REsp. nº 757.411 – MG). O recurso buscava pela reforma da decisão do douto tribunal que reconheceu como devida a responsabilização do pai, no caso, ainda aplicado o Código Civil de 1916. Tão logo, o recurso foi reconhecido e provido pela impossibilidade da reparação pelo abandono afetivo. Nas palavras do Ministro Relator Fernando Gonçalves:

[...] Desta feita, como escapa ao arbítrio do Judiciário obrigar alguém a amar, ou a manter um relacionamento afetivo, nenhuma finalidade positiva seria alcançada com a indenização pleiteada. Nesse contexto, inexistindo a possibilidade de reparação a que alude o art. 159 do Código Civil de 1916, não há como reconhecer o abandono afetivo como dano passível de indenização. Diante do exposto, conheço do recurso e lhe dou provimento para afastar a possibilidade de indenização nos casos de abandono moral.

Todavia, outro Recurso Especial, desta vez advindo de São Paulo (REsp. 1.159.242 – SP), tratou a matéria de maneira diferente, ao reconhecer a possibilidade de responsabilização do pai. Conforme relatório, em sede de primeira instância, a tentativa de reparação foi julgada improcedente, com justificativa de que o abandono se deu em virtude do comportamento agressivo da mãe por conta do término do relacionamento, afastando o dever do pai. Porém, na nova tentativa, por meio de apelação, o tribunal reconheceu o abandono afetivo e fixou um valor a título de indenização. Tão logo, buscou-se, no âmbito do STJ, pela improcedência e diminuição do valor fixado a título de indenização, com fundamento na “violação” de alguns artigos e também pela divergência entre a decisão do douto tribunal e o Recurso Especial mencionado anteriormente. Contudo, a tentativa foi parcialmente provida, admitindo a redução do valor indenizatório, mas mantendo a decisão do tribunal de São Paulo de que ausência de afeto gera dano que cabe ser indenizado.

Diferentemente do que acreditava o Ministro Relator Fernando Gonçalves do primeiro Recurso Especial mencionado, a Ministra Relatora Nancy Andrighi não vê a matéria da responsabilização pelo abandono afetivo como fora do arbítrio do judiciário, pois observa-se pela quebra da imposição legal de cuidado. Em suas palavras:

Aqui não se fala ou se discute o amar e, sim, a imposição biológica e legal de cuidar, que é dever jurídico, corolário da liberdade das pessoas de gerarem ou adotarem filhos. [...] Em suma, amar é faculdade, cuidar é dever. A comprovação que essa imposição legal foi descumprida implica. Por certo, a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão, pois na hipótese o *non facere* que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia – de cuidado – importa em vulneração da imposição legal (REsp. 1.159.242 – SP).

Ademais, ainda há muitas divergências na jurisprudência quanto a matéria, portanto, uma forte necessidade de regulamentação no ordenamento jurídico. Outrossim, as ações de indenização por abandono afetivo fundamentam-se, e está previsto no Código Civil de 2002,

especificamente nos artigos 186 e 927, em que estabelecem que aquele que por ação ou omissão, negligência ou imprudência, causar dano a outrem, comete ato ilícito, sendo que consequentemente ao cometer tal ato fica obrigado a repará-lo. Para Campos e Roesel (2019, p.56), “o que não se pode admitir é o afastamento da possibilidade de responsabilização dos pais pelo abandono afetivo dos seus filhos, considerando que aquele que causa dano a outrem tem o dever de repará-lo”. Devendo ser observadas as peculiaridades de cada caso, para a caracterização ou não do dano.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira evidente, a ausência do pai causa danos ao desenvolvimento dos menores, danos difíceis de serem reparados ou até mesmo impossíveis. Como já observado na fala da Ministra Nancy Andrighi, a frase “amar é faculdade, mas cuidar é dever” trata da necessidade de observação jurídica para a omissão de muitos pais em relação ao dever imposto de forma legal, vez que realmente não está ao alcance dos juízes impor que os pais amem o seu filho, mas está ao alcance de reconhecer que os pais que não exerce o dever de cuidado e acabam causando danos devem repará-los.

#### 5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

\_\_\_\_\_. **Recurso Especial**: REsp 1159242-SP-2009/0193701-9. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. DJ: 24/04/2012. Jus Brasil.

\_\_\_\_\_. **Recurso Especial**: REsp 757411-MG-2005/0085464-3. Relator: Ministro Fernando Gonçalves. DJ: 29/11/2005. Jus Brasil.

CAMPOS, Amanda de Melo R.; ROESEL, Claudiane Aquino. O instituto da Responsabilidade Civil no âmbito do Direito de Família: **A responsabilidade civil dos pais por abandono afetivo dos filhos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2019.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 14ªed. Salvador: Juspodivm, 2021.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil: **Direito de Família**. 9ªed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MUNDO PSICÓLOGOS. **As feridas emocionais causadas por um pai ausente**. Mundo Psicólogos, 2020. Disponível em: <<https://br.mundopsicologos.com/artigos/as-feridas-emocionais-causadas-por-um-pai-ausente>>. Acesso em: 06 de out. de 2022.

NATIONAL FATHERHOOD INITIATIVE. **The Statistics Don't Lie: Fathers Matter**. 2021. Disponível em: <<https://www.fatherhood.org/father-absence-statistic>>. Acesso em 06 de out. de 2022.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das Famílias**. 2º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.







## DIREITO À INFÂNCIA DIGNA

Bruna Conceição Gonçalves Paschoal <sup>1</sup>  
Kelma Daisele Leal dos Santos <sup>2</sup>  
Rosemara Unser <sup>3</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Criança é um ser humano em desenvolvimento que está na infância, fase que perdura do nascimento até os 12 anos de idade incompletos, neste período é moldada sua personalidade. Nos primórdios, ser criança não era significado de garantia de infância e direitos, mas sim da continuidade da família patriarcal, tinham papel crucial na economia familiar, trabalhavam ao lado dos adultos em condições inseguras e insalubres, gerando danos a seu desenvolvimento. Apenas após o século XXI a aceitação histórica dos direitos e garantias das crianças ganha nova vertente, a partir da adoção da Declaração de Genebra pelas Liga das Nações Unidas, surge a adesão protecionista de normas garantidoras as crianças e adolescentes, com maior enfoque na Declaração Universal de Direitos das Crianças e dos Adolescentes sendo precursora para a criação do Fundo Internacional de Emergência da Nações Unidas para a Infância – UNICEF, e as garantias e direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e conseqüentemente na Lei 8.069/1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente. Mediante a contemplação das garantias e direitos concedidos legalmente as crianças, surgem algumas problemáticas acerca da real efetividade e aplicabilidade das normas, em razão dos índices de violação a esses direitos e garantias refletidos em esferas de violências alarmantes, em especial as violências física, psicológica e sexual, sendo os principais fatores de quebra das garantias protetivas, insurgindo complexas indagações, no que tange a responsabilidade do Estado, sociedade e família, bem como, quais seriam as medidas efetivas para real aplicabilidade dos direitos e garantias oportunizando a infância que é feita em primeiro lugar do direito de ser criança.

### 2. METODOLOGIA

A problemática foi analisada a partir da evolução legislativa e o viés protecionista as crianças, com maior ênfase após a criação do Fundo Internacional de Emergência da Nações Unidas para a Infância – UNICEF, no qual as crianças passam a ser detentoras de diversos direitos dentre eles: educação, saúde, alimentação e o substancial direito à vida. É de conhecimento que a sociedade vive em constante evolução e assim se faz infância, sendo estruturada por bases culturais, sociais e históricas de uma determinada sociedade. Com base na pesquisa, em fontes normativas se observa que, historicamente a infância era tratada apenas como uma fase biológica do ser humano, apenas após o século XVII surgem as primeiras concepções sobre a fase psicológica e moral que é a infância, iniciando um tratamento

diferenciado a elas, não sendo mais tratadas como extensão dos adultos e por consequência a negativa do puro ensino da moralidade para a constituição de um indivíduo de bem, o direito à infância requer mais.

Mediante as pesquisas realizadas, no lapso temporal do Brasil Colônia e Brasil República, as legislações existentes à época autorizavam meios coercitivos abomináveis, bem como exploração do trabalho escravo infantil e ainda avaliações psicológicas realizadas com crianças dentre 9 a 14 anos para análise de discernimento, podendo ser à elas imputadas penalizações compatíveis às empregadas nos adultos, restando evidente que as crianças eram tratadas como extensão de adultos, não se respeitando a condição de pessoa em desenvolvimento.

Verifica-se que, apenas no processo de redemocratização do Brasil em 1986, por idealização da UNICEF surge o projeto criança constituinte no intuito de proteger os direitos das crianças, neste sentido, com o advento da Constituição Federal de 1988 surge a proteção integral dos menores, por este ângulo o Art. 227 da CF/88:

**Art. 227.** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Com fundamento na Constituição Federal de 1988, Declaração Universal de Direitos Humanos e Convenção dos Direitos das Crianças, em 1990 entra em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - com base nos princípios da proteção integral, prioridade absoluta e melhor interesse da criança e adolescente, em suma, o ECA assegura às crianças e aos adolescentes o direito à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, para um bom desenvolvimento em sociedade.

Alicerçada a toda análise normativa e pautada na proteção ofertada pela UNICEF, se torna evidente que no século XXI as crianças passam a ser detentoras de diversos direitos constitucionalmente garantidos, contudo, ainda persistem incongruências refletidas nas violações diárias desses direitos e garantias, deste modo, diante do protecionismo normativo falta a implementação de políticas públicas efetivas para o real cumprimento dos meios protetivos.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através do estudo realizado, múltiplos são os direitos concedidos às crianças e que teoricamente aquiesce uma infância digna, em contrapartida existem diversas violações a esses direitos, gerando uma descomunal distância entre o texto legal e a realidade vivida pelas crianças. Dentre as principais violações a esses direitos estão as violências sofridas pelas

crianças, em especial a física, psicológica, sexual e o trabalho infantil. Entende-se por violação toda situação que reflita em ameaça ou viole os direitos das crianças, geralmente ocorre por uma ação ou omissão dos pais, responsáveis, sociedade, Estado e até mesmo pelo comportamento da própria criança que não possui orientação adequada.

Perante a coleta de informações sobre as principais violações sofridas pelas crianças, cabe destacar o índice alarmante que se tornou a negligência, violência esta temerária e invisível sofrida pelas crianças em razão de sua vulnerabilidade e a difícil constatação, ocasionada pela disfuncionalidade familiar e social, refletindo na dificuldade de conexões emocionais com o próximo. Outro tipo de violação com dados alarmantes é violência sexual tendo por fatores principais a pobreza e utilização precoce de entorpecentes, na maior parte são meninas negras que vivem a margem da sociedade, que sofrem a violência sexual doméstica e depois se inserem na rede de prostituição como forma de subsistência.

Diante de todas as violências observadas, evidencia-se o dever do Estado em implementar programas eficazes para a proteção das garantias concedidas as crianças, desde uma reeducação social até medidas impositivas a fim de assegurar o direito a uma infância digna as crianças, afastando a costumeira cultura das violências com base na não denúncia ou na continuidade familiar, o poder familiar e o dever estatal devem estar alicerçados no protecionismo a criança com base nas garantias constitucionais.

No cenário atual já existe maior disseminação de informações e debates sobre os temas de violações aos direitos das crianças, contudo, devem ser implementadas medidas mais enfáticas que vislumbrem de maneira mais eficaz a problemática, como a difusão de debates escolares, mesas-redondas em comunidades com ênfase nas que a assistência social do município já tenha conhecimento sobre a predominância da violação, maior engajamento midiático com enfoque nas principais violações, melhor divulgação dos canais de denúncia já existentes como o Disque 100, aumento da base orçamentária destinada à primeira infância bem como melhor fiscalização desta, dentre outras medidas que visem a proteção à infância.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista todas as análises normativas e literárias, resta irrefutável o avanço legislativo protecionista das crianças no vislumbre a uma infância digna, reputando as crianças como pessoas em desenvolvimento físico, psicológico e moral e detentoras de direitos constitucionalmente garantidos. No entanto, compete ao Estado através do seu poder-dever implementar políticas públicas mais eficazes que versem efetivamente da proteção aos direitos das crianças, através de um trabalho conjunto com a família e sociedade, buscando por meio de reeducação desses entes desmistificar enraizamentos culturais patriarcais e violentos.

A conscientização da população é de crucial importância para a efetiva diminuição das violações aos direitos das crianças e conseqüentemente a uma infância digna, com suporte do Estado na adoção políticas públicas eficazes por meio de programas e estratégias governamentais que busquem a discussão e o debate da problemática, ficando claro que, a mudança e a efetividade das normativas garantidoras não depende apenas do Estado, mais da responsabilização conjunta com a família e sociedade.

A infância é uma das melhores fase da vida, contudo, ela não se faz sozinha, é preciso cuidar para que o direito a ela exista, toda criança tem o direito de crescer em um ambiente seguro e protegido, enquanto membros do Estado devemos combater efetivamente as violações aos direitos das crianças, a fim de garantir a elas uma infância digna.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federal 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Editora Rideel. São Paulo, SP, ed. 34º de 2022, pg.82.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Editora Rideel. São Paulo, SP, ed. 34º de 2022, pg. 1116.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. **Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes** – Cartilha Educativa. 2021. Disponível em: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha\\_educativa.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf). Acesso em: 20 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Violação dos direitos da criança e do adolescente**. Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal – Cartilha Educativa. 2013. Disponível em: <https://www.tjdft.ius.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/publicacoes/colecao/situacaoRisco.pdf> . Acesso em: 18 de out. 2022.

CONSONI, Fátima. **Ser criança no século XXI**. 2019. Disponível em: <https://fundec.edu.br/unifadra/noticia/2787>. Acesso em 19 de out. 2022.

UNICEF. **A história dos direitos das crianças**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca>. Acesso em: 17 de out. 2022.

RIPPER, João. **Os direitos das crianças e adolescentes e porque eles são importantes**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/os-direitos-das-criancas-e-dos-adolescentes-e-por-que-eles-sao-importantes>. Acesso em: 18 de out. 2022.

RIPPER, João. **Proteção**. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/protecao>. Acesso em: 18 de out. 2022.

## A HIPERVULNERABILIDADE DOS CONSUMIDORES MIRINS FRENTE À VENDA CASADA DE MATERIAIS ESCOLARES

Antônio Carlos Fernandes Coelho Júnior <sup>1</sup>  
Rosemara Unser <sup>2</sup>  
Darling Brito Fonseca de Miranda <sup>3</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Com o advento da Constituição Federal Brasileira de 1988 e a conseqüente promulgação do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8078/90), os direitos dos consumidores tiveram uma maior proteção, seja de ordem pública ou de ordem social. Neste contexto, define-se consumidor como “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final” (BRASIL, 1990). Assim, a vulnerabilidade se configura como uma qualidade ou condição intrínseca de todo e qualquer consumidor, pois se trata de sujeitos mais frágeis nas relações consumeristas, com possibilidades de serem lesados, seja na incolumidade física ou mental, seja no âmbito econômico, por partes dos sujeitos mais potentes desta mesma relação, os fornecedores (MORAES, 2009, p. 125).

À vista disso, o trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida ao longo do Projeto de Extensão “Consumidor Mirim”, cujo estudo se justifica em razão do pouco desenvolvimento teórico, acerca da prática abusiva da venda casada aplicada ao público infantil, no tocante a materiais escolares. Cabe destacar, que para o CDC, a criança é considerada hipervulnerável perante a publicidade e a toda comunicação mercadológica a ela dirigida, especialmente a venda casada.

Assim, o objetivo da presente pesquisa é identificar até que ponto os mirins considerados hipervulneráveis, são vítimas dos mecanismos ilegais de persuasão trazidos pela sociedade de consumo, em especial, da venda casada, venda esta que obriga o consumidor a adquirir dois ou mais produtos em conjunto. Nesta perspectiva, procurou-se revelar aos pequenos consumidores seus direitos e as possíveis violações nas relações de consumo, a fim de prepará-los como futuros consumidores conscientes, capazes de identificar quando estão sendo alvo de uma oferta casada, principalmente, nos casos de produtos escolares.

---

<sup>1</sup> Graduando do 2º Ano do Curso de Direito da Faculdade de Balsas - Unibalsas. Bolsista PROEX/UNIBALSAS. E-mail: [antonio.junior@alu.unibalsas.edu.br](mailto:antonio.junior@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Campus Santo Ângelo/RS (2017). Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Campus Santa Rosa/RS (2012). Advogada OAB/MA 25.369. Docente do Curso de Direito da Faculdade de Balsas - Unibalsas. Orientadora PROEX/UNIBALSAS. E-mail: [rosemara.unser@prof.unibalsas.edu.br](mailto:rosemara.unser@prof.unibalsas.edu.br).

<sup>3</sup> Graduando do 4º Semestre do Curso de Direito da Faculdade de Balsas - Unibalsas. E-mail: [darling.miranda@alu.unibalsas.edu.br](mailto:darling.miranda@alu.unibalsas.edu.br).

## 2. METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido mediante uma pesquisa de campo com alunos do 4º ano da escola Dom Bosco Kids, entre 09 e 10 anos, totalizando 42 pessoas participantes, entre docentes e discentes. Com isso, as atividades extensionistas foram sendo aplicadas mediante encontros periódicos com os alunos, elucidando questões pertinentes aos direitos do consumidor, a fim de que os mesmos ampliem seus conhecimentos sobre o assunto e também possam compartilhar com seus familiares e pela comunidade em geral.

Dessa forma, realizou-se 8 (oito) encontros, onde em cada encontro foram propostos atividades, tais como: momentos de leitura, debates, pesquisa em livros didáticos e online, e desenvolvimento de cartilha. Nessa perspectiva, a partir de cada encontro, se observou o engajamento dos alunos pelas informações referente às temáticas propostas - consumidor mirim, hipervulnerabilidade, fornecedor, prestação de serviços e compras conscientes, sendo estes *feedbacks* utilizados na organização nos encontros seguintes. sobre relação de consumo e transmitir as mesmas para seus familiares. A partir das respostas coletadas nestes planejamentos, se chegou aos dados comparativos e às modificações de padrões de resultados trazidos pela pesquisa em demanda aplicada entre março a junho de 2022.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a presente pesquisa oriunda dos encontros proporcionados pelo Projeto de Extensão “Consumidor Mirim”, colocou-se em debate a seguinte temática: “Como as crianças se tornam consumidores hipervulneráveis frente à venda casada de materiais escolares?”.

Para corroborar com essa temática, importante trazer à baila o entendimento da Ministra Assusete Magalhães, que refere que a hipervulnerabilidade infantil se dá porque as crianças apresentam discernimento incompleto, por estarem em período de formação<sup>1</sup>, mas por outro lado é uma influenciadora do adulto no ato da compra, “tendo uma enorme capacidade de convencimento sobre os seus pais, responsáveis ou familiares, voltadas à aquisição daqueles produtos que lhe interessam” (Resp Nº 1.558.086 - SP, 2ª Turma do STJ).

Nesse viés, os encontros foram complementados com a aplicação de estudos de casos, de modo a desafiar os alunos a identificar a venda casada de materiais escolares, bem como, a prática violadora de seus direitos. Para além disso, os alunos contaram com o auxílio dos

---

<sup>1</sup> A hipervulnerabilidade infantil é reconhecida universalmente pela Declaração dos Direitos da Criança, sendo proclamada pela Resolução nº. 1386, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1959. Nesta resolução, afirma-se que “a criança, por motivo de sua falta de maturidade física e intelectual, necessita de mais cuidados especiais e proteção, nomeadamente de proteção jurídica adequada, tanto antes quanto depois do nascimento”.



acadêmicos e da professora proponente do projeto, bem como de materiais impressos da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

À vista disso, o presente estudo de caso possibilitou aos alunos entenderem o início da hipervulnerabilidade infantil nos períodos de retorno às escolas, quando os centros comerciais trazem atrativos em cores, brinquedos e personagens de desenhos animados nos materiais escolares ou junto a eles. Dessa forma, tal ferramenta persuasiva traz às crianças um falso sentimento de necessidade, servindo de gatilho para o consumo, fomentando assim, a venda casada e os lucros comerciais.

Nesse meandro, como término do projeto, foi desenvolvido cartilhas intituladas “Cartilhas Mirins”. Para elaborá-las, os alunos utilizaram diversas ferramentas pedagógicas, onde alguns optaram por realizar desenhos, enquanto outros utilizaram de recortes de imagens (centradas na figura do fornecedor e do consumidor), sendo acompanhadas de uma escrita com linguagem clara, adequada e de fácil compreensão para o público leitor.

Assim, encerrou-se o projeto na Faculdade de Balsas - UNIBALSAS, no dia 22 de setembro, com a apresentação das cartilhas produzidas, bem como a entrega dos certificados em reconhecimento a proatividade e empenho do estudantes com o projeto extensionista, estando presente neste momento os alunos, pais, diretores e professores da escola e faculdade.

Com isso, colocou-se em prática a educação para o consumo, principalmente nas relações de venda casada de materiais escolares, de modo a criar, desde cedo, nas crianças uma consciência crítica acerca do que irá comprar, bem como da forma que irá realizá-lo, tendo um planejamento para um futuro melhor.

**Figura 1 e 2 - Encontro de encerramento do Consumidor Mirim**



Fonte : Imagens do Autor (2022)



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a pesquisa de campo, oriunda do Projeto de Fomento à Extensão “Consumidor Mirim”, alcançou seus objetivos. Dessa forma, os alunos do 4º Ano da escola Dom Bosco Kids, sendo crianças, conseguiram entender que são consideradas hipervulneráveis frente à venda casada de materiais escolares. Assim, se tornaram aptas a uma educação de consumo que consiga desmistificar os gatilhos da relação consumerista, de modo que a falta de maturação-cognitiva do público em estudo não se constitua, hoje e futuramente, em brechas para as práticas persuasivas presentes nas relações de consumo.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990.** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm). Acesso em: 02 jun. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.558.086 – SP.** Voto da Ministra Assusete Magalhães. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/porta/p/Inicio>. Acesso em: 11 jun. 2022.

MORAES, Paulo Valério Dal Pai. **Código de Defesa do Consumidor: o princípio da vulnerabilidade no contrato, na publicidade, nas demais práticas comerciais : interpretação sistemática do direito.** 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

## RELAÇÃO DE CONSUMO: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO DOS CONSUMIDORES MIRINS NO UNIVERSO MERCADOLÓGICO

Antônio Carlos Fernandes Coelho Júnior<sup>1</sup>  
 Rosemara Unser<sup>2</sup>  
 Darling Brito Fonseca de Miranda<sup>3</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Consoante Bauman (2008), em sua obra “Vida para Consumo”, o consumo como ocupação das pessoas deixou de ser uma prática humana natural e corriqueira, transformando-se em um hodierno arranjo social impulsionante de forças consumistas de vontades, desejos e anseios humanos. Nessa perspectiva, desde que nascemos, percebe-se o quanto nos tornamos pequenos consumidores, mesmo que por meio da figura de nossos pais ou responsáveis, necessitando de diversos produtos, tais como mamadeiras, fraldas, alimentos etc. Paralelamente, ao irmos à escola, precisamos comprar cadernos, lápis, livros, bem como fazermos a matrícula escolar, sendo aprisionado na infância por padrões consumeristas da sociedade capitalista, a fim de atender as necessidades do homem moderno de consumo.

Nesse contexto, procurando entender o que alimenta a entrada da criança, muito cedo, no universo mercadológico consumerista, é factível o quanto o sensacionalismo midiático se utiliza da falta de maturidade física e mental das crianças, seres em desenvolvimento, para constituir um rentável mercado. Dessa maneira, os mirins passam a influenciar ou ter enorme capacidade de convencimento sobre adultos no ato de compra por aquele objeto desejado, o que instiga a venda, associando neles a busca de sua felicidade/prazer necessário ao ter, ao possuir, ao adquirir ou ao comprar.

À vista disso, compreende-se a necessidade de se trazer em questão a educação libertadora, apresentada pelo pedagogo Paulo Freire (1987), em “Pedagogia do Oprimido”, sendo esta uma ferramenta poderosa e eficaz na vida dos pequenos consumidores, capaz de mitigar a influência deles no consumo familiar e usá-los para a transformação de um mundo mais equilibrado e sustentável ecologicamente. Sob esta ótica, com a asseguuração efetiva do direito à educação, previsto na Constituição Federal de 1988, bem como no Código de Defesa

<sup>1</sup> Graduando do 4º Semestre do Curso de Direito da Faculdade de Balsas - Unibalsas. Bolsista PROEX/UNIBALSAS. E-mail: [antonio.junior@alu.unibalsas.edu.br](mailto:antonio.junior@alu.unibalsas.edu.br).

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, campus Santo Ângelo/RS (2017). Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, campus Santa Rosa/RS (2012). Advogada OAB/RS 111.402. Docente em Direito Civil e Processo Civil na Faculdade de Balsas - Unibalsas. Orientadora PROEX/UNIBALSAS. E-mail: [rosemara.unser@prof.unibalsas.edu.br](mailto:rosemara.unser@prof.unibalsas.edu.br).

<sup>3</sup> Graduando do 4º Semestre do Curso de Direito da Faculdade de Balsas - Unibalsas. E-mail: [darling.miranda@alu.unibalsas.edu.br](mailto:darling.miranda@alu.unibalsas.edu.br).

do Consumidor, em seu artigo 4º, inciso IV (1990), o público infantil conseguirá desenvolver sua capacidade crítico- reflexiva enquanto consumidor, retomando sua autonomia para que possam desvencilhar-se da pressão da sociedade de consumo e, assim, possam mudar a realidade cotidiana que o cerca.

À vista disso, este trabalho vem sendo fruto das pesquisas desenvolvidas ao longo do Projeto de Extensão “Consumidor Mirim”, cujo estudo justifica-se dado o pouco desenvolvimento teórico acerca da imprescindibilidade da temática educação para consumo às crianças, dentro e fora das escolas, desde o início de seu processo de formação e ensino-aprendizagem. Assim, tal pesquisa objetiva identificar até que ponto os infantes, considerados hipervulneráveis, cultivam a educação para consumo na perspectiva de educação enquanto direito fundamental, de modo a possibilitá-los uma nova consciência de consumo, bem como transformá-los em futuros agentes multiplicadores de informações e conhecimentos acerca dos direitos consumeristas a todos.

## 2. METODOLOGIA

A presente pesquisa teve como metodologia o estudo de caso, “consistindo na investigação de casos ou pequenos grupos, tendo como propósito básico entender fatos, fenômenos sociais” (MICHEL, 2009, p.68). Nesse contexto, o estudo de caso aplicado deixa de ter como intuito a comprovação de fatos mediante uma amostragem de dados quantitativos, todavia, procura " expandir conhecimentos teóricos existentes com uma investigação temática em determinado contexto" (YIN, 2005).

Tendo em vista, desenvolveu-se uma pesquisa de campo na escola Educar, rede privada de ensino do município de Balsas/MA, por intermédio de encontros quinzenais nas quartas-feiras com crianças de faixa etária entre 09 e 10 anos. Para fins de levantamento dos dados acerca da pesquisa, contou-se com a participação da coordenação e docentes da escola supracitada, bem como dos acadêmicos participantes do referido projeto de extensão, de modo a propiciar um ensino-aprendizagem *in loco* com os alunos da escola citada. Para isto, foram apresentados de forma lúdica e acessível as informações básicas acerca dos Direitos do Consumidor, conjuntamente por meio de oficinas pedagógicas ligadas às atuais e corriqueiras práticas abusivas e enganosas cometidas contra o consumidor mirim no mercado de consumo.

Assim, com os feedbacks trazidos em cada dos encontros, chegou-se aos dados e às modificações de padrões de resultados trazida pela pesquisa de demanda, aplicada entre agosto de 2022 a novembro do respectivo ano.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir deste projeto extensionista, os alunos do 4º Ano da escola Educar realizaram um estudo de caso, no qual consistia em relatar experiências ligadas à vivência deles, de amigos e





Fonte: Imagens dos Autores (2022).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os encontros propostos, se pode observar o quanto as crianças estão cada vez mais inseridas nas relações de consumo. Assim, é imprescindível que as mesmas tenham acesso aos conhecimentos básicos de seus direitos e deveres frente às práticas consumeristas. A partir disso, o projeto atingiu seu objetivo, preparando as crianças para serem verdadeiras fiscais mirins nas relações corriqueiras de consumo. Dessa forma, se possibilitará que as crianças sejam instruídas sobre esse tema, além de possibilitar educar os pais e responsáveis, uma vez que estão cotidianamente presentes no universo mercadológico.

#### REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

BRASIL. **Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm)> . Acesso em: 02 de setembro de 2022.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e Método**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## COMO PROFESSORES LEEM E ESCREVEM SUA FORMAÇÃO DOCENTE

Hedi Maria Luft – Mediadora do Grupo de Estudos Diálogos de Esperança sobre a Educação -  
UNIBALSAS

Edjane Nunes Santos – 2ª Licenciatura Pedagogia - UNIBALSAS

Maria da Conceição Ortegal Ribeiro – 2ª Licenciatura Pedagogia - UNIBALSAS

Camila Sousa da Silva – Doutora e Mestre em Educação nas Ciências – UNIJUÍ; Professora na  
Faculdade de Balsas – UNIBALSAS

### 1. INTRODUÇÃO

A educação é um processo intransferível. No contexto da construção da formação humana, ela implica em conceber o domínio de conhecimentos, sendo a leitura e a escrita estratégias decisivas na aprendizagem dos diferentes saberes. Assim, através do Grupo de Estudos Diálogos de Esperança sobre a Educação<sup>1</sup> tracejamos, em nós professores, a consciência sobre a necessidade do ato de ler e escrever, construindo o prazer pelos processos de leitura livre, sem obrigação e sem “ressaca literária”. Neste sentido, é fundamental considerar que essa prática requer gestão, liderança e ética, pois a leitura e a escrita são atividades marcadas pela prosperidade pedagógica das demais áreas do conhecimento. A base da constituição de um leitor implica em leituras que superam a mera decifração de códigos para construção de conhecimentos que envolvem interpretação, compreensão crítica e releitura do mundo da palavra. Além desses elementos, a educação escolar é pautada por processos provisórios, porém é fundamental considerar que a docência é marcada pela profissionalidade de seus atores. Desta forma, professores em processo de formação, necessariamente, precisam permitir-se serem autores e mediadores na construção da sua aprendizagem e de seus alunos. As mudanças no contexto da sociedade atual impõem a formação contínua e atualizada do que pretendemos ensinar e aprender com os alunos. Assim, a docência é mais que docência, é a marca de vida e de possibilidades que nela se impregnam. Nesse sentido, o objetivo é analisar os processos de formação de docentes de quatro escolas municipais de Balsas/MA para compreender as interferências da gestão e liderança profissional num projeto de sequência didática marcada pela leitura preliminar e escrita dos planos de ensino.

### 2. METODOLOGIA

A elaboração dos dados se dará a partir de um processo de observação do desencadeamento dos processos de formação de professores de quatro escolas públicas

<sup>1</sup> Grupo de estudo realizado no semestre 2022.2 na Faculdade de Balsas – UNIBALSAS.



municipais do município de Balsas-MA. Os sujeitos da observação são professores de Língua Portuguesa e são desafiados a construir seus planos a partir do método de sequências didáticas. As sequências didáticas, segundo Zabala (1998) são procedimentos ou etapas ligadas entre si, portanto planejados e desenvolvidos para tornar mais eficiente o processo ensino aprendizagem, pois, o início e o fim são conhecidos tanto pelos professores quanto pelos alunos. Um processo didático-pedagógico assim, incide em uma gestão didática do planejar, porque implica em diálogo entre os sujeitos, o que favorece a construção de atividades que especificam o objeto de conhecimento, passo a passo. Portanto, a sequência didática é uma forma de pensar e organizar a execução das atividades, requerido o modo sequencial.

A gestão e a liderança são elementos inerentes do processo da docência. Segundo Cortella (2014), há características que são fundamentais para o desenvolvimento de uma liderança, são elas: Manter a mente aberta a aprender novas coisas; Elevar as equipes lideradas para que andem juntos em prol de um mesmo objetivo; Inovar a obra, isto é, evitar as certezas, buscar pela inovação e atualização constante, recusando o enferrujamento das práticas; Recrear o espírito, assumindo os compromissos da liderança com alegria; Empreender o futuro, nutrindo a esperança do verbo esperar e não esperar acontecer. Essas características serão referência para análise do processo de formação dos professores das quatro escolas municipais. Cada docente é responsável por elaborar sua análise, no sentido de interpretar sua atuação que envolve planejar o processo (elaborar, executar e avaliar).

Serão considerados os referenciais de leitura baseados em Paulo Freire(1989), atravessados pelas inquietações propositivas de Mário Sérgio Cortella (2014) em relação a gestão e liderança docente, vinculado com o processo de planejar as sequências didáticas em Antoni Zaballa (1998).

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A construção dos processos de formação contínua é exigente e desafia a busca por estratégias que, efetivamente, produzam mudanças nas concepções sobre o processo de ensinar e aprender. Segundo Freire (1989), o ato de estudar é atitude séria e curiosa na procura de compreender as coisas e os fios que se lançam na realidade em que os sujeitos vivem. Assumir-se inacabado é uma forma de manter a busca por outras práticas, novos métodos e outras estratégias. Neste sentido, identificamos que há manifestações distintas, isto é: Professores que assumem e estão comprometidos com sua formação, investem em novas formas de organização dos seus planos de ensino “testando” os processos teóricos, atentam para superar a fragmentação do conhecimento. Verificamos também, um grupo significativo que ainda resiste às inovações e continua aderindo ao livro didático (apenas), como fonte de conhecimentos. Percebemos que essa atitude se vincula a uma forma de manter os alunos em



silêncio, copiando e repetindo as mesmas lições de sempre. Então, que histórias podem escrever os que repetem sempre a mesma. Entendemos que, professores precisam primar por reescrever a história, desafiando a si mesmos em suas práticas pedagógicas, pois segundo Cortella (2014) a educação continuada é uma forma de aprimorar competências e habilidades e a importância do reconhecimento para uma nova "lealdade relativa".

Portanto, há necessidade de insistir em produzir mecanismos mais incisivos, para que a formação docente seja assumida por todos, como espaço para construção de compreensões de práticas de educação de qualidade.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação contínua é uma forma de manter viva a atuação docente. As mudanças que se sucedem, diariamente, apresentam cenários que professores precisam conhecer, reconhecer, interpretar e compreender. Desta forma, concluímos, provisoriamente, de que há necessidade de insistir, investir e implementar programas permanentes de atualização e aperfeiçoamento docente.

Os dados que dispomos revelam basicamente duas situações distintas. Aquela em que professores de Língua Portuguesa das quatro escolas municipais de Balsas se desafiaram a assumir uma postura de mudança, elaborando um processo pedagógico inovador. E, a outra situação envolve um grupo significativo de professores que resistem em mudar, perpetuando práticas conservadoras e desmerecendo as provocações do processo de formação.

Nesse sentido, analisamos os dilemas envolvidos na gestão do processo, bem como identificamos os novos desafios a serem enfrentados para inquietar os professores a fim de que se permitam ler uma nova história e, assim, escrever outros capítulos pedagógicos de educação, com mais qualidade e aprendizagens.

#### REFERÊNCIAS

CORTELLA, Mario Sérgio. **Qual é a tua obra?** Inquietações Propositivas sobre Gestão, Liderança e Ética. 22.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

## Avaliação do atendimento nas Academias Balsenses

Autor 1 – Samuel Neves Coelho  
Autor 2 - Gustavo Rocha  
Autor 3 – André Henrique  
Autor 4- Pedro Augusto Isoton  
Autor 5- Roberto Araújo Silva

### 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada teve como inspiração inicial a crescente onda do mundo “fitness” nos últimos anos. De acordo com a *International Health Racquet & Sportsclub Association* em 2019, o Brasil era o segundo maior mercado fitness do Mundo, ficando atrás apenas do gigante anglo-saxônico, Estados Unidos da América. Para ter uma melhor visualização do tamanho deste nicho, o mercado estado unidense, movimentou cerca de 30 bilhões de dólares americanos no ano de 2019.

Diante deste cenário, a região sul-maranhense não difere do resto do globo, em Balsas, existem mais de 20 academias altamente movimentadas, e que têm o número de alunos aumentado cada vez mais, portanto, torna-se imprescindível citar também, a importância do bom atendimento neste setor, visto que devido ao crescimento do mercado fitness, a concorrência se torna cada vez maior, e aqueles que não têm o atendimento como um diferencial, acabam se tornando apenas “mais um” , causando perda de vendas e dificuldade de fidelização de clientes.

Nesse viés, os integrantes do grupo debateram e investigaram as situações citadas acima, e criou-se então uma pergunta que foi o estopim desta pesquisa: “Existe uma deficiência no atendimento ao cliente nas academias Balsenses?”.

### 2. METODOLOGIA

Para coletar dados e ter uma melhor noção do mercado fitness local, criou-se um formulário com variadas perguntas sobre o atendimento e satisfação dos clientes nas academias, levando em conta estrutura, atendimento, preço, localização e até mesmo ciclo social. A plataforma usada foi o Google Forms, que a partir de um link amplamente divulgado em diversas redes sociais como Instagram e WhatsApp, obteve a resposta de 105 clientes diferentes de diversas academias, possibilitando uma ampla visão do movimento local.

Outra etapa para realização da pesquisa foi visitar as academias que mais foram selecionadas pelos entrevistados como referências no atendimento, e conhecer melhor o sistema de funcionamento de cada uma, fazendo observações construtivas para proporcionar uma melhor experiência a todos que a frequentam.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos nesta pesquisa demonstram que 19% das pessoas não praticam nenhum tipo de exercício físico, destes 3,8% não o fazem por problemas de saúde, e os 81% que praticam tem a predominância do sexo feminino, com 55,25% de participação contra 44,75% de participação masculina.

Sobre o Atendimento, obtivemos 77 respostas de 55 pessoas afirmando já ter sofrido um mal atendimento dentro do ambiente de exercícios com 41 respostas por mau acompanhamento, 16 por falta de estrutura, e 20 por inconveniências. Obteve-se também 50 respostas de 50 pessoas que afirmam nunca ter tido sofrido nenhum mal atendimento.

No que se trata ao que as pessoas mais prezam na academia, as situações mais votadas em ordem decrescente são: Estrutura (88 votos); Atendimento (77 votos); Preço (50 votos); Localização (47 votos); Ciclo Social (19 votos). O termo “estrutura” refere-se a qualidade de equipamentos, climatização, e limpeza; O termo “Atendimento” refere-se ao acompanhamento dos profissionais que auxiliam os clientes da academia, ao serviço dos recepcionistas, bem como da equipe de limpeza; O termo “preço” refere-se ao custo mensal para utilização da estrutura da academia; O termo “Localização” refere-se à proximidade do ponto à casa do cliente, e o termo “Ciclo Social” refere-se à preferência de um local onde existem pessoas que fazem parte do ciclo social do cliente.

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, antes de dar as considerações finais sobre o atendimento nas academias da cidade de Balsas, é necessário citar uma frase do condecorado político, jornalista, escritor e radialista brasileiro, Artur da Távola: “Os que morrem na mediocridade provocam mais alívio do que Saudade”. Nesse sentido, sempre existe lugar para melhora, Balsas é uma cidade que vem crescendo exponencialmente, e ter um atendimento votado como ruim pela maioria de seus clientes não faz parte da força e inteligência deste povo batalhador que é o Balsense. Diante disso, as empresas devem com urgência incentivar seus colaboradores com mais cursos, treinamentos intensivos, comitê de sugestões de clientes, e alta supervisão de seus gestores, para que juntos possam elevar ainda mais o nível dos atendimentos dentro das academias, e fazer esta cidade tão amada por todos crescer cada vez mais.

### REFERÊNCIAS

DA TÁVOLA, Artur. <https://www.psicoviver.com/frases/artur-da-tavola-mediocridade-e-morte/>

**International Health Racquet & Sportsclub Association 2019.**  
<https://www.tecnofit.com.br/blog/tendencias-para-o-mercado-fitness/>

## **Luz, câmera, educação - desenvolvendo o olhar crítico por meio do cinema: relatos de experiências da bolsa cultura**

Sandryellen Pimentel Saraiva - UEMA  
Profa. Dra. Ana Cristina Teixeira de Brito Carvalho - UEMA

### **1 INTRODUÇÃO**

O cinema constitui a sétima arte e traz vários aspectos que chamam atenção dos espectadores. Por ser audiovisual, apresenta uma riqueza de detalhes que permitem ao público utilizar seu imaginário ao analisar os personagens, as cores dos filmes, posicionamento de câmera, os sons, de modo geral e a música, além da história contada e criar sentidos a partir da narrativa assistida. Partindo desse pressuposto, os filmes podem ser cruciais na educação, pois mostram diversas informações em que cada pessoa pode interpretar de maneira diferente.

O cinema é importante para a aprendizagem em sala de aula, pois ao apresentar diferentes temáticas, os indivíduos podem refletir sobre suas atitudes e expressar seu ponto de vista, o que contribui para a interpretação e pensamento crítico, atitudes que são fundamentais para a formação em sociedade. Desse modo, os filmes são recursos importantes para o ensino, pois, na sociedade, a tecnologia já faz parte do uso cotidiano e a arte cinematográfica é um elemento tecnológico, que traz as imagens em movimento, que despertam o interesse das pessoas. Nas narrativas fílmicas são abordadas tramas que envolvem política e a sociedade em representação da vida real, ademais é uma forma de entretenimento para os espectadores e a possibilidade da realização crítica de uma leitura do filme, pode ajudar a compreender melhor o mundo que nos cerca, a partir das questões sociais que são apresentadas. Assim, o cinema pode contribuir para reflexões sobre diversidade, cultura, preconceitos, questões raciais, entre outros aspectos que estão presentes na sociedade. O cinema, visto de modo crítico e reflexivo, pode nos ensinar muito sobre a vida. O vínculo dos filmes com a realidade social, é o que chama atenção dos espectadores, sendo eles professores, alunos e a comunidade em geral, sendo interessante observar as diferenças das narrativas fílmicas para o livro.

O livro permite a aprendizagem por meio da escrita, enquanto os filmes, possuem diversos elementos que constituem seu ritmo e significado. E de acordo com Ferreira, (2018, p. 50) os filmes podem abordar diferentes assuntos e questionamentos para os espectadores, sejam educacionais, sociais, raciais. Assim, os filmes podem atuar na formação de futuros professores, sendo inseridos em suas práticas pedagógicas, despertando o interesse para uma aprendizagem lúdica e sendo um instrumento didático em sala de aula.

As narrativas fílmicas, suas imagens e histórias, podem oferecer interpretações que vão além dos muros da escola, podendo ser relacionados à realidade dos alunos. Sob essas perspectivas, percebe-se que o cinema é uma arte que possibilita aos espectadores expressar

diferentes posicionamentos e significados, além de refletir sobre suas ações. O cinema, como arte de expressão humana, pode tornar-se uma fonte de experiências para pesquisadores, professores, alunos, espectadores da comunidade em geral, indo além de instrumento de lazer, para uma análise de diferentes temas, imagens e sons, que podem despertar interesse e emocionar os indivíduos. Assim, tem-se o propósito de apresentar os resultados obtidos com a aplicação do projeto de extensão – Bolsa Cultura: Luz, câmera, educação, o qual conduzi como bolsista PROEXAE, graduanda do curso de Letras sob a orientação da professora doutora Ana Cristina Carvalho na Universidade Estadual do Maranhão – campus Balsas.

## 2 METODOLOGIA

Desde o início do projeto, em agosto de 2021 até junho de 2022, foram discutidos vinte filmes, sendo estes: *Extraordinário*, *Harriet*, *Além da sala de aula*, *O menino do pijama listrado*, *A voz do coração*, *Estrelas além do Tempo*, *Uma lição de vida*, *O pequeno príncipe*, *Por Lugares incríveis*, *Um sonho possível*, *Se algo acontecer...Te amo*, *King Richard: Criando campeãs*, *O escândalo*, *A felicidade das pequenas coisas*, *Infiltrado na Klan*, *E seu nome é Jonas*, *Pequena Miss Sunshine*, *Central do Brasil*, *Joy: O nome do sucesso* e *O quarto de Jack*. Todos apresentam temáticas variadas, de cunho educacional, racial, social e outros mostraram fatos históricos. Durante o período da pandemia os debates aconteceram na plataforma Meet e em 2022 aconteceram no prédio da UEMA, campus Balsas, de maneira presencial. E em função da participação, dos questionamentos feitos, é demonstrado quanto os filmes podem levar à reflexão e conhecimento dos espectadores.

A mostra de filmes ocorreu uma vez por semana, aos sábados, sempre seguindo o seguinte roteiro:

- 1- A sensibilização do grupo para os temas que serão tratados na narrativa fílmica. Essa sensibilização foi feita com posts de cada filme publicado nas redes sociais.
- 2- A mostra de cinema, momento em que os participantes assistiram ao filme selecionado;
- 3- A discussão dirigida, momento em que os participantes foram convidados a participar de um debate dirigido, no qual foi discutida as principais questões temáticas presentes na narrativa fílmica, sendo necessário para despertar o senso crítico dos envolvidos e estimular o

protagonismo social por meio da troca de ideias motivadas pelas ações vivenciadas pelos personagens dos filmes e/ou documentários apresentados.

4- Após as discussões, os participantes foram motivados a realizar um registro escrito das discussões realizadas.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto Luz, Câmera, Educação é importante para desenvolver criticidade dos participantes, pois os filmes trazem temáticas atuais e sociais que fazem cada indivíduo refletir sobre seu espaço na sociedade, o que pode ser feito para mudar a realidade. Percebe-se, por meio do projeto, que os filmes vão além de entretenimento e lazer, pois sempre possibilitam aprendizagem para a vida das pessoas.

O projeto Luz, Câmera, Educação apresentou e discutiu *vinte filmes* sobre diversos temas, abordando questões educacionais, sociais e culturais, e em cada discussão foi visível a reflexão dos participantes, bem como seus posicionamentos críticos sobre os diferentes assuntos abordados.

Os participantes sempre aprenderam algo relevante por meio da arte fílmica, a seguir apresento alguns comentários dos mesmos.

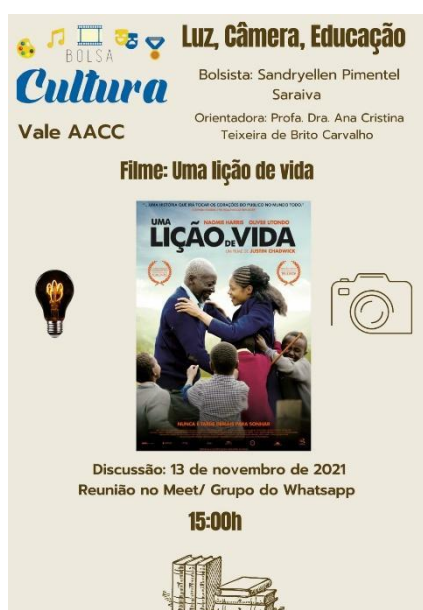
O sétimo filme apresentado no projeto Luz, Câmera, Educação foi uma *lição de vida*, do diretor *Justin Chadwick*, no qual mostra a história de um queniano de 84 anos, que sonha em ser alfabetizado, pois no seu tempo existiu guerras, o que não permitiu que aprendesse a ler e escrever. Assim, o senhor procura uma escola de ensino de alfabetização por meio de uma campanha. A problemática é que na mesma escola, estudava crianças de seis anos e assim, foi rejeitado várias vezes. Mesmo assim, ele não desistiu, continuou perseverando apesar das dificuldades, e esse filme traz uma riqueza de reflexão para o público.

Esses são os comentários a respeito das questões que os participantes discutiram a respeito do filme, sendo notável a reflexão e senso crítico.

“ Que não devemos desistir dos nossos sonhos, mesmo diante dos obstáculos. A educação transforma a vida de uma pessoa e deve ser acessível a todos, sem nenhum tipo de distinção. ”

“Que a perseverança é fundamental para alcançar nossos objetivos e que devemos ser como o protagonista, sempre acreditar em nosso potencial mesmo que para os outros pareça algo impossível. ” “Adorei como o filme deu ênfase no poder da educação e nos faz lembrar de

uma questão que há muito tempo vem sendo discutida “A educação é mesmo acessível a todos?”.



Fonte: SARAIVA, 2021

O decimo quarto filme foi *A felicidade das pequenas coisas*, do diretor *Pawo Choyning Dorjieste*, filme conta a história de um professor Ugyen Dorji, de 20 poucos anos, que trabalha para o governo. Assim, ele é enviado para trabalhar em uma comunidade isolada chamada Lunana, onde deve assumir uma escola infantil. Mas ele não fica muito feliz com a notícia, pois seu sonho é mudar para a Austrália e tornar-se um cantor famoso. Apesar de não ficar contente, o professor resolve começar sua viagem para Lunana, um lugar remoto, sem tecnologias e conforto. Quando o professor chega na comunidade, percebe a dificuldade que o povo enfrenta e mesmo assim são felizes e fazem o possível para o professor dar aula para as crianças. Algo interessante retratado no filme, é o interesse e dedicação das crianças ao aprender, pois eles escrevem em folhas e utilizavam um pedaço de madeira como quadro, carvão como pincel e, mesmo assim, são motivados para estudar. Quando o professor começa a olhar o esforço dos alunos, sente-se motivado a continuar dando aula para eles, mas o período de aula iria até o inverno, depois disso Ugyen Dorji voltaria para sua casa. Assim, quando está chegando o inverno, os alunos não têm mais folhas para escrever, o professor sente empatia da situação e resolve tirar da janela da sua casa e entregar para eles, apesar de não dizer nada, os alunos perceberam a atitude do professor e quando ele estava indo embora, entregaram uma carta dizendo que o professor era uma pessoa de bom coração, o que o deixou emocionado, mas depois da experiência, o professor consegue tornar-se cantor e acaba mudando para a Austrália, porém, ainda se lembra daquele lugar e até canta uma das músicas da comunidade em seus



shows. Para mediar a discussão, foram feitas algumas perguntas, como: *Você assimilou/aprendeu alguma coisa com este filme? O quê?*

“Gostei bastante do filme por ter um professor jovem que busca fazer o melhor pelo aprendizado dos alunos utilizando e adaptando o que se tinha na comunidade. Ele poderia ser ter voltado para a cidade, mas o desejo das crianças pelos estudos e a riqueza na simplicidade fez com que o professor decidisse ficar e honrando seu compromisso com aquela pequena escola. “

“Seria ótimo se no nosso país os professores fossem tão respeitados quanto o jovem do filme. Isso acende a esperança por uma educação melhor e nos instiga a crer que a Educação é transformadora de fato. “

“ Foi a acerca da educação do mundo para um futuro melhor naquela realidade. O processo de aprendizado mútuo. E também da cultura do cinema de conhecer novas culturas, pessoas e histórias. Assim vai expandindo o conhecimento da pessoa individualmente. Da imagem e construção sentimental do contexto cultural em que a história se insere. Concepção de "Educação-cultura". “

“ Sim, que a Educação transforma, que humildade é importante, sobre uma cultura diferente onde o professor é valorizado e respeitado, nem sempre o professor está motivado, mas com a dedicação dos alunos o professor se motiva. “

O filme chama a atenção dos participantes, em especial, os espectadores de licenciatura, pois é notável o respeito e valorização do professor naquela comunidade, e é esta valorização que todos os professores merecem, devido a ser uma profissão tão fundamental para a construção de valores na sociedade.



Fonte: SARAIVA, 2022

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os filmes são fundamentais para o desenvolvimento da reflexão crítica e, devido ao avanço das tecnologias, as produções audiovisuais vem despertando o interesse nas pessoas. Assim, trabalhar filmes em sala de aula e problematizar os participantes a respeito dos assuntos abordados, beneficia o desenvolvimento crítico e reflexivo. O projeto *Luz, Câmera, Educação* permitiu liberdade aos participantes de mostrar seus posicionamentos políticos, sociais, educacionais e raciais, por meio da discussão em grupo. Nota-se um amadurecimento de cada indivíduo, pois cada um deles possui uma maneira de olhar o mundo. Dessa forma, foi construído um ambiente em que todos foram beneficiados, deixando claro que o trabalho com filmes só vem a contribuir com a educação.

O projeto Luz, Câmera, Educação promove o desenvolvimento da criticidade nos participantes, sejam acadêmicos ou a comunidade em geral, e as produções fílmicas trazem diversas temáticas sociais, educacionais e raciais que podem mudar a percepção de cada indivíduo. Sob essa perspectiva, se objetiva servir-se dessa predisposição do cinema para o entretenimento e lazer e mostrar também o diálogo possível com a sociedade e a educação.

#### 5 REFERÊNCIAS

**A felicidade das pequenas coisas.** Direção: Pawo Choyning Dorji. Produção de Films Boutique, Butão, China, 2019, Globoplay.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **Luz, Câmera e História: práticas de ensino com o cinema.** Rio de Janeiro. Editora autêntica, 1<sup>o</sup> edição, 2018.

**Uma lição de vida.** Direção: Justin Chadwick. Produção de Sam Feuer, Richard Harding, David M. Thompson e Mario Zvan. Estados Unidos, 2011, You Tube.

## O DIREITO DA TROCA OU ATUALIZAÇÃO DO NOME EXTRAJUDICIAL

Radyja de sá - UNIBALSAS  
Taylla Evellyn - UNIBALSAS  
Rosemara Unser- Profª UNIBALSAS

### 1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que ter um nome se trata de um direito da personalidade, nele compreendidos o prenome e o sobrenome (art. 16 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002) e que ter o patronímico familiar dos seus genitores consiste no retrato da identidade da pessoa, em sintonia com princípio fundamental da dignidade humana. Deste modo, nome é o gênero do qual existem as espécies: prenome, sobrenome, agnome e cognome.

De acordo com Tiago Fachini em Boletim Jurídico<sup>1</sup>, o princípio da dignidade da pessoa humana é um conceito filosófico e abstrato que determina o valor inerente da moralidade, espiritualidade e honra de todo o ser humano, independente da sua condição perante a circunstância dada. O princípio da dignidade da pessoa humana, portanto, é o ideal que defende que a condição humana, de viver com dignidade e ser tratado perante a sociedade e seus pares como um ser humano pleno, precisa ser preservada e defendida sobre todas as outras situações, colocando o ser humano como principal agente de transformação do seu meio e, dessa forma, do mundo.

É por meio do nome que a dignidade humana se projeta. Uma pessoa somente consegue se relacionar socialmente por meio de um nome. Desse modo, ele deve exprimir uma realidade designativa, ou seja, estar condizente com a realidade vivida pela pessoa, sem artificialismo, e de forma a respeitar sua integridade moral e psíquica. Não são poucas as pessoas que desejam mudar o nome. Antes muito difícil, agora essa modificação da alteração de nomes já é uma realidade. Os modos de se fazer essa alteração são dois: extrajudicial ou judicial.

Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa é verificar a aplicação da nova lei de Registros públicos (Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022) no âmbito social, analisando quais os principais motivos que levam as pessoas a chegar até essa alteração, levando em consideração o princípio da Dignidade da Pessoa humana e a retificação de nomes transexuais.

### 2. METODOLOGIA

---

<sup>1</sup> Boletim Jurídico: Publicação periódica voltada para os profissionais e acadêmicos do Direito, disponível em <https://www.boletimjuridico.com.br/>

Lei 14.382, publicada dia 27 de junho de 2022, alterou alguns artigos da Lei de Registros Públicos (LRP), dentre eles o art. 56 e 57 que tratam sobre o prenome e sobrenome, respectivamente. Analise:

Antes da Lei	Depois da Lei
<p><b>Art. 56.</b> O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa. (Renumerado do art. 57, pela Lei nº 6.216, de 1975).</p> <p><b>Art. 57</b> – Qualquer alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandato e publicando-se a alteração pela imprensa. (Renumerado do art. 58 com nova redação pela Lei nº 6.216, de 1975).</p> <p><b>Art. 58.</b> O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios. (Redação dada pela Lei nº 9.708, de 1998)</p> <p><b>Parágrafo único.</b> A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público.</p>	<p><b>Art. 56.</b> A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico. (Redação dada pela Lei nº 14.382, de 2022)</p> <p>§ 1º A alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial apenas 1 (uma) vez, e sua desconstituição dependerá de sentença judicial. (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)</p> <p><b>Art. 57.</b> A alteração posterior de sobrenomes poderá ser requerida pessoalmente perante o oficial de registro civil, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial, a fim de: (Redação dada pela Lei nº 14.382, de 2022) I – inclusão de sobrenomes familiares; (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)</p> <p>II – inclusão ou exclusão de sobrenome do cônjuge, na constância do casamento; (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)</p> <p>III – exclusão de sobrenome do ex-cônjuge, após a dissolução da sociedade conjugal, por qualquer de suas causas; (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)</p> <p>IV – inclusão e exclusão de sobrenomes em razão de alteração das relações de filiação, inclusive para os descendentes, cônjuge ou companheiro da pessoa que teve seu estado alterado. (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)</p> <p>§ 2º Os conviventes em união estável devidamente registrada no registro civil de pessoas naturais poderão requerer a inclusão de sobrenome de seu companheiro, a qualquer tempo, bem como alterar seus sobrenomes nas</p>

	<p>mesmas hipóteses previstas para as pessoas casadas.</p> <p>§ 3º-A O retorno ao nome de solteiro ou de solteira do companheiro ou da companheira será realizado por meio da averbação da extinção de união estável em seu registro. (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)</p> <p>§ 8º O enteado ou a enteada, se houver motivo justificável, poderá requerer ao oficial de registro civil que, nos registros de nascimento e de casamento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus sobrenomes de família. (Redação dada pela Lei nº 14.382, de 2022)</p>
--	---

Percebam que a redação anterior da LRP estabelecia que, em regra, o prenome era definitivo (princípio da imutabilidade do nome), permitia-se a substituição, excepcionalmente por apelidos públicos e notórios, sendo o notório o nome pelo qual determinada pessoa é conhecida em seu meio social, pode ser um apelido, um sobrenome ou outro nome que o identifique de forma pública e continuada. Sendo assim, devemos esclarecer que a inclusão de apelido notório ao nome é, na verdade, uma alteração de nome que se dá por meio de uma ação de retificação de registro civil.

Ademais, em concordância com o artigo 56 da lei 6.015/73, o interessado no primeiro ano, de forma imotivada após atingida a maioridade civil poderá, pessoalmente ou por procurador obstatante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família. Salienta-se ainda que em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público é permitida a substituição.

De igual modo, o sobrenome só podia sofrer modificação de forma excepcionalmente e motivada, após audiência do Ministério Público, por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandato e publicando-se a alteração pela imprensa.

Não obstante o STF foi admitindo, de pouco a pouco, em alguns casos não previstos em lei de forma expressa, a alteração do nome (prenome ou sobrenome, ex: transgênero e nome social), inclusive determinando a possibilidade do magistrado, fundamentadamente e por equidade, decidir, no caso concreto, sobre a modificação da parte que o requeira<sup>1</sup>.

### 3. RESULTADO

<sup>1</sup> REsp 1514382 - <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/1111431311/inteiro-teor-1111431352>

Os cartórios brasileiros registraram o maior número de mudança de nome e de sexo de pessoas trans<sup>1</sup>, no primeiro semestre do ano de 2022, desde que o Supremo Tribunal Federal autorizou essa alteração. O Jornal Hoje mostrou que foram mais de 1,2 mil de alterações - 43,7% a mais que no primeiro semestre do ano passado.

*“A partir do momento em que a minha própria decisão em me posicionar socialmente enquanto uma mulher e reivindicar os meus direitos não tira direito de nenhuma mulher, não faz retroceder nenhum outro direito de qualquer cidadão e sobretudo garante um tratamento equânime por parte do estado”, diz Bruna Benevides, secretária política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais.*

O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo para tanto nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa.

O artigo 58 da LRP<sup>2</sup> estabelece os casos em que é possível a alteração do nome. A título exemplificativo cita-se o Prenome que exponha seu portador ao ridículo, ao vexame, que cause constrangimento ou que seja exótico, o Erro gráfico, quando o nome contém erros de grafia, poderá ser corrigido no cartório onde foi registrado o nascimento da criança. Para isso, o interessado deve fazer o pedido expresso ao responsável pelo órgão, requerendo a correção. A Exposição ao ridículo: o oficial responsável pelo cartório pode recusar-se a fazer o registro de nomes que contenham expressões ou palavras que possam expor o indivíduo ao ridículo ou causar constrangimento e situações vexatórias (parágrafo único do artigo 55, da LRP).

Ressalta ainda as vítimas e testemunhas: as pessoas que participaram de crimes, na condição de vítima ou testemunha, gozam de proteção especial e, por isso, o seu nome completo pode ser mudado — bem como o de seus familiares. Trata-se de uma maneira de manter a incolumidade física do indivíduo a salvo.

#### 4. CONCLUSÕES

Diante de tudo que fora exposto, é possível entender que o nome é mais que um acessório ou simples denominação. Ele é de extrema relevância na vida social, por ser parte intrínseca da personalidade. Vale ressaltar, que a via Extrajudicial é a via mais célere, menos burocrática, para alterar o registro civil do requerente.

#### REFERENCIAS

<sup>1</sup> PESSOAS TRANS: uma pessoa que não se identifica com o gênero ao qual foi designado em seu nascimento.

<sup>2</sup> LRP – Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973).

TJDFT, Acórdão 948914, unânime, Relatora Maria Ivatônia, 5ª Turma Cível, data de julgamento: 15/6/2016.

LEI 14.382/22: ALTERAÇÃO DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS [LRP], **Espaço Mege**, Disponível em: <https://blog.mege.com.br/lei-14382-alteracao-lei-de-registrospublicos/#:~:text=56.,n%C2%BA%206.216%2C%20de%201975>. Acesso em: 12 de Setembro de 2022.

MARTINS, Julio. VOCÊ SABIA QUE AS REGRAS PARA MUDANÇA DE NOME E SOBRENOME MUDARAM COM A LEI 14.382/2022. **JusBrasil**. Disponível em: <https://julio-carvalho.jusbrasil.com.br/artigos/1561053204/voce-sabia-que-as-regras-para-mudanca-de-nome-e-sobrenome-mudaram-com-a-lei-14382-2022>. Acesso em: 12 de Setembro de 2022.

O DIREITO À ALTERAÇÃO DO NOME E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. **TJDFT -Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/direito-constitucional/principio-da-dignidade-da-pessoa-humana-possibilidade-de-alteracao-do-nome>. Acesso em: 14 de setembro de 2022.

HASSE, Marcos Roberto. ALTERAÇÃO DE NOME E SOBRENOME: NOVAS REGRAS. **Jornal Jurid**. Disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/blog/jurid-web/alteracao-de-nome-e-sobrenome-novas-regras>. Acesso em: 14 de setembro de 2022.

FACHINI, Tiago. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA: COMO SURTIU E IMPORTÂNCIA. **Projuris**. Disponível em: <https://www.projuris.com.br/principio-da-dignidade-humana/>. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022 TEM O MAIOR NÚMERO DE ALTERAÇÕES DE NOME E SEXO EM CARTÓRIOS. **Jornal Hoje**. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2022/07/20/primeiro-semester-de-2022-tem-o-maior-numero-de-alteracoes-de-nome-e-sexo-em-cartorios.ghtml>. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA GARANTE ALTERAÇÃO DE NOME EM DOCUMENTO. **Conjur**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-set-18/principio-dignidade-humana-garante-alteracao-nome-documento>. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

DE ARAUJO, Alessandra Oliveira. DA POSSIBILIDADE DE MUDANÇA DO NOME EM HOMENAGEM AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. **JusBrasil**. Disponível em: <https://lessaaraujo.jusbrasil.com.br/artigos/348372437/da-possibilidade-de-mudanca-do-nome-em-homenagem-ao-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.

SALGUEIRO, Pedro. ALTERAÇÃO E RETIFICAÇÃO DO NOME: QUANDO É POSSÍVEL?. **JusBrasil**. Disponível em: <https://pedrosalgueiro.jusbrasil.com.br/artigos/653600222/alteracao-e-retificacao-do-nome-quando-e-possivel>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.

PORTO, Ademarcos Almeida. COMO MUDAR DE NOME? VEJA EM QUE CIRCUNSTÂNCIAS. **JusBrasil**. Disponível em: <https://ademarcosporto.jusbrasil.com.br/artigos/722739257/como-mudar-de-nome-veja-em-que-circunstancias>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.



## PESQUISA DE ATENDIMENTO: RESTAURANTES E BARES BALSAS/MA

BARREIRA LIMA, Antônio Eduardo-Maranhão: Balsas, 2022-UNIBALSAS  
MORAIS DA SILVA, Ingrid-Maranhão: Balsas, 2022- UNIBALSAS  
CARVALHO BARROS, Jefferson-Maranhão: Balsas, 2022- UNIBALSAS  
SOUZA DE JESUS, Nilcimara-Maranhão: Balsas, 2022- UNIBALSAS  
ROCHA DOS SANTOS, Wagna-Maranhão: Balsas, 2022- UNIBALSAS

### 1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Associação Americana de Marketing, Marketing é uma função organizacional e um conjunto de processos que envolvem, a criação, a comunicação e entrega de valor para os clientes. Por isso, a pesquisa de mercado é uma ferramenta importante para que se obtenha informações valiosas sobre o mercado em que atua ou pretende atuar. Quanto maior o seu conhecimento sobre o mercado, clientes, fornecedores e concorrentes, melhor será o desempenho do seu negócio.

Quanto mais próximo dos desejos do cliente for oferecido o produto, mais satisfeito ele ficará, e quanto maior for a capacidade da empresa em atender as expectativas, maior será o grau de satisfação do cliente, podendo mesmo chegar ao estado de encantamento. Enfim, a satisfação do cliente é função do desempenho compreendido e das expectativas criadas. (KOTLER, 1998, p. 1). Sendo assim, essa pesquisa teve como objetivo identificar quais os principais aspectos que estão relacionados à qualidade no atendimento por parte dos clientes das empresas em geral do setor de restaurantes e bares na cidade de Balsas no Maranhão, tendo como variáveis alguns pontos como a atenção, empatia, capacidade de resolver problemas, comprometimento, cordialidade, simpatia e tempo de espera.

A pesquisa foi realizada entre os dias 19 de setembro a 01 de outubro, com aplicação de questionário, a 82 pessoas, com o apoio do professor Jefferson Carvalho e da população entrevistada. Esse estudo possibilita a análise do grau de satisfação da população entrevistada a respeito dos ambientes de bares e restaurantes oferecidos na cidade.

### 2 METODOLOGIA

De acordo com a classificação de pesquisa proposta por Vergara (2009), quanto aos fins e quanto aos meios, temos:

- a) Pesquisa Quantitativa por meio da aplicação de questionário semi-estruturado para um público de consumidores;
- b) Pesquisa Qualitativa descritiva, por meio de percepções acerca de experiência e vivência física e prática do atendimento prestado por organizações.
- c) Quanto aos meios; a pesquisa é bibliográfica e de campo. Bibliográfica em função do estudo sistematizado com base em livros, revistas, artigos e pela internet. E de campo, pela realização do questionário com consumidores e empresas.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2009.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os resultados e as respectivas discussões dos pontos relevantes na percepção dos consumidores sobre a qualidade no atendimento de serviços oferecidos em restaurantes e bares.

#### 3.1 Os entrevistados

Do grupo de pessoas que participou da pesquisa, 39% estão na faixa etária de 18 a 24 anos, sendo 64,6% no público feminino, além disso 53,7% possuem graduação e 58,5% possuem o estado civil solteiro. Em relação a renda familiar 35,4% recebem salários com uma faixa etária entre R\$ 2,000 a R\$ 3,000 reais, 33,8% frequentam bares e restaurantes pelo menos uma vez por mês. Quanto preferências, 62,2% tem como preferência frequentar churrascarias, com 74,4% sendo motivados a se deslocarem até os estabelecimentos para se alimentar.

#### 3.2 Características do atendimento

A seguir serão apresentadas as principais características do atendimento, segundo os entrevistados.

##### **-Qual motivo fizeram retornar ao restaurante.**

Para 7,3% dos entrevistados retornaram por causa da alimentação saudável, 28% por causa da localização, 29,3% por conta da praticidade, 46,3% por causa do preço atrativo, 63,4% atendimento e 80,5<sup>ª</sup> qualidade das refeições. As informações revelam que uma boa parte do público entrevistado escolheu o preço atrativo e o atendimento como opção, mas a maioria optou pela qualidade das refeições.

##### **-Redes sociais utilizadas para divulgação dos produtos e serviços.**

Foi considerado como meio de comunicação mais utilizado pelos restaurantes, por 85,4% dos entrevistados, o Instagram. Rede de fácil acesso, onde os empresários devem estar atentos para interação, com respostas rápidas e claras.

##### **-Espaço para reclamação e avaliação de atendimento.**

Quanto aos espaços de reclamação e avaliação, 51,2% dos entrevistados responderam que os restaurantes de Balsas não têm esse espaço, 15,9% disseram que tem, e 32,9% não souberam responder. Isso significa que os estabelecimentos devem incluir mais os seus clientes com a finalidade de entender o seu público.

##### **-Sobre como o cliente avalia o atendimento dos restaurantes em Balsas.**

Para 54,9% dos entrevistados, em uma escala de 0 a 10, sendo 0 péssimo e 10 ótimo, o atendimento dos restaurantes de Balsas fica avaliado entre 6 a 8 (Bom); 28% entre 4 a 6 (Razoável); 12,2% entre 8 a 10 (Ótimo); e 4,9% entre 2 a 4 (Ruim). Indicando que mais da metade dos entrevistados avaliam o atendimento como Bom, enquanto a outra parte das pessoas avaliam como Ruim, Razoável e Ótimo.

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o atendimento na cidade de Balsas é essencial, pela forma como os entrevistados avaliaram os serviços prestados por restaurantes e bares, demonstrando que as empresas devem estar atentas as questões relacionadas a qualidade. Revelando que os serviços na cidade precisam melhorar, o atendimento tem um índice consideravelmente bom, mas com ênfase em melhoria na agilidade e na falta de treinamento dos atendentes, problemas que refletem nos demais fatores citados, como a atenção com as reclamações e avaliações de atendimento do cliente.

Em consideração a isso, é necessário que os proprietários administrem seus negócios priorizando o planejamento e organização das atividades, garantindo uma boa gestão. Uma equipe bem treinada oferece produtos e serviços de qualidade. Relembrando sempre aos colaboradores a importância de uma boa postura, paciência e simpatia com os clientes.

Um bom atendimento é o diferencial de qualquer empresa, seja no diálogo, no ato da venda, no relacionamento ou no pós venda. O que gera a satisfação, aumento da fidelização e o retorno do cliente para futuras compras.

Segundo Casa Magalhães um atendimento ao cliente em restaurantes de qualidade é imprescindível para assegurar a satisfação do consumidor e garantir que o freguês volte, e é assim que a equipe de serviços se mostra uma peça fundamental para o sucesso do restaurante.

## 5 REFERÊNCIAS

**Gestão de restaurantes: Conheça 6 dicas para administrar o seu negócio.** Disponível em:

<https://www.lojabrazil.com.br/blog/gestao-de-restaurantes-6-dicas/> Acesso: 31/10/2022

**Como ter um atendimento ao cliente com excelência.** Disponível em:

[https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/conteudo\\_uf/como-ter-um-atendimento-aocliente-com-excelencia,4a4560538c814610VgnVCM1000004c00210aRCRD](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/conteudo_uf/como-ter-um-atendimento-aocliente-com-excelencia,4a4560538c814610VgnVCM1000004c00210aRCRD) Acesso: 31/10/2022

**TCC.** Disponível em :<http://www.univasf.edu.br/~tcc/000005/000005f2.pdf> Acesso:07/11/2022

**O marketing e sua evolução em 4 fases.** Disponível em: <https://integraej.com/blog/as-fases-domarketing-segundo-philip-kotler/> Acesso: 07/11/2022 **A importância de um bom atendimento ao cliente em restaurante.** Disponível em:

<https://www.casamagalhaes.com.br/blog/atendimento/atendimento-ao-cliente-em-restaurante/> Acesso: 07/11/2022

## **AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO: responsabilidade do empregador frente aos direitos dos herdeiros do empregado.**

Rosemara Unser<sup>1</sup>  
 Maécila Brito de Sousa Moura<sup>2</sup>  
 Alcineide Ribeiro de Souza<sup>3</sup>  
 Eduardo Luís Barros Ribeiro Filho<sup>4</sup>  
 Jovana Barroso de Araújo<sup>5</sup>  
 Mariveth Paes de Oliveira<sup>6</sup>  
 Valdirene Freitas Vieira<sup>7</sup>

### **1. INTRODUÇÃO**

Trataremos resumidamente sobre os direitos na rescisão trabalhista por morte do empregado, levando em consideração que o contrato de trabalho é personalíssimo, onde uma parte exerce direitos. O falecimento do trabalhador constitui um dos meios de extinção do contrato individual de trabalho, extinguindo de imediato o contrato a partir do óbito e por isso são devidas algumas verbas trabalhistas, tais como: saldo de salário, férias vencidas ou proporcional acrescidas de 1/3 constitucionais, décimo terceiro salário vencido, liberação do FGTS aos herdeiros do falecido, dependentes, estes habilitados perante a previdência social. Os direitos são similares a de uma demissão. Caso haja dúvidas de quem são os herdeiros, cabe ao empregador entrar como uma Ação de Consignação em Pagamento, até ter certeza de quem são realmente os beneficiários. O prazo para pagamento das verbas rescisórias é de 10 dias, caso não efetue dentro do prazo, o empregador pagará multa no valor da última remuneração.

O objetivo específico do presente resumo é verificar, com base na análise de doutrina e jurisprudência quanto à necessidade da aplicabilidade da multa por atraso e depósito em juízo das verbas rescisórias por Ação de Consignação em Pagamento.

### **2. METODOLOGIA**

O método utilizado para elaboração deste resumo expandido foi o dedutivo, partindo-se do geral para o específico. Na composição e estrutura do trabalho será empregada uma metodologia de pesquisa bibliográfica, servindo-se de livros, jurisprudência e legislação referente ao tema.

O contrato de trabalho, assim como os negócios jurídicos em geral, nasce em um determinado tempo, e cumprido integralmente ou não, e por fim extingue-se.

A expressão extinção é encontrada no ramo do direito processual para designar modos de extinção de processo. No direito dos contratos também é usada para denominar formas que põe

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, Direito das Famílias e Sucessões, E-mail: rosemara.unser@prof.unibalsas.edu.br;

<sup>2</sup> Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, Direito Individual e Coletivo do Trabalho, E-mail: maercila.brito@prof.unibalsas.edu.br;

<sup>3</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, 6º Período, E-mail: alcineide.souza@alu.unibalsas.edu.br;

<sup>4</sup> Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, 6º Período, E-mail: Eduardo.filho@alu.unibalsas.edu.br;

<sup>5</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, 6º Período, E-mail: jovana.araujo@alu.unibalsas.edu.br;

<sup>6</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, 6º Período, E-mail: mariveth.oliveira@alu.unibalsas.edu.br;

<sup>7</sup> Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, 6º Período, E-mail: valdirene.vieira@alu.unibalsas.edu.br;

fim a um contrato de trabalho. Por sua vez, o significado da extinção do contrato de trabalho transcende o interesse individual das partes e possuiu reflexos que se põem numa dimensão social.

A respeito da diversidade de terminologias adotadas por diversos doutrinadores dispõe Sérgio Pinto Martins:

Délio Maranhão emprega a palavra dissolução para especificar os casos em que o contrato chega ao fim por uma via que não seja a normal, comportando as subespécies resilição, resolução, revogação e rescisão. [...] Orlando Gomes utiliza os termos resolução, resilição ou rescisão para a dissolução de contratos em geral. [...] Evaristo de Moraes Filho adota o termo cessão do contrato de trabalho em qualquer caso [...]. O art. 49 do Estatuto dos Trabalhadores da Espanha usa o termo extinção do contrato de trabalho. A legislação portuguesa fala em cessão do contrato de trabalho como gênero (2008.p.351).

Com a morte do empregado e como o contrato é intuito personae haverá então o desaparecimento deste sujeito e este se extingue-se. E as verbas rescisórias deverão ser pagas aos dependentes do falecido e caso de não haver dependente, será observada para efeito de quitação a linha sucessória na forma da lei civil (DELGADO. 2018. pág. 325.).

No caso do falecimento do empregado seus herdeiros, representados pelo inventariante no espólio, terão direito a gratificação natalina proporcional do ano em curso, indenização das férias integrais, simples ou em dobro (conforme em caso), acrescidas de um terço constitucional, indenização de férias proporcionais, também acrescidas do terço constitucional e salários.

Os valores referentes às verbas rescisórias não serão pagos diretamente em conta bancária de titularidade dos dependentes ou até mesmo do empregado falecido. O empregador é quem deve providenciar sua quitação perante a Justiça do Trabalho, utilizando-se da ação de consignação em pagamento. A Ação de Consignação em Pagamento serve para quando o empregador não souber para quem pagar, que daí ele realiza depósito judicial.

Caso o empregador não fizer esse pagamento, os dependentes do empregado falecido poderão ingressar com uma ação trabalhista requerendo o pagamento das verbas rescisórias a que ele teria direito, não sendo necessária a abertura de inventário para isso.

Os herdeiros têm o prazo de dois anos após o cancelamento do contrato do falecido para solicitar as verbas rescisórias junto à empresa.

Portanto o empregador deverá realizar a rescisão contratual na data do óbito, sendo que as verbas rescisórias serão apuradas como um pedido de demissão, como acima colocado, isto é, saldo de salários, férias vencidas, se houver, e proporcionais, ambas com 1/3 constitucional, e 13º salário proporcional, e, ainda, deverão ser pagas em cotas iguais, em regra, no prazo de 10 dias, contados da data do óbito, aos dependentes habilitados, mediante a apresentação da declaração de dependência fornecida pelo INSS, alvará judicial ou escritura pública, ou, caso não haja a apresentação dos documentos necessários, preventivamente, a orientação que a empresa faça o depósito em juízo mediante ação de consignação, para que se evite a aplicação da multa por atraso no pagamento das verbas. Ademais, para recebimento dos valores constantes nas contas vinculadas do FGTS e do PIS/PASEP do empregado falecido, os seus dependentes deverão se habilitar perante à Caixa Econômica Federal para tanto.

De acordo com a Lei 6.858/80, os valores devidos pelos empregadores aos seus empregados, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento.

O Decreto Nº 85.845, de 26 de março de 1981, que regulamentou a Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980, por sua vez, dispõe que:

**“Art. 2º.** A condição de dependente habilitado será declarada em documento fornecido pela instituição de Previdência ou se for o caso, pelo órgão encarregado, na forma da legislação própria, do processamento do benefício por morte.

Parágrafo Único. Da declaração constarão, obrigatoriamente, o nome completo, a filiação, a data de nascimento de cada um dos interessados e o respectivo grau de parentesco ou relação de dependência com o falecido.

**Art. 3º.** À vista da apresentação da declaração de que trata o artigo 2º, o pagamento das quantias devidas será feito aos dependentes do falecido pelo empregador, repartição, entidade, órgão ou unidade civil ou militar, estabelecimento bancário, fundo de participação ou, em geral, por pessoa física ou jurídica, quem caiba efetuar o pagamento”.

Referido Decreto prevê como obrigação do empregador providenciar o pagamento dos valores devidos em vida ao falecido empregado a seus herdeiros, na forma da constatação no órgão previdenciário de quem esteja habilitado a recebê-los. Assim, não se configura dúvida de quem sejam os herdeiros habilitados antes de se valer da consulta à instituição de previdência social, bem como o manejo da documentação apta a revelá-los.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda, em regra, o prazo para pagamento destas verbas será de 10 dias corridos a contar da data do óbito, nos termos do art. 477, § 6º, da CLT, e art. 23, § 1º, da IN SRT nº 15/2010.

Contudo, há entendimento jurisprudencial que defende a desnecessidade do depósito em juízo das verbas rescisórias, pois, no caso de morte do trabalhador, não há a incidência da multa do art. 477, § 8º, da CLT. Em tal situação, a empresa somente terá que aguardar a apresentação dos documentos mencionados acima pelos dependentes e/ou herdeiros do trabalhador para efetuar o pagamento das verbas rescisórias, bem como efetuar a assinatura de todos os documentos da rescisão. Para corroborar o exposto, segue o seguinte julgado:

“RECURSO ORDINÁRIO. EXTINÇÃO DO CONTRATO POR FALECIMENTO DO EMPREGADO. AUSÊNCIA DE BENEFICIÁRIO HABILITADO PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL. MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. NÃO CABIMENTO. A multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT é dirigida ao empregador que, por dolo ou culpa, deixa de quitar as verbas rescisórias, não se aplicando à hipótese de extinção do vínculo empregatício decorrente de força maior, como é o caso da morte do empregado. A interpretação é restritiva, em razão da natureza punitiva do dispositivo celetista. No caso, não identificada conduta culposa da empregadora, impõe-se o afastamento da penalidade cominada na origem. Apelo provido.” (PROC. Nº TRT - 0000708-33.2019.5.06.0021 (RO)).

Por tanto, em regra, o prazo para pagamento destas verbas será de 10 dias corridos a contar da data do óbito, nos termos do art. 477, § 6º, da CLT, e art. 23, § 1º, da IN SRT nº 15/2010. Nos moldes delineados pelo art. 477, § 8º, da CLT, o empregador pagará multa pelo atraso injustificado no pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão do contrato.

Entretanto, não há previsão para pagamento da multa capitulada no § 8º do referido comando consolidado nos casos em que ocorre a extinção do contrato de trabalho pelo falecimento do empregado, não se podendo condenar a consignante ao pagamento de multa por atraso no acerto rescisório. Recurso de revista conhecido e provido.

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Conclui-se, portanto, que é imprescindível cautela e atenção dos empregadores para realizar o pagamento das verbas rescisórias no caso de falecimento de um dos seus colaboradores, devendo observar o prazo, por prudência, a fim de impedir discussões e gerar morosidade, bem como observar os trâmites da lei específica que rege a matéria e dispensa inventário ou arrolamento, e ainda a justiça especializada do trabalho que é competente para julgar as respectivas ações de consignação, que afastam o equívoco e garantem o cumprimento da obrigação.

O contrato de trabalho é um acordo de anseios firmado entre empregador e empregado, desse modo, com a morte de um dos contratantes, o contrato se extingue. Assim, a morte do empregado suprime automaticamente o contrato de trabalho.

Com o aniquilamento automática do contrato de trabalho pelo falecimento do colaborador, a data da rescisão contratual será a data do óbito.

## REFERÊNCIAS

Artigo: O pagamento das verbas rescisórias no caso de morte do empregado - CPA - Compartilhando informações. Gerando resultados. Disponível em: <<http://www.netcpa.com.br/Noticias/ver-noticia.asp?Codigo=54617>>. Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL: Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm), acessado em 23 out. 2022.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm); Acesso em 22/10/2022

BRASIL: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm); Acesso em 20 out. 2022.

BRASIL: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6858.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6858.htm); Acesso em 20 out. 2022.

<https://www.conjur.com.br/2021-mar-23/multa-atraso-rescisao-incabivel-morte-empregado>; Acesso em 20/10/2022

DELGADO, Maurício Godinho Curso de Direito do Trabalho. 17 Ed. São Paulo. 2018. Saraiva

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho, 7ª ed. São Paulo: LTr, 2008. p. 1097

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. 35ª ed. São Paulo: LTr, 2009 p. 384.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 351.

5.



## INTER-RELAÇÕES DE LÍNGUA E MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO DA ETNOBOTÂNICA DO CERRADO.

Mayara Caroline Sousa de Abreu<sup>1</sup> - UEMA/Balsas  
Profa. Dra. Maria Célia Dias de Castro<sup>2</sup> - UEMA/Balsas

### 1. INTRODUÇÃO

A planta é um dos elementos da natureza com que primeiro estabelecemos contato, e o reino vegetal ocupa um lugar de destaque entre as representações que inspiram símbolos verbais (BERTRÁN, 2014). O ato de nomear estas plantas lança luz a aspectos que denotam a relação intrínseca entre língua e meio ambiente, bem como o modo com que o ser humano interage com este ambiente ao qual pertence.

Com um olhar ecolinguístico ao léxico fitonímico, este trabalho objetiva demonstrar as relações entre língua e meio ambiente que se refletem nos nomes das plantas predominantes do Cerrado balsense, sobretudo no ato de nomeá-las. Analisando alguns desses nomes presentes no Cerrado de Balsas (MA), nota-se que o processo de denominação (lexicalização), pelo uso lexical de fitônimos, tem o aspecto sensorial e cognitivo como fontes principais. Desta maneira, verifica-se que há uma tendência conceptual metafórica/metonímica no ato de nomeação destas plantas. Também se percebe que a condição que liga planta e nomeador ainda se pauta em relações de uso, denotando uma forte tendência antropocêntrica.

O estudo se apoia na teoria Ecolinguística (HAUGEN, 1972; DØØR e BANG, 1996; COUTO, 2007, 2013, 2016) a fim de explicar as relações entre língua e meio ambiente presentes nesse léxico; na Semântica (LAKOFF & JHONSSON (2002 [1980]); N. DO COUTO, 2012; ARAÚJO, 2014), no que se refere ao fenômeno linguístico gerador desta fitonímia e na Etnobotânica (AMOROZO, 1996) a fim de refletir sobre o conhecimento popular acerca das espécies elencadas.

### 2. METODOLOGIA

O percurso metodológico foi guiado pela ecometodologia, uma abordagem multimetodológica de caráter holístico e interdisciplinar que abrange diversas áreas do conhecimento e tem por premissa possibilitar visões diferentes para os fenômenos da linguagem. Portanto, a pesquisa é qualitativa e de cunho ecometodológico (visão multilateral indutiva e dedutiva), por se afastar de radicalização e polarização no entendimento e visão dos fatos.

Como objetivos específicos, pretende-se: i) discutir as inter-relações de língua e meio ambiente ii) refletir sobre as influências de MA que se interpenetram no léxico e, por conseguinte,

iii) analisar os fitônimos com base em seus aspectos lexicais e semânticos, bem como o conhecimento etnobotânicos por traz dos dados obtidos. Todos estes pontos convergem para o objetivo central da pesquisa: Observar as interações organismo-organismo e organismo-mundo focalizando as possíveis motivações que subjazem o processo de lexicalização dos fitônimos representativos do Cerrado balsense que foram elencados. Além dos objetivos que comportam a discussão teórica, o trabalho teve o propósito de contribuir com a prática didático-pedagógica com a confecção de um catálogo fitonímico a partir dos dados gerados pelos alunos participantes do projeto

Para tal foi confeccionada uma ficha etnobotânica do Cerrado balsense com a catalogação dos fitônimos, seus nomes populares e científicos, etimologia, descrição etnobotânica e significado (semântica). A catalogação foi feita por intermédio de Houaiss (2007); Ferreira (2009); Machado (2003); Sampaio (1987); Cunha (2010) e Azevedo (2020), verdadeiros repositórios dos signos e significados léxicos da língua portuguesa. As descrições semânticas contidas nos dicionários foram imprescindíveis para que se realizasse uma análise mais minuciosa do *corpus* em questão.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As espécies introduzidas apresentam um percentual de origem bem espontâneo da vegetação local, sendo as frutíferas/medicinais as mais frequentes na comunidade, dentre as principais espécies se encontram: buriti (*Astrocaryum burity*); pequi (*Caryocar brasiliense*); bacaba (*Oenocarpus bacaba*); bacuri (*Platonia esculenta*); cajú (*Anacardium occidentale*).

Tendo em vista os dados analisados, nota-se que os interactantes percebem as plantas a partir de suas experiências no ambiente (interação organismo-mundo). A perspectiva do real é captada e processada pelas sensações, essas sensações são conceptualizadas e, por conseguinte, proverão o compartilhamento da experiência pelo processo de denominação/lexicalização.

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de nomear diz muito sobre as relações entre humano-língua-meio ambiente e sobre a forma como MA físico, mental e social se interligam. Neste sentido, percebeu-se que os interactantes nomeiam aos fitônimos com base em suas experiências (biopsicossociais) no mundo, o que acarreta, por vezes, palavras que se configuram como expressões metafóricas. O léxico etnobotânico que compõe os dados pressupõe a existência de uma relação ecossistêmica entre conceito e percepto, eles se refletem em nossos pensamentos (MA mental) e se consolidam na língua (MA social), que é interação, a interação organismo-organismo e organismo-mundo nos atos de interação comunicativa. Desse modo, fica perceptível, nesta

análise, que os fitônimos recebem, por diversas vezes, nomes dos quais os significados se associam ao reino animal, às próprias propriedades medicinais das plantas e, sobretudo, aos sentidos.

Com base na observação e problematização dos dados obtidos, a verdade é que as inter-relações organismo-mundo (natural) reveladas ainda se pautam na utilidade da natureza para fins de subsistência humana. Evidenciou-se, assim, que a relação é ainda predominantemente antropocêntrica; muito raramente ela é movida por razões morais que reconhecem nas plantas e até nos animais um valor intrínseco, desvinculado de interesses humanos.

## REFERÊNCIAS

AMOROZO, M. C. M. **A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais.** Plantas medicinais: arte e ciência um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: UNESP, 1996.

ARAÚJO, G. P. **O conhecimento etnobotânico dos Kalunga:** uma relação entre língua e meio ambiente. 2014. Tese (Doutorado) – Departamento de Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BERTRÁN, Antonio Pamies. **Provérbios fitonímicos e plantas proverbiais.** In: S. Silva (ed.) Fraseologia & Cia: entabulando diálogos reflexivos, vol II. Campinas, 2014.

COUTO, E. K. N. N. **Ecolinguística e imaginário.** Brasília: Thesaurus, 2012.

COUTO, Hildo H. do. **Ecolinguística:** estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.

COUTO, H. H. et al. **O paradigma ecológico para as ciências da linguagem:** ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos. Goiânia: Editora UFG, 2016.

DØØR, Jørgen; BANG, Jørgen C. Ecology, Ethics & Communication an essay in eco-linguistics. 2000. Disponível em: <[www.jcbang.dk/.../EEC\\_Graz\\_011200\\_red.pdf](http://www.jcbang.dk/.../EEC_Graz_011200_red.pdf)>. Acesso em 08 de junho de 2022.

NENOKI DO COUTO, E. N. **Ecolinguística e Imaginário.** Brasília: Thesaurus, 2012.

# A CONTAGEM PÚBLICA DOS VOTOS: RETROCESSO X RECUPERAÇÃO DE DIREITO (DEMOCRACIA X OLIGARQUIA)

Benoni Medeiros Almeida<sup>1</sup>  
Isabella Ferro Deparis<sup>2</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

Todo poder emana do povo que o exerce por meio dos seus representantes eleitos nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Assim proclama o parágrafo único do artigo 1º da Constituição.

Aproveitando o ensejo do certame eleitoral mais polarizado que se tem notícia no Brasil, um dos temas mais salientados diz respeito ao sistema de votação, ou, pelo menos, de apuração que ocorre neste país. A falácia de que um modelo eletrônico é moderno e seguro e que um modelo impresso ou que recorra ao papel seria um retrocesso merece uma análise não do ponto de vista da perspectiva do senso comum, mas em que bases dos direitos garantidos e adquiridos estamos tratando, no que se refere, sobretudo, aos conceitos pertinentes à doutrina estão sendo colocados em xeque.

Existiu um Projeto de Emenda Constitucional (PEC nº 135/2019), de autoria da Deputada Federal Bia Kicis (PSL-DF), que pretendia realizar uma mudança significativa no sistema eleitoral brasileiro com a inclusão de cédulas de papel junto às urnas eletrônicas, popularmente debatido hoje como o voto impresso e/ou auditável. Essa proposta foi rejeitada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados em maio de 2021. Deste modo, a problemática que se articula concerne a uma certa insistência, por parte da sociedade, de um projeto que, inclusive, não foi aprovado.

Deste modo, a presente pesquisa intenciona realçar os conflitos jurídicos conceituais existentes principalmente no que se refere ao método (técnica) que vem sendo colocada acima das questões do direito, uma vez que comparar computador com o papel tem sido uma analogia que desvia o olhar mais atento do operador do direito.

Diante disso, questiona-se: (1) a democracia admite uma eleição sendo feita e apurada somente por meio eletrônico?; (2) O conceito de sufrágio universal está ferido desta forma?; (3) O voto é secreto e, neste sentido, sua apuração também o é?

## 2. METODOLOGIA

A Metodologia a ser utilizada será a revisão bibliográfica acerca do assunto. Para tal, será pesquisada e exposta a literatura correlata ao assunto, assim como as decisões e fatos

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Balsas (Unibalsas).

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Balsas (Unibalsas).

jurídicos pertinentes à construção do raciocínio que elaborará uma tese capaz de atender às expectativas de solução do problema questionado.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a conceituação de Lins (2011), o sufrágio é o poder ou o direito de se escolher um candidato ou de ser escolhido. Ainda segundo o mesmo autor, “não há de se confundir sufrágio com voto. O primeiro é um direito em sua expressão genérica. O segundo é o exercício desse ato”.

Conforme aduz Linz (2011), ao citar Alexis de Tocqueville, “o que se verifica nos Estados democráticos é que nem sempre a vontade dos cidadãos é de fato expressa em sua plenitude, isso porque frequentemente há “sufrágios comprados” por “agentes do poder”, além do próprio “silêncio dos povos”, e não há como negar que essa realidade está longe de fenecer, ao menos no Brasil”.

De tal modo, não é de hoje que o processo eletrônico criado em 2006 torna-se motivo de preocupações sob o ponto de vista conceitual. Em 2002, ainda sob a égide do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi sancionada a Lei nº 10.408/2002, que no seu texto trazia a impressão do voto como forma de checagem pelo eleitor (e ainda a possibilidade de fiscalização). Nesta senda, trazendo a referida lei como referência, vejamos o que a mesma dispõe, ainda que em linhas gerais:

“§ 7º Os partidos concorrentes ao pleito poderão constituir sistema próprio de fiscalização, apuração e totalização dos resultados contratando, inclusive, empresas de auditoria de sistemas, que, credenciadas junto à Justiça Eleitoral, receberão, previamente, os programas de computador e os mesmos dados alimentadores do sistema oficial de apuração e totalização”.

Conforme se apurou, desde o pleito de 2002, houve manifestações de siglas partidárias, como por exemplo, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), pedindo, na ocasião, a Impressão do Boletim do Voto Digital (SIBVD) e a não inclusão do sistema eletrônico de votação, apontando esquema de favorecimento na apuração dos votos. Tal pedido, na época, foi indeferido pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Em seguida, houve a revogação da Lei 10408/2002, feita pela Lei 10.407/2003, já sob a égide do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Contudo, no ano de 2009 tivemos o sancionamento da Lei 12.034/2009, que conseguiu abarcar uma série de medidas envolvendo a estrutura do processo eleitoral a partir de sua nova complexidade, que dentre todas as suas novidades, trazia também, a preocupação legislativa no tocante à concretude do voto. Se não, vejamos:

Art. 5º Fica criado, a partir das eleições de 2014, inclusive, o voto impresso conferido pelo eleitor, garantido o total sigilo do voto e observadas as seguintes regras:

§ 1º A máquina de votar exibirá para o eleitor, primeiramente, as telas referentes às eleições proporcionais; em seguida, as referentes às eleições majoritárias; finalmente, o voto completo para conferência visual do eleitor e confirmação final do voto.

§ 2º Após a confirmação final do voto pelo eleitor, a urna eletrônica imprimirá um número único de identificação do voto associado à sua própria assinatura digital.

§ 3º O voto deverá ser depositado de forma automática, sem contato manual do eleitor, em local previamente lacrado.

§ 4º Após o fim da votação, a Justiça Eleitoral realizará, em audiência pública, auditoria independente do software mediante o sorteio de 2% (dois por cento) das urnas eletrônicas de cada Zona Eleitoral, respeitado o limite mínimo de 3 (três) máquinas por município, que deverão ter seus votos em papel contados e comparados com os resultados apresentados pelo respectivo boletim de urna.

§ 5º É permitido o uso de identificação do eleitor por sua biometria ou pela digitação do seu nome ou número de eleitor, desde que a máquina de identificar não tenha nenhuma conexão com a urna eletrônica.

Entretanto, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), acompanhando o voto da relatora, Ministra Carmen Lúcia afirmou tratar-se de comprometimento do sigilo e a inviolabilidade do voto assegurada pelo artigo 14º da CF/88, declarando a inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei 12.034/2009, que cria o voto impresso a partir das eleições de 2014. Os ministros confirmaram, em definitivo, liminar concedida pela Corte em outubro de 2011, na qual foram suspensos os efeitos do dispositivo questionado pela Procuradoria Geral da República (PGR) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4543.

Insistentemente, em 2015 vê-se novamente uma tentativa na mesma direção das anteriores com o advento da Lei 13.165/2015 que, no seu artigo 12º, pronunciou: “Até a primeira eleição geral subsequente à aprovação desta lei, será implantado o processo de votação eletrônica com impressão do registro do voto a que se refere o art. 59-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997” (BRASIL, 2015). Sem surpresas, o STF acatou nova ADI (5889) que declarou inconstitucional tal artigo nesta lei, trazendo novamente a inquietação sobre o conceito do que é o processo de votação e apuração dos mesmos.

Tendo visto tantas tentativas frustradas no mesmo sentido, como também, tendo sido usado a mesma alegação para que se estabelecesse a inconstitucionalidade, há de se observar conceitualmente algumas questões. Primeiro: o voto é secreto e há de ser mantido o seu sigilo, visto que a potencialidade de risco na identificação do eleitor configura-se numa ameaça à sua livre escolha. Mas a apuração não pode ser feita assim, de modo secreto. No atual estado desenvolve-se secretamente a apuração. Um software recebe as suas indicações de intenção de voto e os transforma em dados que serão totalizados por ele. Ele precisa ser contado a partir de um sistema transparente e confiável. Não se pode confiar apenas na palavra de alguém em afirmar, o voto eletrônico é confiável e seguro. Além do Brasil, apenas Butão e Bangladesh possuem sistemas assim. Países com tecnologia muito mais consolidadas e avançadas como Alemanha e Japão dão prioridade à transparência e ao direito do cidadão de conferir realmente se há lisura total no processo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais, percebe-se que há inconformidade popular com um sistema que não lhe transmite o real poder de seu voto. Assim sendo, o conceito de democracia, que é o poder de muitos, passa a ser oligarquia, que é o poder na mão de poucos. Contar os votos em segredo é uma fraude à própria democracia, haja vista que não se pode sequer ser recontado.

Como forma de alternativa resolutiva desse problema há de existir uma forma de contagem em cada seção eleitoral. Cada seção possui um número palpável e onde fiscais dos partidos e do povo seriam autorizados a fiscalizar tal totalização em um ambiente controlável

(universo menor) cada totalização então seria após referendado enviado à totalização geral, que poderia ser feito inclusive paralelamente com a imprensa, se tais órgãos apurasse todas as totalizações das seções.

Por derradeiro, eis uma alternativa viável, que não atenta contra o sigilo do voto, mas atende aos anseios de real poder nas mãos de quem deveria tê-lo, o povo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 20 de outubro de 2022.

EMERENCIANO, Francisco. **Direito Eleitoral Brasileiro**. São Paulo – Conceito Editorial, 2011.

LINS, Rodrigo Martiniano Ayres. **Direito Eleitoral Descomplicado**. Rio de Janeiro – Ed. Ferreira, 2011. 217 TSE nº 1897. Brasília/DF – Resolução nº 22312 de 01/08/2006, Relator(a) Min. Carlos Eduardo Caputo Bastos. Publicação: DJ - Diário de Justiça, Data 29/08/2006, p. 84.



## A ACOLHIDA DA INFÂNCIA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Hedi Maria Luft – Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS  
Anelise de Oliveira Rodrigues – Doutoranda da UNIJUI

### 1. INTRODUÇÃO

A infância impregna em si as primeiras experiências de vida humana. É uma etapa que é marcada por grandes transformações, tanto no ambiente familiar quanto escolar. Para além dos espaços de convivência, em que ocorrem as mudanças, há também, alterações físicas acentuadas e a implicação com a formação é mais intensa.

Para além das questões mencionadas, as transformações sociais e culturais da sociedade, carregam consigo a estigma da desigualdade e, é nesse sentido que questionamos: Como as concepções de acolhimento da infância são produzidas nas escolas de Educação Infantil? Como pensamos e tratamos as crianças? O contexto de construção da escola de Educação Infantil avançou, significativamente, nas últimas décadas, mas ainda há espaços desassistidos, precários e insuficientes. Além disso, encontramos ainda, escolas com a maioria de profissionais como monitores, ao invés de professores e recursos sempre limitados, em termos de materiais e estrutura. No entanto, entendemos que, apesar das situações de precariedade, é possível vislumbrar práticas de acolhimento e formação. Nesse sentido, o objetivo é analisar uma situação de acolhimento (de uma criança de 4 (quatro) anos de idade, numa escola de Educação Infantil, num município do interior Estado do Rio Grande do Sul para elucidar que as construções didático-pedagógicas podem superar as situações desassistidas da condição física escolar.

### 2. METODOLOGIA

Os dados serão elaborados a partir de um estudo de caso de uma criança de 4 (quatro) anos de idade, relacionando sua formação e percurso com as demais crianças da sua faixa etária e colegas de escola. O estudo de caso, segundo Yin (2001, p. 32 e 33) “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Nesse sentido, realizaremos o estudo de caso de forma descritiva e analítica, explorando a dimensão do acolhimento nos espaços da escola de Educação Infantil.

O processo de problematização do processo de formação da criança é basilar e urgente para favorecer a construção de práticas humanas e de construção cidadã. Neste sentido, a partir de Phillipe Aries, de Carmem Maria Craidy e Gládis Kaercher analisaremos as concepções de acolhimento da infância, pois segundo Aires a concepção de infância é socialmente construída.

Estarão integrando esse estudo, as crianças do Pré I da escola de Educação Infantil Mãos que Acolhem- AMA, situada no município de Santa Rosa - RS.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção da infância é um processo que demanda compreender que “O cuidar e o educar dão características próprias à educação infantil, buscando formar um cidadão crítico e participativo na sociedade” (CRAIDY, KAERCHER, 2021, p. 5). Os profissionais das escolas que acolhem as crianças, além de atender “o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade,” (Art.29, Lei 9394/96), investem numa sociedade mais humana e cidadã, pois os constituintes da sociedade são as pessoas. Desse modo, observamos que ainda há falta de reconhecimento desse espaço, pois as situações de educação persistem em muitos desmazelos.

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que as mudanças da sociedade vêm interferindo nos processos de produção da infância. As práticas das escolas de Educação Infantil apresentam avanços, mas ainda em passos, muito lentos. Pensamos as escolas, como espaços onde todas as crianças possam ter o direito de vivenciar a ludicidade, a imaginação, a liberdade, com o acolhimento indispensável, considerando que é na Escola de Educação Infantil que, muitas crianças, passam a maior parte de seus dias de infância.

A atuação dos profissionais dessas escolas, ainda exige a busca por artefatos pedagógicos criativos e de investidas que partem, principalmente dos professores e monitores. Constatamos que são poucos professores, a maioria dos profissionais que atende crianças, são monitores. Desta forma, o caso da criança acolhida é digno de consideração, pois a função do monitor é centrada na dimensão operacional, técnica e, nesse estudo de caso, foram os monitores que constituíram um processo didático-pedagógico de acolhimento e vislumbraram atividades de inclusão da criança.

Concluimos que as relações entre os profissionais e a criança, quando pautadas na acolhida e articuladas a práticas pedagógicas comprometidas com a construção da humanização, contribuem para desvelar a ideologia opressora e encaminhar a formação das crianças para aquela condição, que os direitos da infância, prescrevem.

### REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1981.

ARROYO, M. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 1996, Brasília. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/vi>>. Acesso em: 10 novembro 2022.

CRAIDY, Maria e KAERCHER, Gladis. **Educação Infantil**: pra que te quero. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.